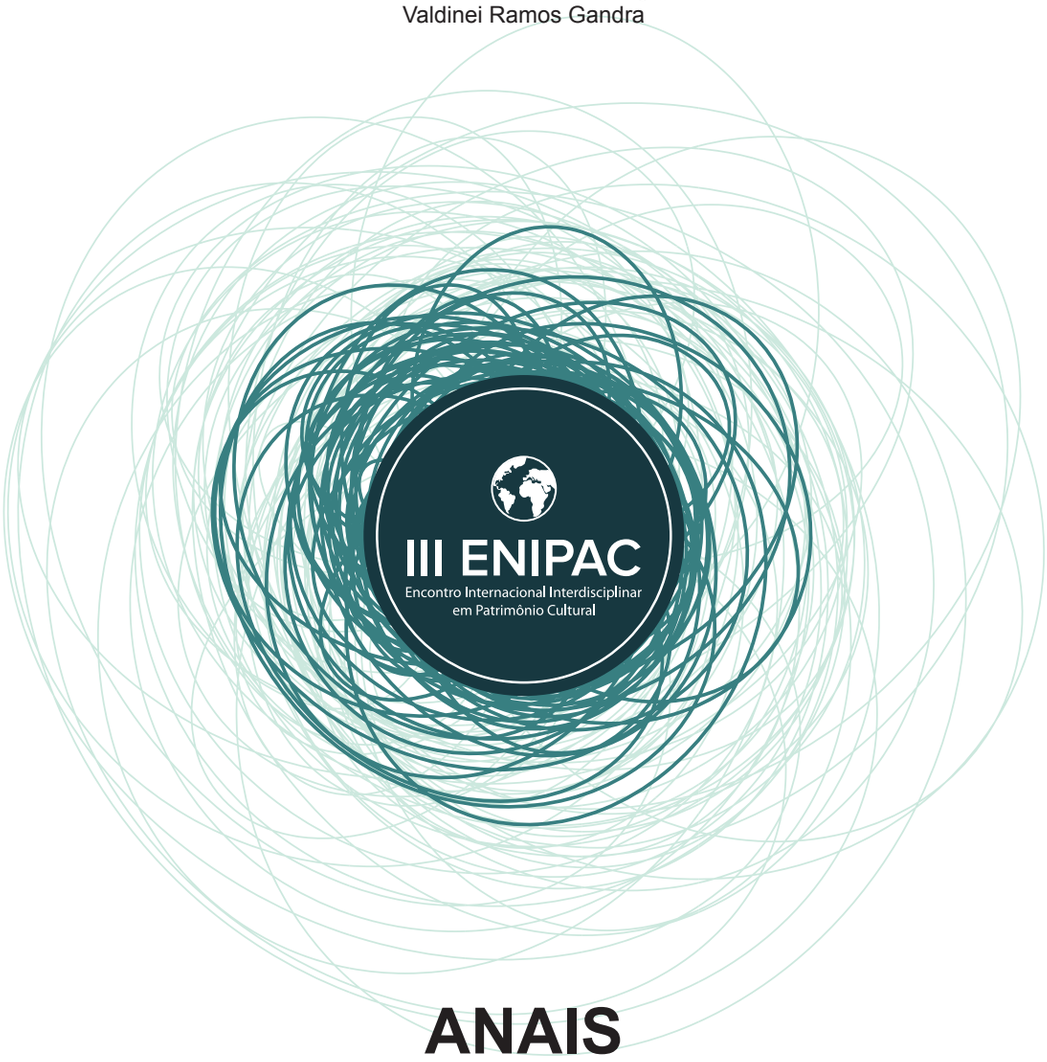
Coordenadora:
Mariluci Neis Carelli

Organizadores:
Euler Renato Westphal
Filipe Ferrari
Maria Luiza Schwarz
Roberta Meira Barros
Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes
Valdinei Ramos Gandra



ANAIS

III ENIPAC

Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

22 e 23 de setembro / 2016

Joinville, 2017

FAPESC

EDITORA univille

EXPEDIENTE GERAL

Fundação Educacional da Região de Joinville - FURJ - Mantenedora

Presidente
Sandra Aparecida Furlan

Vice-presidente
Alexandre Cidral

Diretor Administrativo
José Kempner

Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE - Mantida

Reitora
Sandra Aparecida Furlan

Vice-reitor
Alexandre Cidral

Pró-Reitora de Ensino
Sirlei de Souza

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação
Therezinha Maria Novais de Oliveira

Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários
Yoná da Silva Dalonso

Pró-Reitor de Infraestrutura
Claiton Emilio do Amaral

Diretor do Campus São Bento do Sul
Gean Cardoso de Medeiros

Parque de Inovação Tecnológica de Joinville e Região - INOVAPARQ - Mantida

Diretor Executivo
Victor Rafael Laurenciano Aguiar

PRODUÇÃO EDITORIAL

Coordenação geral
Andrea Lima dos Santos Schneider

Secretaria
Adriane Cristiana Kasprowicz

Produção gráfica/ Diagramação
Marisa Kanzler Aguayo

III ENIPAC – Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

Comissão Organizadora

Euler Renato Westphal
Filipe Ferrari
Maria Luiza Schwarz
Mariluci Neis Carelli
Roberta Meira Barros
Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes
Valdinei Ramos Gandra

Revisão

Marília Garcia Boldorini

Reservados todos os direitos de publicação em língua portuguesa à EDITORA UNIVILLE.
Rua Paulo Malschitzki, 10 – *Campus* Universitário – Zona Industrial – CEP 89219-710 – Joinville/SC – Brasil
Telefones: (47) 3461-9027 / (47) 3461-9110 / 3461-9141 – *e-mail*: editora@univille.br

ISBN 978-85-8209-066-4

Catalogação na fonte pela Biblioteca Universitária da Univille

E56a Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural – ENIPAC (3. : 22-23 set.. : 2016 : Joinville, SC)
Anais do III Encontro internacional interdisciplinar em patrimônio cultural / Organização: Euler Renato Westphal...[et al.] – Joinville, SC : Editora UNIVILLE, 2017.

380 p. : il.; 30 cm

1. Patrimônio cultural. 2. Memória social. 3. Paisagem social. 4. Preservação - Patrimônio. I. Westphal, Euler Renato (org.).

CDD 363.69

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 5

■ **SIMPÓSIO 1**

A CASA DE OTTOKAR DOERFFEL E AS REPRESENTAÇÕES DOS IMIGRANTES EM JOINVILLE. 7
Joel Rodrigues Martins Junior, Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes

A MEMÓRIA, O LUGAR E O LUGAR DE MEMÓRIA: A Praça Marechal Floriano Peixoto nas décadas iniciais do século XX 13
Vera Marina Viglus, Maria Julieta Weber Cordova

ACESSIBILIDADE DOS SURDOS AOS LUGARES DE MEMÓRIA 21
Neide de Lima Lourenço, Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes

BICHO NÃO É COISA: REFLEXÕES SOBRE A MUSEOLOGIA E A QUESTÃO ANIMAL. 30
Cristiane I. V. Miglioranza

AS REPRESENTAÇÕES DO SLAVE HISTORY MUSEUM, EM CALABAR, SOBRE O COMÉRCIO DE ESCRAVOS PARA O BRASIL. 38
Cícero Daniel Cardoso, Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes

ESPAÇO CULTURAL GUARAJUVA, CORUPÁ (SC) 46
Regiane Towe Hannemann, Fárida Mirany de Mira

O MUSEU E SUA FUNÇÃO SOCIAL: O MUSEU IRMÃO LUIZ GODOFREDO GARTNER, EM CORUPÁ (SC) 55
Joice Leticia Jablonski, Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes

O PATRIMÔNIO CULTURAL MILITAR E SUA REPRESENTAÇÃO EM ESPAÇOS DE MEMÓRIA. 64
Viviane Regina Caliskevstz, Leonel Brizolla Monastirsky

O SENTIMENTO DE JAPONESIDADE E OS LUGARES DE MEMÓRIA ENQUANTO PATRIMÔNIO DOS IMIGRANTES JAPONESES. 71
Alexandra Begueristain da Silva, André Luis Ramos Soares, Guilherme Dias, Ricardo Kemmerich

PAISAGEM, UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA PRÁTICA 79
Rosane Patrícia Fernandes, Luciano Raiter

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DE SANTA CATARINA: ZOÓLITOS, PALEOFAUNA, SIMBOLISMO E IDENTIDADE. 90
Jefferson Batista Garcia, Dione da Rocha Bandeira

PROJETO ATLAS ELETRÔNICO DO ANTIGO COMPLEXO FERROVIÁRIO/HIDROVIÁRIO DO PARANÁ TRADICIONAL: PATRIMÔNIO CULTURAL, EDUCAÇÃO, TURISMO E GESTÃO 98
Leonel Brizolla Monastirsky, Naomi Anaue Burda, Ana Claudia da Silva, Amanda Thalia Miranda, Brendo Francis de Carvalho

■ **SIMPÓSIO 2**

A ARTE DE J. BRANDÃO (RE)VISTA POR MEIO DA CONSERVAÇÃO E SEUS MÉTODOS DE ANÁLISE 106
Angela Luciane Peyerl

A PINTURA MONUMENTO E SEU LUGAR NOS MUSEUS. 117
Guilherme Viertel, Sandra P. L. de Camargo Guedes

HOLOFOTES SOBRE A ESCURIDÃO: O PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DO METAL COMO MANIFESTAÇÃO ARTÍSTICA EM JOINVILLE. 124
Marcus Vinícius Carvalheiro, Ilanil Coelho, Taiza Mara Rauen Moraes

POÉTICAS CIBERCULTURAIS: PATRIMÔNIOS LÍQUIDOS 132
Philipe Macedo Pereira, Taiza Mara Rauen Moraes

■ **SIMPÓSIO 3**

A BIODIVERSIDADE NOS RELATOS SOBRE A FRANÇA ANTÁRTICA: O DOCUMENTO HISTÓRICO EM SALA DE AULA 138
Renato Raphael Miranda Fidêncio

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL 25 DE JULHO, FAMÍLIA RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS 142
Adhemar Tavares Vieira Filho, Patrícia de Oliveira Areas, Roberta Barros Meira

A IMPORTÂNCIA DA PADRONIZAÇÃO DA COLETA DE MACROVESTÍGIOS BIOARQUEOLÓGICOS NA INTERPRETAÇÃO PALEOAMBIENTAL E DO MODO DE VIDA DE POPULAÇÕES PRÉ-COLONIAIS: O CASO DO ABRIGO CASA DE PEDRA. 151
Jessica Ferreira, João Carlos Ferreira de Melo Jr., Dione da Rocha Bandeira, Gustavo Borba de Oliveira

A LEGISLAÇÃO SOBRE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E MEIO AMBIENTE 161
Franciele da Silva Camara, Patricia de Oliveira Areas

LENDAS COMO REGISTROS IDENTIFICADORES DE PAISAGENS CULTURAIS 168
Paulo Santos da Silva, Taiza Mara Rauen Moraes

MAQUETES COMO INSTRUMENTO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA .. 175
Vitória Ulinoski Moch, Eduarda Boufleuher da Silva, Murilo de Melo Penha, André Luis Ramos Soares

O PARQUE NATURAL CAIEIRA: PATRIMÔNIO NATURAL E ARQUEOLÓGICO NA PAISAGEM DA LAGOA DO SAGUAÇU, JOINVILLE (SC) .. 181
Anna Kelly Krassota, Mariluci Neis Carelli, Maria Luiza Schwarz

PAISAGEM E GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UM DIÁLOGO EM QUESTÃO .. 192
Adelaide Graeser Kassulke, Fernanda Dalonso, Mariluci Neis Carelli

PAISAGEM, UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA PRÁTICA .. 200
Rosane Patricia Fernandes, Luciano Raiter

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DE SANTA CATARINA: ZOÓLITOS, PALEOFAUNA, SIMBOLISMO E IDENTIDADE .. 210
Jefferson Batista Garcia, Dione da Rocha Bandeira

■ **SIMPÓSIO 4**

CULTURA, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA: UM ESTUDO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE JOINVILLE (SC) .. 220
Graciela Márcia Fochi, Mariluci Neis Carelli, Nadja de Carvalho Lamas

PATRIMÔNIO EM CONFLITO: OS ANTIGOS E NOVOS DISCURSOS CALVINISTAS E CATÓLICOS SOBRE A FRANÇA ANTÁRTICA.. 230
Arlindo Ferretti Junior, Euler Renato Westphal, Roberta Barros Meira

■ **SIMPÓSIO 5**

LEVANTAMENTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA EXTINTA HIDROVIA DO RIO IGUAÇU EM PORTO AMAZONAS .. 237
Brendo Francis Carvalho, Amanda Thalia Miranda, Ana Claudia da Silva, Carlos Alexandre Rogoski, Mariane Rodrigues Muniz

NARRATIVAS SOBRE A FERROVIA MAFRA–MONTE CASTELO: JOGO DA MEMÓRIA E O PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO .. 245
Grasiéle Ap. C. Ferreira Peters, Luana de Carvalho Silva Gusso

OLHARES CRUZADOS SOBRE O PATRIMÔNIO MUSICAL DE JOINVILLE: A REPRESENTATIVIDADE DOS ESPAÇOS HARMONIA LYRA E THEATRO NICODEMUS POR MEIO DA HISTÓRIA ORAL. 251
Pedro Romão Mickucz, Taiza Mara Rauen Moraes

■ **SIMPÓSIO 6**

A RELAÇÃO DOS IMIGRANTES HAITIANOS COM AS NARRATIVAS DE MEMÓRIA JOINVILENSES .. 260
Eduardo Philippi Soares, Ilanil Coelho

DESPERTANDO OS FANTASMAS ADORMECIDOS: ESCANEAMENTO DIGITAL APLICADO AO PATRIMÔNIO CULTURAL .. 266
Ana Carolina Moura Cardoso, Paulo Ivo Koehntopp, Isabella Falk dos Santos

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, ARQUIVOS E COMUNIDADE ESCOLAR: UMA APROXIMAÇÃO INDISPENSÁVEL. 274
Railane Antunes Pereira

HISTÓRIAS DE VIDA E PATRIMÔNIO CULTURAL: DESAFIOS DO MUSEU DA PESSOA .. 282
Maureen Bartz Szymczak, Raquel Alvarenga Sena Venera

NO RITMO DAS CENAS MUSICAIS DE JOINVILLE NA DÉCADA DE 1990: CONTRIBUIÇÕES PARA A PRODUÇÃO CULTURAL URBANA. 290
Augusto Luciano Ginjo, Taiza Mara Rauen Moraes

OS MERCADOS CAMPESINOS DE BOGOTÁ E O HIBIRDISMO CULTURAL.. 298
Daniel Uribe Parra

PATRIMÔNIO CULTURAL RURAL: INFLUÊNCIA DO MODO DE VIDA RURAL NA AQUISIÇÃO DA SEGUNDA RESIDÊNCIA.. 305
Fabelis Manfron Pretto, Leonel Brizolla Monastirsky

SAI LEILÃO, ENTRA TOMBAMENTO: A PATRIMONIALIZAÇÃO COMO FORMA DE SALVAGUARDAR O AMERICA FOOTBALL CLUB (RJ) .. 314
Felipe Bertasso Tobar, Luana Gusso

TURISMO E PRESERVAÇÃO: O PATRIMÔNIO CULTURAL DA NAVEGAÇÃO A VAPOR NO MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS (PR) .. 324
Simone Koniski Guimarães, Leonel Brizolla Monastirsky

UMA PERFORMANCE DE SAGRAÇÃO: A LAVAGEM RITUAL DO MONUMENTO AO IMIGRANTE DE JOINVILLE (SC) E AS SOBREPOSIÇÕES DE MEMÓRIAS DIFÍCEIS . 330
Diego Finder Machado

■ **SIMPÓSIO 7**

A UNESCO E O PATRIMÔNIO MUNDIAL NA ÁFRICA: REFLEXÕES INICIAIS REVISITADAS – 2006/2016 . 340
Sandro Cavalieri Savoia

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PESQUISA ANCESTRALIDADE E NATUREZA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS SABERES TRADICIONAIS DE COSMOVISÃO AFRICANA DO ABASSA INKICE NZAZI. 347
Janaína Gonçalves Hasselmann, Roberta Barros Meira

CEMITÉRIO DE HARMONIA (PR): PATRIMÔNIO EM DISCUSSÃO. 354
Leonel Brizolla Monastirsky, Simone Koniski Guimarães, Martha Raquel de Souza Batista

OS GUARANIS PRÉ-COLONIAIS E OS OUTROS: ACERVOS CERÂMICOS E QUESTÕES DE ETNICIDADE, CONTATO E FRONTEIRA .. 361
Graciele Tules de Almeida, Dione da Rocha Bandeira

OS PROCESSOS DE CRIMINALIZAÇÃO DE IDENTIDADES CULTURAIS NO BRASIL: UM ESTUDO DA APLICAÇÃO DE DISPOSITIVOS PENAIS COMO FORMA DE CONTROLE SOCIAL DA DIFERENÇA . 375
Valéria Peretti Köpsel

APRESENTAÇÃO

O III Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural (III ENIPAC) foi realizado nos dias 22 e 23 de setembro de 2016, promovido pelo Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE). Discutiu-se a temática do patrimônio cultural em uma perspectiva interdisciplinar, enfocando a questão da ética e da inovação.

Por patrimônio cultural entende-se bens, práticas e valores culturais apropriados pelo homem, articulados em uma sociedade e enraizados em um território, cujo reconhecimento e cuja preservação são significativos para a manutenção da memória e das identidades dos que lá vivem.

É importante considerar que o campo do patrimônio cultural vem, nas últimas décadas, redefinindo os limites de sua atuação. Houve um alargamento conceitual de patrimônio cultural, abrangendo aquilo que podemos hoje chamar de patrimônios culturais.

A discussão epistemológica do campo revigorou e ampliou as pesquisas sobre a temática que retroalimentaram a área. Entretanto, para lidar com a amplitude da complexidade e das tensões do campo do patrimônio cultural, o que geralmente envolve interesses e valores diversos, questões éticas são colocadas quando considerado o tema da inovação.

Também nesse contexto devem ser consideradas as políticas públicas, ainda incipientes, muitas vezes imprecisas, de acesso e gestão dos bens culturais.

A metodologia adotada na realização do III ENIPAC foi conferências, mesas-redondas, simpósios com apresentação de trabalhos científicos e minicursos.

É importante registrar que a palestra de abertura, intitulada “Patrimônio cultural e ética”, foi proferida pela Profa. Dra. Márcia Chuva da UNIRIO, a mesa-redonda denominada “Patrimônio cultural e memória” teve a fala do Prof. Dr. Lucas Graeff da UNILASALLE e a mesa-redonda “Patrimônio cultural e sustentabilidade” contou com as palestras dos professores Dr. Gilmar Arruda da UEL e Dra. Silvia Zanirato da USP. A palestra de encerramento – “Patrimônio, ética e inovação” – foi proferida pelo Prof. Dr. mult. Nikolaus Knoepffler da Ethikzentrum Jena/Ethics/ Centre of Jena University (Friedrich-Schiller-Universität Jena). Além disso, o evento contou com a exposição denominada Projeto Arqueológico Costa Leste, coordenado pela Profa. Dra. Dione da Rocha Bandeira, e também houve o lançamento do livro *A casa n. 909 da Rua XV de Novembro: espaço praticado de memórias em Joinville/SC*, resultado de uma dissertação do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da M.Sc. Samira Sinara Souza. Importante registrar o debate relevante nos sete simpósios realizados.

A leitura dos artigos aqui apresentados abrirá nossa visão sobre as pesquisas que vem sendo realizadas no campo do patrimônio cultural.

III ENIPAC

Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

SIMPÓSIO 1

III ENIPAC
Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

A CASA DE OTTOKAR DOERFFEL E AS REPRESENTAÇÕES DOS IMIGRANTES EM JOINVILLE

Joel Rodrigues Martins Junior
Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes

Resumo: Esta pesquisa de iniciação científica está vinculada ao Projeto O Brasil no Estrangeiro e o Estrangeiro no Brasil: Museus e Representações, ligado ao Grupo de Pesquisa Estudos Interdisciplinares em Patrimônio Cultural da Universidade da Região de Joinville (Univille). Teve como finalidade debater os valores arquitetônicos, históricos, culturais, urbanísticos e singulares atribuídos ao imóvel onde está situado o atual Museu de Arte de Joinville (MAJ), que pertenceu ao imigrante e ex-prefeito Ottokar Doerffel, hoje tombado como patrimônio cultural municipal. Os valores são considerados qualidades significativas, conferidas a bens produzidos pelo homem, pela natureza ou decorrentes da relação entre eles, determinadas por um indivíduo ou grupo social. A nossa hipótese é que o tombamento da casa justificou a importância da edificação para a cidade, bem como a de seu proprietário. A valorização desse bem por meio de sua patrimonialização pode colaborar para a construção de representações sociais sobre os primeiros imigrantes. Para verificar essa hipótese, a pesquisa esteve centrada em revisão de literatura sobre a história de Joinville e a arquitetura da cidade, além de conceitos centrais como memória, museus, representações sociais e patrimônio cultural. Assim, a proposta do presente trabalho foi evidenciar a importância da preservação desse bem como determinante na construção de representações sociais sobre a imigração e o imigrante de Joinville, as dificuldades impostas e vencidas no início da colonização e, principalmente, a difusão de uma ideia de sucesso no projeto de criação e desenvolvimento da Colônia Dona Francisca.
Palavras-chave: representações; museu; arquitetura; patrimônio cultural.

DE MORADA A MUSEU

Na década de 1970, Joinville estava no auge da sua expansão territorial e de sua produção industrial. A cidade atraía vários migrantes de outros estados brasileiros. Cada migrante carregava outros modos de vida, outras identidades e outros costumes, resultando em uma grande miscigenação de culturas, o que para alguns poderia significar “um perigo de perda de identidade da cidade”. Segundo a então diretora do Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville Maria Thereza Boebel, entrevistada por Finder e Findlay em 2003, era necessário que todos soubessem que o município

> *Tem uma raiz, eles* [os que vêm de fora] *precisam aprender essa raiz. Porque Joinville é assim, como é que Joinville foi fundada, saber respeitar as particularidades de Joinville... Tem gente que chega de fora, que não tem raiz nenhuma aqui e acha que vem e pode impor a sua cultura, o seu modo de viver, de ser, os seus costumes. Não é bem assim, tem*

ISBN 978-85-8209-066-4

> *que respeitar um pouquinho o quê que Joinville era. Acho que isso é importante, pra isso o Museu* [Nacional de Imigração e Colonização] *também é importante, para as pessoas pensarem o que é para pensar* (BOEBEL, 2003).

A fala da então diretora do Museu Nacional de Imigração e Colonização é importante para se pensar a representação de que o museu e, nesse caso, qualquer museu serve "*para as pessoas pensarem o que é para pensar*" (BOEBEL, 2003). Ou seja, é um local onde algumas pessoas determinam o que as outras devem pensar sobre determinada coisa, como aqui a cidade de Joinville (GUEDES, 2006).

No contexto dos anos de 1970 foram criados vários museus na cidade, sediados em residências de importantes imigrantes, e com o intuito de afirmação da identidade germânica de Joinville. O local escolhido para a implantação do Museu de Arte de Joinville (MAJ), inaugurado em 3 de setembro de 1976, foi a residência do imigrante alemão Ottokar Doerffel (1818-1906). Doerffel foi considerado precursor de várias atividades sociais e culturais da cidade, mediante a criação do primeiro jornal da região, o *Kolonie-Zeitung*, sócio fundador de várias agremiações culturais e assistenciais e da primeira loja maçônica, Deutsche Freundschaft Amizade Alemã (HERKENHOFF, 1998, p. 28), o que contribuiu para os primeiros colonos obterem identificação com a nova pátria.

O CASARÃO DE OTTOKAR DOERFFEL

Localizado entre as ruas XV de Novembro e Jaraguá, o casarão de Ottokar Doerffel, apelidado de *schlösschen* (castelinho), é reconhecido pela sua arquitetura imponente, com sua fachada única, arcos ogivais e elementos maçônicos. A casa em que Doerffel passou a maior parte de sua vida foi construída em 1864, sendo o próprio proprietário o autor do projeto arquitetônico e do paisagismo do entorno da construção, onde existiam jardins, lagos e pomares, como é possível observar na figura 1. Segundo a publicação em comemoração aos 30 anos do MAJ, a residência tinha também a intenção de ser uma espécie de santuário ou templo (MUSEU DE ARTE DE JOINVILLE, 2014).

Figura 1 *– A casa de Ottokar Doerffel*



Fonte: acervo do MAJ

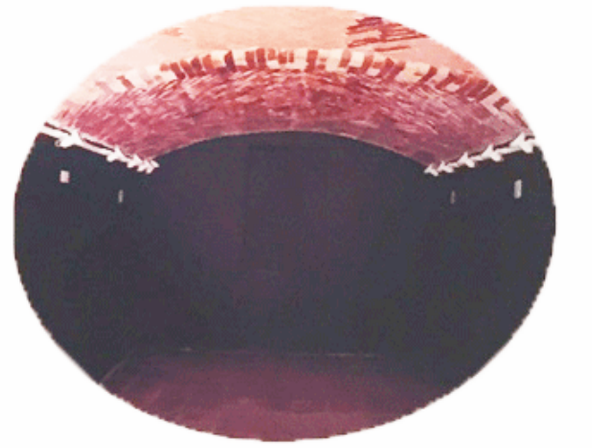
Além de ter construído a casa com técnicas avançadas de arquitetura e engenharia para a época, Doerffel importou tijolos refratários, comuns em casas à margem do Rio Elba, em Hamburgo (ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE, 2015), e inseriu na sua residência vários símbolos maçônicos que deveriam passar uma ideologia não apenas aos seus contemporâneos, mas também às futuras gerações, assim como suas ideias e sua visão de mundo (MUSEU DE ARTE DE JOINVILLE, 2014). Na entrada principal foi disposta em alto-relevo a flor de acácia, um símbolo maçônico que representa o mestre maçom, indicando portanto a forte ligação de Doerffel com a maçonaria e a relevância que esta possuía em sua vida (MUSEU DE ARTE DE JOINVILLE, 2014).

O porão da casa, que inicialmente seria utilizado como adega, divide-se em vários ambientes que recordam pequenas câmaras ou templos, com suas abóbadas de tijolos aparentes cuidadosamente

ISBN 978-85-8209-066-4

dispostos de maneira a formar desenhos geométricos (figura 2), onde provavelmente algumas reuniões do grupo maçônico eram realizadas. Os fundamentos da casa compõem-se de pedras brutas com paredes sólidas (MUSEU DE ARTE DE JOINVILLE, 2014).

Figura 2 – *Detalhe do teto do porão da casa de Ottokar Doerffel*



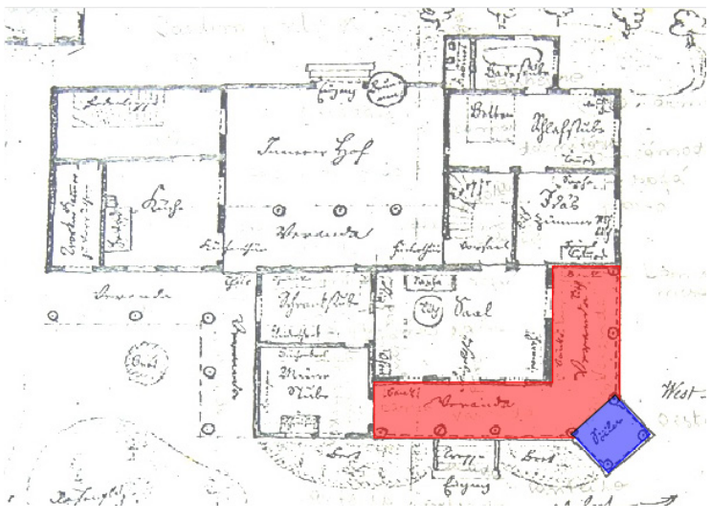
Fonte: acervo do MAJ

A casa está intimamente entrelaçada com a história da cidade. Além disso, a edificação apresenta vários detalhes que a levaram a ser considerada patrimônio cultural de Joinville. Foram-lhe atribuídos valores arquitetônicos, urbanísticos, históricos e culturais, por servir de referência à hegemonia germânica no início da formação do município.

A LINGUAGEM SIMBÓLICA DA CASA

Provavelmente em função da forte ligação com a maçonaria, Doerffel concebeu o projeto da casa para ser um templo sagrado. Isso pode ser compreendido pela planta baixa da construção, em que há a forma de um esquadro para a varanda e no alpendre a pedra cúbica (figura 3). Segundo a exposição *A casa de Ottokar Doerffel: templo e museu – 1864-2014* , o primeiro elemento, ou seja, o esquadro, simboliza a ação do homem sobre a matéria e sobre si mesmo, e a segunda forma, a pedra cúbica, representa o ideal de perfeição que todo maçom deve almejar para se tornar um verdadeiro mestre.

Figura 3 – *Esboço original da planta baixa da casa, assinado por Ottokar Doerffel, em 1864. Em destaque a varanda (em vermelho) em formato de esquadro e o alpendre (azul) como pedra cúbica.*



Fonte: acervo do MAJ

ISBN 978-85-8209-066-4

TRANSIÇÃO DE MUNDOS

A principal entrada da casa (figura 3) aparenta ter sido concebida para delimitar os limites dos mundos; no exterior estaria localizado o mundo profano e no interior o mundo sagrado. Essa ideologia pode ser identificada pelos símbolos colocados na entrada da residência.

Criado por Doerffel, o brasão (figura 3) apresenta no escudo o símbolo da família Doerffel. Já a flor de acácia (figura3), aplicada na fachada à esquerda do portal de entrada principal da casa, é o símbolo do mestre maçom e está relacionada ao sol, à imortalidade da alma e à pureza do caráter. O brasão da família e a flor de acácia foram colocados em dois capitéis (figura 3) situados na parte superior das colunas e ornamentados com folhas de acácia em cerâmica, no estilo coríntio, e representam o símbolo da beleza na doutrina maçônica.

Por sua vez, as duas colunas que sustentam o arco ogival, na entrada principal da casa, mostradas na figura 3, remetem-se às colunas gêmeas de Jachin e Boaz, que ficavam em frente ao templo do rei Salomão, o primeiro templo de Jerusalém. Os arcos ogivais (figura 3) também podem ser considerados símbolos da maçonaria na medida em que remontam o período medieval, apogeu da maçonaria.

Figura 3 – *Principal entrada da casa*



Fonte: primária

Peça muito comum em residências para indicar o vento predominante, o cata-vento (figura 4) existente no telhado da residência de Doerffel apresenta algumas particularidades: a silhueta de um galo, que representa o sol, e a data da construção da casa, que está inserida no elemento vazado. Esse elemento vazado também contém um hexagrama, considerado um dos mais importantes símbolos maçônicos, que indica o macrocosmo, ou seja, Deus, o grande arquiteto do universo (MUSEU DE ARTE DE JOINVILLE, 2014).

Figura 4 – *Cata-vento da residência de Ottokar Doerffel*



Fonte: acervo do MAJ

ISBN 978-85-8209-066-4

Por meio de estudos sobre o clima da região, Doerffel entendeu que o norte é o lado de maior incidência do sol. Por esse motivo, orientou a edificação para as fachadas sul e leste do terreno, para terem menos influência do sol. O casarão apresenta uma grande varanda em sua fachada, com orientação para leste e sul, e a parte voltada para o sul era o cômodo preferido da casa. Lá, Ottokar Doerffel e sua esposa, Ida, podiam receber a brisa de sudeste e leste que penetrava na casa (A VIDA EM DETALHES, 2014). Como o casarão possui pé-direito alto, a troca de ar dentro dos cômodos é facilitada.

Tendo em vista suas características materiais e imateriais, a residência de Ottokar Doerffel torna-se um objeto museológico em si. Sua plástica arquitetônica atrai visitantes para conhecer a casa, e as percepções das características do ambiente pelos seus usuários proporcionam o conhecimento das atividades maçônicas de Doerffel e de áreas da arquitetura e construção, possivelmente criando representações sobre as personalidades dos imigrantes germânicos de Joinville.

As experiências multissensoriais que a arquitetura da casa transmite, principalmente para a pessoa que entra na casa, ao ter a visão de pequenos detalhes do seu interior e exterior, ao sentir o cheiro interno que a casa possui e ao tocar as paredes brutas da residência, fazem também parte de elementos que ajudam a criar representações e identidades. Como afirma Pallasmaa (2011, p. 39), “a arquitetura reforça a experiência existencial, nossa sensação de pertencer ao mundo, e essa é essencialmente uma experiência de reforço de identidade pessoal”. Essa experiência que o espaço possui interage com as percepções e representações daqueles que frequentam esses locais.

O MAJ COMO LUGAR DE MEMÓRIA

Especialmente nesse caso, a preservação do bem arquitetônico serve como espaço de memória, lugar de recordação do início da colonização da cidade. A presença desse imóvel no centro da malha urbana em uma das principais ruas da cidade proporciona ao usuário do município, ao circular por Joinville, uma sensação de estar no passado.

Segundo Candau (2011, p. 156), “a memória e identidade se concentram em lugares, lugares privilegiados”. Podemos atribuir à casa de Doerffel esse conceito. A arquitetura atua de forma tão peculiar nesse espaço que o torna privilegiado, promovendo a figura de Ottokar Doerffel à de imigrante modelo do começo da formação da colônia.

A arquitetura da casa trabalha com a memória local. Ao mesmo tempo em que ajuda a criar representações, ela alimenta uma identidade germânica em Joinville. Assim, acredita-se que a imponência da casa e de suas características peculiares ligadas a uma personagem de grande influência na cidade reforça o paradigma do imigrante culto, bem instruído e abonado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que a comunicação que a casa tem com seus visitantes, que cada pequeno detalhe da residência possui um significado, era o objetivo de Ottokar Doerffel. Doerffel não quis somente fazer uma casa para ele e sua esposa morarem até o fim de suas vidas, mas transmitir toda a sua ideologia e seus conhecimentos por meio da arquitetura. A casa fala por si. Os elementos maçônicos que a rodeiam transmitem ideias e conceitos adquiridos por Doerffel em seus longos anos servindo a maçonaria. As técnicas construtivas empregadas na estrutura da casa, avançadas para a época, e os estudos em relação ao conforto térmico que facilitaram a sua vida na nova pátria, aliados às características pessoais de Doerffel que o ligaram a atividades políticas e culturais, contribuem para a construção de representações acerca de seu proprietário. Todos esses fatores juntos, e o fato de a casa abrigar um museu, reforçam e eternizam as representações de um imigrante cientista, bem-sucedido, criativo e politicamente influente, entre outras características. Aquela construção não é a simples sede de um museu, mas um museu por si só onde a arquitetura passa a ser acervo da cidade.

REFERÊNCIAS

A VIDA EM DETALHES. **Notícias do Dia**, Joinville, 28 jun. 2014. Memória, p. 11-13.

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOIVILLE. **Na casa de Ottokar Doerffel, o Museu de Arte de Joinville**. Joinville, 2015.

ISBN 978-85-8209-066-4

BOEBEL, Maria Thereza. Maria Thereza Boebel: depoimento [out. 2003]. Entrevistadores: Diego Finder Machado e Eleide Abril Gordon Findlay. Joinville, 2003. 1 fita cassete. Entrevista concedida para o projeto de pesquisa para a pesquisa *Memória e identidade: o Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville e a reafirmação da identidade local*". Acervo do Laboratório de História Oral (LHO).

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

GUEDES, Sandra Paschoal L. de Camargo. Representações sobre a cidade: Joinville e a modernidade. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 11., 2006, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Anpuh, 2006. p. 2.

HERKENHOFF, Elly. **História da imprensa de Joinville**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998. 122 p.

MUSEU DE ARTE DE JOINVILLE. **A casa de Ottokar Doerffel:** templo e museu – 1864-2014. Joinville: Museu de Arte de Joinville, 2014. Exposição.

PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele:** arquitetura e os sentidos. Porto Alegre: Bookman, 2011.

III ENIPAC
Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

A MEMÓRIA, O LUGAR E O LUGAR DE MEMÓRIA: A PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO NAS DÉCADAS INICIAIS DO SÉCULO XX

Vera Marina Viglus[1]
Maria Julieta Weber Cordova[2]

Resumo: Este artigo propôs uma discussão sobre memória e lugares de memória com base em um estudo exploratório, documental, sobre a Praça Marechal Floriano Peixoto, situada na cidade de Ponta Grossa, no estado do Paraná. Para isso, procurou-se delimitar o recorte temporal nas três décadas iniciais do século XX, período em que o espaço recebeu características urbanas como calçamento, paisagismo, arborização, construção de um coreto, entre outros elementos que a legitimam enquanto espaço de socialização para grupos diversos que habitam a cidade. Questões como a aceleração do tempo e ruptura com o passado fazem com que a memória deixe de ser uma prática social vivenciada por gerações e passe a se cristalizar em lugares, como analisa Pierre Nora. Os estudos de Maurice Halbwachs contribuem para a compreensão da existência da memória coletiva e de sua relação com o espaço físico, lugares onde a memória se ancora possibilitando interpretações e reinterpretações. O trabalho é parte integrante da dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). As fontes utilizadas fazem parte dos acervos da Casa da Memória Paraná e do Museu Campos Gerais e constituem fotografias, jornais, códigos de posturas municipais dos anos de 1891 e 1914 e álbuns comemorativos do estado do Paraná de 1923 e 1927. As fotografias e os álbuns comemorativos ajudam-nos a perceber como a cidade era vista diante da perspectiva de um almejado progresso, procurando retratar aspectos que engrandeciam o desenvolvimento de Ponta Grossa enquanto cidade civilizada. Os jornais e os códigos de posturas municipais apresentam-nos um contraponto, apontando as dificuldades presentes nesse início de século XX para a assimilação da cultura urbana e para a concretização dos ideais progressistas. Os jornais também nos mostram a perspectiva de utilização da Praça Marechal Floriano Peixoto enquanto espaço de socialização, usada por diferenciados grupos sociais. No decorrer dos anos, a praça passou por diversas transformações urbanas e hoje abriga monumentos de temporalidades distintas que permitem interpretações e reinterpretações desse espaço na atualidade.

Palavras-chave: memória; lugar de memória; praça; Ponta Grossa.

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
[2] Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Licenciada em História e mestre em Educação pela UEPG. Professora adjunta da UEPG.

ISBN 978-85-8209-066-4

INTRODUÇÃO

Com base nas proposições de Nora (1993) e Halbwachs (1990), propôs-se neste trabalho discutir a relação entre memória e lugar de memória por meio de um estudo exploratório sobre a Praça Marechal Floriano Peixoto, primeira praça existente na cidade de Ponta Grossa, no estado do Paraná.

Para a elaboração da pesquisa, foram utilizadas fontes documentais como jornais locais de 1909 a 1924, fotografias, códigos de postura dos anos de 1891 e 1914 e álbuns comemorativos do estado do Paraná de 1923 e 1927, que fazem parte do acervo da Casa da Memória Paraná e do Museu Campos Gerais.

No primeiro momento, buscou-se estudar os conceitos de memória e os lugares de memória. Em seguida, apresentou-se um breve panorama sobre as tranformações urbanas da Praça Marechal Floriano nas três décadas iniciais do século XX, período em que o local recebeu características de espaço urbano (calçamento, paisagismo, arborização). Posteriormente, procedeu-se à análise dos elementos simbólicos que compõem a praça, o que possibilitou a releitura desse espaço demarcado por grupos que deixaram suas marcas referenciais mediante construções e monumentos, compreendendo-o como um lugar de memória para a cidade de Ponta Grossa.

A MEMÓRIA E OS LUGARES DE MEMÓRIA

As investigações sobre memória têm sido recorrentes em pesquisas desenvolvidas no campo das ciências humanas e sociais, especialmente em estudos do tempo presente. “Os discursos de memória aceleram-se na Europa e nos Estados Unidos no começo da década de 1980, impulsionados, então, primeiramente pelo debate amplo sobre o Holocausto” (HUYSSEN, 2000), além de uma série de eventos relacionados à Alemanha nazista, que, com a globalização e a midiatização, ganharam ressignificação.

Pierre Nora em sua obra intitulada *Les lieux de mémoire*, publicada nos anos de 1980, na França, traz um inventário dos lugares e objetos nos quais se enraízam a memória nacional francesa. Parte dessa obra foi traduzida para o português e publicada pelo *Projeto História*, revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Na referida tradução, Nora (1993) atenta para uma acentuada preocupação com a memória ao observar o contexto atual de formação de uma sociedade globalizada e, pelo que denomina de aceleração da história, acaba por indicar esfacelamentos dos processos de transmissão da memória.

Se antes se verificava o que Nora (1993) chamou de “sociedades-memória”, denominando assim as sociedades que faziam essa transmissão da memória por intermédio da comunicação, de experiências que eram vivenciadas como hábitos, gestos, tradições etc., que asseguravam a preservação e a transmissão de seus valores, com os processos de mundialização e massificação, vamos ter uma ruptura desses modelos de sociedade. Nesse cenário, a memória vivida por grupos como famílias, Igreja, escola e Estado tenderiam ao desaparecimento. “Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais”, alerta Nora (1993, p. 7).

Outro teórico abordado na pesquisa foi Maurice Halbwachs (1990), um dos precursores nos estudos sobre memória. O autor indica a existência de dois tipos distintos de memória: a individual e a coletiva. A memória individual diz respeito ao indivíduo, que constrói suas memórias ao se relacionar com outros indivíduos, com o espaço em um dado período de tempo. Já a memória coletiva transcende ao indivíduo, é superior a ele e se refere à coletividade de indivíduos.

Pessoas e grupos deixam suas marcas no espaço em que vivem. Nessa perspectiva, Halbwachs considera que a imagem coletiva tem seu ponto de apoio em imagens espaciais e é essa relação entre as pedras da cidade e os homens que contribui para a preservação da memória coletiva: “Os grupos [...] estão naturalmente ligados a um lugar porque é o fato de estarem próximos no espaço que criou entre seus membros relações sociais” (HALBWACHS, 1990, p. 139). Portanto, as experiências vivenciadas pelos grupos vão se enraizando no espaço concreto nas construções, nos monumentos, nas imagens e nos objetos. Com o passar do tempo, muitos desses espaços adquirem valor simbólico para indivíduos e grupos e possibilitam que ambos evoquem suas memórias pelo contato com os lugares.

Pode-se observar que Halbwachs trabalha com a questão da memória individual e coletiva na ótica das sociedades-memória, em que há a cronologia entre o vivido por um determinado grupo e suas lembranças. Nora (1993) aborda a questão da memória de forma diferenciada do primeiro autor, pois constata o fenômeno dos lugares de memória em um contexto no qual a memória se esfacela, se perde, é arrancada do vivido, apresentando a ideia da instituição de lugares de memória como lugares de uma memória instituída de maneira intencional. Esses lugares são encarregados por manter viva a memória de grupos dominantes que objetivaram demarcar uma memória instituída.

ISBN 978-85-8209-066-4

Nora (1993) considera que a ruptura dos processos de memória enquanto característica dos fenômenos da aceleração da história, da mundialização e da massificação acaba por acarretar a necessidade da consagração dos lugares de memória: “Menos a memória é vivida do interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas” (NORA, 1993, p. 14).

Logo, os lugares de memória “são lugares com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente” (NORA, 1993, p. 21): materiais, porque possuem uma base física na qual a memória coletiva se ancora e pode ser evocada; funcionais, visto que carregam em si a função da manutenção da memória e permitem sua transmissão; e simbólicos, pois representam diferentes grupos e transmitem suas significações.

Vendo a Praça Marechal Floriano Peixoto, na cidade de Ponta Grossa, no estado do Paraná, como lugar de memória, pretendeu-se analisar os processos de consagração da praça enquanto lugar de memória. Nessa direção, buscou-se fazer uma releitura desse espaço urbano com base nas fontes documentais já elencadas.

PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO COMO LUGAR DE MEMÓRIA

A Praça Marechal Floriano Peixoto compõe hoje o centro histórico de Ponta Grossa, no estado do Paraná. Foi ela a primeira praça da cidade, localizada no ponto central do município, em conjunto com a Igreja Matriz. Pode-se dizer que foi o local em que a cidade começou o seu processo de urbanização.

A construção da Igreja Matriz de Sant’Ana, por volta de 1820, é um marco da civilização de Ponta Grossa. A Igreja, que no início era uma pequena capela com ar interiorano, possuía um largo em que se realizavam os principais eventos e comemorações, constituindo-se em um dos primeiros espaços de socialização da comunidade. O espaço era então reconhecido como Largo da Matriz.

Figura 1 – Igreja Matriz de Sant’Ana, construída em 1820



Fonte: Casa da Memória Paraná

Foi no início da Primeira República (1989-1930), entre os anos de 1896 e 1908, que o espaço até então conhecido como Largo da Matriz passou a ser chamado de Praça Marechal Floriano Peixoto. Nesse período, identificou-se uma ruptura entre os poderes religiosos e governamentais. A mudança para o regime republicano trouxe consigo a inspiração aos ideais iluministas e a separação entre Igreja e Estado, conflito que se refletiu no espaço urbano, quando ruas e praças passaram a receber nomes republicanos.

A construção de personagens heróis e a denominação de ruas e praças utilizando os nomes dessas personagens foi uma estratégia de legitimação de poder do Estado republicano. Conforme observa Carvalho (2002, p. 82), “a consciência da falta de apoio levou os Republicanos a tentarem legitimar o regime por meio da manipulação de símbolos patrióticos e da criação de uma galeria de heróis Republicanos”. Assim, ruas e praças referenciais das cidades de todo o Brasil receberam nomes de personagens e heróis considerados pela história oficial como fundadores da República, e a praça central de Ponta Grossa recebeu o nome do segundo presidente republicano do Brasil, Marechal Floriano Peixoto.

Carvalho (2002) afirma que a estratégia republicana de promover seus fundadores não obteve êxito com a população conforme esperavam seus idealizadores, como transformar militares de alta patente

ISBN 978-85-8209-066-4

como Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e Benjamin Constant em heróis cívicos. “O único que adquiriu certa popularidade foi Floriano, mas a tendência jacobina de seus seguidores fez dele uma figura polêmica” (CARVALHO, 2002, p. 82), ressalta o autor. Foi a imagem de Tiradentes que encontrou mais eficácia entre os idealizadores de símbolos republicanos, firmando-se como herói cívico ao ser apresentado por meio de características mais populares. O jornal *O Progresso*, de Ponta Grossa, anualmente rememorava o aniversário da morte desses heróis:

> Floriano Peixoto – passou a 29 do corrente o anniversário da morte do inolvidável Floriano Peixoto, O Marechal de Ferro, que num momento perigoso para a vida nacional, soube prender ao seu pulso de aço as redes do governo de um povo anarquizado pela ambição dos politiqueiros. O Collégio Central do Paraná fez em honra do ilustre morto uma sessão cívica e uma revista militar, fazendo baixar o seu digno Director, o dr. Miguel Omena, uma ordem do dia instruindo os seus collegiaes sobre o vulto daquele eminente brasileiro (O PROGRESSO, 1909).

Outro trecho contido no ano seguinte do referido jornal dizia: “Floriano Peixoto –Passou hontem o anniversario da morte do inclyto marechal de ferro que quanto mais o afasta o tempo, mais próximo palpitado coração dos patriotas que amam a República e que sobretudo amam a liberdade” (O PROGRESSO, 30 jun. 1910).

Nas décadas iniciais do século XX, a cidade de Ponta Grossa encontrava-se diante de um acelerado processo de urbanização, passando por transformações generalizadas com a modernização e o embelezamento de seus espaços. A criação de espaços culturais, o fortalecimento da indústria e do comércio, a chegada da ferrovia, o estabelecimento da imprensa periódica foram fatores essenciais para esse processo de urbanização.

Os códigos de postura, o primeiro redigido em 1891 e o segundo em 1914, eram instrumentos que buscavam normatizar o uso dos espaços públicos, que nesse momento da história da cidade se constituíam em ruas e praças. Ao poder público cabia a administração desses espaços, enquanto a população deveria zelar por eles.

> A Camara arborizará as ruas e praças da cidade, quando julgar conveniente, e fará a conservação d’aquellas, sendo os proprietários ou inquilinos obrigados a zelarem das árvores plantadas na frente de suas moradias, sob pena de 5$000 reis de multa (PREFEITURA DE PONTA GROSSA, 1914, p. 2).

Os álbuns comemorativos, lançados pelo governo estadual, buscavam propagar o desenvolvimento das cidades por meio de textos e fotografias que narravam o progresso por elas conquistado. As intenções dos governantes eram criar uma boa imagem do Paraná e atrair investidores para instalarem no estado novos comércios e indústrias. Ponta Grossa ocupava lugar de destaque nesses álbuns, visto que era uma das cidades mais prósperas do Paraná, no início do século XX. Conforme observa Monastirsky (2001, p. 45),

> na década de 20 o sonho do progresso estava se realizando. Ponta Grossa já era a mais “próspera” cidade do interior do estado, pois contava equipamentos incomuns para a época: calçamento, telefone, água encanada, rede de esgoto, hospital e possuía uma vida cultural intensa. O processo de urbanização de Ponta Grossa, nesse período, foi acelerado, em comparação aos demais municípios do Paraná

A Igreja Matriz, em conjunto com a praça, aparecia no álbum como um cartão de visitas para a cidade em desenvolvimento:

> Ao visitante que chega pelo Norte causa sensação a vista do casario em estylo moderno, que se alastra das faldas ao cimo da collina, onde se encontra a Praça Floriano Peixoto, artisticamente ajardinada e onde se ergue a Igreja Matriz, numa altura de 947 metros acima do nível do mar (PARANÁ, 1927).

Diante dos ideais de progresso e do projeto de urbanização da cidade, a Praça Marechal Floriano Peixoto foi um dos primeiros locais a passar por transformações que lhe imprimiram características urbanas: colocação do calçamento; tratamento paisagístico; construção do coreto, onde eram realizados eventos culturais. O novo aspecto fez do antigo Largo da Matriz um espaço sociocultural moderno para a época, utilizado por grupos diversos, entre eles religiosos, políticos, militares e econômicos. O espaço tornou-

ISBN 978-85-8209-066-4

se símbolo da beleza e do desenvolvimento da cidade no início do século XX, em conjunto com a Igreja Matriz, que também foi remodelada nesse período, elevada à categoria de Catedral em 1926.

No entorno da praça, localizava-se o centro histórico com seus símbolos de poder – prefeitura, catedral, fórum, cadeia, hotéis e comércio. O local, conforme aponta Chaves (2001b, p. 12), "era o preferido pela elite local, sobretudo pelas famílias tradicionais que controlavam o poder político e a economia regional".

Figura 2 – Aspecto da Praça Marechal Floriano Peixoto após processo de urbanização no início do século XX



Fonte: Casa da Memória Paraná

Nas primeiras décadas do século XX Ponta Grossa já contava com diversas atividades culturais. "Os clubes sociais ofertavam bailes e festas, alguns com atividades semanais, a prática esportiva também se configurava enquanto opção de lazer em esportes como tênis, basquete, boxe, handebol e futebol" (CHAVES, 2001a). Entre as opções de lazer e cultura, a praça também ocupava lugar de destaque:

> As praças eram pontos de encontro típicos da sociedade ponta-grossense. Comentários a respeito delas estavam sempre pressentes entre as notícias publicadas no *Diário dos Campos*. [...] Também era nas praças que se realizavam comemorações cívicas e celebrações religiosas. Outro costume típico era concentrar-se diante das retretas que ocorriam na Praça da Matriz ao entardecer de domingo (CHAVES, 2001a, p. 68).

A Praça Marechal Floriano servia ainda como espaço de recepção para as autoridades que chegavam a Ponta Grossa. Uma das principais hospedarias que a cidade possuía naquele período era o Hotel Palermo, que estava localizado em frente à praça. Nele se hospedavam as grandes personalidades e autoridades que vinham a Ponta Grossa, o que conferia importância ainda maior ao espaço da praça quando se tratava da receptividade das autoridades que ali se instalavam.

Por ser um espaço importante para a sociedade ponta-grossense do início do século XX, a praça constantemente aparecia no noticiário local, o jornal periódico *Diário dos Campos*[3], ora registrando seu progresso e desenvolvimento, ora cobrando melhorias por parte da administração pública e conservação por parte da população:

> Finalmente, a nossa prefeitura, resolveu-se, afinal, a ajardinar a praça Floriano. Constitue esse melhoramento uma das reclamações incessantes da nossa população, e portanto, o Sr. Prefeito, realizando essa antiga e geral aspiração fará jus também aos geraes e uníssonos applausos do povo pontagrossense (DIÁRIO DOS CAMPOS, 12 jul. 1921).

Com o passar dos anos, a praça foi modelada e remodelada em um movimento de construção e demolição, conforme as decisões do poder público em cada período de sua trajetória. O coreto, construído por volta de 1917, onde se realizavam as retretas, espécie de concertos executados pela Banda Lyra dos Campos e pela banda do 5.º Regimento, foi demolido. A pérgola, construída na década de 1930, que continha banheiros em sua parte inferior, presente ainda em fotografias dos anos de 1980, também já não compõe o cenário da praça.

[3] Em Ponta Grossa, a imprensa periódica estabeleceu-se em meio ao contexto de modernização da cidade, no ano de 1907, com o jornal O Progresso, que mais tarde, em 1913, passou a ser chamado de Diário dos Campos.

ISBN 978-85-8209-066-4

Figura 3 – Coreto da Praça Marechal Floriano Peixoto, construído por volta do ano de 1917



Fonte: Casa da Memória Paraná

O entorno da praça também sofreu modificações, restando do começo do século XX os prédios do antigo fórum, que passaram recentemente por um processo de restauração e que em breve devem abrigar o acervo do Museu Campos Gerais, que pertence à Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Outra construção que permanece preservada é o prédio em que hoje funciona a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais (PROEX) da mesma universidade. O edifício foi construído pelo imigrante alemão Guilherme Neumann em 1906, local em que instalou uma loja de ferragens, naquele período a mais importante do ramo em Ponta Grossa e que funcionou até o ano de 1933. Em 1938 o prédio foi adquirido pelo governo do estado (PARANÁ, 2016).

A Catedral ainda faz conjunto com a praça, mas a Igreja, reformada no fim do século XIX e estilizada na primeira década do século XX, foi demolida em 1978 e deu lugar a uma construção maior e com características mais modernas, conforme se vê na figura 4.

Hoje a Praça Marechal Floriano Peixoto abriga monumentos de diferentes períodos: Obelisco dos Fundadores, construído na década de 1930; Monumento do Sesquicentenário, edificado no ano de 1973, em comemoração aos 150 anos da elevação de Ponta Grossa à freguesia; uma espécie de cápsula do tempo, ou seja, uma urna de aço inoxidável que contém jornais, moedas, documentos, lista com o nome das autoridades civis, militares e eclesiásticas de 1973, enterrada junto ao Monumento do Sesquicentenário[4]; Monumento à Bíblia[5], inaugurado em 1969. Além desses monumentos, a praça ainda abriga dois monumentos comemorativos em homenagem ao Lions Clube, organização internacional de clubes de serviço do mundo voltada para serviços humanitários com representantes em Ponta Grossa (PREFEITURA DE PONTA GROSSA, 2016).

Figura 4 – Praça Marechal Floriano Peixoto nos dias atuais



Fonte: fotografia de Rodrigo Covolan, jornal *Diário dos Campos*, 19 dez. 2013

[4] Essa urna deverá ser aberta em 2023, quando a cidade completará dois séculos.
[5] Segundo o *site* da Prefeitura de Ponta Grossa, esse monumento teria sido o primeiro construído em homenagem à Bíblia no mundo.

ISBN 978-85-8209-066-4

Pode-se compreender, com base no conceito de Pierre Nora (1993), que a Praça Marechal Floriano Peixoto acaba por corresponder a um lugar de memória, guardando em seu espaço uma memória institucionalizada, a memória dos fundadores da cidade, que está representada pelo Obelisco dos Fundadores desde o ano de 1930. Em 1973, tal monumento foi removido para a lateral da praça, dando lugar ao Monumento do Sesquicentenário, que foi construído na parte central da praça em homenagem aos 150 anos de elevação de Ponta Grossa à categoria de freguesia. Esse monumento forma o número 150. O mural, que tem o formato do número 5, contém desenhos que contam a história da cidade (PREFEITURA DE PONTA GROSSA, 2016).

Nessa perspectiva, Jeudy (1990, p. 17) observa: "A memória da cidade é por um lado monumental, articulada em torno de marcos usuais (a catedral, a hospedaria da cidade), por outro cotidiana, vivida nos percursos das ruas e praças". Dessa forma, aqueles que caminham pela cidade podem evocar memórias, interpretando e reinterpretando o espaço vivido, mas o autor alerta para o fato de que o jogo de interpretações, ao mesmo tempo em que compartilha, também separa.

Nora (1993) vai nos falar então que os lugares de memória são esses espaços que contêm uma memória que não mais habitamos, onde palpita o simbólico, gerando então um "apego visceral que nos mantém ainda devedores daquilo que nos engendrou, mas distanciamento histórico que nos obriga a considerar com um olhar frio a herança e a inventariá-la" (NORA, 1993, p. 14).

Local representativo da história e da cultura na cidade de Ponta Grossa, a Praça Marechal Floriano Peixoto configura-se como espaço urbano de disputas e de hegemonia entre grupos, ora pelas diferenciadas apropriações físicas, ora pelas apropriações simbólicas, apontando para o estabelecimento de uma memória institucionalizada nesse espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aceleração da história, os fenômenos de globalização, a massificação e a midiatização resultam numa ruptura dos processos de memória que asseguravam práticas sociais espontâneas nas relações entre passado e futuro. Diante dessa realidade, impera a necessidade de se instituírem lugares de memória, locais criados intencionalmente para assegurarem às futuras gerações uma memória que se oficializa.

Na perspectiva de lugares de memória proposta por Pierre Nora (1993), compreende-se que a Praça Marechal Floriano Peixoto é um lugar de memória para a cidade de Ponta Grossa. Ao longo de suas transformações urbanas, seu espaço físico foi modificado de acordo com decisões do poder público municipal, responsável pela administração do local, passando pelo movimento da construção/demolição e preservação. Construções como o coreto, a pérgola, e a Catedral, estilizada na primeira década do século XX, alguns dos elementos que constituíam a paisagem da Praça Marechal Floriano Peixoto em suas primeiras fases de urbanização, já não estão mais presentes nesse lugar.

Pode-se considerar que, mesmo diante de transformações, da modernização dos espaços, das construções e das demolições identificadas na paisagem da praça e com as diferentes funcionalidades adquiridas em cada período da história da cidade, o espaço foi se estabelecendo como um lugar de referência da memória oficial da cidade.

A pesquisa documental traz elementos referenciais que contribuem para novas interpretações da praça, dos elementos que a constituem e de sua história, permitindo identificar uma memória institucionalizada por grupos que intencionalmente estabeleceram ali marcos para suas memórias. Assim, compreendeu-se que os monumentos ali construídos, bem como o processo de urbanização e de transformação urbana que permeia a história da praça, especialmente nas décadas iniciais do século XX, acabaram por legitimar o espaço da Praça Marechal Floriano Peixoto como um lugar de memória.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHAVES, Niltonci Batista. A "cidade civilizada": cultura, lazer e sociabilidade em Ponta Grossa no início do século XX. *In*: DITZEL, Carmencita Hollemben Mello; SAHR, Cicilian Luiza Löwen (Orgs.). **Espaço e cultura:** Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001a. p. 65-76.

ISBN 978-85-8209-066-4

_____. **A cidade civilizada:** discurso e representações sociais no jornal *Diário dos Campos* na década de 1930. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001b.

DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, 12 jul. 1921, p. 1. Acervo: Casa da Memória Paraná, Ponta Grossa, Paraná.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vertice, 1990.

HUYSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória:** arquitetura, monumentos, mídia. Tradução de Sergio Alcides. Seleção de Heloisa Buarque de Hollanda. 2. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JEUDY, Henri Pierre. **Memórias do social**. São Paulo: Forense Universitária, 1990.

MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. A mitificação da ferrovia em Ponta Grossa. *In*: DITZEL, Carmencita Hollemben Mello; SAHR, Cicilian Luiza Löwen (Orgs.). **Espaço e cultura:** Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001. p. 65-76.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, dez. 1993.

O PROGRESSO. Ponta Grossa, 1.º jul. 1909, p. 1. Acervo: Casa da Memória Paraná, Ponta Grossa, Paraná.

_____. Ponta Grossa, 30 jun. 1910. Acervo: Casa da Memória Paraná, Ponta Grossa, Paraná.

PARANÁ. Álbum Comemorativo do Estado do Paraná. 1927. Acervo: Casa da Memória Paraná, Ponta Grossa, Paraná.

_____. Secretaria de Estado da Cultura. Coordenação do Patrimônio Cultural. **Edifício situado à Praça Marechal Floriano**. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=148>. Acesso em: 15 jul. 2016.

PREFEITURA DE PONTA GROSSA. **Código de posturas municipais**. Ponta Grossa, 1914. Acervo: Casa da Memória Paraná, Ponta Grossa, Paraná.

_____. **Praça Marechal Floriano Peixoto**. Ponta Grossa. Disponível em: <http://pontagrossa.pr.gov.br/praca-marechal-floriano-peixoto>. Acesso em: 15 jul. 2016.

III ENIPAC
Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

ACESSIBILIDADE DOS SURDOS AOS LUGARES DE MEMÓRIA

Neide de Lima Lourenço[1]
Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes[2]

Resumo: Em 2015 foi instituída a Lei n.º 13.146, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, atualmente conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. De acordo com ela, todos os espaços culturais brasileiros têm de se adequar às novas regras, possibilitando a garantia dos direitos das pessoas com deficiência, entre elas, os surdos. No Brasil os surdos são usuários da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e fazem parte de uma minoria linguística. A Libras é reconhecida pela Lei n.º 10.436/02 como meio legal de comunicação e expressão, devendo ser garantidos pelo poder público o seu apoio, o seu uso e a sua difusão. Dessa forma, o acesso à informação sobre o patrimônio material e imaterial na sociedade em que os surdos estão inseridos deve ser assegurado, de maneira que as pessoas surdas conheçam e se percebam como sujeitos de direito e pertencentes a essa sociedade. Com base nas leis que são específicas e que garantem o direito dos surdos de interagirem, de terem informações por meio da sua língua materna, este artigo teve como objetivo identificar como os surdos são incluídos, ou não, nos espaços de memória de Joinville e como ocorre esse processo. Discutiram-se, ainda, aspectos relevantes para a compreensão da realidade da comunidade surda e das políticas públicas de acesso aos museus em Joinville.
Palavras-chave: acessibilidade; língua brasileira de sinais; museus; patrimônio cultural.

INTRODUÇÃO

De acordo com o censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem no Brasil cerca de nove milhões de pessoas com deficiência auditiva. Entre elas, 344.205 não ouvem de modo algum e 1,7 milhão têm grande dificuldade em ouvir. Santa Catarina tem o total de 305.833 pessoas com deficiência auditiva, das quais aproximadamente 10,4 mil não conseguem de modo nenhum ouvir e 62.121 pessoas ouvem com grande dificuldade. Em Joinville são 21.167 pessoas com deficiência auditiva, com 1.036 pessoas que não ouvem de modo algum e 4.053 que ouvem com grande dificuldade (IBGE, 2010).

> A surdez, de acordo com os *Saberes e práticas da inclusão* (BRASIL, 2006, p. 17), pode ser assim dividida:
> Audição normal – de 0 a 15 dB (zero a quinze decibéis).
> Surdez leve – de 16 a 40 dB (dezesseis a quarenta decibéis). Nesse caso a pessoa pode apresentar dificuldade para ouvir o som do tic-tac do relógio, ou mesmo uma conversação silenciosa (cochicho).

[1] Mestranda em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville (Univille).
[2] Professora doutora do curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille.

ISBN 978-85-8209-066-4

> Surdez moderada – de 41 a 55 dB (quarenta e um a cinquenta e cinco decibéis). Com esse grau de perda auditiva a pessoa pode apresentar alguma dificuldade para ouvir uma voz fraca ou o canto de um pássaro.
> Surdez acentuada – de 56 a 70 dB (cinquenta e seis a setenta decibéis. Com esse grau de perda auditiva a pessoa poderá ter alguma dificuldade para ouvir uma conversação normal.
> Surdez severa – de 71 a 90 dB (setenta e um a noventa decibéis). Nesse caso a pessoa poderá ter dificuldades para ouvir o telefone tocando ou ruídos das máquinas de escrever num escritório.

Conforme essa realidade brasileira, este artigo pretendeu discutir os direitos a acesso à cultura por meio dos lugares de memória e como a falta de acessibilidade interfere de maneira significativa no cotidiano e na vida social das pessoas surdas, podendo excluir e marginalizá-las diante de uma sociedade ouvinte.

Segundo o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005: "É considerada pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais-Libras" (BRASIL, 2005).

Atualmente no Brasil tem se intensificado a discussão sobre a relação entre cultura e direitos humanos, bem como o papel dessas questões no combate à exclusão, mas ainda há necessidade de aperfeiçoamento.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 19: "Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras" (ONU, 1948).

Logo, haja vista que a maneira como o sujeito surdo se manifesta é pela Libras, ele teria o direito de receber e transmitir as informações e ideias por intermédio da sua língua materna, ou seja, a língua de sinais. A acessibilidade são um princípio e um direito humano; é por ela que o indivíduo garante o direito de se constituir como ser humano pelo acesso à informação, comunicação e direito de oportunidades igualitárias sem distinção.

A lei garante o direito, mas é necessário ter profissionais habilitados para que a inclusão aconteça nos espaços públicos. Conforme o capítulo II da Lei Federal n.º 13.146, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência é de responsabilidade do poder público, o que está explícito no artigo 73: "Caberá ao poder público, diretamente ou em parceria com organizações da sociedade civil, promover a capacitação de tradutores e intérpretes de Libras, de guias intérpretes e de profissionais habilitados em Braille, áudio-descrição, estenotipia e legendagem" (BRASIL, 2015).

Em Joinville, a maior cidade do estado de Santa Catarina, é possível constatar que as pessoas com surdez ainda estão buscando seu espaço como sujeito de direitos, pois no município não há escolas que atendam a suas especificidades. Consequentemente, tem-se defasagem no processo de desenvolvimento desses sujeitos desde a primeira infância. Nessa situação, a aquisição da linguagem é tardia, além do que grande parte dessa população de surdos nasce em famílias ouvintes, ou seja, sem contato com a Libras.

Em 2002 a Libras foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão dos surdos brasileiros pela Lei Federal n.º 10.436:

> Art. 1.º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais-Libras e outros recursos de expressão a ela associados.
> Parágrafo único: Entende-se como Língua Brasileira de Sinais-Libras a forma de comunicação e expressão em que o sistema linguístico de natureza visual-motora com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002).

O Decreto-Lei n.º 5.296, de 2004, apresenta de forma objetiva que acessibilidade é muito mais do que construir rampas, mas sim proporcionar meios para que o conhecimento ultrapasse as barreiras arquitetônicas. Conceitos de acessibilidade e barreiras são claramente explicitados no artigo 8.º:

> I - acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

ISBN 978-85-8209-066-4

> II - barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação, classificadas em: [...]
> d) barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação (BRASIL, 2004).

Em razão da importância do acesso aos bens culturais na sociedade atual, esse tema tem despertado interesse em diversas áreas, sobretudo quanto à acessibilidade, pois levamos em consideração que, por muito tempo, as pessoas com deficiência foram excluídas de relevantes espaços da sociedade, como escolas, igrejas, parques, espaços culturais, entre outros.

De acordo com a Lei n.º 13.146, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que foi instituída em 2015, atualmente conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, todos os espaços culturais brasileiros têm de se adequar às novas regras, possibilitando a garantia dos direitos das pessoas com deficiência, entre elas, os surdos. Especificamente com relação ao acesso à cultura, o artigo 42 da nova lei determina:

> Art. 42 A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso:
> I- a bens culturais em formato acessível;
> II- a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível;
> III- a monumentos e locais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos;
> 1.º É vedada a recusa de oferta de obra intelectual em formato acessível à pessoa com deficiência, sob qualquer argumento, inclusive sob a alegação de proteção dos direitos de propriedade intelectual.
> § 2.º O poder público deve adotar soluções destinadas à eliminação, à redução ou à superação de barreiras para a promoção do acesso a todo patrimônio cultural, observadas as normas de acessibilidade, ambientais e de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (BRASIL, 2015).

O termo *inclusão* começou a ser difundido no início da década de 1980, possibilitando mais visibilidade às pessoas com deficiência, que por muito tempo não tinham os mesmos direitos que todos, eram excluídas em suas próprias famílias e privadas de uma vida em sociedade. Apesar de as leis garantirem os direitos da pessoa com deficiência, tais indivíduos ainda são vítima de preconceito e da falta de fiscalização para que as leis assegurem seus direitos, pois incluir é muito mais que estar inserido – é fazer parte.

Sassaki (1999, p. 3) define inclusão social como

> o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então um processo bilateral na qual as pessoas, ainda excluídas e a sociedade buscam, em parcerias, equacionar problemas, decidir sobre as soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

Para que a inclusão social de fato aconteça, é necessária uma mudança em toda a sociedade para que possa atender a cada pessoa em sua individualidade, respeitando e valorizando as diferenças.

Considerando que Joinville é a maior cidade do estado de Santa Catarina e, como foi dito, possui mais de 21 mil pessoas com deficiência auditiva, observa-se a escassez de oportunidades que envolvam a inclusão da pessoa surda nos espaços de cultura. O poder público municipal, responsável pelas instituições culturais, não tem conseguido contemplar as particularidades nem os aspectos socioculturais do povo surdo, excluindo-o, dessa forma, de seus direitos e do acesso à cultura e à informação.

Respeitar a cultura surda e a Libras é muito mais que oportunizar a sua manifestação; é proporcionar que essas pessoas tenham acesso às informações, aos bens culturais, para que consigam refletir sobre suas ações, como também interagir por meio das trocas com seus pares.

A proposta deste artigo foi refletir sobre as leis que garantem os direitos dos surdos em suas características linguísticas, identitárias e culturais e como vem ocorrendo esse processo. A acessibilidade dos surdos nos lugares de memória no Brasil acontece de maneira lenta e muitas vezes inadequada. Por

ISBN 978-85-8209-066-4

esse motivo se deu a escolha do tema, tendo como principais objetivos pesquisar e analisar a acessibilidade dos surdos que são usuários da Libras nos museus da cidade.

São visíveis as dificuldades das pessoas com deficiência no município, desde o acesso à educação básica à saúde, espaços que são direitos básicos de qualquer ser humano, independentemente de ter deficiência ou não. Todavia, e a cultura? Essas pessoas têm direitos garantidos por lei, mas esses direitos são respeitados?

A ACESSIBILIDADE EM MUSEUS DE JOINVILLE

O site do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), no Cadastro Nacional de Museus, atualizado em 5 de dezembro de 2015, no item relacionado às instalações destinadas às pessoas com deficiência, mostra que em Joinville, dos cinco museus existentes e demais espaços de memória, constam apenas a Estação da Memória e o Museu da Bicicleta com acessibilidade, mas somente no que tange às pessoas com mobilidade reduzida (IBRAM, 2011).

Em contato com a gerente de Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Joinville (SOTO, 2016), por *e-mail*, foram feitas as seguintes perguntas:

- Os funcionários recebem formação em Libras para atender ao público surdo? Se recebem, essa formação é continuada?;
- Os funcionários que receberam a formação são fluentes em Libras? Eles conseguem passar e receber as informações necessárias para que o surdo tenha acesso e conhecimento sobre o museu e o acervo?
- Os museus têm algum plano para atender a esse público específico? Os surdos podem visitar os museus no momento em que desejarem, ou é preciso que agendem antes a visita para receber o atendimento adequado?

As respostas foram dadas prontamente com clareza e objetividade. A entrevistada relatou que alguns funcionários dos museus já receberam formação, mas que, infelizmente, ela não é continuada e que os conhecimentos adquiridos nessa formação são básicos na Libras.

Quanto ao plano para atender a esse público específico, geralmente as visitas são agendadas para os monitores se prepararem para a mediação. A funcionária ressaltou que há um projeto que está sendo desenvolvido pelo Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville que consiste na instalação de um aplicativo de tradução para Libras em *tablets* que serão disponibilizados aos surdos durante a visita e que tal aplicativo será, posteriormente, expandido para outros museus municipais da cidade.

Para obter mais dados, os museus foram contatados por telefone e por *e-mail*. Os profissionais relataram a necessidade da formação para atender a esse público e que não receberam nenhuma formação específica. Diante das conversas, a percepção foi a de que os profissionais se sentem angustiados em relação à acessibilidade em todos os sentidos, pois a formação é essencial para que possam exercer o seu trabalho e atender às pessoas com necessidades especiais, como lhes é de direito. No tocante ao atendimento aos surdos, a capacitação ocorreu apenas para alguns; poucos tiveram acesso a essa informação.

Em 2012 a equipe do Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville, coordenada pela educadora Elaine Machado, vislumbrou ações para promover o acesso a pessoas com deficiência ao conteúdo das exposições de longa duração. Tendo a acessibilidade como objetivo, o museu contratou uma empresa especializada na acessibilidade em museus para a realização de uma consultoria e que desenvolvesse o diagnóstico de acessibilidade e orientação para a produção de um áudio-guia para pessoas com deficiência visual (SARRAF, 2013). O museu elaborou o Projeto Educação Patrimonial e Acessibilidade, com verba do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, que contemplou as ações elaboradas até o presente momento.

Em contato com uma educadora, foi relatado que esse trabalho está sendo desenvolvido, que os monitores tiveram formação de Libras do curso básico ao intermediário e que as visitas podem ser agendadas para atender aos surdos, pois os monitores se preparam para recebê-los. Segundo a educadora, o museu abre espaço para que os surdos promovam encontros para dialogarem a cada 15 dias. Ela enfatizou que esse momento é de extrema importância e que os próprios surdos precisam fazer uso desses espaços sem mediação. Sendo assim, não é o museu que promove esses encontros, mas sim a própria Associação de Apoio aos Surdos de Joinville.

A educadora salientou que algumas ações serão efetivadas em curto prazo, como a disponibilização de *tablets* com o aplicativo Hand Talk (tradutor para Libras), como também serão produzidos vídeos pelos próprios monitores do museu sinalizando os espaços dos museus e informações sobre o acervo.

ISBN 978-85-8209-066-4

O Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, o Museu Casa Fritz Alt, a Casa da Memória, o Cemitério do Imigrante, o Museu de Arte de Joinville, a Estação da Memória, o Museu da Bicicleta e o Museu do Ferro de Passar[3], de acordo com as informações obtidas, indicam carência de um projeto específico para atender aos surdos.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Tendo em vista a Lei n.º 13.146 de 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), que garante todos os direitos da pessoa com deficiência, especialmente seu capítulo IX, que se refere ao direito à cultura, fica claro que os museus deverão se adequar às premissas ali colocadas, já que a realidade existente é de espaços onde as pessoas com deficiências foram e ainda são excluídas.

Para que continuemos esta discussão, não podemos deixar de destacar Wrigley (*apud* SÁ, 2010, p 64), que enfatiza: "Os surdos enquanto grupo organizado comunitária/culturalmente, não se definem como 'deficientes auditivos', ou seja, para eles o mais importante não é frisar a atenção sobre a falta/deficiência da audição; os surdos se definem de forma cultural e linguística".

Para que os espaços dos museus e seus artefatos tenham de fato significado aos visitantes, surdos ou não, tal espaço deve ser um ambiente para não apenas contemplação, mas de transformação do conhecimento gerador de ideias, opiniões de construção e desconstrução do mundo que nos rodeia, independentemente do público que venha visitar o museu. Meneses (1992, p. 7) destaca a importância social dos museus:

> Além de evocar e celebrar o passado, um museu deve organizar-se de maneira a mostrar a sociedade como organismo vivo, sujeito a mudanças. Assim, o museu histórico contribui para o enriquecimento da consciência histórica, isto é, a percepção da vida social como produto da ação humana que gera e transforma.

Nos museus, sobretudo os da cidade de Joinville, pouco se investe em formação para os profissionais que ali atuam, principalmente no atendimento às pessoas com surdez, pois essa formação exige contato com a comunidade surda, com a cultura e consequentemente com a língua para que se tenha um aprendizado eficaz e satisfatório, portanto um curso de 60 horas não é suficiente para a aprendizagem efetiva de uma língua como a Libras, por sua estrutura e suas particularidades.

O Decreto-Lei n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005, ressalta a importância do uso e da difusão da Libras para os surdos brasileiros e que em todas as instituições públicas que desenvolvem atendimento ao público deve ser promovida essa difusão. Ele estabelece, ainda, que todas as instituições devem ter 5% de seus servidores capacitados em Libras:

> Art. 26. A partir de um ano da publicação deste decreto, o poder público, as empresas, concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta devem garantir às pessoas surdas o tratamento diferenciado, por meio do uso e difusão de Libras e da tradução e interpretação de Libras-Língua Portuguesa, realizados por servidores e empregados capacitados, para essa função, bem como o acesso às tecnologias de informação, conforme prevê o Decreto N. 5.296, de 2004.
> § 1.º As instituições de que trata o *caput* devem dispor de, pelo menos, cinco por cento dos servidores, funcionários e empregados capacitados para uso e interpretação a Libras (BRASIL, 2005).

Disponibilizar *tablets* com aplicativo não substitui um profissional intérprete; essa forma de acessibilidade precisa ser compreendida e explorada apenas como apoio. A contratação de um intérprete de Libras capacitado deve ser efetivada, pois a Lei n.º 13.146, de 2015, garante esse direito da pessoa surda:

> Art. 21. Liberdade de expressão e de opinião e acesso à informação
> Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar que as pessoas com deficiência possam exercer seu direito à liberdade de expressão e opinião, inclusive à liberdade de buscar, receber e compartilhar informações e ideias, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas e por intermédio de todas as formas de comunicação

[3] O Museu do Ferro de Passar é uma coleção particular visitável exposta nas dependências da Estação da Memória.

ISBN 978-85-8209-066-4

> de sua escolha, conforme o disposto no Artigo 2 da presente Convenção, entre as quais:
> a) Fornecer, prontamente e sem custo adicional, às pessoas com deficiência, todas as informações destinadas ao público em geral, em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência;
> b) Aceitar e facilitar, em trâmites oficiais, o uso de línguas de sinais, braille, comunicação aumentativa e alternativa, e de todos os demais meios, modos e formatos acessíveis de comunicação, à escolha das pessoas com deficiência;
> [...]
> e) Reconhecer e promover o uso de línguas de sinais (BRASIL, 2015).

Capacitar funcionários dos museus seria uma forma de acessibilidade, mas é necessária a formação continuada e de qualidade. O Decreto-Lei n.º 5.296/04 salienta a importância do profissional intérprete ou de um servidor capacitado adequadamente e que tenha fluência em Libras:

> Art. 6.º O atendimento prioritário compreende tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas de que trata o art. 5.º.
> § 1.º O tratamento diferenciado inclui, dentre outros:
> II - Serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdo cegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;
> Art. 59. O Poder Público apoiará preferencialmente os congressos, seminários, oficinas e demais eventos científico-culturais que ofereçam, mediante solicitação, apoios humanos às pessoas com deficiência auditiva e visual, tais como tradutores e intérpretes de LIBRAS, ledores, guias-intérpretes, ou tecnologias de informação e comunicação, tais como a transcrição eletrônica simultânea (BRASIL, 2004).

Mesmo com intérpretes qualificados, os lugares de memória precisam ser espaços que dialoguem com o público e vice-versa e promover ações que permitam aos surdos fazer parte desses espaços. Os surdos têm a necessidade de dialogar com seus pares, questionando, trocando ideias, experiências e, consequentemente, estabelecendo a comunicação. Há a necessidade de se criar e ampliar os sinais dos museus e lugares de memória de Joinville. A comunicação entre surdo e surdo amplia a possibilidade de apropriação desse espaço de memória e identidade: “Para o sujeito ter acesso às informações e conhecimento, e para construir sua identidade, é fundamental criar uma ligação com o povo surdo em que se usa a sua língua em comum: a língua de sinais” (STROBEL, 2009, p. 47).

Na cidade de São Paulo foi desenvolvido o Projeto Aprender e Ensinar no Museu de Arte Moderna (MAM), que faz parte do Programa Igual Diferente, do Setor Educativo do MAM. De 2002 a 2007, o projeto foi realizado em parceria com a escola de educação infantil e ensino fundamental para crianças e jovens surdos da Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação (Derdic) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Em 2008, o Aprender e Ensinar ampliou suas parcerias. Atualmente, integram o curso alunos e profissionais da Derdic, da Escola para Crianças Surdas Rio Branco, da Fundação Bradesco, do Colégio Internacional Vocacional Radial e do Instituto Santa Terezinha. O projeto surgiu da necessidade de uma comunicação mais clara e efetiva entre o educador-artista e os visitantes surdos, os quais tinham sua atenção voltada mais para o que estava sendo dito do que propriamente para a exposição em si. Isso dificultava a experiência vivenciada com as obras que estavam expostas. Os visitantes surdos demonstravam nitidamente interesse pela exposição, mas não havia um diálogo com o educador-artista, e suas dúvidas não eram sanadas por conta do longo percurso de comunicação entre eles. Com o objetivo de proporcionar mais acessibilidade aos surdos, para que pudessem ser recebidos no museu e que as informações fossem repassadas por meio da sua língua materna, a Libras, surgiu o projeto (LUCENA; MUSSI; LEYTON, 2008).

O Projeto Aprender e Ensinar é um dos exemplos de ações que poderiam fazer parte do plano de acessibilidade cultural de Joinville. Dessa forma, os surdos teriam acesso aos lugares de memória e mais compreensão do patrimônio cultural da cidade, por meio das trocas entre seus pares e da difusão da Libras.

Com base nos pressupostos estabelecidos pela Lei federal n.º 13.146/2015, a Lei Brasileira de Inclusão, o museu e o seu acervo, para ser significativos, antes precisam ser inclusivos, e isso só acontece quando o visitante tem conhecimento do que visualiza, pela experimentação, com experiências que o façam refletir e, consequentemente, ter alguma representação sobre aquilo que vivencia. Sendo assim,

ISBN 978-85-8209-066-4

o museu não pode ser apenas um espaço de contemplação, mas deve ser um espaço que possibilite o encontro, a transformação e a ressignificação do olhar para as coisas que nos cercam.

Em 2008 a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) elaborou a Norma Brasileira (NBR) 15.599, isto é, a Norma Brasileira de Acessibilidade: Comunicação e Prestação de Serviços, que estabelece as normas da comunicação em museus, exposições e espaços culturais com o público que faz uso da Libras, destacando no item 5.4.1, alínea b, o "atendimento especializado em Libras por meio de articulador orofacial, devidamente sinalizado em todo material promocional" (ABNT, 2008, p. 9).

De acordo com a legislação brasileira, os surdos são sujeitos contemplados por várias leis, decretos e normas específicos, entretanto não há ações que efetivem nem que garantam esses direitos, em esfera federal, estadual ou municipal.

Os surdos de Joinville possuem consciência dos seus direitos. Eles estão atualmente organizados em uma associação onde discutem formas de ter seus direitos garantidos, e a acessibilidade é um desses direitos. Para os surdos, a maneira de acesso aos bens culturais é sobretudo mediante um intérprete de Libras. Portanto, é necessário que as repartições públicas disponibilizem um profissional intérprete nos museus e espaços de memória abertos ao público.

Conforme o Plano Municipal de Cultura de Joinville, instituído pela Lei municipal n.º 6.705, de 2010:

> Ao refletir sobre o acesso aos bens culturais como um direito cidadão, não podemos deixar de levar em consideração a necessidade de políticas de inclusão das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência tem como propósito "promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente". No que se refere à cultura, a Convenção defende a garantia do acesso das pessoas com deficiência aos bens e atividades culturais em formatos acessíveis, aos locais que promovem ações culturais, além da promoção do seu potencial artístico, criativo e intelectual e do reconhecimento de sua identidade cultural e linguística (JOINVILLE, s.d., p. 38-39).

O Plano Municipal de Cultura "é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da política municipal de cultura, com a previsão de ações de curto, médio e longo prazo" (JOINVILLE, s.d.), e as ações ligadas à acessibilidade deveriam ser cumpridas no curto prazo, como é possível notar nas Diretrizes e Ações do Plano Municipal de Cultura, no que tange ao "Exercício de Direitos Culturais", em seu item 1.4, que estabelece a necessidade de "garantir a efetivação do Plano Municipal de Acessibilidade".

> 1.4.1 Implantar ações de capacitação de profissionais da área cultural para o trabalho com pessoas com deficiências (curto prazo).
> 1.4.2 Assegurar a acessibilidade aos bens e serviços culturais, bem como aos museus e outras unidades culturais (curto prazo).
> 1.4.3 Adotar, em projetos culturais, medidas de inclusão social de pessoas com deficiências, incentivando e desenvolvendo ações que visem à arte inclusiva em todos os âmbitos (dança, teatro, música, circo, audiovisual etc.), contemplando os diversos segmentos sociais (curto prazo).
> 1.4.4 Elaborar programas que promovam a inclusão da pessoa com deficiência no processo de produção, difusão e fruição das expressões artísticas e manifestações culturais (curto prazo) (JOINVILLE, s.d., p. 41).

Passados seis anos da publicação do Plano Municipal de Cultura, que ainda ressalta que "o município de Joinville está implementando políticas e ações de promoção do direito humano de viver em sociedade" (JOINVILLE, s.d., p. 26), quais ações foram desenvolvidas e garantem o direito da pessoa surda no acesso à cultura até o presente momento?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto a legislação federal como a municipal garantem o acesso à cultura e o atendimento por meio da Libras aos surdos nos lugares de memória, como também o direito de dialogar e de receber informações mediadas e interpretadas por um profissional intérprete de Libras ou um funcionário dos museus fluente em Libras.

ISBN 978-85-8209-066-4

Os lugares de memória pesquisados em Joinville não possibilitam as informações em Libras aos surdos, mas por intermédio da fala dos funcionários perceberam-se o interesse e a necessidade de aprimorar e de exercer um trabalho de qualidade no atendimento ao público específico. Cabe ao poder público desenvolver ações que contemplem o surdo respeitando sua cultura e propondo a formação continuada aos profissionais dos museus, ações em que esses profissionais estejam em contato permanente com a cultura surda, proporcionando conhecimento sobre a língua de maneira eficaz, e que de fato a comunicação aconteça, fazendo com que o surdo seja respeitado em sua totalidade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 15599:** acessibilidade – comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro: ABNT, 2008.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 5.296, de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n.º 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimentos às pessoas que especifica, e n.º 10.098, de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: set. 2016.

_____. Decreto-Lei n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 dez. 2005. p. 28. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: set. 2016.

_____. Lei federal n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: set. 2016.

_____. Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 25 abr. 2002. p. 23. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: set. 2016.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão:** desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos. 2. ed. Brasília, 2006. (Saberes e Práticas da Inclusão).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico brasileiro 2010**. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: set. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (Ibram), **Guia dos Museus Brasileiros**. Brasília: Ibram, 2011.

LUCENA, Cibele; MUSSI, Joana Zats; LEYTON, Daiana. O projeto: “Aprender para Ensinar” e a mediação em museus por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras). **Corpo-sinalizante**, 2008. Disponível em: <http://corpo-sinalizante.blogspot.com.br/2008/11/o-projeto-aprender-para-ensinar-e.html>. Acesso em: set. 2016.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. **Museus históricos:** da celebração à consciência histórica. Como explorar um museu histórico. São Paulo: Museu Paulista/USP, 1992.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>. Acesso em: set. 2016.

PREFEITURA DE JOINVILLE. Fundação Cultural de Joinville. **Plano Municipal de Cultura**. Joinville: Prefeitura de Joinville, [s.d.]. Disponível em <https://fundacaocultural.joinville.sc.gov.br/conteudo/59-Plano+Munic.+de+Cultura.html>. Acesso em: set. 2016.

SÁ, Nídia Regina Limeira. **Cultura, poder e educação de surdos**. São Paulo: Paulinas, 2010.

ISBN 978-85-8209-066-4

SARRAF, Viviane Panelli. Acessibilidade no Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville: parâmetros de excelência para tornar projetos e produtos culturais acessíveis às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida segundo as diretrizes do Desenho Universal. *In*: MACHADO, Elaine C. (Org.). **Além do que se vê:** um museu para a cidade? Museu Nacional de Imigração e Colonização. Joinville: Lisegraff, 2013.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 3. ed. Rio de Janeiro: WA, 1999.

SOTO, A. E. R. **Acessibilidade aos surdos aos lugares de memória** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida em 20 set. 2016.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

III ENIPAC
Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

BICHO NÃO É COISA: REFLEXÕES SOBRE A MUSEOLOGIA E A QUESTÃO ANIMAL

Cristiane I. V. Miglioranza[1]

Resumo: No atual contexto de mudança de paradigmas da sociedade humana no tocante aos animais não humanos, este trabalho teve o objetivo de suscitar o debate ético sobre os acervos de organismos vivos e sua existência e permanência em instituições museais como zoológicos e aquários. Para tanto, analisou as práticas preconizadas pelo Código de Ética para Museus do Conselho Internacional de Museus (Icom) à luz de princípios da filosofia moral (SINGER, 2013; FELIPE, 2014), fazendo uma relação entre os conceitos de senciência, igualdade e especismo; e da nova museologia (MAIRESSE, 2102; SCHEINER, 1998; STRÁNSKÝ, 1980). Ressalta-se que a museologia, como agente social, deve estar atenta à questão animal não apenas no que se refere aos debates na esfera pública, mas também disciplinarmente, tendo em vista o entendimento e a promoção de mudanças. O texto pensa que a consideração moral da questão animal influenciará a relação ética entre os próprios seres humanos e sugere que mais debates acerca do tema sejam iniciados e conduzidos no campo do patrimônio.
Palavras-chave: nova museologia; acervos de organismos vivos; direito animal; ética.

INTRODUÇÃO

A intenção deste trabalho foi incitar o debate acerca da conduta ética em relação aos acervos de organismos vivos salvaguardados em instituições museais como zoológicos e aquários, tendo em vista a questão animal. Assim, alguns paradigmas da sociedade humana quanto aos animais não humanos, entre eles o do direito à liberdade, são expostos à luz de conceitos da filosofia moral, como senciência, especismo e igualdade.

Parte-se do entendimento de que o museu é um fenômeno social que não se configura como instituição pronta, e sim pela relação entre o ser humano e as novas percepções[2] de espaço, tempo, memória e valores culturais, bem como da definição, por François Mairesse (2012, p. 47), da museologia como a "ética do museal"[3].

A perspectiva aqui apresentada é fruto de análise do Código de Ética para Museus do International Council of Museums (Icom), ou Conselho Internacional de Museus (2011), e vem com a proposta de oferecer uma breve reflexão sobre a atuação da museologia institucional no tocante à questão animal e à promoção de mudanças, considerando seu papel de agente social.

---

[1] Acadêmica do curso de Museologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Fabico/UFRGS).

[2] A percepção complexa do real (SCHEINER, 1998). Para a teórica da museologia, a filosofia, a psicanálise e a teoria da relatividade de Albert Einstein levaram a humanidade à concepção de uma lógica holista e de uma percepção biocêntrica do universo, na qual é permitida uma nova visão que não a antropocêntrica e na qual o ser humano é remetido à posição de mero elemento.

[3] Levando em conta que a ética é uma disciplina filosófica que trata da determinação dos valores que guiam a conduta humana, Mairesse (2012) define a museologia como a filosofia do museal, ou ainda, como a ética do museal. A nova museologia é apresentada como uma redefinição de valores fundamentais do museu na relação com o público e com as coleções, tendo como base seu papel social e valores como a inclusão e a mediação social, o respeito à pluralidade, a valorização e a conservação do patrimônio, a cidadania e a democracia.

ISBN 978-85-8209-066-4

ANIMAIS, MUSEUS E ACERVO: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA

A construção e a expansão pelas quais passa o campo da museologia desde a década de 1960 (ALVES; SCHEINER, 2012) em muito contribuíram para a evolução da noção que se tem de museu, que passou de algo estático e acabado em si a um meio de relação entre o ser humano e as diversas realidades que compõem o real. Como fenômeno social, o museu é espaço de reflexão e questionamento, no qual a sociedade pode buscar novas interpretações de si mesma e reformular, assim, suas concepções e atuações. Nesse sentido, quando encarado como agente social, o museu é *locus* de transformação e, como tal, reflete também a pauta social. Atualmente, uma das discussões mais controversas nessa pauta diz respeito à ética animal e aos direitos dos animais não humanos.

De acordo com essa tipologia museológica, aquários e zoológicos são classificados como museus do tipo clássico, com acervo composto de organismos vivos. Como instituições museais, encontram no Código de Ética para Museus do Icom (2011)[4], adotado como princípio norteador no Brasil e em vários países do mundo, normas mínimas para a prática profissional e a atuação institucional.

Aprovado por unanimidade pela comunidade museológica em 4 de novembro de 1986 na 15.ª Assembleia Geral do Icom em Buenos Aires (Argentina), o Código de Ética para Museus (ICOM, 2011) passou por modificações em julho de 2001, durante a 20.ª Assembleia Geral em Barcelona (Espanha), e foi revisto em outubro de 2004 pela 21.ª Assembleia Geral do Icom, realizada em Seul (Coreia do Sul). As mudanças tornaram o documento mais próximo à realidade e às demandas dos museus, mas pouco auxiliaram na questão ética sobre os animais vivos em instituições museais, deixando as determinações mais específicas para as legislações ambientais de cada país.

Para entendermos as categorias *acervo* e *objeto* e sua relação com os animais em aquários e zoológicos, primeiramente é necessário que se faça claro o conceito de museu válido para a atualidade. Conforme Desvallées e Mairesse (2014, p. 64),

> a definição profissional de museu mais conhecida atualmente continua sendo a que se encontra nos estatutos do Conselho Internacional de Museus (ICOM), de 2007: "o museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite".

Em seu aspecto mais prático, os museus, conforme caracterizados por Pomian (1984, p. 53), são compostos de coleções de objetos, ou acervos. Objetos que foram significados por um processo chamado pelo teórico tcheco Stránský (1980) de "musealização" e do qual fazem parte a coleta, a conservação, o estudo, a interpretação e a exibição, sempre tendo em vista o público. Portanto, os animais não humanos, enquanto integrantes de acervos de organismos vivos, são "museália", ou objetos de museu, suscetíveis aos processos museológicos aplicados aos acervos, como documentação, marcação, pesquisa, exibição etc.

Sob essa perspectiva, não é estranha a maneira instrumentalizada pela qual os animais em salvaguarda em instituições museológicas são tratados no Código de Ética para Museus do Icom (2011), principalmente no capítulo 2, "Os museus mantêm acervos em benefício da sociedade e de seu desenvolvimento". Eles são considerados "exemplares", ligados ao conceito de "título válido de propriedade" (ICOM, 2011, p. 20), sujeitos à aquisição e à alienação (descarte) por transferência, doação ou troca entre instituições afins, repatriação ou destruição (no caso de morte)[5]. São itens em inventário e sua procedência e bem-estar devem ser assegurados na forma de conservação e preservação de patrimônio. O documento não aborda a questão ética sob uma visão holista e mais ligada à vida, por assim dizer, mas deixa isso implícito no item 2.7, "Acervos de organismos vivos":

> Se um acervo incluir espécimes botânicos ou zoológicos vivos, cuidados especiais devem ser tomados em relação ao ambiente natural e social, assim como em relação à legislação local, nacional, regional, internacional em vigor ou aos tratados relativos à proteção das espécies e preservação da natureza (ICOM, 2011, p. 21-22).

[4] Criado em 1946, o Icom mantém relações formais com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e possui *status* consultivo no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. É uma organização de interesse público com mais de 35 mil membros e a principal referência quando o assunto é ética no campo dos museus.
[5] Para mais, ver PADILHA, 2014.

ISBN 978-85-8209-066-4

No entanto o Código de Ética oferece um pressuposto para que se inicie a transformação da política das instituições museais quando afirma que elas devem estar abertas à possibilidade de mudanças relacionadas ao modo de ver o patrimônio cultural e natural. Tal pressuposto está no capítulo 6, "Os museus trabalham em estreita cooperação com as comunidades de onde provêm seus acervos, assim como àquelas às quais servem", no item 6.5, "Comunidades contemporâneas", que indica: "Se as atividades de um museu envolverem comunidades existentes ou o seu patrimônio, as aquisições só devem ser feitas de comum acordo" (ICOM, 2011, p. 34-35), necessitando prevalecer a vontade da comunidade envolvida, que vê cada vez mais presente a questão animal, mobilizando-se e sendo tocada por ela por meio de muitos casos recentes. Entre eles, está o caso do gorila Harambe, do Jardim Botânico e Zoológico de Cincinnati (Estados Unidos), morto por seus próprios cuidadores após um menino ter caído no lago que compunha seu hábitat na instituição. Análises posteriores chegaram à conclusão de que Harambe não estava machucando a criança, e sim tentando salvá-la de afogamento.

No item 7, "Os museus funcionam dentro da legalidade", há outro pressuposto a ser considerado: o do compromisso com as legislações internacional, nacional, regional e local e com os tratados assinados. Nesse sentido, já se têm precedentes legais em favor dos animais, como é o caso da equiparação jurídica entre grandes símios e pessoas pelo parlamento espanhol em 2008[6]. Precedentes que tendem a se multiplicar.

No que concerne à vida natural e patrimônio, o entendimento que se têm aqui se aproxima em partes do proposto por Abreu (2003) acerca da emergência do patrimônio genético e da nova configuração do campo e do defendido por Scheiner (1998) quanto à oposição entre o museu tradicional e outros modelos teóricos, como o museu de território. Abreu (2003) vê o novo milênio como um espaço de interesses contraditórios e de conflito para os "patrimônios emergentes" – o natural, o genético e o intangível. Para ela, se no início a essência memorial e agregadora do patrimônio se vinculava à capacidade de atuar sobre a memória coletiva, mediante a fabricação de materialidades representativas de uma identidade nacional, atualmente recai nas garantias de uma herança de bens naturais representados na biodiversidade para a manutenção da própria vida. O acesso ao patrimônio genético nacional dar-se-á pela promoção e pelo reconhecimento da diversidade cultural, do conhecimento das comunidades tradicionais, e não de interesses diversificados de grupos herméticos.

Abreu (2003) ainda chama a atenção para a atuação dos cientistas sociais nesse cenário de embates quando convocados para realizar a mediação e a articulação entre as chamadas sociedades tradicionais e os demais diferentes grupos sociais que formam o panorama da sociedade brasileira, quando falam em seu próprio nome e reivindicam seus interesses. Eles seriam os únicos capazes de firmar um ponto de vista para além das disputas de interesses específicos ao reconhecerem a diversidade cultural, levando em conta a base em que está ancorada, seja na dimensão da humanidade, seja na dimensão da noção de patrimônio como herança e legado que se transmite a novas gerações: a dimensão da vida.

Scheiner (1998, p. 21) distingue o "fenômeno Museu" dos museus específicos:

> Como os jardins botânicos, os zoológicos, os aquários, os planetários, os centros exploratórios da ciência, técnica, história ou arte – todas estas representações do museu tradicional: pois todos se baseiam no mesmo modelo e se definem por meio das mesmas práticas, que implicam em recolher objetos do mundo ou em construir objetos que (re)(a)presentam o mundo, para com eles (re)criar realidades. E mesmo quando buscam relacionar objetos com seu contexto original, estão na verdade criando simulacros, onde até os elementos da natureza são *elevados* à categoria de objetos. Pois um elefante numa jaula, uma planta num viveiro, um módulo experimental sobre a eletricidade nada mais são do que construções artificiais, que pouco oferecem à compreensão do real em sua integralidade.

Para a autora, como fenômeno, o museu é livre e plural, podendo existir em qualquer tempo e em qualquer espaço. Com base nessa noção, ela ressalta outros modelos teóricos, como o museu de território e o ecomuseu:

> Se o museu tradicional, ao ser viabilizado na prática, elabora uma seleção sobre aspectos da Natureza e da produção do Homem, os museus de território se viabilizam com o potencial de trabalhar de forma integrada a memória territorial e patrimonial da região. [...] Desaparece a vinculação entre museu e passado, entre museu e coisa acabada: pois

6 Ver SINGER, 2010, p. XXVI.

ISBN 978-85-8209-066-4

> Museu é tudo o que se dá no presente, e também o passado e a projeção de futuro. [...] Nestes territórios, tudo é patrimônio. [...] E ainda que estejamos aqui tratando do espaço do homem (pois o ato de musealizar é sem dúvida um ato cultural) e do tempo do homem, o que se vê é uma adequação do homem aos ritmos da natureza (SCHEINER, 1998, p. 21-22).

Com isso, ela afirma que esses novos modelos teóricos de museu não são uma adaptação do modelo tradicional na representação de ecossistemas, mas sim uma nova forma de integrar homem, cultura e natureza ao universo do museu, este vinculado à estética da criação como ontológica.

Já foi dito por Bruno (2011), uma das tradutoras oficiais da versão lusófona do Código de Ética para Museus do Icom (2011), que museu e sociedade têm relações cíclicas e que os museus são instituições de seu tempo, vistas por contemporâneos e que servem a causas de sua época. Seguindo esse raciocínio, pensamos que as comunidades, por meio de seu posicionamento, esclarecimento e mobilização, detêm o poder para mudar o olhar atribuído aos animais de aquários e zoológicos, levando em consideração os conceitos que serão apresentados a seguir.

HUMANOS E NÃO HUMANOS: TODOS ANIMAIS

O filósofo australiano Singer é o autor de uma das principais obras do movimento pelos direitos dos animais. A primeira edição de *Libertação animal*, lançado em 1975, revisado e atualizado em 1990, em 2002 e em 2009, trouxe reflexões revolucionárias, entre elas os conceitos de igualdade, senciência e especismo. Para Singer, a relação que nós, animais humanos, temos com os animais não humanos é de escravidão; entendemo-la que eles "são *por direito* nossos escravos e que podemos usá-los como nos aprouver" (SINGER, 2010, p. XXVII, grifo do autor).

O teórico parte da equalização da base biológica (somos todos animais, humanos e não humanos) para expor a defesa de que, se somos iguais, temos direito à igual consideração. Ele associa a questão animal a outras de mesma complexidade e que enfrentam semelhante resistência por parte da sociedade humana no que se refere à aceitação do princípio de igualdade, como a da libertação feminina e a da segregação racial. Ao sexismo e ao racismo, ele soma o conceito de especismo: "Preconceito ou a atitude tendenciosa de alguém a favor dos interesses de membros da própria espécie, contra os de outras" (SINGER, 2010, p. 11).

A igualdade é apresentada pelo filósofo como uma ideia moral na qual aos direitos de todos – independentemente se homens, mulheres, brancos, negros, amarelos, vermelhos, humanos ou não humanos – é devida a mesma consideração. Isso não é observado nos zoológicos e aquários, por exemplo, pois a maioria de nós, humanos, age de forma especista:

> Seres humanos comuns – não uns poucos excepcionalmente cruéis ou insensíveis, mas a esmagadora maioria dos humanos – tomam parte ativa, concordam e permitem que seus impostos paguem práticas que exigem o sacrifício dos interesses mais importantes de membros de outras espécies a fim de promover os interesses mais triviais da própria espécie. Há, contudo, uma defesa genérica das práticas, que [...] alega que nunca seremos culpados por negligenciar os interesses dos outros animais, e a razão é incrivelmente simples: eles não têm interesses. Animais não-humanos não têm interesses, de acordo com essa visão, pois não seriam capazes de sofrer (SINGER, 2010, p. 15-16).

Sobre o princípio de igualdade, a filósofa brasileira e ativista da causa animal Felipe (2014, p. 17) afirma:

> Racismo, sexismo e especismo são matrizes mentais e emocionais através das quais se aprende a ver o mundo e os outros seres como destituídos da igualdade que se reivindica em benefício próprio. Não há fundamento ético para qualquer convicção de que os humanos têm direito de vida e de morte sobre outros animais. São ainda muitas as práticas cultivadas em nome da tradição, tais quais as touradas, os rodeios, as farras, as rinhas, os zoos, a tração, as atrações, a experimentação, o abate e a dieta animalizada que desafiam a crítica abolicionista animalista.

ISBN 978-85-8209-066-4

O argumento da incapacidade que os animais teriam de sofrer é colocado em xeque pela Declaração de Cambridge sobre a Consciência em Animais Humanos e Não Humanos[7], de 7 de julho de 2012 (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2012). O documento apresenta a pesquisa que consolida a tese de que mamíferos, aves e outras criaturas possuem consciência, inclusive acerca da dor e do sofrimento a eles infligidos. Amplamente divulgadas pela imprensa, as manifestações do porta-voz do Movimento de Cambridge[8], o neurocientista canadense e pesquisador da Universidade Stanford e do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) Philip Low, repercutiram não apenas na sociedade leiga, mas principalmente na comunidade científica. Entre os 25 signatários também está o físico Stephen Hawking, convidado de honra no jantar de assinatura. Conforme declaração de Low à imprensa:

> Sabemos que todos os mamíferos, todos os pássaros e muitas outras criaturas, como o polvo, possuem as estruturas nervosas que produzem a consciência. Isso quer dizer que esses animais sofrem. É uma verdade inconveniente: sempre foi fácil afirmar que animais não têm consciência. Agora, temos um grupo de neurocientistas respeitados que estudam o fenômeno da consciência, o comportamento dos animais, a rede neural, a anatomia e a genética do cérebro. Não é mais possível dizer que não sabíamos (*in* PIRES, 2012).

O conceito de senciência (capacidade de sofrer ou de experimentar prazer) apresentado por Singer fortalece-se, então, como uma das balizas na relação de igualdade de direitos entre espécies e contra o especismo, pois humanos e não humanos possuem sistemas nervosos literalmente idênticos do ponto de vista fisiológico, o que resulta em formas semelhantes de comportamento em situações de dor. Logo, estabelece-se um princípio para comparação:

> Alguém poderia objetar que é impossível comparar o sofrimento de diferentes espécies e, por esse motivo, quando os interesses de animais e humanos entram em conflito, o princípio da igualdade não serve como orientação. É provável que seja verdadeira a impossibilidade [derrubada pelos cientistas do Manifesto de Cambridge] de comparação precisa do sofrimento entre membros de espécies diferentes, mas a precisão não é essencial. Ainda que fosse para evitar sofrimento a animais apenas quando se tivesse completa certeza de que os interesses dos seres humanos não seriam afetados na extensão em que os interesses dos animais o são, teríamos, forçosamente, de promover mudanças radicais no tratamento dado aos animais, que envolveriam nossa dieta, os métodos de criação, os procedimentos experimentais em muitos campos da ciência, nossa atitude em relação à vida selvagem, à caça, à utilização de armadilhas e ao uso de peles, e atividades de entretenimento, tais como circos, rodeios e zoológicos. Como resultado, muito sofrimento seria evitado (SINGER, 2010, p. 26-27).

Singer incita a sociedade humana a trazer a questão animal para a esfera das nossas preocupações morais, deixando imediatamente de tratar a vida dos animais como descartável e de utilizá-la para propósitos vulgares, posição que é eloquentemente defendida por Felipe (2014). Citando o autor de *Respect for nature*[9], Paul Taylor, e sua perspectiva ética biocêntica em comparação à senciocêntrica de Singer, a pensadora evoca o conceito de “bem próprio”:

> O bem próprio é mais do que o bem-estar para todas as espécies, pois tem a ver com a liberdade de expressar-se individualmente, singularmente, não em conformidade com um padrão de espécie, mas em conformidade com o espírito que cada indivíduo tem, com seus recortes existenciais insubstituíveis, sua singularidade (FELIPE, 2014, p. 263).

Ainda no tocante à proposta ética de Taylor, Felipe (2014) ressalta que, mesmo que o autor não tenha tratado nessa obra especificamente de assuntos como a criação industrial de animais para consumo humano (e aqui se acrescenta a indústria do entretenimento), ela é válida ao propor o “dever de restituição” como o primeiro de muitos passos para a redenção dos animais humanos em relação aos não humanos. A autora reforça, sobre os direitos roubados aos animais no manejo humano, que “é preciso abolir completamente

[7] A versão traduzida pode ser lida em <http://www.ihu.unisinos.br/511936-declaracao-de-cambridge-sobre-a-consciencia-em-animais-humanos-e-nao-humanos>. Acesso em: 11 set. 2016.
[8] Ver PIRES, 2012.
[9] Paul W. Taylor é conhecido por seu trabalho no campo da ética ambiental. Sua obra Respect *for nature*, de 1986, ganhou edição comemorativa aos 25 anos de publicação e é considerada referência para o entendimento da relação complexa entre os seres humanos e a natureza.

ISBN 978-85-8209-066-4

o sistema de produção de alimentos animalizados, diversões animalizadas, moda animalizada, beleza animalizada e tratamentos médicos animalizados" (FELIPE, 2014, p. 265). Ou seja, além de implicar o desmonte das fábricas de animais, uma nova postura ética romperia com a escala antropocêntrica de gradação do valor da vida estabelecida pelo ser humano, na qual a sua vida é mais valiosa que a de outros seres, inclusive de alguns de sua própria espécie.

UM DE MUITOS CASOS: O ZOOLÓGICO DE SAPUCAIA DO SUL (RS)

Para fins de exemplificação e como primeiro passo para um estudo de caso, foi abordado aqui o Zoológico de Sapucaia do Sul (RS). Inaugurado em 1.º de maio de 1962, o Parque Zoológico de Sapucaia do Sul abriga cerca de 130 espécies nativas e "exóticas", oriundas dos cinco continentes – África, América, Ásia, Europa e Oceania –, entre elas mais de mil aves, répteis e mamíferos (FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RS, 2012). A instituição, localizada na região metropolitana de Porto Alegre e considerada uma das maiores do país, possui área total de 780 hectares, dos quais 160 correspondem ao zoológico – os outros 620 hectares pertencem à área da Reserva Florestal Padre Balduíno Rambo.

Criado inicialmente em uma praça da cidade de São Leopoldo, onde eram mantidos alguns animais, incluindo grandes felinos e elefantes, o zoológico tornou-se em 1973 um órgão vinculado à Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB/RS), assim como o Museu de Ciências Naturais e o Jardim Botânico, ambos situados na capital. Com a criação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema) pela Lei estadual n.º 11.363, de 29 de julho de 1999, a FZB/RS passou a pertencer a essa nova pasta e ali se mantém até os dias atuais, sob ameaça de extinção e de concessão de seu patrimônio à iniciativa privada pelo governo do estado[10].

Segundo o *site* da FZB/RS, a missão do Zoológico de Sapucaia é científica, conscientizadora, cultural e de entretenimento:

> O Parque Zoológico mantém e possibilita a reprodução de animais, inclusive espécies ameaçadas de extinção, demonstrando importância científica, realiza difusão cultural e possui área de recreação e lazer para adultos e crianças. Contribui para a formação de mentalidade conservacionista cumprindo assim com suas funções de pesquisa, conservação, educação ambiental, lazer e turismo. Um dos princípios básicos da Educação Ambiental é utilizar ambientes educativos e vários métodos para comunicar e adquirir conhecimento sobre o meio ambiente, dando ênfase a atividades práticas e valorização de experiências pessoais. Assim, as atividades educativas do Parque Zoológico tem como objetivo geral despertar no público o amor à natureza e a importância da preservação da biodiversidade vegetal e animal (FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RS).

A estrutura organizacional do zoológico (FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RS, 2015a) é composta de quatro níveis hierárquicos. Entre eles, há a Divisão Técnica da Área Animal, abaixo da diretoria executiva e com mesma importância da Divisão de Apoio Operacional e da Divisão de Reserva Florestal. Estão sob sua responsabilidade as atividades executadas pelas seções de Zoologia, Veterinária e Nutrição.

A Seção de Zoologia é a que coordena e supervisiona as atividades executadas pelos setores de Mamíferos, Aves, Répteis e Anfíbios, além de controlar o "acervo faunístico" da instituição sob os aspectos científico e educacional. "Esta atividade se desdobra, entre outras coisas, no manejo dos animais sob cuidados humanos, especialmente ao que se refere à criação e reprodução de espécies" (FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RS). Os setores de Mamíferos, Aves, Répteis e Anfíbios realizam as atividades chamadas de "manejo", ou seja, limpeza dos recintos, alimentação, reprodução e bem-estar dos animais.

Já a Seção de Veterinária responde pelas atividades do hospital, da triagem e do quarentenário e pelos programas de cuidados veterinários. Ela também atua em aspectos burocráticos e de pessoal. O Setor de Triagem e Quarentenário recebe, trata e destina animais silvestres de "vida livre", resgatados de situação de risco ou sob alguma impossibilidade de sobrevivência na natureza, temporária ou definitiva. Além disso, abriga as novas aquisições do zoológico durante o período de quarentena. O Hospital Veterinário dispõe de laboratório, ambulatório clínico e cirúrgico, sala cirúrgica, setor de internação, quarentena e serviço radiológico.

[10] Esse contexto pode ser entendido nas matérias de Rollsing (2015), "Piratini decide lançar edital de concessão do zoológico de Sapucaia do Sul", para o jornal *Zero Hora*, e de Mello (2015), "Incerteza sobre futuro Zoológico de Sapucaia do Sul preocupa visitantes e servidores", para o *Correio do Povo*.

ISBN 978-85-8209-066-4

As funções da Seção de Nutrição estão relacionadas a todas as tarefas que torna possível a alimentação dos animais do parque zoológico, desde o recebimento do alimento e sua armazenagem até a elaboração das dietas, sua preparação e distribuição aos animais, além do biotério (criação de animais com fins alimentícios). O zoológico ainda conta com lavouras e horta, operações subordinadas à Seção de Áreas Verdes da Divisão de Apoio Operacional.

A descrição positiva das atividades da Divisão Técnica da Área Animal, quando olhada pelas lentes das notícias divulgadas na imprensa, mostra uma realidade não tão otimista. Para citar apenas o caso de maior repercussão nos últimos anos – o do anúncio, em 2010, de importação de duas girafas da África[11] –, ele causou bastante controvérsia na sociedade civil. Se, de um lado, os visitantes estavam felizes com as futuras "atrações", de outro, ativistas e pessoas conscientes da causa animal questionavam fortemente a aquisição, pois a última das nove girafas da instituição havia morrido em agosto daquele ano sob suspeita de descaso. A mobilização, que se ampliou para um pedido de proposta geral de modificação do conceito e vocação dos zoológicos, acabou levando os administradores da época a deixar a decisão das girafas para a próxima administração.

Mais recentemente, além da polêmica ameaça de privatização juntamente com a FZB/RS, o Zoológico de Sapucaia foi notícia[12] pelo "sequestro" de javalis e aves como araras e papagaios, caso ainda sob investigação da Polícia Civil gaúcha (não há notícia se os animais foram devolvidos ou sobre seu paradeiro). Enfim, uma conjuntura que aponta para a necessidade de repensar esse tipo de instituição, ainda mais quando sob a tutela do estado e como patrimônio de todos.

A MUSEOLOGIA COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO

Além de complexa, a questão animal está longe de ser consenso, entretanto não podemos perder de vista o que ela traz em si de mais precioso: a proposta de uma sociedade que, reconhecendo os animais como seres com direitos, se torna ainda mais humanitária por trazer em si o entendimento de que o respeito à vida e à igualdade é conquista de todos, humanos e não humanos, e como tal deve ser assegurado e garantido.

Os museólogos, como agentes de transformação social, precisam estar atentos aos sinais de transformação da sociedade, sempre tendo em vista princípios éticos universais, sobretudo o da sacralidade da vida e o da liberdade, direitos humanos elementais e que devem ser estendidos aos animais não humanos. Precisam acompanhar e participar da construção de uma sociedade em que a natureza e suas criaturas não sejam reduzidas a meros "objetos", mas sim entendidas como parte de um todo em uma sociedade que, assim se espera, tirará o foco do homem e o colocará na vida.

A museologia pode – e deve – fazer parte desse debate entre a memória e a realidade, entre a consciência crítica e a consciência histórica. Debate que está só começando, assim como meus passos nessa estrada.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. *In*: _____; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio:** ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A/Lamparina, 2003. p. 34-48.

ALVES, Vânia Maria Siqueira; SCHEINER, Tereza. Museu, musealidade e musealização: termos em construção e expansão. *In*: ENCONTRO REGIONAL DO ICOFOM LAM, 21., Petrópolis, 2012. **Documentos de trabalho**... Petrópolis, nov. 2012. p. 99-111.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Os museus servem para transgredir: um ponto de vista sobre a museologia paulista. *In*: *SISTEMA* ESTADUAL DE MUSEUS DE *SÃO PAULO (*Sisem/SP) (Org.). **Museus:** o que são, para que servem? São Paulo: ACAM Portinari; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2011. p. 29-42.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (Icom). **Código de** É**tica para Museus**. 2011.

[11] Para mais, ver RIBEIRO, 2010.
[12] Notícia publicada em 4 de outubro de 2015 pela ANDA, maior portal de notícias sobre direitos dos animais do mundo.

ISBN 978-85-8209-066-4

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de museologia**. Florianópolis: FCC, 2014.

FELIPE, Sônia T. **Acertos abolicionistas:** a vez dos animais – crítica à moralidade especista. São José: Edição da Autora, 2014.

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RS. **Histórico**. 2012. Disponível em: <http://www.zoo.fzb.rs.gov.br/conteudo/548/?Parque_Zool%C3%B3gico_-_Apresenta%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 13 nov. 2015.

_____. **Organograma**. Disponível em: <http://www.zoo.fzb.rs.gov.br/conteudo/550/?Organograma>. Acesso em: 13 nov. 2015a.

_____. **Parque Zoológico:** apresentação. Disponível em: <http://www.zoo.fzb.rs.gov.br/conteudo/547/?Hist%C3%B3rico>. Acesso em: 13 nov. 2015b.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Declaração de Cambridge sobre a Consciência em Animais Humanos e Não Humanos**. São Leopoldo: IHU Unisinos, 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/511936-declaracao-de-cambridge-sobre-a-consciencia-em-animais-humanos-e-nao-humanos>. Acesso em: 11 set. 2016.

MAIRESSE, François. O museu inclusivo e a museologia mundializada. *In*: ENCONTRO REGIONAL DO ICOFOM LAM, 21., Petrópolis, 2012. **Documentos de trabalho**... Petrópolis, nov. 2012. p. 35-52.

MELLO, Jéssica. Incerteza sobre futuro Zoológico de Sapucaia do Sul preocupa visitantes e servidores. **Correio do Povo Online**, Porto Alegre, 7 nov. 2015. Disponível em: <http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/571392/Incerteza-sobre-futuro-Zoologico-de-Sapucaia-do-Sul-preocupa-visitantes-e-servidores>. Acesso em: 7 nov. 2015.

PADILHA, Renata Cardozo. Sobre o programa e a política de acervo. *In*: _____. **Documentação museológica e gestão de acervo**. Florianópolis: FCC, 2014. p. 27-33.

PIRES, Marco Tulio. “Não é mais possível dizer que não sabíamos”, diz Philip Low. **Veja Online**, São Paulo, 16 jul. 2012. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/nao-e-mais-possivel-dizer-que-nao-sabiamos-diz-philip-low/>. Acesso em: 15 out. 2015.

POLÍCIA civil apura sequestro de animais no zoológico de Sapucaia do Sul, no RS. **ANDA**, 4 out 2015. Disponível em: <http://www.anda.jor.br/04/10/2015/policia-civil-apura-sequestro-animais-zoologico-sapucaia-sul-rs>. Acesso em: 13 nov. 2015.

POMIAN, Krzysztof. Colecção. *In*: ENCICLOPÉDIA Einaudi. **Memória e história**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. v. 1. p. 51-86.

RIBEIRO, Luciana. Polêmica trava compra de girafas em zoológico gaúcho. **G1**, São Paulo, 6 nov. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/11/polemica-trava-compra-de-girafas-em-zoologico-gaucho.html>. Acesso em: 13 nov. 2015.

ROLLSING, Carlos. Piratini decide lançar edital de concessão do zoológico de Sapucaia do Sul. **Zero Hora Online**, Porto Alegre, 7 ago. 2015. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/08/piratini-decide-lancar-edital-de-concessao-do-zoologico-de-sapucaia-do-sul-4819579.html>. Acesso em: 13 nov. 2015.

SCHEINER, Tereza Cristina. Desvelando o museu interior. *In*: _____. **Apolo e Dionísio no Templo das Musas** – museu: gênese, ideias e representações na cultura ocidental. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998. p. 84-93.

SINGER, Peter. **Libertação animal**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

STRÁNSKÝ, Zbynek Zbyslav. Sobre o tema “museologia – ciência ou apenas trabalho prático?” (1980). **Museologia e Patrimônio**, v. 1, n. 1, p. 101-105, 2008.

AS REPRESENTAÇÕES DO SLAVE HISTORY MUSEUM, EM CALABAR, SOBRE O COMÉRCIO DE ESCRAVOS PARA O BRASIL

Cícero Daniel Cardoso[1]
Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes[2]

Resumo: O comércio atlântico de escravos confluiu vigorosamente o desenvolvimento econômico mundial e mudanças socioculturais nas Américas e na África, mas de maneira especial no Brasil. A despeito das várias regiões que enviaram escravos para o Brasil, a região da baía de Biafra, particularmente a Nigéria, teve importância fundamental no desenvolvimento desse comércio, sendo a terceira região africana a enviar mais escravos para os portos nas Américas. Tendo em vista a importância dos museus nas representações desse período, esta pesquisa propôs-se a compreender as representações do Brasil no Slave History Museum, localizado em Calabar, na Nigéria, relacionando-as ao processo de comercialização de escravos por meio de análises do acervo e das exposições do museu.
Palavras-chave: patrimônio cultural; museu; escravidão.

INTRODUÇÃO

Considerando a importância central que o comércio atlântico de escravos teve na história da América – especialmente do Brasil –, é fundamental compreender esse fenômeno por meio das representações estabelecidas no cenário africano. A escravidão é parte inerente da história da Nigéria, e o Slave History Museum é um espaço que preserva essa memória. Trata-se, além disso, de um espaço que procura construir representações acerca do comércio de escravos, que foi um dos grandes precursores do desenvolvimento econômico e sociocultural tanto da Nigéria como também dos países americanos, sobretudo do Brasil. Nesse sentido, Anico (2005, p. 74) afirma que o "interesse pelo passado produziu um fenómeno conhecido como *boom* da memória, que se traduziu com frequência na criação de lugares de memória", a exemplo dos museus. Os museus são espaços que preservam a memória e incitam a reflexão acerca das vicissitudes de acontecimentos através do tempo.

Acredita-se que as representações feitas pelo museu acerca do comércio de escravos em relação ao Brasil possam contribuir para a construção de representações sobre o país. Destaca-se, para isso, a relevância da análise do acervo do museu e das exposições, inicialmente por intermédio de imagens disponibilizadas pelo próprio museu, imprensa ou sítios da internet.

O conceito de representações aqui utilizado foi o de representações sociais de Serge Moscovici. Esse conceito, que nos é legado de Émile Durkheim, foi intensamente transformado ao longo dos tempos. Durkheim via as representações sociais como algo demasiado abrangente que, conforme aponta Moscovici (2009, p. 46), abarcava "qualquer tipo de ideia, emoção ou crença que ocorresse dentro de uma comunidade". Para ele, a tentativa de compreensão de tudo era também a perda de tudo. Ora, então o que se entende como representações sociais? Moscovici (2009, p. 46) sugere que elas devam "ser vistas como uma maneira

[1] Graduando do curso de Licenciatura em História e bolsista de Iniciação Científica do Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP) da Universidade da Região de Joinville (Univille).
[2] Professora doutora do curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille. Orientadora.

ISBN 978-85-8209-066-4

específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos", tendo como objetivo "abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzam o mundo de uma forma significativa".

Logo, a análise das representações do Slave History Museum considerou esses aspectos, haja vista que o museu está comunicando ao seu público acontecimentos conhecidos (o comércio de escravos e a escravidão), e as percepções acerca de tal acontecimento estão sendo introduzidas no mundo por meio das exposições. Portanto, é daí que se absorvem os significados.

O COMÉRCIO DE ESCRAVOS NA NIGÉRIA

A mão de obra compulsória africana incidiu em grande importância no desenvolvimento econômico mundial entre os séculos XVI e XIX, especialmente na América Portuguesa. O comércio de escravos, por sua vez, foi também a principal via de contato entre europeus e africanos.

Como afirmam Albuquerque e Fraga Filho na obra *Uma história do negro no Brasil* (2006), a prática da escravidão na África antecede a chegada dos europeus ao continente. Manning (1988, p. 15) explica: "Os registros das primeiras explorações portuguesas ao longo da costa africana confirmam que a escravidão já existia na antiga África – como, de resto, em quase todos os cantos do mundo". Contudo a escravidão citada por Manning (1988) estava intimamente ligada a conflitos entre as diversas sociedades africanas. Nesses casos, os escravos eram obtidos nas guerras. A novidade imposta pelos europeus, entretanto, consistia no comércio desses escravos e no seu transporte a outro continente. Nesse momento, portanto, os escravos tornaram-se mercadoria e, ademais, impulsores do desenvolvimento econômico nas colônias europeias em toda a América.

Os portugueses foram os primeiros a se engajar no comércio de escravos no século XVI, impulsionados pela expansão econômica da América Portuguesa. Com efeito, "foi o Brasil a principal região de desembarque de escravos africanos nas Américas, com um terço do total desembarcado antes de 1780 e provavelmente dois terços após essa data" (KLEIN, 1987, p. 133). Assim, o comércio de escravos provocou grande crescimento demográfico no Brasil, além de ter produzido alterações e transformações culturais em aspectos diversos.

Entre as diferentes regiões africanas de onde partiram escravos para o Brasil, destaca-se a baía de Biafra (onde se situa a cidade de Calabar), cuja localização se encontra representada na figura 1.

Figura 1 – *Baía de Biafra*



Fonte: disponível em <https://it.wikipedia.org/wiki/Golfo_del_Biafra>. Acesso em 30 set. 2016.

A baía de Biafra banha a região do litoral sul da Nigéria, a costa de Camarões, o território continental da Guiné Equatorial e a ilha de Bioko, além da província de Estuaire, no Gabão, e as ilhas de São Tomé e Príncipe. Ademais, a baía de Biafra é separada pelo Cross River – doravante Rio Cross. Esse rio deteve grande importância para a região, pois separava as duas zonas comerciais mais proeminentes até então: "A leste, *Velho Calabar* e *Camarões* [...] a oeste,

ISBN 978-85-8209-066-4

Bony e *Novo Calabar*" (BEZERRA, 2011, p. 74, grifos do original). Sobre esse comércio em Biafra, pode-se destacar:

> Desde o século XVII, a escravidão doméstica recebia novos contornos no interior da baía de Biafra, mas foi no século XVIII que a concepção atlântica do comércio de escravos foi imperativamente transformada através da capitalização do crédito nas negociações entre os comerciantes africanos e os capitães ingleses que, aos poucos, se instalaram na região (BEZERRA, 2011, p. 72).

A interferência externa – atribuída principalmente aos britânicos –, que Bezerra (2011) menciona, tornou a baía de Biafra uma das mais relevantes fontes de escravos para as Américas. Conforme dados do The Trans-Atlantic Slave Trade Database Voyages (2013), entre 1501 e 1866 (ano em que a última viagem negreira transatlântica documentada chegou às Américas), a região foi responsável pelo envio de 1.594.560 escravos[3] para as Américas, dos quais 156.167 foram enviados diretamente à América Portuguesa.

A cidade de Calabar exerceu função importante nesse cenário de transformações nas concepções comerciais da baía de Biafra. Em conjunto com Bony, os portos de Calabar eram os principais exportadores da região. Como descreve Bezerra (2011), além dos escravos, esses portos exportavam sobretudo marfim, óleos, pau-brasil, pimentas, inhames, entre outros produtos.

Após a abolição do comércio atlântico de escravos pelos britânicos em 1807, houve mudanças significativas nas políticas britânicas na região da Nigéria. O historiador nigeriano Oduwobi (2011, p. 19) afirma: "The historical background of the [Nigerian] colonial period […] may be traced to the abolition of the Atlantic slave trade by the British in 1807". O autor ainda revela que um fator fundamental para a abolição foram as atividades de filantropos e humanitários abolicionistas, que usavam como principal argumento as vantagens econômicas da orientação dos africanos à exportação agrícola, em detrimento da comercialização de escravos. Esses abolicionistas, ademais, introduziram a "Western civilization through African conversion to Christianity. 'The Bible and the Plough', therefore became their slogan – religious and economic strategies – as the primary means of undermining the slave trade" (ODUWOBI, 2011, p. 19).

Em 1851 os britânicos decidiram disputar a cidade de Lagos, no sudoeste da Nigéria, que viriam a conquistar dez anos depois. Lagos era uma questão de tempo até que os britânicos dominassem regiões mais interioranas da Nigéria, o que ocorreu com grande afinco a partir de 1882. A influência britânica em território nigeriano foi cada vez mais intensificada: "In 1900, the geographical configuration of Nigeria was defined under three political and administrative units, namely, the Colony and Protectorate of Lagos; the Protectorate of Southern Nigeria; and the Protectorate of Northern Nigeria" (ODUWOBI, 2011, p. 20).

A cidade de Calabar, por sua vez, foi eleita a sede do Protetorado do Sul da Nigéria, onde um imponente edifício – construído em Glasgow, na Escócia, e enviado em partes por meio de navios à Nigéria – foi instalado para abrigar a administração desse protetorado. Em 1914 os protetorados do sul e do norte foram unificados[4] para a formação da colônia da Nigéria; essa formação prevaleceu até 1960, momento em que o governo britânico iniciou o processo de transição do *status* de colônia, para que fosse concedida a independência e formado um Estado federativo. Essa transição, a qual Oduwobi (2011) chama de "devolution process", começou ainda em 1914 com a formação da colônia, momento em que se deu a ampliação do sentimento de nacionalismo por parte dos nigerianos. Posteriormente, o imponente edifício que outrora serviu como sede do protetorado britânico em Calabar deu origem ao Slave History Museum, onde, ulteriormente, foi construído um novo edifício, anexo à antiga sede do protetorado sul, e hoje parte do acervo é exposto nesse novo local, cuja finalidade é narrar o empreendimento do comércio de escravos para as Américas.

O PATRIMÔNIO CULTURAL E SUA RELAÇÃO COM O SLAVE HISTORY MUSEUM

O Slave History Museum está localizado na cidade de Calabar, no estado de Cross River, sudeste da Nigéria. Seu estabelecimento na antiga sede do protetorado britânico do sul ocorreu em 2007, e em 2011 o museu foi comissionado, passando a ser administrado pela National Commission for Museums

[3] Número de escravos apenas embarcados. Essa estimativa diverge de acordo com a abordagem indicada. O número de escravos desembarcados é quase sempre inferior ao número de escravos embarcados.
[4] Lagos foi então declarada capital da Colônia, posição que permaneceu até 1991, quando a capital foi transferida para Abuja.

ISBN 978-85-8209-066-4

and Monuments (NCMM, ou Comissão Nacional para Museus e Monumentos). É um espaço que reúne uma grande quantidade de objetos relacionados ao comércio de escravos na Nigéria e que, por sua vez, também incorre em representações acerca desse comércio. O museu evidencia as condições precárias do transporte dos africanos às Américas, a inspeção dos escravos feita pelos europeus no momento em que eles chegavam ao litoral, e também traz, entre outras informações, ilustrações das penetrações europeias no território do sudeste nigeriano, denotando até mesmo os principais cônsules que adentraram naquela região.

É possível perceber certo esforço para a construção de uma identidade nigeriana, para dar sentido aos objetos e tornar vivos os discursos do museu. O oficial de patrimônio Ben Akan, responsável pela biblioteca do museu, afirma, em depoimento ao *website* Elombah, que, "if you don't know your heritage, you don't know where you belong. If you don't know your history, you're lost" (*in* VAN ZEIJL, 2015). Isso reflete na própria história contemporânea do país: "[Nigerian people] are all products of a society that doesn't value its history" (BEN AKAN *in* VAN ZEIJL, 2015).

Surge, então, a questão do patrimônio cultural e de sua função social. O que é patrimônio cultural e no que ele consiste? O Slave History Museum encaixa-se nesse conceito?

A origem do conceito de patrimônio cultural remete ao estatuto familiar romano[5] chamado de *pater familias*, um termo latino que significa literalmente "pai de família". Esse termo designa o líder de uma unidade familiar, que era o detentor de todos os bens, fossem eles móveis, fossem imóveis, e passava esses bens à geração posterior. O patrimônio cultural, entretanto, sofreu diversas transformações ao longo da história. O advento da Segunda Guerra Mundial, por exemplo, promoveu grandes discussões em torno desse conceito, e no fim do século XX já não havia tanta restrição com relação ao termo, abarcando uma série quase infinita de bens que poderiam ser enquadrados em tal conceito. Os países em desenvolvimento do século XX também contribuíram para essa reflexão, visto que seus bens (materiais ou imateriais) não se encaixavam no conceito de patrimônio cultural vigente naquele momento, pois o conceito prevalente era o europeu, cujos patrimônios se remetiam ao legado histórico de sua nobreza. Todo o legado cultural dos países em desenvolvimento naquele contexto era, assim, negado.

Atualmente, porém, a concepção comum que as pessoas têm acerca de um patrimônio histórico/cultural orbita em torno dos monumentos e de sua imponência, além da relevância para a história de uma nação. Fonseca (2003, p. 64) enfatiza:

> É preciso pensar na produção de patrimônios culturais não apenas como a seleção de edificações, sítios e obras de arte que passam a ter proteção especial do Estado, mas [...] como uma "formação discursiva", que permite "mapear" conteúdos simbólicos, visando a descrever a "formação da nação".

Com isso, a autora amplia o conceito de patrimônio cultural, trazendo a esse cenário também a imaterialidade, que, por sua vez, se constitui nos discursos, na tradição, nos costumes etc., bem como salienta o caráter democrático do que se entende hoje como patrimônio cultural. Sua formação não se dá apenas por aquilo que representa uma camada da sociedade (em geral os que detêm o poder), mas por toda a sociedade, muito embora o patrimônio cultural sempre permaneça como um campo de lutas de poder. A historiadora Guedes (2012, p. 110) afirma: "Pensar em patrimônio cultural significa [...] pensar em relações de pertencimento, de identidades, de memória, de indivíduos ou grupos sociais que de alguma forma se reconhecem em um determinado bem cultural e querem ver essa memória preservada".

É importante pensar sobre a identidade, pois se compreende preliminarmente que o Slave History Museum explora essa questão. Para Meneses (1993, p. 208), "a identidade pressupõe semelhanças consigo mesmo", isto é, "ela tem a ver mais com os processos de reconhecimento do que de conhecimento". Nesse sentido, é possível entender as relações de identidade como um processo em que o indivíduo se reconhece no conteúdo exposto. O museu é também, portanto, um meio pelo qual as diferentes identidades podem ser reconhecidas pelos indivíduos, onde mediante as representações a identidade é construída.

AS REPRESENTAÇÕES DO BRASIL NO SLAVE HISTORY MUSEUM

As representações sobre o Brasil não estão explícitas nas exposições do museu, mas podem ser inferidas com base nos discursos ali existentes e no próprio contexto histórico que os sustenta.

Por conta de o museu estar localizado próximo ao antigo porto de Calabar, que enviava escravos às Américas entre os séculos XVII e XIX, o acervo estende-se além de seu espaço físico, que envolve tanto

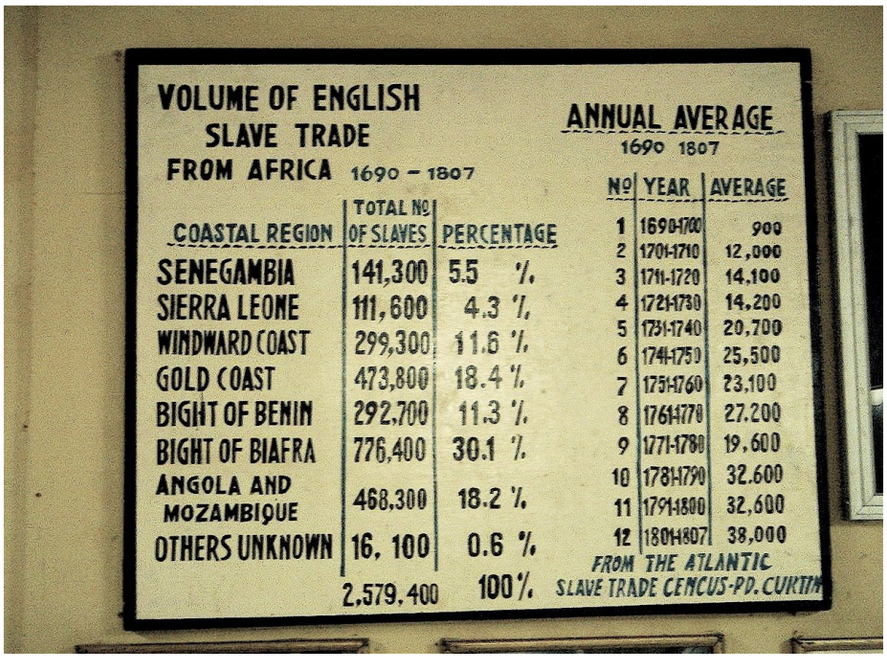
[5] Relacionado à tradição da antiga República Romana.

ISBN 978-85-8209-066-4

a região da Marina como também a do porto de Calabar (anteriormente conhecida como Velho Calabar). Na incursão virtual pelo museu, não apenas os artefatos e objetos chamam a atenção, mas também os discursos que o espaço tenta estabelecer. Um deles é com relação à estimativa de escravos enviados da baía de Biafra às Américas – o Brasil ganha notoriedade não só pela quantidade de escravos recebidos, contudo também pelo extenso período que manteve uma base de produção escravocrata.

À grande quantidade de escravos enviados da baía de Biafra para o Brasil, o museu atribui o desenvolvimento da produção de tabaco, algodão e cana-de-açúcar. A figura 2 mostra um dos painéis do museu que indica o número de escravos transportados da África para as Américas de 1690 a 1807. Trata-se do volume do comércio de escravos pelos britânicos. Ou seja, denota-se o grande engajamento da Grã-Bretanha na região da baía de Biafra, sendo esta a principal região de comércio dos britânicos nesse período. Os dados são retirados do livro *The Atlantic Slave Trade: a census*, de Philip D. Curtin, historiador estadunidense falecido em 2009 que foi um dos grandes precursores dos estudos sobre a África, e são citados no canto inferior direito do painel. Essa obra é fundamental para a historiografia africana, visto que Curtin, na década de 1960, fez uma revisão principalmente do número de escravos transportados às Américas e, por meio desta, fez emergir cada vez mais fortemente as pesquisas a respeito da escravidão no continente africano.

Figura 2 – Volume do comércio britânico de escravos



Fonte: Calabar Museum. Disponível em: <http://gattogialloshots.blogspot.com.br/2008/06/calabar-museum.html>. Acesso em: 30 set. 2016.

Outro importante aspecto do museu está na representação das condições do comércio de escravos africanos para as Américas. Torna-se evidente a preocupação do museu em denotar a relação dos comerciantes com os escravos, isto é, a forma como os escravos eram tratados. A figura 3 representa as câmaras dos navios em que os escravos eram transportados por dias até chegarem ao destino final. Essa representação não abre espaço para dúvidas: os escravos eram tratados literalmente como mercadoria. Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 48) asseguram: "As condições das embarcações eram precárias porque, para garantir alta rentabilidade, os capitães só zarpavam da África com número máximo de passageiros. O número de cativos embarcados em cada navio dependia da capacidade de suas instalações". Eles complementam: "Essa prática tornava a viagem insuportável. Muitas vezes aumentar o número de cativos implicava em diminuir a quantidade de víveres disponível para cada um" (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 48).

ISBN 978-85-8209-066-4

Figura 3 – Representação das câmaras de um navio negreiro



Fonte: disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/toby-nwazor/10-things-to-do-in-calaba_b_8747076.html>. Acesso em: 30 set. 2016

Os escravos comercializados na baía de Biafra eram comumente obtidos nas guerras entre povos africanos. O museu afirma que eles eram trazidos do interior da Nigéria e de Camarões até o litoral e ali eram vendidos pelos comerciantes. É possível ver, na figura 4, em um dos cenários montados na exposição do museu, comerciantes europeus inspecionando um escravo africano, identificando suas características antes que fosse embarcado e enviado às Américas. Essa era uma prática comum: “Antes de entrar nas embarcações, eles eram marcados a ferro quente no peito ou nas costas com os sinais que identificavam a que traficante pertenciam, uma vez que em cada barco viajavam escravizados pertencentes a diferentes donos” (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 48).

Figura 4 – Inspeção de um escravo africano antes de ser embarcado e enviado às Américas



Fonte: disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/toby-nwazor/10-things-to-do-in-calaba_b_8747076.html>. Acesso em: 30 set. 2016

O Slave History Museum faz grandes esforços para tornar o comércio de escravos parte da memória nigeriana. Pode-se observar que, em sua abordagem, existe a tentativa de legitimar o comércio atlântico de escravos como parte inerente da história da Nigéria e, ademais, como o acontecimento mais marcante

ISBN 978-85-8209-066-4

da formação de sua sociedade. O Brasil (ali conhecido como América Portuguesa), nesse contexto, é tratado como uma importante região receptora de escravos em razão do vigoroso desenvolvimento de algumas áreas da economia, como a cana-de-açúcar, o tabaco e o algodão. Concernente a esse comércio de escravos da África para o Brasil, é importante destacar: "A maioria dos cativos, cerca de 4 milhões, desembarcou em portos do Brasil. Por isso nenhuma outra região americana esteve tão ligada ao continente africano por meio do tráfico como o Brasil" (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 39).

Nesse sentido, com base nas representações estabelecidas pelo Slave History Museum, é possível identificar o Brasil, até este momento, principalmente por meio dos dados estatísticos apresentados pelo museu. Bezerra (2011) afirma que os portugueses foram os primeiros a visitar a região do Rio Cross, mas os britânicos estabeleceram, com assaz descortino, uma próspera sociedade com os mercadores *efik* na região da baía de Biafra. A despeito disso, ainda assim uma quantidade significativa de escravos foi transportada aos portos brasileiros, sobretudo para o porto de Salvador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciam-se a importância dos museus na construção de representações e o potencial que essas instituições possuem para a discussão de temas polêmicos e atuais como aqueles sobre as relações do Brasil com o continente africano. O estabelecimento de representações acerca do comércio de escravos denota o empenho nigeriano em não sucumbir ao esquecimento de um acontecimento que delimitou grande parte de sua história. O museu tem, ademais, a função de comunicar um acontecimento conhecido, mas ultrapassa esses limites, estabelecendo relações de identidade entre o indivíduo e o conteúdo exposto.

Se, portanto, o Brasil está presente no Slave History Museum principalmente por conta da sua importância enquanto receptor de escravos, esta pesquisa ainda abre grande espaço para investigações.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ANICO, Marta. A pós-modernização da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 21, p. 71-86, jan./jun. 2005.

BEZERRA, Nielson Rosa. Dimensões da escravidão na África: a baía de Biafra em perspectiva. **Métis: História e Vultura**, Caxias do Sul, v. 10, n. 19, p. 71-80, jan./jun. 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da *pedra e cal*: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio:** ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&K, 2003.

GUEDES, Sandra Paschoal L. Camargo. Reflexões sobre o conceito de patrimônio cultural. *In*: LAMAS, Nadja de C.; MARMO, Alena (Orgs.). **Investigações sobre arte, cultura, educação e memória:** coletânea. Joinville: Editora Univille, 2012.

KLEIN, Herbert S. A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 129-149, maio/ago. 1987.

MANNING, Patrick. Escravidão e mudança social na África. **Novos Estudos**, Bloomington, n. 21, p. 8-29, jul. 1988.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, n. 1, p. 207-222, 1993.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2009.

ODUWOBI, Tunde. From conquest to Independence: the Nigerian colonial experience. **Historia Actual Online**, Cádiz, n. 25, p. 19-29, jun. 2011.

THE TRANS-ATLANTIC SLAVE TRADE DATABASE VOYAGES. **Análises do tráfico de escravos:** estimativas. 2013. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>. Acesso em: 30 set. 2016.

ISBN 978-85-8209-066-4

VAN ZEIJL, Femke. Calabar Old Residency building: slave trading post to royal prison. **Elombah**, Londres, set. 2015. Disponível em: <http://www.elombah.com/index.php/gallery/1166-calabar-old-residency-building-slave-trading-post-to-royal-prison>. Acesso em: 30 set. 2016.

ESPAÇO CULTURAL GUARAJUVA, CORUPÁ (SC)

Regiane Towe Hannemann[1]
Fárida Mirany de Mira[2]

Resumo: Cultura e desenvolvimento permearam a existência humana. Sem eles, a humanidade não evoluiria, e a arquitetura, enquanto cultura, tem o dever de contribuir com a evolução humana por meio de seus conhecimentos. O presente trabalho, situado dessa forma, na linha da cultura e do desenvolvimento, consiste na criação de um eixo cultural que resulte na criação de um espaço que possa agregar qualidade de vida para os moradores do município de Corupá (SC) e para as pessoas que passarem por ele. A importância do tema está em colaborar para gerar condições de desenvolvimento e preservação da diversidade cultural local, bem como que essa valorização contribua com o desenvolvimento sustentável da região. Por intermédio de estudos teóricos e levantamentos feitos na região, a estratégia de valorização da identidade local e de desenvolvimento culminou na proposta de elaboração de um espaço público nomeado de Espaço Cultural Guarajuva, composto de uma edificação significativa na história do município, que sirva de ponto de acolhimento para moradores locais e visitantes e que seja permeado pela natureza. A proposta constitui-se em espaços que promovam fruição ao contato com a natureza, cultura, conhecimento e lazer mediante um museu da memória corupaense, pontos comerciais para a exposição e venda de produtos locais, especialmente a banana, e um ponto de bicicleta para os ciclistas que usam o percurso e que será melhorado por ciclovias e equipamentos pertinentes.
Palavras-chave: cultura; desenvolvimento; qualidade de vida; espaço cultural.

INTRODUÇÃO

O trabalho aqui registrado se inicia como cumprimento da disciplina de Trabalho de Graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Metropolitana de Guaramirim (Fameg). O tema foi proposto pelo fato de observar-se no município de Corupá (SC) uma lacuna na existência de espaços dedicados à fruição, criação, preservação da identidade e da memória da cidade, um local que colabore para o desenvolvimento sustentável da região e que possa agregar qualidade de vida aos moradores de Corupá e para as pessoas que passam por ele.

Assim, o trabalho foi desenvolvido em torno da cultura da banana, que tem afirmado a identidade do município e de seus moradores. Os temas abordados estão relacionados ao patrimônio cultural pela perspectiva de que ele possui a capacidade de estimular a memória das pessoas historicamente vinculadas ao que é significativo a elas e de estratégias que visam a sua promoção e preservação, podendo transformar-se em potencial para o desenvolvimento local pelo turismo.

A proposta começa da perspectiva de cultura e desenvolvimento e termina tal qual a fruta (figura 1), que é a identidade do município sobre o qual este trabalho foi pensado: nasce do coração.

[1] Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade Metropolitana de Guaramirim (Fameg).
[2] Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Fameg, orientadora.

ISBN 978-85-8209-066-4

Figura 1 – *Coração da bananeira*



Fonte: Globo Rural, 1996

DESENVOLVIMENTO

A cidade de Corupá

Corupá localiza-se ao pé da Serra do Mar, no norte de Santa Catarina. A história da cidade, conforme Kormann (1992), teve início em 1895 quando a Companhia Hanseática de Cerveja adquiriu mais de 635 mil hectares de terra, dos quais 35 mil ficavam no alto vale do Rio Itapocu e deram origem a Corupá. Por contrato, as terras deveriam ser colonizadas num prazo de 20 anos por imigrantes europeus.

O primeiro nome de Corupá foi Hansa Humboldt, em homenagem ao naturalista alemão Alexandre von Humboldt. Os pioneiros, vindos da Alemanha, desembarcaram em São Francisco do Sul em 30 de junho de 1897 e em 7 de julho chegaram a Hansa Humboldt vindos de barco pelo Rio Itapocu, sendo este o único acesso até 1900.

Em 11 de maio de 1908 foi criado o distrito de Hansa Humboldt. Em 1.º de janeiro de 1944, Hansa Humboldt passou a chamar-se Corupá.

Em 2002, Corupá foi indicada como a Capital Catarinense da Banana pela Lei estadual n.º 12.472, por a banana ser o principal produto agrícola do município de Corupá.

A cidade sedia a maior Associação dos Bananicultores do Brasil (Asbanco), com 417 associados ativos. Suas atividades são voltadas ao fortalecimento de seus associados, sendo destaque nacional na organização e na assistência aos bananicultores. A Asbanco é uma entidade sem fins lucrativos que tem como objetivo permitir que os bananicultores atuem de forma organizada na busca do desenvolvimento sustentável da atividade, procurando manter sempre o equilíbrio entre a produção e preservação do meio ambiente, proporcionando a satisfação das pessoas que vivem no meio rural, bem como a dos consumidores.

Com o título, diversas iniciativas inovadoras relacionadas à bananicultura ocorreram na região, como em 2005 o Projeto Fibra da Bananeira, iniciativa conjunta entre a Secretaria de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul (SDR) e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão Tecnológica (Epagri).

Em 2006, foi fundada a primeira cooperativa de agricultores familiares bananicultores, no bairro Rio Novo, a Cooper Rio Novo. Do quadro social da Cooper Rio Novo, composto de 47 associados, 16 têm menos de 30 anos, indo ao encontro do objetivo de fazer com que o jovem permaneça na atividade agrícola. Em agosto de 2015, o município sediou o III Congresso Latino-Americano e do Caribe de Bananas e Plátanos, promovido pela Rede Latino-americana e do Caribe para a Pesquisa e o Desenvolvimento da Banana (Musalac) e pela Asbane.

Em Corupá, dia 21 de agosto é o Dia da Banana, instituído por decreto municipal em 2012. Antes do decreto, eram realizadas festas da banana, enaltecendo a cultura, a atividade agrícola, a gastronomia e o modo de viver dos agricultores familiares da região.

Conforme Rebollar (2016), em 2015 o Brasil foi o quinto maior produtor mundial de bananas e Santa Catarina o terceiro maior produtor nacional. Nesse contexto econômico, a região de Corupá é a maior produtora catarinense, responsável por 85% da produção estadual. São 5.500 hectares de banana. Mais recentemente, os associados da Asbanco buscaram o apoio do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) para alcançar um novo objetivo para a região de Corupá: o registro de uma indicação

ISBN 978-85-8209-066-4

geográfica (IG), na modalidade denominação de origem (DO), para a banana de Corupá e arredores. Segundo o Ministério da Agricultura (BRASIL, s.d.), a indicação é conferida a produtos ou serviços que são característicos do seu local de origem e atribui reputação, valor intrínseco, identidade própria e distinção em relação aos seus similares no mercado.

Conforme Lichtemberg (1999), a bananicultura na região de Corupá foge dos padrões de produção encontrados nas demais regiões produtoras. Em clima subtropical, solo pedregoso, relevo montanhoso com até 600 metros de altitude onde brotam nascentes, gerações de agricultores familiares estabeleceram uma produção pujante que é responsável pela alta renda e qualidade de vida local. Hoje, mais de 800 famílias de produtores garantem a qualidade dos produtos por sua dedicação diária. A banana da região de Corupá apresenta características que a distinguem das frutas produzidas nas outras regiões, primeiramente porque a bananicultura por ali é secular e envolve um complexo cultural de agricultores familiares específico que só pode ser encontrado lá.

O trabalho procede da compreensão de que a conservação do patrimônio cultural se apresenta como essencial para os sujeitos históricos locais na medida em que possibilita o reencontro com as raízes das suas comunidades e a reafirmação das suas identidades, bem como se transforma em potencial para o desenvolvimento local pelo turismo.

Batista (2005) diz que a identidade cultural é o que define o que cada grupo é e o que nos diferencia uns dos outros e que para isso se faz necessário que não deixemos de rememorar, ir à busca das raízes, das origens, do âmago da nossa história.

A cultura surge como norteadora do trabalho acadêmico no campo da arquitetura e do urbanismo, pois, conforme Brasil (2009), ela pode ser usada para incentivar o desenvolvimento econômico justo e sustentável de um país e considera as atividades culturais como estratégicas na geração de trabalho, emprego e renda, além de promover a inclusão social.

A relação que a arquitetura e o urbanismo estabelecem com essa área está registrada na organização feita pela Secretaria da Economia Criativa, do Ministério da Cultura. De acordo com Brasil (2009), há cinco setores criativos: patrimônio (materiais e imateriais, museus e arquivos); expressões culturais (artesanato, artes visuais, culturas afro, indígena e populares); artes e espetáculo (dança, música, circo e teatro); audiovisual, livro e literatura (cinema, vídeo e publicações) e criações funcionais (moda, arquitetura, *design* e arte digital).

Conforme Delphim (2010), o espírito dos lugares sempre desempenhou papel decisivo na vida dos indivíduos e dos povos desde a Antiguidade. Lugares e paisagens apresentam aspectos especiais e mesmo essenciais ao ser humano. Não apenas as pessoas, mas também grupos sociais inteiros se sentem atraídos por características particulares de certos sítios e ambientes naturais, podendo em alguns despertar sentimentos de tal dimensão que acabam por se tornar sagrados.

Claval (2001) afiança que a paisagem é portadora de representações na memória social, na memória coletiva, na identidade e no patrimônio de um determinado grupo social. Desse modo, têm-se muitas formas de representação e apreensão da paisagem: política, turística, imobiliária, mercadológica etc. A relação das condições naturais e culturais, dos fatores físicos relacionados aos históricos, suas estruturas econômicas e sociais permitiriam a organização e utilização do espaço. Logo, a análise integrada dos atributos da natureza e da cultura passa antes pela formulação e investigação do conceito de unidade, que permite uma percepção importante de que a natureza é constituída de processos em vez de objetos e esses processos associados são sempre eventos na esfera da ação de um observador. Por outro lado, a cultura pode ser constituída por objetos, revelando a experiência do vivido daquele que se pode observar e do espaço desse observador.

Melo (2014) garante que os indivíduos constroem suas identidades, suas economias e seus processos de transformação política, porque nelas reside grande parte das expectativas dos grupos, numa tentativa de assegurar sua sobrevivência. Por identidade cultural, nessa perspectiva, entende-se o processo configurativo de práticas e manifestações culturais presentes nos grupos humanos, que procuram a cristalização de transcendência ligada à sua permanência e reprodução, e é na paisagem que esses aspectos encontram sua materialidade, por intermédio de sua apropriação/transformação. Assim, a atribuição do adjetivo cultural à paisagem até pode parecer redundância, uma vez que consideramos que qualquer paisagem só tem, de fato, significado quando há intervenção humana, seja na alteração da dinâmica do meio, seja na observação e na classificação como tal.

Melo (2014) afirma ainda que a paisagem herdada, apesar de incorporar a história da sociedade que a transformou, se encontra modificada nas suas características originais. Esses arranjos permanecem no imaginário dos povos e adquirem um valor que é o da conjugação dos usos com base nas potencialidades da paisagem. Essa situação reforça a necessidade de utilizar o conceito de paisagem como forma de buscar a preservação e valorização do espaço contínuo, detentor de símbolos e significados próprios.

ISBN 978-85-8209-066-4

A noção de memória e de identidade permite incluir tanto o cultural quanto o natural na abordagem do patrimônio, visando à preservação dos símbolos, dos significados, dos monumentos e da biodiversidade.

Dessa forma, a diversidade cultural não é vista apenas como um bem que se deve preservar, mas também como um recurso necessário para promover uma dimensão, mesmo em domínios normalmente distanciados de uma noção estrita de cultura os quais precisam ser estimulados para se desenvolverem.

Morel (1996) ressalta que o turismo é um fenômeno que se insere no conceito de cultura, já que é entendido como uma das grandes e mais significativas atividades econômicas da atualidade, envolvido pelo conhecimento das realizações da humanidade, presente na realidade sob várias formas, sob a compreensão de que a história da humanidade é expressa pelo patrimônio cultural que nos foi legado e que reflete a personalidade histórico-artística de cada sociedade, constituindo a sua própria identidade cultural.

AS CONTRIBUIÇÕES DA ARQUITETURA COMO A CULTURA

Considerando a cultura não apenas como um conceito exclusivamente, e sim uma reflexão sobre o conceito, entende-se cultura por meio de um fenômeno social de características simbólico-cognitivas, criado e produzido pelo homem em sua sociedade, como resultado do acúmulo de suas ações, significados e conhecimentos, refletindo a época em que está inserido e o contexto intelectual específico de cada um.

De acordo com Chagas e Nascimento Júnior (2008), é própria do homem a necessidade de perpetuar o conhecimento construído e adquirido e é fundamental preservar sua memória e registrar sua história. O retorno ao passado realiza-se pela guarda dos registros, relatos e documentações, e os museus são instrumentos que podem fazer esses acessos – não que estes sejam a obrigatoriedade do antigo, mas um meio de mediação com o passado, assim como com o futuro. “Não se pode negar a ligação que o museu tem com o registro, da memória”, como bem explicitam Chagas e Nascimento Júnior (2008, p. 66).

No Brasil a concretização de uma estrutura museal aconteceu com a vinda da família real, que em 1818 criou o Museu Real, hoje Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista. Como museu de artes propriamente dito, visto que o Museu Real tinha em seu acervo objetos pessoais de todo o tipo da família real, tivemos em 1826 a execução do primeiro salão da Academia Imperial de Belas-Artes, que deu origem ao Museu Nacional de Belas-Artes. De forma gradual, a constituição de um sistema museal no Brasil foi se estabelecendo efetivamente no século XIX.

No campo patrimonial os museus constituem práticas sociais específicas com trajetórias próprias. Evidentemente, os museus estão inseridos no campo do patrimônio, mas ainda assim é preciso marcar que eles têm dilatado os limites do campo, expandindo fontes de estudo e pesquisa. A musealização como prática social específica derramou-se para fora dos museus institucionalizados, e os museus tornaram-se campos de atuação e comunicação social.

A transformação gradativa da função do museu possibilitou o surgimento de novas tipologias, como os centros culturais, os quais reúnem em um só edifício, ou conjunto edificado, diversas funções voltadas à cultura e ao público visitante.

Os centros culturais apareceram como resposta ao novo panorama de espaços, apostando na característica efêmera das artes pós-modernas e, portanto, focando suas edificações em exibições temporárias e *performances* em festivais.

Alves (2010) diz que, com a proliferação da cultura, surgiu maior acessibilidade a tal setor, exigindo muito mais da arquitetura, tornando sua configuração espacial de estática para mutável, múltipla, sempre relativa, fazendo mais referência ao caráter multicultural do século XXI. Com isso, vieram também uma nova tipologia – o museu deixou de ter a maior evidência e importância em comparação ao programa – e programas mais equilibrados, com especificidades múltiplas, gerando em sua maioria edifícios de programas híbridos.

LEVANTAMENTO DE DADOS

Para o desempenho topoceptivo, foram utilizadas as formas que seguem: análise das sequências visuais; formação das imagens mental e visual, que, abrangida pela metodologia de Kohlsdorf (1996), está fundamentada na teoria da imagibilidade de Kevin Lynch; e análise do sistema urbano.

Como o projeto partiu da proposta de desenvolvimento e cultura para todo o município de Corupá, foram analisados dados gerais de uma parcela do município bastante divulgada, conhecida e utilizada por moradores e visitantes: os caminhos que conduzem à cachoeira. Após os levantamentos gerais da área mais abrangente, o levantamento é focado no terreno escolhido para o projeto e o entorno.

ISBN 978-85-8209-066-4

Esse terreno, até a elaboração desse levantamento, foi apontado pelo pessoal da comunidade da Asbanco como um local que deveria ser restaurado e posto em uso pela população e após o levantamento foi confirmado como ideal para o projeto.

Ao final do levantamento, observou-se que foi difícil conseguir oficialmente dados como o número da matrícula do terreno, no entanto, após a conclusão dos levantamentos apresentados, foi possível visualizar alguns aspectos que no início do trabalho não apareceram e que indicam a riqueza do local. Um dos aspectos marcantes é a relação que a cidade estabelece com a paisagem tanto natural como cultural.

Enquanto paisagem natural da cidade, a presença de elementos da natureza é muito forte, especialmente a hidrografia e as cachoeiras, pelas quais Corupá é divulgada.

Com base nos levantamentos, pôde-se verificar que a cidade traz também muito em sua paisagem cultural a presença do imigrante germânico. Ela é enfática no terreno acerca do qual propusemos o projeto a ser realizado como fruto deste trabalho e também aparece em outro ponto, na Vila Isabel. A confirmação dessa constatação aparece tanto no levantamento histórico da cidade como nos levantamentos fotográficos. O ponto da Vila Isabel surgiu como o ponto de encontro das ruas Roberto Seidel e Francisco Mees e possui, assim como no local da intervenção deste trabalho, a Igreja Luterana e a escola, que se inicia de forma particular pelo imigrante.

Outra percepção importante é a respeito da Estrada Felipe Schmidt. Essa estrada inicia-se ainda no bairro Rio Novo e termina no ponto turístico mais famoso da cidade, visitado por moradores e turistas de vários locais. A questão verificada, porém, mostrou a falta de infraestrutura adequada, especialmente no quesito pavimento, num local que aponta para a iniciativa de serviços como alimentação e lazer e que é fundamental para o escoamento da produção de banana tanto para o produtor rural quanto para o comerciante.

Nessa estrada, um dos aspectos a ser melhorados urgentemente é a pavimentação, pois há muita poeira. Isso causa nas casas aparência de desgaste e sujeira e, por conseguinte, diminui a qualidade de vida do morador local. Para o turista, é algo desagradável, especialmente para ciclistas e motociclistas.

Pensando em promoção de turismo, foi possível ver o quanto de equipamentos não surgiu no levantamento. Uma pessoa que não conhece a região, ao passar pela BR-280 em direção ao norte do estado, talvez nem perceba que passou por Corupá.

Enquanto paisagem cultural ainda, a ação do homem com a natureza foi constatada pela presença de bananais, confirmando a intensidade da cultura e o título de capital catarinense da banana. Notou-se nesse quesito a organização em locais que se preocupam com a melhoria dessa cultura, como a Asbanco e a iniciativa dos produtores em torno da Cooper Rio Novo.

Costa (2008) remete-nos ao termo *genius loci*, que pode ser considerado o que distingue dos lugares a sua essência. Após os levantamentos apresentados, o *genius loci* do terreno escolhido, a peculiaridade do espaço selecionado para a intervenção, fica evidente sob os vários aspectos que estão sendo levados em conta: a identidade de uma localidade, pois a casa antiga que está no terreno remete a memória germânica da colonização em Corupá, bem como o entorno; a paisagem natural interagindo com a paisagem cultural, quando percebemos a mata atlântica lado a lado com os bananais; os bananais e a natureza exuberante, que podem abrir espaço para a geração de renda por meio de ações voltadas para o turismo; a logística privilegiada, que mesmo da zona rural se está a 10 minutos do centro da cidade e a poucos metros da estrada principal da zona rural, em um caminho turístico já consolidado, em uma comunidade com uma tendência à organização grupal, como é o caso da cooperativa próxima ao terreno.

Os pontos negativos, já relacionados, são muito menores que os positivos e são condições que precisam ser melhoradas enquanto município, como a questão da acessibilidade na entrada da cidade. Não há equipamentos urbanos que auxiliem o morador nem quem chega à cidade, tampouco em termos de mobilidade, como as diversas infraestruturas. O que vimos foram placas que sinalizam o Caminho dos Príncipes e a Rota das Cachoeiras. Ao adentrar na cidade, temos em alguns pontos uma estrutura local de atendimento aos moradores, que vai se diluindo, e equipamentos pouco incentivados de serem utilizados, como o mirante e a própria Rota das Cachoeiras, que recebe visitantes em condições mínimas de infraestrutura.

O TERRENO ESCOLHIDO

O terreno escolhido, lote 122 A, situado na linha Caminho Rio Novo, no Distrito Itapocu, na Colônia Hansa, em nome da Sociedade Escolar Rio Novo, possui uma edificação, como se vê na figura 2, que foi a antiga escola alemã da comunidade, próxima à Igreja Luterana, também daquela comunidade.

ISBN 978-85-8209-066-4

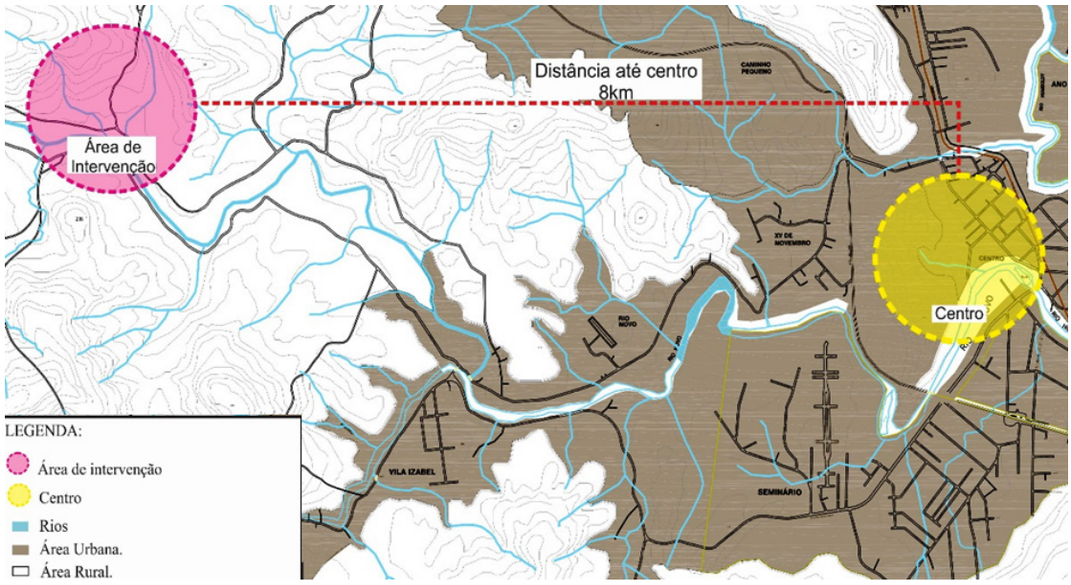
Figura 2 – *Imagem da antiga escola*



Fonte: primária, 2016

Dois dos fatores que confirmam o projeto no terreno da antiga escola são a proximidade com o centro e a possibilidade de transformar o acesso até ele numa ciclovia e abrir precedentes para outros projetos, por conta da localização geográfica (figura 3).

Figura 3 – *Distância do Centro ao terreno proposto*



Fonte: primária, 2016

INTENÇÕES PROJETUAIS

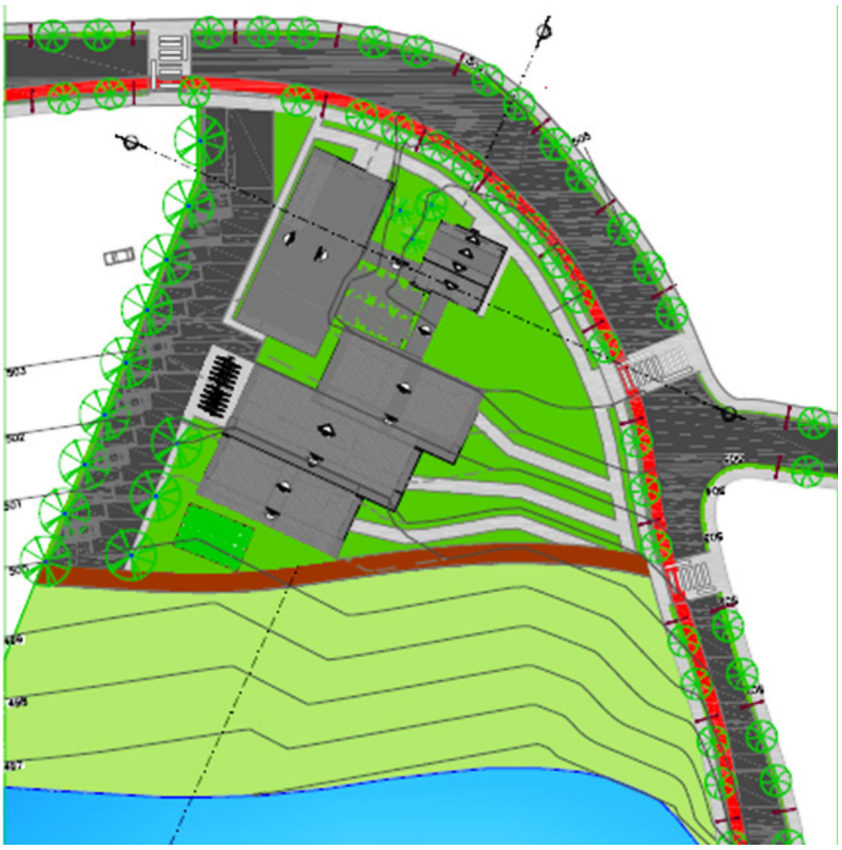
Conforme proposto na metodologia deste trabalho, após análise do material coletado chegamos à definição do partido arquitetônico para o projeto definido como Espaço Cultural Guarajuva. A implantação foi pensada com base na topografia do terreno. As fachadas são voltadas para o sol matutino, com aproveitamento dos ventos dominantes. Um dos blocos atende aos ciclistas; o acesso é facilitado junto da via. O estacionamento não compromete a paisagem e tem seu acesso facilitado.

ISBN 978-85-8209-066-4

Os caminhos, além de interligarem os blocos entre si, têm aberturas que ligam o espaço com a rua e são envoltos de canteiros e pomares com o objetivo de oportunizar momentos de fruição no espaço proposto. No nível mais baixo do terreno, permitida a utilização e antes Área de Preservação Permanente (APP), está locada a zona de tratamento de raízes, solução usada para o tratamento de esgotos do local.

Para usufruir a paisagem sem ferir a legislação, é construído um deque no limite do terreno para oportunizar o contato entre o homem e a natureza. Tais intenções são mostradas na figura 4.

Figura 4 – *Proposta de implantação*



Fonte: primária, 2016

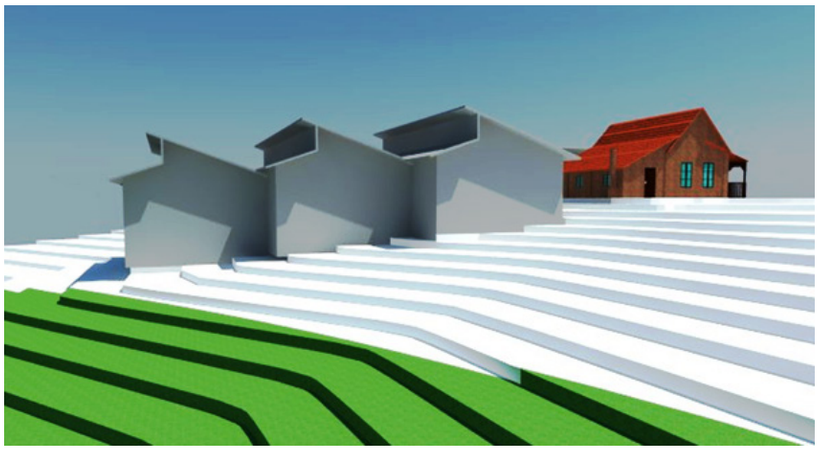
A paisagem, a cultura local, o construído, as pessoas que o processo de pesquisa oportunizou encontrar, com seus comportamentos e anseios, e principalmente a vontade de muitos corupaenses de ver a casa abandonada do Guarajuva restaurada foram os motivadores da proposta inicial: um local agradável para moradores e visitantes da cidade, permeado por cultura e que auxilie no desenvolvimento do município.

O resultado pode ser visto na criação dos novos blocos para feiras e exposições, oficinas, sala multiuso. Os edifícios do local a ser construído são dois: o museu da memória da cidade, os pontos para exposição e comércio de produtos locais, um restaurante e uma parada *bike* para auxílio aos ciclistas. A casa a ser restaurada é o ponto focal e gerador do projeto.

Mesmo com a necessidade de atender às condicionantes legais, como o afastamento de 10 metros da edificação tombada, o respeito de 30 metros de área de APP a partir do Rio Novo, bem como os recuos obrigatórios e a topografia diferenciada, o projeto continua interessante, talvez por refletir um espaço que remete a desafios: no passado, o desafio do colonizador alemã numa terra distante e com tudo por fazer (a edificação existente) e na atualidade o desafio dos produtores de banana, num mercado extremamente sazonal, de garantir sua qualidade de vida e por meio do seu trabalho oportunizar a melhoria da cidade (os novos edifícios e a requalificação do espaço público no local). Da topografia íngreme, característica dos terrenos próximos aos rios, surge a construção de blocos escalonados, conforme figuras 5 e 6.

ISBN 978-85-8209-066-4

Figura 5 – *A edificação existente: ponto focal do projeto*



Fonte: primária, 2016

Figura 6 – *A edificação existente: ponto focal*



Fonte: primária, 2016

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão de que a conservação do patrimônio cultural se apresenta como essencial para os sujeitos históricos locais e possibilita o reencontro com as raízes de suas comunidades e a reafirmação de suas identidades e que estas podem ser transformadas em potencial para o desenvolvimento local por meio do turismo norteou este trabalho, que foi pensado na linha da cultura e desenvolvimento, uma vez que arquitetura é cultura.

Em Corupá, fica evidente o papel da bananicultura como promotor atual de uma identidade da cidade, quer pelos títulos da cidade, quer pela paisagem e pelo trabalho dedicado pela população a esse setor. Aparecem também, imponentes, as cachoeiras, que já são a grande aposta turística do município. No entanto, entrelaçados a essas potencialidades, surgem a história de outros tempos e marcos fortes da imigração em nossas terras.

Os levantamentos realizados e suas análises, fundamentadas em noções de orientabilidade e legibilidade, contemplaram a formação de um conjunto de leitura topoceptiva do local com o meio. A análise dos dados coletados nos diversos mapas temáticos permitiu a visão das potencialidades e deficiências que originaram a proposta de intervenção urbanística e o trabalho a ser desenvolvido na próxima etapa, nomeado de Espaço Cultural Guarajuva.

A criação do Espaço Cultural Guarajuva também responde à proposta da criação de um eixo cultural que resulta na concepção de um local que possa agregar qualidade de vida para os moradores do município e para as pessoas que passarem por ele, conforme colocado na introdução deste trabalho.

ISBN 978-85-8209-066-4

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovana Cruz. **Lugar da arte:** um breve panorama sobre a arquitetura dos museus e centros culturais. Rio de Janeiro: Proarq – Anais do Seminário Museografia e Arquitetura de Museus C. Guimaraens, 2010.

BATISTA, Claudio Magalhães. Memória e identidade: aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 5, n. 3, 2005. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/1154/115416147004.pdf>. Acesso em: 1.º abr. 2016.

BRASIL. Cultura é ferramenta para incentivar desenvolvimento econômico. **Portal Brasil**, 2009. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/cultura/2009/10/cultura-e-ferramenta-para-incentivar-desenvolvimento-economico>. Acesso em: 11 mar. 2016.

_____. Ministério da Agricultura. **Indicação geográfica**. Brasília: Ministério da Agricultura, s.d. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/indicacao-geografica>. Acesso em: 1.º out. 2016.

CHAGAS, Mário de Souza; NASCIMENTO JÚNIOR, José do. Panorama dos museus no Brasil. *In*: NASCIMENTO JÚNIOR, José do (Org.). **Ibermuseus 1:** panoramas museológicos da Ibero-América. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2008.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

COSTA, Riceles Araújo. Fengshui: em busca do Genius Loci. **Arquitextos**, São Paulo, v. 8, n. 93, 2008. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08/093/170>. Acesso em: 15 maio de 2016.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. **O espírito da paisagem**. 2010. Disponível em: <http://www.jardinshistoricos.com.br/paisagem/o-espirito-da-paisagem/>. Acesso em: 4 abr. 2016.

FERRAZ, João Grinspum. **Museu do Pão:** Rota dos Moinhos do Vale do Taquari. 2. ed. Porto Alegre: Ardotempo, 2012.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: Universidade de Brasília, 1996.

KORMANN, José. **Hansa Humboldt ontem, hoje Corupá** (baseado no arquivo de Gerhardt Hermann). 1992.

LICHTEMBERG, Luiz A. Colheita e pós-colheita da banana. **Informe Agropecuário**, v. 20, n. 196, 1999.

MOREL, João. O patrimônio da humanidade. *In*: YAZIGI, Eduardo *et al*. **Turismo:** espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1996.

PIÑÓN, Hélio. **Paulo Mendes da Rocha:** documentos de arquitetura moderna. São Paulo: Romano Guerra, 2002.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – Sebrae/SC. **Santa Catarina em n**úmeros**:** Corupá. Florianópolis: Sebrae/SC, 2013. 133 p. Disponível em: <https://atendimento.sebrae-sc.com.br/.../relatorio-municipal-corupa.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2016.

O MUSEU E SUA FUNÇÃO SOCIAL: O MUSEU IRMÃO LUIZ GODOFREDO GARTNER, EM CORUPÁ (SC)

Joice Leticia Jablonski[1]
Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes[2]

Resumo: Este artigo apresenta e discute a história do Museu Irmão Luiz Godofredo Gartner, destacando ao longo de sua trajetória institucional sua função social perante a população de Corupá. Nessa perspectiva, este trabalho examina o contexto de fundação e desenvolvimento da instituição, bem como sua relação com a cidade nos mais diversos aspectos. O museu foi fundado no ano de 1933 e é um dos mais antigos em funcionamento no estado de Santa Catarina e único em Corupá, o que torna sua relação ainda mais intrínseca com a população. Criado por um religioso, dentro de um seminário católico, o museu teve sua gênese com uma coleção de animais taxidermizados, e sua história enquanto instituição acompanha a evolução do campo museal e patrimonial, além da evolução do próprio município. As reflexões aqui socializadas desdobram-se dos estudos sobre a instituição e sua atuação por meio de pesquisa documental em jornais, fotografias, registros diversos e documentação do seminário onde o museu está inserido. Considerando função social um conceito de ação nos museus, que remonta à década de 1970, e que propõe o museu integral, destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural, principalmente pela educação, pretende-se perceber em que proporção o museu atendeu a sua função social em Corupá, ao longo de seus 80 anos, na visão da documentação analisada.
Palavras-chave: patrimônio cultural; museu; função social; Corupá.

INTRODUÇÃO

Os museus são instituições que se configuram como patrimônio cultural, e suas exposições ajudam a construir representações sobre o que é patrimônio. Os museus, com exposições exaltando a veneração a objetos de significância histórica e cultural, ligados a grandes momentos ou personagens, instalados em imóveis carregados da mesma significância, em que as ações partiam do objeto para o objeto e ao público cabia apenas sua contemplação, colaboraram para a instauração de uma noção de patrimônio cultural como algo excepcional, por vezes distante da realidade simples e cotidiana, atribuídos de sentido monumental. Esses museus não se encaixam mais na dinâmica do contemporâneo.

A noção de patrimônio expandiu-se e, da mesma forma, foram ampliados o campo e a atuação dos museus. Atualmente, não cabe mais ao museu apenas guardar, preservar, conservar, documentar e expor acervos, mas a eles são imbuídos objetivos muito mais profundos e ligados a sua função social.

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille).
[2] Professora doutora do curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille.

ISBN 978-85-8209-066-4

Desde a década de 1970, quando se propuseram novas ações dos museus no tocante à realidade social, várias foram as tentativas para se alcançar aquele objetivo. A museologia incorporou novos movimentos teóricos como a nova museologia e a sociomuseologia, surgiram os ecomuseus e diferenciaram-se as tipologias de museus, porém o campo ainda carece de informações de ordem prática. Em muitos museus, fundados em contexto distinto dessas novas propostas, como é o caso do Museu Irmão Luiz Godofredo Gartner (MILGG), localizado em Corupá (SC), a dificuldade encontra-se em como difundir tal atuação, como fazer, como adequar-se, como compreender sua função social.

O MILGG está presente há mais de 80 anos em Corupá, período em que teve diversas relações e percepções da comunidade no que concerne ao seu patrimônio cultural. Investigar tais relações é importante para entender a função social a que esse museu já se prestou e vislumbrar aquela que pode prestar-se, uma vez que se concebe um museu como espaço decisivo na concretização da plena cidadania, alcançada principalmente pela educação.

O "MUSEU DE CORUPÁ" E O IRMÃO LUIZ GODOFREDO GARTNER

Inicialmente é necessário historicizar o processo de fundação desse museu e adentrar um pouco na história da instituição religiosa em que o museu está inserido: o Seminário Sagrado Coração de Jesus.

O Seminário Sagrado Coração de Jesus pertence à Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus, que foi fundada em 1878 na França, e expandiu-se para demais países, inclusive o Brasil, em 1903. Os primeiros padres que chegaram a Santa Catarina tiveram a missão de atuar nas paróquias localizadas em regiões de imigração alemã e foi nesse contexto que foi fundado, em 1924, o Colégio Sagrado Coração de Jesus, situado em Brusque (SC). Em poucos anos de funcionamento, o colégio, com capacidade para 30 seminaristas, já não comportava os pedidos de admissão. Não sendo possível o aumento da construção naquela localidade, partiu-se para outras possibilidades. A solução era construir um novo prédio em outra cidade, e apareceram várias propostas: Taubaté (SP), Forquilhinha (sul de Santa Catarina) e duas opções em Jaraguá do Sul (SC) – um terreno na altura do Curtume Schmidt e um na comunidade de Hansa Humboldt (atual Corupá). Optou-se pela última proposta: o terreno doado pela comunidade católica representada por Adolfo Baeumle, José Mueller e Guilherme Thiemann, que, em troca, solicitou os serviços permanentes de um padre (BUSSARELO, 1953).

Nesse contexto de doação de terreno e construção do seminário, começou a relação de pertencimento da população de Corupá para com o seminário católico. Essa relação iria refletir-se também no museu ali criado.

A construção do seminário foi iniciada em 1928 e sua inauguração aconteceu em 17 de janeiro de 1932. O local funcionou como espaço de formação de religiosos até o ano de 2012.

O museu foi criado em 1933, dentro do Seminário Sagrado Coração de Jesus, por um religioso cujo nome – Irmão Luiz Godofredo Gartner – foi dado à instituição em 2004. Esse museu, que primeiramente recebeu o nome de Museu Sagrado Coração de Jesus, é o único da cidade e um dos mais antigos do estado de Santa Catarina.

Para entender as características do acervo e a missão desenvolvida pela instituição ao longo de sua história, é necessário conhecer quem foi seu criador e como ele concebeu o museu. O Irmão Luiz Godofredo Gartner nasceu em Brusque em 5 de julho de 1905 e lá passou sua infância e adolescência. Aos 18 anos, empregou-se na fábrica de tecelagem Schlosser. Mais tarde, começou a trabalhar na sapataria de Frederico Heil, onde desenvolveu suas habilidades e aprendeu o ofício de sapateiro. Deixando a sapataria, decidiu ingressar na vida religiosa. Logo após sua profissão religiosa, em 1929, Irmão Luiz foi transferido do Convento de Taubaté para o Colégio Sagrado Coração de Brusque, onde exerceu as funções de sapateiro, enfermeiro e porteiro, permanecendo nessa casa até 31 de dezembro de 1931 (KOCH, 2010). Em janeiro de 1932, Irmão Luiz chegou ao Seminário Sagrado Coração de Jesus, em Corupá, para trabalhar na nova casa de formação, onde ficou até sua morte, no ano de 1988.

Nos mais de 50 anos de sua permanência no Seminário de Corupá, Irmão Luiz desempenhou distintas atividades. Foi sapateiro, fotógrafo, taxidermista, enfermeiro, filatelista, pintor e, ainda, desenvolvia ações ligadas à museologia e à ornitologia. Suas primeiras atividades estavam vinculadas à implantação, em 1932, de um viveiro de pássaros, denominado de Paraíso das Aves. Com o tempo, aprendeu e desenvolveu a atividade da taxidermia e reuniu um considerável acervo da fauna brasileira, que deu origem ao museu, no ano de 1933.

Sua ideia de iniciar um museu deu-se ainda durante seu noviciado em Taubaté. Ele deixou registrado em uma entrevista na comemoração de seus 50 anos de vida religiosa que, ao passear pela chácara,

ISBN 978-85-8209-066-4

encontrou um sabiá morto e o levou para o noviciado. Lá tirou suas tripas e passou sal para conservá-lo. Aí então lhe ocorreu montar um museu.

Como o seminário teria dificuldades de arcar com as despesas de taxidermia, aprendeu sozinho a arte de empalhar. Naquela época, com a ajuda de um amigo farmacêutico, aprendeu as formas de conservação das peles com diversos produtos químicos. Com o passar do tempo, o trabalho do Irmão Luiz foi ficando conhecido e animais de diferentes regiões eram doados a ele para serem taxidermizados, assim como aqueles que morriam no seu próprio viveiro e em outros zoológicos do estado.

Irmão Luiz começou expondo seus animais empalhados em uma sala no *hall* de entrada do seminário. Em 1953, com a construção de uma nova ala, o museu foi transferido de local, tendo sua área ampliada significativamente. A figura 1 mostra o prédio onde o museu foi instalado e está até os dias atuais.

Figura 1 – Prédio onde se localiza o museu, 2005



Fonte: Arquivo do Seminário Sagrado Coração de Jesus

Somando-se à taxidermia, o museu foi reunindo acervos dos religiosos da Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus, incluindo objetos da liturgia católica, vestimentas, arte sacra, assim como objetos que contam a história do seminário, além de muitas peças doadas pelos moradores da cidade.

Quando em 2012 o seminário deixou de receber alunos, alguns espaços que anteriormente acomodavam os seminaristas foram readequados. Em virtude disso, iniciaram-se um projeto de requalificação do museu e uma nova exposição sobre a história do seminário.

DA DEFINIÇÃO DE MUSEU E DA COMPREENSÃO DE SUA FUNÇÃO SOCIAL

Antes de analisar de maneira mais detalhada o MILGG, os resultados da pesquisa documental e, nesse contexto, uma referência a sua função social/suas funções sociais, é necessário fazer um percurso sobre o campo da museologia, em que também esse museu transita, e entender seus principais marcos e evoluções, a fim de contextualizar a preocupação atual em se pensar um museu como uma instituição imbuída de função social.

O início desse percurso parte da definição de museu, conceito que na sua historicidade é apropriado e compreendido de diferentes formas. A definição mais atual e, talvez, a que melhor exemplifica os debates mais constantes no campo museológico é a que consta do Estatuto de Museus:

> Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (BRASIL, 2009).

Essa seria a definição mais normativa, porém, considerando o contexto em que o museu estudado foi criado, a pessoa que o fundou e o objetivo por trás de tal atitude, acreditamos que seja extremamente instigador considerar a definição poética que Chagas apresenta:

ISBN 978-85-8209-066-4

> De forma poética, os museus são casas que guardam e apresentam sonhos, sentimentos, pensamentos e intuições que ganham corpo através de imagens, cores, sons e formas. Os museus são pontes, portas e janelas que ligam e desligam mundos, tempos, culturas e pessoas diferentes; mas na verdade, os museus são conceitos e práticas em metamorfose (CHAGAS *apud* SANTOS, 2011, p. 6).

Com as definições entendidas aqui como complementares, é preciso fazer um percurso pelo campo da museologia e perceber como se deu o entendimento da função social dos museus. Para isso, torna-se necessária a análise de alguns documentos.

No período de 1958 a 1992 podem ser vistos ações e debates indicativos de mudanças nas práticas museológicas e de um novo olhar e entendimento sobre museu. Quatro documentos são essenciais para a compreensão desse novo contexto:

> São eles: as conclusões do Seminário Regional da UNESCO sobre a função educativa dos Museus (Rio de Janeiro, 1958), que indicou um objeto de estudo para a Museologia; a Declaração da Mesa-Redonda de Santiago do Chile de 1972, que introduziu o conceito de um museu integral, abrindo novas trilhas para as práticas museais; a Declaração de Quebec de 1984, que sistematizou os conceitos básicos da Nova Museologia; a Declaração de Caracas de 1992, que poderia ser interpretada como uma avaliação crítica de todo esse percurso ao reafirmar o museu enquanto canal de comunicação (ARAÚJO; BRUNO, 1995, p. 6).

Desses documentos, emanam questões para se pensar uma nova lógica de museu, em que o sentido não está mais em seu acervo, mas em sua atuação: um museu como um espaço de educação, um museu integral voltado para sua comunidade e o museu como um espaço de comunicação (ARAÚJO; BRUNO, 1995).

Tratando basicamente daquilo que cada documento propõe, iniciamos com o Seminário Regional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) sobre a função educativa dos museus, realizado no Rio de Janeiro em 1958. Esse evento, especialmente, teve um resultado muito importante para a América Latina no que se refere a propostas do museu como espaço educativo, pois direcionou os museus a uma nova inserção em sua comunidade. Os debates foram centrados na reflexão sobre o próprio conceito de museu, no entendimento da museologia como ciência ou não e nos diferentes tipos de museu e suas especificidades. Apesar disso, o museu ainda é pensado em uma perspectiva "tradicional", na qual o objeto ainda é considerado o mais importante.

> Deve-se insistir que o Seminário, como não poderia deixar de ser, salientou que o objeto é o cerne do museu, e que todos os recursos que podem servir para reforçar sua mensagem devem ser utilizados de maneira que a relação entre sujeito e objeto se produza de maneira harmoniosa (TORAL, 1995, p. 9).

No referido seminário, a preocupação com a função educativa ocupa papel de destaque; ela é central na formação do cidadão. Esses foram os primeiros passos para se pensar a função social dos museus, que passou a ser conceituada e discutida a partir da década de 1970.

A Mesa-Redonda de Santiago do Chile de 1972 foi decisiva para a ampliação da noção de função e atuação dos museus. Um dos resultados do documento foram a definição e proposição de um novo conceito de ação dos museus: o museu integral, destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural. A carta foi toda baseada nos novos processos e realidades sociais que surgiam desde a década de 1960 e apontava a educação como uma das principais ações a serem tomadas pelos museus (ICOM, 1972).

Os membros da mesa consideraram que a tomada de consciência pelos museus da situação social, política e econômica vigente e das diferentes soluções que se poderiam vislumbrar para melhorá-la seria uma condição essencial para a integração dos museus à vida da sociedade. Dessa maneira, determinaram que os museus poderiam e deveriam desempenhar papel decisivo na educação da comunidade (ICOM, 1972, p. 2).

Foi em Santiago do Chile que se passou a entender que o museu possui função social, e a compreensão dessa função social desestabilizou aquilo que se pensava até o momento como museu e museologia. Pode-se dizer que essa mesa-redonda foi um divisor de águas no campo, pois

ISBN 978-85-8209-066-4

> o conceito de museu integral questionou noções consagradas do universo museológico como o colecionismo, o museu entre quatro paredes, e o patrimônio oficial, identificado apenas com o histórico e o artístico. Despertou a atenção dos profissionais para todo um patrimônio à espera da musealização, para a importância da participação comunitária em todas as instâncias museológicas, e impôs novos métodos de trabalho (ARAÚJO; BRUNO, 1995, p. 6).

Foi então que se percebeu que tudo o que se achava saber sobre a museologia já não fazia sentido. Quando o museu passou a ter uma nova atuação, foram necessários novos movimentos teóricos no campo, e a noção de função social consistiu no princípio da nova museologia.

A nova museologia é um movimento sobre o qual se centra a Declaração de Quebec de 1984, em que se definiram os princípios dessa museologia, que deveria ter caráter social. Mais tarde, a função social dos museus configurou-se como ponto estruturante de outro movimento denominado de museologia social, no qual se propôs uma nova tomada de consciência orgânica e filosófica acerca dos museus (MOUTINHO, 1993).

A Declaração de Caracas de 1992, por sua vez, centrou-se no debate sobre o museu enquanto canal de comunicação. Esse encontro, que aconteceu 20 anos após a Mesa-Redonda de Santiago do Chile, pode ser visto como um balanço do processo que vinha sendo construído na museologia, uma avaliação sobre a nova atuação dos museus e como a comunicação se encaixa nesse contexto:

> Dentro desta perspectiva, e visando uma maior eficácia de ação museológica, tem sido necessário a redefinição das práticas museográficas, bem como repensar a função clara e objetiva para o conhecimento produzido nas mais diversas áreas científicas existentes nos museus. Esse reconhecimento, que se insere no campo da Museologia enquanto Disciplina, e na identificação do objeto museal como fenômeno de comunicação, consolida, assim, uma nova possibilidade de trabalho científico para os museus no mundo contemporâneo (ARAÚJO; BRUNO, 1995, p. 7).

Assim, a partir da década de 1990 o entendimento da função social dos museus se consolidou no que tange a seu papel na educação, na construção da cidadania, no fortalecimento da cultura, tudo isso em meio à comunidade em que está inserido.

Reforçando a noção de museu ligada a uma função social, expressa principalmente pela educação, foi reafirmada na carta da Unesco *Recomendação relativa à proteção e promoção dos museus e das coleções, da sua diversidade e do seu papel na sociedade*, de 20 de novembro de 2015 em Paris, a amplitude da ação do museu em referência à educação e ao patrimônio cultural e natural:

> Os museus, como espaços para a transmissão cultural, o diálogo intercultural, a aprendizagem, a discussão e a formação, desempenham também um importante papel na educação (formal, informal e ao longo da vida), na promoção da coesão social e do desenvolvimento sustentável. Os museus têm um grande potencial para sensibilizar a opinião pública sobre o valor do patrimônio cultural e natural e sobre a responsabilidade de todos os cidadãos para contribuir para a sua guarda e transmissão. Os museus apoiam também o desenvolvimento econômico, nomeadamente através das indústrias culturais e criativas e do turismo (UNESCO, 2015, p. 2).

Ainda, a definição de museu explicita tal noção:

> Instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite (UNESCO, 2015, p. 3).

A atuação dos museus é ampla; cabe saber como cumprir todos esses papéis. Uma das formas talvez seja compreender como a população do entorno percebe o museu para, com base nisso, elaborar ações que cumpram sua função social. No caso do MILGG, são 80 anos de interação com a população por meio dos mais diversos aspectos, aspectos que conscientes ou não dos processos museológicos, de suas definições e de sua evolução acompanham aquilo que acontece no campo, conforme o histórico e entendimento de sua função social que, mediante a pesquisa documental, foi possível obter.

ISBN 978-85-8209-066-4

MUSEU IRMÃO LUIZ GODOFREDO GARTNER: UMA ATUAÇÃO SOCIAL?

Nesse museu, com 80 anos, fundado na década de 1930, é importante observar que em meio à pesquisa documental nos arquivos do museu e do seminário, onde foram consultados livros de crônicas, atas de reuniões, jornais, relatórios de atividades, entrevistas, fotografias, cartas, panfletos, cartazes, não foi possível encontrar nenhum documento que pudesse demonstrar que o fundador do museu conhecesse os debates que circulavam no campo da museologia ou dialogasse com eles.

Pensando numa atuação voltada para o social, baseando-se no que a documentação demonstra, puderam-se estabelecer dois momentos na história do museu: o primeiro corresponde a de 1933 a 1988, e o segundo, de 1990 aos dias de hoje.

De 1933 a 1988, qualquer que fosse a relação da comunidade corupaense com o museu, ela estava associada à figura do Irmão Luiz, considerado de importância para a cidade. Tal importância é evidenciada principalmente pelo Decreto legislativo n.º 02/79, em que, pela Câmara de Vereadores de Corupá, foi outorgado o título de Cidadão Corupaense ao Irmão Luiz, entre outros prêmios a ele concedidos.

A participação do museu nos eventos e nas realizações é significativa, como foi possível verificar em dois cartazes convites de festejos. O primeiro refere-se à comemoração em julho de 1947 do cinquentenário de Hansa Humboldt, na qual um dos atrativos é uma exposição histórica no segundo andar do Bar Schneider. No convite, enfatiza-se a seguinte frase: “Estará exposto o Museu do Seminário S. C. J., fotografia e outro material histórico do começo da colonização [*sic*], como outras raridades de Hansa, dignas de admiração” (SEMINÁRIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, 1947). Com essa frase, percebem-se duas situações importantes: a locomoção que o museu faz para, nesse contexto de comemoração, ficar mais próximo e acessível à população, já que os festejos aconteceram no centro da cidade, a 4 km de distância do museu; e a importância dos objetos que o museu expõe e guarda sobre a cidade, as “raridades de Hansa”. Ou seja, aqui se vê que havia interação do museu com a população e que possivelmente não existia preocupação tão centrada nos objetos, mas em quem os contemplaria, uma vez que se permitiu a itinerância desses objetos para uma exposição em um bar.

O outro cartaz refere-se a uma festa que aconteceu no seminário para os moradores da cidade. Nela o museu já estava localizado em seu novo espaço e no cartaz já se faz grande divulgação de sua importância: “Visite o Museu do Seminário – elogiado unanimamente por turistas de todo o Brasil” (SEMINÁRIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, 1953). Nessa frase é possível constatar a relevância do museu tanto como espaço a ser visitado quanto como divulgador da própria cidade pelo país; o elogio ao museu é talvez a maior evidência.

No período analisado é possível também estabelecer que o museu desenvolvia ações que tinham relação com a educação. O primeiro ponto é que o museu estava dentro de uma escola e que, em certa medida, como se pôde constatar nas atas de reuniões e nos relatórios de atividades, os alunos do seminário eram direcionados a realizar visitas ao museu, principalmente ligado à coleção de taxidermia, com uma proposta pedagógica. Nos livros de registros de visitantes que existem desde 1958, comprovam-se já em 1958 visitas de alguns grupos escolares da cidade de Corupá. Dessa forma, modestamente, o museu tinha uma condição que permitia relação com aulas de ciências.

No que se refere à academia, Irmão Luiz teve um papel importante para a técnica de taxidermia. Em entrevista com o professor Pedro Wilson Bertelli, fundador do laboratório de taxidermia da Universidade Regional de Blumenau (Furb), ele afirmou que aprendeu a técnica de taxidermia com Irmão Luiz e que a levou para a faculdade (BERTELLI, 2013).

O museu tem um simbolismo muito forte na cidade como instituição que a representa orgulhosamente; essa característica é bastante analisada em jornais. Com grande frequência, tem-se uma reportagem sobre o museu, o seminário ou sobre o Irmão Luiz. Todos os textos analisados seguem a mesma linha, demonstrando o valor que o museu possui: os trabalhos dedicados de Irmão Luiz, os acervos de valores históricos, o crescente fluxo de turistas, os elogios feitos à instituição, o sentido de pertencimento da cidade para com o “Museu de Corupá”.

Sob os cuidados de Irmão Luiz, o museu era aquilo que convencionalmente se denomina de gabinete de curiosidades, uma exposição exaustiva de objetos das mais variadas tipologias nos mais diversos suportes, sem grande preocupação com organização, sentido, narrativa. Com a morte do religioso em 1988, os diretores do seminário passaram a entender o museu como um espaço museológico que necessitava de adaptações. Com essa nova concepção de museu, inaugurou-se também um novo tipo de relação do museu no tocante a sua comunidade, que a partir de agora ficou distante. Nas figuras 2 e 3 é possível perceber as mudanças na expografia do museu.

ISBN 978-85-8209-066-4

Figura 2 – O museu no ano de 1970



Fonte: Arquivo do Seminário Sagrado Coração de Jesus

Figura 3 – *Um dos módulos da nova exposição do museu, 2000*



Fonte: Arquivo do Seminário Sagrado Coração de Jesus

A partir de 1990, os jornais passaram a noticiar que o museu seria requalificado, ficando claro que o lugar buscava se firmar enquanto espaço museológico normativo e, pela primeira vez, buscava auxílio de profissionais do campo da museologia, que propuseram uma primeira intervenção: mudanças na expografia.

Essa mudança nada mais foi do que a retirada de grande quantidade de objetos da exposição, especialmente aqueles que não eram da coleção zoológica, restando apenas nos expositores os animais taxidermizados. Tal retirada causou grande descontentamento na população, pois aqueles objetos, considerados “os mais importantes e significativos”, nos quais se fundava o sentimento de pertencimento, já não estavam mais lá.

A partir daquele momento, o museu também passou a estabelecer convênios e parcerias com instituições e pessoas do campo da museologia. Chegou, por exemplo, a receber um evento do Núcleo de Estudos Museológicos de Santa Catarina (Nemu) no ano de 2002, e das atividades desse evento participaram diversos padres e seminaristas, que posteriormente passaram a realizar ações sobre o acervo do museu.

Nesse contexto de afirmação como museu, um novo público passou a ser selecionado e buscado, o turista. Essa busca por um novo público foi também resultado de um momento por que o próprio seminário passou a partir da década de 1990. O número de alunos diminuiu muito em virtude do desinteresse pela vida religiosa, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1996 dificultou a continuidade

ISBN 978-85-8209-066-4

da escola nos moldes em que vinha até então, e os custos para manter o espaço estavam excessivos. Logo, em virtude sobretudo do potencial arquitetônico e paisagístico se explorou um plano turístico para o seminário como um todo, e um museu, nesse espaço, pensado a partir de agora como um ponto turístico, encaixou-se perfeitamente aos novos propósitos da instituição.

O visitante da cidade, que agora só busca o museu em momentos pontuais, já não se enquadra mais no plano pensado para o seminário. Abrindo-se ao turismo, o museu acaba deixando de pensar na comunidade que o cerca.

Em virtude de seu acervo de taxidermia, passou-se a pensar também na ênfase do museu como um espaço de educação ambiental, influência advinda das visões contemporâneas sobre o tema. Foram firmadas parcerias com as escolas municipais, e atualmente se pode observar que, considerando o que antes foi demonstrado como a concepção de uma função social, o museu apenas atua no que se refere à realização de ações educativas e culturais, ou seja, como espaço de educação, mas esse caráter educador limita-se a públicos escolares. Logo, a função social é ainda algo a ser colocado efetivamente em prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o que foi apresentado, é possível dizer que a seu tempo e a seu modo, de 1933 a 1988, o museu teve não necessariamente função social, conceito que sequer era debatido. Mesmo utilizar o entendimento de hoje e buscá-lo em meio às ações do museu do período citado seria anacrônico, mas pode-se afirmar que o museu possuiu atuação social em relação à população de Corupá, figurada por Irmão Luiz e sua noção de museu.

Quando o museu passou a ser pensado e readaptado como espaço museológico, naquilo que se normatiza no campo da museologia, percebe-se que uma relação de 50 anos da população com o museu foi quebrada, interrompida. Não realizado de forma consultiva, tal processo de mudanças refletiu-se no distanciamento da população e, de certo modo, no distanciamento de uma função social concreta.

Hoje, o museu tem o desafio de compreender-se enquanto espaço imbuído de uma função social no tocante a sua comunidade e de buscar, talvez com a comunidade, os meios de fazê-lo um instrumento real de atuação.

A figura definida por muitos em diversos documentos como simples, carismática, trabalhadora e dedicada de Irmão Luiz foi essencial para ser a ponte entre o museu e a população, população esta que se fazia presente, ativa e ouvida. O lema que Irmão Luiz trazia e registrou quando fez 50 anos de religioso traduz muito a forma como pensava e conduzia o museu ao longo de todos esses anos: “O que faço é para os outros” (SEMINÁRIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, 1979).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Cristina (Orgs.). **A memória do pensamento museológico brasileiro:** documentos e depoimentos. São Paulo: Comitê Brasileiro do Icom, 1995.

BERTELLI, Pedro Wilson. **Pedro Wilson Bertelli:** entrevista [22 out. 2013]. Entrevista concedida a Joice Leticia Jablonski. Corupá, 2013. Acervo do Arquivo do Seminário Sagrado Coração de Jesus. 1 CD. 17 min. 22 seg.

BRASIL. Lei n.º 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto dos Museus e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em: 4 set. 2016.

BUSSARELO, Hilário Raulino. Álbum jubilar: 75 anos de existência da Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus 1878-1953; 50 anos de atividades no Sul do Brasil da Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus 1903-1953. Rio de Janeiro: Ouvidor, 1953.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM). Mesa-Redonda de Santiago do Chile. 1972. Disponível em: <http://www.museologia-portugal.net/files/texto_de_apoio_01_declaracoes.pdf>. Acesso em: 4 set. 2016.

ISBN 978-85-8209-066-4

KOCH, Eloy Dorvalino. **Irmão Luiz Gartner S. C. J., perfil biográfico:** em contexto brusquense e dehoniano. Brusque: Mercúrio, 2010.

MOUTINHO, Mário. Sobre o conceito de museologia social. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 1, p. 5, 1993.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – Unesco. **Recomendação relativa à proteção e promoção dos museus e das coleções, da sua diversidade e do seu papel na sociedade**. 2015. Disponível em: <http://icom-portugal.org/multimedia/documentos/UNESCO_PMC.pdf>. Acesso em: 4 set. 2016.

SANTOS, Vânia Carvalho Rôla dos. **Gestão, informação e comunicação museológica: um estudo comparativo entre pequenos e médios museus brasileiros e franceses**. Tese (Doutorado em Ciência e Informação)–Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SEMINÁRIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. **Convite da programação da festa de inauguração da nova ala do Seminário Sagrado Coração de Jesus**. Corupá, 1953. Acervo do Arquivo do Seminário Sagrado Coração de Jesus.

_____. **Folheto em comemoração aos 50 anos de vida religiosa de Ir. Luiz**. Corupá, 1979. Acervo do Arquivo do Seminário Sagrado Coração de Jesus.

_____. **Programa Convite do Cinquentenário de Hansa**. Corupá, 1947. Acervo do Arquivo do Seminário Sagrado Coração de Jesus.

TORAL, Hernan Crespo. Seminário regional da Unesco sobre a função educativa dos museus. Rio de Janeiro – 1958. *In*: ARAÚJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Cristina (Orgs.). **A memória do pensamento museológico brasileiro:** documentos e depoimentos. São Paulo: Comitê Brasileiro do Icom, 1995.

III ENIPAC
Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

O PATRIMÔNIO CULTURAL MILITAR E SUA REPRESENTAÇÃO EM ESPAÇOS DE MEMÓRIA

Viviane Regina Caliskevstz[1]
Leonel Brizolla Monastirsky[2]

Resumo: O presente artigo buscou mostrar aspectos da representatividade social que acervos relacionados ao patrimônio cultural militar, com foco no período da Segunda Guerra Mundial, e à categoria da Força Expedicionária Brasileira (FEB) exercem na população atual, tendo com procedimento metodológico a análise de espaços de memórias, exemplificados em três formas de exposições de acervos museológicos: espaço físico – Museu do Expedicionário, de Curitiba (PR); espaço virtual – portal da FEB; e museu itinerante – Museu da Guerra (SC). Como base de dados quantitativos, foram utilizados os documentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) *Pesquisa de Informações Básicas Municipais* (Munic) e *Pesquisa de Informações Básicas Estaduais* (Estadic) (perfil dos estados e municípios brasileiros) associados à cultura (2014) e o caderno realizado pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) *Pesquisa da 13.ª Semana Nacional de Museus* (2015), verificando o cenário e o público frequentador dos museus no Brasil. Mesmo o Brasil sendo um país que, na sua maioria, não preservou sua história de participação nesse conflito, tais espaços museológicos materializam a representatividade que a memória da categoria social dos expedicionários brasileiros da Segunda Guerra Mundial ainda mantém viva. A fundamentação teórica pauta-se na geografia social e em sua categoria de espaço por meio da corrente humanística cultural, abordadas juntamente com o debate sobre as novas culturas e suas formas de manifestação no cotidiano social atual, tendo nos espaços de memória real, virtual e itinerante, construídos independentemente do aparelho do Estado, seu campo de análise. O patrimônio cultural militar é constituído de forte simbolismo, materializado no cotidiano social mediante monumentos urbanos, espaços de batalhões, acervos particulares, alguns museus, mas principalmente de uma categoria de indivíduos que participaram de maneira ativa de um fato histórico que marcou o mundo nos meados do século XX. No caso da FEB, seus feitos materializam-se na atualidade na forma de reconhecimento, simbolismo social e patrimônio militar em museus, livros, acervos patrimoniais, associações, desfiles cívicos e inúmeras manifestações virtuais como *sites* e *blogs*. Entende-se aqui que a constituição de um patrimônio cultural depende mais dos sujeitos que se identificam com os acervos preservados do que propriamente com a oficialização institucional dos bens patrimoniais. Outra constatação mostra que a principal justificativa de afastamento do público desses espaços de memória é sua configuração tradicional, que ainda os vê como “depósitos de velharias”. Mas, mesmo diante das constantes mudanças sociais, está havendo um processo de resistência cultural e identitária, provando que museus são espaços de memória que buscam o resgate dos laços de continuidade da história social.
Palavras-chave: patrimônio cultural militar; Museu do Expedicionário; Portal da FEB; Museu da Guerra itinerante.

[1] Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG-PR).
[2] Professor Associado do Departamento de Geociências (Degeo) da UEPG, docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEPG-PR.

ISBN 978-85-8209-066-4

INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscou mostrar aspectos da representatividade e do simbolismo de acervos memoriais relacionados ao patrimônio cultural militar da Força Expedicionária Brasileira (FEB), tendo como foco as características distintas: museu físico em espaço permanente, museu em espaço virtual e museu itinerante. O primeiro é o Museu do Expedicionário, de Curitiba (PR), oficialmente instalado no local atual em 1981, considerado o mais moderno, completo e atualizado do país, com significativo acervo exposto e biblioteca com mais de três mil volumes. Por conta da quantidade de peças em seu acervo, exposições itinerantes já foram realizadas pelo Brasil. Por tais características, esse espaço de memória apresenta-se como uma instituição única no país. O segundo é o Portal da FEB, indicado como um respeitável museu virtual e o melhor em sua temática. O portal já recebeu o acesso de mais de 30 mil pessoas que de alguma forma estão ligadas a essa categoria social: filhos, netos, parentes, amigos, pesquisadores etc. Ele é composto de histórias e relatos dos que fizeram parte do corpo expedicionário brasileiro, e nele podem ser encontrados fotografias, documentos, depoimentos, trabalhos (livros, artigos, trabalhos científicos) de diferentes lugares do Brasil. O acervo é criado e alimentado pelas pessoas que acessam o *site*, compartilhando mais que as próprias histórias. Assim, elas criam um acervo patrimonial que não existe em nenhum outro museu oficial relacionado à FEB. O terceiro é o Museu da Guerra, um acervo particular exposto de forma itinerante desde 2013, com relíquias da Segunda Guerra Mundial, reconhecido como o maior museu de guerras do Sul do país, com sede em Joinville (SC). O responsável pela curadoria das mostras é Doraci Vodzynski. O acervo pertence a quatro colecionadores e é composto de mais de 600 peças, do montante de seis mil itens que ainda se encontram na Alemanha, como documentos, fardas e equipamentos de guerra usados nos campos de batalha, além de itens pessoais de soldados e de Adolf Hitler.

Os três exemplos de acervo têm como foco a Segunda Guerra Mundial, e seus objetivos pautam-se na preservação da memória da categoria social dos expedicionários brasileiros da Segunda Guerra. Esses indivíduos participaram ativamente de um dos mais importantes fatos históricos que marcaram o mundo. No caso da participação do Brasil nesse episódio e dos soldados brasileiros, seus feitos materializam-se na atualidade na forma de reconhecimento, simbolismo social e patrimônio militar em museus, livros, acervos patrimoniais, associações, desfiles cívicos e inúmeras manifestações virtuais como *sites* e *blogs*. Para esta análise, uma fundamentação teórica acerca da geografia social e cultural com base na corrente humanística faz-se necessária.

Em termos de considerações, o presente estudo mostra que, entre algumas características identificadas, o envolvimento social no processo de preservação e valorização apresenta-se como o principal elemento, mostrando que a constituição de um patrimônio depende muito mais dos sujeitos que se identificam com os acervos preservados do que propriamente da oficialização institucional dos bens patrimoniais.

O ESPAÇO SOCIAL GEOGRÁFICO PARA ALÉM DO FÍSICO

A geografia enquanto ciência social busca compreender como a sociedade materializa nos espaços suas contradições, seus sentidos, suas emoções, ideologias e esperanças. A produção espacial depende de vários elementos, mas um dos principais condicionantes são as identidades, que surgem do embate e autorreconhecimento dos grupos culturais, das entidades sociais e das relações entre indivíduos, grupos e entidades e seu ambiente, dando origem a um processo conjunto de formas espaciais. Assim, em termos de concepção humanista, a geografia entende a "cultura no sentido de atribuição de valores às coisas que nos cercam" (GOMES, 2011, p. 311).

De maneira geral, cultura estabelece-se por meio das relações sociais historicamente herdadas, resultante da capacidade de comunicação simbólica entre os humanos. Por compreender uma dimensão da sociedade, apresenta-se também como objeto de análise. As variações ocorridas nos modos de vida de diferentes povos e nações tornaram-se um dos elementos fundamentais na busca pela compreensão cultural. Entendê-las é uma forma de identificar as transformações sofridas pelas sociedades contemporâneas.

A cultura tem o papel de orientar os sujeitos, ou seja, dar uma noção do passado, para que esses sujeitos possam se localizar no presente. Seus elementos – costumes, crenças, valores, tradições, traços, saber fazer – constituem as amarras que ligam e seguram as relações dos indivíduos com o grupo e com o mundo. Hall (1997) identifica a cultura como ação social, um conjunto de códigos com significados que dão sentido a essas ações. A cultura, na visão do autor, vem assumindo novos sentidos a partir do século XX, principalmente relacionados às "estruturas e organizações das sociedades", definida por ele como "modernas e tardias": "Os meios de produção, circulação e troca cultural, em particular, têm se expandido,

ISBN 978-85-8209-066-4

através das tecnologias e da revolução da informação" (HALL, 1997, p. 2). Um dos principais elementos apontados por Hall (1997) no processo de mudança é a mídia, enquanto detentora das informações (que são trocas econômicas), "conhecimento, capital, investimento, produção de bens, comércio de matéria-prima e *marketing* de produtos e ideias" (HALL, 1997, p. 2), um verdadeiro mercado global. Assim, para o autor, os padrões estéticos e os produtos culturais não podem ser comparados "em termos de valores" a outros momentos históricos.

Num mundo globalizado, o mercado global, como citado, constitui-se por novas formas de tecnologias que desencadeiam novas concepções de tempo e espaço, gerando mudanças em todas as esferas de relacionamentos sociais. Como principal exemplo mencionado pelo autor está o virtual, como espaço de relações, condutor de novas relações de capital. Esses novos "sistemas nervosos" criam uma nova concepção de tempo e espaço, transformam os modos de vida das sociedades mais variadas e dão origem a novas formas de cultura. Massey (2012, p. 33) enfatiza a necessidade de olhar a "representatividade" dos fenômenos enquanto "trajetória" no tempo/espaço, pois, sendo "coisa viva, uma atitude científica, uma coletividade, uma convocação social", tais fenômenos estão em constante transformação, assumindo novas posturas, roupagens, adaptando-se às novas ordens sociais, mas sempre na busca pela sobrevivência e pelo reconhecimento (mesmo que este se dê no campo do não esquecimento).

Um dos mais importantes embates e discussões sobre a temática das relações sociais pela rede de internet faz-se diante da questão trazida por Castells (1999, p. 442): a internet favorece a criação de novas comunidades, as chamadas comunidades virtuais, ou ela, ao contrário, induz a sociedade a um isolamento entre pessoas e o mundo? Em seus argumentos, o autor assegura que as pessoas tendem a se reunir num espaço virtual em torno de valores e interesses comuns que acarreta novas formas de identidades, reforçadas pelos pares e embates. Diante disso, o teórico afirma que não está claro o grau de sociabilidade que ocorre nessas redes eletrônicas, nem quais são de fato as consequências culturais dessa nova forma de sociabilidade, contudo não se pode negar que há sempre um movimento constante de sobrevivência dos fenômenos sociais, que tendem a novas adaptações, novas roupagens, que exigem novas interpretações, para jamais afirmar que os novos meios de comunicação sociais, mesmo perante uma característica pouco sentimental (em termos de isolamento), não possuem sentido.

A esse respeito, podem-se observar os museus virtuais, os quais, além dos já conhecidos objetivos de valorização da memória e reconhecimento da sociedade enquanto parte do patrimônio ali apresentado, buscam acesso maior de visitantes mediante novas formas de atração, preservação e disseminação das heranças culturais, criando um novo embate entre as velhas estruturas de preservação (físicas e ideológicas – museus, leis, normas) e maneiras de preservação.

Mesmo tendo o estigma de instituições tradicionais ante um mundo cada vez mais tecnológico, os museus resistem às mudanças rápidas das sociedades, sendo os equipamentos culturais menos frequentados pelo público quando comparados a outras ferramentas. Mesmo diante dessa realidade, a cada ano surgem novas e dinâmicas formas de exposições de acervos, mostrando que a valorização e preservação da memória social se faz presente.

Museus são uma forma de discurso, portadores e contadores da história social, sejam elas do passado, sejam do presente, e estão diretamente ligados à construção nacionalista. Santos (2003, p. 134) afirma que "o acervo museológico é sempre produto da atividade humana, da História, das relações de poder". Enquanto espaços forjados pela ideia nacionalista, Anderson (2008, p. 246) diz que toda forma de museu e imaginação museológica são profundamente uma herança política em andamento.

Concebidos por meio de investimentos do Estado, os museus do Oriente, no século XIX, mostravam que os trabalhos se concentravam na restauração de monumentos imponentes, ligados ao poder do Estado. Como estratégia de consolidação nacionalista, esses monumentos eram mapeados e apresentados à população de modo que esta absorvesse a ideia de tesouros nacionais. Toda forma de registro realizada com objetivos ideológicos nacionalistas era um meio de mostrar ao coletivo a história e a grandeza dos feitos de seu país. Assim, os museus transformaram-se numa narrativa cultural. No Brasil, o número de museus atualmente ultrapassa os três mil registrados. Para Abreu (2006), museus são espaços de memória, assim como "arquivos, cemitérios, coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, rituais, cultos aos mortos" (ABREU, 2006, p. 66), que buscam o resgate dos laços de continuidade.

Não há consenso sobre uma classificação para organizar os museus em uma tipologia definida, apenas indicações da forma como eles se apresentam ao público em diferentes modos e estilos, o que poderia ser chamado de metodologia expositiva. Entre essas várias maneiras de apresentar-se ao público, três estão sendo analisadas neste trabalho: exposições fixas em espaços determinados, virtuais e itinerantes.

ISBN 978-85-8209-066-4

PATRIMÔNIO CULTURAL MILITAR E ALGUMAS FORMAS DE MANIFESTAÇÕES

A palavra *especial* refere-se a pessoas peculiares, notáveis, as quais possuem ou possuíram papel de destaque na sociedade. Entre as inúmeras categorias especiais da sociedade, destaca-se a categoria social dos expedicionários brasileiros da Segunda Guerra Mundial, também conhecida como pracinhas, indivíduos que participaram ativamente de um fato histórico que marcou o mundo nos meados do século XX.

O contexto da Segunda Guerra Mundial não só para o Brasil, mas para o mundo, assim como para os participantes desse episódio, se faz presente na memória da sociedade atual e apresenta elementos que são pilares para a identificação de elementos patrimoniais culturais, como: memória e relatos, simbolismo social, forte representatividade, acervos particulares, reconhecimento de acervos em museus em cidades e em espaços virtuais[3]. Silva (2012), ao analisar espaços de museus urbanos sobre as FEB, constata que os objetivos desses espaços são preservar a memória dos feitos da FEB e despertar as lembranças dos próprios ex-combatentes, como de famílias e agentes envolvidos no referido fato histórico. Vários eventos nacionais são apontados pelo autor como desencadeadores dos movimentos de preservação da memória da FEB[4]. Somando-se a eles, outras formas de manifestações com relação à FEB vêm surgindo: centros de estudo e pesquisas, grupo de pesquisas institucionais; revistas científicas, *sites* e *blog* virtuais, criando novos espaços de memória social[5].

O atual espaço do Museu do Expedicionário, de Curitiba, já foi local de apoio e assistência aos ex-combatentes de guerra, sempre administrado pela Legião Paranaense do Expedicionário (fundada em 1946), sendo configurado como museu no ano de 1980. Projetado por Euro Brandão, o espaço possui 1.264 m^2, em que guarda acervo documental (fotografias, documentos, filmes, mapas, livros, ilustrações) e artefatos referentes à Segunda Guerra Mundial. Em seus períodos mais interativos, a administração do museu realizava exposições itinerantes, com acervos menores, levados pelo país, principalmente às regiões Norte e Nordeste. Esse projeto iniciou-se em 1996, incentivado pelo pracinha Thomas Walter Iwersen, mas, com sua morte, as atividades encerraram-se em 2001.

O museu recebe visita de escolas, pesquisadores e familiares de ex-combatentes. Em entrevista com José Quinquino (2015), funcionário há 30 anos do museu, ele comentou sobre as várias mudanças ocorridas no funcionamento do espaço ao longo do tempo. As reuniões dos pracinhas têm cada vez menos integrantes. Os churrascos promovidos por eles deixaram de ser frequentes, mostrando que o tempo pouco a pouco os retirou do espaço do museu. Quando perguntado a respeito do que os pracinhas representam para o museu, José respondeu que eles são mais que parte do museu, são o principal patrimônio ali. Quando indagado acerca do futuro do museu sem os pracinhas, o entrevistado acredita que as famílias dos expedicionários darão continuidade às atividades do local, no entanto o museu nunca será o mesmo sem a presença diária dos pracinhas. José contou que passou um bom tempo da vida ouvindo histórias, mas pontuou que elas não eram sobre os combates violentos, pois muitos pracinhas se recolheram dentro de si, não conseguindo expor suas experiências. As histórias eram as mais variadas, "*bagunças e farras*", por exemplo, como colocadas por José. Concernente à grande valorização que os pracinhas receberam da Itália, ele esclarece que o Estado brasileiro deu apoio, porém nunca se preocupou em valorizar a participação do Brasil na guerra ao longo do tempo, já que uma grande parcela da sociedade atual não lembra ou nem sabe que o Brasil fez parte desse evento, sobretudo nas grandes cidades, onde o tempo rápido nos modos de vida se faz mais presente, quando comparado às cidades interioranas, nas quais é comum todos conhecerem todos.

Uma das atrações desse local, senão a mais importante, é a visita quase que diária de ex-combatentes. Toda quarta-feira pelo menos dez pracinhas se reúnem no espaço do museu para conversar. Em uma das

[3] Estudos como os de Andrade e Coloda (2012), Oliveira (2011), Rosenheck (2008) e Silva (2012) trazem discussões sobre a categoria de expedicionários da Segunda Guerra Mundial, seus processos de reintegração e simbologia social despertada pela sociedade, seus espaços de valorização do patrimônio cultural militar em espaços urbanos.

[4] Criação em 1948, na cidade do Rio de Janeiro, da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil (ANVFEB) (propulsora do desenvolvimento da chamada identidade febiana). Em 1970, foi criada uma segunda entidade, a Associação Nacional dos Veteranos da FEB, que tinha "por finalidade promover a luta pela conquista dos direitos dos ex-combatentes perante o Estado brasileiro, além do reconhecimento e a preservação da memória da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial" (SILVA, 2012, p. 3). Aprovados na Constituição Federal de 1988 inúmeros direitos ao ANVFEB, tais como "o pagamento de pensão especial, assistência médico-hospitalar, aposentadoria e prioridade na aquisição de casa própria" (SILVA, 2012, p. 3). A partir da década de 1980, o processo de valorização da FEB intensificou-se, espalhando-se para outros estados do Brasil, mesmo restrito às capitais, criando vários espaços de sociabilidade a essa categoria.

[5] Segundo o *site* www.noticias.universais.com.br, o Brasil possui mais de três mil museus. Muitos desses espaços digitalizam seus acervos como forma de atrair o público. Alguns desses museus virtuais, contudo, buscam criar um acervo que não está exposto em nenhum museu físico, por falta de espaço, ou muitas vezes por falta de interesse dos órgãos responsáveis. Assim, surgem portais de acervos com uma gama de relíquias históricas que são verdadeiros patrimônios.

ISBN 978-85-8209-066-4

visitas para coleta de dados ao museu, um ex-combatente da marinha estava presente, contando suas histórias aos visitantes. Esse senhor, com 91 anos, é natural de Natal (RN) e mora em Curitiba há mais de 15 anos. Nunca deixou de frequentar o museu e sempre aborda os visitantes com suas histórias de vida e luta. Sempre há nesse espaço comemorações e condecorações aos que ainda estão vivos.

O Portal da FEB, criado em 2010, é um dos mais relevantes museus virtuais do Brasil. Ele já recebeu o acesso de mais de 30 mil pessoas que de alguma forma estão ligadas aos expedicionários da Segunda Guerra. O acervo é construído constantemente pelas pessoas que acessam o *site*, compartilhando mais que as próprias histórias; elas criam um acervo patrimonial pouco visto em museus físicos. No portal, cada expedicionário recebe significado e valorização própria. O portal materializa num espaço virtual toda a representatividade, valorização e sentimento de familiares, admiradores e pesquisadores dessa categoria, mostrando que tais indivíduos são "especiais" e permanecem vivos na memória social nacional. Tal museu se destina unicamente à valorização da categoria. Em uma enquete realizada para esta pesquisa, ainda em atividade no portal[6] hospedada na rede social Facebook, os internautas responderam às seguintes questões: Qual é a sua opinião sobre as postagens do Portal da FEB? Quais são os atrativos desse espaço? O que você acha da liberdade dos internautas em colaborar diretamente com a página? Quais são as diferenças que você observa ao comparar o Portal da FEB com os museus físicos? Os internautas são unânimes em dizer que é um espaço de grande interação, divulgação e fortalecimento da memória viva da categoria dos expedicionários. Além disso, afirmam que o espaço virtual reúne acervos que nenhum museu físico possui e, por ser mais interativo, tem alcance muito maior de compartilhamento da história dos ex-combatentes, servindo como um importante espaço de pesquisa, divulgação e fortalecimento da memória febiana.

O Museu da Guerra, da cidade de Joinville (SC), constituído de forma itinerante, esbarrou na dificuldade de manter-se em um espaço fixo, por causa dos custos de aluguel. Diante dessa problemática, a opção de itinerância fez-se presente. Assim, desde sua inauguração, em 2013, o curador percorre cidades do interior do estado levando as mais de 600 peças, adquiridas na cidade de Weiskirchen, na Alemanha, por um grupo de quatro colecionadores que desde 1946 se dedica ao resgate de objetos usados pelas tropas alemã e brasileira. Entre esses colecionadores, destaca-se Rochus Misch, guarda-costas de Adolf Hitler, um dos financiadores da ideia de montar um museu das guerras mundiais no Brasil. Segundo o curador da exposição, o acervo completo, ainda na Alemanha, contém mais de seis mil peças, com itens que datam da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, de tropas alemã, brasileira, francesa, japonesa, russa e americana. Entre os objetos da exposição, estão armas, uniformes, utensílios para alimentação e saúde, documentos pessoais, cartas, fotos livros, arquivos secretos dos pracinhas brasileiros, capacetes, mochilas, material de sinalização, granadas e, em destaque, a máquina de escrever utilizada por Hitler e sua secretária, além do Rádio do Povo, de 1933, aparelho presente em todas as casas alemãs, usado para disseminar a propaganda nazista.

Em entrevista com o curador, Doracy Vodzynski (2016) comenta que, quando o contêiner do acervo chegou ao Brasil, em 2013, não havia dinheiro para pagar os impostos de importação, e o acervo acabou ficando preso no porto durante um ano com uma dívida cada vez mais alta. A ideia inicial era construir um acervo permanente na cidade de Pomerode (SC), contudo isso não foi possível, passando o acervo a ser itinerante. Para custear a forma de exposição, são cobrados valores simbólicos de R$ 3 e de R$ 6 por pessoa. Para Doracy, o principal motivo de levar esse acervo às pessoas é contar uma história esquecida pela maior parte dos brasileiros, que muitas vezes nem reconhecem os feitos realizados por esse contingente de soldados na Segunda Guerra Mundial, por não conhecer a participação do país nesse conflito mundial. Outra questão apontada pelo curador é o costume das pessoas de não visitarem museus e o fato de estes não serem atrativos, pois muitas vezes as pessoas não se reconhecem enquanto parte dessa história.

A região de colonização alemã no estado de Santa Catarina viveu intensamente o reflexo da Segunda Guerra Mundial, e as histórias estão presente na memória da população, desde os mais velhos aos mais jovens, o que pode explicar o alto número de visitantes nas inúmeras exposições, chegando a uma média de cinco mil pessoas no período de dez a 15 dias em que a exibição fica aberta, em todas as cidades por que já passou. Em visita à exposição, o que mais chama a atenção é o comportamento dos visitantes, os quais passam vários minutos observando as peças e comentando com os demais sobre esses itens, sempre se referenciando a suas histórias pessoais, mostrando de fato que possuem forte ligação com a história que cada artefato conta.

[6] Disponível em: <https://www.facebook.com/portalfeb/photos/a.293679184058126.67223.234557183303660/934438693315502/?type=1&fref=nf&pnref=story>.

ISBN 978-85-8209-066-4

Esse formato de levar um acervo até as pessoas de forma itinerante tem a ver com a democratização do acesso aos instrumentos culturais. Busca-se não somente atrair, mas expandir o número do público, levando "as coleções a outros públicos em contextos diferentes, afastando-se um pouco dos modelos e dos locais tradicionais de exibição" (XAVIER, 2012, p. 69), dessacralizando a imagem do museu tradicional. Esse acervo passa a ser uma instituição viva. Enquanto nova metodologia surgida pós-Segunda Guerra Mundial, como uma concepção ideológica de mudança social, ligada à ideia de desenvolvimento dos cidadãos, os quais deveriam ter acesso à cultura e às artes, os museus itinerantes firmaram-se como importante ferramenta de educação cultural. Diante de uma realidade brasileira, em que os museus tradicionais são os equipamentos culturais menos atrativos pelo público, essas ações de ir ao encontro das pessoas pode ser uma interessante alternativa de expansão das artes.

Dados de documentos recentes do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) (BRASIL, 2010; 2015) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015) mostram que está havendo aumento na quantidade e na diversificação das atividades dos museus pelo Brasil, quando comparados a uma década atrás. Nos documentos do IBGE, os museus estão presentes em todas as regiões do país, mas é o equipamento cultural menos atrativo para o público. O equipamento *museu* aparece como item sem qualquer classificação temática ou segmento, sendo a metodologia expositiva *itinerante* um subitem de estratégia, ação ou meta. O Ibram promove anualmente duas principais atividades em todo o país, a Primavera dos Museus e a Semana de Museus, as quais têm maior número de visitantes e são avaliadas a cada ano. Contudo, em pesquisas recentes, menos de 50% dos museus cadastrados participaram da última pesquisa realizada, dos quais a maioria é museu municipal e museus tradicionais se destacam. As principais dificuldades de realização das atividades encontram-se nos recursos humanos e financeiros, pois, mesmo com voluntários e recursos oriundos de diferentes fontes, as instituições fecham as atividades com prejuízo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscaram-se nesta abordagem algumas considerações acerca da representatividade que acervos patrimoniais têm em diferentes espaços: físico, virtual e itinerante, abordando a história da categoria de expedicionários brasileiros da Segunda Guerra Mundial. Entende-se que o setor cultural no Brasil ainda é extremamente desvalorizado, e as ações culturais não podem ficar à mercê do Estado, visto que, mesmo enquanto administrador do setor público, as funções de reconhecimento identitário, valorização e preservação da memória social dependem de cada sujeito e de coletividades que se reconheçam nas diferentes formas de cultura e arte, principalmente se estiverem ligadas às subjetividades sociais, independentemente do espaço físico em que se encontram. É a materialização das ações culturais em espaços de memória, principalmente nas cidades, onde o entrave da funcionalidade e do desenvolvimento dos instrumentos culturais esbarra nas vontades, ideologias e ações do poder público. Percebe-se que as diferentes formas de museus abordados neste trabalho constituem espaços de memória dinâmicos e interativos, que despertam sentimentos de reconhecimento e identidade nos visitantes, contribuindo com o fortalecimento da memória histórica e com a construção do pensar patrimonial.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. M. Síndrome de Museus? **Encontros e Estudos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 51-68, 1996.

ANDRADE, B.; COLODA, T. A. **Patrimônio cultural militar da cidade de Ponta Grossa – PR**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). **Ibram abre pesquisa da 13.ª Semana de Museus para instituições participantes**. 2015. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/tag/13-semana-de-museus/>. Acesso em: 18 set. 2016.

_____. **Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM)**. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto Brasileiro de Museus, 2010. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/plano-nacional-setorial-de-museus-pnsm/>. Acesso em: 18 ago. 2016.

ISBN 978-85-8209-066-4

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 8. ed. Tradução de Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GOMES, P. C. C. **Geografia e modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *In*: THOMPSON, K. **Media and cultural regulation**. 1997. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br/artigos_autor.asp?p_id_autor=381>. Acesso em: 8 ago. 2014.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Perfil dos estados e dos municípios brasileiros:** cultura: 2014. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 106 p.

MASSEY, D. B. **Pelo espaço:** uma nova política da espacialidade. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogerio Haesbaert. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

OLIVEIRA, D. Reintegração social do ex-combatente no Brasil: o caso da Secretaria de Assistência da Legião Paranaense do Expedicionário – SA/LPE (1946-1960). **Militares e Política**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 8-23, jul./dez. 2011b.

QUINQUINO, J. **Os pracinhas do Museu do Expedicionário (PR)**. [maio 2015]. Entrevistadora: Viviane Caliskevstz. Museu do Expedicionário (PR), 2015. 1 gravador de áudio digital USB.

ROSENHECK, U. Entre a comemoração do passado e a construção do futuro: os monumentos da FEB em seus contextos. **Militares e Política**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 7-16, jul./dez. 2008.

SANTOS, M. S. Museu Imperial: a construção do império pela República. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio:** ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SILVA, M. A. P. **Os veteranos da Força Expedicionária Brasileira:** história, memória e patrimônio no estado de Mato Grosso do Sul. 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais14/arquivos/textos/Workshop/Trabalhos_Completos/Marcio_Silva.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2014.

VODZYNSKI, D. **Museu da Guerra itinerante da 2.ª Guerra Mundial**. [jun. 2016]. Entrevistadora: Viviane Caliskevstz. Associação Hansahoere (SC), 2016. 1 gravador de áudio digital USB.

XAVIER, D. W. **Museus em movimento: uma reflexão acerca de experiências museológicas itinerantes no marco da nova museologia**. 150 f. Dissertação (Mestrado)–Programa de Mestrado em Museologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2012.

III ENIPAC
Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

O SENTIMENTO DE JAPONESIDADE E OS LUGARES DE MEMÓRIA ENQUANTO PATRIMÔNIO DOS IMIGRANTES JAPONESES

Alexandra Begueristain da Silva[1]
André Luis Ramos Soares[2]
Guilherme Dias[3]
Ricardo Kemmerich[4]

Resumo: Este artigo versa sobre a manutenção da identidade nipo-brasileira pelos imigrantes japoneses na cidade de Santa Maria (RS), onde chegaram em 1958. A chamada identidade hifenizada está presente em vários aspectos da cultura imigrante, na gastronomia, na religiosidade, nos costumes e na manutenção de um mobiliário chamado *butsudan*, um oratório doméstico em que se cultuam os antepassados. Enquanto os imigrantes e seus descendentes mantêm suas práticas religiosas e/ou costumeiras em frente ao *butsudan*, manifestam um sentimento de pertença, considerado neste artigo como *japonesidade*. Sendo assim, esse oratório familiar pode ser tido como um lugar de memória para esse grupo de japoneses e, além disso, um patrimônio cultural dos nipo-brasileiros residentes em Santa Maria.
Palavras-chave: sentimento de japonesidade; lugares de memória; patrimônio cultural imaterial.

INTRODUÇÃO

A construção de uma identidade nipo-brasileira perpassa o que se pode chamar de *japonesidade*, um modo pelo qual os imigrantes podem manter certo grau de identidade, conservando lugares de memória (NORA, 1993). A noção de lugares de memória tornou-se transversa por assimilações distintas, críticas, polêmicas e controvérsias. Exposta de maneira mais sistemática por Nora (1993), ganhou novos rumos e usos. No caso do autor, ele tinha como objetos a memória nacional da França e o uso político no campo das lutas de memória e no campo institucional do patrimônio cultural, o que veio a ser chamado por ele de *francidade* ou "ser francês". Por tal razão, acredita-se que a definição da *japonesidade* se assemelha à proposta de Nora (1993).

Para fins deste estudo particularmente, relaciona-se o "lugar de memória" de Nora (1993, p. 13): "Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres...". Nesse sentido, as associações de japoneses, *Nihonjinkais*[5], configuram-se como lugares de memória, visto que possuem fotos, atas, livros como arquivos de uma memória que pode ser considerada coletiva, pois é da associação.

---

[1] Doutoranda em História do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).
[2] Professor doutor do PPGH da UFSM, coordenador do Núcleo de Pesquisas do Patrimônio e Memória.
[3] Doutorando em História do PPGH da UFSM.
[4] Mestrando em História do PPGH da UFSM.
[5] Nihon = Japão; jin = pessoa; kai = associação.

ISBN 978-85-8209-066-4

> São lugares [de memória], com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada de lembrança. Os três aspectos coexistem (NORA, 1993, p. 21-22).

A teoria do francês dá-se em torno dos lugares de memória "como obrigação em relação aos resíduos materiais do passado" (NORA, 1993). O grupo em estudo apresenta inúmeros rastros ou resíduos do passado que podem ser valorizados enquanto patrimônio cultural material e imaterial pelas gerações vindouras de nipo-brasileiros. Entre eles, destaca-se neste artigo a *Nihonjinkai* como um dos resíduos do passado dos imigrantes em Santa Maria.

DESENVOLVIMENTO

Pode-se falar de imigração japonesa no Brasil sob diferentes aspectos, como as práticas religiosas, a gastronomia, as artes marciais, os arranjos florais (*ikebana*), as associações japonesas *Nihonjinkai*, ou associação de mulheres japonesas *Fujinkai*[6], bem como os eventos culturais (*engekai*[7]) e as gincanas esportivas (*undokai*), já tradicionais na cultura imigrante japonesa. Alguns ocidentais simpatizam com os jeitos culturais e filosóficos da cultura japonesa, independentemente da descendência. É o que ocorre, por exemplo, nas academias de artes marciais ou na Novas Religiões Japonesas (NRJ), ou simplesmente em aprender a arte das dobraduras (os *origamis*) e tomar chá-verde. Mesmo que se estudem todos esses aspetos, seria impossível descrever ou retratar um japonês tal como ele é em sua intimidade, ou um grupo de japoneses em sua totalidade.

Lourenção (2010, p. 6) trata dessa relação bastante especial com o Japão: "Ela é menos sujeita a uma condição de trabalho e mais a uma nebulosa de ideias que gravitam em torno da constituição de um 'tornar-se japonês'. Ora, em questão não está de fato a proximidade real com o Japão, mas a proximidade ideacional" – ou da representação daquilo que parece ser "japonês", de acordo com Chartier (1988), o que neste estudo pode constituir um gancho para o "continuar japonês" ou "manter-se japonês".

Logo, pode-se referir-se a uma japonesidade com diferentes classificações, delimitações e divisões que seriam capazes de manifestar ou representar o mundo social enquanto categorias efetivas de uma nova perspectiva e análise daquilo que é real, pois, de acordo com Chartier (1988), as variáveis conforme as classes sociais, os grupos étnicos ou minoritários ou os meios intelectuais são determinadas a partir de disposições estáveis e partilhadas que são próprias de cada grupo. Tais esquemas intelectuais incorporados desse modo seriam capazes de criar figuras ou representações que permitiriam um sentido ao presente, uma inteligibilidade ao outro, ao "ser japonês", à japonesidade, à italianidade (ZANINI, 2005) ou à francidade (NORA, 1993), bem como a decifração de um espaço ocupado por esses sujeitos.

Assim sendo, tal teoria revelaria, então, a noção de representação (CHARTIER, 1990) enquanto instrumento teórico-metodológico de análise da história cultural. Chartier (1990, p. 17) analisa:

> As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. [...] As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio.

[6] Fujinkai = associação de senhoras japonesas.
[7] Festival artístico.

ISBN 978-85-8209-066-4

> Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou uma história de vistas demasiado curtas –, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de afrontamento tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais.

Ocorrem afrontamentos, enfrentamentos e estranhamentos com todos os grupos sociais e seus "outros". Existe o que é chamado de processos de "assimilação" e "aculturação", vivenciados pelos imigrantes, ou pelo "outro", à medida que as relações sociais vão acontecendo no país adotivo, no caso dos imigrantes e, neste ensaio especialmente, dos japoneses. Ainda que este trabalho apresente evidências de uma pluralidade cultural, trate, entre outras, da questão da identidade étnica e esses conceitos apareçam na literatura precedente, entende-se que eles não dão conta da complexidade do processo cultural pelo qual os japoneses passaram.

A constatação da diferença cultural que interfere nas interações sociais e que concebe o "outro" como um estrangeiro, na mesma concepção de estranho, reforça a construção de identidades étnicas pelo grupo de imigrantes, no sentido de agrupar pessoas que se identifiquem por sinais diacríticos.

Além disso, compartilha-se do significado que Zanini (2005) atribuiu ao seu entendimento de identidade étnica ao trabalhar italianidade com descendentes de imigrantes italianos na região central do Rio Grande do Sul. Para a autora, identidade étnica permite que o sujeito realize uma discursividade sobre si, de maneira que os elementos simbólicos e afetivos possuam importância bastante acentuada. Adotada tal perspectiva, são elementos tomados de empréstimo do mundo dos antepassados que são considerados sagrados. Dessa forma, o seu discurso sobre si não tem como atingir a totalidade do "ser italiano", seja no Brasil, seja na Itália.

Talvez as manifestações culturais passem por uma "reinterpretação", quando "ressignificadas" de acordo com a cultura do grupo dominante. Tal observação é encontrada no estudo de Koyama (1980), que admite a "aquisição" de aspectos culturais da sociedade englobante naquilo que se denominava de processo de "aculturação", o que sugere que não há perda da cultura ou superposição de uma a outra. Demonstra-se, portanto, que diferentes costumes podem coexistir na formação da identidade nipo-brasileira e sua representação do que se chamou aqui de "japonesidade".

Entre os japoneses de Santa Maria, estudaram-se até hoje as práticas religiosas e a gastronomia em diferentes pesquisas do Memorial de Cultura e Imigração Japonesa, do Rio Grande do Sul, e Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória, por pelo menos um ano cada uma delas. Ainda assim, não se pode dizer que se atingiu a totalidade do saber gastronômico japonês, ou da religiosidade japonesa em Santa Maria, sendo necessário qualificar ou classificar os objetos como o fez Chartier (1991). Durante os momentos de visitação, foi possível observar diferentes manifestações ou representações, em circunstâncias variadas, de traços culturais advindos do Japão e adquiridos no Brasil, forjando-se uma "identidade negociada", tal qual Lesser (2001) apontou como o dinamismo e a não rigidez da cultura. Exemplo disso é que, em muitas residências visitadas, se tomou "chá-verde", pois o assunto eram seus hábitos japoneses. Em outras casas, quando a pesquisadora era recebida por alguém da segunda geração de japoneses (*nissei*), oferecia-se "café-preto". Assim, pode-se entender que um hábito não exclui o outro; eles unem-se para formar uma identidade sociocultural, bem particular, das famílias japonesas em Santa Maria. Ou, ainda, demonstra-se que, mesmo sem perceber, cada japonês de primeira ou segunda geração evidenciava uma representação social perante o pesquisador.

Manter alguns traços de origem é fundamental na construção de uma identidade hifenizada. Em Santa Maria, ainda se encontram informantes de primeira geração, isto é, japoneses nascidos no Japão e emigrados para o Brasil. Existem costumes que são mantidos, outros esquecidos ou recriados pelas novas gerações. De acordo com Seyferth (2010, p. 28), "mesmo quando a cultura, língua ou os costumes mantidos pela primeira geração deixam de ser importantes como características de configuração grupal, os grupos étnicos são continuamente recriados por novas experiências".

O grupo em estudo apresenta uma identidade cultural bem particular, visto que apresenta raízes comuns, já que vieram quase todos da mesma região do Japão, no entanto partilham de um *éthos*[8] brasileiro, compondo ou (re)elaborando uma identidade cultural diferenciada e que pode ser negociada e acionada conforme a situação: ora a identidade japonesa, ora a brasileira. A questão da criação da identidade hifenizada (nipo-brasileira) e da relação ou da representação

[8] Aspectos morais (e estéticos) de uma dada cultura. Os elementos valorativos foram resumidos sob o termo éthos, enquanto os aspectos cognitivos pelo termo "visão de mundo" (GEERTZ, 1989, p. 143).

ISBN 978-85-8209-066-4

estabelecida entre o diferente (o imigrante) e o nós (referindo-se ao nativo) é trabalhada por Hatugai (2009, p. 5):

> A identidade destes japoneses não é algo que vem à consciência somente no universo da casa ou por meio de um processo individual de classificar-se, construções como estas se dão por processos de alteridade e classificações em uma relação com os outros que envolve as noções de "iguais" e "diferentes". Identidade e diferença são construções de um campo relacional que envolve alteridade entre o "eu" ou "nós" e os outros, nestas relações se dão classificações mediadas por formas simbólicas onde pessoas são nomeadas e definidas. Em contexto, as elaborações de alteridade ganham corpo principalmente no contato com os não descendentes ou os brasileiros, notadamente essas elaborações começam a ser produzidas na infância, alçando esta memória as lembranças que surgem são de contrastes construídos em marcas corporais: os "olhos" em seus traços acentuados ou "puxados" que na sociedade brasileira explana a definição dos asiáticos e de seus descendentes.

Hatugai (2009) atenta sobre essa identidade do hífen, especialmente a nipo-brasileira, que pode estabelecer e determinar uma nova categoria de identidade, pautada por construções e elaborações acerca da noção de cultura, das trocas culturais, da alteridade e das tradições, mais do que especificamente pelo geneticismo ou pelas características físicas como traço de definição identitária. Pode haver também uma representação do que é ser japonês ou ser brasileiro, dependendo do momento vivenciado, porém a autora ainda considera essa categoria de identidade como "meramente" um conceito utilizado nas ciências sociais pelos estudiosos da cultura japonesa, pois na prática os *nikkei* não se definem como pertencentes a uma identidade hifenizada. Os imigrantes e seus descendentes colaboradores desta pesquisa são simplesmente brasileiros ou japoneses, dependendo da situação. Não há autoidentificação por uma identidade do hífen, uma vez que na vida cotidiana a classificação de nipo-brasileiros, considerada como identidade, não aparece, nem a categoria da representação de Chartier (1991) enquanto método de pesquisa é percebida pelos sujeitos de pesquisa, ficando em âmbito acadêmico.

> A operação de construção de sentido efetuada na leitura (ou na escuta) como um processo historicamente determinado cujos modos e modelos variam de acordo com os tempos, os lugares, as comunidades e que as significações múltiplas e móveis de um texto dependem das formas por meio das quais é recebido por seus leitores (ou ouvintes) (CHARTIER, 1991, p. 178).

Assim, o imigrante pode possuir um *habitus*[9] familiar e outro social. Nesse sentido, abrimos parênteses para fazer uma analogia com DaMatta (1997), que utiliza a "casa" e a "rua" para demonstrar o comportamento, as relações e as contradições da sociedade. Para o autor, esses ambientes não se limitam a espaços físicos, constituindo "esferas de ação social" que são opostas e, ao mesmo tempo, complementares. A "casa" e a "rua" refletem as ambiguidades das relações sociais, são diferentes conjuntos de valores, ou, para justificar a analogia, são diferentes *habitus*: um *habitus* familiar que se apresenta em espaço doméstico e privado, ou seja, dentro de casa com a família, em que são "pessoas" iguais.

Além disso, é um *habitus* social que se estabelece em espaço público e até mesmo comercial. Isto é, na rua, são "indivíduos" que se relacionam com o diferente, necessitam transitar nesses espaços, muito embora não compartilhem de todos os seus valores, deslocando possíveis olhares que lhe imputem um diferenciador social. Quanto ao *habitus* clivado, no caso dos japoneses especificamente, o "ser japonês" ou o "espírito japonês" é bastante forte no nipônico que emigra, embora este tenha incorporado aspectos da cultura japonesa. Nesse sentido, há a "coexistência" de sentimentos e costumes que podem provocar algumas clivagens. Se, por um lado, o japonês tenta enquadrar-se na sociedade para atenuar sua diferença e tornar-se minimamente invisível ou parecido (HALL, 2000), por outro lado existe a tendência da sociedade majoritária, da representação coletiva, no caso dos imigrantes japoneses, no país adotivo, de encontrar as diferenças nos "estrangeiros".

> Este retorno a Marcel Mauss e Emile Durkheim e à noção de "representação coletiva" autoriza a articular, sem dúvida melhor que o conceito de mentalidade, três modalidades de

[9] O *habitus* é uma noção histórica adquirida, incorporada e acionada, um capital cultural preservado que indica um arranjo quase costumeiro do sujeito em ação, no interior de uma estrutura que é, ao mesmo tempo, estruturada e estruturante. Sob esse entendimento de *habitus* (BOURDIEU, 2001) é que foram analisadas as atitudes representativas de uma moral, "ética, jeito, estilo japonês de ser" em relação ao seu grupo, sua coletividade e sua postura perante situações do conflito ou convivência com a comunidade receptiva.

ISBN 978-85-8209-066-4

> relação com o mundo social: de início, o trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais "representantes" (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe (CHARTIER, 1991, p. 183).

Assim, a própria sociedade insiste em encontrar traços que classifiquem os imigrantes como japoneses, por exemplo, na gastronomia japonesa. Situações como esta podem ser observadas à luz de reflexões de Durkheim (1974) como uma característica coercitiva sobre os nipo-brasileiros. Trata-se de uma expectativa da sociedade brasileira de não reconhecer traços de brasilidade nos nipo-brasileiros ou de esperar que estes ajam como japoneses. É o caso de uma interlocutora proprietária de uma floricultura que nega o fato de dominar a arte do *ikebana*, sobre a qual sempre a questionam. Ou seja, ela entende-se como uma criadora de arranjos florais, diferentemente de praticante de uma arte estritamente japonesa. Conforme a coerção que caracteriza o fato social, em Durkheim (1974), pode-se observar que não é somente o indivíduo que decide manifestar suas heranças culturais para a sociedade hospedeira; há uma expectativa dos anfitriões de reconhecer a cultura japonesa nos nipo-brasileiros.

Atitudes e manifestações da personalidade do japonês quanto à família, ainda hoje, mantêm muito da bagagem trazida pelos imigrantes. Noções como "honra" e "lealdade" (*giri*) em relação à família, ou ao superior, o sentimento de dívida impagável (*on*) com os pais, o respeito pelos mais velhos, o autocontrole das emoções, o silêncio diante de situações adversas, a recusa de formas de ajuda assistencial, a perseverança, que, cooptada pelo trabalho, leva homens e mulheres ao esgotamento e ao suicídio, são "representações" e comportamentos orientados pelos códigos da cultura. A compreensão da maneira como esses códigos são interpretados e perpassam todos os comportamentos exige, portanto, a análise da cultura e do *habitus* japonês (DOURADO, 1993; OCADA, 2002; SILVA; SOARES 2012).

O diagnóstico sociológico e histórico sobre a forma como Chartier elaborou seus conceitos de representação, prática e apropriação mostra-nos que ele interiorizou de maneira decisiva as noções de *habitus* e campo (BOURDIEU, 1999), assim como a elaboração dos conceitos, ou a construção da função e das condições de aplicabilidade dos próprios como instrumentos teórico-metodológicos de análise da história cultural. O autor manifestou-se consciente da não ambição de inventar tais esquemas: nem uma teoria acabada do conhecimento acerca de tais conceitos, nem uma teoria histórica geral e universal de determinado sistema social, seja do grupo imigrante estudado, seja de outro objeto de estudo.

Ainda que na cultura japonesa e na imigração, especificamente, a família seja tratada como unidade de cooperação, a "devida posição" e a "hierarquia" (BENEDICT, 2002) são fundamentais para a compreensão das relações sociais japonesas. Tais manifestações são típicas dos imigrantes japoneses, pois remetem a seu país natal, e a hierarquia é visivelmente representada pelos imigrantes japoneses de Santa Maria, no momento em que se recebem os homens na sala e as mulheres na cozinha ou quando se dispõem os lugares à mesa para uma entrevista ou uma refeição.

Existe uma representação ideológica que serve de base para pensar e agir em assuntos de família. Nela, um dos pontos de referência básicos é a autoridade paterna, que, como já vimos, deve centralizar e ordenar a vida familiar, fazendo-se responsável pela continuidade e honra do nome da linhagem. Nesse quadro, a relação pais e filhos, em que a obediência é a virtude máxima, apresenta-se quase como uma devoção (CARDOSO, 1998, p. 102).

A mesma hierarquia pode ser encontrada nas associações, nas *Nihonjinkai* e/ou nas *Fujinkai*, associações criadas pelos imigrantes japoneses ao chegarem a Santa Maria em 1958, ou em cada cidade a que chegavam, onde se organizavam, afinal, de maneira geral têm como presidentes "homens" que são de primeira geração e ainda dos mais velhos. Cabe ressaltar que cada cidade se organiza à sua maneira. Em Santa Maria os encontros são esporádicos; acontecem por um casamento, batizado, funeral etc. Ainda assim sem Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Existem poucas publicações a respeito da memória japonesa no Rio Grande do Sul. De maneira geral, as escassas obras encontradas servirão de aporte teórico para a compreensão da cultura e das idiossincrasias da comunidade japonesa em Santa Maria.

ISBN 978-85-8209-066-4

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grupo estudado contempla moradores da cidade de Santa Maria chegados em 1958, conforme Soares e Gaudioso (2008). Por meio da referida obra, foi constatado que, ao chegarem, organizaram-se em um "grupo cooperativo", porém só mais tarde fundaram de maneira oficial a *Nihonjinkai*, a qual foi criada em 1975[10]. A tradição de se reunir, ainda que esporadicamente, continua. Em entrevista realizada em junho de 2016 Y. disse que os encontros ocorrem quase todos os anos, para festejarem o ano-novo, ou em aniversários e velórios, no entanto percebe-se que esses encontros persistem e aglutinam as famílias nipo-brasileiras em Santa Maria, já que não se configura como uma colônia, tal qual Hirata (2006, p. 2) define:

> Colônia japonesa pode ser entendida como: o conjunto de imigrantes e descendentes japoneses de um determinado espaço geográfico, com tamanhos diferenciados, que podem formar desde uma microrregião até um distrito, segundo as classificações territoriais dos órgãos oficiais competentes. Podem, ou não, estar organizadas socialmente ou economicamente através de cooperativas, sindicatos e associações culturais, sociais, assistenciais e educacionais.

Para Inagaki (2002), a definição de colônia japonesa é importante porque delimita traços diacríticos, mas pode não se configurar, como no caso de Santa Maria, como uma única localidade que aglutina todos os moradores de mesma ascendência. Nesse sentido, tais indivíduos podem morar afastados, mas é o sentimento de coletividade que os une, nesse caso especial, por terem vindo do Japão no mesmo navio e ido para a mesma fazenda em Uruguaiana (RS), antes de serem recebidos em Santa Maria. Com o sentimento de coletividade (BENEDICT, 2002) bastante forte na personalidade dos japoneses, mesmo após 50 anos da imigração, os *nihonjin*[11] de Santa Maria encontram-se em algumas ocasiões, como as reuniões formais da *Nihonjinkai*, quando costumam decidir, em conjunto, problemas relativos à comunidade japonesa (SILVA, 2013).

De acordo com Barth (1969), a cultura serve como meio para descrever grupos humanos e seus comportamentos, de modo que podem existir, então, unidades étnicas que correspondem a cada cultura, considerando que as culturas são sistemas abertos e flexíveis. Logo, as distintas sociedades são resultado da diferenciação cultural entre os vários grupos humanos:

> Praticamente todo o raciocínio antropológico baseia-se na premissa de que a variação cultural é descontínua: que haveria agregações humanas que, em essência, compartilham uma cultura comum e diferenças interligadas que distinguiram cada uma dessas culturas, tomadas separadamente de todas as outras (BARTH, 1969, p. 187).

A memória deve ser trabalhada como categoria analítica, por estar diretamente relacionada à história e a história a ela. Nora, que segue as concepções de Halbwachs, postula a memória como elo de um grupo: "Há tantas memórias quantos grupos existem; ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada" (NORA, 1993, p. 9).

A memória considerada forte por Candau (2011) caracteriza-se pela habilidade de estruturar os grupos humanos, o que funcionaria como as "estruturas estruturantes" de Bourdieu (2009). Elas atuariam como uma manobra identitária do grupo naquele conjunto de lembranças (CANDAU, 2011, p. 125). Entende-se por fim que associações japonesas exercem uma função de continuidade de memória e possuí-la na comunidade faz parte de uma *japonesidade*, ou identidade cultural.

Essa categoria de pesquisa justifica-se neste estudo por ter se optado por verificar as relações existentes entre os indivíduos nas formações e construções de rede de cooperação, como é o exemplo de uma associação, ou aqui da *Nihonjinkai*, em Santa Maria. Com a observação do objeto de estudo, é possível depreendermos constatações verossímeis ao comportamento da comunidade no tocante à manutenção da memória tanto individual quanto coletiva (POLLAK, 1989) e as reações que esse fenômeno provoca na comunidade estudada.

De acordo com a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, entende-se por "patrimônio cultural imaterial" as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, juntamente com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais, que as comunidades reconhecem

[10] A instituição com registro em pessoa jurídica, Nihonjinkai, foi fechada no ano de 2012, porém o grupo de japoneses continua se reunindo periodicamente.
[11] Japoneses, nascidos no Japão. Diferem-se dos imigrantes que chegaram em tenra idade (*daí-nissei*).

ISBN 978-85-8209-066-4

como parte integrante de seu patrimônio cultural (GONÇALVES, 2007). Tal entendimento permite inferir que os relicários japoneses de culto doméstico podem ser considerados como patrimônio imaterial.

Diversos aspectos da cultura dos imigrantes japoneses do estado do Rio Grande do Sul estão sendo preservados pelas associações culturais e pelas festividades que a comunidade continua desenvolvendo. Língua, religião, festas tradicionais, entre outros estão sendo registrados e valorizados pelo Memorial de Cultura e Imigração Japonesa. A percepção do "ser japonês" tem se perpetuado por meio de vários elementos culturais, em oposição à perda de alguns aspectos pelos descendentes, principalmente os de segunda geração. Os "lugares de memória" podem ser, assim, repositários da memória coletiva (POLLAK, 1989), ao mesmo tempo em que atuam na preservação material e imaterial de seus bens patrimoniais culturais.

Portanto, o patrimônio cultural imaterial revela-se nas manifestações que envolvem tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial, expressões artísticas, práticas sociais, rituais e atos festivos, conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo, e técnicas artesanais tradicionais, assim considerados aqueles repassados de geração em geração. Na percepção de Brayner (2007, p. 12), "o objetivo principal da preservação do patrimônio cultural é fortalecer a noção de pertencimento de indivíduos a uma sociedade, a um grupo, ou a um lugar, contribuindo para a ampliação do exercício da cidadania e para a melhoria da qualidade de vida". A visão do autor vem ao encontro do que se pensa sobre o papel das associações japonesas na coesão do grupo de imigrantes japoneses e o pertencimento ao grupo, bem como manifesta pela crença e pelos objetos a já mencionada *japonesidade* ou identidade nipo-brasileira.

REFERÊNCIAS

BARTH, F. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. Texto introdução de uma obra dirigida por F. Barth: *Ethnic groups and boundaries: the social organization of culture difference*. Bergen, Oslo: Universitetsforlaget, 1969.

BENEDICT, R. **O crisântemo e a espada**. 3. ed. São Paulo: SP Brasil Perspectiva, 2002. (Coleção: Debates – Antropologia).

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção de Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 1999a.

_____. **A profissão de sociólogo:** preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 1999b.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRAYNER, N. G. **Patrimônio cultural imaterial:** para saber mais. Brasília: Iphan, 2007.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARDOSO, R. C. L. **Estrutura familiar e mobilidade social:** estudo dos japoneses no estado de São Paulo. Organização de Masato Ninomiya. 2. ed. São Paulo: Kaleidos, 1998.

CHARTIER, R. **A história cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

_____. **A história cultural entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1988.

_____. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 5, 1991.

DAMATTA, R. **A casa & a rua:** espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DORADO, G. G. **La colectividad japonesa en Uruguay**. Montevidéu: Ediciones de La Critica, 1993.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. Tradução de Maria Isaura P. Queiroz. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

ISBN 978-85-8209-066-4

GONÇALVES, J. R. S. **Antropologia dos objetos:** coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. (Museu, Memória e Cidadania).

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HATUGAI, É. R. A cultura em movimento e as noções de especificidades locais: imigrantes japoneses e seus descendentes. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 33., 2009. **Anais**... 2009.

KOYAMA, T. Japoneses na Amazônia: alguns aspectos do processo de sua integração sociocultural. *In*: SAITO, H. (Org.). **A presença japonesa no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1980.

LESSER, J. **A negociação da identidade nacional:** imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. Tradução de Patrícia de Queiroz C. Zimbres. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.

LOURENÇÃO, G. V. **O caminho da espada como máquina de operação da japonesidade**. 2010. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/19822694/747762021/name/GVL_LEM_OUT_2010.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

OCADA, F. K. A cultura e o *habitus* japonês: ingredientes da experiência. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., Ouro Preto, **2002**. Anais... Ouro Preto, 2002.

SAKURAI, C. **Imigração tutelada: os japoneses no Brasil**. 191 f. Tese (Doutorado em Antropologia)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SEYFERTH, G. Imigração e diferenciação cultural: algumas questões culturais. *In*: TEDESCO, J. C.; ZANINI, M. C. C. **Migrantes ao Sul do Brasil**. Santa Maria: UFSM, 2010.

SILVA, A. B. **"Deus é eles": práticas religiosas familiares dos imigrantes japoneses em Santa Maria/RS**. 168 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)–Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5439>. Acesso em: 15 mar. 2016.

_____; SOARES, A. L. R. O coletivismo e a hierarquia familiar no pensamento japonês à luz do *habitus* religioso. *In*: Encontro com o Japão, 2012. **Anais**... Santa Maria: UFSM, 2012. CD-ROM.

SOARES, A. L. R.; GAUDIOSO, T. K. **50 anos de história: imigração japonesa em Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil** – 1958-2008. Itajaí: Mariadocais, 2008.

SOUZA, C. S. **Imigração japonesa em Santa Maria: história, trajetória e imigração**. 58 f. Monografia (Graduação em História)–Universidade Federal de Santa Maria, 2008.

THOMPSON, P. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

ZANINI, M. C. C. Italianidade: pertencimento, reivindicações e negociações identitárias na região central do Rio Grande do Sul, Brasil. *In*: REUNIÓN DE ANTROPOLOGIA DEL MERCOSUR, 6., Montevidéu, 2005. **Anais**..., 2005. Disponível em: <http://www.fsma.edu.br/visoes/ed03/3ed_artigo5.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2013.

III ENIPAC
Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

PAISAGEM, UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA PRÁTICA

Rosane Patrícia Fernandes
Luciano Raiter

Resumo: Este estudo analisou a relevância do trabalho de campo na formação docente, com vistas à compreensão e preservação dos recursos naturais e culturais, explorando a paisagem como recurso pedagógico. Tomamos como experiência as saídas de campo da disciplina de Antropologia e Educação do curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação (Isepe) de Guaratuba, tendo como objeto de pesquisa o espaço geográfico da Baía de Guaratuba e seu entorno, um cenário que reúne mata atlântica, sítios arqueológicos e históricos, oficinas líticas, manguezais e uma área de ocupação que, de certo modo, descaracterizou a naturalidade dessa baía. Procurou-se com o trabalho de campo fornecer aos alunos o aprendizado sobre esse patrimônio pela observação direta da paisagem, no intuito de relacioná-la com os seus aspectos físico-naturais e atividades humanas presentes nesse espaço. Para isso, abordou-se a paisagem como um espaço simbiótico, permeado de experiências em uma dimensão histórica que reflete as vivências de seus habitantes, difundindo relações de conflitos e prazer, inclusão e exclusão, desenvolvimento e preservação de um território, afinal a paisagem é um lócus em constante transformação, construído de experiências e sensações relacionais, entre seus objetos de constituição e pela tensão entre os objetos e as significações atribuídas a eles pelas percepções de um espaço de construção social, cultural e de memória. Nesse sentido, a metodologia do trabalho de campo foi apropriada ao conhecimento, por trazer a experiência exploratória sensorial, permitir a observação empírica dos fenômenos estudados e o contato com os agentes sociais, visto que isso nos conduziu à possibilidade de intervenções associadas ao processo histórico de ocupação, considerando os fatores condicionantes educativos e culturais, fatores emotivos, sensitivos e afetivos. Com base nessa interpretação holística, decodificou-se a paisagem, composta de formas naturais e antropogênicas, pelo olhar do espectador, a considerar as variáveis ecológica, cultural, socioeconômica e sensorial de tal paisagem. O resultado esperado foi a compreensão de que a pesquisa de campo em diferentes disciplinas do curso de Pedagogia é um excelente método de ensino ao unir a prática e a teoria, além de demonstrar que o território deve ser interpretado como uma memória cultural impressa no meio com a qual interagimos constantemente e a paisagem como o local em que ocorreram as transformações das interações entre a sociedade e a natureza.
Palavras-chave: paisagem; pesquisa de campo; metodologia de ensino.

ISBN 978-85-8209-066-4

INTRODUÇÃO

A leitura perceptiva da paisagem no lugar vivido faz-se necessária no processo educativo, e duas das ações relevantes do procedimento de campo no processo ensino-aprendizagem sobre a paisagem são a produção do conhecimento científico e o constante confronto entre a teoria, a prática e a realidade. Desse modo, a ação pedagógica da aula prática, o ver, o sentir, o tocar, o ouvir, o julgar e o agir são caminhos que permitem visualizar os entrelaces da relação sociedade-natureza no estudo dinâmico da paisagem *in loco*.

Nesse sentido, o presente trabalho desenvolveu-se e discutiu a contribuição das aulas de campo como ferramenta metodológica para a leitura e interpretação do lugar vivido, onde é possível aguçar os sentidos para percebê-lo e assim também ensiná-lo. Conhecer a trajetória histórico-cultural do lugar, notar o processo de transformação da natureza, da paisagem e do território em que se vive é protegê-lo e perpetuá-lo pela oralidade, pois os professores que atuam no ensino fundamental 2, ou seja, do 5.º ao 9.º ano, têm significativa participação sobre a formação da sociedade do amanhã. O professor precisa conhecer, sentir o lugar em que vive, afinal só se ensina o que se sabe. O incremento teórico-metodológico docente pode ser o grande diferencial da prática pedagógica e cotidiana que o profissional exerce e pelo conhecimento que o aluno adquire.

Nos últimos cinco anos a formação docente é um dos assuntos mais discutidos na área educacional. Isso é demonstrado por meio das diferentes alterações nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos que possuem formação de docência, como é o caso da Resolução n.**º 2, de 1**.**º de julho** de 2015, que define tais diretrizes para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, bem como os objetivos dispostos na Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Por último, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), exige-se um comprometimento maior dos professores envolvidos no processo de formação docente e discente na efetivação do conhecimento.

Com a introdução de novas tecnologias e formas de organização do trabalho pedagógico, aconteceram alterações significativas nos sistemas de educação. Diante disso, o novo paradigma que vem se afirmando é o do desenvolvimento de competências profissionais, ultrapassando o modelo superado da educação, até então estritamente relacionado às tarefas de sala de aula.

Portanto, este trabalho debruçou-se em esboçar a aula de campo como uma ferramenta metodológica que auxilia no desenvolvimento das habilidades e da percepção da paisagem, propiciando a leitura do lugar, do território, mais significativa e próxima da realidade vivenciada pelos alunos em seu cotidiano, notado e concebido no processo de ensino-aprendizagem, e que mais tarde será transmitida e repetida por esses alunos na posição de professores.

A experiência de campo, base desta pesquisa, foi vivenciada com alunos do 2.º período do curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação (Isepe) de Guaratuba (PR), na disciplina Antropologia e Educação. As idas a campo (caminhada perceptiva) tiveram como propósito o desenvolvimento da percepção, aguçando os sentidos para a descoberta, ou seja, o esforço próprio do aluno (futuro docente) em descobrir e construir por si mesmo o conceito de paisagem.

Para alcançar os objetivos deste estudo, foi realizada também a pesquisa bibliográfica e documental sobre a paisagem e território para assim caracterizar o espaço em discussão.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO LUGAR DA PESQUISA: GUARATUBA (PR)

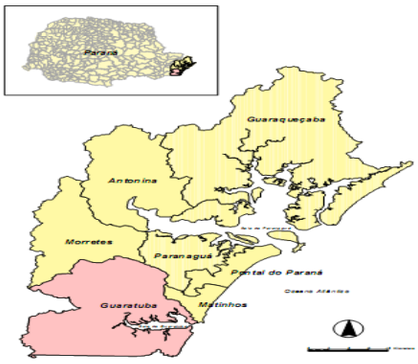
O extremo sul do litoral paranaense registra ocupações humanas pré-históricas associadas aos agrupamentos sambaquieiros. Na Baía de Guaratuba, esses assentamentos estão datados entre 4.500 A.P. (sambaqui descoberto IV) e 1.500 anos A.P. (sambaquis da Ilha do Rato), de acordo com pesquisas e análises laboratoriais de materiais líticos e carvão encontrados nesses sítios arqueológicos (FERNANDES *et al*., 2015). Sucessivamente a essa ocupação pré-ceramista, autores como Chmyz (1976), Neves *et al*. (1984) e Neves (1988) apontam em pesquisas realizadas no litoral do Paraná que em aproximadamente 950 anos A.P. houve deslocamento populacional de horticultores ceramistas no sentido planalto–litoral, ocupando de forma tardia os sambaquis ali edificados, evidenciados pelo aparecimento de cerâmica nas camadas superficiais de alguns dos sítios litorâneos, corroborando com os estudos de Okumura (2007), que data o aparecimento de cerâmicas nos sambaquis a partir de mil anos atrás. Nos sambaquis existentes na Ilha da Pescaria, são observados artefatos ósseos, líticos e cerâmicos. Quanto aos artefatos cerâmicos ali encontrados, Chmyz (1960) considerou essas ocupações como históricas por conta dos processos de interação cultural envolvendo populações indígenas e europeias, visto que a ilha é bem próxima e de fácil acesso à costa (FERNANDES, 2014).

ISBN 978-85-8209-066-4

Além daquelas ocupações, a história da fundação da Vila de Guaratuba, iniciada em meados de 1760, com a vinda de 200 casais para demarcar a nova vila e cultivar nela, indica o marco de ocupação moderna físico-territorial dessa parte do litoral paranaense, cuja importância deve ser resgatada tanto na preservação de paisagens e espaços que deram origem à vila quanto na de edifícios históricos e documentações. Fora isso, a Baía de Guaratuba, localizada ao sul do litoral paranaense, pertence à Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaratuba e possui 12 km terra adentro, com largura alterável entre 2 e 5 km, onde deságuam 26 rios, formando um alinhado de ilhas estreitas, irregulares e alongadas que abrigam em seu interior diversos sítios arqueológicos, históricos, líticos e cerâmicos, os quais fazem parte do patrimônio cultural (BIGARELLA *et al*., 2011).

No presente estudo, o ambiente "natural" utilizado como sala de aula é parte da APA de Guaratuba. Ela possui área total de 199.569 ha, equivalente a 1% do território do estado do Paraná, e foi criada em 1992 com o objetivo de resguardar os aspectos biológicos, cênicos e culturais, bem como compatibilizar o uso racional dos recursos ambientais da região e a ocupação ordenada do solo e proteger a rede hídrica, os manguezais, os sítios arqueológicos e a diversidade faunística (FERNANDES, 2014). Vide figura 1.

Figura 1 – *Localização do município de Guaratuba (PR)*



Fonte: Conselho do Litoral (2002, p. 18)

Esse ambiente é a paisagem na qual a cidade de Guaratuba está inserida. Para Delphim (2009, p. 149), paisagem é um conceito sintético que "resulta de um somatório de diferentes elementos, das formas como se inter-relacionam, de informações complexas, de inúmeras formas de percepção isoladas, de visões analíticas que resultam em uma configuração maior, que é a paisagem". No entanto, a paisagem difere-se em paisagem natural e paisagem cultural.

COM OS PÉS EM CAMPO

As aulas de campo, ou a prática do trabalho de campo, há muito tempo já eram realizadas nas viagens exploratórias dos diversos estudiosos naturalistas do século XVIII. O naturalista Alexander von Humboldt (1769-1859) foi um dos sistematizadores da disciplina. O trabalho de campo norteava-se na observação e na descrição dos elementos contidos nas paisagens, o que resultava numa prática de ensino puramente descritiva e numa leitura acrítica do espaço geográfico natural, cultural ou histórico (ALVES; LOPES; SILVA, 2008).

Os estudos sobre a percepção do meio ambiente iniciaram-se em 1960 nos Estados Unidos, com o trabalho de geógrafos, arquitetos e urbanistas, e representou uma crescente onda de investigações da percepção ambiental, porém ainda pela percepção comum (CAPEL, 1973). Esses estudos inserem-se na geografia humanista e somente a partir de 1970 eles passaram a contar como metodologia de campo (AMORIM FILHO, 1987). Mais adiante, o estudo da percepção ambiental passou a ser caracterizado como interdisciplinar, sendo utilizado por diferentes áreas do conhecimento. Os termos e as abordagens mais utilizados entre os estudos de percepção ambiental, segundo Amorim (2003), são atitude, cognição, imagem, paisagem, percepção, representação, valor e topocídio, topofobia e topofilia (TUAN, 1980). Na experiência vivenciada pelos alunos, foi enfatizado o conceito do termo *topofilia*, criado por Tuan (1980, p. 5) para expressar "o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal". Outra abordagem e conceito importante foi o de paisagem.

ISBN 978-85-8209-066-4

Conforme Capel (1973, p. 99), a paisagem “não existe até que um pedaço de espaço terrestre receba um olhar humano que o ordene e o converta em tal”. Para Dardel (1990, p. 54) citado por Schier (2003, p. 7), “a paisagem não se refere à essência, ao que é visto, mas, representa a inserção do homem no mundo, a manifestação de seu ser para com os outros, base de seu ser social”.

Para o presente estudo, foram realizadas duas saídas a campo no mês de setembro de 2016. Essas saídas tiveram puramente a intenção da observação direta e a interação não assistemática da paisagem em suas diferentes formas. Antes da caminhada perceptiva dos alunos, no percurso entre a praça municipal do centro histórico e a Praça dos Namorados, local de onde é possível contemplar boa parte da extensão da baía e da serra do mar, fez-se a contextualização sobre paisagem, em suas diferentes abordagens, pois é preciso “entender a experiência dos homens no meio ambiente e social, para compreender a significação que estes impõem ao meio ambiente e o sentido dado às suas vidas e aos locais” (CLAVAL, 2002a, p. 20). Para o mesmo autor,

> matéria, natureza, cultura e vida social são realidades apreendidas ao mesmo tempo por cada um. Na experiência individual [...]. O mundo é um dado da percepção e está estruturado por discursos. Os investigadores não têm acesso privilegiado à verdade. Esta só aparece passo a passo, através da análise minuciosa dos testemunhos e experiências de uns e outros (CLAVAL, 2002b, p. 34).

A paisagem, nesse sentido, de acordo com Schier (2003, p. 2), “depende muito da cultura das pessoas que a percebem e a constroem. Ela é, assim, um produto cultural resultado do meio ambiente sob ação da atividade humana”. A paisagem atualmente tem sido mais percebida pela avaliação ambiental e estética que apresenta. Nas figuras 2 e 3, estão algumas das imagens fotografadas pelos alunos durante as saídas de campo.

Figura 2 – *Paisagem natural: pôr do sol da Baía de Guaratuba (PR)*



Fonte: Aula de campo, 2016

Do grupo formado por 11 participantes, cinco afirmaram que a baía era o lugar de que mais gostavam; quatro relataram gostar mais das praias, e dois disseram ser a Praça dos Namorados seu lugar favorito. Considera-se que os sentimentos expressos como resposta à pergunta sobre o lugar preferido enquanto paisagem e o que sentiam quando estavam nesse lugar refletiram o sentimento topofílico dos participantes da aula de campo, como visto a seguir:

> *A baía. Contemplação da natureza e sentimento de paz* [Tatiana Tobler].
> *A baía com vista para as ilhas, rios, principalmente no pôr do sol. Sinto paz e tranquilidade* [Elizete I. dos Santos].
> *A baía, beleza, a natureza em sua perfeição, mas também, quando olhamos o entorno, o que vemos é desigualdade social, quando não podemos caminhar pela orla da baía, que está quase toda construída* [Thais Fusik].
> *A praia. Vida, inspiração, amor, natureza* [Darlete Fuznierczar].
> *A praia. O sossego. Milagre da vida, a serenidade do amanhecer* [Trindade de Freitas Santos].
> *A Praça dos Namorados. A natureza, o passado e o presente se misturando no olhar* [Rafaela Boeira].
> *A Praça dos Namorados. O mar, os casarões, a igreja, o marco da erosão da rua da praia em* [19]*68, um lugar singular e de reflexão* [Pâmela Carolina].

ISBN 978-85-8209-066-4

Figura 3 – *Percepção da paisagem arqueológica da Ilha da Pescaria, Guaratuba (PR)*



Fonte: Aula de campo, 2016

A riqueza arqueológica da Baía de Guaratuba ficou evidente nos levantamentos de campo e inventários de sítios arqueológicos realizados por estudiosos como Bigarella (1950), Loureiro Fernandes (1955), Orssich (1977), Ângulo (1992), Parellada (1993) e Brochier (2002). Os registros mais conhecidos na região são os sambaquis, verdadeiros monumentos construídos por povos pré-coloniais. Para De Blasis *et al*. (1998) e Bandeira (2005), trata-se de um tipo de sítio caracterizado por elevações de conchas em forma de colina com diferentes tamanho, composição e idade (FERNANDES, 2014). Na APA de Guaratuba há a indicação de mais de 181 sítios arqueológicos entre sambaquis líticos e históricos que aparecem no relevo da paisagem e hoje, além de patrimônio cultural da União, constituem herança cultural para os moradores (FERNANDES, 2014).

Dos sítios litorâneos, "os sambaquis são os mais numerosos, e provavelmente os mais bem conhecidos" (PROUS, 1992, p. 204). Para Prous (1992), Guaratuba apresenta um número maior de sambaquis em relação aos demais tipos de sítios arqueológicos. Conforme figura 4, o sambaqui da Ilha da Pescaria apresenta multicomposição, ao abrigar em seu interior e superfície artefatos líticos e ósseos (humanos e de animais) e, de modo abundante, fragmentos cerâmicos de diferentes tradições (figura 5).

Os sambaquis são como testemunhos, são construções materiais que se perpetuaram e duraram muito mais que os processos que os fizeram, contudo presencia-se a degradação antropogênica desses sítios, que, acelerada com os processos naturais de degradação, a bioturbação, causados por agentes do próprio meio, esses sítios tendem a desaparecer. É nesse sentido que o registro e a divulgação desses bens se fazem necessários (FERNANDES, 2014).

As teorias da arqueologia da paisagem apreciam as intervenções humanas no meio como construtoras e interpretam-nas por intermédio dos vestígios e artefatos da cultura material deixados por essas intervenções, como as construções, as gravuras, as pinturas, os restos de fogueira, os sepultamentos. Com base nessas análises, conjectura-se como possivelmente eram as suas relações com os aspectos naturais do lugar, ou seja, como os povos ou grupos primitivos intervinham na paisagem e lidavam com o meio (CRIADO BOADO, 1991). Segundo Fagundes (2008, p. 1),

> O enfoque ecológico em relação à paisagem não abarca toda a complexidade do modo de vida e cultura no passado, devendo ser interpretado, neste caso, "[...] como um símbolo das relações sociais entre indivíduos, famílias, bandos e grupo de bandos..." (Hitchcock & Bartram, 1998, p. 31), somado a sua dimensão ecológica e estratégica para captação de recursos intrínseca ao sistema produtivo e econômico de um dado grupo. Como já afirmado, a paisagem além da dimensão material que ocupa dentro do modo de vida de dados grupos humanos, também sustém um espaço simbólico vinculado ao apego sentimento (local dos ancestrais), aspectos cognitivos, que consideram um comportamento altamente específico, social e culturalmente determinado.

Em toda paisagem, quando transformada, faz-se preciso considerar a maneira como as pessoas e os grupos interagem com o ambiente. Essa interação, é mediada pela projeção de suas culturas (CLAVAL, 2002b).

A figura 4 mostra a riqueza arqueológica que a Ilha da Pescaria abriga. Na primeira imagem está o porto de acesso. Logo em seguida, observa-se um dos sambaquis, com 18 metros de altura. Abaixo está a oficina lítica, que fica ao sul, no afloramento rochoso. Essa oficina é extensa e possui diferentes formatos de bacia de polimentos e afiadores.

ISBN 978-85-8209-066-4

Figura 4 – *Artefatos arqueológicos em rocha, ósseos e cerâmicos encontrados na Ilha da Pescaria, Guaratuba (PR)*



Fonte: Aula de campo, 2016

Na figura 5 estão alguns dos materiais recolhidos pelos alunos durante a caminhada. Como o local sofre constante ação da maré, quando dá maré alta, esta alcança parte dos sítios arqueológicos e acaba dispersando artefatos e fragmentos de natureza óssea, lítica e cerâmica.

Figura 5 – *Artefatos e fragmentos arqueológicos*



Fonte: Primária (2016)

Segundo Souza *et al*. (2008), mediante o trabalho de campo dirigido é possível desenvolver as habilidades de observar, descrever, interpretar fenômenos naturais e socioespaciais nos alunos-observadores, e a percepção, nesse momento, para Kozel (2001, p. 146), "é um processo mental onde indivíduo e ambiente interagem por meio de mecanismos perceptivos, que são armazenados sob a forma de memória aferida de significado". Desse modo, o trabalho de campo é um recurso metodológico de ensino-aprendizagem que vem se apossando cada vez mais das práticas curriculares como um dos instrumentos de maior interesse e produtividade no ensino das disciplinas da área de humanas. Pertinente lembrar que o trabalho de campo não deve ser visto como um fim, mas sim como um meio, para elucidar a teoria vista em sala de aula e elencar novas indagações ao retornar à sala de aula.

Assim, cabe dizer que os sentidos humanos básicos (visão, audição e olfato) podem ter poder coercitivo na definição do processo perceptivo e na aferição de significados como um todo (quadro 1).

ISBN 978-85-8209-066-4

Quadro 1 – *Cinco sentidos: percepção da paisagem*

AUDIÇÃO	VISÃO	PALADAR	TATO	OLFATO
Canto dos pássaros (2)	Pôr do sol, mar e conchas (2)	Natural (7)	Areia e conchas (5)	Sal (2)
Ondas (2)	A floresta (2)	Peixe e frutos do mar (3)	Raízes e folhas (3)	Maresia (3)
Lanchas (3)	Contemplação Bela, linda (2)	Leve	Mar (2)	Umidade
Barulho do mar e da natureza (3)	Mudança e destruição da natureza (4)		Sal	Natureza (5)
Paz	Riqueza natural e ancestral			

Fonte: Pesquisa de campo (2016)

Essa experiência sensorial descrita pode muito bem se dar no ambiente acadêmico, por meio das aulas de campo. Logo, são oportunidades importantes em que os alunos poderão perceber novos ambientes. Elas também oferecem a possibilidade de trabalhar de forma interdisciplinar, pois, dependendo do conteúdo, se podem abordar vários temas (ANDRADE; MORAIS, 2009).

Bergson (1999, p. 15) estabelece por intermédio da observação "que a dimensão, a forma, a própria cor dos objetos exteriores se modificam conforme meu corpo se aproxima ou se afasta deles, que a força dos odores, a intensidade dos sons aumentam e diminuem com a distância", e continua:

> À medida que meu horizonte se alarga, as imagens que me cercam parecem desenhar-se sobre um fundo mais uniforme e indiferente para mim. Quanto mais contraio esse horizonte, tanto mais os objetos que ele circunscreve se escalonam distintamente de acordo com a maior facilidade de meu corpo para tocá-los e movê-los (BERGSON, 1999, p. 15).

Dessa maneira, o autor prestigia a experiência sensorial, afinal os objetos devolveriam ao corpo, "como faria um espelho, sua influência eventual" (BERGSON, 1999, p. 15).

Em mesmo sentido, Souza (2007, p. 74) afirma que "todo objeto se relaciona de forma ativa com seu interlocutor, pois se ele consegue extrapolar suas fronteiras materiais é porque despertou no expectador uma elaboração de sentidos dos quais ele é o representante". Ferrara (1993, p. 240) complementa: "Cada signo tem um lado passivo e outro ativo, todo signo interpreta e solicita interpretação e é, simultaneamente, sujeito e objeto no infinito processo dialético do pensamento". Assim, a paisagem, o objeto, o signo, só terá significação quando observado.

Em meio à caminhada, os alunos foram instigados a observar e posteriormente registrar algumas paisagens com conotação cultural e transformada (figuras 7 e 8). Com relação à distinção entre "as paisagens", Schier (2003) a faz de modo pertinente. Para ele, a paisagem natural refere-se aos elementos naturais combinados e imaculados, enquanto a paisagem cultural é adulterada e humanizada e inclui todas as modificações feitas nos espaços urbanos e rurais, contudo a paisagem exige um olhar específico sob a forma de objeto de estudo, do qual é necessário selecionar o conjunto dos elementos envolvidos, em seu contexto geográfico e histórico, levando em conta a configuração social e os processos naturais e humanos em uma escala temporal.

ISBN 978-85-8209-066-4

Figura 7 *– Paisagem cultural, Baía de Guaratuba (PR)*



Fonte: Aula de campo, 2016

Mesmo essa escala temporal se faz permeada pela necessidade de significados, uma vez que “o movimento da memória é permanente mas não feito de permanências, diante de um artefato ou de um lugar, por mais antigos que sejam, o presente jamais cessa de manifestar-se” (SOUZA, 2007, p. 4). Essa manifestação do presente pode atrair a curiosidade do observador, que passa a perceber o entorno de seu local de vivência como uma construção em conjunto em que atuam a natureza, o homem e o tempo.

Tal construção pode ser percebida nos dizeres de Delphim (2009), ao dispor que o valor de uma paisagem cultural é decorrente de sua fruição e da capacidade de reter marcas e registros antrópicos, podendo o homem ser um dos elementos de valor na paisagem, muitas vezes o principal. Para Ribeiro (2007, p. 24),

> a paisagem é introjetada no sistema de valores humanos, definindo relacionamentos complexos entre as atitudes e a percepção sobre o meio. Nessa visão, a estética da paisagem é uma criação simbólica, desenhada com cuidado, onde as formas refletem um conjunto de atitudes humanas.

Figura 8 *– Ocupação inapropriada da paisagem*



Fonte: Aula de campo, 2016

Ao tratar da importância do reconhecimento e da preservação de áreas naturais, Mattos (2010, p. 92), citando Grove, apresenta:

> As primeiras preocupações com o ambiente e as primeiras críticas das forças econômicas do ocidente, em particular sobre os ambientes tropicais, surgiram como um corolário e, em alguma medida, como uma contradição com relação à história da colonização mental e material do mundo pelos europeus.

Assim, percebe-se que de fato a preocupação com o cuidado e com a preservação ambiental não é algo novo, mas ganhou força nos últimos anos, principalmente por via inversa, já que o avanço humano sobre a natureza não encontrou freio, mesmo com o avanço da ciência.

ISBN 978-85-8209-066-4

É por intermédio do exercício da observação que as histórias individuais, o passado e o presente, os sistemas mentais do interlocutor poderão atribuir, reavivar ou ressignificar antigos ou novos significados. “Para isso, deve-se trabalhar de maneira a proporcionar condições para a constante reinvenção da existência das coisas no mundo e para a compreensão dos conflitos existentes entre os modos de ver esse mesmo mundo” (SOUZA, 2007, p. 81).

Dessa forma, providenciar momentos de observação mediante as saídas de campo permite proporcionar as condições para essa constante reinvenção das coisas, pois “nossos sentidos têm necessidade de educação. Nem a visão nem o tato chegam imediatamente a localizar suas impressões. Uma série de aproximações e induções é necessária, através das quais coordenamos pouco a pouco nossas impressões umas às outras” (BERGSON, 1999, p. 48).

Ao estudar, observar ou pesquisar a Baía de Guaratuba, nota-se que aquele espaço é um espaço híbrido, o que significa que se deve, para a “supremacia da evidência”, dispensar a possibilidade de contemplar uma “paisagem natural”, porque as marcas do homem ficaram impressas nas paisagens daquele lugar, testemunhando as diferentes fases de uma indissociável relação da história humana com o meio natural (ARRUDA, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar este estudo, a proposta foi destacar a importância da prática da saída de campo como uma metodologia ativa de perceber e ensinar a paisagem. Desse modo, enquanto recurso didático, o trabalho de campo é a oportunidade em que podemos visualizar tudo o que foi apresentado e discutido em sala de aula, isto é, o momento em que teoria se torna realidade, materializando-se diante dos olhos aguçados dos estudantes-espectadores. Assim, realça-se a importância de planejar tal atividade o máximo possível, de maneira a que não venha se transformar numa mera excursão recreativa sobre o território e possa se firmar como instrumento no processo ensino/aprendizagem/produção do conhecimento.

Ao se referir à paisagem, percebeu-se a relevância que ela possui para a definição do vínculo afetivo com o lugar e, em relação aos participantes da aula de campo, considerou-se ter ficado evidente o envolvimento dos indivíduos com a paisagem de Guaratuba. Quanto aos sentimentos e às experiências que aconteceram nos lugares visitados durante a prática, verificou-se nas respostas que os alunos foram superficiais em relatar seus sentimentos, pois ressignificaram memórias boas, cores e odores, entre outros, evidenciando a relevância dos cinco sentidos nos estudos de percepção da paisagem.

Notou-se também, durante a pesquisa, a ligação afetiva, ou seja, o sentimento topofílico dos alunos participantes, com o lugar. Os resultados apontam uma ligação emocional, por meio de um forte sentido de pertencimento, identidade e dependência. Afinal, a maioria dos participantes é nascida em Guaratuba e cresceu ao longo de suas praias e baía. Todavia, no que diz respeito ao patrimônio arqueológico, poucos deles tinham conhecimento sobre tal, tampouco faziam relação daquela paisagem como inerente ao processo de ocupação pré-histórica e histórica do município.

Quando questionados no tocante à forma de se ensinar paisagem de maneira prática, os participantes foram eufóricos em responder que não supunham que era tão prazeroso estabelecer a relação de ensino-aprendizagem prática por vivências no próprio local de moradia, local este que preserva memórias de sua história e ancestralidade por todos os lugares.

Por fim, a aula de campo consiste, na prática andante de gerar conhecimento, uma forma de aproximação da teoria com a prática e uma possibilidade de ação reflexiva na interface da teoria e da prática educacional e que pode ser explorada das mais diversas formas e lugares. Acerca da paisagem, percebeu-se que ela está cada vez mais dinâmica e complexa, ao mesmo modo que a sociedade evolui e transforma seus valores.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. A.; LOPES, M.; SILVA, K. A importância de se praticar o trabalho de campo na ciência geográfica. **A Margem**, Uberlândia, ano 1, n. 1, p. 10-19, jan./jun. 2008.

AMORIM FILHO, O. B. O contexto teórico do desenvolvimento dos estudos humanísticos e perceptivos na geografia. *In*: AMORIM FILHO, O. B.; CARTER, H.; KOHLSDORF, M. E. **Percepção ambiental:** contexto teórico e aplicações ao tema urbano. Belo Horizonte: Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, 1987.

ISBN 978-85-8209-066-4

ANDRADE, M. H. P.; MORAIS, M. B. **Ciências:** ensinar e aprender. Anos iniciais do ensino fundamental. Belo Horizonte: Dimensão, 2009.

ARRUDA, Gilmar. "Minha terra tem palmeiras": paisagem, patrimônio e identidade nacional. *In*: FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S. C. A.; RAMBELI, G. (Org.). **Patrimônio cultural e ambiental**. São Paulo: Annablume, 2009.

BANDEIRA, D. R. Os constritores dos montes de conchas e os mais antigos moradores da Baía da Babitonga. **Joinville Ontem e Hoje**, n. 3, mar. 2005.

BIGARELLA, J. J. *et al*. **Sambaquis**. Curitiba: Posigraf, 2011.

BERGSON, H. **Matéria e memória:** ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CAPEL, H. Percepción del médio y comportamiento geográfico. **Revista de Geografia**, Barcelona, v. 7, n. 1-2, jan./dez. 1973.

CLAVAL, P. "A volta do cultural" na geografia. **Mercator**, v. 1, n. 1, 2002a.

_____. El enfoque cultural y las concepciones geográficas del espacio. **Boletín de La A. G. E.**, n. 4, 2002b.

CONSELHO DO LITORAL. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado** – PDDI Guaratuba. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2002.

CRIADO BOADO, F. Construcción social del espacio y reconstrucción arqueológica del paisaje. **Boletín de Antropología Americana**, n. 24, p. 5-29, 1991.

DE BLASIS, P. *et al*. Padrões de assentamento e formação de sambaquis em Santa Catarina. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 8, p. 319-321, 1998.

DELPHIM, C. F. M. Paisagem. *In*: CARVALHO, C. S. R. *et al*. **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. p. 88-100.

FAGUNDES, M. Uma análise da paisagem em arqueologia: os lugares persistentes. **Webartigos**, 2008. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/uma-analise-da-paisagem-em-arqueologia-os-lugares-persistentes/7203/#ixzz4M7knSvn3>. Acesso em: set. 2016.

FERNANDES, R. P. **Gestão e preservação do patrimônio arqueológico em unidades de conservação, caso do Parque Estadual do Boguaçu Guaratuba – PR**. 207 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade)–Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2014.

FERRARA, L. D. **Olhar periférico:** informação, linguagem e percepção ambiental. São Paulo: Edusp, 1993.

KOZEL, S. T. **Das imagens às linguagens do geográfico**: Curitiba, a "capital ecológica". 301 f. Tese (Doutorado em Geografia)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MATTOS, C. V. **Paisagem:** desdobramentos e perspectivas contemporâneas. Comentários sobre a pintura de paisagem e os desdobramentos da crítica ambiental no século XIX, na França e no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

OLIVEIRA, A. P. L.; CORREIA, M. D. Aula de campo como mecanismo facilitador do ensino aprendizagem sobre os ecossistemas recifais em Alagoas. **Alexandria Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, v. 6, n. 2, p. 163-190, jun. 2013.

RIBEIRO, R. W. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: Iphan, 2007.

SCHIER, R. A. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. **Revista** *Ra'e Ga*, Curitiba, n. 7, p. 79-85, 2003.

ISBN 978-85-8209-066-4

SOUZA, F. C. A. **A preservação do patrimônio arqueológico em Joinville/SC:** desamontoando conchas e evidenciando memórias. Curitiba, 2007.

TUAN, Y. F. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiental. São Paulo: Difel, 1980.

III ENIPAC
Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DE SANTA CATARINA: ZOÓLITOS, PALEOFAUNA, SIMBOLISMO E IDENTIDADE

Jefferson Batista Garcia[1]
Dione da Rocha Bandeira[2]

Resumo: O presente trabalho refere-se à pesquisa interdisciplinar no campo do patrimônio cultural que visa analisar as representações de animais em pedra, conhecidas como zoólitos, procedentes do estado de Santa Catarina, tipicamente encontradas em sítios arqueológicos sambaquianos, que estamos desenvolvendo no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, sob orientação da professora e arqueóloga Dione da Rocha Bandeira. Para tanto, selecionamos duas das coleções de zoólitos mais importantes do Brasil, pertencentes a dois museus que trabalham com a temática sambaquiana. As instituições que colaboram com o desenvolvimento da presente dissertação, pela disponibilização de seus acervos, são o Museu do Homem do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr, S. J. (MHS), Florianópolis, e o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (Masj), Joinville. A pesquisa conta com apoio do Fundo de Amparo à Pesquisa (FAP) da Universidade da Região de Joinville (Univille), mediante bolsa parcial. Por meio de uma abordagem teórico-metodológica pós-processualista, estamos realizando uma análise interpretativa das esculturas de animais em pedra, por revisão bibliográfica e análise laboratorial das peças arqueológicas, sua relação com a paleofauna existente na época e a utilizada pelos sambaquianos e seu simbolismo, no sentido bourdieano da perspectiva (BOURDIEU, 2002, p. 8-9), para inferirmos a possibilidade de esses artefatos serem indicativos de traços identitários de alguns grupos (CASTRO, 2008, p. 185) sambaquianos que se estabeleceram na região que conhecemos hoje como Santa Catarina.
Palavras-chave: arqueologia; zoólitos; paleofauna; identidade; patrimônio.

INTRODUÇÃO

Apresentamos, com o presente artigo, nossos objetivos e o andamento da pesquisa de mestrado que iniciamos no primeiro semestre de 2016 que tem como foco a análise das representações zoomórficas confeccionadas por grupos de caçadores-coletores e pescadores fabricantes de sambaquis[3] em Santa Catarina. Por tratar-se de uma pesquisa com cerca de um semestre, portanto, recente, os resultados aqui exibidos são parciais e um convite à reflexão quanto às ideias propostas pelo pesquisador.

Nesse sentido, nosso trabalho sustenta-se nas seguintes variáveis: 1) análise dos zoólitos, conjecturando-os no tocante à identificação da espécie de animal representada, suporte, dimensões e procedência arqueológica; 2) estudo da paleofauna, objetivando se as espécies representadas em lítico existiram no

[1] Aluno do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille). Desenvolve pesquisas sobre o patrimônio arqueológico catarinense, com ênfase nas sociedades sambaquieiras e suas representações zoomórficas.
[2] Professora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille e arqueóloga do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (Masj).
[3] O fenômeno artificial de acúmulo de conchas (*tãba'ki*, da língua tupi, cuja tradução mais aproximada é *sambaqui*), procedente do costume de sociedades pré-coloniais, ocorreu em muitas regiões do mundo: Grã-Bretanha, Bélgica (*shell mounds*), Japão, Península Escandinava, Península Ibérica ou ao longo do Rio Tejo, Estados Unidos, Brasil, entre muitas outras localidades do globo.

ISBN 978-85-8209-066-4

paleoambiente e no ambiente atual; 3) por fim, com base nos dados gerados, estudo da possibilidade de as representações de animais em pedra serem traços identitários de alguns grupos litorâneos da Região Sul do Brasil, bem como do simbolismo[4] da representação zoomórfica para os sambaquianos.

A arqueóloga Viviane Castro, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), especialista em identidades, salienta: "As identidades têm expressão material e se expressam nos objetos, pois os grupos de alguma forma materializam marcas e símbolos de suas identidades em seus objetos" (CASTRO, 2008, p. 185). Nessa perspectiva, consideramos as reflexões quanto a tal possibilidade, pois em linhas gerais Gaspar já havia pensado nessa possibilidade identitária sobre os povos fabricantes de sambaquis, levando em conta os materiais arqueológicos e a sua morfologia, o que a arqueóloga classifica como um "traço marcante na identidade social" (GASPAR, 1995, p. 392) dos caçadores-coletores e pescadores fabricantes de sambaquis.

Metodologicamente, nossos apontamentos estão respaldados na análise da bibliografia especializada, em artigos, dissertações e teses que pudemos encontrar nas bibliotecas universitárias da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), da UFPE e da Universidade da Região de Joinville (Univille). Ao mesmo tempo, portais de periódicos científicos como EBSCO, Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)/do Ministério da Educação (MEC), Portal Elsevier, Scientific Electronic Library Online (SciELo) e Academia.edu foram amplamente utilizados. Também, estamos realizando análises dos zoólitos no laboratório do Museu do Homem do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr, S. J., em Florianópolis. Após está etapa, passaremos a estudar a coleção do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (Masj), no laboratório em suas dependências.

ANÁLISE DOS ZOÓLITOS: SÍTIO E PALEOFAUNA

Para atingir nossos objetivos, entendemos que devemos iniciar a investigação pela análise dos zoólitos que foram encontrados em pesquisas sistemáticas, ou seja, em escavações arqueológicas, apesar de as demais representações de animais em pedra encontradas fora do contexto de pesquisa também serem contempladas pelos nossos estudos. O motivo que nos fez considerar em primeiro plano os zoólitos achados em sepultamentos de sambaquianos e em segundo plano os de fora de contexto, dos quais não temos certeza da procedência, é porque levamos em conta a possibilidade de aferirmos que tais representações zoomórficas sejam objetos fruto da identidade de alguns grupos de caçadores-coletores e pescadores, que, muito embora comungavam na questão da construção de sambaquis com outros grupos humanos do passado do litoral brasileiro, acabaram desenvolvendo a peculiaridade cultural de representar animais em pedra, para acompanhamento funerário, em alguns sítios litorâneos da Região Sul-Sudeste do Brasil, com grande concentração no território geopolítico que conhecemos hoje como o estado de Santa Catarina.

Diante disso, para começarmos os testes sobre as variáveis ou os atributos que escolhemos para aplicar em nossas análises, selecionamos o Sambaqui Morro do Ouro, em Joinville, escavado pelo arqueólogo Guilherme Tiburtius, nos anos de 1952 e 1960, e que apresentou três formas zoomórficas em um dos sepultamentos encontrados, e o sambaqui da Praia do Pântano do Sul, em Florianópolis, escavado pelo arqueólogo Padre João Alfredo Rohr, em 1975, que apresentou dois zoólitos, novamente associados a sepultamento.

O sítio arqueológico Sambaqui Morro do Ouro

O Sambaqui do Morro do Ouro, Joinville, assim como ocorreu com uma considerável parcela dos sítios desse gênero no Brasil, acabou sendo parcialmente destruído, porém dessa vez não para que sua matéria-prima fosse extraída para cal, mas para dar lugar a um depósito de lenha que seria exportada. Guilherme Tiburtius, arqueólogo responsável pelo acompanhamento do desmanche do sambaqui, sofreu uma série de adversidades no exercício de suas atividades no local. Em dado momento, a parte superior do sambaqui desabou; certa vez, ao chegar ao local, para registrar a estratigrafia, os funcionários haviam destruído o perfil; entre outras ocorrências. No entanto o pesquisador ressalta a grande quantidade de material arqueológico coletado durante seu acompanhamento, ao contrário de Anamaria Beck, que escavaria o mesmo sítio menos de uma década depois, encontrando poucos artefatos[5], principalmente no seu primeiro ano de intervenção no local:

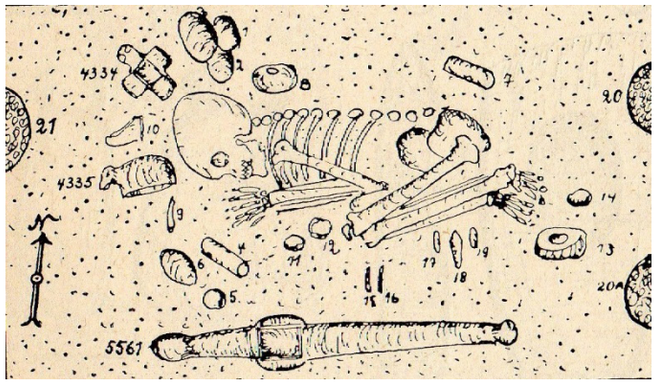
[4] Simbolismo na perspectiva bourdieana é o sentido norteador considerado para a nossa dissertação. "Os sistemas simbólicos, como instrumento de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (em particular, do mundo social)" (BOURDIEU, 2002, p. 9).
[5] Segundo Beck (1972, p. 122), "como dissemos anteriormente, os artefatos encontrados na área escavada foram muito poucos, se considerarmos as dimensões da Sondagem. Tal fato, parece chocar-se com as afirmações de Tiburtius e Bigarella (1960), e Castro Faria (1959), que afirmavam tratar-se de um sítio arqueológico rico em material ósseo humano e artefatos líticos".

ISBN 978-85-8209-066-4

> Nossas escavações começaram em 1952 do lado médio do morro, parcialmente lavrado. Foram bastante trabalhosas, devido ao autoclismo. O topo do morro havia desabado e foram necessários muitos dias de trabalho até que as camadas estivessem a descoberto diante de nós e pudéssemos começar as escavações de perfil, uma do lado norte, a outra mais ao sul, todas no sentido transversal de leste a oeste. A sorte nos ajudou: encontramos grande quantidade de artefatos valiosos (TIBURTIUS, 1996, p. 75).

Destacamos o desenho técnico (figuras 1 e 2) realizado por Tiburtius do sepultamento que apresentou entre seus acompanhamentos três representações de animais em pedra, que nas palavras do arqueólogo seriam “oferendas mortuárias” (1996, p. 82).

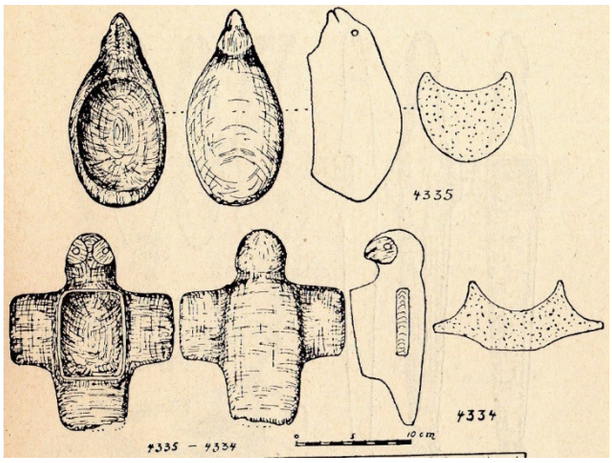
Figura 1 – *Desenho técnico realizado por Tiburtius do sepultamento com zoólitos: 4.334, 4.335 e 5.561 do Sambaqui Morro do Ouro, Joinville, em desenho técnico específico produzido por ele mesmo*



Fonte: BIGARELLA, TIBURTIUS, 1960. p. 39

Não discutiremos aqui se a definição de Tiburtius é a mais apropriada para os sepultamentos sambaquianos, visto que ainda não fechamos essa análise na nossa dissertação, contudo entendemos que no momento o conceito de “mobiliário fúnebre” proposto por Renfrew (2008) seja o mais adequado, pois a definição está ligada ao processo simbólico de “valor” de objetos materiais: “Inclinação humana em dar importância simbólica aos bens materiais” (RENFREW, 2008, p. 184), e sua simbologia é abordada por nós na pesquisa de mestrado.

Figura 2 – *Dois dos três zoólitos encontrados por Tiburtius no Sambaqui Morro do Ouro, Joinville, em desenho técnico específico produzido por ele mesmo*



Fonte: BIGARELLA, TIBURTIUS, 1960. p. 39

Tiburtius recolheu uma gama de outros materiais que serão de vital relevância, como é o caso do material faunístico, cujos dados produzidos por ele e outros vamos utilizar para saber se existe evidência de consumo ou outro uso da fauna que era representada em pedra. Num primeiro momento, sabemos que

ISBN 978-85-8209-066-4

entre os zoólitos encontrados pelo arqueólogo há uma representação de mamífero, a peça 4.435, a que o pesquisador confere os seguintes atributos:

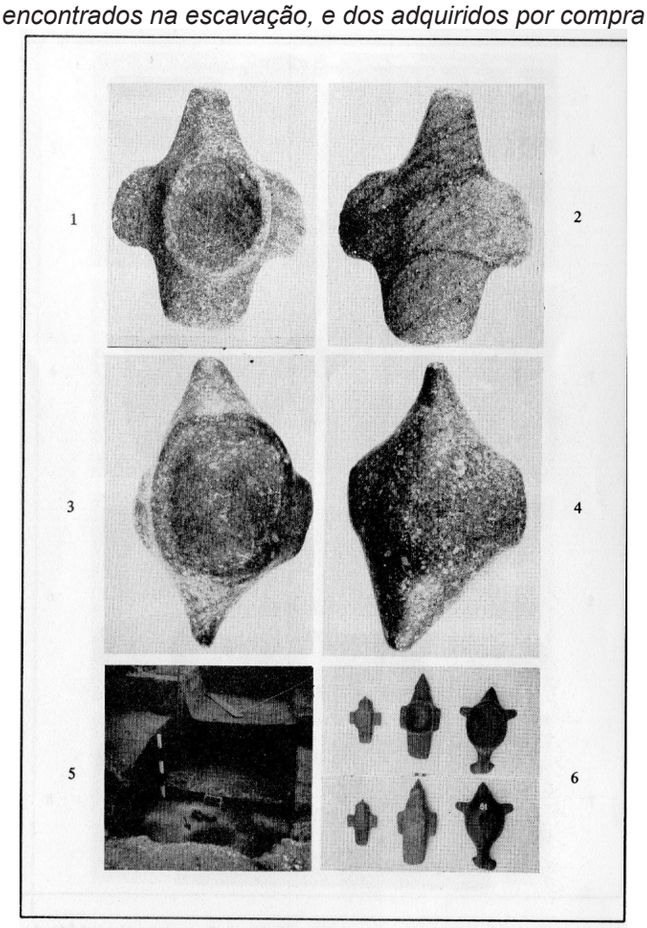
> Mamífero deitado, a cabeça levemente inclinada, olhos pouco definidos, boca marcada com um corte, sem cauda, confeccionada de rocha dura, porfirítica, mosqueada, sem erros; apresenta um brilho fosco. Tamanho do corpo: comprimento 170 mm; maior altura 87 mm; espessura do corpo 80 mm; peso 1.160 g. apresenta uma cavidade côncava de 12 mm de profundidade, oval, no lado da barriga (TIBURTIUS, 1996, p. 89).

Em termos de material osteológico faunístico, depois de ossos de peixes, os de mamíferos possivelmente são os mais abundantes na maioria dos sambaquis, e na sequência os de aves. Por esse motivo, os zoólitos com atributos de fauna marinha e mamífera terrestre estão recebendo abordagem prioritária; posteriormente, serão averiguados os de aves.

O sambaqui da Praia do Pântano do Sul

A coleção de zoólitos pertencente ao Museu do Homem do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr, S. J., Florianópolis, é composta de mais de 20 peças arqueológicas de várias localidades de Santa Catarina. Entre elas, seis pertencem ao Sítio Arqueológico da Praia do Pântano do Sul SC-F-10. Existem outros três zoomórficos de que estamos examinando os atributos e a identificação da procedência. Se confirmado, esse número passará para nove zoólitos desse sítio arqueológico[6] (figura 3).

Figura 3 – *Fotografia realizada por Rohr dos zoólitos do Sambaqui Pântano do Sul, Florianópolis, encontrados na escavação, e dos adquiridos por compra*



Prancha XI –Os zoólitos do Pântano do Sul (1 a 5 – os dois zoólitos encontrados durante as escavações; 6 – zoólitos adquiridos por compra dos sitiantes)

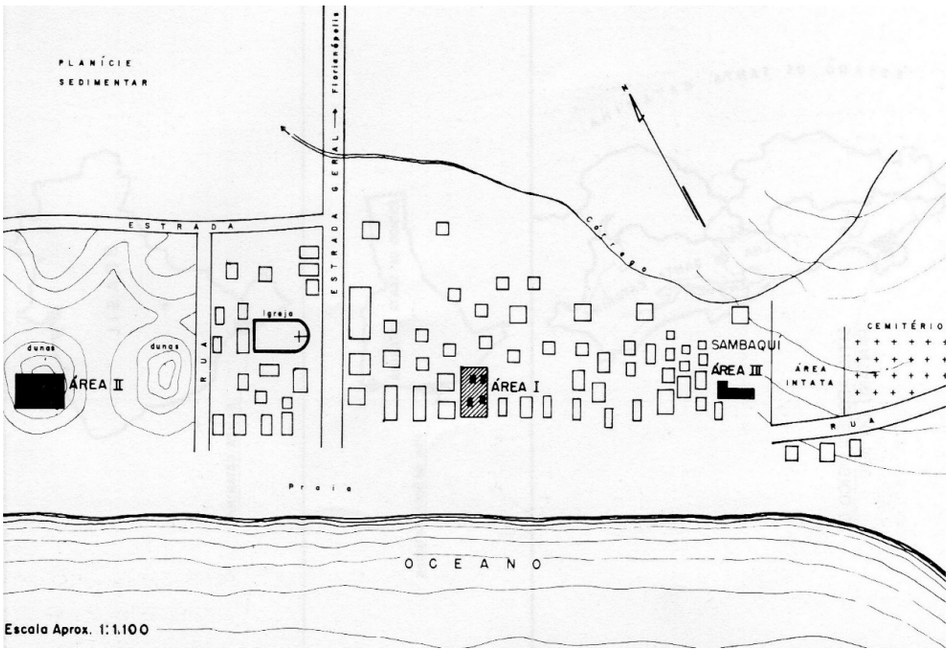
Fonte: ROHR, 1977, p. 111

[6] Os resultados dessas análises serão apresentados na nossa dissertação, prevista para o segundo semestre de 2017, e publicados após a defesa.

ISBN 978-85-8209-066-4

Duas dessas peças foram coletadas sistematicamente em contexto, associadas com um sepultamento, em 1975 pelo Padre João Alfredo Rohr nesse sambaqui, em local que denominou de “Área III” (ROHR, 1977) (figura 4).

Figura 4 – Croqui do Sítio Arqueológico do Pântano do Sul SC-F-10: as três áreas escavadas por Rohr



Fonte: ROHR, 1975, p. 102

Na figura 4, podemos verificar todas as áreas pesquisadas por Rohr, na Praia do Pântano do Sul, I, II e III. Na última área fica o local do sambaqui, onde os dois zoólitos foram encontrados, próxima ao cemitério da localidade. Em relação ao mobiliário fúnebre, Rohr (1977, p. 27) salienta:

> Os dois zoólitos foram encontrados em 3 de outubro de 1975, a 2,75 metros de profundidade. Achavam-se, lado a lado, com as cavidades ventrais voltadas para cima e inclinados para o sol nascente. No mesmo nível arqueológico, dois metros distantes dos zoólitos, foi encontrado o sepultamento de uma pessoa adulta, em disposição fletida (Septo n.º 1), machados líticos de corte polido, grande número de seixos com sinais de lascamento. Outros tratados pelo fogo, ossadas de peixe, ossadas de baleias e de botos, parcialmente calcinados e carvão vegetal.

Na variável 1, que estabelecemos como uma das diretrizes da nossa dissertação, destacamos o suporte em que o zoólito foi confeccionado, ou seja, a matéria-prima. A informação da procedência do mineral poderá nos fornecer uma série de informações: localidade em que a rocha foi extraída, se foi trazida por grupos sambaquianos até o local de sepultamento, se os grupos teriam ido até a jazida para a extração de uma matéria-prima importante para eles. São questionamentos que poderemos fazer ao determinarmos. Tal análise já havia sido executada por Rohr, em 1975, como podemos ver no trecho:

> Recolhido em 3/10/75 [zoólito número 2], no sítio arqueológico SC-RF-10, do Pântano do Sul, pelo arqueólogo Pe. João Alfredo Rohr S.J. estava associado ao zoólito N.º 1. Acha-se depositado no Museu do Homem do Sambaqui, sob o N.º 2 PS. A rocha apresenta-se parcialmente alterada. Classificação provável: Ortoclásio-Biotita-Gnaisse. Este tipo de rocha não existe no Pântano do Sul, mas ao norte da Ilha de Santa Catarina (ROHR, 1977, p. 49).

ISBN 978-85-8209-066-4

O zoólito de número 1, conforme classificado por Rohr, foi confeccionado em um suporte de mineral que não se encontra em Florianópolis, informação de grande relevância no contexto da nossa análise: “Classificação provável: Diorito Porfirítico. Este tipo de rocha não existe na Ilha de Santa Catarina” (ROHR, 1977, p.48).

A quantidade de zoólitos (seis, podendo passar para nove, como dissemos anteriormente) achados no Sítio Arqueológico do Pântano do Sul e a quantidade de outros materiais arqueológicos renderam-lhe a “identificação” de um local bastante singular. Schmitz (1996, p. 185) ressalta: “O Pântano do Sul é o único sítio que proporcionou zoólitos; não um, mas seis. Com o que novamente se destaca de todos os outros”, numa análise comparativa com Laranjeiras I e II, Armação do Sul, Tapera e Cabeçudas.

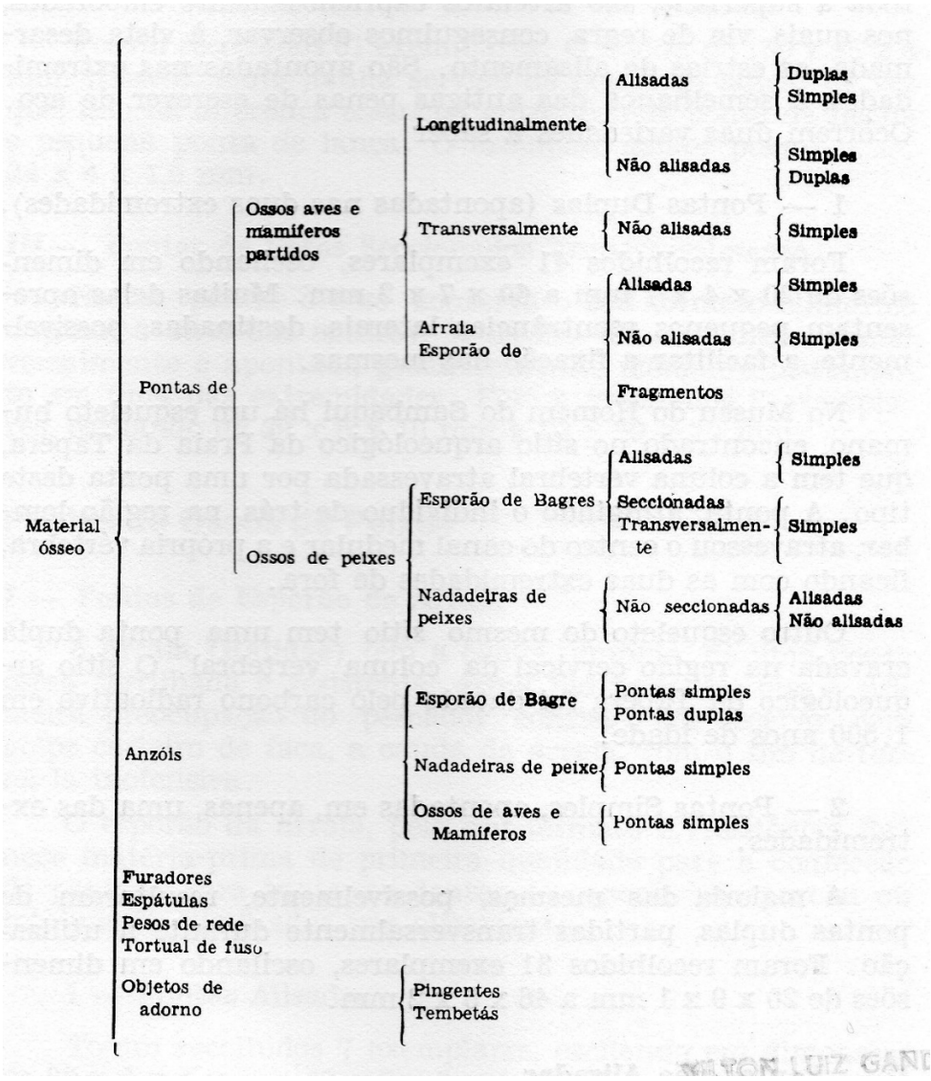
Em relação ao material faunístico coletado por Rohr, semelhante ao do Morro do Ouro, analisaremos o material já identificado e classificado, no Sambaqui do Morro do Ouro, e, igualmente, no Sambaqui do Pântano do Sul. Consideramos que não haverá grande problemas analíticos nesse aspecto. É importante observar a grande quantidade de material ósseo encontrado por Rohr:

> Nas escavações do Pântano do Sul foram recolhidos acima de duzentos litros de ossadas de peixes, aves e mamíferos, autênticos restos de cozinha. Grande parte do material ósseo perdeu-se. De um lado, eram grandes ossadas de baleias e de botos em adiantado estado de decomposição e, do outro lado, ossos triturados de pequenos peixes. As ossadas recolhidas estão sendo numeradas e marcadas de acordo com as áreas e os níveis arqueológicos, para futuros estudos especializados. Provisoriamente, estudamos tão somente os artefatos ósseos em número de 585, que podem ser divididos em pontas, anzóis, objetos de adorno e miscelânea (ROHR, 1977, p. 72).

Na figura 5, podemos verificar um inventário tipológico da indústria óssea encontrada por Rohr no Sítio Arqueológico do Pântano do Sul. Na nossa pesquisa, quantificaremos a tipologia do material osteológico, para trabalharmos com a aferição acerca da possibilidade da relação entre sambaquianos de Santa Catarina e a fauna pretérita. Concomitantemente, o material osteológico não artefatual será abordado nas nossas pesquisas. Os resultados desses objetivos serão publicados em nossa dissertação e/ou apresentados em formato de artigo.

ISBN 978-85-8209-066-4

Figura 5 – *Tabela da indústria óssea encontrada no Pântano do Sul*



Fonte: ROHR, 1977, p. 73

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Consideramos que, conforme a análise da literatura especializada, os estudos das representações de animais em pedra como traços identitários de grupos sambaquianos de Santa Catarina poderão nos auxiliar na melhor compreensão dessas sociedades do passado e na valorização do patrimônio arqueológico catarinense, bem como na extroversão do conhecimento arqueológico por meio de ações educativas, aproximando a comunidade da história da ocupação humana da sua região.

Como salientamos no início deste texto, nossos propósitos com ele são comunicar a nossa pesquisa, seus objetivos e o seu andamento.

REFERÊNCIAS

BIGARELLA, I. K.; TIBURTIUS, G. **Objetos zoomorfos do litoral de Santa Catarina e Paraná**. Porto Alegre: Editora Gráfica UFRGS, 1960. (Série Pesquisas).

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CASTRO, V. M. C. de. O uso do conceito de identidade na arqueologia. **Clio**, Recife, v. 1, n. 23, p. 170-188, 2008.

ISBN 978-85-8209-066-4

GOMES, A. A. de O. **Perspectivas interpretativas no estudo das esculturas zoomóficas pré-coloniais do litoral sul do Brasil**. 243 f. Dissertação (Mestrado)–Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná, 2012.

HODDER, I. **Interpretación en arqueología**. Barcelona: Crítica, 1994.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

MILHEIRA, R. G. **Esculturas líticas sambaquieiras: algumas possibilidades interpretativas. Reflexão a partir de uma coleção lítica do LEPAARQ/UFPEL**. 84 f. Monografia (Licenciatura em História)–Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

_____. Zoólitos: algumas reflexões sobre as esculturas sambaquianas. *In*: ZOCCHE, J. J. *et al*. (Orgs.). **Arqueofauna e paisagem**. Erechim: Habilis, 2014. p. 187-207.

PROUS, A. **Arqueologia brasileira**. Brasília: UNB, 1992.

_____. **Arte pré-histórica do Brasil**. Belo Horizonte: Arte, 2011.

_____. Catalogue raisonné des sculptures préhistoriques zoomorphes du Brésil et de l'Uruguay. **Dédalo**, São Paulo: USP, p. 11-127, 1974.

_____. **Les sculptures zoomorphes du sud bresilien et de l'Uruguay**. Cahiers d'Archéologie d'Amérique du Sud 5. França: Centre National de la Recherche Scientifique, 1977.

RENFREW, C. Varna e o surgimento da riqueza na Europa Pré-Histórica. *In*: APPADURAI, A. **A vida social das coisas:** as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: EdUFF, 2008.

_____; BAHN, P. **Arqueología:** teorias, métodos y práctica. Madri: Akal, 2007.

ROHR, J. A. **O Sítio Arqueológico do Pântano do Sul SC-F-10**. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1977.

SCHMITZ, P. I. Visão de conjunto dos sítios arqueológicos da Tapera, Armação do Sul, Laranjeiras I e II, Pântano do Sul e Cabeçudas. **Pesquisas**, São Leopoldo, n. 53, p. 183-190, 1996.

_____; BITENCOURT, A. L. V. O Sítio Arqueológico do Pântano do Sul, SC. **Pesquisas**, São Leopoldo, n. 53, p. 77-123, 1996.

TIBURTIUS, G. **Arquivos de Guilherme Tiburtius I**. Joinville: Fundação Cultural Joinville, Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, 1996.

III ENIPAC
Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

PROJETO ATLAS ELETRÔNICO DO ANTIGO COMPLEXO FERROVIÁRIO/HIDROVIÁRIO DO PARANÁ TRADICIONAL: PATRIMÔNIO CULTURAL, EDUCAÇÃO, TURISMO E GESTÃO

Leonel Brizolla Monastirsky[1]
Naomi Anaue Burda[2]
Ana Claudia da Silva[3]
Amanda Thalia Miranda[3]
Brendo Francis de Carvalho[3]

Resumo: As últimas quatro décadas do século XIX e a primeira do XX assinalaram um dos principais períodos da economia exportadora brasileira. Estradas de ferro foram construídas e portos melhorados. A implantação da ferrovia no Paraná (1880) atendia ao trecho entre a cidade portuária de Paranaguá e Ponta Grossa. Paralelamente à ferrovia, desenvolvia-se no sul do Paraná e norte de Santa Catarina a implantação do transporte fluvial no Rio Iguaçu. A navegação fluvial paranaense foi um dos mais importantes canais de escoamento da produção de erva-mate e madeira, sobretudo depois da conexão com a ferrovia, em 1894, em Porto Amazonas. Essa combinação foi um passo decisivo para o desenvolvimento territorial e contribuiu significativamente com o panorama econômico, social e cultural do Paraná. Associado ao discurso ideológico desenvolvimentista republicano (e paranista), as representatividades da ferrovia e hidrovia foram ampliadas – mitificação – e hoje são consideradas patrimônio cultural do estado do Paraná e de todas as cidades envolvidas. Com o fim da atividade, em 1953, portos, barcos, equipamentos etc. foram se perdendo, e esse patrimônio cultural não teve por parte do governo a devida atenção. Assim, haja vista que o processo de escolha, preservação e uso do patrimônio cultural é o resultado de políticas públicas, da participação do setor privado e da sociedade e que a sua valorização colabora com o (re) conhecimento desse patrimônio e da memória por parte das populações locais e turistas, a proposta deste projeto foi organizar um atlas eletrônico sobre a região de abrangência do antigo complexo ferroviário/hidroviário do Paraná tradicional. O atlas pretende fornecer informações sobre: configuração atual da região; localização e descrição do patrimônio cultural material e imaterial; informações históricas e mnemônicas dos modais de transporte; localização, descrição e análise dos “lugares de memória” das cidades envolvidas; localização, descrição de outros atrativos culturais e turísticos das cidades envolvidas; e localização e informações dos serviços essenciais prestados na região. As cidades escolhidas são: Porto Vitória, União da Vitória, Paula Freitas, Paulo Frontin, São Mateus do Sul, São João do Triunfo, Antônio Olinto, Palmeira, Porto Amazonas, Lapa, Balsa Nova, Araucária, Curitiba, Piraquara, Antonina, Morretes e Paranaguá. A proposta foi direcionada a três frentes distintas para uso das informações, que são indissociáveis em relação ao patrimônio cultural: educação, turismo e gestão pública.
Palavras-chave: atlas eletrônico; hidrovia do Rio Iguaçu; ferrovia do Paraná; patrimônio cultural; memória social.

[1] Professor doutor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
[2] Professora doutora do Departamento de Geociências da UEPG.
[3] Acadêmicos do curso de Geografia da UEPG.

ISBN 978-85-8209-066-4

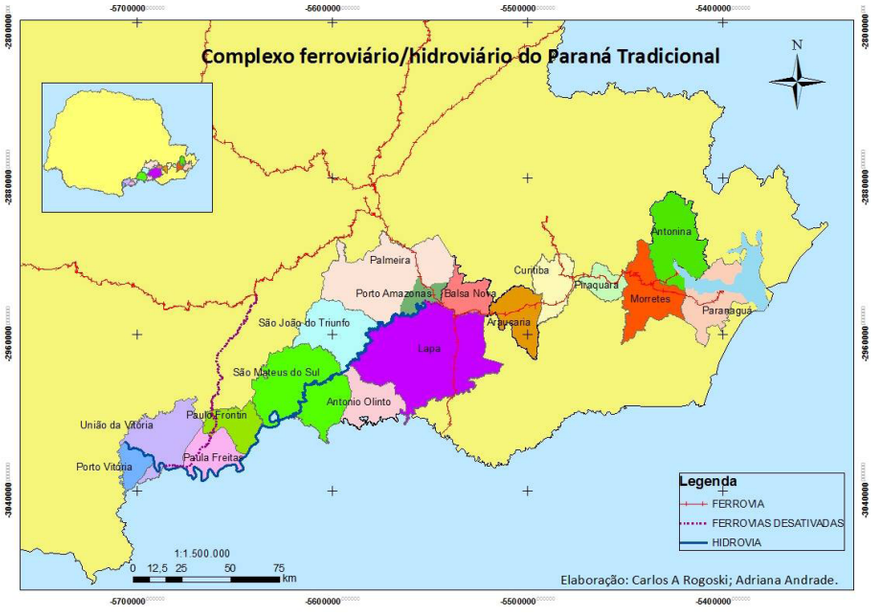
INTRODUÇÃO

As últimas quatro décadas do século XIX e a primeira do século XX assinalaram um dos principais períodos da economia brasileira. Voltado para a produção extensiva e em larga escala de matérias-primas e gêneros tropicais destinados à exportação, o Brasil aprimorava a sua função de fornecedor de matéria-prima e vinculava-se ao "sistema mundo" de produção capitalista industrial. Isso aconteceu por conta do incremento adquirido pelo comércio internacional, industrialização e aperfeiçoamento técnico, tanto material – os sistemas de transporte – como da organização do tráfico mercantil e financeiro (PRADO JÚNIOR, 1971). Com o financiamento internacional, foram implantados estradas de ferro, empresas de mineração, linhas de navegação, portos etc.

As estradas de ferro começaram a ser construídas em 1850. As primeiras ferrovias eram de pequenas extensões e formavam uma bacia exportadora entre um porto e as regiões produtoras. A implantação da ferrovia no Paraná (THOMÉ, 1983) iniciou-se em 1880, com a construção do trecho que liga a cidade portuária de Paranaguá a Curitiba. Em 1892 foi anexado o ramal Morretes–Antonina, e em 1894 foi prolongada, primeiramente até Porto Amazonas[4] e depois até Ponta Grossa.

Paralelamente à ferrovia, desenvolvia-se no sul do Paraná e norte de Santa Catarina, na área de abrangência do Rio Iguaçu, a implantação do transporte fluvial. A navegação fluvial paranaense, que a princípio abastecia fazendas produtoras e cidades ribeirinhas, passou a ser um dos mais importantes canais de escoamento da produção de erva-mate e madeira (principais produtos de exportação da região naquele período), sobretudo depois da conexão com a ferrovia, em 1894.

Figura 1 –



Fonte:

A associação entre a ferrovia e a hidrovia foi um importante passo para o desenvolvimento territorial, além de colaborar com a inserção do país no sistema produtivo capitalista ocidental do fim do século XIX. Isso contribuiu com a significativa transformação do panorama econômico, social e cultural do Paraná. Associadas ao discurso ideológico desenvolvimentista republicano (e paranista), as representatividades da ferrovia e da hidrovia foram ampliadas pelo poder público, pela mídia e, consequentemente, pela sociedade –contribuindo para o processo de mitificação – e hoje são consideradas patrimônio cultural do país, do estado do Paraná e de todas as cidades envolvidas (MONASTIRSKY, 2007).

Haja vista que o processo de escolha, preservação e uso do patrimônio cultural é o resultado de políticas públicas (das três esferas governamentais), da participação do setor privado e da sociedade, a proposta deste projeto foi criar um atlas eletrônico sobre a região de abrangência do antigo complexo ferroviário/hidroviário do Paraná tradicional e demonstrar que esse patrimônio pode ser reconhecido pela

4 Porto fluvial do Rio Iguaçu.

ISBN 978-85-8209-066-4

sociedade local por meio de ações educadoras, conhecido pelos turistas e pessoas interessadas na história da região, e também para subsidiar as ações dos gestores públicos com relação à educação, ao turismo e à organização urbana.

Diante do proposto, o atlas eletrônico pretende fornecer informações sobre: configuração atual da região; localização e descrição do patrimônio cultural material e imaterial, especialmente daqueles da hidrovia e da ferrovia; localização, descrição e análise dos "lugares de memória" das cidades envolvidas; localização, descrição e análise de outros atrativos culturais e turísticos das cidades envolvidas; e localização e informações dos serviços essenciais prestados nas mais relevantes cidades da região (hotéis, restaurantes, postos de saúde, postos de combustíveis etc.).

As principais cidades pesquisadas são: Porto Vitória, União da Vitória, Porto União (SC), Paula Freitas, Paulo Frontin, São Mateus do Sul, São João do Triunfo, Antônio Olinto, Palmeira, Porto Amazonas, Lapa, Balsa Nova, Araucária, Curitiba, Piraquara, Antonina, Morretes e Paranaguá.

Assim, a contextualização da proposta de pesquisa e organização do atlas foi direcionada a três frentes distintas, mas que são indissociáveis no tocante ao patrimônio cultural: educação, turismo e gestão pública. Isso se deu inicialmente pela própria formulação do objeto de pesquisa – patrimônio cultural –, presente em discussões atuais nas instituições de ensino, nos órgãos relacionados ao turismo e nas instituições envolvidas com a preservação da memória social (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan – e conselhos municipais e estaduais de preservação patrimonial e cultural), e em função do rearranjo do território, que também busca na atividade turística forma alternativa de desenvolvimento econômico e social – incentivada pelo poder público.

Cabe ressaltar que a proposta visou a princípio oferecer ao usuário informações que atendessem aos interesses pedagógicos/educacionais, cujas temáticas serão constantemente ampliadas e pesquisadas. Essas informações serão, num segundo momento, fornecidas para o uso turístico – ainda que depois possam apresentar estratégias de divulgação específicas – e para as instituições que necessitem de informações que possam subsidiar ações de gestão do território, do planejamento urbano, da atividade turística e da proteção ao patrimônio cultural e natural.

SOBRE O ATLAS

Os atlas eletrônicos diferenciam-se dos atlas impressos principalmente pela forma de manuseio, quando há a intervenção do usuário. Além disso, permitem, por um banco de dados, a elaboração de mapas pautados em bases da cartografia, cartografia temática, artes e artes visuais, além de favorecer a interatividade, rapidez para atualização e integração com seus elementos complementares (QUEIROZ FILHO; RODRIGUES, 2007, p. 184).

A capacidade de atualização é o diferencial de um atlas eletrônico em relação a um atlas analógico, pois, anteriormente, qualquer alteração teria de gerar uma nova impressão e distribuição. Assim, o consulente não precisa ter mais de um exemplar do atlas para ter acesso aos dados atualizados. A criação de ambiente gráfico interativo aponta para a aquisição de informações diferentes, como, por exemplo, alteração da unidade de contagem para determinar o valor de dados associados, ampliando uma região geográfica para obter mais detalhes ou comparando qualquer um dos mapas existentes no banco de dados.

Entre outros aspectos que definem um atlas eletrônico, estão: a) explorar a consulta ao atlas em um ambiente interativo, localizando dada feição no mapa e determinando-lhe um valor associado, ampliar uma região geográfica ou conseguir mais detalhes para a comparação entre dois mapas; b) empregar mapas animados para demonstrar mudanças de estados e movimentos ao longo do tempo; c) usar recursos tais como fotos, tabelas, infográficos, som, vídeo e voo virtual; d) apropriar-se de dispositivos adequados para o usuário criar seus mapas (DELAZARI, 2004, p. 43).

Ainda nessa discussão, Kraak e Ormeling (1998) afirmam que existem três tipos de atlas eletrônicos: a) os atlas eletrônicos "só para ver" (*view-only*), ou seja, formas eletrônicas do atlas analógico que permitem o acesso de forma aleatória, com menor custo e mais divulgação, pois estão disponíveis em CD-ROM – os mais comuns; b) os atlas eletrônicos interativos, dos quais o usuário tem acesso à manipulação de dados, podendo, no ambiente interativo, modificar cores, o número de classes etc. sem, entretanto, mudar a estrutura do trabalho ou das informações originais; c) os atlas eletrônicos analíticos (tipo que caracteriza esta proposta), que possibilitam a exploração mais aprofundada do ambiente digital. Os dados podem ser integrados, e os usuários não se limitam apenas aos temas do atlas. As operações de sistema de informações geográficas (SIG), como cálculos de área, criação de *buffers* e confecção de novos mapas, são possíveis nesse modelo.

ISBN 978-85-8209-066-4

Dessa forma, apresentar o patrimônio cultural ferroviário/hidroviário em formato de um atlas eletrônico com essas características proporciona diferentes formas de abordagem ao tema: a social, com discussões a respeito de patrimônio, memória, sociedade, história, cultura, arte, entre outros; e a cartográfica, com as localizações, distâncias, visualizações aéreas etc. A expectativa é que esse material possibilite a aprendizagem, a compreensão e o (re)conhecimento da área de abrangência do extinto canal exportador do Paraná. Uma parte interessante da história que deve ser apresentada para moradores locais, pesquisadores e turistas, pois se trata de importante patrimônio cultural e da memória social das cidades envolvidas, do Paraná, de Santa Catarina, do Brasil.

HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ÁREA PESQUISADA

O período em que funcionou o complexo hidroferroviário no Paraná foi significativo para o desenvolvimento econômico do estado e determinante para a solidificação da região no processo de inserção do país no sistema mundo de produção. As participações da hidrovia (modal pouco conhecido na Região Sul) e da ferrovia causaram impactos econômicos, sociais e culturais importantes. No fluxo desse canal exportador havia o envio de matéria-prima para a Europa, os Estados Unidos e a região do Prata, mas havia – em menor escala – a vinda de produtos industrializados, informações, hábitos, modas, ideias etc. desses países para o Brasil.

Na busca pela "europeização" (com eficiente política imigratória) a sociedade paranaense se aproximou do mundo desenvolvido industrial. Além dessa aproximação com os países centrais, ocorreu ainda a implantação da primeira ferrovia integradora do Brasil no início do século XX – a São Paulo–Rio Grande. Essa ferrovia ligou a região de abrangência das ferrovias paranaenses com São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Uruguai. O circuito ferroviário do Sul e Sudeste, associado aos contatos com os portos, passou a compor o circuito de mercadorias, capital, passageiros, filmes para o cinema, companhias de teatro, cantores do rádio, circos, políticos, acadêmicos, militares, empresários, mascates etc. No Paraná esse circuito ferroviário se estendeu à hidrovia do Rio Iguaçu.

> Houve, portanto, nas sociedades das cidades ferroviárias, a injunção de um modelo cultural através da propaganda desenvolvimentista da República, que se materializou com as mudanças sociais e culturais que se estabeleceram com o funcionamento pleno desta inovação tecnológica. O indivíduo foi envolvido pela anunciada cultura progressista e exuberante da chamada *bélle époque*. Viveu-se uma ordem cultural feita de representações, de ideais, de valores e de sentimentos que se tornaram comuns a todos os indivíduos. Uma ordem cultural que continha o apelo infalível da modernidade, do progresso, do "cosmopolitismo urbano" (MONASTIRSKY, 2006, p. 92-93).

Nesse sentido, é pertinente que a história, a memória e o patrimônio cultural desse período e dessas estruturas sejam considerados, preservados, restaurados e bem usados. Faz-se importante que o direito à memória seja mantido e que o arranjo do território e das cidades, por meio das políticas públicas, contemple esse direito.

Em 1998, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), reafirmou o direito do patrimônio cultural: todo homem tem o direito ao respeito aos testemunhos autênticos que expressam a sua identidade cultural; tem o direito a conhecer o seu patrimônio e o dos outros; tem direito à boa utilização do patrimônio; tem o direito de participar das decisões que afetam esse patrimônio e os valores culturais nele representados; e tem o direito de se associar para a defesa e pela valorização do patrimônio (GONDAR, 2000).

O conflito sobre a utilização do bem cultural afeta diretamente a população local. Embora não se deva desprezar ou ignorar o turismo, o patrimônio cultural como instrumento de educação social e político é mais representativo ou imediato ao indivíduo pertencente àquela determinada localidade/região/nação.

Assim, a necessidade da existência de projetos que reflitam esse conflito e que, ao mesmo tempo, apresentem aos moradores locais e turistas condições para o (re)conhecimento da história e do patrimônio cultural local/regional é imprescindível.

O projeto atlas colabora com o desenvolvimento de estudos e reflexões pouco usuais na academia, na economia e na gestão pública do território. Para o gestor público, o atlas eletrônico apresenta importantes informações que são coletadas continuamente, tais como características materializadas do local, épocas de construção dos equipamentos e edificações e registros históricos, fotográficos, cartográficos e documentais.

ISBN 978-85-8209-066-4

Para o ensino da geografia, a contribuição do atlas está na possibilidade de facilitar o estudo da paisagem, do espaço urbano construído por uma sociedade em um determinado momento e a sua dinâmica social atual, além do entendimento da simbologia dos grupos sociais que formaram e trabalharam na ferrovia e na hidrovia, as atividades econômicas pontuais e em várias amplitudes de escala. O uso de programas de geotecnologia também reforça a importância educativa, pois esse setor ocupa cada vez mais espaço de destaque nas ciências sociais.

Por fim, o projeto apresentou uma proposta de algo que é novo e que ainda não é comum no Brasil: a acessibilidade rápida e eficiente de informações atualizadas sobre a região, cidade, patrimônio cultural, turismo, economia, serviços, etc. a qualquer pessoa ou instituição interessada.

OBJETIVOS E METAS

O projeto atlas propôs a construção de um atlas eletrônico para subsidiar o estudo, a análise e o (re) conhecimento do antigo complexo ferroviário/hidroviário do Paraná tradicional, baseada em uma reflexão teórico-metodológica da história e, sobretudo, da ciência geográfica associada às geotecnologias, para colaborar com a promoção da educação, do turismo e da gestão pública dessa região.

As metas inicialmente propostas foram: a) ampla e contínua pesquisa sobre as informações básicas da região; b) realização de visitas *in loco* com o intuito de confrontar informações pesquisadas que apresentassem dúvidas; c) coleta de fotografias, determinação de pontos de sistema de posicionamento global (GPS) e coleta de dados documentais e depoimentos dos principais agentes envolvidos; d) mapeamento dos trajetos históricos da ferrovia e da hidrovia com o uso de geotecnologias; e) mapeamento das linhas turísticas existentes na região; f) criação de roteiros turísticos opcionais; g) reunião e organização no atlas de dados iconográficos, textuais e documentais sobre a temática e área de estudo; h) disponibilização do atlas em versão eletrônica utilizando programas de SIG *online*; i) colaboração direta e recíproca com instituições oficiais, empresas e organizações sociais, culturais e artísticas envolvidas no processo de preservação, restauração/manutenção e uso do patrimônio cultural do Paraná e das cidades envolvidas, bem como com empresas ligadas às atividades turísticas e instituições educacionais.

METODOLOGIA A SER EMPREGADA

Considerando que os patrimônios ferroviários e hidroviários são formados por acervo material e imaterial, esta pesquisa propôs-se a identificar esses patrimônios por meio da análise, do reconhecimento e da valorização do seu processo histórico por meio de pesquisa acadêmica (produção sobre o patrimônio cultural ferroviário e hidroviário do Paraná), de informações jornalísticas (jornais locais e estadual) e da fotografia, apresentando um contexto formado por três frentes de coleta, análise e demonstração de resultados de fotos recentes e antigas: documental, pedagógica e estética.

Os eventos relacionados à história do complexo exportador serão guiados por questões promovidas pelo tempo presente; tanto a pesquisa mnemônica quanto as inquietações e os projetos concernentes ao patrimônio cultural serão levados em conta mediante as ações dos agentes atuais, assim como a análise das recentes políticas públicas, das empresas envolvidas e da sociedade (organizada ou não), o que envolve a escolha, a preservação e o uso do patrimônio cultural ferroviário/hidroviário.

A metodologia para o atlas eletrônico consiste em usar técnicas de manipulação, interpretação e edição de dados com o uso de programas de geotecnologias para o mapeamento dos temas, tais como o mapa da rede ferroviária e hidroviária dos locais. Também é relevante a transformação dos dados digitais em dados interativos e eletrônicos.

Ainda, acrescentam-se o levantamento de fotografias aéreas e/ou imagens de satélite sobre as áreas estudadas; a aplicação de técnicas de coleta de pontos com aparelhos de GPS; o transporte dos dados para programas de mapeamento interativo, tais como o ArcGIS o*nline*; e a divulgação do material na internet (meio eletrônico).

CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS DA PROPOSTA

Sobre o patrimônio cultural, o Brasil, na segunda parte do século XX, finalmente saiu de um período obscuro, em que a sociedade e as autoridades consideravam que nada tinha de ser preservado, e iniciou uma incipiente defesa do período colonial, com as cidades mineiras e igrejas barrocas.

ISBN 978-85-8209-066-4

Hoje há uma significativa ampliação da preservação patrimonial, mas nessa caminhada, que é desigual entre estados e municípios, o país ainda apresenta a falta de uma política institucional que organize as ações entre os poderes públicos que exercem influência sobre o patrimônio cultural. Além dessa questão, existe também a dificuldade de se determinar o que é patrimônio cultural, pois as escolhas geralmente são motivadas por interesses econômicos, ideológicos e/ou por ações casuístas do poder público.

Nesse sentido, a atenção por outras formas patrimoniais, que não aquelas consagradas, motivou a organização do atlas eletrônico. Parte do material levantado será com base nas contribuições e na identificação do patrimônio cultural (material e imaterial) do complexo hidroferroviário exportador do Paraná por meio das populações locais e pessoas (ou parentes e amigos delas) que participaram de alguma forma desse processo.

As discussões a respeito do patrimônio cultural têm sido cada vez mais necessárias, em razão das abordagens das relações estabelecidas com a cultura, na chamada era da indústria cultural e da mundialização cultural. Nunca a demanda social da história – memória, presença do passado – esteve tão forte nem foi parte tão integrante da cultura, ou tão valorizada. Nunca as universidades brasileiras apresentaram tantas pesquisas sobre o tema, com a formação de novos grupos de pesquisa e de cursos de pós-graduação específicos.

No entanto, em alguns países, experimenta-se também o processo inverso: a eliminação do “velho” em detrimento do novo – como se ambos não pudessem coexistir. Com esse paradoxo – o conflito competitivo entre o velho e o novo, entre a ordem herdada e a ordem projetada (SOJA, 1993) sobre a valorização e a participação da história na cultura, por desdobramento da memória social e do patrimônio cultural –, reafirma-se a necessidade de novos enfoques intelectuais acerca do assunto. Um objeto de conhecimento que só pode ser construído por intermédio de processos constitutivos das ciências humanas, e, neste projeto, pela base geotecnológica de organização e disseminação.

O pior que pode acontecer ao patrimônio histórico é a sua destruição total. Porém, mesmo com a preservação do acervo, é necessário que a intenção de uso seja monitorada por todos os agentes: por aqueles que possuem melhor esclarecimento das possíveis funções do patrimônio na sociedade, pelos moradores locais – especialmente quando percebem a ligação da memória da sua família com a memória coletiva da região –, pelos turistas, tanto os “distraídos” quanto os que buscam a apreensão da história local, e pelos estudantes, que poderão, por meio de projetos escolares eficientes, colaborarem com esse processo.

IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO PROJETO

Dois professores pesquisadores do Laboratório de Geografia Humana do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); quatro alunos bolsistas de iniciação científica (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Fundação Araucária e Fundação UEPG); empresa Serra Verde Express (turismo ferroviário entre Curitiba e Paranaguá); e o CNPq, que financia esse projeto.

PLANO DE ATIVIDADES DOS PARTICIPANTES

Levantamento teórico e documental de fontes diversificadas sobre o patrimônio cultural, geotecnologias, turismo e serviços na área de abrangência do projeto. Trabalho técnico de interpretação de imagem de sensoriamento remoto. Seleção e realização de testes com programas de geotecnologias adequados à elaboração do atlas eletrônico. Elaboração dos mapas temáticos que vão subsidiar o atlas. Criação de modelos digitais de superfície, modelos digitais de terreno e de voos virtuais. Elaboração de roteiros turísticos interativos. Publicação na internet do atlas e sua manutenção/atualização. Acompanhamento do atlas eletrônico na rede. Elaboração e publicação de artigos referentes ao desenvolvimento do projeto. Divulgação do trabalho e participação em eventos.

ISBN 978-85-8209-066-4

REFERÊNCIAS

BURDA, N. A. **Cartografia e patrimônio arquitetônico: a elaboração do atlas eletrônico do Sítio Histórico Urbano da Lapa (PR)**. Tese (Doutorado em Geografia Humana)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

DELAZARI, L. S. **Modelagem e implementação de um atlas eletrônico interativo utilizando métodos de visualização cartográfica**. Tese (Doutorado em Engenharia de Transportes)–Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

GONDAR, J. Lembrar e esquecer: desejo de memória. *In*: _____; COSTA, I. T. M. **Memória e espaço**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

KRAAK, M. J.; ORMELING, F. J. **Cartography:** visualization of spatial data. 3.ª ed. Inglaterra: Addison Wesley Longman, 1998. 22 p.

MONASTIRSKY, L. B. **Ferrovia: patrimônio cultural. Estudo sobre a ferrovia brasileira a partir da região dos Campos Gerais (PR)**. Tese (Doutorado)–Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 21.ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

QUEIROZ FILHO, A. P.; RODRIGUES, M. Uma nova geração de atlas? **Revista Geografia**, Rio Claro, v. 32, n. 1, p. 181-198, 2007.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas:** a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

THOMÉ, N. **Trem de ferro:** história da Ferrovia no Contestado. 2.ª ed. Florianópolis: Lunardelli, 1983.

III ENIPAC

Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

SIMPÓSIO 2

A ARTE DE J. BRANDÃO (RE)VISTA POR MEIO DA CONSERVAÇÃO E SEUS MÉTODOS DE ANÁLISE

Angela Luciane Peyerl[1]

Resumo: O presente artigo teve por abordagem utilizar a conservação como um suporte de informação histórica dentro dos museus, usando as obras do itajaiense J. Brandão, um artista reconhecido a nível nacional. A pesquisa seguiu a metodologia exploratório-qualitativa. Pretendeu-se estabelecer um paralelo entre arte, ciência e história, com o objetivo de avaliar a presença da estética dos quadros como fonte de informação, conhecendo um pouco mais sobre as obras e a vida do artista, valorizando assim sua trajetória artística e trazendo informações que puderam mudar o olhar não só para a obra como para a história da arte brasileira.
Palavras-chave: J. Brandão; conservação; estética; museu.

(RE)CONHECENDO DIDE OU J. BRANDÃO

José Bonifácio Brandão (J. Brandão) nasceu na cidade de Itajaí (SC), no dia 6 de agosto de 1924. Desde criança, o mundo das artes já era uma vivência em sua casa. Seu avô Manuel Marques Brandão em 1897 deu início ao teatro em Itajaí, utilizando a sua sala de visitas para ser a primeira sala de espetáculos do município. J. Brandão era o 13.º filho de uma família composta de quinze irmãos. Começou seus estudos no Colégio São José, em Itajaí. Aos 10 anos de idade, já era autodidata. Anos depois, resolveu aprimorar sua técnica e iniciar seus estudos com professores particulares e logo depois na Escola Nacional de Belas-Artes, no Rio de Janeiro (RJ).

> Mas, ao mesmo tempo que se nutre da subjetividade, há outra importante parcela da compreensão da arte que é constituída de conhecimento objetivo envolvendo a história da arte e da vida, para que com esse material seja possível estabelecer um grande número de relações. Assim, a fim de contar essa história de modo potente, efetivo, a arte precisa ser repleta de verdade. Precisa conter o espírito do tempo, refletir visão, pensamento, sentimento de pessoas, tempos e espaços (CANTON, 2009, p. 13).

J. Brandão já participava de um circuito de arte quando entrou na Escola Nacional de Belas-Artes, em 1956. Já era um artista consolidado, havia estudado com professores particulares que lhe ensinaram a técnica, o traço, a pincelada, mestres que influenciaram suas obras, pois Dide produziu algumas nas quais se evidenciam os traços ensinados por eles. Na Escola Nacional, entrou em contato com outras técnicas e outro período. Por fazer parte do circuito de arte, nesse caso o Rio de Janeiro, automaticamente teve contato com outras manifestações artísticas. Passou do academicismo ao modernismo. Pintava, geralmente, em seu ateliê, usando materiais em diversos suportes, como juta, tela, papelão e metal. As telas eram produzidas por ele mesmo e as molduras também.

[1] Especializanda em História e Cidade: Patrimônio Ambiental e Cultural pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), museóloga formada pelo Centro Universitário Barriga Verde (Unibave) e conservadora de bens culturais móveis.

ISBN 978-85-8209-066-4

No período em que Dide estudou com professores particulares, é possível ver em suas obras iniciais as influências de seus mestres. No Rio de Janeiro, de 1946 a 1949, Dide estudou com Carlos Chambelland. Acredita-se que Chambelland foi um dos que mais influenciaram o início de Dide. Nos anos de 1950 e 1951, o professor de Dide foi Rodolfo Chambelland, irmão de Carlos Chambelland, também retratista e pintor de figuras. Durante sua trajetória artística e como professor, ficou mais conhecido por pintar cenas de costumes e de gênero. Em seguida, Dide passou a ter aulas com Aldo Cardarelli em Campinas (SP), em 1952 e 1953, e por fim com Caterina Baratelli no Rio de Janeiro, de 1954 a 1956.

A partir daí, Dide Brandão foi estudar na Escola Nacional de Belas-Artes, em que ficou de 1956 a 1960. Foi nesse momento que suas obras começaram a se modificar. Elas passaram a ter grande influência acadêmica, uma vez que seus professores também tiveram essa formação clássica. Ao pensar a Escola Nacional de Belas-Artes como um princípio aristotélico em que não há desconstrução, J. Brandão já tinha uma visão mais intuitiva. Esse foi o momento em que sua produção tomou outro rumo. Os traços mais modernos (cubistas), que estavam somente em suas gravuras, passaram do papel para a tela, para o entalhe e para as porcelanas.

Acredita-se que na Escola Nacional de Belas-Artes a ruptura com o ponto de vista acadêmico não tenha se dado por completo. Essa postura foi assumida e é visível em seus trabalhos pós-1960. Esse foi um período em que o país passava por mudanças, e o próprio artista também passou por mudanças em sua vida, com o término da Escola Nacional e com a mudança para Brasília (DF).

Dide tornou-se um artista consolidado e esteve num circuito privilegiado das artes, pois participou dos salões de grande importância, ganhando inúmeros prêmios, entre eles em 1952 uma menção honrosa no V Salão Municipal de Belas-Artes, no Rio de Janeiro. Em 1953 foi agraciado novamente com menção honrosa, no VI Salão de Belas-Artes da Sociedade de Artistas Nacionais. Também foi homenageado com o prêmio João Daudt de Oliveira em 1953 com a obra *Trabalho na arte*, sem contar que, no ano de 1958, ganhou medalha de bronze no LX Salão Nacional de Belas-Artes com a obra *Natureza morta*, que se encontra em reserva técnica no Museu Histórico de Itajaí. Quando ainda aluno da Escola Nacional, ganhou o Prêmio Tribuna da Imprensa no I Salão de Alunos e o Prêmio Escultura no I Salão de Alunos da Escola Nacional de Belas-Artes, com a obra intitulada *Três Marias*, ambos no ano de 1960.

A CONSERVAÇÃO COMO UM MEIO, E NÃO COMO UM FIM

É importante lembrar que a conservação preventiva da obra de arte é essencial para que ela não necessite de intervenções diretas na obra. Mesmo assim, os objetos de arte têm o seu envelhecimento natural. Com a pesquisa da estética e um trabalho histórico, espera-se conhecer parte da vida do artista e de suas obras de arte, além de seu contexto histórico.

> Observa-se que as reflexões sobre estética, memória e patrimônio e as próprias complexidades e versatilidades no desenvolvimento das operações de conservação e restauração de pinturas, ao longo dos séculos, implicaram avanços e retrocessos no exercício da interdisciplinaridade entre as ciências humanas e naturais neste campo (ROSADO, 2011, p. 75).

No decorrer do período de trabalho no Setor de Conservação e Restauro do Museu Histórico de Itajaí, local onde foi desenvolvida a pesquisa, foi possível observar um diferencial nos trabalhos de conservação de bens culturais. Na instituição, a conservação é utilizada como um meio, que, aliada aos setores de museologia e de educação patrimonial, transforma o trabalho em uma constante pesquisa, construindo ponte de diálogo entre os setores envolvidos. Vê-se, ainda, que a conservação não se fecha somente nela. É possível refletir sobre a conservação dos bens culturais, que normalmente em muitos museus e centros de memória é utilizada apenas com a finalidade de *manter o objeto limpo*, quando realizado o procedimento de higienização. O Museu Histórico de Itajaí já emprega a conservação como um meio de expansão de seus trabalhos.

> Conservadores-restauradores, Cientistas da Conservação, Museólogos, Curadores, Historiadores da Arte, Arqueólogos e Arquitetos reconhecem, em sua maioria, que o conhecimento gerado sobre técnicas e materiais utilizados na confecção de objetos artísticos e culturais é necessário para a compreensão do contexto histórico e estético dessas obras, o que é possível com o auxílio das técnicas analíticas laboratoriais (ROSADO, 2011, p. 94).

ISBN 978-85-8209-066-4

Com as pesquisas, pode-se dizer que a conservação foi um meio não só de valorizar o artista e o seu acervo, bem como de comprovar vestígios da vida de Dide expressa em suas obras. Por meio da leitura estética dos detalhes e exames organolépticos, foi trazido à mostra um Brandão que não estava presente a olho nu. Um método simples de exame aplicado em museus pôde mostrar informações escondidas e preveni-las de uma maior degradação.

É possível a ligação da conservação entre ciência, arte, história e comunicação. A conservação deixa de ter caráter apenas contemplativo, passando a ter caráter informativo/educativo. Nesse item, a conservação das obras não necessariamente é um fim, no qual apenas o apresentável é visto, e sim um meio; realizam-se ações de conservação e comunicação sem mudar a sua trajetória artística. Para a pesquisa de seu acervo, é necessário conhecer o artista, a obra, sua técnica, seu material, seus agentes etc. Para isso, são necessários exames na obra de arte.

> Para o exame técnico da pintura, os raios I.V. têm sido aproveitados para resolver algumas questões que, normalmente, não podem ser investigadas através dos raios U.V. ou dos raios-X. Mais comumente. São aplicados para detectar esboços ou desenhos subjacentes à pintura, descobrir assinaturas desgastadas ou ocultas, revelar mudanças na composição o “pentimenti”, pôr em evidência desgastes, retoques, antigas restaurações etc. (BARRIO, 1998, p. 294).

Alguns métodos utilizados para analisar as obras de arte podem revelar informações não vistas a olho nu, por exemplo: assinaturas, traços de desenhos, repinturas e arrependimentos do artista durante a realização da obra. O uso de certos métodos de análise como iluminação (luz transversa, luz ultravioleta, luz rasante), raio X e infravermelho é capaz de revelar o seu estado de conservação, outro lado do artista, outra fase, um modo diferente de ver determinado período da obra. Logo, a conservação consiste num meio para auxiliar na informação histórica e contribuir para que os museus tenham um acervo conhecido e mediado por ela.

Palhaço*: a data oculta e a luz como prevenção*

IDENTIFICAÇÃO
Número de inventário: comodato
Instituição responsável: Museu Histórico de Itajaí
Proprietário:
Técnica: óleo/acrílico sob tela
Título: *Palhaço*
Artista: José Bonifácio Brandão
Período: 8-1967

Figura 1 – Palhaço: frente



Fonte: foto de Angela Luciane Peyerl. Arquivo pessoal

ISBN 978-85-8209-066-4

Estudo estético-histórico

Pintura de cavalete de formato retangular vertical, tamanho médio. Os materiais empregados nessa obra são mistos. A tela é de linho, porém é possível notar a figura do palhaço em relevo, que se dá por conta da tinta acrílica. Os tons ao fundo são feitos em tinta óleo. Obra que apresenta a figura de um palhaço triste ao centro; a assinatura do artista fica no canto superior esquerdo. No verso da obra se apresentam a assinatura do artista e também duas faixas pretas, na qual havia alguma informação abaixo que o artista resolveu "apagar".

A obra *Palhaço* é uma das mais expoentes de J. Brandão. Da fase pós-Escola Nacional de Belas-Artes, trata-se de uma pintura que afirma a identidade modernista que Dide assumia. As linhas e formas fazem a ligação do artista com a arte de Pablo Picasso. Os traços lembram figuras geométricas, tanto as que compõem o rosto do palhaço como as que se evidenciam nas roupas.

Figura 2 – J. Brandão, no passaporte



Fonte: Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí

Figura 3 – *Palhaço: detalhe*



Fonte: foto de Angela Luciane Peyerl. Arquivo pessoal

Ao fazer uma análise da obra, é possível perceber similaridade entre os traços de *Palhaço* e os traços do itajaiense. Aqui Brandão utilizou a máscara do artista que promove a alegria, escondendo a dor da

ISBN 978-85-8209-066-4

figura do homem, encantando a todos e fazendo-os se sentir maravilhados. Nesse momento, começa-se a externalizar a dor e a tristeza. São as cores alegres de um triste palhaço.

Ao comparar o retrato de J. Brandão com *Palhaço*, fica claro como ele se retratou nessa obra. A testa e o olhar são os traços mais marcantes, e o signo da lágrima que escorre sobre a maquiagem do rosto representa tudo por que ele passava naquele momento. Outra marca bastante perceptível é a influência da vanguarda cubista, do início do século XX, mas que no Brasil, como já foi explicitado, teve seu auge no fim da década de 1950 e nos anos 60, data na qual a obra foi concebida.

Estudo de imagem: exames em luz rasante transmitida ou reversa e fotomacrografia

Figura 4 – Luz rasante



Fonte: foto de Angela Luciane Peyerl

Os exames organolépticos (luz rasante, reversa e fotomacrografia) foram realizados em sala escura, apenas com a incidência de uma lâmpada de foco direcional. O método de aplicação da luz rasante foi desenvolvido com a obra deitada sobre uma bancada, com a lâmpada posicionada nas laterais da pintura. O exame de luz rasante consiste em incidir sobre a superfície da tela uma fonte de luz visível que forme um ângulo entre 5 e 30º em relação à obra.

Com esse procedimento, é possível fazer um registro topográfico da face da obra, pois ele destaca seus empastes e as deformações do suporte. Para melhor aplicação do método, é indispensável que a projeção da luz sobre a obra seja feita nos quatro lados da tela, nas laterais superior e inferior.

Figura 5 – *Fotomacrografia*



Fonte: foto de Angela Luciane Peyerl

ISBN 978-85-8209-066-4

A fotomacrografia é a fotografia ampliada de um detalhe da obra, o que permite uma leitura muito mais precisa das pinceladas do artista e das cores que ele empregou na tela. Com a micrografia e a luz rasante, foi possível observar na obra de Brandão, além da sua pincelada, alguns detalhes, como o desprendimento de camada pictórica, fissuras e craquelês.

Figura 6 – *Luz transversa*



Fonte: foto de Angela Luciane Peyerl

O exame de luz transversa dispersa sobre o verso da obra gera uma fonte de luz. Essa técnica demonstra as áreas que apresentam perdas e abrasões na camada pictórica, algum tipo de defeito no suporte ou desenhos como esboços. Para que esse exame fosse realizado, foi necessária a ajuda de uma pessoa, pois a obra tinha de ficar na posição vertical com a luz, incidindo sobre o verso, para a outra fotografar a parte da frente da pintura.

Esse exame tem como auxiliar diretamente o processo de conservação preventiva de uma obra. É importante ressaltar que durante os exames organolépticos foi possível detectar vários problemas, desde a camada pictórica até o suporte. Pensando que a degradação de uma obra já começa no momento em que o artista está realizando-a, é possível observar com o exame de luz transversal que, por conta dos materiais empregados na obra, sua degradação já era prevista. Uma das mais importantes descobertas durante esse processo foi no decorrer do exame que se fez no verso da obra. O verso passou primeiramente por todos os exames de luz (ultravioleta, rasante e microfotografia), e por fim direcionamos à parte preta do verso abaixo e acima da assinatura do artista, pois é aparente a presença de algo que J. Brandão escreveu e optou por apagar posteriormente.

Ao empregar o uso desses métodos no museu, tanto se pode salvar a obra de um processo de degradação muito maior como também se colabora com um meio de informação histórica. Seus custos são baixos; depende-se apenas de uma lâmpada normal para os exames de luz rasante, transversal e fotomacrografia, e de uma luz ultravioleta, ou como é encontrada nas lojas, luz negra, para que se faça essa prevenção.

ISBN 978-85-8209-066-4

Rosto de Cristo: arrependimento

IDENTIFICAÇÃO
Número de inventário: comodato
Instituição responsável: Museu Histórico de Itajaí
Proprietário: Museu Histórico de Itajaí
Técnica: óleo sobre *eucatex*
Título: *Jesus*
Artista: José Bonifácio Brandão
Período: C. 1970

Figura 7 – *Jesus*



Fonte: foto de Angela Luciane Peyerl

Estudo estético-histórico

Obra em tamanho pequeno com formato retangular. O material empregado é óleo sobre *eucatex*. A obra num primeiro olhar dá a impressão de ser um gafanhoto. Com o decorrer da pesquisa e vendo a ficha catalográfica dela no Museu Histórico de Itajaí, viu-se que se trata do rosto de Cristo.

Aqui se pode dizer que Brandão já tinha completamente abortado a ideia de pintor acadêmico e, como ele mesmo dizia, deixou de fazer cópias. Os traços dessa obra são completamente cubistas, o que foi uma constante na trajetória dele no período que compreende o fim da década de 1960 e início de 70, pois durante esse tempo sua maior produção apresentava esses traços, bem como se acredita que as influências que recebeu pós-Escola Nacional de Belas-Artes foram cruciais para definir essa sua postura.

Na obra analisada anteriormente, assim como nessa, do rosto de Cristo, ambas têm uma particularidade: as cores. Na obra *A arte chora Picasso*, há uma excedente quantidade de tons verdes e azulados, já em *Palhaço* se verifica a utilização de muito laranja e verde, o que se repete na obra *Jesus*. É um ponto sobre o qual ainda se pode se debruçar posteriormente, visto que é possível estudar os tons que o artista utiliza em suas obras por meio de outras análises de laboratório. O que facilita esse estudo é o fato de a paleta de cores que Brandão usava se encontrar em reserva técnica do Museu Histórico de Itajaí.

ISBN 978-85-8209-066-4

Raio X e a conservação como informação histórica

Tomadas realizadas: tomada final, composta de uma placa.
Análises: identificar pintura arrependimento.
Nome do analista: Dr. Guilherme Valente de Souza.
Equipamento: Sound-Eklin modelo Tour 1109 portátil.
Parâmetros de tomadas: os parâmetros usados para a tomada definitiva estão no quadro 1.

Quadro 1 – Parâmetros de tomadas

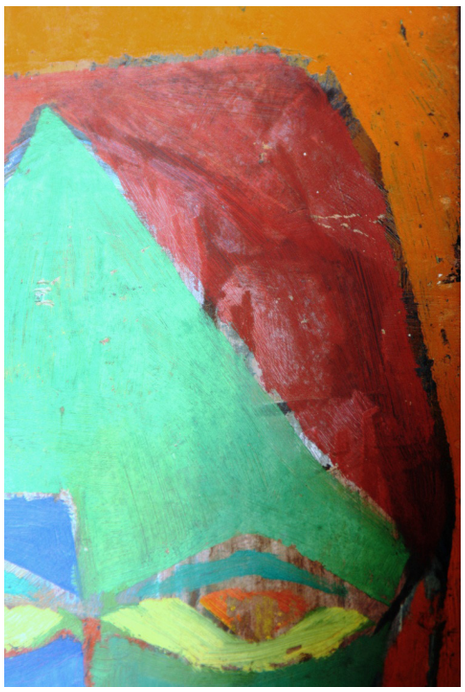
Zona	Kv	mA	Tempo	DFF	Formato	Data
Frente Obra	40	4	40 segundos	120 cm	Digital	6/12/12

Kv: ; mA: ; DFF: .
Fonte: primária

O exame de raio X está ligado diretamente ao desempenho dos materiais, quando são atravessados pela radiação. Todos os materiais que estão ocultos na pintura que absorvem a radiação X são revelados na chapa radiográfica. Em alguns casos, as massas inadequadas provenientes de alguma alteração na imagem, os danos por ataques de xilófagos, os remendos, as lacunas preenchidas e as áreas de repinte com materiais inapropriados também são revelados.

Quanto ao suporte, o exame apresenta os pregos de reforço, o tipo de junta para unir a madeira utilizada para fazer o chassi ou, até mesmo, ser suporte da obra, o que dependendo da dimensão é feito de uma ou mais pranchas unidas por juntas, cujo formato varia de acordo com a região de montagem do suporte. Optou-se por utilizar o raio X como um meio para comprovar que a conservação pode ser um agente de comunicação, o que é capaz de alterar a trajetória artística, apresentando informações históricas. Os vestígios surgiram durante o processo de pesquisa. Ao fazer o levantamento fotográfico de todo o acervo de J. Brandão que existe no Museu Histórico de Itajaí para um diagnóstico geral da coleção, ao chegar a essa obra um detalhe foi possível observar pela própria tinta e por conta das lacunas: alguns traços abaixo da camada pictórica.

Figura 8 – *Jesus: vestígio*



Fonte: foto de Angela Luciane Peyerl

ISBN 978-85-8209-066-4

Realizou-se o raio X com o aparelho Sound-Eklin modelo Tour 1109. Todos que estavam presentes na sala tiveram de utilizar um colete de chumbo por conta da radiação. A obra foi colocada sobre uma placa. Primeiramente se fez o raio X do verso da obra, mas não foi identificado nada. Logo depois, a obra foi invertida, e na parte da frente do raio X sobre a camada pictórica, foi possível constatar que existiam alguns traços abaixo da camada pictórica.

Os traços aparentes são um arrependimento que ocorre quando o artista faz uma alteração em sua obra; na maioria dos casos, ele não gostou do resultado anterior e preferiu mudar a linguagem. Normalmente, a mudança é feita com um propósito estabelecido pelo próprio artista, que sabe a intenção que deseja expressar. No caso da obra de Brandão o arrependimento foi identificado, pois no Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí no Fundo Brandão há uma pasta que contém todos os desenhos e esboços que Dide fez, entre eles o desenho desse rosto de Cristo. Na hora da execução, ele mudou de ideia e transformou a forma final da obra.

Figura 9 – *Desenho de J. Brandão*



Fonte: acervo do Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí

Figura 10 – *Exame arrependimento*



Fonte: arquivo pessoal

ISBN 978-85-8209-066-4

Figura 11 – *Raio X: parte inferior*



Fonte: arquivo pessoal

Os traços que estão no desenho da figura 11 se unem e formam outra figura, traços cubistas diferentes dos que Dide idealizou no papel. Isso só reforça ainda mais o fato de que, além de ser um artista que estava numa constante construção, tinha inconstância e estava disposto a transformar e mudar sua obra sem medo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conservação aqui foi um meio para se chegar às informações, novamente trazendo o museu como um emissor de comunicação por meio do objeto museológico. O olhar para a obra com a intenção de investigação, e não somente como mais uma dentro do seu acervo, faz toda a diferença.

A partir do momento em que a pintura começou a ser revelada, não só outra figura foi descoberta ao fundo, bem como o raio X revelou outros aspectos da obra, como os pregos utilizados para unir as madeiras e uma raspagem que está próxima ao olho direito. A moldura em que a obra se encontra também teve a pincelada do artista; posteriormente, ele utilizou outra tinta para cobrir aquela. Apontaram-se a ausência de camada pictórica e, também, outros danos que a obra apresenta na parte inferior.

Ao final da pesquisa, pode-se dizer que os objetivos traçados puderam ser cumpridos. A preservação da estética dos quadros como fonte de informação histórica e a união de arte, ciência e museologia foram possíveis e aplicadas por intermédio das análises informativas que aqui foram realizadas.

Analisando a falta de fluidez nos procedimentos que atualmente são empregados nos setores de conservação e restauração dos museus, percebe-se que ela resulta em grandes danos aos acervos e na perda de patrimônio que pertence às futuras gerações e ao museu, por ser um espaço destinado à salvaguarda de bens culturais que são as raízes de uma sociedade. Esses bens representam a história, a memória de um grupo, e sua preservação é imprescindível para se manter viva a memória de uma região. Partindo desse pressuposto, a conservação é de suma importância para que esses acervos sejam apreciados e guardados intactos para as presentes e futuras gerações.

Com o decorrer da pesquisa, os objetivos traçados puderam ser alcançados. A preservação da estética dos quadros como fonte de informação histórica pôde trazer as leituras estéticas. Foi possível

ISBN 978-85-8209-066-4

estabelecer um paralelo entre arte, ciência, história e museologia, mediante análises informativas nas quais se encontra um arrependimento na figura cubista de Jesus, o que muda o modo de pensar não só do artista, como o do pesquisador, que ao deparar com essa informação muda a trajetória artística de Brandão.

O local onde foi desenvolvida a pesquisa foi o Museu Histórico de Itajaí, onde as obras do artista estão localizadas. No Centro Universitário Barriga Verde (Unibave), em Orleans (SC), foram realizadas algumas das análises, como os exames de raio X, e no Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí estão os documentos pessoais do artista. Seus desenhos estão salvaguardados no Fundo Brandão.

Para a comprovação de que a conservação pode ser sim um suporte para informação histórica, foram utilizados alguns métodos que, além de trazerem essas informações, também podem prevenir uma maior degradação da obra. Nos exames de luz transversal e luz direcionada, puderam ser identificados craquelês, desprendimentos, a pincelada do artista e deformações na estrutura da obra. São exames que podem ser feitos em qualquer instituição. Basta ter uma lâmpada que seja de fácil manuseio e, assim, fazer a refração necessária. O custo para realizar um procedimento desse tipo é muito baixo – somente se usa a lâmpada –, e pode-se evitar um dano muito maior na obra de arte, precisando até mesmo de uma restauração.

O trabalho ainda não está concluído. Há muito que investigar sobre a obra, a vida e a trajetória de J. Brandão, bem como a conservação estética, que aqui está dando os primeiros passos, os primeiros ensaios dela que ainda vai ser uma grande aliada dos museus de arte.

REFERÊNCIAS

BARRIO, Néstor. O exame da fluorescência da pintura. *In*: MENDES, Marylka; BAPTISTA, Antonio Carlos N. **Restauração:** ciência e arte. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Iphan, 1996. p. 285-322.

BRAGA, Marcia Dantas. **Conservação e restauro:** pedra, pintura mural e pintura em tela. Rio de Janeiro: Rio, 2003.

BRANDÃO, Manoel Marques. **Caderneta Família Brandão**. Itajaí: 1878.

CANTON, Kátia. **Do moderno ao contemporâneo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

MENDES, Marilka; BAPTISTA, Antônio Carlos N. **Restauração:** ciência e arte. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Iphan, 1996.

PEYERL, Angela L. J. Brandão: o artista e a importância da conservação de duas obras como suporte de informação. **Anuário Itajaí**, v. 14, p. 418-425, 2010.

_____; BRESSAN, L. L. Uma abordagem semiótica nas obras de J. Brandão. **Anuário Itajaí**, v. 1, p. 57-64, 2012.

ROSADO, Alessandra. **História da arte técnica: um olhar contemporâneo sobre a práxis das ciências humanas e naturais no estudo de pinturas sobre tela e madeira**. Tese (Doutorado)–Universidade Federal de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2011.

WALENDOWSKY, Olívia Borba. **Artistas itajaiense:** Dide Brandão. Itajaí.

III ENIPAC
Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

A PINTURA MONUMENTO E SEU LUGAR NOS MUSEUS

Guilherme Viertel[1]
Sandra P. L. de Camargo Guedes[2]

Resumo: A pintura histórica é um gênero artístico que pretende retratar acontecimentos históricos memoráveis e, dessa maneira, representar a história por meio de imagens. No século XIX a pintura histórica foi um gênero bastante apreciado no Brasil e era utilizado a fim de construir um passado glorioso para a nação que estava se formando. Nesse contexto, a Academia Imperial de Belas-Artes ganhou profundo destaque, visto que formaria os profissionais que retratariam a história brasileira. A Guerra do Paraguai foi um dos fatos históricos considerados merecedores desse tipo de representação, que acontecia por meio de pinturas. Entre os pintores que representaram o conflito com o Paraguai está Victor Meirelles, cujas obras são foco de nossa pesquisa. Neste artigo foram analisados dois quadros do autor: *Combate Naval do Riachuelo* e *Passagem de Humaitá*, ambos feitos a pedido do Estado brasileiro. A análise das obras e a revisão da literatura acerca delas deixam claro que essas pinturas foram feitas tanto para exaltar a glória nacional, por ter-se tido êxito nas missões de guerra contra o inimigo, como para ensinar a história com base em uma visão "oficial" do conflito. Tendo em vista a nítida intencionalidade de construção de um registro histórico ao encomendar essas obras, pretendeu-se discuti-las como monumentos, ou até mesmo como lugares de memória, desde sua origem. Para tanto, foram utilizados como base teórica os textos "Documento/monumento", de Jacques Le Goff (1992), e "Lugares de memória", de Pierre Nora (1993).
Palavras-chave: monumento; lugares de memória; pintura histórica; museus; Guerra do Paraguai.

INTRODUÇÃO

A pintura histórica é um gênero artístico que visa retratar fatos históricos marcantes e, assim, criar representações iconográficas sobre tais fatos. No século XIX a pintura histórica foi um gênero de destaque no Brasil, pois por meio dela se pretendia construir um passado glorioso para a nação que estava se formando. Nesse período a Academia Imperial de Belas-Artes se tornou uma das instituições mais valorizadas do Império, pois formava os artistas que retratariam a história brasileira e contribuiriam com a criação de uma "arte brasileira". A Guerra do Paraguai, por ser um conflito de grande magnitude, mereceu ser representada por meio de pinturas. Um dos pintores que retratou o conflito foi Victor Meirelles, e suas obras são o foco desta pesquisa.

Foram analisados neste artigo dois quadros do pintor, *Combate Naval do Riachuelo* e *Passagem de Humaitá*, pintados por encomendas feitas pelo Estado brasileiro com os objetivos de exaltar a glória nacional e construir, mediante as pinturas, uma visão "oficial", positiva e patriótica do embate. Sabendo que as obras

[1] Graduando em História pela Universidade da Região de Joinville (Univille), pesquisador voluntário de iniciação científica.
[2] Doutora em História, professora do Departamento de História e do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille. Orientadora.

ISBN 978-85-8209-066-4

foram feitas com uma intencionalidade, quis-se discutir os quadros enquanto monumentos e lugares de memória, com base nos textos “Documento/monumento”, de Jacques Le Goff (1992), e “Lugares de memória”, de Pierre Nora (1993).

A PINTURA HISTÓRICA NO SÉCULO XIX

A pintura histórica busca retratar cenas de acontecimentos históricos memoráveis e, assim, representar a história por meio de imagens. Apesar de ter tido muito sucesso na Europa desde o século XVII, a partir da segunda metade do século XIX a pintura histórica entrou em fase de declínio. Isso se deu por conta das transformações econômicas e sociais que estavam ocorrendo naquele continente, bem como em função do advento da fotografia. Naquele momento, muitos artistas interessavam-se por pintar de forma diferente, como aponta André Toral (2001, p. 100-101): “O desejo de modernidade revela-se pela busca de técnicas e concepções pictóricas que permitissem captar o mundo em agitação, pintar a vida moderna implicava em ir contra a tradição acadêmica, sair do estúdio e do abrigo de temas moralmente consensuais”.

No entanto as academias, ainda muito conservadoras, relutavam em aceitar mudanças e continuavam a produzir a pintura “oficial”, que valorizava a cor, a composição, a perspectiva e o desenho preciso que retratassem com fidelidade o mundo exterior.

Por outro lado, em meados do século XIX a pintura histórica chegou ao Brasil, e no segundo reinado esse gênero desempenhou importante papel no processo de formação e construção de uma identidade nacional. Nesse contexto, surgiu a ideia da criação de uma arte brasileira, mas com inspiração europeia, cujo objetivo era transformar o Império em uma “nação civilizada”. Segundo Isis Pimentel de Castro (2005, p. 338), “a arte, a serviço da história, tornava-se instrumento fecundo ao esclarecimento e ao progresso da humanidade”. A arte nesse período servia para a transmissão de conhecimentos e valores, pois se acreditava que os conhecimentos transmitidos de forma visual seriam mais facilmente absorvidos e permaneceriam na memória por mais tempo. Além disso, a pintura tinha também intuito civilizatório, visto que inspirava valores como o patriotismo, a civilidade e a ordem. O artista tinha como incumbência educar moralmente os observadores por meio da sua arte.

Logo, a pintura histórica ganhou sobrevida no processo de construção do Estado brasileiro, porém, para isso, era preciso que houvesse a formação de artistas comprometidos com esse ideal. Essa missão ficou a cargo da Academia Imperial de Belas-Artes, que se consolidou como o centro de excelência na formação de artistas no Brasil. Para tanto, a instituição oferecia, na época, bolsas de estudo na Europa para que os melhores alunos tivessem a oportunidade de se especializar nas tradicionais academias, localizadas sobretudo em Paris e Florença. Vale ressaltar que, estudando em academias tradicionalmente conservadoras, os pintores brasileiros acabavam aprendendo técnicas que também valorizavam os gêneros mais tradicionais, como, por exemplo, a pintura histórica, interesse da Academia Imperial de Belas-Artes. Muitos dos alunos que estudaram na Europa acabavam tornando-se professores na academia, o que fez com que aumentasse o número de docentes nascidos no Brasil e propiciasse a criação de uma “arte brasileira”.

A PINTURA E A GUERRA DO PARAGUAI

A Guerra do Paraguai foi um conflito bélico travado entre 1864 e 1870 que confrontou a tríplice aliança formada por Argentina, Brasil e Uruguai contra o Paraguai. As principais causas para a existência do embate foram os problemas fronteiriços e a livre navegação do Rio da Prata. Segundo Francisco Doratioto (1996), a Guerra do Paraguai pode ser considerada um dos maiores conflitos já acontecidos na América do Sul. Ocorrendo durante o período de formação e consolidação da arte brasileira, a disputa mereceu papel de destaque na produção artística nacional, ainda que tenham sido produzidas poucas obras com essa temática no Brasil. Segundo Toral (2001), os únicos artistas brasileiros que se dedicaram a produzir obras sobre a Guerra do Paraguai foram: Victor Meirelles (1832-1903), Pedro Américo (1843-1905) e o escravo Domingos Teodoro de Ramos[3], cuja vasta obra sobre a guerra foi destruída “sob a alegação de ausência de valor artístico” (LOPES, 2004, p. 558).

Todos os pintores brasileiros que retrataram a Guerra do Paraguai identificados por Toral (2001) buscaram diferentes meios referenciais para representar o conflito. Alguns artistas como Ramos e

[3] Domingos Teodoro Ramos foi um artista negro que, enviado pelo seu proprietário para a Guerra do Paraguai, produziu vasta obra sobre a disputa, sendo considerado por Lopes (2004, p. 558) “o único artista negro a documentar o conflito em uma série enorme de trabalhos”.

ISBN 978-85-8209-066-4

Meirelles estiveram nas zonas de guerra, tanto lutando quanto acompanhando o desenrolar das batalhas, que seriam representadas por intermédio de suas pinturas. Já no caso de Américo, mesmo não tendo visitado as zonas de conflito, ele valeu-se de seus contatos para fazer ampla pesquisa, que o ajudou na produção das obras. Assim, antes da obra final, os artistas produziam diversos estudos, ou rascunhos das obras, que eram cuidadosamente examinados e reelaborados, até se conseguir aquilo que considerassem perfeito. Conforme essa lógica, temos vários estudos de autoria de Américo e Meirelles, mas só este último chegou a produzir obras finalizadas sobre a guerra, ou seja, *Combate Naval do Riachuelo* e *Passagem de Humaitá*, objetos deste artigo.

PINTURA HISTÓRICA E MUSEUS

Com a chegada da família real portuguesa em 1808, foram criados os primeiros museus no Brasil, porém no início eles contavam com muitas obras produzidas fora do país. A criação da arte brasileira então cumpriria o papel de "inundar" esses espaços com pinturas que representassem os ideais defendidos pelo Estado.

Nesse período, segundo Mario Sousa Chagas (2009), os museus tinham como objetivos educar os indivíduos, valorizar as glórias da nação, além de estimular padrões estéticos a serem seguidos. Os museus não eram pensados para as classes menos favorecidas, mas sim para as camadas mais abastadas da sociedade. As pinturas neles expostas visavam agradar às elites sociais e fortalecer os valores defendidos pelo império.

A Guerra do Paraguai foi um evento que estimulou a criação de museus. De acordo com Chagas (2006, p. 43), "era preciso construir uma tradição; construir o pedestal dos heróis e celebrá-los em bronze ou mármore, povoar a memória com atos de bravura, heroísmo, personagens ilustres e vultos invulgares". Portanto, a pintura estava presente nesses espaços apresentando imagens que representassem o Brasil como um Estado forte, vitorioso e construindo uma imagem sólida do império e de suas instituições.

AS OBRAS ENQUANTO MONUMENTOS E LUGARES DE MEMÓRIA

Os quadros *Combate Naval do Riachuelo* e *Passagem de Humaitá* foram encomendas feitas pelo Ministério da Marinha, no início de 1868, ao pintor Victor Meirelles, representando assim o interesse do Estado para a produção de ambas. A escolha pelo nome de Meirelles deu-se, segundo Graziely Rezende Silva (2008), pois na época ele ocupava as funções de pintor e professor da Academia Imperial de Belas-Artes.

Os dois quadros começaram a ser pintados em agosto de 1868. Por conta de suas dimensões, eles não puderam ser pintados na academia. Foi então que o Ministério da Marinha enviou uma solicitação ao Convento de Santo Antônio, localizado no Rio de Janeiro, pedindo um espaço onde o pintor pudesse trabalhar. As obras foram completamente terminadas em meados de 1872.

O Estado brasileiro tinha profundo interesse na criação de representações positivas sobre o conflito, afinal a Guerra do Paraguai foi um acontecimento que gerou pesados gastos, além de consumir grande número de vidas de cidadãos brasileiros, o que, por conseguinte, prejudicou a imagem do imperador D. Pedro II. A pintura cumpriria a função de exaltar a bravura e a valentia dos brasileiros e de evidenciar a soberania brasileira. O império, então, tinha amplo interesse na produção, divulgação e conservação dessas obras, pois elas ajudariam a moldar opiniões a favor do conflito, principalmente as opiniões da elite, que teria acesso a essas obras e que compunha o conjunto daqueles que poderiam ou não dar apoio político ao imperador.

Nesse sentido, é possível estudar as duas obras como monumento, na ótica de Le Goff (1992), quando afirma que os monumentos são tudo aquilo que foi produzido no passado com a intencionalidade de marcar um momento, transmitir determinada memória. Segundo o autor, todo monumento é produzido com o intuito de deixar um legado para a posteridade: "O monumento tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva)" (LE GOFF, 1992, p. 536). Essas obras, enquanto monumento, tornam-se documentos, na medida em que são utilizadas como fonte histórica.

Podem-se explorar essas duas obras enquanto lugar de memória, pois, na visão de Nora (1993), lugares de memória são espaços construídos em que existe a vontade de manter viva determinada memória. Para o teórico, "os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea,

ISBN 978-85-8209-066-4

que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais" (NORA, 1993, p. 13).

Essas obras passam a ser então lugares de memória quando refletem o interesse do império em produzir espaços que apresentem uma visão sobre o conflito que vai ao encontro de seus interesses.

Ao trabalhar com tais obras na perspectiva de monumento e lugar de memória, relacionam-se ambas diretamente aos museus que as guardam. Nas palavras de Chagas (2006, p. 31), "os museus são a um só tempo: lugares de memória e de poder". As obras foram produzidas para serem expostas em espaços que condicionassem a visão do espectador a uma única interpretação dos fatos por elas representados, forjando, assim, a verdade histórica desejada. A pintura está intimamente ligada à ideia de poder que não é só responsável pela sua produção, mas também por sua inserção em locais que legitimem a noção de verdade nela contida, nesse caso, os museus.

COMBATE NAVAL DO RIACHUELO

A Batalha do Riachuelo, representada na obra de Victor Meirelles, foi um dos episódios mais intrigantes da Guerra do Paraguai. A bacia do Rio da Prata, onde a batalha ocorreu, é uma região muito importante, pois liga boa parte do interior da América do Sul ao Oceano Atlântico. Era por meio dela o único contato que o Paraguai tinha com o oceano. Assim, a conquista desse espaço era estratégica tanto para o Brasil quanto para o Paraguai. O combate foi travado na manhã do dia 11 de junho de 1865, quando oito navios paraguaios vindos da Fortaleza de Humaitá encontraram a esquadra brasileira que bloqueava o Rio Paraná numa região distante apenas 25 km da província argentina de Corrientes. Ao todo, as forças brasileiras somavam nove navios, comandados pelo almirante Francisco Manuel Barroso da Silva. No fim do combate o Brasil saiu vitorioso, impondo uma pesada derrota ao Paraguai, que perdeu sua saída para o oceano, ficando praticamente isolado.

A partir do momento em que a obra *Combate Naval do Riachuelo* foi terminada, ela passou por diversas exposições. Em 1876 foi mandada para uma exposição na Filadélfia, Estados Unidos, quando a primeira versão do quadro foi perdida. Segundo Silva (2008, p. 6), "ao final da exposição, as telas haviam sido remetidas de volta, envolvidas em cilindros de madeira que, mal condicionados, ocasionou sua perda". Meirelles ficou bastante incomodado com o acontecido e, em 1883, embarcou para Paris, onde iniciou a pintura de uma réplica do quadro. O que se conhece hoje, portanto, é o quadro em sua versão de 1883.

O quadro *Combate Naval do Riachuelo* (Figura 1) apresenta uma coloração bastante densa, com destaque para tons avermelhados e alaranjados, que passam ao espectador um ar dramático, característica que remonta aos ideais românticos. No primeiro plano inferior à direita, situa-se uma embarcação paraguaia quase completamente destruída.

Figura 1 – *Combate Naval do Riachuelo*, Victor Meirelles, 1883, óleo sobre tela 400 × 800 cm.
Acervo do Museu Histórico Nacional



Fonte: disponível em: <http://museuvictormeirelles.museus.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/MHN-06219.jpg>.
Acesso em: 5 maio 2016

ISBN 978-85-8209-066-4

A obra da figura 1 mostra, no navio abatido, soldados paraguaios posicionados com armas apontadas para o navio brasileiro, que se aproxima, vitorioso. Nas feições dos soldados derrotados é possível observar a dúvida, o medo e a valentia. Na embarcação destruída também se encontram soldados mortos e feridos. Ao centro e parte inferior da imagem, ainda na mesma embarcação, encontra-se um marinheiro, que pelo vestuário faz parte do exército brasileiro. Ele acaba de levar um tiro, mas, mesmo assim, demonstra gestualmente heroísmo e bravura. Um pouco atrás se veem uma bandeira paraguaia caída e, abaixo dela, combatentes exaustos, que tentam se segurar na embarcação destruída.

Um pouco mais ao fundo, no segundo plano, levemente à esquerda, porém no meio do quadro e em maior tamanho, está representada a fragata Amazona, que sai da nuvem de fumaça e avança em direção ao espectador. Em pé, na proa, verifica-se o almirante Barroso, com o braço esquerdo levantado, fazendo um gesto de vitória. Pela perspectiva de como a embarcação foi retratada, ou seja, de baixo para cima, percebe-se a ideia de grandeza que se pretende passar, mostrando toda a força da Marinha imperial e do Almirante Barroso.

Ainda, ao fundo da figura, tanto à direita quanto à esquerda, partindo do meio para a parte superior do quadro, observam-se em meio à mistura de névoa com fumaça embarcações tanto brasileiras quanto paraguaias. Na esquerda é dado destaque a outras embarcações brasileiras e paraguaias e também a personagens, que se agarram às partes de embarcações destruídas. À direita, próximo à fragata Amazona, há uma pequena embarcação paraguaia com um canhão e alguns marinheiros. Ainda à direita, mas bem ao fundo, estão embarcações finalizando o conflito em meio a bastante névoa. Silva (2008, p. 3) afirma: “Esta construção do quadro sugere então um ambiente imersivo, onde o espectador torna-se um contemplador envolvido pelo evento”.

No quadro representado na figura 1, podem-se notar algumas características que são, de certo modo, peculiares ao artista. Uma delas é a forma como o pintor retrata os indivíduos que compõem a imagem, buscando dar dignidade a todas as personagens envolvidas, sejam elas brasileiras, sejam paraguaias – nenhuma delas demonstra fraqueza ou covardia.

PASSAGEM DE HUMAITÁ

A Passagem de Humaitá foi outro evento bastante significativo ocorrido durante o conflito com o Paraguai. Humaitá era uma importante fortaleza paraguaia erguida às margens do Rio Paraguai, a cerca de 430 km da capital Assunção. Passar a fortaleza era fundamental para a vitória no conflito, no entanto, por se tratar de uma região bastante pantanosa, os grandes navios encouraçados da Marinha imperial brasileira teriam dificuldade em atravessá-la, correndo o risco até mesmo de encalharem e de serem bombardeados pelas forças paraguaias. Foi preciso organizar uma grande operação militar que só foi possível com a chegada de navios menores conhecidos como monitores.

Em fevereiro de 1868 o Rio Paraguai estava com um volume de água bastante grande, o que facilitava a navegação. Além disso, correntes presas às margens que atravessavam o Rio Paraguai haviam sido destruídas. Com isso, na madrugada do dia 19 de fevereiro de 1868, a divisão naval composta de três encouraçados e três monitores, sob fogo da pesada artilharia paraguaia, conseguiu transpor a Fortaleza de Humaitá. Esta foi então cercada pelas tropas aliadas e tomada definitivamente em julho de 1868. Assim, a tomada da capital Assunção estava próxima.

O quadro *Passagem de Humaitá*, representado na figura 2, busca representar o momento exato da passagem, que ocorreu durante uma madrugada. A obra apresenta coloração profundamente densa e nebulosa, com amplo destaque para os tons avermelhados, que cobrem boa parte dela. Essa composição de tonalidades reforça a ideia de que o artista tinha inspiração romântica.

ISBN 978-85-8209-066-4

Figura 2 – *Passagem de Humaitá, Victor Meirelles, óleo sobre tela 268 × 435 cm. Acervo do Museu Histórico Nacional*



Fonte: disponível em: <http://museuvictormeirelles.museus.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/estudo-humaita.jpg>. Acesso em: 9 ago. 2016

No primeiro plano, na parte inferior do quadro (figura 2), está representado em tons mais claros o rio por onde as embarcações passam. À esquerda, mesclando cores um pouco avermelhadas com tons mais claros, observa-se um tiro de canhão no momento em que acerta a água. Ligeiramente mais acima, ainda na parte esquerda da pintura, é possível constatar a presença de duas embarcações brasileiras, visto que o Paraguai não utilizou embarcações nesse episódio, navegando rio acima e envoltas em fumaça que sai das chaminés das embarcações. Ainda na parte inferior esquerda, notam-se também pontos vermelhos que dão a ideia de canhões "cuspindo" fogo. À direita do quadro, um pouco acima, indo da borda em direção ao centro do quadro, numa coloração acinzentada, percebe-se a densa vegetação que cobre as bordas do rio.

O segundo plano da obra inicia-se na parte do meio do quadro, indo até a superior. À direita da pintura, passando da parte do meio para a superior do quadro, verifica-se um tom avermelhado bem forte e nebuloso. Envolto a isso, próximo ao centro, uma pequena embarcação aparenta estar combatendo as forças paraguaias que estão em terra. Nessa parte do quadro, o artista utiliza cores quentes para retratar o ambiente cruel e sombrio, em que forças brasileiras e paraguaias entraram em conflito. Olhando levemente para a direita vê-se, no céu, um ponto vermelho que dá a ideia de um tiro lançado para cima e, mais abaixo, numa espécie de círculo formado pelas nuvens, onde paira um ar de calmaria, a lua brilhante. As duas embarcações descritas em primeiro plano parecem ir em direção a essa calmaria, o que sugere que a armada brasileira enfrentou com bravura o inimigo hostil e conseguiu sair vitoriosa.

É interessante observar em *Passagem de Humaitá* como Meirelles consegue representar as angústias, os medos e toda a tensão da batalha, sem precisar colocar figuras humanas dilacerando-se brutalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pintura histórica produzida no Brasil no século XIX buscava construir uma identidade nacional que estivesse de acordo com as ideias defendidas pelo império. A Guerra do Paraguai foi um conflito de grande magnitude que mereceu ser representada por meio de pinturas.

Foram analisadas as obras *Combate Naval do Riachuelo* e *Passagem de Humaitá*, ambas pintadas por Victor Meirelles mediante encomenda do Estado brasileiro. Verificou-se que as duas podem ser consideradas monumentos, já que foram produzidas com a intencionalidade de recordar os acontecimentos nelas representados. A recordação e o aprendizado por meio dessas pinturas seguem os interesses do Estado, que desejava apresentar uma única concepção sobre o embate.

As duas obras analisadas tinham o interesse de representar as glórias da nação obtidas no conflito, criando assim representações sobre a disputa. Essas pinturas só foram preservadas até a atualidade, pois houve amplo interesse do Estado, configurando-as como lugares de memória, já que contém a visão "oficial" do embate.

ISBN 978-85-8209-066-4

A pintura histórica teve grande importância no projeto de criação de uma arte brasileira no século XIX. Isso só foi possível, porque o Estado observou que poderia se fortalecer com a produção de obras que servissem para engrandecer os memoráveis feitos da nação. Esse é o motivo de a Guerra do Paraguai ser representada nos quadros *Combate Naval do Riachuelo* e *Passagem de Humaitá*. Assim, o império acabou criando não só monumentos, mas também lugares de memória que traduzem a ideia de preservar aquilo que de fato tem relevância para a construção de uma história oficial, que foi largamente reproduzida em livros didáticos ao longo de muitos anos.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Isis Pimentel de. Pintura, memória e história: a pintura histórica e a construção de uma memória nacional. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 38, p. 335-352, out. 2005.

CHAGAS, Mario Sousa. **Há uma gota de sangue em cada museu:** a ótica museológica de Mario de Andrade. Chapecó: Arcos, 2006.

_____. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 19, jun. 2009. Disponível em: <http://revista.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367/276>. Acesso em: 3 jun. 2016.

DORATIOTO, Francisco. **O conflito com o Paraguai:** a grande guerra do Brasil. São Paulo: Ática, 1996.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *In*: _____. **História e memória**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

NORA, Pierra. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

SILVA, Graziely Rezende. Combate Naval do Riachuelo: da história para a pintura. **Virtú**, Juiz de Fora, v. 1, p. 1-7, 2008. Disponível em: <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-7a23.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2016.

TORAL, André Amaral. **Imagens em desordem:** a iconografia da guerra do Paraguai (1864-1870). São Paulo: Humanitas, 2001.

III ENIPAC
Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

HOLOFOTES SOBRE A ESCURIDÃO: O PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DO METAL COMO MANIFESTAÇÃO ARTÍSTICA EM JOINVILLE

Marcus Vinícius Carvalheiro[1]
Ilanil Coelho[2]
Taiza Mara Rauen Moraes[2]

Resumo: O artigo teve como objetivo apresentar os resultados preliminares de uma investigação acerca do metal como estilo musical apropriado por agentes, produtores e públicos de Joinville. Nos anos 1980, o *heavy metal* tornou-se um gênero musical difundido em todo o mundo. Atualmente, novos agentes culturais produzem e atribuem valores ao cenário, organizando *shows* independentes e gerando novos espaços de interação para o nicho. Questiona-se como esse processo de atribuição de valores ocorreu em Joinville nos últimos 30 anos, quais as disputas pelo espaço urbano envolvidas nesse desenvolvimento e qual é a perspectiva do cenário atual. O projeto está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille) e conta com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).
Palavras-chave: arte; cultura; patrimônio; sociedade;

INTRODUÇÃO

Nos anos 1980, o *heavy metal* tornou-se um gênero musical difundido mundialmente. Em Joinville (SC), nesse mesmo período, diversos espaços passaram a abrigar apresentações ligadas ao estilo, perpetuando, de certa forma, a prática urbana em torno da "música pesada". Lugares como o Garage (bairro Itinga), a Sociedade Avaí (bairro Vila Nova), a Recreativa Schultz (bairro Aventureiro), o Cais 90 (Centro), entre outros bares ou associações recebiam atrações nacionais e internacionais com frequência. Bandas da França, da Holanda, da Dinamarca, dos Estados Unidos e de demais países tinham Joinville como rota de suas turnês até aproximadamente 2010. Hoje em dia, novos agentes culturais ressignificaram o cenário, organizando *shows* independentes e gerando novos espaços de interação na cidade.

O som pesado produzido pelas bandas de metal pode ser lido como um índice da radicalização na elaboração artística da música. O gênero, repleto de sonoridades aceleradas, afinações distorcidas e vocais guturais, é acompanhado por um imaginário que, de certo modo, contribui para o agrupamento do nicho. Não por acaso, essa prática urbana passou a compor uma múltipla e complexa relação que via além da sonoridade, englobando também as práticas dos fãs que se relacionam com os subgêneros do metal. A temática desse gênero explora tudo aquilo que é considerado horrível e, por intermédio de uma estética grotesca, colabora com uma construção social que faz da música um eixo condutor de determinado estilo de vida na cidade. Cito algumas bandas joinvilenses do gênero que se encontram em atividade como exemplo da estética da qual trataremos nesta pesquisa. São elas: Zombie Cookbook[3], Flash Grinder[4] e Diabolical Funeral[5].

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille).
[2] Professoras do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille.
[3] Banda joinvilense formada em 2012. Contato oficial e músicas disponíveis em: https://www.facebook.com/zcbofficial/.
[4] Banda joinvilense formada em 1993. Contato oficial e músicas disponíveis em: https://www.facebook.com/fleshgrinderofficial/.
[5] Banda joinvilense formada em 2011. Contato e músicas disponíveis em: https://www.facebook.com/hellto666/?fref=ts.

ISBN 978-85-8209-066-4

As práticas do cenário do metal representam também uma relação de táticas urbanas que tentam subverter as combinações de poderes que regem uma cidade, o que faz do tema um rico ambiente de análises sobre a apropriação do espaço urbano. Ao falar das cidades, Michel de Certeau (1994a; 1994b) debate as combinações e relações de poderes que, por não terem uma identidade única nem legível, se proliferam em novas apropriações, o que torna impossível a administração narrativa de tais locais. Ou seja, o cenário do metal guarda relações e debates entre seus subgêneros, bem como produz embates com as "estratégias" propostas pela cidade. Ao viver o espaço urbano tendo a música como eixo condutor, as pessoas atribuem novos valores a praças, parques, associações ou bares. Pode-se dizer que, a cada combinação de poder, a cada contato ou vivência, novos valores são compostos. Para Certeau (1994b), a "estratégia" utilizada para postular um lugar "próprio" que faça a gestão dessas relações é subvertida por essa "tática". Imaginando a tática como possíveis desdobramentos da interação com o gênero metal, podemos prever práticas cotidianas independentes que geram resultados inesperados – mais um motivo para estudar esse cenário, ainda pouco explorado na academia.

O desejo coletivo de nichos como o metal possibilita, por meio de regras e solidariedade, transformar os espaços mais precários em ambientes de interação. Além de propor novas táticas, o cenário *underground*, do qual participam fãs do metal, também produz um espaço imaginário conduzido por valores que vão contra o *mainstream*, ou seja, contra a indústria musical no sentido de mercado majoritário de entretenimento. Assim, a escuridão em que estão os seguidores do metal é, além de um espaço de interação, um objeto de pesquisa que durante o trabalho de campo apresenta desafios antropológicos que reforçam a complexibilidade do setor e ainda a importância de compreendê-lo como parte integrante do patrimônio cultural da cidade.

PROBLEMAS E OBJETIVOS

Considerando a música pesada como um eixo gerador de relações múltiplas e complexas e tornando-se necessário um processo de investigação sobre o objeto, origina-se o problema desta pesquisa: como ocorre o processo de apropriação do metal como manifestação artística em Joinville?

Na busca por compreender esse processo, outras indagações são fundamentais: existe ou existiu um cenário musical ligado ao metal em Joinville? Como ele se diferencia da indústria musical? Quais os principais atores desse nicho? Em quais locais essa manifestação artística foi ou é desenvolvida em Joinville? Quais as dificuldades enfrentadas pelos músicos e agentes culturais ligados ao estilo? Quais os reflexos do setor na elaboração de políticas públicas voltadas para a música?

Tratando-se de uma manifestação cultural complexa, são inúmeras as perguntas que podem ser desenvolvidas em torno do tema. Para estudar e entender o processo de apropriação do gênero metal como manifestação artística, delimitou-se um recorte de datas. Logo, esta pesquisa tem como objetivo analisar o cenário a partir dos anos 1980. Com base nesse recorte e nos problemas citados, pretende-se analisar as relações entre produtores, agentes e público na cidade; compreender os conceitos entre os cenários *underground* e *mainstream*; identificar os principais atores e as disputas pelo espaço urbano envolvidos nesse espaço; fazer o levantamento de imagens, vídeos e demais produções audiovisuais da cidade ligados ao gênero metal; utilizar produções midiáticas, relatos e entrevistas como ferramenta para historicizar o cenário mediante a produção de um documentário; e identificar reflexos do setor musical, especialmente do nicho metal, na elaboração de políticas públicas da cidade.

METODOLOGIA

Esta pesquisa inicialmente desenvolveu um levantamento bibliográfico, de produções audiovisuais e registros midiáticos em torno do gênero metal e suas vertentes. Como forma de alcançar os objetivos propostos, também são utilizadas entrevistas semiestruturadas e inserções ao campo por meio da observação participativa.

Nesse primeiro momento, são realizados estudos sobre a relação entre música e patrimônio, levando em consideração artigos, monografias, dissertações e outros escritos sobre o tema. São estudadas fontes que já têm relação com o gênero metal, bem como autores que dão base à pesquisa acadêmica a respeito das questões globais do patrimônio cultural.

A investigação de documentos em torno do objeto dar-se-á por intermédio do levantamento de vídeos, fotos e registros acerca do cenário musical *underground* e do gênero metal especificamente na cidade de Joinville a partir dos anos 1980, como um recorte temporal.

ISBN 978-85-8209-066-4

No decorrer da pesquisa também serão elaboradas entrevistas com atores do cenário: integrantes das primeiras bandas a se autoproclamarem adeptas ao gênero musical, donos de estabelecimentos que recebiam tais eventos e produtores culturais que trabalhavam em torno do nicho. Posteriormente, também serão entrevistadas personagens que se autoconstituíram como público.

Ainda, faz parte da pesquisa a proposta de inserção no campo pela observação participante. O contato direto com o cenário é necessário para que se identifique a situação atual do nicho, assim como para que se recolham dados sobre os espaços em que atualmente o gênero metal se desenvolve. A observação participante é um complemento das entrevistas e também das interpretações bibliográficas e documentos levantados.

ILUMINANDO A TRILHA

Para aprofundar as reflexões em torno do tema, a revisão de literatura contempla autores e obras que abordam importantes linhas de pesquisa sobre música, arte, patrimônio cultural, memória e relações sociais no ambiente urbano.

A partir dos anos 1980, o debate a respeito de patrimônio passou a ser mais interdisciplinar, deixando temas da arte, estética e antropologia, por exemplo, cada vez mais próximos das linhas que definem um bem como patrimônio. Na própria Constituição Brasileira, em 1988, a questão da imaterialidade virou termo oficial:

> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (EC no 42/2003)
> I – as formas de expressão;
> II – os modos de criar, fazer e viver;
> III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
> IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais (BRASIL, 1988).

A música, como eixo condutor desta pesquisa, enquadra-se como forma de expressão. Ao considerá-la também como linguagem, podemos interpretá-la como um agente no processo de autoconhecimento. É pela música e suas diferentes tribos que jovens e adultos também se inserem socialmente. Existe nessa relação um processo de identificação, e esse complexo desenvolvimento social pode revelar como tal "recurso de expressão", "desse modo, longe de ser tão-somente uma experiência estética é também uma experiência fisiológica, biológica, psicológica e mental, com o poder de nos fazer sentir" (SKEKEFF, 2002, p. 13-14). Para Stuart Hall, o sujeito pós-moderno, composto de várias identidades e, ao mesmo tempo, sem uma identidade fixa ou permanente, é pouco compreendido pela ciência social contemporânea, por isso a importância de se explorar essas relações. Quando debate as questões da diáspora em "Que 'negro' é este na cultura negra", o autor especifica que na música se trata de um referencial cultural: "O povo da diáspora negra tem, em oposição a tudo isso, encontrado a forma profunda, a estrutura profunda de sua vida cultural na música" (HALL, 2003, p. 12).

Para a historiadora brasileira Rita de Cássia Alves (2011), a música ultrapassa os "limites do concreto", tornando-se uma expressão que contextualiza dada época. De acordo com ela, a música "registra subjetivamente a organização social e cultural de um determinado povo, de um determinado grupo".

A música pesada, mais especificamente o metal, talvez não tenha o caráter de patrimônio cultural no Brasil, entretanto há quem a pratique e a vivencie, gerando esses desdobramentos urbanos e sociais que este estudo pretende compreender. Nos Estados Unidos, por exemplo, o álbum *Master Of Puppets* (1986), da banda Metallica, foi selecionado em março de 2016 para integrar um grupo de 450 álbuns presentes no Registro Nacional de Gravações da livraria do Congresso norte-americano, passando a ser patrimônio nacional[6]. Já na Noruega, a mercantilização do gênero *black metal*, nos anos 1990, possibilitou ao país e ao mundo desenvolver outros subgêneros do metal, influenciando esteticamente até mesmo outras áreas culturais, como a própria moda, como cita Jonivan Martins de Sá (2013) no artigo "Discípulos do caos: do *black metal* como representação da estética pós-moderna".

[6] Veja: Álbum "Master of Puppets" torna-se patrimônio nacional dos Estados Unidos. Disponível em: <http://goo.gl/m8rWvK>. Acesso em: 6 set. 2016.

ISBN 978-85-8209-066-4

No Brasil, entretanto, o gênero metal não faz parte do que podemos chamar de indústria musical. Se analisarmos a música como manifestação artística ligada ao mercado, veremos o *rock* ou o próprio metal como gêneros ligados muito mais ao cenário *underground*. Considera-se *underground* aquilo que não está no *mainstream*, ou seja, na grande mídia ou nas grandes circulações artísticas em geral. A expressão *underground* em si é sinônimo de subterrâneo, subsolo ou submundo. O termo passou a ser utilizado na década de 1960, com os debates em torno da contracultura.

Em Joinville, um exemplo da movimentação *underground* na própria análise sobre o metal é a coletânea *Anos 80 – Rock Garagem Vol. 1*[7], lançada em 1984 pelo estúdio MUG. Essa coletânea em fita cassete reúne seis bandas de estilos diversos que tocavam na cidade na época.

Figura 1 – "Anos 80 – Rock Garagem Vol. 1". Produção: Estúdio MUG, 1984



Fonte: foto de Edson Luís de Souza

A prensagem inicial foi de 600 cópias e a produção inteiramente bancada pelo próprio estúdio. As bandas participantes foram Núcleo Sul, Consciência, Mantho, Displicência, Pupila e Necrópsia. O responsável pelo estúdio na época, Airton Mug dos Santos, afirmou em entrevista realizada pelo jornal *A Notícia*[8] que o trabalho de gravação durou duas semanas e essa era a chance para os grupos que já frequentavam o estúdio de mostrar seu trabalho. Essa foi uma das primeiras produções musicais que abordaram bandas de metal em Joinville, tendo a banda Necrópsia como uma das iniciantes nesse cenário. Tal exemplo é uma demonstração local de como produtores e músicos conseguem se apropriar do metal como manifestação artística em um ambiente independente, culturalmente à margem.

Nesse sentido, o mestre em sociologia e antropologia Leonardo Carbonieri Campoy (2010) traz para o debate em nível nacional uma importante contribuição com o livro *Trevas sobre a luz: o* underground *do* heavy metal *extremo no Brasil*, em que trata do gênero metal por meio das perspectivas da antropologia urbana. As relações nesse cenário tratadas pelo autor vão além das atividades técnicas em torno da música e apontam para uma nova dinâmica de relações e práticas no espaço urbano.

Um dos desafios relacionados ao tema é identificar as mais variadas utilizações desses espaços urbanos pelo público do gênero metal, inclusive de locais que já não existem mais, como o antigo Moinho São Paulo (bairro Bucarein) ou o Garage (bairro Itinga). As relações humanas nesses locais vão além da contemplação dos *shows*; elas geram também processos econômicos independentes, relações interpessoais e valores próprios de determinando período. Nessa perspectiva, o processo de vivência nesses lugares também resulta em memória. Para Pierre Nora, a memória é consequência de uma evolução permanente:

[7] Coletânea independente produzida pelo estúdio Mug. Disponível em: <http://joinroll.blogspot.com.br/2010/05/anos-80-rock-garagem-vol1.html>. Acesso em: 13 jan. 2017.
[8] Recorte do jornal publicado no *blog Joinroll*. Disponível em: <http://joinroll.blogspot.com.br/search?q=Necr%C3%B3psia+>. Acesso em: 13 jan. 2017.

ISBN 978-85-8209-066-4

> A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 9).

De acordo com Nora, a narrativa sobre esse lugar é produzida estrategicamente, dando origem a uma aura simbólica: "Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica" (NORA, 1993, p. 21). Sendo assim, na ausência da narrativa das ações produzidas por músicos, público e agentes culturais nesses espaços, abre-se um leque para que os significados sejam desenvolvidos de outras formas. Ou seja, mesmo os espaços onde o gênero metal criou relações sociais, quando não mais vivenciados, podem ser apagados no campo da memória ou podem deixar de existir para acomodar novas apropriações. Em outras palavras, para o autor, a interação entre história, tempo e mudança é o que dá vida para o lugar: "Os lugares só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações" (NORA, 1993, p. 22).

Tais lugares inicialmente fazem parte de uma ordem de ambientes distribuídos para as relações urbanas. Bares, praças ou parques são espaços estratégicos, como já citado anteriormente, estabelecidos por uma questão gerencial, por um poder público. Para Certeau (1994b), esses elementos estariam uns ao lado dos outros, e cada um tem um lugar "próprio" que indica estabilidade. Já o "espaço", em suma, seria o lugar praticado. O espaço é a animação desse lugar pelo conjunto de movimentos:

> O efeito produzido pelas operações que o orientam, circunstanciam, temporalizam... e levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. O espaço estaria para a palavra quando falada. Que depende das múltiplas convenções, não possui a estabilidade de um "próprio" (CERTEAU, 1994b, p. 202).

Portanto, é possível dizer que os ambientes predeterminados para o entretenimento na cidade são "lugares" que podem se transformar em vários espaços pelas práticas empregadas por diferentes manifestações artísticas, como o próprio gênero metal.

Em Joinville, o Garage Club foi um dos locais mais conhecidos pelo público que frequenta o cenário *underground*. Ele ficava na Rua dos Esportistas, no bairro Itinga, e, mesmo distante do centro urbano, foi palco de festivais nacionais e internacionais. A seguir, alguns cartazes que exemplificam a temática das apresentações no local, em que hoje funciona uma gráfica.

Figura 2 – Festival Splatter Night 12, divulgação. Outubro de 2008. Local: Garage Club, Itinga, Joinville



Fonte: disponível em: <metalextremo.com.br>. Acesso em: 6 mar. 2017

ISBN 978-85-8209-066-4

Figura 3 – Festival Splatter Night X, divulgação. Outubro de 2005. Local: Garage Club, Itinga, Joinville.



Fonte: disponível em: <metalextremo.com.br>. Acesso em: 6 mar. 2017

Dessa forma, um bar que inicialmente recebe apresentações musicais de viés comercial pode tornar-se um espaço praticado por esse nicho *underground*. Ou mesmo um lugar que já tem seu foco dedicado à contracultura também pode receber diversas outras práticas. Um exemplo disso são as bancas montadas para venda e comercialização de revistas, camisas, CDs, vinil e muitos outros itens produzidos e distribuídos exclusivamente no meio independente. A seguir, um registro em vídeo do festival Splatter Night 2007, também realizado no Garage, onde bandas e produtores independentes comercializam seus produtos.

Figura 4 – *Splatter Night 2007: banca de venda de vinil e revistas. Registro em vídeo*



Fonte: disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eqveNs8X9Fs>

Para o professor Jeder Janotti Júnior (2005), especializado em comunicação e cultura, essa experiência cultural em torno da música é também uma derivação:

ISBN 978-85-8209-066-4

> A *performance*, ou seja, o ato de tocar, cantar e interpretar uma canção, está conectada aos diversos cenários presentes de forma virtual nos gêneros musicais e materializados nas canções. A produção de sentido da música popular massiva não deriva somente de uma configuração imperativa da canção, mas também de um posicionamento sócio-cultural de produtores, músicos e ouvintes (JANOTTI JÚNIOR, 2005, p. 12).

De acordo com o autor, a participação desse público não se resume ao papel de plateia, ou de consumidor de videoclipes e música. Para ele, o processo de produção de sentidos e, consequentemente, de comunicação entre músicos, agentes e público pressupõe "regras formais e ritualizações partilhados por produtores, músicos e audiência" (JANOTTI JÚNIOR, 2005, p. 10), direcionando certas experiências frente aos diversos gêneros musicais massivos presentes na cultura contemporânea. Isto é, cada grupo possui um sistema próprio de interação com a música, e esses grupos, por sua vez, têm atores independentes que se relacionam de múltiplas formas com determinado gênero musical.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao estudar as relações de um campo musical local com a educação, a autora Jussamara Souza explica que entender a música como prática social significa compreender as práticas de sociabilidade em determinados públicos, podendo ser (no caso da pesquisa da autora) na comunidade, escola ou Igreja. Segundo Green (1987 *apud* SOUZA, 2015, p. 106),

> não existe objeto musical independentemente de sua constituição por um sujeito. Não existe, portanto, por um lado, o mundo das obras musicais (que não são entidades universais e se desenvolvem em condições particulares ligadas a uma dada ordem cultural), e por outro, indivíduos com disposições adquiridas ou condutas musicais influenciadas pelas normas da sociedade. A música é, portanto, um fato cultural inscrito em uma sociedade dada.

Com base na pesquisa de Souza (2015), podemos iniciar questionamentos em torno de uma produção musical que também depende dos atores que a reproduzem. Para Green (*apud* SOUZA, 2015), a música está ligada a outros aspectos da vida, aspectos que vão além da produção em si, gerando interdependência. Essa relação dá-se nos ambientes citados anteriormente, como escolas e igrejas, por isso Souza (2015) defende o ensino da música em ambientes de formação escolar. Talvez seja esse um indício que acomoda o gênero do metal no campo *underground*, uma vez que ele não faz parte do ensino da música popular no Brasil. Considerando as produções do gênero metal como um resultado dessa interação, as produções musicais dependem de tais espaços de interação; quanto mais amplo for a interação, maiores serão as chances de reprodução desses subgêneros musicais. Entretanto, mesmo que localizado à margem do mercado musical nacional, o metal, quando apropriado por esses atores repletos de referências próprias, também está condicionado a mudanças, adaptações e tantos outros processos da criação artística.

Como referência desse processo de produção, citamos a banda joinvilense Hexafônicos[9], que, apesar de utilizar vários conceitos musicais do metal, incorpora em suas músicas ritmos brasileiros como baião, frevo, maracatu, samba, entre outros. Ao assistir ao clipe da música *Maracathrash*[10], podemos ver e ouvir a apropriação nacional do metal com nitidez. Os vocais guturais, originários da temática grotesca citada no início deste artigo, são contrapostos pela melodia limpa do canto em português, que, por sua vez, é acompanhado por batidas comuns aos ouvidos brasileiros. Já no nome da música, que carrega referências ao maracatu e ao *thrash metal* (subgênero do metal), percebe-se a intencionalidade de expor a adaptação brasileira da música pesada. A produção do clipe *Maracathrash* tornou-se possível por intermédio do Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura (Simdec) de Joinville.

A banda foi selecionada pelo edital do sistema de mecenato de 2008, na categoria música, o que representou incentivo público de R$ 15.000 de acordo com as planilhas publicadas[11] pela gestão municipal da época. Em 2015, o setor da música liderou o índice projetos inscritos[12] para o Simdec. De acordo com os editais anteriores, o setor costuma ser campeão em inscrição de projetos. Os números apresentados pela Fundação Cultural de Joinville[13] refletem a ampla produção do setor.

[9] Banda joinvilense formada em 2006. Músicas disponíveis em: <https://www.facebook.com/Hexafonicos/?fref=ts>.
[10] Videoclipe disponível no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=Y-oGrAio7VY>.
[11] Fundação Cultural divulga lista de aprovados no Mecenato. *Portal Joinville*, 2008. Disponível em: <http://portaljoinville.com.br/noticias/2008/09/fundacao-cultural-divulga-lista-de-aprovados-no-mecenato?print=1>.
[12] Mais de 500 projetos inscritos no Simdec. *A Notícia*, 2015. Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/orelhada/tag/simdec/?topo=84,2,18,,,84>.
[13] Editais do Simdec disponíveis para consulta pública. Disponível em: <https://fundacaocultural.joinville.sc.gov.br/>.

ISBN 978-85-8209-066-4

Dessa forma, há ainda mais indícios que fazem desta preliminar pesquisa um importante trajeto para entender o metal como manifestação artística na cidade. Considerando o presente artigo, produzido para o III Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural, como um pontapé inicial para a dissertação do mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade 2016/2017, espera-se iluminar ainda mais esse nicho musical, que tende a continuar sendo objeto de muitas investigações.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rita de Cássia. **Música:** patrimônio imaterial do Brasil. 2011. Disponível em: <https://goo.gl/6Z6tfn>. Acesso em: 6 set. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>. Acesso em: 8 ago. 2016.

CERTEAU, Michel. Andando na cidade. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 23, 1994a.

_____. Os fantasmas da cidade. *In*: _____. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994b.

CAMPOY, Leonardo Carbonieri. **Trevas sobre a luz:** o *underground* do *heavy metal* extremo no Brasil. Rio de Janeiro: Alameda Casa Editorial, 2010.

HALL, Stuart. Que “negro” é este na cultura negra? *In*: SOVIK, Liv (Org.). **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Tradução de Adelaine La Guardia Resende *et al*. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

JANOTTI JÚNIOR, Jeder Silveira. Por uma abordagem mediática da canção popular massiva. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, Bahia, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, 1993.

SÁ, Jonivan Martins de. Discípulos do caos: do *black metal* como representação da estética pós-moderna. *In*: SIMPÓSIO DE ESTÉTICA E FILOSOFIA DA MÚSICA, 1., Porto Alegre, 2013. **Anais**... Porto Alegre: UFRGS, 2013.

SEKEFF, Maria de Lourdes. **Da música, seus usos e recursos**. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

SOUZA, Jussamara. **Música, educação e vida cotidiana:** apontamentos de uma sociografia musical. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/KNWXts>. Acesso em: 6 set. 2016.

III ENIPAC
Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

POÉTICAS CIBERCULTURAIS: PATRIMÔNIOS LÍQUIDOS

Philipe Macedo Pereira[1]
Taiza Mara Rauen Moraes[2]

Resumo: O presente artigo teve por objetivo refletir como obras poéticas postadas na internet, ou seja, produzidas e difundidas em meio eletrônico, podem constituir patrimônio cultural. Para tanto, o recorte foi efetuado na produção virtual do escritor Joca Reiners Terron. A leitura sustentou-se pela ideia de mobilidade e liquidez dos espaços contemporâneos proposta por Bauman (2001), Lévy (1999), Leite (2002), Neitzel (2005), Santaella (2003), Hayles (2009) e Almeida (2014).
Palavras-chave: patrimônio imaterial; internet; poéticas.

INTRODUÇÃO

Vivemos um período marcado pela liquidez. A vida adquire conotação fugaz e efêmera, as relações são fragmentadas, os vínculos são quebradiços, fáceis de se desfazer, as construções sociais estão "em estado avançado de desintegração" (BAUMAN, 2001, p. 10). A relação humana com as expressões artísticas também assume expressão de liquidez. Na pós-modernidade as obras são criadas a partir de seu próprio tempo e, findo esse período, perdem sua conotação original, de forma parcial ou total.

Percebe-se essa ação na internet, ao tomar como exemplo artístico o campo da literatura. Há na *web* uma proliferação de escritos, tanto de autores já conhecidos quanto de outros ainda iniciantes, e enquanto alguns escritores utilizam o espaço virtual para publicar trechos de obras impressas e desse modo reafirmar-se ou divulgar trabalhos a serem lançados, como um prelúdio de modo a testar possível aceitação ou não pelo público, têm-se aqueles que publicam em seus domínios digitais apenas conteúdo para aquele meio, considerando-se também os autores que apenas escrevem na internet e com ela estão familiarizados de tal maneira que se permitem criações de fins apenas àquele espaço. Assim, muito do que se escreve é apagado quando o autor não quer mais aquele texto em seu espaço, ou o escrito é simplesmente relegado ao esquecimento entre tantos outros *links*, além de situações outras, como a indisponibilização ou quebra das páginas.

Em meio a essa perspectiva de liquidez, surgem dúvidas quanto a uma possível patrimonialização de obras poéticas em meio digital, tais como: é possível patrimonializar? Como patrimonializar o virtual? Sem patrimonialização, como evitar que tais obras se percam na trama digital?

ANTES DAS TRAMAS, UM OBJETO

O ambiente virtual tal como é conhecido hoje se deu em seguida a vários aprimoramentos no primeiro aparelho a proporcionar tal conexão, o computador. Segundo Lévy (1999), os primeiros computadores eram calculadoras programáveis que poderiam também guardar programas e surgiram em 1945 na Inglaterra e nos Estados Unidos, sendo inicialmente utilizados por militares. A ideia inicial não era propor o uso interconectado, mas supria uma demanda de ordem técnica e tinha seu uso restrito, voltado apenas a questões estritamente governamentais. O uso civil aconteceu a partir dos anos 1960, porém ainda voltado apenas aos cálculos estatísticos ou ao gerenciamento de tarefas contábeis. Contudo na década de 1970, com a comercialização do microprocessador, houve difusão maior do uso do computador enquanto instrumento social de integração (LÉVY, 1999). Desse momento em diante, então, a socialização do computador enquanto ferramenta de uso individual permite conexões por meio da rede criada para esse meio, a internet.

[1] Aluno do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille).
[2] Professora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille.

ISBN 978-85-8209-066-4

Pelo seu uso social, o computador deixa de ser ou de ter um sistema fechado em si para fazer parte de uma rede imensa. Lévy (1999, p. 47) pontua: “O computador não é um centro mas um pedaço, um fragmento da trama, um componente incompleto da rede calculadora universal”. Ele não é mais tão somente um objeto de uso arquivístico ou que executa funções mecânicas, entretanto também conector.

Com suas adaptações e disseminação de uso, o computador tornou-se um instrumento que pode ser ferramenta de trabalho ao armazenar informações e fazer cálculos, assim como guardar memórias pessoais e de grupos. Esse objeto, aliado à criação da internet, permite também a conexão em rede e a comunicação.

Conforme Rowley (2002, p. 187), “a internet é um conjunto de redes de computadores, interligadas, ou seja, uma rede de redes”. A internet surgiu de uma experiência realizada em 1969 pelo governo dos Estados Unidos e era inicialmente referida como Arpanet. Nesse primeiro momento, sua utilização tinha vistas às facilidades nas transações econômicas e no deslocamento de dados: “No começo, a interconexão de redes, experimentais e de caráter comercial, recebeu a denominação DARPA internet, depois encurtada para internet” (ROWLEY, 2002, p. 188). O posterior acesso virtual por indivíduos de suas casas ou de qualquer lugar que se encontrem por intermédio de ferramentas digitais prospecta o virtual enquanto instrumento de comunicação mundial.

Hoje, projeta-se um mundo conectado em termos digitais, em que as interações são simultâneas independentemente do local de onde se está. Ainda que nem todos tenham acesso à *web*, seu uso disseminado no mundo inteiro, nas mais variadas esferas (trabalho, educação, artes), torna-a a tecnologia predominante de comunicação em nossa sociedade. Tem-se então mais oportunidade de exploração artística na *web*, que forma diversas tramas, ligações e conexões entre o que está nela posto.

VISITANDO TRAMAS

Poderíamos imaginar ou visar compreender a internet como uma cidade: alguns espaços são de uso público, podendo ser utilizados para diversos fins, enquanto outros são restritos e poucos possuem acesso a eles. Da mesma forma que existem as ruas, percebemos também as conexões entre os endereços virtuais e as tentativas de dar um sentido específico a determinado espaço. Sobre a ideia do urbano, Leite (2002, p. 120) pontua: “Transformações urbanas raramente resultam de um desenvolvimento imanente da cidade. Creio que o oposto também seja verdadeiro: nenhuma cidade excessivamente planejada e controlada segue invariavelmente o modelo que a gerou”.

Tal afirmação pode perfeitamente aplicar-se às tentativas de rotular o espaço virtual e direcioná-lo a um uso específico: a rede, por meio de seus usuários, simplesmente é modificada e readaptada da maneira que melhor convém no momento, de modo que não há como limitar seu espaço ou propor que esse local seja usado para um fim único. Redes sociais como Facebook, Twitter, Instagram e Blogger foram criados com fins de interação social, relacionamentos, divulgação rápida de informações, mas extrapolam suas funções primárias e são empregados de várias formas, inclusive com divulgação digital de obras literárias de autores. A disseminada utilização desses meios leva a indagações como a seguinte: existe um patrimônio digital virtual?

PATRIMÔNIO IMATERIAL?

O meio virtual promove a circulação da arte da palavra num espaço sem as fronteiras dos mercados editoriais, portanto possibilita “práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares” (IPHAN, 2014). Dessa forma, na internet estão disponíveis acervos produzidos para a *web*, bem como a reprodução de obras existentes no meio físico. Exemplo disso é o *site* http://wwwwwwwww.jodi.org/, o qual consiste em um coletivo de arte criado por Joan Heemskerk, holandês, e Dirk Paesmans, belga, ambos artistas voltados à *web*. Cada espaço do *site* é constituído de sequências numéricas, *links* que não levam a lugar nenhum, imagens cibernéticas dispostas idênticas repetidamente, convidando o usuário a de fato instigar-se a experienciar esse local virtual. Tal página virtual é apenas um exemplo de obras que são compostas especificamente para o virtual e não teriam sentido fora dele.

No entanto a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) publicou um decreto criado com base na constatação de que a perda de patrimônio em qualquer forma empobrece o patrimônio cultural das nações (UNESCO, 2003). A organização pondera que há risco de

ISBN 978-85-8209-066-4

perda do material disposto digitalmente em virtude da acelerada obsolescência dos computadores, além da falta de recursos e de responsabilidade. Tais problemas afetam a disposição desse patrimônio e a manutenção dele. Arquivos corrompidos, *sites* desativados e até mesmo inexperiência dos usuários são fatores que podem acarretar em perda do patrimônio cultural virtual.

Porém salienta-se que, quando da leitura do referido texto, não se observou nenhuma medida efetiva de proteção, apenas tentativas de ressaltar a importância da preservação dessas obras, por constituir patrimônios mundiais (UNESCO, 2003). Assim, o *ciber*, apesar de evidenciado em nossa cultura, ainda carece de delimitações e proteções quanto ao que abriga em seu meio.

UM LUGAR VIRTUAL PARA O LITERÁRIO

Folhas escritas, páginas viradas, livros espalhados. Por muito tempo, ao pensar em literatura ou poéticas, a forma de exposição do texto era algum suporte físico. Ultimamente, tal cenário tem sido reconfigurado. Inicialmente os textos eram escritos ou impressos, ou apenas transpostos na tela, mas há também agora os textos voltados especificamente ao virtual. Esses textos originários no virtual são, como afirma Hayles (2009), produções que integram a literatura eletrônica. Tal gênero constitui "um objeto digital de primeira geração criado pelo uso de um computador e (geralmente) lido em uma tela de computador" (HAYLES, 2009, p. 20). Dessa forma, no virtual, a literatura torna-se hibridizada por meio das novas condições de mídia, que extrapola o que vem do interior humano, e reflete ainda os gestos, o multissensorial.

O texto virtual diferencia-se do texto impresso pelo uso dos hipertextos, que permitem mais fluidez da leitura e enveredar-se por diferentes espaços virtuais, de modo que o ponto de partida do leitor *ciber* não tenha qualquer semelhança com as visitações posteriores. Conforme Lévy (1999, p. 40), "um hipertexto é uma matriz de dados potenciais, sendo que alguns deles vão se realizar sob o efeito da interação com um usuário. Nenhuma diferença se introduz entre um texto possível da combinatória e um texto real que será lido na tela", contudo a forma como esse hipertextual é disponibilizado afeta na produção de sentido, de modo que um texto adequado ao meio impresso dificilmente configurará uma experiência entre hipertextos: "Um texto linear clássico, mesmo digitalizado, não será lido como um verdadeiro hipertexto, nem como uma base de dados, nem como um sistema que engendra automaticamente textos em função das interações com as quais o leitor o alimenta" (LÉVY, 1999, p. 42). Para Wandelli (2005), o hipertexto provoca uma redefinição do livro ao incorporar tanto a linearidade quanto a não linearidade. De acordo com Neitzel (2005), o hipertexto permite a continuação do processo de escrita por meio de novos mecanismos como a produção simultânea e as intertextualidades expostas, configurando-se como um texto produzido por vários autores e com base em diversos pensares.

Ao pensar nos modelos de hipertexto, Almeida (2014) discorre sobre dois tipos: o primeiro é idealizado, permitindo liberdade na criação, em que práticas de leitura e escrita se fundem de modo que o texto presente nunca está terminado; e o segundo consiste em "um hipertexto acabado, pronto a ser comercializado, um modelo empobrecido pela demanda do comércio na rede" (ALMEIDA, 2014, p. 99). Enquanto aquele primeiro tipo permite uma construção livre do poético, não estritamente vinculada às regras de mercado e que permite a fluidez da criação, o segundo é limitado e pouco criativo ao seguir um padrão já posto (imposto?) e ostensivamente utilizado. Logo, a criação hipertextual é livre e, portanto, não limitada pelo mercado.

Pelo hipertexto é possível ao escritor atravessar o espaço limite da página e buscar outros pensares, ancorar-se não somente em sua escrita, desdobrando-se em outros espaços, em outros campos de escrita. A não linearidade implica uma obra que não apresenta um único sentido e capaz de desdobrar-se, perfazendo um jogo literário no qual o leitor também atua. Para Neitzel (2005, p. 109), "o hipertexto eletrônico é considerado um exemplo de obra em movimento", haja vista seu caráter não estático, que possibilita múltiplos olhares e interpretações. De acordo com Santos (2003), o hipertexto surge rapidamente, não havendo necessariamente começo, meio ou fim. Dessa forma, podemos entender tal tipo de texto não como uma produção caótica, mas como um texto desvinculado da obrigação de regras estruturais.

Porém a construção literária, ainda que no virtual, possui as estruturas fundamentais do texto impresso:

> A literatura em meio digital pode até divergir da impressa em se tratando de possibilidades disponíveis no trato com o texto (falamos aqui das ferramentas que possibilitam manipular o texto ou lê-lo), ainda assim, os elementos comuns que constroem uma ficção permanecem os mesmos (SANTA, 2011, p. 4).

ISBN 978-85-8209-066-4

Assim sendo, uma característica que diferencia o texto criado no virtual é o fato de que, ao trabalhar com rupturas de narrativas e transmissões por código, se mostram ali nossas experiências cotidianas com as tecnologias, nas quais as máquinas vez ou outra não atendem às especificações (HAYLES, 2009). Todavia, apesar de manter estruturas, a conceituação do texto em ambiente virtual modifica-se, como pontua Santaella (2003, p. 93): "Embora um elemento textual possa ainda ser isolado, sistemas baseados em computador são primordialmente interativos em vez de unidirecionais, abertos em vez de fixos". O pensar sobre o texto é modificado por permitir diferentes leituras, interpretações e até mesmo apropriações, interações do leitor com a obra, de forma que as intervenções de cada indivíduo permitam a este um apropriar-se particular.

O leitor virtual também participa do jogo de leitura de forma diferente; não está mais disposto a entrar nas propostas delimitadas do autor, ou o faz, porém conforme suas intenções. Se na leitura de um livro a liberdade do sujeito leitor é efetuada de acordo com a escolha do que será lido, mas ele será necessário sujeitar-se ao jogo promovido pelo autor (ALMEIDA, 2014), no digital o sujeito que lê é também livre para formular a leitura da maneira que melhor lhe convier.

Contudo o digital permite que o texto seja construído em meio a imagens, sons, não limitando-o apenas às palavras ou à linearidade. Cabe então ao escritor encontrar seu espaço de produção nesse meio, de maneira que ele seja também produtor de novos sentidos ao texto.

A POÉTICA VIRTUALIZADA

Joca Reiners Terron é escritor e editor e, além de possuir livros publicados de modo impresso, mantém virtualmente seu *blog*, https://jocareinersterron.wordpress.com/. Nesse espaço o autor se propõe a discutir sobre obras de outros autores, nacionais e estrangeiros, e também divulgar contos ou trechos de produções. Terron pretende com seu *blog* fazer uma simbiose entre crítica literária e produções poéticas. Os usuários podem opinar por meio de comentários públicos. Logo, não é apenas o autor quem detém o controle do *blog*; pode-se interagir e também fazer-se lido.

Como exemplo de análise, o conto "A solidão nas fotos do Instagram", postado em outubro de 2012, é dividido em oito partes. Cada parte é precedida de uma foto retirada do acervo pessoal do autor disponível na rede social Instagram, a qual permite a seus usuários postarem fotos sobre suas rotinas, gostos particulares, desejos, enfim, momentos da vida em geral. O título, ao inserir a rede social e estabelecer uma conexão com a solidão, alude ao período da pós-modernidade, em que a tônica da sociedade é a falta de laços sociais. A primeira parte do conto é formada por uma foto que contém uma torre de telefonia em meio aos prédios de São Paulo e, abaixo desta, o texto:

> Quantos homens e quantas mulheres devem estar conectados através dessa torre de telefonia neste momento? Milhões? O Facebook acabou com as linhas cruzadas. Ninguém mais atende a uma ligação, desliga e diz: "Era engano". Não é necessário fingir que se discou um número errado para falar com alguém. Não existem mais enganos. Eu estou aqui. Você, aí. Por que não me liga? (TERRON, 2012).

Nesse trecho, observa-se a alusão a temas contemporâneos como: a presença massiva da tecnologia nas vidas das pessoas, de forma que os indivíduos se sentem conectados, contudo traz também a ideia da solidão, do estar **à** espera de um contato que não vem, ainda que exista todo o aparato técnico em voga. Nesse sentido, a imagem funde-se ao texto, sendo não apenas um complemento a ele, mas um integrante desse jogo textual.

A proposta de estruturação textual imbricando escrita e imagem hibridiza o texto e ressignifica-o, de forma que fotos pessoais, que possuem valor específico ao autor, assumem novos sentidos ao serem disponibilizadas publicamente e serem vinculadas a um texto que se multiplica em outros, numa relação infinita.

CONSIDERAÇÕES

O meio virtual, com seus diversos caminhos, inaugura novas possibilidades para pensar os patrimônios culturais imateriais e as razões que envolvem a preservação, por conta do acesso livre e do caráter mutante das obras em permanente metamorfose. Formas mutantes que circulam em espaços com garantias

ISBN 978-85-8209-066-4

também mutáveis, pois correm risco de fechamento em virtude de falhas no sistema ou de ações terceiras, como ataques virtuais (ação de *hackers*). Ainda, atenta-se para o fato de que o próprio artista, caso não sinta mais interesse em divulgar a obra ou não a considere mais adequada à sua proposta criativa, pode com um simples clique apagar o que antes estava exposto, inviabilizando visualizações futuras.

Dessa maneira, faz-se importante discutir melhor o ciberespaço, seus usos, bem como sua manutenção. Analisar e rever conceitos acerca de direitos autorais é uma urgência numa sociedade que clama pelo livre acesso.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Leonardo Pinto de. **Escrita & autoria:** internet, literatura e ontologia. Curitiba: Juruá, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade l**íquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

HAYLES, N. Katherine. **Literatura eletrônica:** novos horizontes para o literário. Tradução Luciana Lhullier e Ricardo Moura Buchweitz. São Paulo: Global; Fundação Universidade de Passo Fundo, 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio imaterial**. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em: 18 set. 2016.

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, 2002.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual**. São Paulo: 34, 1999.

NEITZEL, Luiz Carlos. O texto atômico (impresso) e o texto binário (digital). *In*: NEITZEL, Adair de Aguiar; SANTOS, Alckmar Luiz dos (Orgs.). **Caminhos cruzados:** literatura e informática. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (Unesco). **Charter on the preservation of the digital heritage**. 2003. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em: 15 set. 2016.

ROWLEY, Jennifer. **A biblioteca eletrônica**. Brasília: Briquet de Lemos, 2002.

SANTA, Everton Vinicius de. A literatura em meio digital e a crítica literária. **Hipertextus**, 2011. Disponível em: <http://www.hipertextus.net/volume7/08-Hipertextus-Vol7-Everton-Vinicius-de-Santa.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2016.

SANTAELLA, Lúcia. **Culturas e artes do pós-humano:** da cultura das mídias à cibercultura. Coordenação de Valdir José de Castro. São Paulo: Paulus, 2003.

SANTOS, Alckmar Luiz dos. **Leituras de nós:** ciberespaço e literatura. São Paulo: Itáu Cultural, 2003.

TERRON, Joca Reiners. A solidão nas fotos do Instagram. **Sorte & Azar S/A**, 2012. Disponível em <https://jocareinersterron.wordpress.com/2012/10/15/1686/>. Acesso em: 15 set. 2016.

WANDELLI, Raquel. Passado rejuvenescido. *In*: NEITZEL, Adair de Aguiar; SANTOS, Alckmar Luiz dos (Orgs.). **Caminhos cruzados:** literatura e informática. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.

III ENIPAC

Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

SIMPÓSIO 3

A BIODIVERSIDADE NOS RELATOS SOBRE A FRANÇA ANTÁRTICA: O DOCUMENTO HISTÓRICO EM SALA DE AULA

Renato Raphael Miranda Fidêncio[1]

Resumo: O presente artigo teve como objetivo demonstrar a utilização de um documento histórico em sala de aula cuja característica principal é a apresentação da biodiversidade. Enveredou-se, portanto, pelas possibilidades de trabalhar o tema em sala de aula utilizando o capítulo X da obra *Viagem à Terra do Brasil*, de Jean de Lery (1578), intitulado "Animais, veação, lagartos, serpentes e outros animais monstruosos da América". A pesquisa resultou em uma atividade consistida nos alunos portando-se no lugar dos europeus no novo território e, pelo relato de Lery, eles desenhariam os animais descritos no capítulo, mostrando que tal é apenas um ponto de vista. Trabalhou-se, assim, com uma perspectiva interdisciplinar, abrangendo os vários campos da ciência história, como a história social e a história ambiental, mas também outras disciplinas como geografia, biologia, língua portuguesa e outras. Sabe-se que é fundamental trabalhar ensino e pesquisa, produzindo dessa forma conhecimento científico e prático de um tema que envolve a história, o patrimônio natural e a interdisciplinaridade.
Palavras-chave: França Antártica; ensino; documento; história.

INTRODUÇÃO

Ao ser realizada a construção dessa atividade prática, tinha-se por objetivo a utilização do capítulo X da obra *Viagem à Terra do Brasil*, de Jean de Lery (1578), um documento histórico, como possibilidade de uso em sala de aula, mostrando que tal é apenas um ponto de vista, nem sempre totalmente confiável e correto, mas sim uma fonte que ajuda a entender o imaginário, o choque cultural sobre essa terra e parte do cotidiano da França Antártica (1555-1560).

Para isso, fez-se uma pesquisa bibliográfica que incluiu inicialmente o livro de Jean de Lery (1961), além do capítulo "A França Antártica, o corso, a conquista e a 'peçonha luterana'", de Maria Fernanda Bicalho (2008), do livro *História*, de mesma autoria.

Foram também usados na investigação o livro *Repensando o ensino da história*, de Sônia Nikitiuk (2001), o artigo do *Caderno Cedes* "O desafio da ciência. Modelos científicos no ensino de História", de Paulo Knauss (2005), e o artigo escrito na *Revista Brasileira de História da Ciência* intitulado "História das ciências e educação científica em uma perspectiva discursiva: contribuições para a formação cidadã e reflexiva", de Alvim e Zanotello (2014), além do livro *Pedagogia da autonomia*, de Paulo Freire (1998), e do capítulo "Reflexões sobre o procedimento histórico", de Adalberto Marson, no livro *Repensando a história*, de Marco Silva (1984).

[1] Acadêmico do 3.º ano do curso de História da Universidade da Região de Joinville (Univille). Bolsista do subprojeto de História do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid)/Univille.

ISBN 978-85-8209-066-4

A FRANÇA ANTÁRTICA

Para entender a atividade, é necessária a compreensão do que foi a França Antártica e da sua participação na história do Brasil.

Desse modo, parte-se do que Bicalho (2008) relatou: o fato de o francês Nicolas Durand de Villegaignon fundar no ano de 1555 uma colônia em uma ilha da Baía da Guanabara que receberia seu nome.

Nessa colônia, conforme Bicalho (2008, p. 32) escreveu, viviam "cerca de 600 colonos, entre mercenários e aventureiros. Entre eles, encontrava-se um ministro católico, André Thevet".

Na ilha construíram um forte, de acordo com Bicalho (2008), que foi chamado de Coligny, mesmo nome de um almirante da marinha francesa estabelecido no local.

Tiveram dificuldades, muitas delas pela disciplina rígida de Villegaignon, que proibia o contato com as mulheres indígenas, gerando, como trouxe Bicalho (2008, p. 33), muita "deserção de homens para o continente, onde passavam a viver entre os nativos e à sua moda, enfraquecendo a capacidade de defesa do forte".

Em 1557, Villegaignon conseguiu uma nova leva de colonos, muitos deles protestantes, e entre eles se destacou Jean de Lery, como salientou Bicalho (2008) no artigo.

Na colônia, porém, os desentendimentos entre protestantes e católicos contribuíram para o colapso interno da ideia.

Eles chegaram a discutir, segundo relatou Bicalho (2008), sobre que forma celebrar a eucaristia, considerando o pão sagrado ou não.

Havia a questão de sobrevivência, relacionada à alimentação; os franceses tinham dificuldade processual maior em comparação aos portugueses. De acordo com Lery (1961), eles tinham enormes dificuldades em processar o açúcar, chegando a reconhecer a habilidade portuguesa nesse aspecto. No seu relato, o autor explica como os franceses faziam tal procedimento e as consequências:

> Deixávamos a cana cortada e a púnhamos de molho na água por algum tempo, o caldo azedava-se a ponto de nos servir de vinagre. Em certos lugares crescem canaranas e taquaras grossas como a perna de um homem, mas tal como a pacoveira têm o tronco tão mole que podem ser decepadas com um só golpe de espada (LERY, 1961, p. 140).

Nesse trecho, observa-se que eles extraíam um caldo muito espesso vindo da cana, sem contar com os avanços técnicos do período nem com a mão de obra com conhecimentos adequados para o processo. Tal situação reflete as dificuldades vividas por esses franceses em sua empreitada, tendo de comer alimentos obtidos e preparados de modo completamente diferente da forma como estavam acostumados na Europa, mostrando todo o impacto cultural vivido em tal momento, sendo necessária a troca com os índios, que, mesmo considerados selvagens, na visão de Villegaignon, foram essenciais à sobrevivência francesa durante aquela ocupação (BICALHO, 2008).

Paralelamente, os portugueses já tinham produção de açúcar desde antes do início da colonização no Brasil. Schwartz (1988) destaca as plantações nos Açores, na Ilha da Madeira e em Cabo Verde, onde eles começaram o cultivo e desenvolveram as técnicas para serem usadas em futuras colônias.

Após a criação das capitanias hereditárias, teve-se o desenvolvimento dos engenhos nessas capitanias, muitos a princípio pequenos e de trapiche, tendo prestígio e *status* elevado, além de direito consuetudinário, quem os construía. "Entre os primeiros senhores de engenho havia portugueses e estrangeiros que tinham acesso ao crédito europeu" (SCHWARTZ, 1988, p. 36).

Nesse momento, houve registros como o abrangido neste trabalho: o livro *Viagem* à *Terra do Brasil*, de Lery (1578). Tal obra é um produto publicado mais de duas décadas após as expedições feitas por Lery com os colonos pelas matas da região da atual Baía da Guanabara, onde se verificaram inúmeros elementos da fauna e da flora local, além do contato com os habitantes locais, o que será destacado mais adiante no artigo, genericamente chamados de tupinambás, como narrou Bicalho (2008).

Como dito, a colônia tinha muitos problemas internos, e ela afetava diretamente os interesses jesuítas na América Portuguesa, afinal os franceses concorriam, conforme relatou Bicalho (2008, p. 40), com os "jesuítas na disputa pelas almas dos gentios", colocando "em risco apenas as possessões portuguesas na América e suas especiarias, mas, principalmente, todo o empenho missionário católico".

Dessa forma, a Coroa portuguesa demonstrou interesse, por meio do governador-geral Mem de Sá, em retomar a ilha. Assim, iniciaram-se os preparativos para o ataque nos fins de 1559.

A essa altura, Bicalho (2008) afirma que Villegaignon havia ido embora e deixado seu sobrinho no seu lugar. Além disso, um protestante de dentro da colônia, Jean de Boles, tinha fugido e se aliado aos portugueses.

ISBN 978-85-8209-066-4

Diante disso, com uma colônia dividida internamente, relata Bicalho (2008, p. 40-41), no início de "março de 1560, os franceses começaram a ser atacados pelos navios portugueses. Em finais daquele mês, o forte, assim como outras construções da ilha, foram destruídos".

Todavia, alguns franceses escaparam e só foram derrotados de maneira definitiva, segundo escreveu Bicalho (2008), em março de 1565 por Estácio de Sá, que foi o marco fundador da cidade do Rio de Janeiro. Foram referidos no discurso da época esses fatos, conforme Bicalho (2008, p. 39), como "o tema da Reconquista e da guerra contra hereges/huguenotes e gentios, seus aliados" na visão lusitana.

A visão daqueles franceses pode muito bem ser encontrada na obra abordada neste artigo, a já citada *Viagem* à *Terra do Brasil*, de Jean de Lery.

A CONSTRUÇÃO TEÓRICA DA PROPOSTA: O DOCUMENTO EM SALA

Para o desenvolvimento da atividade, foi preciso entender o papel desempenhado pelo documento em sala e como o professor pode e deve utilizá-lo. A primeira reflexão feita baseou-se no capítulo "Reflexões sobre o procedimento histórico", de Adalberto Marson, no livro *Repensando a história*, de Marco Silva (1984).

Nele, Marson (1984) destacou o posicionamento crítico do professor e enfatizou que este é o elemento que continua o trabalho do historiador em sala.

Assim, entendemos o papel do professor como reflexivo. Para isso, analisamos o documento, como Alvim e Zanotello (2014, p. 354) relataram, "na historicidade do discurso científico", destacando "a historicidade do discurso e da prática científica, apresentando-os como objetos culturais de um dado tempo e localidade".

Segundo Nikitiuk (2001), o professor, em relação ao documento, tem de "compreender seus mecanismos, reconstituir seus processos", devendo ser explorado o imaginário do aluno, utilizando, de acordo com Knauss (2005, p. 290), "diferentes formas de pensar a história sem pudores, recorrendo ao que convém no processo de ensino e aprendizagem".

Tudo isso, porém, não pode deixar de ser feito criticamente, assim como escreveu Freire (1998) em seu livro *Pedagogia da autonomia*: a crítica é a única forma de se produzir um conhecimento científico capaz de formar um indivíduo autônomo.

Tendo essa fundamentação teórica, foi produzida uma atividade que permitiu a análise crítica do documento em sala, levando em conta as diferentes formas de analisar a historicidade deste por parte tanto dos alunos quanto dos professores.

A ATIVIDADE E SUAS POSSIBILIDADES

Com toda a construção teórica e a proposta colocada pela professora Roberta, desenvolveu-se a ideia de uma atividade prática que consistiu na participação dos alunos e na mediação de professor.

A atividade propôs que, com base em trechos da fauna e da flora relatados por Jean de Lery na obra já descrita anteriormente, os alunos tomassem esses relatos como fonte histórica e, fundamentados neles, desenhassem os animais detalhados naquele pedaço. Tal poderia ocorrer individualmente ou em dupla, e no desenho deveria conter a interpretação, o olhar do aluno diante daquela fonte que estava ali.

Com isso, assim como o texto já trouxe antes, o aluno, diante daquela fonte e do desenho construído, pôde analisar criticamente, com o professor, o fato de aquele desenho possuir aquela forma característica, refletindo a visão e o imaginário de mundo e sua vivência, tal como Jean de Lery e os franceses pensavam o ideal de sociedade e os costumes do momento histórico em que viviam, o que se observou claramente em cada trecho citado.

Após a entrega dos desenhos, cada aluno ou grupo foi até a frente da sala expor as razões do porquê desenhara assim e, com o professor, fazer a análise, destacando os elementos de sua cultura que estavam presentes naquela leitura.

Nesse momento, o professor revelava o animal verdadeiro da descrição, o que tornava ainda mais importante a análise, pois é essencial a compreensão daqueles elementos citados, tanto para os franceses quanto aos alunos, pois cada autor é um filho e reflete o seu tempo.

Logo, a maneira como o professor entende o ensino e o documento em sala de aula é fundamental para que a exploração do imaginário do aluno e a demonstração do discurso histórico-científico por parte do professor possam ocorrer plenamente durante as aulas.

ISBN 978-85-8209-066-4

Mas, além da possibilidade na área de história, existe a grande abrangência interdisciplinar que tal proposta pode tomar, por exemplo, nos campos da geografia e da biologia. Os relatos poderiam ser explorados no sentido da fauna, por exemplo, como ela era naquele momento e também como eram e funcionavam as sociedades indígenas que tiveram contatos com os franceses.

Indo mais além, o documento poderia ser usado em língua portuguesa, na questão de uma análise literária dos estilos e das formas de escrita usadas nos relatos; em artes, com a questão do desenho e da estética; entre outros.

Assim, percebe-se a gama de possibilidades que essa simples atividade pode trazer, muito além da história, produzindo e construindo por intermédio do ensino e da aliança teórico-prática conhecimento de professores e alunos acerca daquele período e de seu próprio momento.

CONCLUSÃO

A atividade e toda essa construção teórica e prática resgatam, por meio deste artigo, um momento crucial muito pouco trabalhado acadêmica e educacionalmente no ensino básico, levando tal período a ficar de fora das principais narrativas didáticas acerca da história do Brasil.

Com isso, é possível a maior compreensão da presença francesa na América Portuguesa do século XVI, destacando suas ações e seus imaginários em relação a essa terra e sua importância na consolidação portuguesa no que mais tarde seria a nação brasileira.

Pelo exposto, resgatou-se esse período e construiu-se conhecimento diante dele. Desse modo, com a educação, forma-se aquilo que Freire (1998) buscava em sua análise: um indivíduo crítico diante da sociedade em que vive e, de maneira especial, diante da França Antártica, um acontecimento decisivo na trajetória colonial brasileira.

Isso acarretou a expulsão dos franceses do litoral brasileiro, rompendo com essa tentativa e abrindo caminho para os processos históricos e, particularmente, o sentimento de identidade no tocante àquela terra, que, como dito, acabaria por se tornar a nação brasileira de que todos nós fazemos parte.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Márcia Helena; ZANOTELLO, Marcelo. História das ciências e educação científica em uma perspectiva discursiva: contribuições para a formação cidadã e reflexiva. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 349-359, jul./dez. 2014.

BICALHO, Maria Fernanda B. A França Antártica, o corso, a conquista e a “peçonha luterana”. **História**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 29-50, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

KNAUSS, Paulo. O desafio da ciência. Modelos científicos no ensino de História. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 25, n. 67, p. 279-295, set./dez. 2005.

LERY, Jean de. **Viagem a Terra do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

MARSON, Adalberto. Reflexões sobre o procedimento histórico. *In*: SILVA, Marco A. (Org.). **Repensando a história**. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, 1984.

NIKITIUK, Sônia L. **Repensando o ensino da história**. São Paulo: Cortez, 2001.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos:** engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

III ENIPAC
Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL 25 DE JULHO, FAMÍLIA RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Adhemar Tavares Vieira Filho[1]
Patrícia de Oliveira Areas[2]
Roberta Barros Meira[3]

Resumo: As políticas públicas desenvolvidas pela Fundação Municipal 25 de Julho, na localidade do Piraí, em Joinville, Santa Catarina, a relação com as famílias rurais na pequena atividade agropecuária e o patrimônio sociocultural na comunidade constam deste artigo. Explanaram-se o início e a continuidade da fundação, pela análise dos processos e das práticas quanto às políticas elaboradas para as famílias pelos especialistas em atividades rurais, como plantio, criação de animais etc. Entrevistas de pessoas na fundação e famílias rurais que se manifestaram sobre o tema estão na pesquisa. No artigo são descritos detalhes sobre a fundação, resultados nas famílias e reflexos em atividades agropecuárias e multiatividades. Descreveram-se fenômenos e práticas na relação com o patrimônio sociocultural e os resultados percebidos nas propriedades rurais da comunidade do Piraí.
Palavras-chave: fundação; família rural; política pública.

INTRODUÇÃO

Este artigo propôs-se a discutir como a Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho (FMDR25) desenvolve processos e projetos, no sentido de aperfeiçoar os conhecimentos em agropecuária praticada em pequena escala, estimulando o melhor uso da terra, o que auxilia na permanência de famílias na localidade rural. As questões-chave são o patrimônio cultural e social do Piraí e sua relação com as políticas públicas na localidade.

É possível perceber o entrelaçamento entre as atividades agropecuárias em pequenas propriedades rurais na localidade do Piraí e a FMDR25 no meio rural joinvilense. Nesse sentido, o presente trabalho teve como objetivo analisar de que forma se estabelece a relação entre a FMDR25 e as famílias rurais, a gestão do patrimônio e as políticas públicas, entre outros aspectos. Para tanto, foram feitos contatos com membros da FMDR25 e das famílias por meio de entrevista estruturada[4].—

Quanto à questão que envolve a melhoria da produção no espaço rural de que a família dispõe para desenvolver suas atividades, pelo conhecimento adquirido de seus ancestrais e aperfeiçoado com o apoio

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade de Região de Joinville (Univille).
[2] Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e professora da Univille, no Departamento de Direito e no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade.
[3] Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP) e professora da Univille, no Departamento de História e no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade.
[4] Foram feitos contatos com uma família de pequenos agropecuaristas e com o presidente da FMDR25 mediante entrevista estruturada, que foi gravada e transcrita posteriormente, com o objetivo de entender as técnicas, as práticas e o envolvimento social inerente às ações individuais e coletivas. Esse método de entrevista estruturada (MAY, 2004, p. 146) consiste em uma pergunta feita a cada pessoa de maneira parecida, de modo que as diferenças entre as respostas são consideradas reais e esclarecedoras, e não resultado da situação da entrevista. Nesse contexto, o papel do entrevistador é direcionar o respondente de acordo com a sequência de perguntas no esquema da entrevista, e, se for buscado algum esclarecimento, ocorre pouca variabilidade nas elaborações, para ter-se o mínimo de influência possível nas respostas. Procura-se deixar o menor espaço possível para desvios do previsto, procurando interpretar o menos possível os significados das respostas no momento da entrevista.

ISBN 978-85-8209-066-4

de políticas públicas, Abramovay (1998, p. 143-144) define a agropecuária familiar com base nos atributos: gestão, propriedade e trabalho familiar, sendo o trabalho proveniente de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Para Wanderley (2001, p. 38), a agropecuária familiar combina a propriedade dos meios de produção, produzindo para o consumo e comércio, com o trabalho no espaço familiar rural e a disponibilidade de recursos materiais e imateriais (saber fazer, por exemplo) adquiridos ao longo do processo de construção do patrimônio da família rural.

Pensando desse mesmo modo no tocante ao desenvolvimento das atividades na propriedade e na continuidade do patrimônio sociocultural, Tedesco (2001, p. 37) pontua os meios de produção, o trabalho na terra ou a realização do trabalho com o uso da mão de obra familiar organizada em torno da e para a família, ao definir conceitualmente a agricultura familiar. A atuação desse conjunto de elementos é baseada numa lógica tanto na produção da atividade agrícola como nos valores e na tradição que refletem no patrimônio. Logo, os membros da família operam de forma organizada, em torno de saberes e valores, capazes de assegurar ou não a produtividade e continuidade dos estabelecimentos, pela permanência ou ausência dos filhos no lugar dos pais.

A alternância das características citadas pelos autores Abromovay (1998), Wanderley (2001) e Tedesco (2001), além do fato da forma produtiva familiar, por intermédio das atividades elaboradas pelos membros na propriedade, tem como consequência resultados sociais e econômicos. A realização da multiatividade com o uso da mão de obra familiar disponível na família incrementa a rentabilidade na agropecuária em pequena escala e auxilia a continuidade do patrimônio.

O INÍCIO E A CONTINUIDADE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL 25 DE JULHO

Alguns idealistas pretendiam a melhoria e o desenvolvimento na pequena agropecuária familiar joinvilense, tais como os ex-presidentes da FMDR25 Rubens Altmann e Onévio Zabot, entre outros, por meio de entidade voltada à ruralidade, e que se estimulassem teoria e prática em atividades rurais, apoiadas pela administração pública municipal. Viram a oportunidade surgir unindo-se a algumas pessoas com liderança política local. A pretensão era criar uma fundação com o intuito de utilizá-la de forma a apoiar a família de agropecuarista estabelecida em pequena propriedade rural. Em função das carências no nível da atividade econômica, social e cultural na área rural, o prefeito, tendo aspiração eleitoral, aproveitou a oportunidade para implantar a fundação, que apoia a atividade agropecuária em pequena escala.

Em âmbito nacional e mesmo internacional, na década de 1980 se deu um movimento quanto à implantação de entidades públicas ou privadas, com o objetivo de ensinar técnicas e práticas para desenvolver as atividades agropecuárias em pequenas propriedades familiares. Ocorreu a implantação de propriedades públicas modelo, que pesquisaram melhorias em várias especializações da agropecuária. O saber científico aliou-se ao saber fazer tradicional, causando transformações que fomentaram a produção no campo. Criaram-se então escolas, fundações, institutos para estimular a pesquisa, o ensino e a prática agrícola (SHIOCHET, 1985).

Seguindo essa linha de desenvolvimento rural, no município o modelo de inspiração foi a criação da FMDR25. Para tanto, o estilo e a prática foram adotados no centro de treinamento, utilizando a forma semelhante de atuação da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de *Santa Catarina* (Acaresc), posteriormente sucedida pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), entidade pública estadual que atua no fomento da atividade rural. A prefeitura contratou o engenheiro agrônomo Paulo Steiner, da Acaresc, com o intuito de implantar e desenvolver atividades dessa entidade (VICENZI, 1996). Foi criada com a denominação de Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho, por meio da Lei municipal n.º 814, de 22 de julho de 1966, estando então à frente da prefeitura Nilson Wilson Bender, e em 1976 o nome do órgão foi alterado para Fundação Municipal 25 de Julho. Mais tarde, o município alterou o estatuto da FMDR25 por intermédio da Lei n.º 13.164, em 12 de setembro de 2006, sendo confirmadas as responsabilidades dessa entidade pública, pelo artigo 2.º.

As propostas da FMDR25 previstas em lei do município abrangem várias atividades, que são desenvolvidas por política pública municipal. Os avanços e recuos estão relacionados com a disponibilidade de recursos humanos e materiais liberados mediante previsão orçamentária, assim como o apoio de outras instituições municipais e estaduais que trabalham com a população rural na localidade.

A assistência técnica agrária, por meio de treinamento em práticas racionais, impacta diretamente na multiatividade, tanto os trabalhos de extensão rural visando ao aperfeiçoamento de técnicas e processos como a pesquisa e experimentação agropecuária, que objetivam atender à pequena agroindústria, a diversas culturas, ao ecoturismo rural – principalmente a educação de crianças e jovens oriundos da área rural.

ISBN 978-85-8209-066-4

Na entidade municipal são realizadas pesquisas quanto às culturas utilizadas em plantios, criação de peixes e animais para comercialização e consumo próprio. Quando ocorre alteração na legislação ao nível federal, são exigidas adaptações às condições dos agropecuaristas nas propriedades familiares, com o apoio da FMDR25. A busca do equilíbrio no meio ambiente consonante com a legislação em vigor requer orientação e treinamento específico, em relação à preservação da fauna e da flora existentes na localidade. O maior enfoque dado às questões ambientais busca minimizar a forma predatória como foi explorada a área rural em Joinville. A redução da área com floresta no estado é elevada, conforme relato:

> Com uma extensão territorial de 95.985 km², dos quais 85%, ou 81.587 km², estavam originalmente cobertos pela Mata Atlântica, Santa Catarina situa-se hoje como o terceiro estado brasileiro com maior área de remanescentes da mata atlântica, resguardando cerca de 1.662.000 hectares (16.620 km²), ou 17,46% da área original. Registra-se que a área do estado corresponde tão somente a 1,12% do território brasileiro. Esses dados bem ilustram a crítica situação da mata atlântica. A floresta pluvial da encosta atlântica, também conhecida como floresta ombrófila densa, juntamente com seus ecossistemas associados, manguezais e restingas, cobria 31.611 km² ou 32,9% do território catarinense (CAMPANILI; PROCHNOW, 2006, p. 3).

Quanto ao início e à continuidade da entidade municipal, ela foi criada como centro de treinamento, cuja instalação corresponde a uma empresa rural modelo. Para tanto, recebeu da prefeitura área de 300.000 m² e edificações onde funcionava um posto agropecuário e se encontrava instalado o centro de treinamento agrícola (Cetra), localizado no distrito de Pirabeiraba. Nessa área foram construídas unidades didáticas demonstrativas que serviram de modelo para os produtores rurais do município. Utilizando o *slogan* "ver o bem feito para posterior imitar", a FMDR25 procurava conscientizar os agropecuaristas a desenvolver em suas propriedades, sob a orientação de técnicos, agrônomos e veterinários, de forma mais racional a produção.

Na década de 1970, ocorreu a consolidação da entidade como empreendimento social, com o auxílio do governo alemão, que colocou à disposição do município três voluntários, um técnico em agricultura, uma assistente social e uma enfermeira. Houve o consenso para os voluntários se instalarem em três localidades rurais: Estrada da Ilha, Rio Bonito e Vila Nova (Piraí). Na entrevista com o pequeno agropecuarista Schroeder (2015), é explicado como se iniciaram os contatos com os produtores rurais na FMDR25:

> *A.: Não é fácil... O agricultor, muitas vezes ele também não tem tempo para estar correndo atrás das coisas.*
> *A.T.V.F: E ele, às vezes, fica meio tímido, não é acostumado a conversar com o pessoal?*
> *A.:* É*, bastante... Na 25 de Julho, eu me lembro, têm pessoas lá dentro, o Jakson e o Riveli-no, quando eles começaram a carreira aqui, era quando nós começamos a trabalhar com o frango orgânico.*
> *A.T.V.F: Sim, lembro daquela época.*
> *A.: Ninguém tinha coragem de convidar eles... "Ah, mas são dois 'gurizões', não vão saber nada". Não, eu vou convidar eles, e convidei. Fui o primeiro agricultor que convidou eles para vir dar uma assistência, né. E lá nós vamos trocando as ideias, e vamos..., porque a fundação foi fundada em 60 e....*
> *A.: 68, 69.*
> *A.T.V.F: É. Ali que tudo começou então?*
> *A.: É. E os caras realmente, se tu der um desafio para eles, eles vão atrás e conseguem trazer a informação para nós.*

Para que se possa ter percepção quanto à interação entre os agropecuaristas e os agrônomos que desenvolvem política pública com as famílias rurais, é interessante a reflexão sobre os saberes dos grupos envolvidos nessa relação. Ocorre muitas vezes o embate do pequeno agropecuarista herdeiro de um saber tradicional passado de geração em geração com o saber científico dos agrônomos.

São frequentes os desencontros entre esses grupos na localidade estudada, no que trata da utilização da natureza acerca da técnica e do saber tradicional. No grupo dos agrônomos há mais ênfase sobre as questões de produtividade e rentabilidade, enquanto no grupo dos agropecuaristas familiares prevalece a questão socioeconômica. As divergências entre saber científico e saber tradicional expõem a fragilidade na formulação de algumas políticas públicas impostas de cima para baixo, uma vez que não se consideram o

ISBN 978-85-8209-066-4

uso racional dos recursos disponíveis nas propriedades familiares nem práticas proativas de conservação ambiental.

O distanciamento entre o rural e o urbano, antes de haver infraestrutura como rodovias acessíveis, eletricidade, escolas, telefone, televisão, anterior aos anos 1970, dificultava as pessoas da área rural a ir ao centro do município e manter contato com as pessoas, bancos, agentes de saúde, ou questões para assistência aos animais, entre outras necessidades das famílias rurais. A FMDR25 auxiliou os pequenos agropecuaristas quanto aos encaminhamentos que eram necessários para melhorias de processos e projetos rurais.

Nas comunidades rurais, ocorrem reuniões com agenda sobre economia doméstica, noções de saúde e higiene. No início, com os voluntários estrangeiros, esses momentos eram aproveitados para estimular os filhos dos agropecuaristas a frequentar a FMDR25, por meio de cursos intensivos ministrados na instituição. Como exemplo, é possível citar que foi construída uma pocilga (criação de porcos) no centro de treinamento com todos os detalhes técnicos de instalação para que o agropecuarista que se dirigisse à FMDR25 em reunião ou treinamento pudesse se conscientizar e implantar uma instalação semelhante em sua propriedade.

Conforme afirmou o ex-presidente da FMDR25 Onévio Zabot em entrevista[5], a entidade foi

> um projeto gigantesco, projetado sem o devido cuidado quanto aos recursos financeiros e humanos, que se necessitaria para torná-lo realidade. Foi projetada como uma empresa, com todos os departamentos, com objetivos e prioridades definidas, com uma estrutura interna exemplar. Porém, sem recursos humanos e financeiros disponíveis e o pior, sem tomar em conta a realidade rural em que vive o pequeno agropecuarista joinvilense. Apesar de todas as justificativas apresentadas, não deixou de ser mais uma criação vinda de cima, com o intuito populista (*in* SHIOCHET, 1985).

Essa manifestação do ex-presidente esclareceu a relação que persiste na entidade. Os recursos são limitados, impossibilitando a assistência a todas as famílias de pequenos agropecuaristas no município. Dessa forma, um número limitado de pessoas é atendido pela FMDR25 quanto a treinamento e extensão rural.

No que se refere aos conhecimentos dos especialistas da entidade municipal como detentores do saber agrícola e responsáveis pelo repasse de novas técnicas, há conflitos quanto ao saber fazer tradicional e a difusão desses conhecimentos, com base no incremento da produtividade nas propriedades, conforme citado anteriormente. O resultado é a dificuldade de alguns pequenos agropecuaristas em assimilar novas técnicas e aplicá-las adequadamente. Todavia, várias famílias conseguem se apropriar das novas técnicas e processos, melhorando consideravelmente o rendimento nas atividades, refletindo na continuidade e no incremento da renda familiar.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS FAMÍLIAS RURAIS PELA FUNDAÇÃO 25 DE JULHO

A FMDR25 desenvolve fomento agropecuário como a distribuição de sementes, mudas, alevinos, filhotes, entre outros; auxilia o homem do campo na obtenção do crédito rural, de serviços veterinários, de apoio na promoção e organização de festas rurais e eventos relevantes às famílias rurais; desenvolve programas educacionais em saúde e economia doméstica; colabora com a pesquisa e trabalhos ligados à biologia, zoologia, zootecnia, bem como bromatologia ou estudo de alimento animal; implanta programas de conscientização da preservação da fauna e do meio ambiente, pela gestão da exploração de espécies, aves e animais silvestres, seus produtos e derivados; e atua na área rural em conjunto com outras entidades municipais e estaduais. É a instituição municipal que mais tem tido contato com o homem do campo mediante a assistência e atividade de extensão rural (SCHIOCHET, 1985).

Os processos, as práticas e as atividades elaborados pela FMDR25 para implantação das políticas públicas foram abordados por Schiochet (2016), no qual é ressaltada a atividade de pesquisa agropecuária, conciliando técnicas e práticas tradicionais com o saber científico nos processos desenvolvidos pelas famílias rurais. A produtividade foi estimulada para que houvesse mais oportunidade da melhoria de rentabilidade, evitando a migração urbana ou o desestímulo, para que os jovens tivessem a oportunidade de utilizar seu potencial nas práticas rurais:

[5] Entrevista com o ex-presidente da FMDR25 Onésio Zabot a Valmor Schiochet (1985), na entidade pública.

ISBN 978-85-8209-066-4

> *V.S.: Então as pessoas, quando elas têm o conhecimento, elas vão e fazem, vão se encaminhando, ela não fica dependente,* né, ela vai alimentando conhecimento, ela vai construindo e vai em frente. Então, nós temos um exemplo bem típico daqui, de pessoas que buscaram o conhecimento, agricultores nas suas atividades do dia *a dia e aplicaram aquele conhecimento nas propriedades e hoje tem uma questão até bem interessante, a própria liberdade deles né, porque eles com o conhecimento, eles buscaram também a liberdade nas atividades, eles... E cada vez eles buscam mais, quanto mais eles buscam conhecimento, mais isso é mérito do conhecimento...* [SCHIOCHET, 2016].

O ponto inicial da FMDR25 foi o Cetra, com a implantação de unidades didáticas modelo, baseadas em diversas atividades elaboradas para as famílias rurais, conforme descrito anteriormente. Por meio de orientação técnica, aplicada mediante treinamentos compactos ministrados no Cetra, o produtor racionaliza e/ou revê seu saber, adotando melhorias em suas propriedades familiares: “Cada setor de expressão da economia do agricultor ou da dona de casa tem um pequeno projeto onde será demonstrada a técnica mais recomendada”[6] (*in* SHIOCHET, 1985).

A entidade municipal desenvolve atividades voltadas ao aperfeiçoamento de técnicas, como enfatizou o ex-presidente Bender, que permite avanços na produtividade, de acordo com as possibilidades do pequeno agropecuarista, as restrições da propriedade e os saberes dos membros da família. O aperfeiçoamento do conhecimento permite a abertura de novas oportunidades quanto a plantio, aplicação de fertilizantes, defensivos e melhorias na colheita. Outro ponto em que acarreta mudanças é a comercialização de produtos, possibilitando ganhos antes desconhecidos às famílias rurais. Em algumas famílias, com os novos conhecimentos quanto ao orçamento doméstico, ocorre a reorganização das finanças, refletindo em aproveitamento dos limitados recursos disponíveis.

Uma das maiores dificuldades da entidade é no que se refere à extensão rural direcionada às famílias. No Cetra, os produtores recebem orientação, todavia na prática os recursos humanos são limitados para a efetiva orientação nas propriedades. O distanciamento entre os processos didáticos e a efetiva aplicação frustram alguns objetivos primordiais a serem alcançados pelo órgão municipal acerca do apoio oferecido à família rural.

Por exemplo, a produção do leite praticada em algumas propriedades requer mão de obra, que está se tornando escassa na localidade. Em muitas famílias os filhos optam por migrar para a cidade, causando dificuldades por conta da falta de pessoas para manter essa atividade agrária. Algumas exigências quanto à tecnologia empregada na retirada do leite, cuidados sanitários com os animais e instalação adequada impõem condições que dificultam a continuidade dessa atividade, além da limitação do retorno financeiro.

A cultura do arroz irrigado é uma atividade bastante difundida no Piraí. O emprego de tecnologia mais avançada, com equipamentos adaptados para a cultura, acaba substituindo a carência dos filhos, que se deslocam para a área urbana. As maiores dificuldades são quanto aos custos dos defensivos e fertilizantes fornecidos pelas empresas multinacionais, que controlam os preços com base em moeda estrangeira, principalmente o dólar. Os custos do combustível utilizado nos equipamentos também dificultam a rentabilidade obtida pelas famílias. Com a técnica empregada na cultura do arroz e as sementes selecionadas, a rentabilidade nas lavouras torna-se razoável, porém o custo da produção é elevado, havendo prejuízo na rentabilidade. Assim, as famílias buscam na multiatividade a compensação da renda familiar, para possibilitar o atendimento de suas necessidades básicas.

Uma forma encontrada para aumentar a renda familiar é a criação de peixes. A piscicultura passou a ser praticada de maneira mais intensiva, por conta da carência de mão de obra, do custo elevado na produção e da pouca rentabilidade na comercialização de algumas culturas, sobretudo o arroz e o leite. A dinâmica de novos processos permite alcançar rentabilidade que possibilite atender às necessidades familiares, sendo o emprego de políticas públicas instrumento para a continuidade das práticas familiares e manutenção do patrimônio.

A região norte catarinense tem propensão maior para a atividade industrial, percebida desde o início da colonização europeia. O município de Joinville, por apresentar uma das maiores industrializações do estado e do Sul do país, teve seu foco econômico direcionado para a atividade urbana, com destaque à indústria. Isso dificultou sobremaneira que órgãos municipais, estaduais e federais pudessem direcionar recursos à família, que desenvolvia atividade na agropecuária em pequena escala, ocorrendo até mesmo a minimização de atenção ao homem do campo. Como a sociedade joinvilense estava mais estruturada para atender à questão urbana através da história, viu-se descaso quanto à questão rural. Com a atuação

[6] Entrevista de Nilson W. Bender, prefeito, a Valmor Schiochet em 1985, quando a FMDR25 foi fundada.

ISBN 978-85-8209-066-4

precária dos órgãos públicos em detrimento a famílias a nível local, assim como historicamente se observou uma frágil política agrícola estadual e federal ao longo dos últimos 30 anos, as dificuldades enfrentadas pelo homem do campo fizeram com que o interesse pela atividade agropecuária em pequena escala e por conseguinte a obtenção de renda familiar permanecessem aquém da expectativa. Paralelamente a essa questão, a atratividade urbana quanto à assistência social pública e à oferecida pela indústria contribuiu de forma marcante com o êxodo rural da família agropecuarista (SCHIOCHET, 1985).

As famílias rurais, que exerciam atividade em pequena escala na agropecuária, sentiram o deslocamento dos moradores da região rural para a área urbana do município. Por isso, com a cultura urbana em formação, houve dificuldades na ruralidade joinvilense.

A continuidade do patrimônio sociocultural foi prejudicada, e a administração pública teve ação restrita no que concerne à situação do campo. A falta de escolas que ensinassem a atividade agropecuária, por exemplo, bem como o pouco apoio às famílias que ficaram no campo, por parte da administração municipal, também colaborou para dificultar a situação das famílias rurais.

Outro aspecto negativo também notado foi o pouco interesse de algumas pessoas que estavam à frente desse órgão municipal, prejudicando o avanço na questão da ruralidade. Constatou-se esse problema em depoimento do ex-presidente Onésio Zabot ao pesquisador Schiochet em 1985: “Os que antes estavam no comando da FMDR25J não apostaram na importância agrícola de Joinville, eram homens com os olhos voltados para a cidade”.

Foram criados alguns departamentos especializados com atribuição definida em critério técnico-administrativo. Tais departamentos planejaram programas e projetos desenvolvidos por meio de seu corpo funcional. Após algum tempo de atividade, notaram-se dificuldade e dispersão, em razão da carência de recursos humanos. Várias atividades contrapuseram-se sob a responsabilidade do mesmo técnico, por conta da falta de delimitação e clareza das atividades em determinados setores (SCHIOCHET, 1985).

Outra forma de incrementar melhorias na produtividade das famílias rurais é a escolha de unidades familiares que desenvolvem atividades na busca de melhores resultados das práticas e dos processos agropecuários. A FMDR25 procura conduzir a essas propriedades modelo agropecuaristas que não conhecem essas formas de desenvolver suas práticas de modo mais produtivo, estimulando e procurando agregar mais conhecimento a essas pessoas e, consequentemente, mais rentabilidade.

Na agricultura houve treinamento em olericultura (alface, feijão, couve, beterraba, entre outros), juntamente com a Acaresc, que é o órgão estadual responsável pela assistência técnica ao produtor rural. O órgão também realiza distribuição de sementes e mudas de oleráceos e plantas silvestres. Por esse departamento é realizada coleta de material para análise de solo, de fitologia e entopatologia, cujos exames laboratoriais aconteciam em Florianópolis, pois a FMDR25 não possuía esses laboratórios em Joinville. Ele faz também análise de alguns materiais e assistência técnica com a finalidade de correção do solo. Com o intuito de elevar os níveis de produção das atividades agropecuárias, o que o homem do campo tinha dificuldade em compreender e utilizar, procurou-se introduzir métodos e processos pioneiros no município. Por meio da distribuição de sementes e mudas melhoradas, ocorreu nova qualidade desses produtos repassados às famílias rurais, e ainda foram efetivadas a criação e distribuição de animais, cuja melhoria da raça proporcionou melhor qualidade leiteira, assim como a procriação e técnica de tração de equino (SCHIOCHET, 1985).

O crédito rural, de vital importância às famílias rurais, pois o homem do campo tem dificuldade de se relacionar com membros de entidades financeiras, é mantido por convênio com instituições bancárias, principalmente o Banco do Brasil, que facilita ao produtor a obtenção de crédito rural. Este é disponibilizado pelo governo federal pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1996 e que tem nas áreas de atuação financiamento de custeio e investimento agrícola, fornecimento de infraestrutura rural, negociação e articulação de políticas públicas e formação de técnicos extensionistas e agropecuaristas em pequena escala. A redução das taxas ocorreu em 1999, 2003 e 2008, com a incorporação de outros programas a nível federal.

As políticas públicas têm ação não só econômica, mas também social e ambiental, sendo um elo importante no desenvolvimento rural, como frisado nas entrevistas com os agropecuaristas e técnicos da FMDR25.

Os agropecuaristas em pequena escala da localidade investem prioritariamente em aquisições de equipamentos agrários (tratores, máquinas e implementos), construção de galpões e implantação de culturas (criação de peixe, plantio de arroz e aipim, entre outros), conforme informações dos técnicos da entidade municipal, contudo os investimentos sempre passam por uma visão produtivista da agropecuária em pequena escala e pelo desenvolvimento rural, já que visam sobremaneira ao aumento da produtividade e do nível tecnológico das unidades familiares, como estudos já haviam demonstrado (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013, p. 59).

ISBN 978-85-8209-066-4

As famílias de pequenos agropecuaristas atuam de forma isolada, nas atividades tradicionais que lhes agregam práticas e saberes. Mediante as políticas públicas municipais, a entidade procura estimular interações que permitem divulgar a outras famílias esses conhecimentos e formas de atuação em conjunto. Como exemplo dessas entidades, é citada na entrevista a seguir a Associação Joinvilense de Agroindústrias Artesanais Rurais (Ajaar), que em parceria com a FMDR25 por meio das atividades de panificação, agroindústria, criação de peixes, artesanato, feiras etc. com as famílias rurais, buscando o entendimento do pequeno agropecuarista quanto à participação cidadã, transmite saberes aos vizinhos e às demais pessoas do campo interessadas em novos conhecimentos sobre processos e técnicas que venham a alavancar a rentabilidade das famílias.

Nessa interação rural é estimulada a criação de associações e cooperativas pelas políticas públicas. O coletivo torna-se ação na soma dos elementos tradicionais, mas com a dinâmica empreendedora das famílias surgem espaços na multiatividade, conciliando novos saberes e o tradicional, alavancando o produtor rural quanto à produção e comercialização dos produtos de origem familiar.

No que se refere às atividades direcionadas a crianças e jovens, a FMDR25 realiza ações nas escolas municipais e estaduais na área rural, a nível de primeiro grau, desenvolvendo consciência no tocante às questões rurais, o que melhora processos e técnicas, propiciando dessa maneira estímulo, que aumenta a renda média e consequentemente diminui a migração urbana. O público-alvo são alunos de 3.ª e 4.ª séries ou acima de 9 anos. Os professores e as merendeiras são capacitados, por intermédio de cursos compactos, desde o ano de 1969. O objetivo principal é a criação de polos de desenvolvimento das comunidades, pelas 12 escolas[7], quanto à capacitação de práticas no cultivo de hortaliças nas próprias escolas. As escolas inseridas na área rural como centros de estímulo e desenvolvimento dos jovens da ruralidade são uma alternativa relevante para a formação de uma mentalidade voltada às questões do dia a dia das famílias do campo.

O objetivo não é somente desempenhar atividades com o intuito único de elevar a produtividade, mas buscar exercer ações de cunho social para melhorar as alternativas disponíveis às famílias. Estimular práticas de atividade familiar no próprio ambiente rural, além de trazer mais opções em processos e práticas culturais, procura manter as pessoas no meio rural sem que se tenha a necessidade de recorrer ao ambiente urbano. Foi constatado que o estímulo para a atividade doméstica propicia economia, além de atender à necessidade recorrente da família rural. Como exemplo de prática das ações apoiadas pela entidade pública municipal, Silva (2012, p. 2) descreve a execução de programas voltados à mulher, ligados à culinária e ao artesanato, que resgataram saberes tradicionais, possibilitando agregação de renda às famílias:

> É na região rural da cidade que, de maneira mais nítida, podem-se verificar as receitas "típicas" vinculadas a discursos que valorizam as origens étnicas das/dos moradoras/es da cidade.
> É também na região rural da cidade que atuam diferentes profissionais de extensão rural da Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho. Esta fundação tem diversos programas, entre eles o de Turismo Rural e os Grupos de Desenvolvimento da Mulher Rural (GDMR). No ano de 2008, eram 22 grupos, com quase 500 mulheres, divididos em várias estradas da região rural da cidade, notadamente no bairro Vila Nova e no distrito de Pirabeiraba.
> Já em 2010, 18 grupos continuaram a se organizar com o apoio da Fundação 25 de Julho, que orienta diferentes atividades, em especial as ligadas ao artesanato e à culinária, visando à melhoria de vida da população local relacionada a ações de geração de emprego e renda.

O projeto desenvolvido quanto à campanha de combate ao simulídeo (borrachudo), após alguns percalços, logrou êxito. A responsabilidade pelo programa coube ao departamento de habitação/saúde e assistência social, tendo alcançado resultado no controle desse inseto, com a aplicação de inseticida apropriado nos rios e córregos na área rural do município, além de outras ações aplicadas pelo órgão municipal. O simulídeo é um inseto pequeno e a fêmea é hematófaga, alimentando-se de sangue. Em função das condições hidrográficas da região, perto da encosta montanhosa há rios e córregos com corredeiras, e com o intenso desmatamento e a elevada aplicação de agrotóxico, aliados à falta de campanha de conscientização por entidade municipal, propiciou-se condição ideal para a procriação excessiva e danosa do inseto. Comunidades rurais do município tiveram muitas dificuldades em manter as famílias, tendo até mesmo ocorrido êxodo rural por conta da presença do pequeno inseto (SHIOCHET, 1985).

7 Relatório anual FMDR25J de 1969.

ISBN 978-85-8209-066-4

Posteriormente foi desenvolvido um programa para preservação da fauna e da flora, com os propósitos de reflorestamento das bacias hidrográficas e repovoamento das espécies nativas de peixes em rios e córregos da região rural do município. Outros órgãos municipais e estaduais tiveram participação nesse projeto, como a Secretaria de Agricultura e Abastecimento e a Secretaria de Meio Ambiente do estado, em conjunto com a Secretaria do Meio Ambiente de Joinville. Houve continuidade no controle biológico dos insetos (borrachudos), bem como a aplicação de inseticida, a conscientização da população rural, entre outras atividades para controle do simulídeo (SHIOCHET, 1985).

A prática da multiatividade é uma ação ocupacional corriqueira que se reflete nos fatores econômico, cultural e social. São mecanismos utilizados pelos núcleos familiares como fenômeno socioeconômico e como maneira alternativa para a continuidade das famílias, em que prevalece a fonte alternativa de renda no espaço rural. Essa lógica do desenvolvimento da multiatividade foi comentada na entrevista de Schroeder (2015), ao citar as diferentes fontes de renda familiar:

> A.: E aí é como se diz, como a gente trabalha no turismo, isso faz parte também. Como é que eu vou dizer? Agregação de valores. Por exemplo, às vezes pode dar uma falha na agricultura, muita chuva ou algo parecido, e aí a gente perde. Então temos isso para complementar.
> A. T. V. F: E 50% seria turismo?
> A.: Sim! Não, não! Menos...
> A. T. V. F: Menos?
> A.: Menos de 50%, porque tem minha aposentadoria também.
> A. T. V. F: És aposentado?
> A.: Então, bota lá 25% ou talvez bota lá 60, 60% na agricultura.

Esse conjunto de elementos com base na lógica sociocultural rural, bem como nos valores e na tradição do saber fazer, compõe o patrimônio social e cultural, com o respectivo apoio da FMDR25, fundamentada nas políticas públicas.

A piscicultura é estimulada, pois, com menos investimento, o produtor consegue expressivo resultado na micropropriedade típica da região, além de existir condição natural ideal para implantação de açudes. Ademais, necessita de menos mão de obra, utilização para atividade diferenciada da cultura tradicional, sendo produto de comercialização que agrega rentabilidade às famílias. Por outro lado, a cultura do arroz apresenta alto custo, com fertilizantes e defensivos químicos. Em muitas propriedades o agropecuarista em pequena escala tinha dificuldades quanto à renda mínima que desse suporte a essa atividade. A solução foi a substituição pela criação do peixe, que se adapta às pequenas propriedades típicas da localidade do Piraí, proporcionando mais rentabilidade às famílias no campo.

O jovem agropecuarista, em alguns casos, em razão da menor importância dada pela família quanto às atividades elaboradas no campo, assim como das dificuldades para desenvolver as culturas tradicionais e multiatividades agrárias, acaba trocando essa ocupação pela saída para a cidade. Depois de algum tempo, percebe as dificuldades na área urbana avalia melhor as condições de vida de que dispõe com a família no campo. Acaba então retornando, recebe orientação, por meio de cursos intensivos oferecidos por políticas públicas ou extensão rural, tornando-se empreendedor e alavancando recursos para a família. Algumas vezes direciona suas atividades para a agroindústria, agregando novas práticas e incrementando o rendimento familiar. Ao voltar para a propriedade familiar, encontra diversas dificuldades, porém, como conhece vários processos e práticas rurais, consegue se adaptar, quando há estímulo e espaço para que possa desenvolver as habilidades agrárias, mesmo com os percalços que encontra na lida diária, pela carência de políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos básicos do estudo é o entendimento da política pública aplicada pelo município, da forma como é elaborada e aplicada, das atividades que envolvem a extensão rural e dos resultados práticos nas famílias e sua cultura rural. Há processos ou projetos que são aperfeiçoados e melhorados ao serem desenvolvidos na comunidade. Entre esses aspectos, surgem respostas que auxiliam na interação entre políticas públicas e as famílias rurais.

A política pública no nível municipal está limitada aos recursos provenientes do município, onde a administração está direcionada às ações urbanas, sendo a área rural tratada como segundo plano. Os

ISBN 978-85-8209-066-4

recursos disponibilizados à FMDR25, como abordado ao longo do artigo, são bastante precários, tanto a questão pessoal como material. Mais conhecimento na relação com os agropecuaristas em pequena escala na comunidade e a proximidade com o órgão colaborarão com a aplicação das políticas públicas. No que se refere ao saber tradicional e conhecimento científico, que está diretamente relacionado com a extensão e a prática rural, a distância que separa as relações entre a entidade municipal e as famílias rurais é acentuada, provocando conflitos entre especialistas na ruralidade e agropecuaristas em pequena escala, e requer ação, de modo que os poucos recursos possam ser mais bem aproveitados nessa interação sociocultural, com possibilidade de propiciar mais rentabilidade às multiatividades agrárias, permitindo a continuidade da família rural.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios à extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 15, n. 1, 1998. Disponível em: <http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v15/cc15n106.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2016.

CAMPANILI, Maura; PROCHNOW, Miriam. **Mata atlântica:** uma rede pela floresta. Brasília: Rede de ONG's da Mata Atlântica (RMA), 2006.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sérgio. Qual "fortalecimento" da agricultura familiar? Uma análise do PRONAF crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Eural**, Piracicaba, v. 51, n. 1, p. 45-68, jan./mar. 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/893.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

MAY, Tim. **Pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Artmed, 2004.

SCHIOCHET, Valério. **Valério Schiochet:** entrevista [jan. 2016]. Entrevistador: Adhemar Tavares Vieira Filho, Joinville, 2015. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, em Joinville.

SCHROEDER, Acácio. **Acácio Schroeder:** entrevista [ago. 2015]. Entrevistador: Adhemar Tavares Vieira Filho, Joinville, 2015. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, em Joinville.

SHIOCHET, Valmor. Pesquisa de pós-graduação em ciências sociais. **Fundação Municipal 25 de Julho:** entidade da prefeitura de Joinville que atua no meio rural. Florianópolis, 1985.

SILVA, Janine Gomes da. **Pratos típicos como patrimônio cultural:** as narrativas 54 orais (re)elaborando antigas receitas. UFSC, 2012. Disponível em: <http://goo.gl/XKMQep>. Acesso em: 5 jun. 2016.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família:** racionalidade produtiva e *ethos* camponês. Passo Fundo: Editora da UPF, 1999.

WANDERLEY, Maria de N. Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In*: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar:** realidade e perspectivas. Rio Grande do Sul: Editora da UPF, 2001.

III ENIPAC
Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

A IMPORTÂNCIA DA PADRONIZAÇÃO DA COLETA DE MACROVESTÍGIOS BIOARQUEOLÓGICOS NA INTERPRETAÇÃO PALEOAMBIENTAL E DO MODO DE VIDA DE POPULAÇÕES PRÉ-COLONIAIS: O CASO DO ABRIGO CASA DE PEDRA

Jessica Ferreira[1]
João Carlos Ferreira de Melo Jr.[2]
Dione da Rocha Bandeira[2]
Gustavo Borba de Oliveira[1]

Resumo: Compreender a complexidade das relações entre populações pretéritas e o paleoambiente requer a aproximação de várias ciências, seus conceitos e métodos próprios de investigação para a recuperação e interpretação de testemunhos bioarqueológicos que, de fato, estão suscetíveis à degradação. O estudo objetivou mostrar o uso e a importância das amostragens padronizadas para a obtenção de macrovestígios bioarqueológicos que forneçam dados qualiquantitativos confiáveis à interpretação arqueológica por intermédio de uma abordagem interdisciplinar. O *case* apresentado reuniu as técnicas utilizadas no sítio arqueológico Casa de Pedra (± 5.910 AP), um sambaqui abrigado sob afloramento rochoso e localizado num remanescente de restinga em São Francisco do Sul, Santa Catarina. A escavação arqueológica está sendo realizada mediante a decapagem de camadas estratigráficas artificiais de 5 cm de profundidade em quadras de 1 × 1 m. A recuperação dos macrovestígios é feita por meio das técnicas de peneiragem (peneira malha 2 mm) e flotação em amostras de volume controlado de 10 L em quadrícula fixa no sítio, e posteriormente é realizada a triagem do material obtido. Até o momento foram recuperados cerca de 4.062 fragmentos de carvão, 1.300 fragmentos ósseos e 900 conchas. Maior concentração de fragmentos de carvão está associada às camadas mais superficiais do sítio, enquanto os macrovestígios faunísticos parecem não apresentar variações significativas ao longo da estratificação das camadas arqueológicas. A somatória de técnicas de campo e laboratório usadas e a ação multidisciplinar têm se mostrado o caminho mais promissor para melhor aclarar as questões levantadas pela ciência arqueológica e a relação entre as sociedades humanas e o paleoambiente.
Palavras-chave: patrimônio arqueológico e cultural; zooarqueologia; paleobotânica; interdisciplinaridade.

INTRODUÇÃO

[1] Graduandos em Ciências Biológicas da Universidade da Região de Joinville (Univille).
[2] Doutores. Professores da Univille.

ISBN 978-85-8209-066-4

Importância dos macrovestígios bioarqueológicos

Qual a relação estabelecida entre os povos pré-históricos e o meio ambiente? Quais eram as estratégias de apropriação de recursos naturais desses povos? Quais usos eram dados às espécies da fauna e da flora locais? Quais recursos eram aproveitados na alimentação ou em práticas cerimoniais? Como se configurava o paleoambiente? Quais eram as condições climáticas pretéritas? A biodiversidade presente na paisagem pretérita é semelhante à atual em termos de distribuição fitogeográfica? A mudança abrupta entre a economia baseada na caça-coleta para a horticultura foi ocasionada por fenômenos climáticos?

Mesmo com o avanço das pesquisas arqueológicas, tais perguntas ainda são válidas quando nos referimos à compreensão do modo de vida dos pescadores-coletores-caçadores que ocuparam o litoral brasileiro entre 7.000 e 1.000 AP. Apesar de algumas dessas perguntas já possuírem respostas, o cenário pretérito é tão complexo que a necessidade de complementação das respostas já obtidas se faz necessária, enquanto outras perguntas ainda produzem mais dúvidas do que certezas. De fato, o que se sabe sobre os povos pré-coloniais é proveniente, principalmente, dos vestígios de esqueletos humanos e materiais de uma atividade exercida no passado deixados por esses povos, os artefatos, que são recuperados por meio das intervenções arqueológicas, porém os estudos arqueológicos não se restringem apenas ao produto do trabalho humano, mas aos ecofatos e biofatos que fazem parte da reflexão arqueológica enquanto apropriação humana da natureza (FUNARI, 2003, p. 9-10).

Conforme as definições de Prous (1992), os vestígios arqueológicos são todos os indícios da presença ou atividade humana em determinado local. Tais vestígios podem ser divididos quanto à sua classificação em vestígios indiretos e diretos. Destacam-se aqui os vestígios diretos, que representam os testemunhos materiais presentes nos níveis arqueológicos e podem ser visíveis a olho nu (macrovestígios) ou não (microvestígios). Os macrovestígios, foco deste estudo, recebem três subdivisões de acordo com a sua conservação: a) vestígios quase indestrutíveis, representados por fragmentos de rocha, cerâmica e zoólitos; b) vestígios muito perecíveis, representados por restos vegetais não queimados e tecidos orgânicos em geral; c) vestígios de conservação regular, como carvões, fragmentos de ossos, vestígios de crustáceos, dentes, estruturas córneas e conchas de moluscos.

Entre os vestígios citados, a maioria dos macrovestígios faunísticos e botânicos é resultado de complexos comportamentos humanos com os recursos do ambiente, percepções culturais desses recursos, meios utilizados para explorá-los e seus inúmeros usos, seja para alimentação, ferramentas, vasilhas, armas, vestuários, seja para economia do combustível, construção, ornamentos, domesticação, oferendas, estruturas de habitação ou agricultura (REITZ; WING, 2008). De fato, os vestígios representam evidências arqueológicas ambíguas, como, por exemplo, os chifres de veado, que muitas vezes são interpretados como moedas de troca, ferramentas ou ornamentos, no entanto podem ser moídos resultando em um pó que é ingerido para fins medicinais em muitas partes do mundo. Ainda, a presença de determinadas espécies nos sítios arqueológicos pode estar relacionada com o uso seletivo de recursos, e não a sua abundância no ambiente (SOUZA *et al*., 2010; EWONUS, 2011; WOLVERTON; DOMBROSKY; LYMAN, 2016). Em suma, os dados zooarqueológicos e arqueobotânicos podem trazer o início da compreensão das conexões desses povos com outros grupos e localidades, fornecendo informações a respeito do seu papel nas relações sociais, como intermediadoras de relações de dominação, de reciprocidade e intercâmbio, além de possibilitar a caracterização dos períodos de ocupação dos sítios e sua influência na paisagem cultural (GIOVANNETTI; CAPPARELLI; POCHETTINO, 2008).

Nos contextos paleoambiental e paleoecológico, os estudos com carvões torna possível reconstruir o ambiente no qual viviam as populações pretéritas, pois a análise desses fragmentos conservados no sedimento retrata a vegetação em torno do sítio durante o período de ocupação, bem como determina a ocorrência de mudanças climáticas (SCHEEL-YBERT *et al*., 2005-2006; PRICE, 2007). A análise paleoambiental também pode gerar informações acerca da biodiversidade de espécies da arqueofauna e sua distribuição, permitindo inferir os impactos das alterações climáticas sobre a composição da comunidade faunística e criar modelos ecológicos que podem ajudar a compreender a determinação da expansão natural das espécies ao longo do tempo, a confirmação do *status* de uma bioinvasão e seu impacto em ecossistemas nativos e na construção de instrumentos valiosos para a melhor compreensão da biodiversidade marinha e da biogeografia da zona costeira ao longo do tempo geológico (SOUZA *et al*., 2010; REITZ; WING, 2008; EWONUS, 2011).

Portanto, sendo os vestígios parte do registro arqueológico, a escavação passa a fornecer informações não somente a respeito de artefatos, dieta alimentar, habitação ou economia doméstica, mas também concernente a sistemas socioculturais, ambientais, entre outros. Os trabalhos naturalistas e os estudos paleoambientais não são mais apenas um adendo ao conhecimento do sítio, no entanto auxiliam na

ISBN 978-85-8209-066-4

construção de interpretações e fazem parte do campo atual da arqueologia (SCHEEL; GASPAR; YBERT, 1996). Nesse contexto, é muito importante que a definição de estratégias metodológicas que permitam otimizar a recuperação de macrovestígios bioarqueológicos estejam no planejamento da escavação arqueológica, contribuindo para a qualidade e a confiabilidade dos resultados e, consequentemente, das interpretações paleoetnológicas e paleoambientais (SCHEEL-YBERT *et al*., 2005-2006; LANDON, 2005).

Contudo este artigo não teve por finalidade responder às questões ponderadas inicialmente, todavia caracterizar a importância dos macrovestígios bioarqueológicos na construção da história dos sambaquianos mediante o uso de amostragens padronizadas para a obtenção de testemunhos que forneçam dados qualiquantitativos confiáveis à interpretação arqueológica por intermédio de uma abordagem interdisciplinar.

Evolução dos estudos com macrovestígios vegetais e faunísticos em sítios arqueológicos

A zooarqueologia analisa os restos de animais provenientes de sítios arqueológicos com as finalidades de resgatar os padrões de comportamento/adaptação cultural das antigas sociedades e de prover interpretações ecológicas sobre a fauna presente, buscando construir modelos capazes de explicar as condições ambientais da época e as estratégias utilizadas pelos povos na captura da fauna (LIMA, 1989). Já para a análise dos restos vegetais, arqueobotânica e paleoetnobotânica são terminologias usadas em conjunto para a descrição da atividade: a arqueobotânica torna possível a identificação e análise dos restos de plantas recuperados de sítios arqueológicos, enquanto a paleoetnobotânica permite a interpretação das espécies de plantas presentes nos sítios. Assim, a paleoetnobotânica é uma forma de interpretação dos resultados, e a arqueobotânica representa as etapas anteriores a essa interpretação (RODRIGUEZ, 2008).

Os primeiros estudos com vestígios vegetais surgiram no século XIX e foram realizadas na Europa e na África como a de Kunth (1826), sobre a presença de cereais, frutos e sementes dessecados encontrados em tumbas egípcias, e a de Heer (1866), com sementes recuperadas em lagos pantanosos suíços cujos ambientes deposicionais propiciaram a preservação de materiais orgânicos arqueológicos. Na América do Norte, no entanto, a evolução da etnobotânica e da paleoetnobotânica aconteceu no fim do século XIX (FORD, 1979; POPPER; HASTORF, 1988). Os estudos zooarqueológicos também se iniciaram no fim do mesmo século, com as investigações pioneiras do português Estácio da Veiga (1886), que fez um levantamento de restos ósseos faunísticos em sítios arqueológicos de Portugal.

No Brasil, conforme levantamentos bibliográficos desenvolvidos por Lima (1999-2000) e Félix (2014), as pesquisas com vestígios vegetais e faunísticos em sítios arqueológicos começaram no término do século XX com trabalhos precursores de Caio Del Rio Garcia, com restos faunísticos na década de 1970, somados às pesquisas interdisciplinares de Kneip com zoólogos (KNEIP *et al*., 1975) e trabalhos de Scheel, Gaspar e Ybert (1996) sobre antracologia, que levou à publicação do primeiro artigo em arqueobotânica no Brasil. Esse artigo trazia uma reflexão do projeto de aproveitamento ambiental das populações pré-históricas do estado do Rio de Janeiro. Ainda, mesmo não integrando a gama de autores pioneiros em publicações voltadas à zooarqueologia e à arqueobotânica, ressaltamos Guilherme Tiburtius, um amador aficionado pela arqueologia que foi um forte defensor da conservação de valorização dos sítios arqueológicos do litoral nordeste de Santa Catarina e também bastante crítico, em virtude da inexistência de uma metodologia arqueológica rigorosa na retirada de vestígios arqueológicos (LIMA, 1999-2000; BANDEIRA, 1992).

Até a primeira metade do século XX as informações sobre restos faunísticos e botânicos se resumiam a listas de espécies cujas características foram feitas sem grande cuidado (SILVA, *et al*., 2013). Somente no fim do século, a complexidade dos dados arqueobotânicos e zooarqueológicos demandou explicações processuais que foram seguidas por um crescente interesse nos estudos paleoambiental e paleoclimático nas adaptações humanas, estimulando o desenvolvimento de novas técnicas de coleta e análise mais elaboradas e confiáveis para interpretação dos testemunhos bioarqueológicos, levando diversos especialistas a desenvolver metodologias de amostragem padronizadas para tais macrovestígios (SCHEEL-YBERT, 2006; OLIVEIRA, 2015).

Preservação e recuperação dos testemunhos bioarqueológicos

Conforme mencionado anteriormente, fragmentos ósseos, valvas de moluscos, quelas de crustáceos e carvões são macrovestígios de conservação regular. Assim, a preservação desses materiais em sítios

ISBN 978-85-8209-066-4

arqueológicos varia conforme a caracterização e o tipo de contexto em que foram depositados (PROUS, 2007). O baixo índice de preservação de restos botânicos e ossos faunísticos em regiões tropicais, por exemplo, é atribuído a uma combinação de diversos fatores, como excesso de umidade, temperatura e acidez do solo. Nessas condições, a preservação do material no registro arqueológico ocorre, sobretudo, por intermédio da carbonização, pois inibe a atividade de microrganismos, protegendo os vestígios vegetais e faunísticos da decomposição; e/ou pela deposição desses vestígios em meio a material conquiológico, porque as conchas possuem pH extremamente básico por conta do cálcio, principal componente químico da concha (SILVA *et al*., 2013; DEBACHER *et al*., 2010).

Essa dificuldade de conservação faz com que a recuperação de restos carbonizados se revista da mais alta importância, podendo conduzir à obtenção de vestígios materiais concretos de atividades que muitas vezes continuam sendo inferidas simplesmente com base em provas indiretas, como é o caso do consumo de vegetais e do cultivo (SCHEEL-YBERT *et al*., 2005-2006).

A partir de 1930, em razão da baixa conservação e da complexidade na análise dos vestígios, os pesquisadores começaram a desenvolver técnicas de coleta de macrovestígios mais elaboradas, sendo aplicada aos estudos arqueológicos a peneiragem (ou clivagem) a seco e/ou molhada (SILVA *et al*., 2013; BICHO, 2006). A peneiragem a seco é um processo simples e útil nas escavações arqueológicas, sobremaneira em sítios com sedimentos secos e/ou arenosos. A técnica consiste na utilização da peneira de malha 2 mm (ou 4 mm, dependendo do objeto de estudo) para o processo de peneiragem de todo o material coletado no sítio arqueológico. Sedimentos e fragmentos com diâmetro menor que a malha utilizada passam pela peneira, enquanto os fragmentos com diâmetro maior ficam retidos, revelando a presença de carvões e ossos dispersos provenientes da matriz arqueológica (SCHEEL-YBERT *et al*., 2005-2006; LIMA, 1989). A peneiragem com água, por sua vez, consiste na mesma técnica da peneiragem a seco, porém com utilização de água, sendo ideal nas intervenções realizadas em sítios com predominância de sedimento úmido e/ou argiloso. A lavagem do material pode ser feita por imersão parcial das peneiras num tanque ou curso d'água, ou lavando-se o sedimento da peneira com uma mangueira (SCHEEL-YBERT *et al*., 2005-2006).

Em ambos os processos, na maioria das vezes, as valvas de moluscos (inteiras e/ou fragmentadas) são totalmente descartadas, e o uso de uma mangueira, muito útil para recuperação dos macrovestígios faunísticos, é inadequado para a coleta dos restos vegetais, que podem ser danificados pelo jato d'água, sendo as técnicas insuficientes para a concentração eficaz de amostragem antracológica e conquiológica (SILVA *et al*., 2013; SCHEEL-YBERT *et al*., 2005-2006).

Diante de tais dificuldades, novos protocolos para a recuperação de macrovestígios foram desenvolvidos, levando-se em consideração as características do tipo de sítio arqueológico e de sua respectiva matriz sedimentar, resultando, assim, na elaboração de uma nova técnica para a recuperação dos restos vegetais e malacológicos: a flotação (ou flutuação) (POPPER; HASTORF, 1988; STRUEVER, 1968; SCHEEL-YBERT *et al*., 1996; SCHEEL-YBERT *et al*., 2006; PEARSALL, 2000; LIMA, 1989; BICHO, 2006; SILVA *et al*., 2013).

Desenvolvida pioneiramente por Struever (1968) e consolidada por Popper e Hastorf (1988), a flotação é uma técnica que permite a recuperação de material botânico e conquiológico em todas as classes de tamanho preservadas no sedimento, tornando viável a realização de análises quantitativas. A técnica é baseada na diferença de densidade dos resíduos orgânicos e inorgânicos: fragmentos de carvão, restos bioarqueológicos de pequenas dimensões e/ou muito leves (com densidade menor que a água) flutuam e podem ser aproveitados para separá-los do material mais pesado (por exemplo, restos faunísticos) que se depositam sobre as peneiras (SCHEEL-YBERT *et al*., 2006). Por aproveitar todo o material da amostra coletada, é possível, por meio dos estudos tafonômicos , desenvolver índices que forneçam dados sobre a fragmentação e a compactação dos vestígios (principalmente, antracológicos e conquiológicos), os quais conduzem a informações sobre aspectos da formação e função do sítio, áreas de atividade e dados acerca do consumo e descarte dos vestígios animais (KLOKLER, 2010).

Os autores que desenvolveram adaptações das técnicas aplicadas são unânimes ao considerar a flotação como o método mais viável na recuperação dos testemunhos bioarqueológicos. Porém, nas escavações arqueológicas, é necessário introduzir todos os métodos, levando em conta a viabilidade da pesquisa, tal como a logística em campo, assim como a otimização dos resultados.

Visando mostrar o uso e a importância das amostragens padronizadas para a obtenção de macrovestígios bioarqueológicos que forneçam dados qualiquantitativos confiáveis à interpretação arqueológica, utilizamos as técnicas apresentadas no sítio arqueológico Casa de Pedra, um sambaqui abrigado sob afloramento rochoso e localizado num remanescente de restinga da planície costeira de São Francisco do Sul, Santa Catarina.

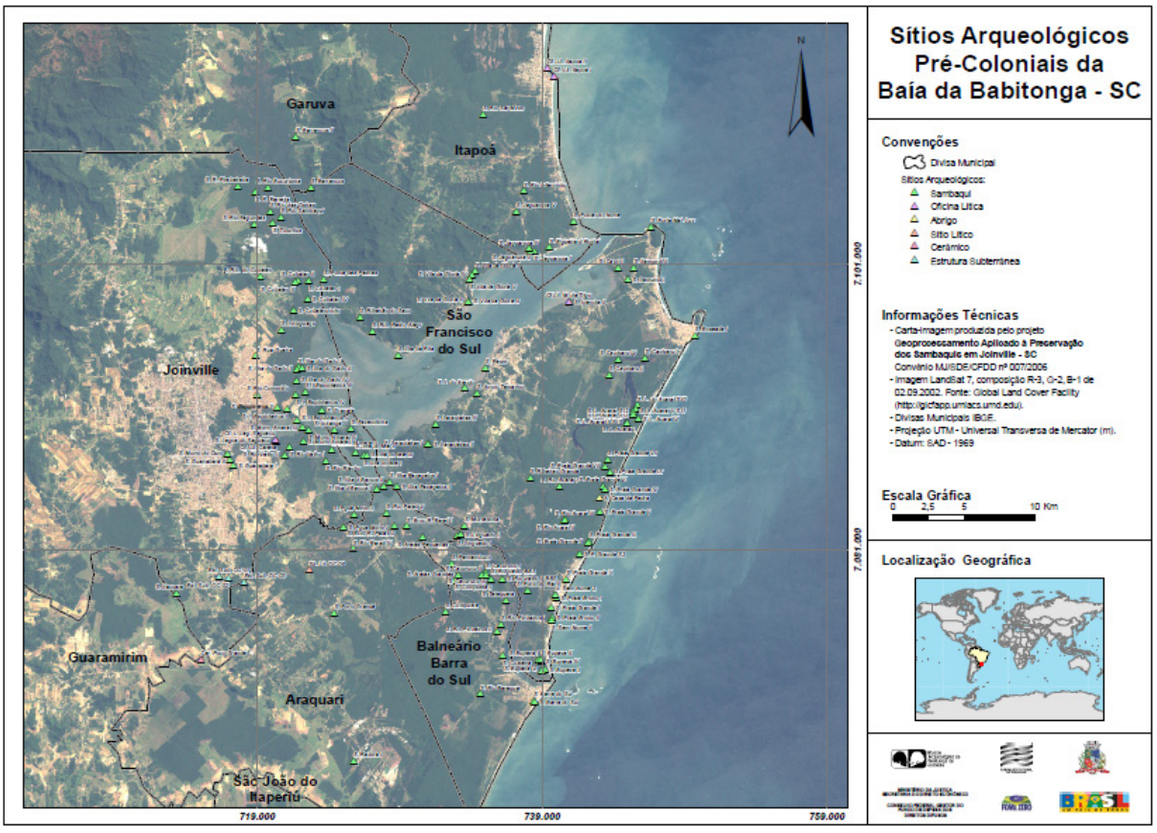
ISBN 978-85-8209-066-4

METODOLOGIA

Localização e caracterização do abrigo Casa de Pedra

O abrigo sob rocha Casa de Pedra (CP) é um sítio arqueológico com 27 m² de área e 38 cm de espessura da camada arqueológica constituída predominantemente de conchas de moluscos localizado na Praia Grande, à leste da ilha de São Francisco do Sul. Por estar dentro das mediações do Parque Estadual Acaraí, uma das áreas mais preservadas do ponto de vista ambiental em toda a Baía da Babitonga, esse sambaqui encontra-se muito bem preservado (figura 1).

Figura 1 – Mapa com caracterização dos sítios registrados na Baía da Babitonga.
Em amarelo, localização do abrigo Casa de Pedra



Fonte: Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville

O sítio arqueológico, datado por volta de 5.910 AP, está situado abaixo de um afloramento rochoso (gnaisse), um embasamento cristalino localizado em um depósito marinho. Ele é resultado dos eventos transgressivos e regressivos do nível relativo do mar durante o Holoceno (5.100 anos AP). A área que compreende o sítio é, também, caracterizada pela presença de depósitos eólicos (dunas) quase que totalmente vegetados (POSSAMAI *et al*., 2010).

Quanto às características edáficas, o solo é extremamente ácido, com caráter pouco oligotrófico e porte hídrico satisfatório, fator-chave para a composição florística da floresta de transição, uma das formações do remanescente de restinga presente na localidade do sítio arqueológico (MELO JR.; BOEGER, 2015).

Conforme a classificação de Köppen, o clima na região é do tipo Cfa, temperado chuvoso, moderadamente quente, úmido em todas as estações, com verão quente. Por causa da dinâmica climática proveniente das massas de ar, o verão é quente, úmido e chuvoso, enquanto o inverno é frio e seco. A temperatura média anual é de 20,3ºC, com a média do mês mais frio em torno de 16ºC. As médias de precipitação atingem em torno de 1.700-1.800 mm na planície costeira (OLIVEIRA, 2006).

Os aspectos ambientais da região não conservariam o sítio arqueológico em estudo. O que preservou o sambaqui foi sua localização peculiar sob o afloramento rochoso e a forma de deposição realizada pelos povos pretéritos ao acomodar o material conquiológico.

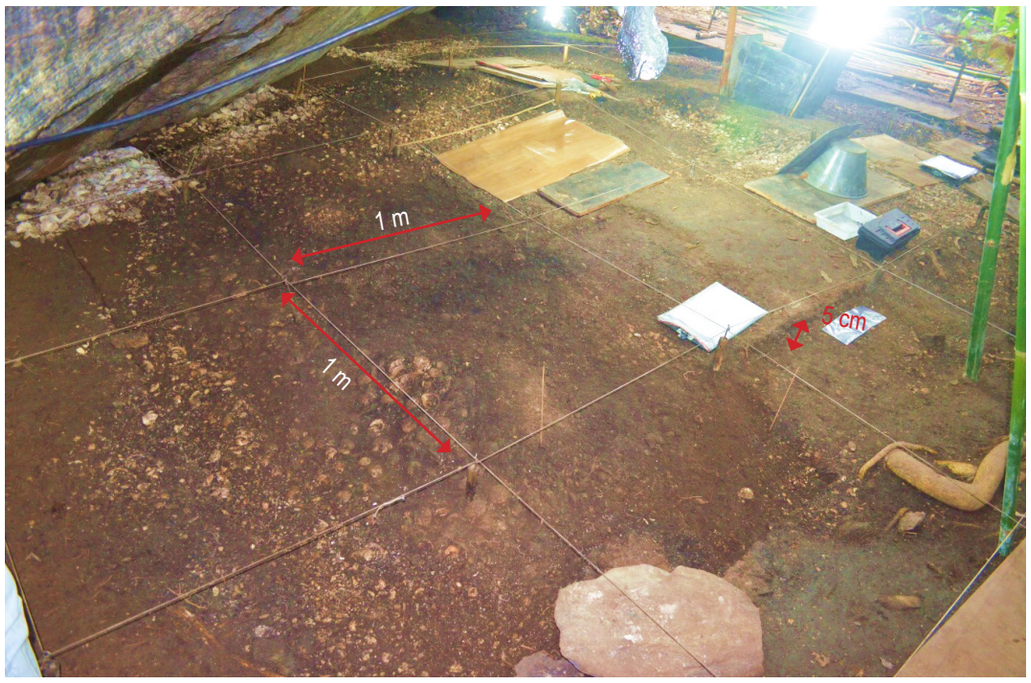
ISBN 978-85-8209-066-4

As técnicas de padronização da coleta de macrovestígios bioarqueológicos aplicadas no abrigo Casa de Pedra

O abrigo Casa de Pedra, objeto de pesquisa do Projeto Cultura Material e Patrimônio Arqueológico Pré-Colonial da Costa Leste da Ilha de São Francisco do Sul/SC – Contribuição para uma Arqueologia da Paisagem e Costeira e Estudos de Etnicidade (Costa Leste), coordenado pela doutora Dione da Rocha Bandeira, vem sendo escavado desde 2015, por meio da decapagem de camadas estratigráficas artificiais de 5 cm de profundidade em quadras de 1 × 1 m (figura 2).

Durante a escavação, à nordeste de cada setor do sítio, uma amostra de material arqueológico com volume de 10 L é coletada para processo de floração realizado em laboratório. O material restante das quadras é, primeiramente, peneirado a seco em peneira de 2 mm, e é descartado apenas o material conquiológico (bivalves) abundante no sítio. Em seguida, o material resultante da peneira é transferido para peneira de malha 0,5 mm para o processo de peneiragem molhada, aproveitando o curso d'água localizado nas proximidades do sítio. Desse processo, aproveitam-se os fragmentos de rocha e macrovestígios faunísticos (ossos, dentes, otólitos, quelas de crustáceos e conchas de espécies com pouca incidência no sambaqui) e botânicos (carvões, sementes e restos vegetais não carbonizados). As amostras coletadas são devidamente identificadas, registradas em formulário de controle e acomodadas em sacos plásticos zipados.

Figura 2 – Fotografia da intervenção arqueológica no abrigo. Escavação sendo realizada por setorização. Setas vermelhas apontam a largura (1 × 1 m) e a profundidade (5 cm) das quadrículas



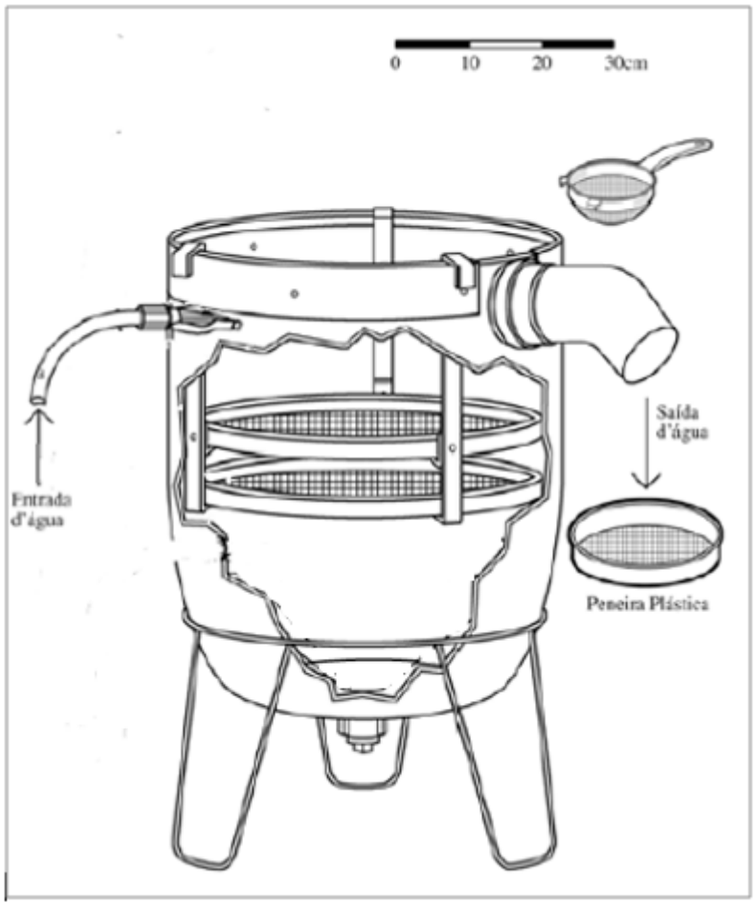
Fonte: Acervo Costa Leste, 2016

Em laboratório, o material da amostra de volume controlado coletado por quadra e nível é pesado e passa pelo processo de flotação. A célula de flotação, baseada no modelo de Scheel-Ybert *et al*. (2006), adaptado pelo Projeto Costa Leste com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Fundo de Apoio à Pesquisa da Universidade da Região de Joinville (FAP/Univille), é composto de um tonel e duas peneiras sobrepostas de 4 e 2 mm acopladas no tonel. O material arqueológico é depositado sobre a primeira peneira de malha maior e lavado com água corrente. Durante o processo, o material com diâmetro mínimo de 4 mm fica retido na primeira peneira, e o material com diâmetro mínimo de 2 mm, na segunda peneira. Os materiais menores que 2 mm ficam retidos no fundo do tonel, enquanto os carvões flutuam e passam por um cano de saída d'água do flotador e são retidos na peneira externa de 0,5 mm. Após a flotação, os vestígios armazenados nas peneiras e no fundo do tonel são acomodados em uma estante secadora para secagem à temperatura ambiente. Por fim, os macrovestígios faunísticos e botânicos são triados, pesados, identificados ao menor nível taxonômico e, também, passam por análises tafonômicas.

ISBN 978-85-8209-066-4

O material proveniente da peneiragem molhada, em laboratório, é acomodado nas estantes com os sacos contendo as amostras abertos para secagem em temperatura ambiente. Em seguida, o material recebe o mesmo procedimento final que se dá à flotação, sendo triado e identificado ao menor nível taxonômico, e é analisada a tafonomia dos ecofatos.

Figura 3 – Modelo adaptado da célula de flotação utilizada pelo Projeto Costa Leste



Fonte: adaptação do modelo de Scheel-Ybert et al. (2005-2006)

Após a identificação e quantificação do material conquiológico e faunístico, são realizadas análises quantitativas partindo da utilização de índices de diversidade, dominância, riqueza, similaridade, entre outros.

RESULTADOS PRELIMINARES

A metodologia de escavação do abrigo sob rocha Casa de Pedra proporcionou 716 amostras provenientes da decapagem de duas camadas do sítio arqueológico realizado até o momento. Dessas amostras, há 36 de volume controlado (10 L) para o processo de flotação, enquanto as demais são provenientes da peneiragem molhada.

Do processo de flotação, 16 amostras foram processadas e resultaram em 2.400 fragmentos de conchas[1], 1.350 fragmentos ósseos, dentes e otólitos, 400 quelas de crustáceos e outros vestígios ainda não identificados. Das amostras provenientes das peneiras molhadas, até o momento, obtiveram-se 4.062 fragmentos de carvão, 230 fragmentos de concha, 6.000 fragmentos ósseos, 128 dentes, 72 otólitos, 320 quelas de crustáceos e demais vestígios ainda não identificados.

Ao comparar material proveniente de cada técnica, foi possível analisar a baixa quantidade de vestígios conquiológicos presente na técnica de peneira molhada, isso porque durante o processo o material conquiológico (bivalves) é totalmente descartado em campo. A presença de fragmentos ósseos,

[1] Nesse caso, considera-se apenas o umbo da valva dos moluscos.

ISBN 978-85-8209-066-4

por sua vez, até o momento é maior na peneiragem molhada que na flotação. Isso pode ter ocorrido por causa de dois fatores: na peneiragem, o principal objetivo é coletar fragmentos faunísticos; e o volume de material usado para a flotação é de 10 L/setor, mas um setor possui capacidade de 50 L. Ou seja, cerca de 40 L são peneirados, possuindo quatro vezes mais materiais que a flotação.

Em relação à distribuição do sítio, análises preliminares mostraram que a maior concentração de fragmentos de carvão está associada às camadas mais superficiais do sítio, enquanto os macrovestígios faunísticos parecem não apresentar variações significativas ao longo da estratificação das camadas arqueológicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A técnica de flotação é, até o momento, o método mais viável na padronização das amostragens dos testemunhos bioarqueológicos (principalmente para estudo da malacofauna e de carvões), sendo ideal para a otimização dos dados, porém a técnica de peneiragem facilita o manuseio das amostras durante as escavações, além de otimizar a coleta de fragmentos faunísticos. O ideal, portanto, é intercalar ambas as técnicas nas escavações arqueológicas, separando uma amostra de volume controlado por quadrícula para uso na flotação, e o restante do material coletado deve ser, primeiramente, peneirado a seco com malha de 2 mm, seguido de peneiragem molhada com malha de 0,5 mm para aproveitar ao máximo a coleta de vestígios faunísticos e botânicos.

É interessante também cogitar a possibilidade de desenvolver uma padronização de coleta para sítios arqueológicos de características semelhantes como, por exemplo, os sambaquis, criando uma regra geral para possibilitar análises comparativas entre sítios que utilizam a mesma metodologia de escavação, pois, conforme salientam Watson (1972) e Lima (1989), dois sítios com similares conjuntos faunísticos, escavados com diferentes critérios, podem produzir resultados distintos, enquanto sítios com diferentes conjuntos podem reproduzir resultados parecidos.

Contudo a escavação do sítio arqueológico Casa de Pedra, por ser o único sambaqui registrado da região de Santa Catarina que está localizado sob afloramento rochoso, deve ser feita aproveitando-se o máximo de informações possíveis, já que está sendo totalmente decapado. Afinal, uma vez que ocorre uma intervenção, jamais um sítio voltará a ter as mesmas características atuais, como salientam os autores Evans e Meggers (1965): “Cada sítio arqueológico é uma página ou um capítulo da história da humanidade, e cada sítio destruído é uma página ou um capítulo arrancado do texto, deixando uma lacuna mais difícil de ser lida”.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Dione da Rocha. **Mudança na estratégia de subsistência: o** sítio arqueológico Enseada I – um estudo de caso. 152 f. Dissertação (Especialização em Antropologia Social)–Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

BICHO, Nuno Ferreira. A fauna. *In*: _____. **Manual de arqueologia pré-histórica**. Lisboa: Edições 70, 2006. p. 333-360.

BISSARO JÚNIOR, Marcos C. **Tafonomia como ferramenta zooarqueológica de interpretação: viés de representatividade óssea em sítios arqueológicos, paleontológico e etnográfico**. 107 f. Dissertação (Especialização em Ecologia e Sistemas Terrestres e Aquáticos)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DEBACHER, Nito A. *et al*. Caracterização físico-química e microestrutural de conchas de moluscos bivalves provenientes de cultivos da região litorânea da Ilha de Santa Catarina. **Química Nova**, v. 33, n. 5, p. 1053-1058, 2010.

EWONUS, Paul A. Social zooarchaeology of a Northwest Coast House. **Journal of Island & Coastal Archaeology**, v. 6, p. 72-97, 2011.

EVANS; MEGGERS. **Guia para prospecção arqueológica no Brasil**. Belém: Museu Paranaense Emilio Goeldi, 1965. v. 2.

ISBN 978-85-8209-066-4

FORD, Richard I. Paleoethnobotany in American archaeology. *In*: SCHIFFER, Michael B. (Ed.). **Advances in archaeological method and theory**. New York: Academic Press, 1979. v. 2. p. 285-339.

FUNARI, Pedro P. O que é arqueologia. *In*: _____. **Arqueologia**. Porto Alegre: Ática, 2003. p. 9-24.

GIOVANNETTI, Marco; CAPPARELLI, Aylén; POCHETTINO, María L. La arqueobotánica en Sudamérica ¿Hacia un equilibrio de enfoques? Discusión en torno a las categorias clasificatorias y la práctica arqueobotánica y paleoetnobotánica. *In*: ARCHILA MONTÑEZ, Sonia; GIOVANNETTI, Marco; LEMA, Verónica. (Eds.). **Arqueobotánica y teoría arqueológica:** discusiones desde Sudamérica. Bogotá: Universidad de Los Andes/Ediciones Uniandes, 2008. p. 17-33.

KLOKLER, Daniela *et al*. Juntos na costa: zooarqueologia e geoarqueologia de sambaquis do litoral sul catarinense. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 20, p. 53-75, 2010.

KNEIP, Lina M. *et al*. O Sambaqui do Forte: correlações arqueológicas, geológicas e faunísticas (Cabo Frio, RJ – Brasil). **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, Rio de Janeiro, n. 47, p. 91-97, 1975.

LANDON, David B. Zooarchaeology and historical archaeology: progress and prospects. **Journal of Archaeological Method and Theory**, v. 12, n. 1, mar. 2005.

LIMA, Tania Andrade. Em busca dos frutos do mar: os pescadores coletores do litoral sul do Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 230-327, p. 1999-2000.

_____. Zooarqueologia: considerações técnico-metodológicas. **Dédalo**, São Paulo, n. 1, p. 175-189, 1989.

_____; SILVA, Regina C. P. Zooarqueologia: alguns resultados para a pré-história da Ilha de Santana. **Revista de Arqueologia**, v. 2, n. 2, p. 10-40, 1984.

MELO JR., João C. F.; BOEGER, Maria Regina T. Riqueza, estrutura e interações edáficas em um gradiente de restinga do Parque Estadual do Acaraí, Estado de Santa Catarina, Brasil. **Hoehnea**, v. 42, n. 2, p. 207-232, 2015.

OLIVEIRA, Fabiano Antônio de. **Estudo do aporte sedimentar em suspensão na Baía da Babitonga sob a ótica da geomorfologia**. 286 f. Tese (Pós-Graduação em Geografia Física)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, Nuno Tiago Correia. **Zooarqueologia à luz dos paradigmas atuais da investigação arqueológica**. 28 f. Dissertação (Especialização em Arqueologia)–Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal, 2015.

PEARSALL, Deborah M. **Paleoethnobotany:** a handbook of procedures. 2. ed. San Diego: Academic Press, 2000.

POPPER, Virginia; HASTORF, Christine. Introduction. *In*: HASTORF, Christine; POPPER, Virginia. (Eds.). **Current paleoethnobotany:** analytical methods and cultural interpretations of archaeological plants remains. Chicago: The University of Chicago Press, 1988. p. 1-15.

POSSAMAI, Tarcísio *et al*. geologia costeira da Ilha de São Francisco do Sul, Santa Catarina. **Revista de Geografia**, Recife, n. 2, set. 2010.

PRICE, T. Douglas. Archaeobotany. *In*: _____. **Principles of archaeology**. Nova York: McGraw-Hill Higher Education, 2007. p. 349-375.

PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília: Universidade de Brasília, 1992.

_____. **O Brasil antes dos brasileiros:** a pré-história do nosso país. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

REITZ, Elizabeth J.; WING, Elizabeth J. **Zooarchaeology**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

RODRIGUEZ, María F. Analizando el registro arqueológico: arqueobotánica *vs*. paleoetnobotánica. *In*: ARCHILA MONTÑEZ, Sonia; GIOVANNETTI, Marco; LEMA, Verónica. (Eds.). **Arqueobotánica y teoría arqueológica:** discusiones desde Sudamérica. Bogotá: Universidad de Los Andes/Ediciones Uniandes, 2008. p. 51-65.

ISBN 978-85-8209-066-4

SCHEEL-YBERT, Rita; GASPAR, Maria D.; YBERT, Jean-Pierre. Antracologia, uma nova fonte de informações para a arqueologia brasileira. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 6, p. 3-9, 1996.

_____. Vegetation stability in the Southeastern Brazilian coastal area from 5500 to 1400 14C yr BP deduced from charcoal analysis. **Review of Palaeobotany and Palynology**, v. 110, p. 111-138, 2000.

_____ *et al*. Proposta de amostragem padronizada para macrovestígios bioarqueológicos: antracologia, arqueobotânica, zooarqueologia. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 15-16, p. 1-25, 2005-2006.

SILVA, Francini M. *et al*. Recuperação de macrovestígios em sítios arqueológicos na Amazônia: nova proposta metodológica para estudos arqueobotânicos. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas**, Belém, v. 8, n. 3, p. 759-769, set./dez. 2013.

SOUZA, Rosa C. C. L. *et al*. Archaeozoology of marine mollusks from Sambaqui da Tarioba, Rio das Ostras, Rio de Janeiro, Brazil. **Zoologia**, v. 27, n. 3, p. 363-371, jun. 2010.

STRUEVER, Stuart. Flotation techniques for the recovery of small-scale archaeological remains. **American Antiquity**, v. 33, n. 3, p. 353-362, 1968.

VEIGA, Sebastião P. M. Estácio da. **Antiguidades monumentaes do Algarve:** tempos prehistoricos. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886.

WATSON, J. P. N. Fragmentation analysis of animal bone samples from archaeological sites. Archeometry, v. 14, n. 2, p. 221-228, 1972.

WOLVERTON, S.; DOMBROSKY, Jonathan; LYMAN, R. L. Practical significance: ordinal scale data and effect size in zooarcheology. **Internacional Journal of Osteoarchaeology**, v. 26, p. 255-265, 2016.

III ENIPAC
Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

A LEGISLAÇÃO SOBRE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E MEIO AMBIENTE

Franciele da Silva Camara[1]
Patricia de Oliveira Areas[2]

Resumo: A proteção do patrimônio cultural e ambiental é algo muito relevante que remete à problemática contemporânea de preservação tanto dos bens culturais quanto da fauna, da flora e de toda a biodiversidade envolvida relativas às questões ambientais. Tal assunto é interdisciplinar na medida em que trata de patrimônio, e este, conforme o campo que se estuda, assume novos sentidos, que podem estar imbricados. Nesse contexto, o objetivo deste artigo foi apresentar as legislações protetivas da cultura e do meio ambiente, bem como mostrar as maneiras pelas quais qualquer cidadão pode acionar a justiça para a proteção de tais patrimônios. O Ministério Público possui entre suas funções a promoção do inquérito civil e a a**ção** civil p**ública** para proteger cultura e meio ambiente. Nesse sentido, a Constituição Federal traz em seus dispositivos a preocupação com os bens culturais assegurados respectivamente nos artigos 215 e 216 e seus parágrafos, e também com o meio ambiente, expressa no artigo 225. Estudar a legislação acerca da proteção do patrimônio cultural e ambiental contribui para difundir **à** população que existem mecanismos legais para proteção do patrimônio. Dessa maneira, o presente artigo trata da proteção ambiental enquanto patrimônio cultural, uma vez que, para existir a proteção do bem cultural, deve ser assegurado primeiramente o meio em que esse bem se encontra. Então, tanto no meio urbano quanto no rural, na floresta ou em qualquer lugar, o lema atual é proteger e garantir o meio ambiente para as presentes e as futuras gerações, assim como proteger a cultura. Como resultado da pesquisa, tem-se a descoberta de diversos regramentos que visam proteger o patrimônio cultural e ambiental. Da análise normativa, fica evidente que a legislação nacional se pauta pelos tratados e pelas cartas patrimoniais a respeito do tema, bem como se sustenta sobre os princípios constitucionais. Nessa perspectiva, é importante o estudo na natureza jurídica tanto dos bens culturais quanto dos bens ambientais. Esses bens possuem farta legislação referente ao assunto. O método utilizado foi dedutivo e baseado na legislação e doutrina acerca do tema.
Palavras-chave: patrimônio; cultura; meio ambiente; legislação; proteção.

INTRODUÇÃO

O presente artigo trata do patrimônio cultural e meio ambiente, estudando as principais legislações que protegem os bens culturais e ambientais e destacando a inter-relação que esses dois assuntos possuem. Torna-se relevante apresentar as legislações que salvaguardam tais patrimônios e mostrar que esses regramentos também podem ser acionados pela sociedade civil. Neste artigo, ainda será evidenciado que tanto os bens culturais quanto os bens ambientais possuem a mesma natureza jurídica: são bens difusos.

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille), bolsista do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (Uniedu/SC).
[2] Professora doutora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille.

ISBN 978-85-8209-066-4

PATRIMÔNIO CULTURAL E MEIO AMBIENTE: A LEGISLAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA

No cenário nacional, a inquietação acerca de bens culturais tem raízes no século XX, principalmente a partir de 1922, com a intitulada Semana de Arte Moderna. O evento teve como um dos principais articuladores Mário de Andrade. Segundo Chuva (2012, p. 150), "é sabido que, nos anos 30, Mário de Andrade encarnou o papel de agente do poder público para a promoção da cultura brasileira, [tendo] lançado [...] as bases para ação do Estado na preservação do patrimônio artístico no Brasil". E esse esforço representa uma primeira forma de garantir a acepção de identidades com objetos quaisquer.

Ainda refere Chuva (2012, p. 151) que "Mário de Andrade apontava para uma concepção integral da cultura, na qual concebia patrimônio em todas as vertentes e naturezas, sendo que o Estado deveria estar pronto para uma atuação integradora". Essa ação do Estado não seria uma garantia definitiva da verdadeira proteção ao patrimônio cultural que na época se iniciava. Com isso, era necessário prover instrumentos aptos à proteção do patrimônio cultural.

Nessa perspectiva, parece que Mário de Andrade era um homem à frente de seu tempo. Ele influenciou decisivamente no conceito de proteção do patrimônio cultural. E esse conceito, passadas décadas, foi gradativamente sendo absorvido pela maioria dos teóricos. Por fim, na concepção atual, resumidamente, segundo Arantes (2008, p. 1),

> a expressão patrimônio cultural designa o conjunto de bens oficialmente protegidos, tangíveis e intangíveis, que participam da construção do pertencimento, das identidades e da continuidade da experiência social, no âmbito dos processos de formação transformação das nações contemporâneas e das relações internacionais.

Essa conceituação traz, além dos bens tangíveis e intangíveis, a questão do pertencimento e da identidade com determinado grupo ou sociedade. Dessa forma, os próprios bens que integram o patrimônio cultural se transformam em mecanismos para garantir a existência e o reconhecimento de uma identidade.

Após as movimentações da Semana de Arte Moderna no Brasil, surgiram importantes instrumentos de proteção ao patrimônio cultural. Entre eles, destaca-se a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e do Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937 (CHUVA, 2012). Esse decreto dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, conforme dita o artigo 1.º:

> Artigo 1.º. Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interêsse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937).

Delphim (2009), ao estudar a legislação do patrimônio cultural e a legislação de proteção desse patrimônio, comenta que ambas surgiram na década de 1930. E mais, sugere que essa concepção está fortemente enraizada nas concepções que foram introduzidas no âmbito da Semana de Arte Moderna. O autor assim refere:

> A legislação estabelece que o patrimônio histórico e artístico nacional é constituído pelo conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país, cuja conservação seja de interesse público, por sua vinculação a fatos históricos memoráveis ou por apresentarem excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico. De forma análoga a esses bens, aos quais são equiparados, são considerados os monumentos naturais, os sítios e as paisagens que importem conservar e proteger pela feição notável com que foram dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (DELPHIM, 2009, p. 167).

Após algumas décadas, durante a retomada democrática, lançou-se a Constituição Federal de 1988. A carta de direitos ampliou o conceito de cultura nacional, expandindo os meios definidos para a sua proteção. Na perspectiva absorvida pela Constituição, considera-se patrimônio cultural brasileiro o conjunto dos bens de natureza material e imaterial portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da nossa sociedade. Delphim (2009, p. 168) contribui com esse pensamento, ao dizer: "Foi somente a Constituição Federal da República Federativa de 1988 que definiu, de forma ampla e pormenorizada, o interesse pelo patrimônio natural e cultural do Brasil, em dois diferentes capítulos [...] capítulo sobre o Meio Ambiente [...] Capítulo da Cultura".

Seguindo essa lógica, cabe citar o § 1.º do artigo 215 do texto constitucional. Segundo esse parágrafo, o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e de todos os

ISBN 978-85-8209-066-4

outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (BRASIL, 1988). Portanto, a proteção do patrimônio cultural envolve não apenas a cultura dominante em uma nação, mas a proteção de todas as culturas existentes em uma nação.

Retomando o já mencionado artigo 216 da Constituição Federal, o seu conteúdo, de forma explícita, diz que o patrimônio cultural pode ser material ou imaterial. Essa reflexão demarcou a nova realidade brasileira, que foi a incorporação do patrimônio intangível ou imaterial, pelo Decreto-Lei n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000 (BRASIL, 2000).

O § 1.º do artigo 216 da Constituição Federal dispõe sobre as formas pelas quais se protegerão o patrimônio material e imaterial. Para salvaguardar o patrimônio imaterial há o instrumento chamado de registro, o qual consta do supracitado § 1.º do artigo 216 (BRASIL, 1988). O registro é regulamentado pelo já especificado Decreto-Lei n.º 3.551/2000. Esse documento surgiu do alargamento e aprimoramento da proteção aos patrimônios culturais não contemplados pelo Decreto-Lei n.º 25/1937, o qual institui regras para a proteção dos bens imóveis permitindo sua preservação e conservação, garantindo a memória de um lugar de importância histórica (BRASIL, 1937).

O registro criado pelo Decreto-Lei n.º 3.551/2000 é um instrumento que permite o reconhecimento oficial de determinado bem como patrimônio imaterial (BRASIL, 2000). Na esteira dessa condição, institui-se o compromisso do Estado em documentar, salvaguardar e produzir conhecimento sobre esse bem.

É digno de notícia que a Emenda constitucional n.º 71, de 29 de novembro de 2012, inclui o artigo 216-A. O mencionado artigo trata do Sistema Nacional de Cultura (SNC), o qual preconiza um sistema de colaboração entre entes federados para que se promova o desenvolvimento humano, social e econômico dos direitos culturais. Estabelece, ainda, os princípios norteadores do sistema, entre os quais se destaca o princípio da diversidade cultural, expresso no inciso I do artigo supracitado.

No caso brasileiro, são identificáveis os diversos patrimônios culturais que se apresentam em cada cidade que se visita. Da mera observação se percebem alguns traços de colonização, especialmente no que se refere aos traços arquitetônicos. A persistência de imóveis antigos, com arquiteturas que remontam aos séculos XVI e XVII, pode revelar que o povo de uma cidade dá importância à preservação do patrimônio. Como assevera Le Goff (1990, p. 535):

> De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.

Para Nora (1993), quando descreve sobre os lugares de memória, os museus também revelam objetos relacionados ao passado de cada cidade e ao modo como se preserva esse passado. Nesse contexto, cabe ainda a proteção do patrimônio natural.

A natureza jurídica do patrimônio cultural, assim como a do patrimônio ambiental, é de bem difuso. Segundo Mourão (2009), os bens difusos foram reconhecidos na Constituição Federal, em seu artigo 129, inciso III, bem como um sistema de garantias. Conforme o autor, foi somente com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/1990) que os bens difusos passaram a ter conceituação. Em tal código, o artigo que expressa essa conceituação é o artigo 81, parágrafo único e inciso I:

> Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:
> I- interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste Código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.

Os bens difusos são aqueles que, conforme explica Mourão (2009, p. 76), possuem as seguintes características: transindividualidade, indivisibilidade e titularidade indeterminada. São transindividuais, pois extrapolam o limite de direitos individuais, indeterminados em razão de não poder se definir os titulares, isso porque pertence a todos e a ninguém simultaneamente.

Mourão (2009), ao comparar os direitos coletivos com os direitos difusos, argumenta que a diferença entre ambos reside na determinabilidade dos sujeitos, que ocorre nos direitos coletivos, diferentemente dos difusos. Como cita Mourão (2009, p. 77-78):

> Os direitos coletivos, assim como os direitos difusos, são transindividuais (ultrapassam o limite da esfera de direitos e obrigações de cunho individual), mas possuem como característica particular a determinalidade de seus titulares, o que não ocorre com os interesses difusos, que pertencem a todos e a ninguém ao mesmo tempo. Os titulares do interesse coletivo são, portanto, identificáveis, apesar de não ser possível, em certas ocasiões determinar todos eles.

ISBN 978-85-8209-066-4

Morato Leite (2003), ao parafrasear Benjamin (2003), define os direitos difusos com cinco características: a transindividualidade, a indeterminabilidade de seus sujeitos, a indivisibilidade ampla, a indisponibilidade no campo relacional jurídico e, por fim, a ressarcibilidade indireta. De acordo com o autor:

> 1.“a transindividualidade real ou essencial ampla”, quando o número de pessoas ultrapassa a esfera de atuação dos indivíduos isoladamente considerados, para levá-las a uma dimensão coletiva. Outrossim, esta transindividualidade real significa dizer que a pluralidade de sujeitos chega a ponto de se confundir, muitas vezes, como a comunidade;
> 2.“a indeterminabilidade de seus sujeitos”, isto é, as pessoas envolvidas são substancialmente anônimas;
> 3.“a indivisibilidade ampla, ou seja, uma espécie de comunhão”, tipificada pelo fato de que a satisfação de um só implica a satisfação de todos, assim como a lesão de um só constitui a lesão da inteira coletividade;
> 4.“a indisponibilidade no campo relacional jurídico”, por não dispor de titulares determináveis, apresenta dificuldades em transigir de seu objeto no campo jurídico-relacional;
> 5.“a ressarcibilidade indireta”, quando não houver a reparabilidade direta aos sujeitos individualmente considerados, levando em conta o caráter anônimo dos sujeitos) e, sim, ao fundo, para recuperação dos bens lesados (MORATO LEITE, 2003, p. 237).

Tais bens difusos são incluídos na categoria dos direitos difusos, que são de todos e podem ser protegidos por ação popular, requerida por qualquer cidadão, conforme preceitua a Constituição nos termos do artigo 5.º, LXXIII:

> LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência (BRASIL, 1988).

Também há a salvaguarda desses direitos pelo próprio Ministério Público. Como preconiza a Constituição Federal, é função do Ministério Público ingressar com ação civil pública para tutela do meio ambiente, nos termos do inciso III do artigo 129: “Promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos” (BRASIL, 1988).

Ainda a Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985, que trata sobre a ação civil pública para a responsabilização de quem quer que seja por danos morais e patrimoniais que sejam em desfavor do meio ambiente, do consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (BRASIL, 1985), conforme os ditames da Constituição Federal.

O termo meio ambiente, nesse sentido, é utilizado em uma perspectiva ampla. Para Silva (2008, p. 2), é “a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas”.

Assim, é necessário ressaltar, primeiramente, que esses direitos fundamentais possuem diferentes dimensões, segundo a nomenclatura de Sarlet (2004), ao usar a terminologia dimensões de direitos fundamentais em vez de gerações de direitos, esta última criada por Bobbio (1999). Ao aderir-se ao termo *dimensão*, transmite-se a ideia de complementariedade, ou seja, inter-relações. Enquanto geração dá o falso entendimento de surgimento de direito que não se renova, a dimensão dá um caráter de direito que pode ser complementado (SARLET, 2004).

As dimensões de direitos são os direitos fundamentais do homem, preconizados pelas cartas de direitos humanos e ratificados pelas constituições de cada país que integra atualmente a Organização das Nações Unidas (ONU). Em primeiro lugar, essas dimensões protegem os interesses individuais, após os sociais e, por conseguinte, os transindividuais. Assim, o trabalho tem como foco principal o direito ao meio ambiente e os direitos culturais, que são eminentemente transindividuais (SARLET, 2004).

É oportuno salientar que os direitos transindividuais se distinguem dos direitos individuais e sociais, porque, enquanto nos individuais se tem como titular o ser humano isolado e, nos sociais, os seres humanos em grupos, os transindividuais correspondem, de forma solidária e universal, a todos os homens. Segundo Gorczevski (2005, p. 77), “as novas circunstâncias atuais exigem que a titularidade dos direitos corresponda, solidária e universalmente, a todos os homens”.

Por isso, a própria concepção de direito aqui se modifica, conforme Morais (1996, p. 24-25):

> São interesses que se referem a categorias inteiras de indivíduos e exigem uma intervenção

ISBN 978-85-8209-066-4

> ativa, não somente uma negação, um impedimento de violação – exigem uma atividade. Ao contrário do direito excludente, negativo e repressivo de feitio liberal, temos um direito comunitário, positivo, promocional. Chega a ser um direito educativo, no sentido que busca criar, antes que reprimir, uma consciência de compromisso com atos futuros. Castigar o passado, além de insuficiente é ineficiente para seus objetivos, se quer apenas promover o presente.

Comunga desse pensamento Gorczevski (2005), afirmando que tal direito diz respeito ao terceiro elemento preconizado pela Revolução Francesa: o princípio da fraternidade.

Nesse sentido, Almeida e Moisés (2002, p. 103), por sua vez, acentuam que "os Estados devem cooperar com o espírito de solidariedade mundial para conservar, proteger e restabelecer a saúde e a integridade do ecossistema da Terra".

Essa dimensão de direitos transindividuais ainda se subdivide em direitos coletivos e direitos difusos, e nessa última categoria estão o direito ao meio ambiente e o direito à cultura.

Os interesses difusos, segundo Miranda (2006, p. 67), são aqueles "dispersos por toda a comunidade e que apenas a comunidade, enquanto tal, pode prosseguir, independentemente de determinação de sujeitos". Essa indefinição de sujeitos, dos direitos difusos, sofre críticas de alguns doutrinadores pelos seguintes argumentos, detalhados por Fernándes-Largo *apud* Gorczevski (2005, p. 77): a) não possuir um titular que o reivindique; b) não possuir proteção jurídica; c) as legislações não têm competência para legislar sobre direitos universais. Tais pontos são rebatidos, respectivamente: a) pelo fato de a coletividade poder se reunir e, por meio de uma organização da sociedade civil, por exemplo, reivindicar e reclamar; b) porque, por não existir leis, não significa que não haja direitos, já que a história dos direitos humanos começou pelo clamor de justiça; c) pois todos os direitos humanos são universais. Sobre os direitos difusos do meio ambiente e da cultura, apesar de não estarem no artigo 5.º da Constituição Federal, são direitos fundamentais pertencentes a todos, assim como afirma Miranda (2006, p. 16-17):

> À propósito, Ingo Wolfang Sarlet cita como exemplo de direitos fundamentais deslocados do rol do Título II da Constituição Federal Brasileira o direito à proteção do meio ambiente (art. 225) e a garantia do exercício dos direitos culturais (art. 215). Ademais, a proteção ao patrimônio cultural, que objetiva a tutela de interesses pertencentes ao gênero humano, trata-se de direito transindividual difuso, uma vez que pertence a todos ao mesmo tempo em que não pertence, de forma individualizada, a qualquer pessoa.

Nesse contexto, o meio ambiente e a cultura encontram o ponto que assumem similitude na esfera dos direitos. Conforme a doutrina, aqueles são reconhecidos como direitos difusos, também sendo denominados de transindividuais (como já referido), metaindividuais ou plurissubjetivos. Sobre isso disserta Morato Leite (2003, p. 236):

> Esclarece-se que os interesses coletivos, lato senso, são os difusos, e os coletivos estrito senso, e que os individuais homogêneos foram inseridos artificialmente nos coletivos. Tais interesses coletivos são também chamados, pela doutrina, transindividuais, metaindividuais ou plurisubjetivos, pois ultrapassam a esfera de um indivíduo particularmente considerado e dizem respeito a um número maior de pessoas.

Conforme Sarlet (1998, p. 135), os direitos difusos têm como principal característica ser "de todos e (de) cada um, de cada um e de todos". Assim, a proteção do patrimônio cultural é uma consequência dos direitos garantidos constitucionalmente pela carta magna nacional, bem como dos tratados de que o país é signatário. A Constituição Federal garante aos cidadãos o direito de ter cultura e acesso a essa cultura e ao meio ambiente nas suas várias acepções. Logo, os artigos 215, 216 e 225 da Constituição demonstram um dever imposto ao poder público (leiam-se União, estados e municípios) e à sociedade em geral.

Diante disso, com o uso adequado das legislações já existentes, poder-se-ão demonstrar as formas de garantir o direito da comunidade de ter seus direitos culturais resguardados pelo ente estatal (Ministério Público) e também por intermédio da mobilização da própria população ou de determinados grupos.

ISBN 978-85-8209-066-4

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo o que foi estudado neste artigo, conclui-se que há diversas legislações que buscam a proteção dos bens culturais e ambientais. Além dessas leis e desses decretos, a própria Constituição Federal em seu texto consagrou artigos específicos para a tutela desses bens, como os artigos 215, 216 e 225, cuja natureza jurídica é difusa. Isso porque são direitos de todos, logo, uma série de direitos fundamentais está envolvida, como o direito de ter sua cultura preservada e o direito a um ambiente saudável e equilibrado, à própria vida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme Assis de; MOISÉS, Perrone (Orgs.). **Direito internacional dos direitos humanos:** instrumentos básicos. São Paulo: Atlas, 2002.

ARANTES, Antonio A. Patrimônio cultural: desafios e perspectivas atuais. *In*: **Patrimônio imaterial:** política e instrumentos de identificação, documentação e salvaguarda. Brasília: Unesco, Iphan, MinC, 2008.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. São Paulo: Campus, 1999.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 nov. 2015.

_____. **Decreto-Lei n.º 25**, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília, 1937. Disponível em:

_____. **Decreto-Lei n.º** 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccvil_03/decreto/D3551.htm>. Acesso em: 20 maio 2016.

_____. **Lei n.º 7.347**, de 24 de julho de 1985. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências. 1985. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7347orig.htm>. Acesso em: 20 maio 2016.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 34, 2012.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. O patrimônio natural no Brasil. *In*: FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra C. A.; RAMBELLI, Gilson (Orgs.). **Patrimônio cultural e ambiental:** questões legais e conceituais. São Paulo: Annablume, 2009.

GORCZEVSKI, Clóvis. **Direitos humanos:** dos primórdios da humanidade ao Brasil de hoje. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2005. 77 p.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão *et al*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MIRANDA, Jorge. **Manual de Direito Constitucional**. Coimbra: Coimbra, 1988. Tomo IV.

MORAIS, José Luís Bolzan de. **Do direito social aos interesses transindividuais:** o Estado e o Direito na ordem contemporânea. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.

MOURÃO, Henrique Augusto. **Patrimônio cultural como um bem difuso**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

ISBN 978-85-8209-066-4

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI:** do monumento aos valores. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

SARLET, Ingo. **A eficácia dos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2008.

LENDAS COMO REGISTROS IDENTIFICADORES DE PAISAGENS CULTURAIS

Paulo Santos da Silva[1]
Taiza Mara Rauen Moraes[2]

Resumo: Falar sobre lendas é falar sobre a memória recriada a cada (re)conto que nasce de fatos reais. Nesse sentido, às lendas são acrescidas informações, ora sintetizadas, ora transformadas em novas narrativas em que são difundidos registros de memória que mantêm vivas tradições coletivas e paisagens culturais. As lendas coletadas em Guaratuba (PR) contadas por vozes de mulheres, com base em pesquisa desenvolvida nos anos de 2014 e 2015, reafirmam Ricoeur (1995) ao sinalizar que em cada versão o lendário (re)inaugura "novas formas de narrativas, que ainda não sabemos dominar", num metamorfismo contínuo fixando culturas de linguagens em fluxo. Portanto, novas formas de narrar as lendas transmitem memórias de grupos, de uma época e cultura, revivendo pela oralidade no tempo presente histórias que recuperam tradições dos grupos envolvidos, cuja memória permite o sentido da orientação na passagem do tempo, que vem em mão dupla, do passado para o futuro e também do futuro para o passado pelo presente em que se vive, delineando paisagens culturais. Assim, no ato de narrar lendas, perpassam jogos ideológicos que podem apontar para o entendimento de como essas narrativas são recontadas no tempo presente, de como elas permitem novos e múltiplos olhares sobre as paisagens das quais se originam e de como elas, as narrativas, podem ser vistas como memória de um grupo que se considera autor de sua própria história e faz da realidade vivida suas representações.
Palavras-chave: atores sociais; memórias; lendas: paisagem cultural.

INTRODUÇÃO

A proposta deste estudo foi vivenciar as lendas, ou seja, passear nos bosques da memória recriada a cada (re)conto. Essa memória contida nas lendas nasce de fatos reais, aos quais são acrescidas informações, sintetizadas e transformadas em novas narrativas, bem como registros difundidos oralmente e recuperados, mantendo vivas tradições coletivas e paisagens culturais. Assim sendo, as lendas perpassam o real e adentram no reino do fantástico, do maravilhoso, visando à percepção do "lado épico da verdade", proposição do crítico e filósofo Walter Benjamin (1994, p. 200).

As lendas coletadas em Guaratuba (PR) foram contadas por vozes de mulheres, com base em pesquisa desenvolvida nos anos de 2014 e 2015, por Paulo Santos da Silva, reafirmando Paul Ricoeur (1995, p. 46) ao sinalizar que em cada versão o lendário (re)inaugura "novas formas de narrativas, que ainda não sabemos dominar", num metamorfismo contínuo fixando culturas de linguagens em fluxo. Portanto, novas formas de narrar as lendas transmitem memórias de grupos de uma época e cultura, revivendo pela oralidade no

[1] Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille), pesquisador do Grupo de Pesquisa Imbricamentos de Linguagens e professor do Instituto Superior de Educação de Guaratuba (Isepe Guaratuba) – cursos de Pedagogia e Direito.
[2] Doutora em Letras pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professora da Univille do curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, líder do Grupo de Pesquisa Imbricamentos de Linguagens.

ISBN 978-85-8209-066-4

tempo presente histórias que recuperam tradições. Pensamos as lendas como uma coletânea dos rastros deixados pelos acontecimentos que afetam o curso da história dos grupos envolvidos, cuja memória permite o sentido da orientação na passagem do tempo, que vem em mão dupla, do passado para o futuro e também do futuro para o passado pelo presente em que se vive – o foco da pesquisa.

Assim, pelo ato de narrar lendas perpassam jogos ideológicos que podem apontar para o entendimento de como essas narrativas são recontadas no tempo presente e de como elas podem ser vistas como memória de um grupo que se considera autor de sua própria história e faz da realidade vivida suas representações, vivenciando então não somente as narrativas lendárias, mas também a própria paisagem local na qual se contextualizam e formam relatos a quem as recupera.

Nesse sentido, os registros das representações e memórias das lendas guaratubanas resultaram na criação de um *blog* pelo pesquisador Paulo Santos da Silva denominado de “Guaratuba em histórias”, disponível em: http://guaratubaemhistorias.zip.net, alimentado pela colaboração de alunos do curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação de Guaratuba (Isepe Guaratuba) e de um círculo de leitura constituído por cinco mulheres residentes no município de Guaratuba, Paraná, cujos encontros foram filmados em um documentário e estão disponibilizados no Laboratório de História Oral (LHO) da Universidade da Região de Joinville (Univille).

As primeiras constatações sinalizaram que as lendas demarcam dados culturais associados à fundação desse município paranaense em meados do século XVIII, segundo se percebe ao analisar escritos de Mafra (1952), e nelas há memórias sobre escravos lamuriosos, formação de morros, noivas fantasmas, tesouros enterrados, entre outros que até hoje favorecem o surgimento de representações.

Existem historicamente registros na literatura que por meio de releituras narrativas é possível compreender representações de poder social e memória que, uma vez compreendidas, nascidas que são de um pertencimento social, saltam aos olhos do pesquisador permitindo a este referências paisagísticas nas quais estão incrustadas essas narrativas a cada releitura possível, já que o discurso é sempre composto de vozes que se entrecruzam, conforme Foucault (2008), visto que as lendas recebem a cada releitura novas ressignificações.

As lendas são memórias de quem as viveu e retêm representações em jogos de poder, podendo ser recuperadas de forma coletiva, diferentemente do que foram no passado. Nelas, memória e passado entrecruzam-se, completam-se e, como sinaliza Ricoeur (2007, p. 26), “a memória é passado, independentemente do que possa significar a preteridade do passado”. Assim, pela memória, organizamos os encadeamentos dos fatos e das lendas que circulam em Guaratuba e se apresentam como um viés à análise e compreensão não somente da memória, mas também das representações em jogos de poder e até da imagética paisagística que desse espaço social podem fazer parte, uma vez que essas lendas não foram criadas no presente, mas sim em um passado e ciclicamente se recuperam e fazem circular valores.

A partir daí, surgiu um problema: os discursos presentificados de mulheres guaratubanas, recuperados em sessões de um círculo de leitura que aconteceram entre os meses de janeiro a julho de 2015, nos quais as lendas foram reconfiguradas pela releitura, revelam representações e jogos de poder? Discursos nascidos em outros tempos, descobertos e pronunciados por atores sociais do presente, tornam-se “portadores das marcas que remetem à instância de sua enunciação e essas marcas, uma vez decifradas, podem liberar, por uma espécie de memória que atravessa o tempo, significações, pensamentos, desejos, fantasmas sepultados” (FOUCAULT, 2008, p. 139) e que, diante da releitura, dos seus traços, da decifração e da memória, arrancam o discurso passado de sua inércia e recuperam a vivacidade perdida.

O recorte e a análise das lendas realizados aqui e também o círculo de leitura procuraram não privilegiar esta ou aquela cultura ou povo, pois foram apenas evocações de memória das pessoas que participaram desse evento de leitura. Além disso, essas lendas foram e devem ser vistas como narrativas cujas imagens, desprendidas que são da vivência das participantes, aguçam a imaginação social. Como as lendas são memória, arrastam outras representações e imagens sociais já demarcadas por ideologias, inclusões e exclusões dessa e daquela cultura, preservando e apontando novos e significativos olhares sobre a paisagem.

ISBN 978-85-8209-066-4

AS LENDAS DE GUARATUBA ENQUANTO MEMÓRIA SOBRE A PAISAGEM

Figura 1 – *Morro do Brejatuba*



Fonte: *web*

Pode-se pensar a paisagem como algo inerente à passagem do homem pela terra. Nesse sentido, a paisagem "coloca em questão a totalidade do ser humano, suas ligações existenciais com a Terra, ou, se preferirmos, sua geograficidade original: a Terra como lugar, base e meio de sua realização", conforme apregoa Dardel (2011, p. 31). Logo, há que se pensar que a "menor variação de uma imagem maravilhosa deveria servir-nos para sutilizar nossas investigações. A sutileza de uma novidade reanima origens, renova e redobra a alegria de maravilhar-se", salienta Bachelard (1988, p. 3).

Assim entendido, a paisagem oferece um horizonte, que pode ser até mesmo vislumbrado pelas lendas, memórias e representações que estas, por sua vez, permitem e, por essa permissão, lhes revela um lugar que faz sentido à condição humana que ali habita. Isto é, o homem dando significância cultural à paisagem e esta devolvendo a ele traços de identidade e maravilhamentos.

Para chegar a esse modo de ver a paisagem pelas lendas, diante de uma proposta de elencar e estudar problemas, memória e as representações velados no seio de um grupo social, de uma comunidade, buscou-se a metodologia da história oral, pela qual se tem o imperativo de testemunhar que algo aconteceu por um viés que oportuniza o estudo de "diferentes formas de articulação de atores e grupos, trazendo à luz a importância das ações dos indivíduos e de suas estratégias" (ALBERTI, 2003, p. 24). Por tais formas de articulação, abrem-se possibilidades de analisar as experiências que os atores sociais viveram ou vivenciam em seus grupos e até mesmo de ver a paisagem como uma fonte de valores em que está situada cada narrativa como um berço de origem, uma matéria-mãe das lendas narradas em cada encontro do círculo de leitura, pois cada uma procedia de um lugar fértil e conduz a lembranças ou a esquecimentos deste ou daquele lugar, e até mesmo vê-lo pela repulsa, pelo medo, ou acolhimento social.

Assim sendo, é perfeitamente capaz que a matéria de uma paisagem "nos atraia para as profundezas de sua pequenez, para o interior de sua semente, até o princípio de seus germes? [...]. É por se ter tornado um centro de interesse que o centro da matéria entra no reino dos valores" (BACHELARD, 1990, p. 3). Com base nesses valores, podem-se deixar de lado velhos pontos de vistas, esquecendo-os completamente, ou mesmo fortalecê-los pelas lembranças.

Lembrar e esquecer são movimentos da memória e, como sinaliza Ricoeur (2007), o ato de esquecer e o de lembrar caminham próximos um do outro. Ver uma coisa é não ver outra. Contar essa narrativa ou esquecer outra faz parte da memória, e o esquecimento tanto pode ser um apagamento definitivo dos rastros do que foi apreendido anteriormente quanto um impedimento provisório, este mesmo superável,

ISBN 978-85-8209-066-4

oposto à sua reanimação. Esquecemos porque, diante da sucessão dos acontecimentos e de classificação como memórias boas ou ruins, de regozijo ou aflição, como remédios ou venenos, o ato de guardar tais memórias ou de esquecê-las faz parte da rotina dos atores sociais de um determinado grupo e também daqueles que governam as comunidades ou nações, que na ânsia de contar uma história acabam por deixar ou esquecer partes de outras histórias. Todavia o esquecimento não deve ser tratado como disfunção, "mas como o avesso de sombra da região iluminada da memória, que nos liga ao que se passou antes que o transformássemos em memória" (RICOEUR, 2007, p. 40).

Os atos do esquecer ou do lembrar estiveram presentes nos encontros do círculo de leitura. Por exemplo, o segundo encontro desse círculo, realizado no dia 24 de março de 2015, foi o momento de lembrar e reviver as memórias da infância de duas participantes. Cleia contou que próximo ao Morro do Brejatuba, à beira da praia, havia um rio do qual ela não lembrava o nome, que desembocava na praia e que tinha uma ponte, mais tarde denominada de pinguela. Era por essa ponte pequena que as pessoas passavam para ir se banhar no mar. "*Tinha um morador, Seu Emiliano, um pescador, que morava ali.* [...] *Naquela época da minha infância* [...] *tinha uma canoinha e a gente passava a tarde brincando ali*", comentou Cleia. Também se lembrou das narrativas que o pescador contava às crianças: "Às vezes, esse pescador contava história e junto com isso ele colocava também algumas coisas que eram para assustar, pra gente não ir naquele mato. E de como ele secava os peixes*. Ele fazia secagem de peixes num varalzinho, era bem rústico... Bem primitivo... Bem caiçara*".

O termo *caiçara* refere-se ao nativo do litoral, pescador nativo, ou quem assim se considera, como representação de homem rústico, adjetivo lembrado pelas duas participantes no sentido de indicar à memória que se é do lugar, que já se vive o lugar em suas raízes, igualmente aos primeiros habitantes de Guaratuba, já que a palavra é de origem tupi-guarani, da qual descenderam os carijós. Esses indígenas são nomeados como os primeiros habitantes, e os nomes de alguns morros, praias e rincões, além do nome do município, trazem memórias sobre a presença deles. Todavia há pouquíssimos registros históricos dessa presença. Mafra (1952, p. 89), por exemplo, apenas os descreve como "os habitantes nativos de Guaratuba e que por aqui séculos viveram". Em outro momento, com o título de *Os bugres em ação*, menciona uma invasão que eles fizeram a um sítio local:

> Nômades, vagueavam por todos os lados, fugindo da perturbação que a ação civilizadora os fazia experimentar. [...] Certa feita, foi o nosso município invadido por uma horda de selvagens aterrorizando os habitantes do sítio, que motivou uma representação assinada por 125 pessoas e datada de 1.º de março de 1875, expondo à Câmara o assalto dos bugres no lugar (chamado) Pai-Paulo, deste município (MAFRA, 1952, p. 109).

Mafra também relata que nos escritos de Saint-Hilaire, da viagem que este fez em 1820 para os lados de cá, "a maior parte dos habitantes são mestiços de portugueses e índias" (MAFRA, 1952, p. 297).

Os indígenas carijós, de descendência tupi-guarani, habitavam sobretudo o Sul do Brasil. Daí possivelmente os brancos colonizadores de Guaratuba se uniram às mulheres dessa tribo e começaram a povoar a cidade. De acordo com Cabral (1968), citado por **Ávila** (2010, p. 11), os carijós residiam em choças, viviam em tribos, e boa parte da alimentação partia da agricultura produzida pelas mulheres. O pesquisador Cabral relata ainda que os carijós eram exímios arqueiros e desde meninos já aprendiam como utilizar as armas. Como outros indígenas, tinham o hábito de cantar, dançar nos rituais da tribo. Sabiam preparar bebidas fermentadas e traçar cestos, redes e esteiras e eram pescadores.

Outros registros da passagem dos carijós nessa região partem apenas das memórias de pescadores e, normalmente, referindo-se aos nomes dos principais morros, como Cabaraquara e Brejatuba, de praias (Caieiras, Brejatuba, Barra do Saí), rios ou ilhas, bem como a Ilha da Sepultura, sobre a qual se diz que era uma espécie de cemitério indígena. É também referência a eles a lenda do morro do Brejatuba, cujo nome já vem de origem indígena: Itacunhatã.

Itacunhatã faz parte da tradição indígena de narrar sobre criações rochosas; o sobrenatural vem para explicar o que a ciência, ainda distante deles, não lhes explicava. Esse termo indígena nomeia uma rocha que forma o conjunto do Morro do Cristo, ou Morro do Brejatuba[3]. Conta a lenda que Itacunhatã era um guerreiro famoso entre os indígenas tinguis que se perdeu de amores por Juracê, da família dos carijós. Num passeio no alto do Brejatuba, Itacunhatã achou que havia conquistado Juracê. Ao envolver Juracê em seus braços, ela esquivou-se e saiu correndo, quando, de repente, caiu do alto do morro e foi engolida

[3] O Morro do Cristo ou Morro do Brejatuba denominam a mesma paisagem guaratubana. Geograficamente, o nome do morro é Brejatuba, entretanto, após a colocação de uma imagem de Cristo, popularmente esse nome passou a dividir as falas dos moradores e também dos visitantes que por ali passam.

ISBN 978-85-8209-066-4

por uma enorme onda. Itacunhatã atirou-se para salvá-la, mas as ondas recuaram, ele foi de encontro às pedras e acabou morrendo. O mar arrependeu-se e trouxe a jovem de volta para ser salva por Itacunhatã, que já não podia mais salvá-la. Assim o mar tem feito, trazendo sempre Juracê em suas ondas, para que um dia seja salva por Itacunhatã (CARNEIRO JR., 2005, p. 145).

Itacunhatã também aparece nos relatos orais de contadores de histórias guaratubanos. Na praia de Caieiras, em uma tarde de domingo, um desses contadores explicava, de umas pedras e com uma tarrafa nas mãos, a alguns turistas sobre o grande Morro do Cristo. Dizia-se que aquele morro passou a ser chamado de Tacunhatã (sem a letra inicial *i* da palavra indígena) há muito tempo – falava e gesticulava as mãos como se quisesse demonstrar a distância temporal empurrando as mãos no ar –, quando nem o homem branco tinha pisado nessas terras. Disse que aqui só havia índios e aí vieram os índios tinguis, que eram lá de cima (habitantes do planalto). Eles desceram a serra e vieram para o litoral para pescar tainhas e camarões.

Falou ainda que entre eles estava um bravo guerreiro, Tacunhatã. Já no litoral, esses índios decidiram visitar outros, da tribo carijó, também grandes guerreiros. Foi então que Tacunhatã conheceu Juracê, filha do chefe carijó, e o indiozinho perdeu-se de bons sentimentos. Mas a índia mostrou-se dissimulada. Entristecido com os encontros malogrados, o índio tingui buscou os conselhos de um dos velhos de sua tribo. O velho falou-lhe que Juracê também lhe tinha bons e puros sentimentos, porém que estes eram iguais às ondas do mar que acariciam as rochas, isto é, fugazes. Ondas que vêm e vão diante da rocha que tenta sempre envolvê-las; quando se pensa que o abraço acontecerá, as ondas retornam para o mar. Era preciso que Tacunhatã agarrasse a índia com toda a sua força de guerreiro. Como bom seguidor, Tacunhatã resolveu convidar Juracê para passear. Os dois foram até o ponto mais alto do Brejatuba. Após ardentes olhares, eles envolveram-se num abraço quase eterno. Porém, quando Tacunhatã ia beijar a jovem, selando aquele grande amor (o contador olhava em direção ao morro), Juracê deu um salto para trás e, nisso, desequilibrou-se e desceu até o mar, sucumbindo ao ser engolida por uma onda. Tacunhatã saltou em direção à **índia** na esperança de poder salvá-la, mas as ondas recuaram e o rapaz caiu nas pedras. O mar arrependeu-se e devolveu-o **à** terra, em que ele, inflando de seus últimos suspiros de amor, se elevou até quase o céu, transformando-se no Morro do Brejatuba, na esperança de que a jovem carijó, um dia, pudesse tocá-lo suavemente ao ser trazida pelas ondas do mar.

Em Guaratuba, essa tradição deu origem não somente às lendas sobre o Morro Brejatuba, ou o Morro do Cristo, como aponta para a forma de ver esse morro com base nessas narrativas, cuja paisagem não deve ser apenas a de um morro, mas a de um morro que recupera histórias: a princípio, de amor e dedicação indígena, os primeiros habitantes do solo guaratubano e brasileiro; depois, da mística, se vista sob a mira do Cristo que lá foi posto e que também é gerador de lendas[4].

[4] Sobre essa imagem do Cristo, ela está colocada no ponto mais alto do Morro Brejatuba, que forma um mirante natural com 38 m de altura, dando vista ao Oceano Atlântico e, de modo privilegiado, à cidade de Guaratuba. Há nesse morro uma escadaria de 199 degraus que conduz até os pés da imagem. "No alto do morro, a imagem do Cristo Redentor, com 8,30 m de altura, abençoa a cidade. Doada, a partir de uma promessa que fez, por Josefa do Amaral em 23 de junho de 1953. A imagem tem um braço estendido em direção à cidade e outro sobre o corpo, com a mão no coração". Informações disponíveis em: <http://www.guaratuba.pr.gov.br/portal/index.php/turismo/156-morro-do-cristo>. Acesso em: 28 ago. 2016. Mas essa posição do braço nem sempre foi assim. Conta-se nas narrativas orais dos mais antigos que um prefeito, não contente com o que via, resolveu derrubar a imagem por volta do ano 2000. No momento do ato, a cabeça do Cristo rolou morro abaixo quase destruindo um restaurante que ficava ao pé do morro. Inconformada com esse ato sacrílego, a população exigiu que fosse o símbolo cristão recolocado em seu devido lugar. Isso foi feito, porém o pedestal em que a figura está assentada agora é mais alto, e a mão que antes se voltava ao fim da baía, para livrar os pescadores dos naufrágios que os acometiam, motivo da promessa de Josefa, agora estava estendida à avenida principal, 29 de Abril. Essas informações derivam das narrativas orais de pescadores e pessoas mais velhas que moram em Guaratuba há muito tempo. A maioria deles nasceu no município e viu muitas coisas que dão vida a outras coisas e lendas.

ISBN 978-85-8209-066-4

Figura 2 – *Morro do Brejatuba numa noite de lua cheia*



Fonte: João H. Sobanski

Portanto em um mesmo morro se vingam múltiplas imagens narrativas provenientes do mesmo espaço paisagístico recuperadas pelas lendas e que reanimam histórias dos guaratubanos com base em suas origens, renovando e redobrando a alegria de olhar para um morro e maravilhar-se pela memória e pelas representações de identidade e pertencimento social. “Isso não passa de um sonho!”, diriam alguns incrédulos. Todavia, é interessante ver a paisagem como a experiência onírica, defendida por Bachelard (1989, p. 5): “Antes de ser um espetáculo, toda paisagem é uma experiência onírica. Só olhamos com uma paixão estética as paisagens que vivemos antes em sonho. Mas a paisagem onírica não é um quadro que se povoa de impressões, é uma matéria que pulula”.

Nesse caso, ao ver a matéria mediante as narrativas do lendário, “ininterruptamente a imaginação reanima a memória, ilustra a memória”, como salienta Bachelard (1988, p. 20), e da paisagem se irrompem imagens dispersas, fragmentadas, mas efervescentes em vida; lenda e paisagem completam-se mutuamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relatos orais como os mencionados aqui nos permitem pensar que as lendas sobre os indígenas, enquanto representações e memória dessa herança primeira dos brasileiros, continuam vivas na atualidade, trazendo recordações de um passado indígena em Guaratuba e que podem ser compreendidos como registros de paisagens culturais. Nesse caso, essas lendas passam a ser os repositórios de informações culturais; a narrativa fixa a preservação do amor de um guerreiro que não mede esforços na conquista da amada. Ou, simplesmente registram “amores tornados inesquecíveis, todos os elementos da lembrança coletiva, numa imensa, vaga e radiosa recordação do passado comum” (CASCUDO, 1984, p. 129), mediante a memória, irrompendo em imagens dispersas e em um corpo de imagens que tais representações nos fornecem de pessoas que se dizem caiçaras. Ainda, Cleia afirmou: “*Meu avô passava quatro, cinco meses aqui, três meses em Curitiba... Então eu fiquei meio caiçara por causa do meu avô*”.

Os encontros do círculo de leitura, assim como o vídeo decorrente das experiências/vivências, propiciaram a recuperação de lendas sobre a origem do Morro do Brejatuba e dos espaços guaratubanos, bem como de ilhas, de navios, de outros morros, da Igreja, o que nos faz considerar que as narrativas lendárias surgem como premissas de um reencontro às origens e/ou raízes de um grupo. Quando essas origens não fazem parte dos arquivos históricos, um dos meios mais adequados para recuperá-las vem pela tradição das narrativas orais, incluindo aí as lendas relatadas pelos antecessores.

Com base nessas reflexões há espaço a uma questão: nos bosques das lendas ou das narrativas orais existem indícios culturais de modos de ver o mundo, de ver o presente antes vivido e que hoje já é

ISBN 978-85-8209-066-4

memória ou até mesmo história. Percebe-se que se proporciona o reencontro do ser com o seu tempo perdido e ele é associado ao coletivo, ao cultural do seu povo, já que, conforme relatam Moraes e Carvalho (2010, p. 3), a tradição oral em relatar lendas e outras narrativas orais "promove o reencontro com o tempo perdido". Esse tempo, contudo, abre espaço a algo maior: à velha casa das lendas, à cidade lendária. Essa casa-cidade que, assim descrita por Cora Coralina (2003, p. 105-109), é acolhedora e amiga, que reacende as coisas de outros tempos da gente e nos toma nos braços, nos enlaça e nos prende; é uma casa-cidade lendária que nos permite "euforia, levitação... Sinto-me renascer para o Canto Novo [...] Para ti, cidade-*mater*, este cântico perdido de quem volta às origens da Vida" (CORALINA, 2003, p. 109), de onde regam muita memória e representações várias. E a "memória está inscrita nos espaços, nos objetos, nas paisagens, nos odores, em múltiplos lugares e recuperá-la é associar-se ao coletivo e ao cultural" (MORAES; CARVALHO, 2010, p. 3).

Assim entendidas, as lendas tornam-se significativas fontes de informações para entender os grupos sociais, e até a nós mesmos e as nuanças da história de várias sociedades e suas paisagens, pois há nelas representações em jogos de poder e de memória.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar:** textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.

AVILA, Moacir Carlos Patrício. **Os Carijós na historiografia e nos livros didáticos de História de Santa Catarina**. 2010. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/handle/1/734/Moacir%20Carlos%20Patricio%20Avila.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 abr. 2015.

BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos:** ensaio sobre a imaginação da matéria. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. **A poética do devaneio**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. **A terra e os devaneios do repouso:** ensaio sobre as imagens da intimidade. Tradução de Paulo Neves da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Secretaria de Educação, 1968. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/handle/1/734/Moacir%20Carlos%20Patricio%20Avila.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 abr. 2015.

CARNEIRO JR., Renato Augusto. **Lendas e contos populares do Paraná**. Paraná: Secretaria de Estado da Cultura, 2005. (Cadernos Paraná da Gente; v. 3).

CASCUDO, Luís da Câmara. **Literatura oral no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1984.

CORALINA, Cora. **Villa Boa de Goyaz**. 2. ed. São Paulo: Global, 2003.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra:** natureza da realidade geográfica. Tradução de Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

MAFRA, Joaquim da Silva. **História do município de Guaratuba**. Guaratuba: [s.n.], 1952.

MORAES, Taiza; CARVALHO, Gabriela Cristina. **Memória de lendas por vozes femininas**. 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1298399507_ARQUIVO_Memoriasdelendasporvozesfemininas.pdf.2010>. Acesso em: 20 abr. 2015.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François *et al*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Tempo e narrativa**. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 1995. tomo II.

MAQUETES COMO INSTRUMENTO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Vitória Ulinoski Moch[1]
Eduarda Boufleuher da Silva[1]
Murilo de Melo Penha[1]
André Luis Ramos Soares[2]

RESUMO: A utilização de maquetes como recurso pedagógico no lugar de mapas ou apenas textos gera melhor assimilação dos conteúdos historiográficos e aproximação entre o passado e o presente, já que consegue representar de forma tridimensional práticas, hábitos, costumes e como uma sociedade se organiza. Os ecofatos, que servem para melhor entender o que determinado território fora no passado, possibilitam a reconstrução da paisagem que corresponde àquela sociedade e a melhor compreensão de como ela chegou à maneira atual. O conhecimento, que seria apenas teórico, consegue tornar-se dinâmico, pois abarca possibilidades e estimulações que vão além. Por isso, foram elaboradas formas de gerar um diálogo entre a maquete e as propostas que os conteúdos objetivam, para que houvesse compreensão mais abrangente. Outro aspecto evidenciado nesta pesquisa foi que muitas vezes a identificação entre o aluno e os temas trabalhados não aconteceu naturalmente, uma vez que povos como os sambaquis e guaranis, por exemplo, não estão no contexto sociocultural desse aluno, mas como parte da história brasileira, que é também parte da história discente. Também foi possível trazer à tona conversas sobre o patrimônio cultural, tanto no sentido material, evidenciado nos vestígios arqueológicos, quanto no sentido imaterial, pois, ao explicar uma organização social, se poderia falar sobre hábitos, costumes e modos de fazer que em alguns casos se perpetuam até os dias de hoje. A arqueologia possibilitou o estudo dessas culturas diferentes por meio da procura e análise de vestígios e, por isso, deve ser incluída no diálogo quando tratamos desses estudos, já que foi ela que reconstruiu e criou uma narrativa que nos ajuda a pensar a vida desses antepassados. Além disso, tais grupos sociais estudados com seus hábitos e costumes fazem também parte do patrimônio cultural do país e ajudaram a moldar até mesmo a maneira como nós nos encaramos hoje.
Palavras-chave: arqueologia; educação patrimonial; pré-história brasileira; maquete.

INTRODUÇÃO

Para a realização do ensino da história e da arqueologia, recorre-se geralmente aos livros didáticos. Esses livros não apresentam conhecimentos de maneira aprofundada. Pelo contrário, boa parte do conteúdo é generalizado, o que não dá ao aluno um aprendizado marcante.

A proposta de implementar as aulas com o uso de maquetes arqueológicas veio da ideia de criar uma aula diferenciada e interessante às crianças e aos adolescentes do ensino básico. As maquetes permitem a

[1] Acadêmicos do curso de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Estagiária do Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória (NEP) da UFSM, no qual são bolsistas da Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência (Fatec).
[2] Professor adjunto do Departamento de História da UFSM.

ISBN 978-85-8209-066-4

visualização tridimensional de algo, relacionando-se ao conteúdo dos livros.

No trabalho desenvolvido, levaram-se em conta registros arqueológicos específicos de cada cultura representada, como hábitos, cultura, atividades de subsistência. Os povos Acima de tudo, o objetivo foi levar aos estudantes a oportunidade de conhecer culturas das quais ainda temos heranças, mas que não são valorizadas da forma como deveriam.

A RELEVÂNCIA DO USO DE MAQUETES NO ENSINO DA HISTÓRIA

Levando-se em conta o atual sistema de educação, é notável a necessidade de inovações. Elza Nadai (1993, p. 143) afirma que o esgotamento educacional é visível no ódio que os jovens têm pela história como disciplina. A arqueologia, especialmente, não é tida como conhecimento que nos influencia, mas sim como algo apenas dos círculos acadêmicos.

Sendo a história uma ciência que lida com a subjetividade de tempos que não nos são mais acessíveis (GUARINELLO, 2003), faz-se essencial a criação de mecanismos capazes de gerar mais possibilidades de imaginação e compreensão de um lugar pré-histórico.

As maquetes arqueológicas têm como objetivo quebrar a monotonia e o afastamento com que os conteúdos são aplicados. Essas representações tridimensionais são fundamentadas em pesquisas arqueológicas e confeccionadas com materiais simples e interativos, o que facilita o diálogo entre o aluno e o conteúdo.

PROCESSOS SIMBÓLICOS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL POR MEIO DE MAQUETES

O processo de educação patrimonial dá-se pelo reconhecimento de bens culturais de uma determinada sociedade, o que deverá gerar sentimento de identidade e ainda se verá no coletivo, por meio da sensibilização, que será preservacionista desses mesmos bens.

> Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura [...] o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural [...] num processo contínuo de criação cultural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

É perceptível que esses processos simbólicos ocorrem, na maioria dos casos, a partir de bens materializados e de bens que correspondem a sua própria cultura, como a citação evidencia, ou aquilo que de fato faz parte do cotidiano dos alunos. Além disso, reconhece-se a necessidade de evidenciar a importância que os bens culturais têm até mesmo para expressar funções e significações de objetos que não falam por si só, mas que correspondem a rituais e fazeres. Por isso,

> patrimônio cultural não são somente aqueles bens que se herdam dos nossos antepassados. São também os que se produzem no presente como expressão de cada geração, nosso “Patrimônio Vivo”: artesanatos, utilização de plantas como alimentos e remédios, formas de trabalhar, plantar, cultivar e colher, pescar, construir moradias, meios de transporte, culinária, folguedos, expressões artísticas e religiosas, jogos etc. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p.)

Então, com base no Manual e Práticas para a Educação Patrimonial, pode-se perceber que, ao entender o processo de aprendizagem sobre patrimônio cultural, os alunos são capazes de uma ação ativa para a apropriação desses bens culturais. Enquanto se consegue mostrar que esses caminhos são reconhecidos e podem ser utilizados no âmbito sala de aula, também se verificam os patrimônios mediante as manifestações e expressões que são geradas e modificadas com o passar do tempo e por meio das gerações, reconhecendo a dinâmica entre presente e passado e a necessidade primeira daquilo que o bem representa.

Entretanto, como foi mostrado, os diálogos que se dão para o reconhecimento, identificação e apropriação dessas diferenças culturais tende a divergir até mesmo na sala de aula, por conta da

ISBN 978-85-8209-066-4

diversidade que elas podem englobar, pois sentimentos nacionalistas, étnicos, regionais, isto é, de culturas diferentes daquela que é corriqueira em devidos contexto não se reconhecem nas narrativas dessas culturas "diferentes", o que comprometerá o processo.

Essa marginalização notada quando tratamos da pré-história brasileira ao contá-la aos próprios brasileiros pode ser explicada por Funari, quando fala em seu livro *Arqueologia* sobre esse estudo no Brasil:

> A valorização de um passado aqui territorialmente inexistente, representado no culto das elites clássicas, desde o Egito Faraônico, passado por gregos e romanos, até chegar às monarquias modernas. Por outro lado, a imposição, desde a década de 1870, das ideias de progresso e, nos últimos anos, de desenvolvimento. Assim, a valorização de um passado externo correspondeu a destruição física e ideológicas da memória nativa, seja a indígena, seja a "herança atrasada" a ser superada pelo desenvolvimento (FUNARI, 2003, p. 80).

Ao não se entender nem reconhecer como parte da miscigenação e das dinâmicas da cultura brasileira, o processo de educação patrimonial, que se refere à história brasileira, fica comprometido e não se dá em totalidade. Perrotti (2008), por exemplo, problematiza a apropriação de saberes ao dizer que eles se dão por intermédio de processos acerca de sujeitos com seus próprios objetos culturais, que eles próprios em seus modos de ação e de articulação na sociedade, mediante dispositivos socioculturais, desempenham um papel único e estruturante nas relações propostas com as culturas que são trabalhadas em sala de aula.

> Diante disso, se o acesso à informação é a condição necessária, ele não é condição suficiente para sua apropriação, para sua transformação em conhecimento e ferramenta efetiva de ação. A apropriação das informações é, sem dúvida alguma, produzida no interior de quadros que exigem vontade, interesse e ação dos indivíduos; ao mesmo tempo, porém, tal processo exige domínio de meios intelectuais e socioculturais complexos, envolvendo, especialmente em nossa época, além das ferramentas especiais que lhe são próprias, ações educacionais e culturais orgânicas e sistemáticas, compatíveis com tal complexidade. Mais que uma operação que se esgota na dimensão individual, apropriar-se da informação é, portanto, uma negociação mobilizadora de forças provenientes tanto de dimensões pessoais irredutíveis, como do jogo histórico cultural amplo, que extrapola em muito o universo de cada sujeito social, tomado isoladamente. É preciso, pois, agir sobre os dispositivos socioculturais, analisá-los, compreendê-los, criticá-los e reinventá-los para que os novos atores para que possam se integrar aos circuitos culturais contemporâneos de modo afirmativo, sem subordinação e em condição de negociação autônoma de significações; é preciso definir um quadro de conhecimentos teóricos e práticos necessários às diferentes ações de mediação cultural preocupadas com a apropriação e a participação afirmativa de todos na educação e na cultura (PERROTTI, 2008, p. 15).

Com o objetivo de encontrar soluções lúdicas à ressalva de Funari (2003), com base na perspectiva de Perrotti (2008), o caráter didático que o modelo de representação que compõe as maquetes do Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória (NEP) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) proporciona facilita o diálogo entre culturas, as representadas e as que compõem a vida dos alunos, juntamente com a sensibilização e a maneira de instigá-los que são possíveis os diálogos, o acesso apenas com o olhar a uma representação tridimensional que tem como principal característica cenas plausíveis da vida, pois se consegue possibilitar um intrincado e dinâmico quadro de mediações entre sujeito e cultura, práticas e interações entre sujeito e cultura.

A maquete, então, consegue representar a história de uma sociedade que poderia ser inimaginável e deixa de ser caracterizada apenas pela cultura material, já que graças ao saber arqueológico, diálogo que também pode ser gerado em sala de aula, os achados ganham forma pelas inferências que os arqueólogos podem fazer com o seu estudo. É importante que os alunos percebam elementos da vida cotidiana daqueles grupos, sua organização social e espacial, bem como que os elementos presentes são tão significativos quanto os seus próprios hábitos.

Reconhecer, por meio da visualização de maquetes, os territórios dos povos antepassados que têm dinâmica cultural diferente daquela que lhes é própria pode ser considerado um dos agentes do processo de aprendizagem, além de também ser um alargamento daquilo que antes era tido como história: os grandes feitos de uma sociedade. A maquete propicia a informação, para que ocorra a transformação desta em conhecimento e para que ela seja uma ferramenta efetiva de ação, além de necessariamente levar-se em conta que o processo de apropriação requer vontade, interesse e ação dos indivíduos. Assim, o processo de educação patrimonial pode ocorrer de forma ativa e efetiva pelos próprios indivíduos.

ISBN 978-85-8209-066-4

Projetos similares de educação patrimonial por meio de modelos

Assim como o projeto a que este artigo se refere, o NEP, existem projetos similares que buscam pela utilização de maquetes explicar o passado representando-o, com a finalidade da educação patrimonial.

O Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, criou *kits* educativos com maquetes, objetos arqueológicos e uma publicação de cunho científico que fala sobre a relevância da ciência arqueológica, dos patrimônios culturais e de museus, do papel social tanto desse trabalho quanto das próprias maquetes.

Esses recursos pedagógicos criam narrativas que explicam as culturas representadas e, ainda, fornecem ao leitor orientações gerais de como o recurso pedagógico pode ser usado, detendo-se também ao que cada maquete representa e evidencia e como ela pode ser explorada.

O ENSINO DA CULTURA INDÍGENA NAS ESCOLAS

Com a implantação da Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008, torna-se obrigatório o estudo da cultura e das histórias afro-brasileira e indígena, abrindo espaço para a maior inclusão de culturas muitas vezes excluídas e marginalizadas, porém esse objetivo nem sempre é alcançado.

Faz-se importante a criação de meios que possibilitem o cumprimento dessa lei, que não é só uma proposta, mas também uma necessidade.

Enfocando na cultura indígena pré-histórica, as maquetes representam a cultura desses povos de modo a facilitar a assimilação entre aspectos do passado e do cotidiano.

MAQUETES ARQUEOLÓGICAS

Visando à praticidade, as maquetes foram feitas com materiais acessíveis, os quais incluem *biscuit*, isopor, tinta guache, galhos de árvores impermeabilizados, esponjas recicladas e pintadas, areia, cola branca, cola para isopor, entre outros.

Várias situações foram vivenciadas no processo de confecção das maquetas, como, por exemplo, a dificuldade em reproduzir cenas de forma coerente, tais quais a pesca e a confecção de cerâmicas.

A primeira imagem mostra uma das maquetes confeccionadas, “A casa guarani”.

Figura 1 – A casa guarani



Fonte: acervo dos autores e Jayme Krum

ISBN 978-85-8209-066-4

As duas imagens subsequentes revelam as cenas que as maquetes buscam representar. A figura 2 procura retratar como era realizada, pelos povos correspondentes a essa cultura, a pesca próxima a sambaquis, e a figura 3 mostra a confecção de cerâmica pelos povos guaranis.

Figura 2 – Pesca em sambaquieiro



Fonte: acervo dos autores e Jayme Krum

Figura 3 – Confecção de cerâmica guarani



Fonte: acervo dos autores e Jayme Krum

Quando falamos de representações arqueológicas, devemos levar em conta não a perfeição visual, mas sim a relevância dos elementos presentes, como cenas cotidianas de certos povos, fauna e flora.

Funari (2003) evidencia em seu livro o caráter que a “new archeology” passa a ter quando os arqueólogos começam a criar narrativas sobre as antigas sociedades baseados nas inferências que são capazes de produzir com os artefatos e suas dinâmicas no sítio. Esses profissionais conseguem recriar cenas do cotidiano a alimentação daquela sociedade. Tais aspectos são usados na criação das maquetes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em conta os atuais métodos didáticos e a dificuldade em tornar cotidianas a cultura e a história indígena, as maquetes podem criar um diálogo que possibilita a aproximação do aluno com o passado, aproximação esta que não se dá de forma natural e que precisa ser mediada pelos educadores.

ISBN 978-85-8209-066-4

Quando modelos tridimensionais são usados como instrumento de ensino, temos à disposição a visualização interativa de determinada coisa. No caso da Pré-história, o passado humano mais longínquo, há uma dificuldade enorme para se imaginar tal época, uma vez que o mundo como o conhecemos não era igual a como era antigamente, portanto algo distante do cotidiano atual.

As maquetes foram confeccionadas visando à fácil aplicabilidade em sala de aula, e seu efeito já foi testado pelo NEP em outros momentos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n.º 8.078, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "história e cultura afro-brasileira e indígena". *Diário Oficial da União*, Brasília, n. 48, p. 1, 11 mar. 2008.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Uma morfologia da história: as formas da História Antiga. **Politeia: Hist**ória **e Sociedade**, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 41-61, 2003.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). **Legislação**. 2014a. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/bens/legislaçãopatrimônio.htm>. Acesso em: xx xxx. 201x.

_____. **Patrimônio imaterial**. 2014b. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/bens/P.%20Imaterial/imaterial.htm>. Acesso em: xx xxx. 201x.

MILLER, T. O. Usos da arqueologia na sala de aula. **HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 34, p. 167-179, jun. 2009.

PERROTTI, Edmir. Estação Memória: novos caminhos da mediação e da apropriação cultural. *In*: FANTIN, Monica; GIRARDELLO, Gilka. **Liga, roda, clica:** estudos em mídia, cultura e infância. Campinas: Papirus, 2008. p. 13-24.

SANTOS, Marcos Ferreira. Cultura imaterial e processos simbólicos. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 14, p. 139-151, 2004.

III ENIPAC
Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

O PARQUE NATURAL CAIEIRA: PATRIMÔNIO NATURAL E ARQUEOLÓGICO NA PAISAGEM DA LAGOA DO SAGUAÇU, JOINVILLE (SC)

Anna Kelly Krassota[1]
Mariluci Neis Carelli[2]
Maria Luiza Schwarz[2]

RESUMO: O objetivo deste trabalho foi apresentar os resultados parciais da investigação de dissertação que estuda o Parque Natural Municipal da Caieira, ligada ao grupo de pesquisa Estudos Interdisciplinares em Cultura e Sustentabilidade, do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade (MPCS) da Universidade da Região de Joinville (Univille). O Parque Natural Caieira, como o chamamos aqui, é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral criada em 2004 com o propósito de preservar parte dos remanescentes do ecossistema de manguezal e restinga que margeiam a Lagoa do Saguaçu, em Joinville (SC), reconhecidos constitucionalmente como patrimônio nacional. A lagoa é um estuário, foz de vários rios, que se caracteriza como uma sub-bacia da Baía da Babitonga na região nordeste de Santa Catarina. A baía é considerada um berçário da vida marinha e ocupada por diferentes grupos étnicos ao longo do tempo. No Parque Natural Caieira, existe um conjunto de sítios arqueológicos e históricos, com elementos e testemunhos da ocupação humana nos períodos pré-colonial e colonial, constituindo patrimônio de extrema relevância para a sociedade. O sambaqui, as oficinas líticas e os fornos da caieira desativada, inseridos no ecossistema de manguezal, apresentam vestígios, usos, conflitos e interesses que vêm compondo a paisagem que ali se revela e se transforma com o tempo. Esses vestígios levaram ao tombamento do parque em 2004, visto que fazem parte da história de Joinville, e fica a cargo do município preservá-los. Os vestígios das ocupações humanas demonstram a forma como as sociedades, rudimentares ou industriais, se apropriam dos recursos naturais, se desenvolvem, transformam e entendem o meio ambiente, assim como se relacionam com ele, e compõem a paisagem. Embora o parque seja destinado à preservação do patrimônio natural, arqueológico e histórico, a paisagem da Lagoa do Saguaçu também é associada à industrialização joinvilense, que resultou, de um lado, na formação de um importante polo industrial e, de outro lado, no significativo passivo ambiental da lagoa, que hoje recebe atenção na busca de soluções para a sua recuperação e na preservação dos remanescentes. Nessa perspectiva, apresentamos o Parque Natural Caieira na paisagem da Lagoa do Saguaçu e as alterações causadas pela industrialização e urbanização da cidade sobre o patrimônio natural, arqueológico e histórico que compreendem o patrimônio cultural joinvilense.
Palavras-chave: Parque Natural Municipal da Caieira; paisagem; patrimônio cultural.

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille), bolsista do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (Prosup)/da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).
[2] Professoras do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille.

ISBN 978-85-8209-066-4

INTRODUÇÃO

Neste artigo, apresentamos o Parque Natural Municipal da Caieira na paisagem da Lagoa do Saguaçu, em Joinville, SC, por se tratar de um complexo ambiental e arqueológico que detém parte significativa da história do nordeste catarinense, compreendendo o sambaqui, as oficinas líticas e os fornos da indústria rudimentar conhecida como caieira, tudo isso no ecossistema de manguezal e restinga que margeia a Lagoa do Saguaçu. Os vestígios das ocupações – sítios arqueológicos ou históricos – guardam informações importantes relacionadas às culturas humanas passadas e à maneira como interagiam com os recursos naturais e com o meio ambiente e se apropriaram deles. Por fim, abordamos as ocupações mais recentes, associadas ao crescimento econômico e industrial de Joinville, bem como à urbanização da cidade, que degrada o ecossistema e a paisagem da Lagoa do Saguaçu, patrimônio que deveria ser preservado.

O PARQUE NATURAL CAIEIRA

O Parque Natural Caieira, em Joinville, é uma Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral criada em 2004, por meio do Decreto n.º 11.734, de 11 de março de 2004, cadastrada no *Sistema Nacional de Unidades de Conservação* (Snuc) (VIEIRA, 2010). Segundo Veloso et al. (1992), a vegetação é de formação aluvial[3] e de floresta ombrófila densa de terras baixas e situa-se em área de transição entre o manguezal e a terra firme que forma um ecótono gradativo (KNIE, 2002). O parque possui área de 1.279.450,5 m2 e está situado às margens da Lagoa do Saguaçu, estuário que recebe a foz de vários rios e se caracteriza como uma sub-bacia da Baía da Babitonga, margeada por manguezais. Nesse complexo estuarino há o desenvolvimento de canais estuarinos associados a desembocaduras fluviais que desenvolvem subsistemas estuarinos bastante significativos, tais como o Rio Cubatão, Rio Cachoeira, Rio Parati-Mirim, entre outros (GONÇALVES; MAZZER, 2011).

A UC de natureza de proteção integral, denominada de parque, tem por objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (SNUC, 2000). Considerando a necessidade de preservar e de proteger a história do município de Joinville e, especialmente, "conservar um dos últimos remanescentes do ambiente de manguezal e restinga junto ao perímetro urbano no município de Joinville" (JOINVILLE, 2004a), foi criada a UC chamada de Parque Natural Municipal da Caieira.

Os manguezais e as restingas são ecossistemas associados ao bioma mata atlântica, reconhecidos constitucionalmente como patrimônio nacional:

> A Floresta Amazônica Brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Matogrossense e a Zona Costeira, são considerados *patrimônio nacional* e sua utilização, far-se-á na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Esse entendimento é respaldado pelo Decreto n.º 6.660, de 21 de novembro de 2008, que definiu mata atlântica e identificou os ecossistemas associados que devem ser, especialmente protegidos e "sua utilização, far-se-á na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais" (BENSUSAN, 2006, p. 45). Um dos instrumentos que a Constituição arrola para o cumprimento desse dever é a "definição de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos" (BENSUSAN, 2006, p. 45).

Os manguezais têm um papel na economia das regiões tropicais, pois fornecem bens e serviços para as populações humanas. Eles incluem proteção e estabilização da linha de costa, são berçário para uma variedade de moluscos, crustáceos e peixes, economicamente importantes e fonte de produtos para as populações costeiras, como madeira, produtos químicos e medicinais, transporte, enriquecimento das águas costeiras por nutrientes e consistem num meio para as diversas atividades de aquacultura (PANITZ, 1986; SCHAEFFER-NOVELLI, 1995). As restingas são importantes tanto como fixadoras de dunas como estabilizadoras de mangues (CONAMA, 2002).

[3] Essa é a região preferencialmente ocupada pelos manguezais (ROSA, 2002, p. 11).

ISBN 978-85-8209-066-4

Embora o Parque Natural Caieira compreenda uma área de proteção integral na atualidade, os ecossistemas manguezal e restinga vêm sendo utilizados de diversas maneiras no decorrer do tempo. “O ambiente estuarino na Baía da Babitonga favoreceu o assentamento de grupos humanos desde há aproximadamente, 6.000 anos AP” (ALVES; BANDEIRA, 2012, p. 68-69).

Os sítios arqueológicos do tipo sambaqui são conjuntos de evidências materiais deixadas pelos mais antigos ocupantes do litoral brasileiro – grupos de pescadores-coletores-caçadores de origem ainda desconhecida (MASJ, 2001). Esses grupos “se instalaram próximos a desembocaduras de rios, lagoas e baías, construindo montes de conchas (sambaqui) para estabelecer seus acampamentos, suas aldeias ou realizar cerimônias” (MASJ, 2001, p. 24).

Para Figuti (1998), os sambaquis são definidos como colinas artificiais de dimensão e datação variadas, e mais de 80% da sua composição é representada por conchas de moluscos bivalves, além de enterramentos, artefatos, ossos, restos de peixes, aves, répteis, vegetais, entre outros.

Os vestígios que podem ser encontrados desses grupos são identificados em artefatos feitos em rocha, como lâminas polidas de machados, pontas de flechas, lanças de ossos de animais e adornos de conchas, mas podem ser encontrados restos alimentares e estruturas como fogueiras, por exemplo. Esses vestígios sugerem que tais grupos tinham uma cultura rica em conhecimentos tecnológicos para trabalhar em rocha, concha e osso, bem como um vasto conhecimento de restinga, mangue, mata atlântica, rios, lagos e oceano, que ofereciam fartos recursos naturais, como pescado, caça, crustáceos, moluscos, frutas, mel, fibras e madeira etc., os quais teriam permitido em muitos casos estabelecimento sedentário (MASJ, 2001).

No Parque Natural Caieira, está o sambaqui Lagoa do Saguaçu. Durante muito tempo, esse sítio arqueológico foi explorado comercialmente para o fabril da cal por meio da queima das conchas (BANDEIRA, 2010), como discutiremos a seguir. Isso impactou consideravelmente a estrutura original do referido sítio: “O que vemos hoje é o que sobrou de uma construção muito maior” (BANDEIRA, 2010, p. 74).

Além do sambaqui, outras estruturas pré-coloniais são observadas no Parque Natural Caieira. As oficinas líticas fazem parte da paisagem, descritas como “afloramentos de diabásio existentes junto a Lagoa do Saguaçú, situam-se a cerca de 20 metros a nordeste do sambaqui Lagoa do Saguaçú” (IPHAN/CNSA/SGPA, 2016).

No que se refere ao conhecimento tecnológico dos sambaquianos para trabalhar com rocha, na área do Parque Natural Caieira foram utilizados alguns afloramentos por diversos grupos como recurso natural associado ao seu cotidiano (MASJ, 2001). Os sambaquianos eram grandes conhecedores das técnicas de polimento, cujas marcas são visíveis nessas oficinas.

Denomina-se oficina lítica o local onde dada sociedade (sambaquianos ou não) dava polimento a seus instrumentos de pedra, estando na maioria das vezes “associadas a uma área próxima de habitação” (MASJ, 2001, p 42). A rocha de suporte deveria ser apropriada e a disponibilidade de areia e água abundante. O polimento dava-se por abrasão pela areia que era submetida à constante ação da água, que funcionava como selecionador dos grãos, refinando o grau de polimento. Por esses motivos, as oficinas líticas ocupam beira dos rios, das lagoas e do oceano (MASJ, 2001): “A presença de uma oficina lítica indica ações de um processo que envolveria estratégias de escolha do espaço, transporte de matéria-prima e identificação das rochas apropriadas, além das técnicas adequadas para a produção de artefatos” (MASJ, 2001, p. 42).

Por isso, no decreto de criação da UC, considera-se que “os sítios arqueológicos localizados na área formam um conjunto único até a presente data conhecido, com elementos e testemunhos da ocupação humana no período pré-colonial e histórico, constituindo patrimônio de extrema relevância para a sociedade brasileira” (JOINVILLE, 2004a).

> A ocorrência de sítios arqueológicos no litoral norte de Santa Catarina, onde a Baía da Babitonga se encontra, é de natureza múltipla quanto à sua tipologia, chegando mesmo a apresentar sítios de características tipológicas multicomponenciais. Há sambaquis, sítios cerâmicos, históricos, aldeias, oficinas líticas, dentre outros que são parte integrante do patrimônio arqueológico (BASTOS, 2002, p. 19).

Na Lagoa do Saguaçu e na Baía da Babitonga, há vestígios de uma história diversa, constituída por diferentes grupos étnicos que deixaram nos extratos do lugar e do tempo registros sobre seus usos sociais e bens culturais.

ISBN 978-85-8209-066-4

O sambaqui Lagoa do Saguaçu está situado à beira da lagoa de mesmo nome, dentro das dependências do Parque Natural Caieira. Na descrição sumária, "o solo e a vegetação que atuam como proteção natural ao material malacológico, estão ainda em condições funcionais adequadas" (BANDEIRA, 2010, p. 74), embora, "durante muito tempo, foi explorado comercialmente para o fabrico de cal a partir das conchas, em indústrias rudimentares, denominadas caieiras" (BANDEIRA, 2010, p. 74).

Para Zerger (2013, p. 68),

> as caieiras foram, no passado, locais destinados à destruição de sambaquis, atualmente considerados patrimônio arqueológico, estão no mesmo patamar de importância quando se fala em espaços a serem preservados. As caieiras representam valor a partir das memórias e referências que as comunidades têm em relação a elas, mas também como espaços que podem nos fazer pensar sobre as práticas do passado e, porque não, das práticas do presente sobre o trabalho, as relações com o ambiente, o que significa patrimônio cultural.

A disponibilidade de matéria-prima para produção da cal possibilitou o funcionamento das caieiras por longo período de tempo, visto que em Joinville havia locais destinados para atender à comercialização do produto na cidade.

Conforme o *Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (*MASJ, 2001, p. 92), "para produzir a cal eram procedidas as seguintes etapas: 1) peneiramento das conchas, previamente à queima; 2) queima; 3) aspersão com água; 4) peneiramento e classificação do produto; 5) transporte para depósito e posterior comercialização".

Conhecida como caieira do Saguaçu, na área do Parque Natural Caieira, segundo Gonçalves, Ferretti, Rocha (2004), foi o local destinado para extração e beneficiamento de cal mediante a exploração dos sítios arqueológicos (sambaquis).

> Ao lado do sambaqui existe parte das estruturas da antiga indústria, que funcionou desde final do século XIX até 1942, quando o cal produzida a partir das cinzas provenientes da queima das conchas, deixou de ser lucrativa, sendo substituída em larga escala pela cal mineral, extraída de jazidas rochosas. Isto impactou, consideravelmente, a estrutura original do sambaqui, portanto, o que vemos hoje é o que sobrou de uma construção muito maior (JOINVILLE, 2010, p. 74).

Os sambaquis foram anunciados pela *Gazeta de Joinville* (1879) como atrativos para a compra do terreno, bem como para a valorização deste: "Um terreno com 15 braças em quadro com um bom sambaqui para fazer cal; na beira do mar, no sítio do bem conhecido Maciel no Saguaçú" (ZERGER, 2013, p. 43). Outro atributo usado para a venda dos terrenos que tinham sambaquis, apresentado no jornal *Kolonie-Zeitung* (1881) e citado por Zerger (2013), era a facilidade de escoamento do material pelos rios: "Vende-se um sambaqui de material (conchas) excepcional e um bom local de atracamento, no Rio Velho" (ZERGER, 2013, p. 43).

Diversos trabalhos abordados por Zerger (2013) trazem relatos das caieiras como depredadora do patrimônio arqueológico, mas que, ao mesmo tempo, garantiu subsistência aos trabalhadores e riqueza aos seus proprietários. O autor cita Bigarella, Tiburtius e Sobanski (1954) e Rohr (1984), que visitaram *in loco* os sambaquis da região que compreende a Baía da Babitonga e descreveram a situação de depredação dos sambaquis pela extração da matéria-prima para produção da cal pelas atividades das caieiras e de arruamento: "Na margem direita do Rio Velho, afluente do Saguaçú ocorreram dois sambaquis que foram destruídos para a fabricação de cal hidratada" (BIGARELLA; TIBURTIUS; SOBANSKI, 1954, p. 137).

A constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assegurou, por meio de seus artigos 20 e 216, entre outros, a salvaguarda do patrimônio cultural:

> Art 20. São bens da União:
> [...]
> X. as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos;
> XI. as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
> Art 216. Constituem Patrimônio Cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
> [...]
> V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

ISBN 978-85-8209-066-4

A legislação ordinária que regula o modo e as condições pelas quais o patrimônio cultural será protegido, pesquisado, valorizado, documentado e preservado está contemplada no Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, que "organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional" (BRASIL, 1937), e na Lei federal n.º 3.924, de 26 de julho de 1961, que "dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos" (BRASIL, 1961).

Com relação ainda ao patrimônio arqueológico, o *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (Iphan), então o órgão encarregado de executar a política de preservação do patrimônio, fez editar a Portaria n.º 7, de 1.º de dezembro de 1988, que "estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisa e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos e pré-históricos previstas na Lei n.º 3.924/61" (IPHAN, 1988).

Explorado de forma indiscriminada antes do surgimento da Lei de Proteção dos Bens Pré-Históricos, n.º 3.924, de 26 de julho de 1961, que protegeu os sambaquis, parte do casqueiro (nome popular dado ao sambaqui) da Lagoa do Saguaçu serviu para o calçamento de ruas e como argamassa em edificações da área central (FUNDEMA, 2005).

> O desenvolvimento industrial acelerado e, conseqüentemente, as transformações urbanas desordenadas provocaram significativos danos para a História da ocupação do litoral brasileiro. Grande parte dos sítios arqueológicos foram completamente destruídos, em alguns casos parcialmente. Apesar da existência ainda significativa, desse tipo de sítio arquelógico (sambaqui), no Litoral Norte de Santa Catarina, com mais intensidade em Joinville, sabe-se, perfeitamente, que uma fonte inestimável de informações sobre a Pré-História Brasileira perdeu-se (TAMANINI, 1994).

As caieiras estavam situadas de acordo com as condições de escoamento da cal, de modo mais comum nas proximidades dos rios que deságuam na Baía da Babitonga. O transporte fluvial foi o recurso utilizado na distribuição do produto aos mercados consumidores locais e foi bastante intenso nessa região (ZERGER, 2013).

As caieiras, que tinham fornos entre suas estruturas construtivas, estavam de maneira geral muito próximas a rios, canais e lagoas importantes da Baía da Babitonga (ZERGER, 2013). A exemplo da Caieira do Saguaçu, a estrutura de dois fornos está parcialmente preservada, representando um importante vestígio histórico referente ao extinto fabril de cal pelas caieiras. Atualmente, sambaqui, oficinas líticas e fornos de caieiras juntos representam o patrimônio arqueológico, histórico e cultural do município de Joinville.

O Parque Natural Caieira envolve mais do que preservar os remanescentes de manguezal e restinga de Joinville, enquanto UC. É um complexo ambiental e arqueológico que detém parte significativa da história pré-colonial e colonial do norte catarinense, pois ainda possui estruturas que guardam informações importantes relacionadas às culturas passadas.

Pelo Decreto n.º 11.760, de 18 de março de 2004, ficou homologado o tombamento, como patrimônio histórico, arquitetônico, arqueológico e ambiental do município de Joinville, do complexo ambiental e arqueológico da Caieira, haja vista que o sambaqui Lagoa do Saguaçu é o único sítio arqueológico localizado no município de Joinville que apresenta associação com oficinas líticas e considerando que, das caieiras conhecidas, a da Lagoa do Saguaçu é a que contém o maior número de estruturas remanescentes em melhor estado de conservação (JOINVILLE, 2004b).

A seguir, abordamos os impactos das ocupações recentes na paisagem da Lagoa do Saguaçú e na Baía da Babitonga.

A OCUPAÇÃO DO ENTORNO DA LAGOA DO SAGUAÇU

A gênese e a evolução da ocupação recente (porque ocorreram outras mais antigas) da porção nordeste do estado de Santa Catarina, especificamente a região da Baía da Babitonga, remonta ao século XVII, com a fundação do município de São Francisco do Sul (1658), e intensificou-se com a instalação de Joinville (Colônia Dona Francisca, em 1851) (FICKER, 2008; ROCHA, 2002).

Segundo Borba (2015, p. 1), a região da Baía da Babitonga possui "uma ocupação histórica bastante importante para o litoral catarinense ao incluir o núcleo mais antigo de europeus, nativos e africanos e seus descendentes, chegados ali a partir dos anos seiscentos". Para Findlay (2013), o processo de povoamento

ISBN 978-85-8209-066-4

da região da baía foi originado já nas primeiras iniciativas de concessão de sesmarias, com a distribuição de “terras devolutas”, incentivando a criação de localidades no entorno de São Francisco do Sul.

> A partir do século XVII os indígenas disputaram o território com grupos açorianos, portugueses, vicentinos, e africanos escravizados, resultando em sua eliminação ou expulsão da localidade para que o processo de ocupação desencadeado pelas políticas governamentais que visavam superar o “vazio demográfico” existente na região Sul do País se efetivasse (FINDLAY, 2013, p. 6).

Ficker (2008) ressalta a importância estratégica da Lagoa do Saguaçu para o processo de formação de Joinville. Segundo o autor, foi mediante tal lagoa que a conhecida Barca Colon, referenciada em muitos estudos sobre a história local como a primeira grande leva de imigrantes, chegou à região. No dia “22 de maio de 1850, as canoas lotadas com pessoas e bagagem, vagavam à frente, atravessando a Baía da Babitonga e a Lagoa do Saguaçú, subindo o Rio Cachoeira, aportando finalmente no ‘Porto Bucarein’” (FICKER, 2008, p. 59).

Com o projeto de colonização incentivado pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo, chegaram inúmeros imigrantes provenientes de diversas regiões da Europa, impulsionando um novo ciclo econômico local em que se alteraram significativamente as intervenções na natureza e o cotidiano sobre essas terras devolutas, em direção à serra geral. Os caminhos e as picadas eram feitos perpassando as margens do Rio Cachoeira, reconhecendo um solo encharcado e manguezais. Em algumas ruas se buscavam paus de palmito, que eram abundantes na região, para que fossem utilizados em sentido transversal, permitindo aos transeuntes não se “atolar no lamaçal” (FICKER, 2008, p. 90).

Decorreram quase 500 anos desde que a cidade de São Francisco do Sul foi fundada, inaugurando o processo civilizatório da ocupação portuguesa, mas foi somente em meados do século XIX, com a fundação de Joinville, que, sob o comando da colonização germânica, o processo de produção do espaço e a apropriação dos recursos naturais alcançaram escala superior à capacidade de regeneração do meio ambiente (SANTANA, 2002, p. 30).

Para Santana (2002, p. 30), embora Joinville tenha se tornado um importante polo industrial, cujas indústrias erigiram a economia da cidade, por outro lado, isso resultou na degradação da Lagoa do Saguaçu e da Baía da Babitonga, “que hoje recebe atenção no sentido da busca de soluções para a sua recuperação e conservação dos remanescentes”.

“A história de Joinville tem ligação direta com a história de sua indústria, devido à influência do imigrante, portador de conhecimentos e técnicas trazidos de uma sociedade industrial de forte ideologia capitalista” (JOINVILLE, 1998, p. 17). A sociedade local conheceu até meados da década de 1960 um processo de desenvolvimento baseado no uso intensivo dos recursos naturais, em que a degradação da natureza representava uma necessidade plenamente aceita:

> A economia joinvilense será então um autêntico modelo de permanente evolução, ainda que isto implique em subprodutos nada indesejáveis, como favelização, aumento do índice de criminalidade, poluição ambiental desenfreada, carência de áreas de lazer, déficit residencial, etc. (TERNES, 1986, p. 152).

Ou seja, a industrialização acelerada, a urbanização e o crescimento demográfico geraram problemas de infraestrutura urbana, bem como a necessidade de preservar as áreas verdes remanescentes desse processo. Alguns dos impactos gerados na Lagoa do Saguaçu e na Baía da Babitonga são abordados a seguir.

OS IMPACTOS AMBIENTAIS DA URBANIZAÇÃO E DAS ATIVIDADES HUMANAS

O complexo estuarino sofre impacto constante, por ser afluente de vários rios urbanos, carregando lixo, esgoto e efluentes industriais que sedimentam na Lagoa do Saguaçu e na Baía da Babitonga.

No tempo presente, Joinville possui algumas contradições em seu desenvolvimento urbano e socioeconômico. Se, de um lado, esse desenvolvimento possibilitou ao município o reconhecimento como Manchester catarinense, fazendo analogia à cidade inglesa de Manchester, considerando a sua importância no segmento industrial; por outro, a cidade vivenciou uma territorialização fortemente marcada pela degradação ambiental e segregação espacial:

ISBN 978-85-8209-066-4

> Por ser um município costeiro, Joinville apresenta extensas áreas de manguezais que acabaram sendo ocupadas e ao mesmo tempo degradadas para a realização de empreendimentos imobiliários, aliados aos interesses capitalistas, produtivistas, que se expandiram ao longo do século XX e ainda continuam se desenvolvendo no século XXI. [...] Apesar de a legislação ambiental proibir sua ocupação, esses espaços foram utilizados para a instalação de indústrias e residências dos empregados (CRISTOFOLINI, 2013, p. 21).

A busca por mão de obra em outras cidades catarinenses e estados brasileiros, por meio de anúncios publicados pelas indústrias, fez com que muitas famílias buscassem em Joinville uma oportunidade de trabalho e moradia (COELHO, 2010). Nesse contexto, alterou-se significativamente a paisagem local por conta da ocupação desenfreada das áreas de manguezais da cidade, que destruiu mais de 6 milhões de m^2 de áreas de manguezais, das quais quase 700 mil m^2 (SEPLAN, 2011) pertencem ao atual bairro Bom Vista. Como descreveu Souza (1991), a implantação da indústria siderúrgica nos manguezais do Boa Vista foi estratégica para a utilização do transporte hídrico, pelo fato de localizar-se ao lado da Lagoa do Saguaçu. A ocupação provocou o surgimento, já no início da década de 1970, de assentamentos espontâneos, insalubres e sem infraestrutura básica.

A notícia “Habitação: problema que se agrava a cada dia”, divulgada no *Jornal de Santa Catarina* (1987), conta que já no ano de 1987 havia a carência de 20 mil habitações em Joinville, ao mesmo tempo em que 26 mil terrenos baldios, com infraestrutura completa na região urbana da cidade, eram mantidos “intactos”, visando à especulação financeira. Enquanto isso, foram construídos conjuntos habitacionais em regiões periféricas e úmidas, carentes de infraestrutura necessária ao conforto e à estabilidade sanitária dos moradores.

“Deste processo, fabricou-se o mito do grande algoz dos manguezais e da marginalização na cidade. Constitui-se a imagem do operário-migrante como o responsável pelas ‘feridas urbanas’. Sintomaticamente, a Vila Paranaense é um verdadeiro ícone desta concepção” (MASJ, 2001, p. 13).

Para Cristofolini (2013, p. 103), “tal quadro demográfico de mudança implica transformações na paisagem urbana”, evidenciando a desarticulação entre a sociedade, o meio ambiente e a economia, na prevalência do interesse pelo desenvolvimento econômico a qualquer custo e da falta de consciência ambiental.

> Decisão que não considera a fragilidade, a vulnerabilidade ambiental do ecossistema, sobre o qual se desenvolve todo um processo de povoamento e urbanização, que atinge toda a região leste do município. Destruindo extensas áreas de manguezais que deveriam permanecer preservadas (CRISTOFOLINI, 2013, p. 59).

Segundo Monbeing (1940, p. 13), “a transformação da paisagem acompanha a civilização, a cultura dos povos, que reflete sua técnica e estrutura econômica e social”. Além disso,

> paisagem é cultura, antes de ser natureza, gerada pelas marcas que o homem introduz na paisagem, fazendo um novo significado, um novo valor patrimonial. Portanto, a relação da cultura com o meio ambiente existe desde os tempos remotos, e exatamente por existir essa relação do homem com os elementos da natureza, é que há uma necessidade de uma ligação de como os diferentes grupos sociais se distribuem no espaço, ainda mais quando a questão ambiental é uma das variáveis que interfere no processo (BOING, 2013, p. 27).

Já para outros, sobretudo pescadores artesanais que dependiam das áreas de manguezais e da Lagoa do Saguaçu para obter alimento para o seu sustento, a ocupação não lhes trouxe benefícios, visto que degradou parte do ecossistema que lhe propiciavam alimentação e fonte de renda.

Apesar da sua importância ecológica, cultural e arqueológica, a Baía da Babitonga vem sendo utilizada e impactada sem estratégias definidas de manejo, e poucos trabalhos têm sido feitos para estudar esse ambiente por intermédio de um enfoque integrado (econômico, social e ambiental). Ao degradar os recursos naturais, o homem ocasiona prejuízos à natureza e, por conseguinte, à sociedade, uma vez que destrói o hábitat de inúmeras espécies de seres vivos, que lhe oferecem o alimento necessário para a sua sobrevivência e bem-estar social.

ISBN 978-85-8209-066-4

A inexistência ou insuficiência de sistemas de tratamento de esgoto[4] e de drenagem pluvial "caracterizam-se como problemas inter-relacionados e apresentam-se em todos os municípios da Baía da Babitonga" (ROCHA, 2002, p. 32), causando prejuízos principalmente aos recursos hídricos (rios, baías e praias), à fauna (peixes, moluscos e crustáceos) e à população. Dessa maneira, a articulação e o envolvimento de todos os municípios em prol da recuperação da qualidade ambiental da Baía da Babitonga é imprescindível, pois todos contribuem para sua degradação, embora Joinville seja o destaque desse *ranking*.

Nos rios urbanos de Joinville já afetados, o Rio Cachoeira é um exemplo dessa situação. O despejo de esgotos e efluentes, combinado com as características hidrológicas do rio, resultam num nível extremo de poluição, sendo um dos principais problemas de ordem ambiental do município, influenciando negativamente o ecossistema da Baía da Babitonga. Os maiores canais de contaminação dos manguezais e da baía são o Rio Cachoeira e seus afluentes e os demais rios da zona leste da cidade, além do Rio Cubatão, que recebe grande parte dos efluentes da zona industrial de Joinville (JOINVILLE, 1998).

É comum a presença de ligações de fossas à rede de drenagem, originando valas que correm a céu aberto, levando esgotos, detritos e lixo dos rios até a baía (além do lançamento de resíduos tóxicos pelas indústrias de Joinville), somada ao alto índice pluviométrico[5] e à inexistência de mata ciliar, que servia para absorver o excesso de água, além de garantir a estabilidade das margens. As consequências são o comprometimento da qualidade da água e o assoreamento, que resultam em alagamentos e enchentes (ROCHA, 2002).

No braço sul da Baía da Babitonga, o Canal do Linguado fazia uma conexão hidraulicamente muito eficiente entre a baía e o Oceano Atlântico. Servia como "traqueia", que possibilitava a "respiração" da baía. O fechamento do canal com um dique, em 1936[6], para passagem da rodovia BR-280, piorou a respiração, ou seja, dificultou a troca de água e de sedimentos, que se acumulam. Muitos dos efeitos de assoreamento ocorridos, entretanto, e outros danos ambientais provocados pelo acúmulo de poluentes trazidos pelos afluentes podem ser considerados resultado desse fechamento (GONÇALVES; MAZZER, 2011). Outro efeito desse represamento é que, com maré alta, a direção da vazão dos afluentes se inverte e uma grande parte dos poluentes volta às suas origens (ROCHA, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o Parque Natural Caieira seja uma UC de Proteção Integral, concebido por critérios legislados pelos órgãos ambientais, também engloba parte importante dos vestígios materiais e imateriais da história do nordeste catarinense, que são legislados pelos órgãos culturais. O sambaqui, as oficinas líticas e os fornos da caieira desativada apresentam vestígios, usos, conflitos e interesses que vêm compondo a paisagem que ali se revela e se transforma com o tempo.

Ao apresentar o Parque Natural Caieira na paisagem da Lagoa do Saguaçu, percebe-se que a ocupação humana nesse território aconteceu há milhares de anos, demonstrando que ambientes de grande produtividade contribuem para o assentamento humano pela disponibilidade de recursos naturais.

Os sítios arqueológico e histórico que estão no domínio do Parque Natural Caieira indicam como a natureza vai sendo transformada pelo trabalho humano. Essas constantes alterações impactam nos bens culturais, que parecem entendidos como resultado da transformação da natureza (BOING, 2013).

A paisagem possibilita leituras espaciais e temporais das transformações ocorridas na paisagem pelas atividades humanas, por não ser algo estático, mas sim um elemento fluido (MOREIRA, 2007), visto que as paisagens sempre mudaram e continuarão a mudar (RIBEIRO, 2007) no decorrer do tempo.

Os vestígios das ocupações humanas revelam a forma como as sociedades, rudimentares ou industriais, se apropriam dos recursos naturais, se desenvolvem, transformam e entendem o meio ambiente e se relacionam com eles e compõem a paisagem.

[4] O sistema de tratamento de esgoto abrange somente 32% da cidade de Joinville, segundo dados da Companhia Águas de Joinville. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/noticia/9278-Companhia+%C3%81guas+de+Joinville+orienta+moradores+sobre+liga%C3%A7%C3%A3o+correta+-de+esgoto.html>. Acesso em: 29 jun. 2016.

[5] O ano de 2015 registrou o total anual de 2.774,8 mm de chuva acumulada, sendo superior à média histórica (1996-2015) em 16,3%. Apenas como citação, o ano mais chuvoso da série foi em 1998, com 3.348,5 mm de chuva acumulada, conforme dados da página: <http://www.cubataojoinville.org.br/index.php?site=noticias&idNoticia=68>. Acesso em: 5 jul 2016.

[6] Com o fechamento do Canal do Linguado (1936), a Baía da Babitonga foi dividida em dois estuários: a porção sul, com menor dimensão hidrodinâmica; e a porção norte, bem maior, com seu corpo de água principal com 167 km2 e em torno de 83 ilhas (UNIVALI/FACIMAR, 1994).

ISBN 978-85-8209-066-4

REFERÊNCIAS

ALVES, M. C.; BANDEIRA, D. R. Arqueologia histórica no nordeste de Santa Catarina. **Tempos Acadêmicos**, Criciúma, n. 10, p. 68-87, 2012. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/historia/article/viewFile/1111/1070>. Acesso em: 8 jul. 2016.

BANDEIRA, D. R. Os sambaquis de Joinville – SC. *In*: JOINVILLE. **Primeiros habitantes**. Prefeitura de Joinville, Fundação Cultural de Joinville, Museu Arqueológico de Sambaqui. Itajaí: Casa Aberta, 2010.

BASTOS, L. R. Arqueologia e preservação: os sambaquis na região de Joinville. *In*: JORNADA DE ESTUDOS AMBIENTAS BRASIL-ALEMANHA: BABITONGA 2000: PRESERVAÇÃO COM QUALIDADE, 1., 2002. **Anais**... Joinville: Univille, 2002. 90 p.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 176 p.

BIGARELLA, J. J., TIBURTIUS, G., SOBANSKI, A. **Contribuição ao estudo dos sambaquis do litoral de Santa Catarina:** I – situação geográfica e descrição sumária. Curitiba: Impressora Paranaense, 1954. v. 11.

BOING, E. M. **Uma discussão sobre paisagem cultural em Joinville/SC**. 2013. 137 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade)–Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2013.

BORBA, F. M. A cultura material de populações africanas e afrodescendentes em coleções arqueológicas da Baía da Babitonga (Santa Catarina): uso e práticas negras no passado. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS, 28., Florianópolis, 27 a 31 jul. 2015. **Anais**... Florianópolis, 2015. 16 p.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Brasília, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 13 mar. 2015.

_____. **Constituição Federal**. Brasília, 1988. Disponível em: <http//:www.mj.gov.br/sal/default.htm>. Acesso em: 9 ago 2015.

_____. **Decreto n.º 6.660, de 21 de novembro de 2008**. Regulamenta dispositivos da Lei n.º 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma mata atlântica. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6660.htm>. Acesso em: 9 ago. 2015.

_____. **Lei n.º 3.924, de 26 de julho de 1961**. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm>. Acesso em: 22 jul. 2016.

COELHO, I. **Pelas tramas de uma cidade migrante (Joinville, 1980-2010)**. Tese (Doutorado em História)–Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). **Resolução n.º 302, de 20 de março de 2002**. Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno. 2002. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=298>. Acesso em: 15 maio 2015.

CRISTOFOLINI, N. J. **Desenvolvimento socioeconômico de Joinville/SC e a ocupação dos manguezais do bairro Boa Vista**. 332 f. Tese (Doutorado em Geografia)–Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

FICKER, C. **História de Joinville:** crônica da Colônia Dona Francisca. Joinville: Letradágua, 2008.

FIGUTI, L. Estórias de arqueopescador. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v. 11, p. 57-70, 1998.

FINDLAY, E. Colonizadores, lavradores e colonos na formação da pequena propriedade no nordeste catarinense. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013. **Anais**... Natal, 2013.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE (Fundema). **Primeiros habitantes**. Prefeitura, Fundação Cultural, Museu Arqueológico de Sambaqui. Itajaí: Casa Aberta, 2010.

ISBN 978-85-8209-066-4

_____. **Projeto do plano de manejo do Parque Natural Municipal da Caieira**. Joinville: Fundema, 2005.

GONÇALVES, M. L.; FERRETTI, O. E.; ROCHA, S. A. **Caminhos e trilhas:** Joinville, São Francisco do Sul, Garuva, Itapoá, Campo Alegre. Joinville: Letradágua, 2004.

_____; MAZZER, A. M. Aspectos geomorfológicos da Baía da Babitonga, Santa Catarina, Brasil: caracterização morfométrica. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, v. 12, n. 3, 2011.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan)/CADASTRO NACIONAL DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS (CNSA)/SISTEMA DE GERENCIAMENTO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO (SGPA). **Nome do sítio:** Lagoa do Saguaçu I (CNSA SC01078). 1988. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?13819>. Acesso em: 5 jul. 2016.

JOINVILLE. **Agenda 21 Municipal**. 2. ed. Joinville, 1998.

_____. **Decreto n.º 11.734, de 11 de março de 2004**. Cria o Parque Natural Municipal da Caieira. Joinville, 2004a. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/j/joinville/decreto/2004/1174/11734/decreto-n-11734-2004-cria-o-parque-natural-municipal-da-caieira>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. **Decreto n.º 11.760, de 18 de março de 2004**. Homologado o tombamento, como patrimônio histórico, arquitetônico, arqueológico e ambiental do município de Joinville "Complexo Caieira". Joinville, 2004b. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/j/joinville/decreto/2004/1176/11760/decreto-n-11760-2004-homologa-o-tombamento-do-complexo-ambiental-e-arqueologico-da-caieira-2004-03-18-versao-original>. Acesso em: 15 jun. 2015.

JORNAL DE SANTA CATARINA. **Habitação:** problema que se agrava a cada dia. 22 jun. 1987, p. 14. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ). Hemeroteca: Mangues – Invasão.

KNIE, J. L. W. **Atlas ambiental da região de Joinville:** complexo hídrico da Baía da Babitonga. Joinville: FATMA/GTZ, 2002. 144 p.

MONBEIG, P. **Ensaios da geografia humana brasileira**. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia:** ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço. São Paulo: Contexto, 2007.

MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI DE JOINVILLE (Masj). **Diagnóstico arqueológico e paleoambiental como subsídio ao zoneamento e conservação do completo arqueológico caieira:** Lagoa do Saguaçu, Joinville/SC. Relatório final. Joinville, 2001.

PANITZ, C. M. N. **Produção e decomposição de serapilheira no manguezal do Rio Itacorubi, Ilha de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil**. 601 p. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas)–Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1986.

RIBEIRO, R. W. **Paisagem cultural e patrimônio**. Brasília: Iphan, 2007.

ROCHA, I. O. Considerações sobre pressões socioeconômicas na Baía da Babitonga. *In*: JORNADA DE ESTUDOS AMBIENTAIS BRASIL-ALEMANHA: BABITONGA 2000: PRESERVAÇÃO COM QUALIDADE, 1., Joinville. 2002. **Anais**... Joinville: Univille, 2002. 90 p.

ROSA, R. O. Morfologia: morfoestruturas e unidades geomorfológicas. *In*: KNIE, J. L. W. (Org.). **Atlas ambiental da região de Joinville:** complexo hídrico da Baía da Babitonga. Florianópolis: FATMA/GTZ, 2002. 187 p.

SANTANA, N. A. A Baía da Babitonga no contexto regional: aspectos ambientais e socioeconômicos. *In*: JORNADA DE ESTUDOS AMBIENTAIS BRASIL-ALEMANHA: BABITONGA 2000: PRESERVAÇÃO COM QUALIDADE, 1., Joinville. 2002. **Anais**... Joinville: Univille, 2002. 90 p.

SCHAEFFER-NOVELLI, Y. **Manguezal:** ecossistema entre a terra e o mar. São Paulo: Caribbean Ecological Research, 1995. 64 p.

ISBN 978-85-8209-066-4

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (Seplan). **Orçamento e Gestão/PMJ**. Joinville, 2011.

SCHAEFFER-NOVELLI, Y. **Manguezal:** ecossistema entre a terra e o mar. São Paulo: Caribbean Ecological Research, 1995. 64 p.

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (Snuc). **Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1.º incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. 2000. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbs_dap/_arquivos/snuc_lei_decreto.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2015.

SOUZA, L. A. **O processo de ocupação das áreas de mangues em Joinville:** agentes, estratégias e conflitos. 127 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

TAMANINI, E. **Museu Arqueológico de Sambaqui:** um olhar necessário. Dissertação (Mestrado)–Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

TERNES, A. **História econômica de Joinville**. Joinville: Meyer, 1986.

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ (Univali); FACULTAD DE CIENCIAS MARINAS (Facimar). **Estudo integrado da Baía de Babitonga**. Projeto. 1994. 115 p.

VELOSO, H. P. *et al*. **Manual técnico da vegetação brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. 93 p.

VIEIRA, V. B. **A gestão pública municipal no desenvolvimento do turismo nas áreas legalmente protegidas de Joinville (SC)**. Dissertação (Mestrado)–Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/26366/Vinicius.pdf?sequence=1>. Acesso em: 6 jul. 2015.

ZERGER, G. F. **Caieiras de Araquari e entorno:** inquietações de um patrimônio. 149 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade)–Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2013.

III ENIPAC
Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

PAISAGEM E GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UM DIÁLOGO EM QUESTÃO

Adelaide Graeser Kassulke[1]
Fernanda Dalonso[1]
Mariluci Neis Carelli[2]

Resumo: Este artigo teve os objetivos de discutir como temática central a gestão do patrimônio em paisagem cultural e, dessa forma, também analisar o conceito de paisagem cultural considerando as transformações e ampliações de seu entendimento no campo patrimonial. No referencial teórico apresentamos discussões sobre patrimônio ambiental, sustentabilidade, identidade e cidadania. Relatamos também algumas experiências de gestão do patrimônio e por fim reflexões sobre os desafios encontrados na gestão da paisagem cultural e suas políticas públicas. A preservação e conservação dos lugares de pertencimento, memória e identidade na perspectiva da gestão do patrimônio e da paisagem cultural impõem uma série de desafios de alta complexidade. Uma abordagem interdisciplinar pode ser mais capaz de apreender e criar práticas efetivas de gestão, aprofundar áreas de interface, criando as condições para uma investigação de metodologias adequadas ao desenvolvimento sustentável. A investigação abrangeu um estudo do tipo exploratório acerca de paisagem cultural e gestão do patrimônio cultural. Para alcançar nossos objetivos, foram realizados pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e relatos de palestrantes/conferencistas do 3.º Colóquio Ibero-Americano de Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto.
Palavras-chave: gestão do patrimônio cultural; paisagem cultural; desenvolvimento sustentável.

INTRODUÇÃO

A paisagem cultural como relação entre sociedade e natureza é a construção de uma ideia de mais de quatro décadas da Convenção do Patrimônio Mundial. Durante esse período ocorreram transformações significativas e uma crescente complexidade. Houve transformações dos discursos patrimoniais e a inclusão da ideia de desenvolvimento sustentável, identidade e cidadania (RIBEIRO, 2014).

O que de fato sabemos é que paisagem cultural ainda é um conceito em construção na discussão patrimonial. São inúmeros os desafios para algo recentemente compreendido e valorizado. A concepção de paisagem cultural permite o entendimento de um cenário integrador que é capaz de comunicar e de provocar memórias e processos de identificação. É um palimpsesto, ou seja, o ser que habita esse lugar o transforma em espaço (CERTEAU, 1998). As práticas cotidianas desse lugar formam camadas ao longo dos anos, camadas que se sobrepõem e assim imprimem marcas. Seu método de pesquisa e gestão é indivisível e complexo. Dessa forma, o aumento da complexidade leva também ao aumento dos agentes considerados. Ao mesmo tempo, há o reconhecimento de que as comunidades precisam ser partícipes do projeto desde o início (RIBEIRO, 2014). A paisagem como uma nova categoria pode ser um instrumento com base no qual políticas públicas devem ser repensadas.

[1] Mestres em Patrimônio Cultural e Sociedade e integrantes do grupo de pesquisa Estudos Interdisciplinares em Cultura e Sustentabilidade.
[2] Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e professora titular nos cursos de graduação e do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade.

ISBN 978-85-8209-066-4

Existe o reconhecimento da necessidade de novas abordagens e de que os lugares de patrimônio não são isolados. O que acontece nas redondezas pode afetar o patrimônio, e os limites dos sítios não são apenas os limites físicos de um determinado bem, mas o resultado de camadas de significados essenciais para a sua proteção (RIBEIRO, 2014).

Os objetivos do presente trabalho foram: analisar o conceito de paisagem cultural; considerar as transformações e a ampliação de seu entendimento, assim como o de patrimônio cultural; e problematizar a gestão do patrimônio e a gestão sustentável da paisagem cultural. Para alcançar os propósitos da investigação, foram realizados pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e relatos de palestrantes/conferencistas do 3.º Colóquio Ibero-Americano de Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, evento promovido pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e pelo Instituto de Estudos do Desenvolvimento Sustentável (IEDS), na cidade de Belo Horizonte (MG), entre os dias 15 e 17 de setembro de 2014.

O desenvolvimento do presente artigo discute o tema central por meio da subdivisão: “Paisagem cultural: conceito, categoria, chancela ou noção”, “Experiências de gestão do patrimônio” e “Os desafios encontrados na gestão da paisagem cultural e as políticas públicas brasileiras”.

PAISAGEM CULTURAL: conceito, categoria, chancela ou noção

A ideia de paisagem cultural, diante de sua polissemia, faz-nos questionar o que temos em seus contextos internacional e nacional no que se refere a seu conceito, categoria, chancela ou noção. No âmbito internacional, podemos identificar a problemática de um “conceito” para resolver uma questão da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em lidar com o patrimônio natural e cultural (RIBEIRO, 2014) e criar critérios para o enquadramento em uma nova “categoria” patrimonial. Na esfera nacional, a “chancela” brasileira como um instrumento legal, estabelecida pela Portaria n.º 127 (BRASIL, 2009), apresenta-se frágil enquanto legislação, quando se entende que uma portaria pode ser derrubada por um governo regressivo. A portaria brasileira possui uma ideia de paisagem cultural que, para Ribeiro (2014), é erroneamente identificada como um conceito; o autor entende que o que temos ainda é uma “noção” de paisagem cultural.

É possível entender e fundamentar essas considerações quando retomamos alguns marcos e objetivos originários da ideia de paisagem cultural. A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural de 1972 estabeleceu critérios para a categorização do que é patrimônio cultural e patrimônio natural. Segundo Ribeiro (2014), a Unesco, na tentativa de resolver o problema da dicotomia natural e cultural, buscou a ideia de paisagem cultural e em 1992 por ocasião da 16.ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial inseriu a paisagem cultural como uma nova categoria do patrimônio mundial. O Brasil como um país signatário acabou tendendo para um mesmo entendimento amplo e, simultaneamente, restrito, se assim podemos dizer, de conceituar pela Portaria n.º 127 a paisagem cultural como a relação do homem com o meio natural. Sem a pretensão de tomar a definição como errada, o que se quer é chamar a atenção para esta que é uma das narrativas possíveis, mas não a única (RIBEIRO, 2014).

Podemos ampliar essa ideia para um entendimento de paisagem cultural como camadas que se sobrepõem ao longo do tempo. Ou seja, não é o que se vê, mas como se vê, é interpretado e, assim, gera diferentes significados (RIBEIRO, 2014). “Combina de forma inextricável os aspectos materiais e imateriais” do lugar apontando as “interações significativas entre o homem e o meio ambiente natural”, sendo a leitura das “interações entre os aspectos natural e cultural, material e imaterial” (CASTRIOTA, 2009, p. 259). O avanço na compreensão do campo do patrimônio e a preservação dos bens da humanidade integram tanto uma face material quanto uma imaterial, e ambas são inseparáveis. A categoria da paisagem cultural tem promovido ricas reflexões para a “superação da falsa dicotomia entre o patrimônio material e imaterial” (CHUVA, 2012).

De maneira geral, sendo conceito, categoria, chancela ou noção, a ideia que sabemos sobre paisagem cultural é trabalhada como um recorte, um espaço, e com isso se permite ter a expectativa de gestão sustentável do território.

Experiências de Gestão do Patrimônio

Nesta parte do artigo apresentamos três experiências distintas de paisagem cultural mundial e aspectos estratégicos da sua gestão. Trazemos para a reflexão: a paisagem de Agave e antigas instalações

ISBN 978-85-8209-066-4

industriais de tequila, no México; uma ideia de paisagem cultural japonesa; e paisagens cariocas entre a montanha e o mar, no Brasil.

Paisagem de agave e antigas instalações industriais de tequila, no México

A "paisagem de agave e antigas instalações industriais de tequila" foi inscrita na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco[3] em 2006. As paisagens culturais produtivas como é a de agave se constroem dia a dia graças ao trabalho e à cooperação da comunidade local. A sua existência baseia-se na interação entre as pessoas e o meio ambiente. A figura 1 ilustra a paisagem mexicana chancelada.

Figura 1 – Elementos da paisagem cultural da tequila de Jalisco, México



A B

Fonte: Vintage Tradition, 2014

A "paisagem de agave e antigas instalações industriais de tequila" foi escolhida por mostrar o intercâmbio significativo de valores humanos desde o período pré-hispânico com zonas arqueológicas representantes do patrimônio pré-hispânico. Outro componente constitutivo são os monumentos arquitetônicos e as fazendas que representam significativos estágios da história humana que formou o patrimônio arquitetônico e o patrimônio urbano das pequenas populações da "comarca". O patrimônio natural de localização geográfica peculiar com a flora e fauna também compõe a paisagem da tequila.

O patrimônio agrário é um exemplo de estabelecimento humano tradicional e do uso da terra representativo da cultura do agave. Ele está associado a eventos e tradições vivas com trabalhos artísticos e literários de importância universal. A inscrição da paisagem cultural da tequila englobou os trabalhos artísticos: literários, de filmes, de música, de arte e de dança.

A preservação da paisagem implica o patrimônio vivo, que são as populações tradicionais. As pessoas que estão trabalhando são o testemunho vivo das práticas e dos conhecimentos ancestrais, portanto, um valioso patrimônio imaterial digno de ser preservado e estimulado. Para a existência das paisagens culturais agrícolas, requer-se manter vivas as condições que lhes deram origem. A gestão do patrimônio deve gerar um profundo sentido social.

O plano de manejo "paisagem de agave e antigas instalações industriais de tequila" priorizou a aproximação do patrimônio aos habitantes visando à melhoria da qualidade de vida destes e a recuperação da memória histórica ruída pelas mudanças dos estilos de vida. A gestão teve a sensibilidade de resgatar o valor da atividade agrícola e dar um sentido para o cotidiano. A participação da comunidade nos aspectos econômicos resgatou e criou processos de identificação das pessoas com o lugar e a valorização da paisagem como excepcional.

O referido plano estabeleceu ações para estimular o desenvolvimento sustentável do lugar com vistas ao reforço e à consolidação da infraestrutura territorial dos municípios envolvidos nos seguintes aspectos: comunicação, manejo de águas, saúde, cultura, segurança, melhoramento da imagem urbana, controle do uso do solo, ordenamento do meio ambiente, desenvolvimento urbano, conservação e restauração do patrimônio natural e cultural e turismo cultural (GOMEZ ARRIOLA, 2009).

A gestão sustentável envolve inúmeras áreas, desde geografia, história, arqueologia, arquitetura, agronomia, economia, saúde, ecologia, turismo, antropologia e até psicologia. A interdisciplinaridade permite ao plano de manejo abrangência estratégica, metodológica e prática.

[3] World Heritage List: Agave Landscape and the Ancient Industrial Facilities of Tequila, 2006.

ISBN 978-85-8209-066-4

Paisagem cultural japonesa

A experiência da paisagem cultural japonesa inscreve outra relação do homem com a natureza e a preservação do patrimônio. Os japoneses apreendem a relação do patrimônio cultural e natural de forma integrada, e não dicotômica.

Na metade do século XX, o Japão já preservava por intermédio de lei seu patrimônio material e imaterial. Os valores determinam as práticas e as formas de gestão. Os valores e as necessidades das pessoas estabelecem as relações entre elas e o meio. Portanto, a gestão do patrimônio reflete a consciência social do povo e seus gestores. No caso japonês, a proteção e preservação ocorrem de modo integrado à vida da população (INABA, 2014).

A figura 2 ilustra a tradição da preservação do saber fazer com a reconstrução do templo sagrado a cada 20 anos. A gestão foca-se na transmissão do conhecimento e das habilidades humanas mediante o operacional, e não como no Ocidente, onde o bem é tombado como forma de preservação. São meios diferentes de manejo que geram práticas de gestão distintas. O fazer gera a consciência (VYGOTSKY, 1998). Bock, Furtado e Teixeira (2004, p. 87) afirmam: “Não é a consciência do homem que determina as formas de vida, mas é a vida que se tem que determina a consciência”.

Figura 2 – Preservação do patrimônio: a reconstrução do templo a cada 20 anos



A B

Fonte: Templos sagrados, 2014

A vila histórica japonesa de Shirakawa-go e Gokayama são experiências da participação popular na preservação do patrimônio. A construção das casas de estilo *gassho* são tradição nessa localidade. Tal região tem um clima muito rigoroso no inverno, e o acesso à comunidade durante os meses de inverno fica impraticável. Logo, os habitantes pouco saem de seus lares. Dessa forma, as condições climáticas, o relevo e o ser humano estão inextricavelmente ligados um ao outro, e a sobrevivência é garantida pela vida em comunidade. Como resultado há criações de habitações/artefatos únicos, preservados pelo saber fazer desse vilarejo. A figura 3 demonstra como o trabalho de centenas de pessoas constroem, no período do verão, a casa que abriga os animais e toda a vida social daquela unidade familiar.

Na mesma figura, as pessoas trabalhando da parte superior são os profissionais locais que conhecem as técnicas da construção, e na parte mais abaixo e próxima ao solo, estão as pessoas do vilarejo que auxiliam na construção. Os homens realizam o trabalho da construção dos *gassho*, e as mulheres preparam o almoço e o café coletivo, em que toda comunidade se reúne para o evento. Crianças, adultos e idosos vivem a organicidade da sociedade tradicional.

O trabalho, a vida social, a comunhão de pão e o lazer são aspectos integrados no cotidiano do vilarejo como expressão da vida. É um saber construído coletivamente e preservado pela própria comunidade local, sem a necessidade de uma gestão exterior imposta. O governo apoia, mas é a comunidade quem administra suas escolhas: gestão compartilhada (INABA, 2014).

ISBN 978-85-8209-066-4

Figura 3 – Casa estilo *gassho*: construção em comunidade



Fonte: Travel Blog, 2008

O Vilarejo de Gassho (figura 4), reconhecido como patrimônio mundial da humanidade pela Unesco em 1995, tem sua conservação feita pela comunidade tradicional. Após a declaração da Unesco, o turismo integrou-se à realidade da comunidade. O acesso foi facilitado por um novo caminho.

Figura 4 – Vilarejo Shirakawa-go Gassho-zukuri



A B

Fonte: Lighting Museum, 2008

A terceira experiência que incluímos refere-se às “paisagens cariocas entre a montanha e o mar” (Figura 5), com os apontamentos para a gestão do patrimônio. O Rio de Janeiro é a primeira cidade chancelada como paisagem cultural pela Unesco. As recomendações desse órgão internacional para a construção de um plano de gestão são pautadas na Declaração de Valor Universal, em que se favorece o incremento de benefícios econômicos e ambientais além dos limites do próprio bem (RIBEIRO, 2014).

Figura 5 – Rio de Janeiro: paisagens cariocas entre a montanha e o mar



Fonte: Iphan, 2012

ISBN 978-85-8209-066-4

Em fevereiro de 2014 ficou pronta a estrutura do plano de gestão com os atributos que garantem o valor universal do sítio: relação cidade-montanha-mar; equilíbrio entre elementos naturais e construídos; valores simbólicos e imagens associadas; expansão urbana com controle; preservação ambiental/ qualidade ambiental; biodiversidade; uso público e social (RIBEIRO, 2014).

Na paisagem cultural do Rio de Janeiro o discurso escrito aponta para a gestão integrada com a constituição de um comitê com base em apoio, monitoramento e articulação entre as esferas municipal, estadual e federal.

Os aspectos apresentados sobre gestão indicam realidades diferentes, pessoas e valores construídos socialmente em espaços diversos. Não existem modelos de gestão independentes de sua realidade física e cultural que sejam eficazes por si mesmos. A gestão é fruto das relações entre as pessoas do lugar.

O sucesso da gestão do patrimônio, segundo Ribeiro (2014), depende em parte de aplicar uma abordagem baseada em valores; desenvolver abordagens que antecipem e gerenciem transformações; e investir no relacionamento entre patrimônio e sociedade.

Portanto, a experiência desvenda elementos e desafios importantes da gestão a serem observados: participação da comunidade em todas as fases do planejamento e implantação de qualquer projeto patrimonial; integração pelo plano de gestão de todos os atores envolvidos da região; descontinuidade de projetos e programas por parte do poder público; educação patrimonial como “recurso de compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para o reconhecimento, valorização e preservação” (IPHAN, 2014, p. 19).

Os desafios encontrados na Gestão da Paisagem cultural e as políticas públicas brasileiras

Arantes (2006), ao considerar que patrimônio é construção social, práticas sociais que resultam em sentidos, chama para a reflexão de que sua preservação é simbólica e instituída pelo Estado: “A preservação é definida pela Constituição Federal como responsabilidade concorrente da União, dos Estados e dos Municípios, e compartilhada com a sociedade civil” (ARANTES, 2006, p. 426).

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) reconhece que os valores culturais são criados pela sociedade, e não pelo poder público. Cabe então ao poder público exercer papel declaratório de proteção e colaboração com o produtor de valor (MENESES, 2007). Fica evidente o deslocamento da matriz de valor quando se faz o confronto com a legislação anterior, o Decreto-Lei n.º 25 (BRASIL, 1937), quando o poder público era quem instituía o que é patrimônio cultural, especificamente composto de bens tombados.

Na ideia da chancela da paisagem cultural brasileira, apresentada pela Portaria n.º 127, podemos identificar o eixo da gestão, em que uma das inovações trazidas pelo instrumento é a indicação da preservação conjunta entre diversos agentes, e não são apenas do Iphan as atribuições de gestão (WEISSHEIMER, 2012). Dessa forma, tem-se a proposta de se apresentar estratégias de preservação conjunta entre diversos agentes que possuam vínculo com a paisagem em questão, que se faça o pacto da gestão.

A gestão do campo patrimonial dá-se por agentes que jogam nesse campo. Sendo um campo poroso, é vetor de outros campos, como o político, o econômico e o científico. Uma das dificuldades recorrentes identificadas quando se trata da gestão do patrimônio são as trocas do poder pelo Estado entre os agentes no campo político, consequência do jogo de poderes. A troca da gestão pública implica a descontinuidade e na maioria dos casos interrupção dos projetos do “partido” anterior, independentemente da qualidade, da amplitude e do alcance do projeto ou programa. Além da descontinuidade de projetos da gestão anterior, há também maior investimento de tempo para adaptações e negociações entre os agentes da gestão atual e a falta de políticas intersetoriais, pois o que vemos em alguns casos são agentes trabalhando isoladamente no campo.

Vivanco (2014) entende que o patrimônio deve ser visto não apenas pelo passado, mas como patrimônio presente. Também afirma que paisagem cultural e patrimônio cultural são apropriações dos seres humanos e destaca a importância da intervenção da comunidade local: seu empoderamento é a principal garantia para a continuidade das ações e busca da sustentabilidade.

Importante salientar que os níveis de gestão estratégico, tático e operacional farão conexões se considerados durante o processo de planejamento de sua gestão. Essa gestão deve ter como ponto de partida a prática do campo, levar em conta seus diferentes agentes e a diversidade de relação com outros campos. Do contrário, se for instituído “de cima para baixo em um gabinete isolado”, não garantirá sua sustentabilidade.

A gestão compartilhada mencionada pela Portaria n.º 127 é uma das positividades do instrumento e lança de imediato três desafios: a gestão que envolve diferentes agentes, paisagem como uma nova

ISBN 978-85-8209-066-4

categoria pela qual políticas públicas devem ser pensadas e a necessidade urgente de formas do envolvimento com a sociedade civil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão do patrimônio e da paisagem cultural impõe desafios de alta complexidade e perspectivas pouco convencionais e tradicionais se pretendemos promover a preservação e a conservação dos lugares de pertencimento, memória e identidade.

A participação direta e comprometida das comunidades foi apontada como um ponto fundamental para evitar a armadilha de planejamentos e projetos forjados em gabinetes. O cuidado da gestão para que não predomine somente a imposição da memória de grupos dominantes ou que minorias articuladas dominem o processo de decisão. Pensar em forma de participação da comunidade também é pensar em outra problemática identificada: a descontinuidade dos projetos de preservação patrimonial, que na maioria das vezes advém da frequente troca dos gestores públicos.

As ações educativas no campo do patrimônio são possibilidades de reconhecimento, pertencimento e estímulo à mediação "como processo de desenvolvimento e de aprendizagem humana", mediante a "incorporação da cultura, como modos culturais de agir e pensar, de se relacionar com outros e consigo mesmo" (IPHAN, 2014).

Uma abordagem interdisciplinar é capaz de apreender e criar práticas efetivas de conhecimento e gestão, aprofundar áreas de interface, criando condições para investigar metodologias adequadas ao desenvolvimento sustentável. Contribuições possíveis que podem ser originadas por uma cooperação ativa e pela formação de rede de pesquisadores articulados com grupos de pesquisa e linhas de pós-graduação.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Antonio A. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. **Habitus**, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 425-435, jan./jun. 2006.

BOCK, Ana M.; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lurdes Trassi. **Psicologias:** uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 19 set. 2014.

_____. **Decreto-Lei n.º** 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília: Presidência da República, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 19 set. 2014.

_____. **Portaria n.º** 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da paisagem cultural brasileira. Brasília: Presidência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 19 set. 2014.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural:** conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 34, p. 147-165, 2012.

GOMEZ ARRIOLA, Ignacio. El plan de manejo para el Paisaje Agavero y las antiguas instalaciones industriales de Tequila. El patrimonio cultural como detonador del desarrollo regional, antecedentes, compromisos y retos. **Apuntes**, Bogotá, v. 22, 2009.

ISBN 978-85-8209-066-4

INABA, Nobuko. **Nature in culture, culture in nature**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 15 set. 2014. Palestra ministrada aos participantes do 3.º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. Belo Horizonte, 15 a 17 de setembro de 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). **Educação patrimonial:** histórico, conceitos e processos. Brasília: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

_____. **Rio de Janeiro:** paisagens cariocas entre a montanha e o mar. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=2505>. Acesso em: 1.º set. 2012.

LIGHTING MUSEUM. **Lighting Museum:** Shirakawa-go Gassho-zukuri Village. 2008. Disponível em: <http://m-imajo.main.jp/m-imajo/akari/akarimuseum/folder3/shirakawa-go-e.html>. Acesso em: 20 de set. 2014.

MENESES, Ulpiano B. Premissas para a formulação de políticas públicas em arqueologia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 33, p. 37-57, 2007.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Apontamentos para a gestão de paisagens culturais**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 16 set. 2014. Palestra ministrada aos participantes do 3.º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. Belo Horizonte, 15 a 17 de setembro de 2014.

TEMPLOS SAGRADOS. Templos sagrados, 2014. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=ise&espv=2&biw=1600&bih=799&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ei=FHMdVPWdHIbCggT654KADg&ved=0CAYQ_AUoAQ#facrc=_&imgdii=_&imgrc=Yk7nLFpEY8O95M%253A%3Bv9LEL8Se7kJQIM%3Bhttp%253A%252F%252Fwitcombe.sbc.edu%252Fsacredplaces%252Fimages%252Fise.jpg%3Bhttp%253A%252F%252Fwww.mediahex.com%252Fise_Shrine%3B412%3B383>. Acesso em: 10 set. 2014.

TRAVEL BLOG. **Shirakawa-Village, the world heritage Shirakawa-qo**. 2008. Disponível em: <https://www.travelblog.org/Asia/Japan/Tottori/Tottori/blog-332507.html>. Acesso em: 20 set. 2014.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (Unesco). **Cultural landscapes**. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/culturallandscape/>. Acesso em: 18 set. 2014.

VINTAGE TRADITION. **The vintage tradition story**. Disponível em: <http://www.vintagetradition.com/the-vintage-tradition-story.php>. Acesso em: 19 set. 2014.

VIVANCO, Leoncio Alberto Orellana. **Paisagem cultural e paisagem urbana histórica**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 15 set. 2014. Palestra ministrada aos participantes do 3.º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. Belo Horizonte, 15 a 17 de setembro de 2014.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **A formação da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WEISSHEIMER, Maria Regina. Paisagem cultural brasileira: do conceito à prática. *In*: COLÓQUIO IBERO-AMERICANO: PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO – DESAFIOS E PERSPECTIVAS, 2., Belo Horizonte, 19 a 21 de novembro de 2012. **Anais**... Belo Horizonte, 2012.

III ENIPAC
Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

PAISAGEM, UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA PRÁTICA

Rosane Patricia Fernandes[1]
Luciano Raiter[2]

RESUMO: Este estudo analisa a relevância do trabalho de campo na formação docente, com vistas à importância da compreensão e preservação dos recursos naturais e culturais, explorando a paisagem como recurso pedagógico. Tomamos como experiência as saídas de campo da disciplina de antropologia e educação, do curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação de Guaratuba, tendo como objeto de pesquisa o espaço geográfico da Baía de Guaratuba e seu entorno, um cenário que reúne mata atlântica, sítios arqueológicos e históricos, oficinas líticas, manguezais e uma área de ocupação que, de certo modo, descaracterizou a naturalidade dessa baía. Procurou-se com o trabalho de campo fornecer aos alunos o aprendizado sobre esse patrimônio pela observação direta da paisagem, no intuito de relacioná-la com os seus aspectos físico-naturais e atividades humanas presentes nesse espaço. Para isso, abordou-se a paisagem como um espaço simbiótico, permeado de experiências em uma dimensão histórica que reflete as vivências de seus habitantes, difundindo relações de conflitos e prazer, inclusão e exclusão, o desenvolvimento e preservação de um território, afinal a paisagem é um lócus em constante transformação, construído de experiência e sensações relacionais, entre seus objetos de constituição, e pela tensão entre os objetos e as significações atribuídas a eles pelas percepções de um espaço de construção social, cultural e de memória. Nesse sentido, a metodologia do trabalho de campo é apropriada ao conhecimento, por trazer a experiência exploratória sensorial, permitir a observação empírica dos fenômenos estudados e o contato com os agentes sociais, visto que isso nos conduzirá a possibilidade de intervenções relacionadas ao processo histórico de ocupação, considerando os fatores condicionantes educativos e culturais, fatores emotivos, sensitivos e afetivos. A partir dessa interpretação holística, decodificar-se-á a paisagem pelo olhar do expectador, composta de formas naturais e antropogênicas, a considerar as variáveis; ecológica, cultural, socioeconômica e sensorial da paisagem. O resultado esperado é a compreensão de que o método da pesquisa de campo em diferentes disciplinas do curso de Pedagogia é um excelente método de ensino ao unir a prática e a teoria, além de demostrar que o território deve ser interpretado como uma memória cultural impressa no meio com a qual interagimos constantemente e a paisagem como o local onde ocorreram as transformações das interações entre a sociedade e a natureza.

Palavras chave: Paisagem, pesquisa de campo, metodologia de ensino.

[1] Faculdade do Litoral Paranaense. ISEPE Guaratuba - Rua Joaquim Menelau de Almeida Torres, Guaratuba-PR - CEP 83.280-000. Email: rosepati@gmail.com
[2] Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE). Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade. Campus Universitário – Rua Paulo Malschitzki, 10. Bloco A, sala 221 – Joinville-SC – CEP 89.219-710. Email: lucianoraiter@gmail.com

ISBN 978-85-8209-066-4

INTRODUÇÃO

A leitura perceptiva da paisagem no lugar vivido se faz necessária no processo educativo, e uma das ações relevantes do procedimento de campo no processo ensino-aprendizagem sobre a paisagem é a produção do conhecimento científico e o constante confronto entre a teoria, a prática e a realidade. Desse modo, a ação pedagógica da aula prática, o ver, o sentir, o tocar, o ouvir, o julgar e o agir, são caminhos que permitem visualizar os entrelaces da relação sociedade-natureza no estudo dinâmico da paisagem *in loco*.

É nesse sentido, que o presente trabalho se desenvolve e discute a contribuição das aulas de campo como ferramenta metodológica para a leitura e interpretação do lugar vivido, onde é possível aguçar os sentidos para percebê-lo e assim também ensina-lo. Conhecer a trajetória histórico-cultural do lugar, notar o processo de transformação da natureza, da paisagem e do território em que se vive, é protegê-lo e perpetua-lo pela oralidade, pois, os professores que atuam no ensino fundamental II, ou seja, de 5º ao 9º ano, tem significante participação sobre a formação da sociedade do amanhã. O professor precisa conhecer, sentir o lugar em que vive, pois só se ensina o que se sabe. O incremento teórico metodológico do professor pode ser o grande diferencial da sua prática pedagógica e cotidiana, que ele exerce e pelo conhecimento que o aluno adquire.

Nos últimos cinco anos a formação docente é um dos assuntos mais discutidos na área educacional, demonstrado através das diferentes alterações nas Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs, para os cursos que possuem formação de docência, como é o caso da Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que as define, para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura), e para a formação continuada e os objetivos dispostos na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), por último, nos Parâmetros curriculares, os quais, exigem um comprometimento maior dos professores envolvidos no processo de formação do docente e discente na efetivação do conhecimento.

Com a introdução de novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho pedagógico, aconteceram alterações significativas nos sistemas de Educação. Diante disso, o novo paradigma que vem se afirmando é o do desenvolvimento de competências profissionais, ultrapassando o modelo superado da educação, até então estritamente relacionado com as tarefas de sala de aula.

Assim, esse trabalho se debruçará em esboçar a aula de campo como uma ferramenta metodológica, que auxilia no desenvolvimento das habilidades e percepção da paisagem, propiciando uma leitura do lugar, do território, mais significativa e próxima da realidade vivenciada pelos alunos em seu cotidiano, percebido e concebido no processo de ensino-aprendizagem e que, mais tarde, será transmitida e repetida por esses alunos na posição de professores.

A experiência de campo, base deste trabalho, foi vivenciada com alunos do 2º período no Curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação de Guaratuba- ISEPE, na disciplina de Antropologia e Educação. As idas à campo (caminhada perceptiva) tiveram como propósito o desenvolvimento da percepção, aguçando os sentidos para a descoberta, ou seja, do esforço próprio do aluno (futuro docente) em descobrir e construir por si mesmo o conceito de paisagem**.**

Para alcançar os objetivos deste estudo foi realizada também a pesquisa bibliográfica e documental, sobre a paisagem e sobre território para assim caracterizar o espaço em discussão.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO LUGAR DA PESQUISA, GUARATUBA-PR

O extremo sul do litoral Paranaense registra ocupações humanas pré-históricas associadas aos agrupamentos sambaquieiros. Na Baía de Guaratuba, estes assentamentos estão datados entre 4.500 (AP) (Sambaqui descoberto IV) e 1.500 anos (AP) (Sambaquis da Ilha do Rato) de acordo com pesquisas e análises laboratoriais de materiais líticos e carvão encontrados nestes sítios arqueológicos. (FERNANDES *et al*, 2015). Sucessivamente à esta ocupação pré-ceramista, autores, como Chmyz (1976), Neves *et al* (1984) e Neves (1988), apontam em pesquisas realizadas no litoral do Paraná, que, em aproximadamente 950 anos (AP) houve deslocamento populacional de horticultores ceramistas no sentido planalto-litoral, ocupando de forma tardia os sambaquis ali edificados, evidenciados pelo aparecimento de cerâmica nas camadas superficiais em alguns dos sítios litorâneos, corroborando com os estudos de Okumura (2007) a qual, data o aparecimento de cerâmicas nos sambaquis a partir de mil anos atrás. Nos sambaquis existentes na Ilha da Pescaria, são encontrados artefatos ósseos, líticos e cerâmicos. Quanto aos artefatos cerâmicos ali encontrados, Igor Chmyz (1960) associou essas ocupações como históricas devido aos

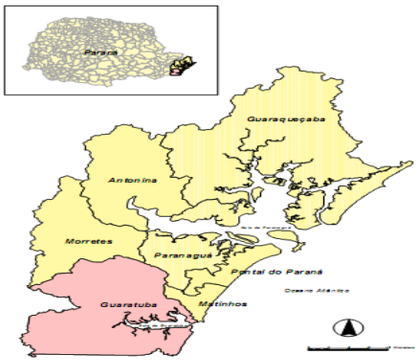
ISBN 978-85-8209-066-4

processos de interação cultural envolvendo populações indígenas e europeias, visto que a ilha é bem próxima e de fácil acesso à costa. (FERNANDES, 2014).

Além daquelas ocupações, a história da fundação da Vila de Guaratuba, iniciada em meados de 1760, com a vinda de 200 casais para demarcar e cultivar na nova vila, aponta o marco de ocupação moderna físico-territorial dessa parte do litoral paranaense, cuja importância deve ser resgatada tanto na preservação de paisagens e espaços que deram origem à Vila, quanto edifícios históricos e documentações. Além disso a Baía de Guaratuba, localizada ao sul do litoral Paranaense, pertence à Área de Preservação Ambiental - APA de Guaratuba, e possui cerca de 12 km, terra a dentro, com uma largura alterável entre 2 e 5 km, onde desaguam 26 rios, formando um alinhado de ilhas estreitas, irregulares e alongadas abrigando em seu interior diversos sítios arqueológicos, históricos, líticos e cerâmicos, que fazem parte do patrimônio cultural (BIGARELLA, 2011).

No presente estudo, o ambiente "natural" utilizado como sala de aula, é parte da APA de Guaratuba. Ela possui área total de 199.569 ha, equivalente a 1% do território do Estado do Paraná, e foi criada em 1992 com o objetivo de resguardar os aspectos biológicos, cênicos e culturais, bem como, compatibilizar o uso racional dos recursos ambientais da região e a ocupação ordenada do solo, proteger a rede hídrica, os manguezais, os sítios arqueológicos e a diversidade faunística (FERNANDES, 2014) vide figura (1).

FIGURA 1: Localização do Município de Guaratuba PR.



Fonte: PDDI (2002, p.18).

Esse ambiente é a paisagem na qual a cidade de Guaratuba está inserida, e para Delphim (2009, p. 149), paisagem é um conceito sintético, que "resulta de um somatório de diferentes elementos, das formas como se inter-relacionam, de informações complexas, de inúmeras formas de percepção isoladas, de visões analíticas que resultam em uma configuração maior, que é a paisagem". No entanto, a paisagem difere-se em paisagem natural e paisagem cultural.

COM OS PÉS EM CAMPO

As aulas de campo, ou a prática do trabalho de campo há muito tempo já era realizada através das viagens exploratórias dos diversos estudiosos naturalistas do século XVIII, o naturalista Alexander Von Humboldt (1769–1859), foi um dos sistematizadores da disciplina. O trabalho de campo norteava-se na observação e na descrição dos elementos contidos nas paisagens, o que resultava numa prática de ensino puramente descritiva e numa leitura acrítica do espaço geográfico natural, cultural ou histórico (ALVES *et al* 2008).

Os estudos sobre a percepção do meio ambiente iniciaram-se em 1960 nos Estados Unidos, com o trabalho de geógrafos, arquitetos e urbanistas e representou uma crescente onda de estudo da percepção ambiental, porém, ainda pela percepção comum (CAPEL, 1973). Estes estudos inserem-se na geografia humanista e, foi somente a partir de 1970 que eles passaram a contar como metodologia de campo (AMORIM 1987). Mais adiante o estudo da percepção ambiental passou a ser caracterizado como interdisciplinar, sendo utilizado por diferentes áreas do conhecimento. Os termos e abordagens mais utilizados entre os estudos de percepção ambiental, segundo Amorim (2003) são, atitude; cognição; imagem; paisagem; percepção; representação; valor; topocídio; topofobia e topofilia (TUAN, 1980). Nesta experiência vivenciada pelos alunos foi enfatizado o conceito do termo topofilia, criado por Tuan (1980, p. 5) para expressar "o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal". Outra abordagem e conceito importante foi o de paisagem.

ISBN 978-85-8209-066-4

Segundo Capel (1973, p. 99), a paisagem “não existe até que um pedaço de espaço terrestre receba um olhar humano que o ordene e o converta em tal”, para Dardel (1990, p. 54)[3] citado por Schier (2003, p. 7), “a paisagem não se refere à essência, ao que é visto, mas, representa a inserção do homem no mundo, a manifestação de seu ser para com os outros, base de seu ser social.”

Para o presente estudo, foram realizadas duas saídas a campo no mês de setembro de 2016, estas saídas tiveram puramente a intensão da observação direta e a interação não assistemática da paisagem em suas diferentes formas. Antes da caminhada perceptiva dos alunos, no percurso entre a praça municipal do centro histórico, e finalizando na Praça dos Namorados, local de onde é possível contemplar boa parte da extensão da Baía e da Serra do Mar, foi realizada uma contextualização sobre paisagem, em suas diferentes abordagens, pois é preciso “entender a experiência dos homens no meio ambiente e social, para compreender a significação que estes impõem ao meio ambiente e o sentido dado às suas vidas e aos locais” Claval (2002a, p. 20). Para o mesmo autor,

> Matéria, natureza, cultura e vida social são realidades apreendidas ao mesmo tempo por cada um. Na experiência individual [...]. O mundo é um dado da percepção e está estruturado por discursos. Os investigadores não têm acesso privilegiado à verdade. Esta só aparece passo a passo, através da análise minuciosa dos testemunhos e experiências de uns e outros. (CLAVAL, 2002b, p. 34).

E a paisagem neste sentido, de acordo com Schier, (2003, p.2) “depende muito da cultura das pessoas que a percebem e a constroem. Ela é, assim, um produto cultural resultado do meio ambiente sob ação da atividade humana”. A paisagem atualmente tem sido mais percebida pela avaliação ambiental e estética que apresenta. Nas figuras (2 e 3), estão algumas das imagens fotografadas pelos alunos durante as saídas de campo.

FIGURA 2: Paisagem natural percebida pelos alunos.



Fonte: Os autores, (2016).

Do grupo formado por onze participantes, 5 expressaram que a Baía era o lugar de que mais gostavam; 4 relataram gostar mais das praias, e 2 responderam ser a Praça dos Namorados. Considera-se que os sentimentos expressos como resposta à pergunta sobre o lugar preferido enquanto paisagem e o que sentiam quando estavam nesse lugar refletiram o sentimento topofílico dos participantes da aula de campo, como visto a seguir:

> A baía. Contemplação da Natureza e Sentimento de Paz, (Tatiana Tobler).
> A baía com vista para as ilhas, rios, principalmente no pôr do sol. Sinto paz e tranquilidade (Elizete I. dos Santos).
> A baia, beleza, a natureza em sua perfeição, mas também quando olhamos o entorno, o que vemos é desigualdade social, quando não podemos caminhar pela orla da baía que esta quase toda construída. (Thais Fusik)
> A praia. Vida, inspiração, amor, natureza (Darlete Fuznierczar).

[3] DARDEL, E. **L’homme et la terre** – nature de la réalité geographyque. Paris: CTHS, 1990.

ISBN 978-85-8209-066-4

A praia. O sossego. Milagre da vida, a serenidade do amanhecer. (Trindade de Freitas Santos)
A Praça dos Namorados. A natureza, o passado e o presente se misturando no olhar (Rafaela Boeira)
A Praça dos Namorados. O mar, os casarões, a igreja, o marco da erosão da rua da praia em 68, um lugar singular e de reflexão. (Pâmela Carolina)

FIGURA 3: O pôr do sol percebido como paisagem natural.



Fonte: Os autores, (2016).

A riqueza arqueológica da Baía de Guaratuba ficou evidente nos levantamentos de campo e inventários de sítios arqueológicos realizados por estudiosos como Bigarella (1950), Loureiro Fernandes (1955), Orssich (1977), Ângulo (1992), Parellada (1993) e Brochier (2002). Os registros mais conhecidos na região são os sambaquis, estes, verdadeiros monumentos construídos por povos pré-coloniais, para De Blasis *et al* (1998) e Bandeira (2005), é um tipo de sítio caracterizado por elevações de conchas em forma de colina com diferentes tamanhos, composição e idade Fernandes (2014). Na APA de Guaratuba há, a indicação de mais de 181 sítios arqueológicos entre sambaquis, líticos e históricos, que aparecem no relevo da paisagem e hoje, além de um Patrimônio Cultural da União, constituem herança cultural para os moradores. (FERNANDES, 2014).

Dos sítios litorâneos, “os sambaquis são os mais numerosos, e provavelmente os mais bem conhecidos” (PROUS, 1992, p.204). Para Prous, Guaratuba apresenta um número maior de sambaquis em relação aos demais tipos de sítios arqueológicos, conforme figura (4) o sambaqui da Ilha da Pescaria, apresenta multi-composição, ao abrigar em seu interior e superfície artefatos, líticos, ósseos (humanos e de animais), e de modo abundante, fragmentos cerâmicos de diferentes tradições figura (5).

Os sambaquis, são como testemunhos, são construções materiais que se perpetuaram e duraram muito mais que os processos que os fizeram. Contudo, presencia-se a degradação antropogênica destes sítios, que, acelerado com os processos de degradação naturais, a bioturbação, causados por agentes do próprio meio, esses sítios tendem a desaparecer. É neste sentido que o registro e a divulgação desses bens se faz necessário (FERNANDES, 2014).

As teorias da arqueologia da Paisagem apreciam as intervenções humanas no meio, como construtoras e as interpretam a partir dos vestígios e artefatos da cultura material deixados por estas intervenções, como as construções, as gravuras, as pinturas, os restos de fogueiras, os sepultamentos. A partir destas análises, conjectura-se como possivelmente eram as suas relações com os aspectos naturais do lugar, ou seja, como os povos ou grupos primitivos interviam na paisagem e lidavam com o meio. (CRIADO BOADO, 1991) Segundo Fagundes (2006, p.1),

> O enfoque ecológico em relação à paisagem não abarca toda a complexidade do modo de vida e cultura no passado, devendo ser interpretado, neste caso, “(...) como um símbolo das relações sociais entre indivíduos, famílias, bandos e grupo de bandos...” (Hitchcock &

ISBN 978-85-8209-066-4

> Bartram, 1998, p.31)[4], somado a sua dimensão ecológica e estratégica para captação de recursos intrínseca ao sistema produtivo e econômico de um dado grupo. Como já afirmado, a paisagem além da dimensão material que ocupa dentro do modo de vida de dados grupos humanos, também sustém um espaço simbólico vinculado ao apego sentimento (local dos ancestrais), aspectos cognitivos, que consideram um comportamento altamente específico, social e culturalmente determinado.

Em toda paisagem, quando transformada, é necessário considerar a maneira como as pessoas, grupos interagem com o ambiente, essa interação, é mediada pela projeção de suas culturas. (CLAVAL, 2002b).

A figura (4) mostra a riqueza arqueológica que a Ilha da Pescaria abriga, na primeira imagem está o porto que dá acesso, logo em seguida observa-se um dos sambaquis com aproximadamente 18 m de altura, abaixo estão a oficina lítica que fica ao Sul, no afloramento rochoso, essa oficina é extensa e possui diferentes formatos de bacia de polimentos e afiadores.

FIGURA 4: Paisagem arqueológica da Ilha da Pescaria.



Fonte: Os autores, (2016).

Na figura (5) estão alguns dos materiais recolhidos pelos alunos durante a caminhada, como o local sofre constante ação da maré, quando da maré alta, esta alcança parte dos sítios arqueológicos e acaba dispersando artefatos e fragmentos de natureza óssea, lítica e cerâmica.

FIGURA 5: *artefatos e fragmentos arqueológicos.*



Fonte: Os autores, (2016).

Segundo Souza *et al* (2008), através do trabalho de campo dirigido é possível desenvolver as habilidades de observar, descrever, interpretar fenômenos naturais e sócio espaciais nos alunos-observadores, e a

[4] HITCHCOCK, R. K. & BARTRAM, L. E. *Social boundaries, technical system , and the use of space and technology in the Kalahari.* IN: STARK, M. **The Archaeology of Social Boundaries**.

ISBN 978-85-8209-066-4

percepção neste momento, segundo Kozel (2001, p.146) "é um processo mental onde indivíduo e ambiente interagem por meio de mecanismos perceptivos, que são armazenados sob a forma de memória aferida de significado". Desse modo, o trabalho de campo é um recurso metodológico de ensino-aprendizagem que vem se apossando cada vez mais das práticas curriculares como um dos instrumentos de maior interesse e produtividade no ensino das disciplinas da área de humanas. Pertinente lembrar que o trabalho de campo não deve ser visto como um fim, mas sim como um meio, para elucidar a teoria vista em sala de aula e elencar novas indagações ao retornar à sala de aula.

Assim, cabe dizer que os sentidos humanos básicos (visão, audição e olfato) podem ter poder coercitivo na definição do processo perceptivo e na aferição de significados como um todo. Abaixo na figura (6).

FIGURA 6: *Cinco sentidos – percepção da paisagem.*

AUDIÇÃO	VISÃO	PALADAR	TATO	OLFATO
Canto dos Pássaros (2)	Por do sol e mar e conchas (2)	Natural (7)	Areia e conchas (5)	Sal (2)
Ondas (2)	A Floresta (2)	Peixe e frutos do mar (3)	Raízes e folhas (3)	Maresia (3)
Lanchas (3)	Contemplação Bela, linda (2)	Leve	Mar (2)	Umidade
Barulho do mar e da natureza (3)	Mudança e destruição da natureza (4)		Sal	Natureza (5)
Paz	Riqueza natural e ancestral			

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Esta experiência sensorial descrita, pode muito bem se dar no ambiente acadêmico, através das aulas de campo, neste sentido, são oportunidades importantes em que os alunos poderão perceber novos ambientes, elas também oferecem a possibilidade de trabalhar de forma interdisciplinar, pois dependendo do conteúdo, podem-se abordar vários temas (ANDRADE e MORAIS, 2009).

Bergson (1999, p. 15), estabelece através da observação "que a dimensão, a forma, a própria cor dos objetos exteriores se modificam conforme meu corpo se aproxima ou se afasta deles, que a força dos odores, a intensidade dos sons aumentam e diminuem com a distância", e continua, afirmando que "à medida que meu horizonte se alarga, as imagens que me cercam parecem desenhar-se sobre um fundo mais uniforme e indiferentes para mim. Quanto mais contraio esse horizonte, tanto mais os objetos que ele circunscreve se escalonam distintamente de acordo com a maior facilidade de meu corpo para tocá-los e movê-los". Desta forma, Bergson prestigia a experiência sensorial, pois os objetos devolveriam ao corpo, "como faria um espelho, sua influência eventual".

Em mesmo sentido SOUZA (2007, p. 74) apresenta que "todo objeto se relaciona de forma ativa com seu interlocutor, pois se ele consegue extrapolar suas fronteiras materiais é porque despertou no expectador uma elaboração de sentidos dos quais ele é o representante". Ferrara (1993, p. 240) afirma que "cada signo tem um lado passivo e outro ativo, todo signo interpreta e solicita interpretação e é, simultaneamente, sujeito e objeto no infinito processo dialético do pensamento". Assim a paisagem, o objeto, o signo, só terá significação quando observado.

Em meio à caminhada, os alunos foram instigados a observar e posteriormente registrar, algumas paisagens com conotação cultural e transformada, que podem ser observadas nas figuras (7 e 8). Com relação à distinção entre "as paisagens", Schier (2003), a faz de forma pertinente, pois para ele a paisagem natural refere-se aos elementos naturais combinados e imaculados, enquanto a paisagem cultural é adulterada e humanizada e inclui todas as modificações feitas nos espaços urbanos e rurais. Contudo, a paisagem exige um olhar específico sob a forma de objeto de estudo, do qual é necessário selecionar o conjunto dos elementos envolvidos, em seu contexto geográfico e histórico, levando em conta a configuração social e os processos naturais e humanos em uma escala temporal.

ISBN 978-85-8209-066-4

FIGURA 7: Imagens de algumas paisagens culturais



Fonte: Os autores, (2016).

Mesmo esta escala temporal se faz permeada pela necessidade de significados, uma vez que “o movimento da memória é permanente mas não feito de permanências, diante de um artefato ou de um lugar, por mais antigos que sejam, o presente jamais cessa de manifestar-se” Souza (2007, p. 04). Esta manifestação do presente pode atrair a curiosidade do observador, que passa a perceber o entorno de seu local de vivência, como uma construção em conjunto, onde atuam a natureza, o homem e o tempo.

Esta construção pode ser percebida nos dizeres de Delphim (2009), ao dispor que o valor de uma paisagem cultural é decorrente de sua fruição e da capacidade de reter marcas e registros antrópicos. Podendo o homem ser um dos elementos de valor na paisagem, muitas vezes o principal. Para Ribeiro (2007, p.24) “A paisagem é introjetada no sistema de valores humanos, definindo relacionamentos complexos entre as atitudes e a percepção sobre o meio. Nessa visão, a estética da paisagem é uma criação simbólica, desenhada com cuidado, onde as formas refletem um conjunto de atitudes humanas”.

FIGURA 8: imagens de paisagens com ocupação inapropriadas



FONTE: Os autores, (2016).

Ao tratar da importância do reconhecimento e preservação de áreas naturais, Mattos (2010, p.92) citando Grove, apresenta que “as primeiras preocupações com o ambiente e as primeiras críticas das forças econômicas do ocidente, em particular sobre os ambientes tropicais, surgiram como um corolário e, em alguma medida, como uma contradição com relação à história da colonização mental e material do mundo pelos europeus”. Assim percebe-se que de fato a preocupação com o cuidado e preservação ambiental não é algo novo, mas que ganhou força nos últimos anos, principalmente por via inversa, pois o avanço humano sobre a natureza não encontrou freio, mesmo com o avanço da ciência.

E é através do exercício da observação que as histórias individuais, o passado e o presente, os sistemas mentais do interlocutor poderão atribuir, reavivar ou ressignificar antigos ou novos significados, e “para isso, deve-se trabalhar de maneira a proporcionar condições para a constante reinvenção da existência das coisas no mundo e para a compreensão dos conflitos existentes entre os modos de ver esse mesmo mundo” Souza (2007, p. 81).

Desta forma, providenciar momentos de observação, através das saídas de campo permitem proporcionar as condições para esta constante reinvenção das coisas, pois “nossos sentidos têm

ISBN 978-85-8209-066-4

necessidade de educação. Nem a visão nem o tato chegam imediatamente a localizar suas impressões. Uma série de aproximações e induções é necessária, através das quais coordenamos pouco a pouco nossas impressões umas às outras" (BERGSON, 1999 p. 48).

Ao estudar, observar ou pesquisar a Baía de Guaratuba, percebe-se que aquele espaço é um espaço híbrido, o que significa que deve-se, para a 'supremacia da evidência', dispensar a possibilidade de contemplar uma 'paisagem natural', pois as marcas do homem ficaram impressas nas paisagens daquele lugar, testemunhando as diferentes fases de uma indissociável relação da história humana com o meio natural (ARRUDA, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar este estudo, a proposta foi a de destacar a importância da prática da saída de campo, como uma metodologia ativa de perceber e ensinar a paisagem. Desse modo, enquanto recurso didático, o trabalho de campo é a oportunidade em que podemos visualizar tudo o que foi apresentado e discutido em sala de aula e, momento em que teoria se torna realidade, materializando-se diante dos olhos aguçados dos estudantes-expectadores, assim realça-se a importância de planejá-la o máximo possível, de modo a que não venha se transformar numa mera excursão recreativa sobre o território, e possa se firmar como instrumento no processo ensino/aprendizagem/produção do conhecimento.

Ao se referir à paisagem, percebeu-se a relevância que ela possui para a definição do vínculo afetivo com o lugar e, em relação aos participantes da aula de campo, considerou-se ter ficado evidente o envolvimento dos indivíduos com a paisagem de Guaratuba. Quanto aos sentimentos e experiências que aconteceram nos lugares visitados durante a prática, verificou-se nas respostas, que os alunos foram superficiais em relatar seus sentimentos, pois ressignificaram memórias boas, cores e odores entre outros, evidenciando a importância dos cinco sentidos nos estudos de percepção da paisagem.

Notou-se também, durante a pesquisa, a ligação afetiva, ou seja, o sentimento topofílico dos alunos participantes, com o lugar. Os resultados apontam uma ligação emocional, através de um forte sentido de pertencimento, identidade e dependência. Pois a maioria dos participantes é nascida em Guaratuba e cresceram ao longo de suas praias e baía. Todavia, no que se refere ao patrimônio arqueológico, poucos deles tinham conhecimento sobre o mesmo, e tampouco faziam relação daquela paisagem como inerente ao processo de ocupação pré-histórica e histórica do município.

Quando questionados quanto à forma de se ensinar paisagem de maneira prática, os participantes foram eufóricos em responder que não supunham que era tão prazeroso estabelecer esta relação, de ensino aprendizagem prática, através de vivências no próprio local de moradia, local este que preserva memórias de sua história e ancestralidade por todos os lugares.

Por fim, a aula de campo consiste, na prática andante de gerar conhecimento, uma forma de aproximação da teoria com a prática e uma possibilidade de ação reflexiva na interface da teoria e da prática educacional e que pode ser explorada das mais diversas formas e lugares, em relação à paisagem, percebeu-se que ela esta cada vez mais dinâmica e complexa, ao mesmo modo que a sociedade evolui e transforma seus valores.

REFERÊNCIAS

ALVES, L.A.; LOPES, M.; SILVA, K. **A Importância de se Praticar o Trabalho de Campo na Ciência Geográfica**. A MARGEM - Estudos, Uberlândia - MG, ano 1, n. 1, p. 10-9, jan./jun.2008.

AMORIM Filho, O. B. O Contexto Teórico do Desenvolvimento dos Estudos Humanísticos e Perceptivos na Geografia. In: AMORIM Filho, O. B.; CARTER, H. e KOHLSDORF, M. E. **Percepção Ambiental**: Contexto Teórico e Aplicações ao Tema Urbano. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia, 1987.

ANDRADE, Maria H. de Paiva, e MORAIS, Marta B. **Ciências – Ensinar e aprender**. Anos iniciais do ensino fundamental. Belo Horizonte: Dimensão, 2009.

ARRUDA, Gilmar. **"Minha terra tem palmeiras": paisagem, patrimônio e identidade nacional**. In: FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra C. A.; RAMBELI, Gilson (Org.). Patrimônio cultural e ambiental. São Paulo: Annablume, 2009.

ISBN 978-85-8209-066-4

BANDEIRA, D. R. Os Constritores dos Montes de Conchas e os Mais Antigos Moradores da Baía da Babitonga. **Joinville Ontem e Hoje**. Ed nº3/março, 2005.

BIGARELLA,J.J. *et al.* **Sambaquis**, Curitiba, Pr: Posigraf, 2011.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CAPEL, H. Percepción del Médio y Comportamiento Geográfico. **Revista de Geografia**, Universidad de Barcelona, v.7, n. 1-2, enero-diciembre, 1973.

CLAVAL, P. "A volta do Cultural" na geografia. **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, ano 1, n. 1, 2002a.

_____. El enfoque cultural y las concepciones geográficas del espacio. **Boletin de La A.G.E.**, n. 4, 2002b.

CONSELHO DO LITORAL. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI Guaratuba.** Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2002.

CRIADO BOADO, F. *Construcción social Del espacio y reconstrucción arqueológica del paisagen.* **Boletín de Antropología Americana**, n.24, pp-5-29, 1991.

DE BLASIS, P., Sabine Eggers, Marta Lahr, Levy Figuti, Marisa C. Afonso & Maria Dulce Gaspar 1998. Padrões de assentamento e formação de sambaquis em Santa Catarina. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia** 8: 319-321.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. Paisagem. In CARVALHO, Claudia S. Rodrigues de; GRANATO, Marcus; BEZERRA, Rafael Zamorano; BENCHETRIT, Sarah Fassa. **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, p. 88 – 100.

FAGUNDES, Marcelo. **Uma análise da paisagem em arqueologia** – os lugares persistentes**.**2006. Disponivel em:http://www.webartigos.com/artigos/uma-analise-da-paisagem-em-arqueologia-os-lugares-persistentes/7203/#ixzz4M7knSvn3, Acesso em setembro de 2016.

FERRARA, Lucrecia D'Alésio. **Olhar Periférico: informação, linguagem e percepção ambiental**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1993.

KOZEL, S. T. **Das Imagens às Linguagens do Geográfico**: Curitiba, a "Capital Ecológica". 301f. Tese (Doutorado em Geografia), USP - Universidade de São Paulo, 2001.

MATTOS, Claudia Valladão de. **Paisagem desdobramentos e perspectivas contemporâneas. Comentários sobre a pintura de paisagem e os desdobramentos da crítica ambiental no século XIX, na França e no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

OLIVEIRA, Alana P. Lima de, e CORREIA, Mônica Dorigo. **Aula de campo como mecanismo facilitador do ensino aprendizagem sobre os ecossistemas recifais em Alagoas**. ALEXANDRIA Revista de Educação em Ciência e Tecnologia, v.6, n.2, p. 163-190, junho 2013 ISSN 1982-5153.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

FERNANDES, Rosane Patrícia. **Gestão e Preservação do Patrimônio Arqueológico em unidades de conservação, caso do Parque Estadual do Boguaçu Guaratuba – Pr.** 2014, 207 fl. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville.

SCHIER, R, A. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. **Revista RA´EGA**, Curitiba: Editora UFPR, n. 7, p. 79-85, 2003.

SOUZA. Flávia C. A. de. **A preservação do patrimônio arqueológico em Joinville/SC: desamontoando conchas e evidenciando memórias**. Curitiba, 2007.

TUAN, Y. F.**Topofilia:** Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambientel. São Paulo: Difel, 1980.

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DE SANTA CATARINA: ZOÓLITOS, PALEOFAUNA, SIMBOLISMO E IDENTIDADE

Jefferson Batista Garcia[1]
Dione da Rocha Bandeira[2]

Resumo: O presente trabalho refere-se à pesquisa interdisciplinar no campo do patrimônio cultural, que visa analisar as representações de animais em pedra – conhecidas como *zoólitos* –, procedentes do estado de Santa Catarina, tipicamente encontradas em sítios arqueológicos sambaquianos, que estamos desenvolvendo no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, sob orientação da profa. e arqueóloga Dione da Rocha Bandeira. Para tanto, selecionamos duas das coleções de zoólitos mais importantes do Brasil, pertencentes a dois museus que trabalham com a temática sambaquiana. As instituições que colaboram com o desenvolvimento da presente dissertação, através da disponibilização de seus acervos, são o Museu do Homem do Sambaqui "Pe. João Alfredo Rohr, SJ" – MHS, Florianópolis, e o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville – MASJ. A pesquisa conta com apoio do Fundo de Amparo à Pesquisa/FAP UNIVILLE, através de Bolsa Parcial. Por meio de uma abordagem teórico-metodológica pós-processualista, estamos realizando uma análise interpretativa das esculturas de animais em pedra, por meio de uma revisão da bibliográfica e análise laboratorial das peças arqueológicas, sua relação com a paleofauna existente na época e a utilizada pelos sambaquianos, e seu simbolismo, no sentido bourdieano (BOURDIEU, 2002, p.8-9) da perspectiva, para inferirmos a possibilidade destes artefatos serem indicativos de traços identitários de alguns grupos (CASTRO, 2008, p. 185) sambaquianos que se estabeleceram na região que conhecemos hoje como Santa Catarina.
Palavras-Chave: Arqueologia. Zoólitos. Paleofauna, Identidade. Patrimônio.

INTRODUÇÃO

Apresentaremos, com o presente artigo[3], nossos objetivos e o andamento da pesquisa de mestrado, que iniciamos no primeiro semestre de 2016, que tem como foco a análise das representações zoomórficas

[1] Aluno do Curso de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, onde desenvolve pesquisa sobre o patrimônio arqueológico catarinense, com ênfase nas sociedades sambaquieiras e suas representações zoomórficas. E-mail: jeffersonarqueologia@gmail.com

[2] Professora do Curso de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, e Arqueóloga do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville – MASJ. E-mail: dione.rbandeira@gmail.com

[3] O presente artigo é fruto da nossa apresentação que realizamos no *III Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural* – ENIPAC, realizado na Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, em setembro de 2016.

ISBN 978-85-8209-066-4

confeccionadas por grupos de caçadores-coletores e pescadores fabricantes de sambaquis[4] em Santa Catarina. Por tratar-se de uma pesquisa com cerca de um semestre, por tanto, recente, os resultados aqui apresentados serão parciais e um convite a uma reflexão quanto as ideias propostas pelo pesquisador. Nesse sentido, nosso trabalho se sustenta nas seguintes variáveis de pesquisa: 1) análise dos zoólitos, conjecturando quanto a identificação da espécie de animal representada, suporte, dimensões e procedência arqueológica; 2) estudo da paleofauna, objetivando se as espécies representadas em lítico existiram no paleoambiente e ambiente atual; 3) por fim, a partir do dados gerados, com as variáveis 1 e 2, citadas acima, estudar a possibilidade das representações de animais em pedra serem traços identitários de alguns grupos litorâneos, da região sul do Brasil e o simbolismo[5] da representação zoomórfica para os sambaquianos. A arqueóloga Viviane Castro, da UFPE, especialista em identidades, salienta que: "[...] as identidades têm expressão material e se expressam nos objetos, pois os grupos de alguma forma materializam marcas e símbolos de suas identidades em seus objetos [...]" (CASTRO, 2008, p. 185); é nesse sentido que consideramos as reflexões quanto a tal possibilidade, pois em linhas gerais Maria Dulce Gaspar, já considerou essa possibilidade identitária, sobre os povos fabricantes de sambaquis, considerando os materiais arqueológicos e a morfologia dos mesmos (GASPAR, 1995, p.378), que a arqueóloga classifica de um "traço marcante na identidade social" (GASPAR, 1995, p.392) dos caçadores-coletores e pescadores fabricantes de sambaquis. Metodologicamente, nossas considerações estão respaldadas na análise da bibliografia especializada, artigos, dissertações e teses que pudemos encontrar nas bibliotecas universitárias da PUCRS, UNISINOS, UFRGS, UFSC, UFPE e UNIVILLE. Concomitantemente, portais de periódicos científicos como EBSCO, Portal CAPES/MEC, Portal ELSEVIER, Scielo, Academic.edu, foram amplamente utilizados. Igualmente, estamos realizando análises dos zoólitos no laboratório do Museu do Homem do Sambaqui "Pe. João Alfredo Rohr, S.J.", em Florianópolis. Após está etapa, passaremos a estudar a coleção do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville – MASJ, no laboratório em suas dependências.

ANÁLISE DOS ZOÓLITOS: SÍTIO E PALEOFAUNA

Para atingir nossos objetivos, entendemos que deveríamos iniciar pela análise de zoólitos que foram encontrados em pesquisas sistemáticas, ou seja, em escavações arqueológicas, embora as demais representações de animais em pedra, encontradas fora do contexto de pesquisa, também serão contempladas pelos nossos estudos. O motivo que nos fez considerar em primeiro plano os zoólitos encontrados em sepultamentos de sambaquianos e em segundo plano os fora de contexto, que não temos certeza da procedência, é devido considerarmos a possibilidade de aferirmos que tais representações zoomórficas possam ser objetos fruto da identidade de alguns grupos de caçadores-coletores e pescadores, que muito embora comungavam na questão da construção de sambaquis, com outros grupos humanos do passado do litoral brasileiro, acabaram desenvolvendo essa peculiaridade cultural, de representar animais em pedra, para acompanhamento funerário, em alguns sítios litorâneos da Região Sul-Sudeste do Brasil, com grande concentração no território geopolítico que conhecemos hoje como o estado de Santa Catarina. Diante disso, para iniciarmos os testes sobre as variáveis ou atributos que escolhemos para aplicar em nossas análises selecionamos o sambaqui Morro do Ouro, em Joinville, escavado pelo arqueólogo Guilherme Tiburtius, nos anos de 1952 e 1960 e que apresentou três formas zoomórficas junto a um dos sepultamentos encontrados, e o sambaqui da Praia do Pântano do Sul, em Florianópolis, escavado pelo arqueólogo Pe. João Alfredo Rohr, em 1975, que apresentou dois zoólitos, novamente associados a sepultamento.

O sítio arqueológico Sambaqui Morro do Ouro

O Sambaqui do Morro do Ouro, Joinville, assim como ocorreu com uma considerável parcela dos sítios desse gênero no Brasil, acabou sendo parcialmente destruído, porém, desta vez não para que sua matéria-prima fosse extraída para cal, mas, para dar lugar a um depósito de lenha

[4] O fenômeno artificial de acúmulo de conchas (*tãba'ki*, da língua Tupi, cuja a tradução mais aproximada seria *Sambaqui*), procedente do costume de sociedades pré-coloniais, ocorreram em muitas regiões do mundo: Grã-Bretanha, Bélgica (*Shell mounds*), Japão, Península Escandinava, Península Ibérica ou longo do Rio Tejo, EUA, Brasil, entre muitas outras localidades do globo.

[5] Simbolismo na perspectiva bourdieana é o sentido norteador considerado para a nossa dissertação. "Os sistemas simbólicos, como instrumento de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (em particular, do mundo social) [...]" (BOURDIEU, 2002, p. 9).

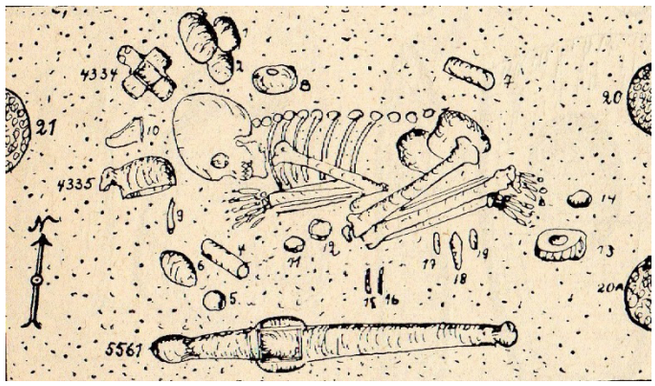
ISBN 978-85-8209-066-4

que seria exportada. Guilherme Tiburtius, arqueólogo responsável pelo acompanhamento do desmanche do sambaqui, teve uma séria de adversidades no exercício de suas atividades no local: em dado momento, a parte superior do sambaqui desabou, certa vez ao chegar no local, para registrar a estratigrafia, os funcionários haviam destruído o perfil, entre outras ocorrências. No entanto, o pesquisador ressalta a grande quantidade de material arqueológico coletado durante seu acompanhamento – ao contrário de Anamaria Beck, que escavaria o mesmo sítio, menos de uma década depois, encontrando muito poucos artefatos[6] –, principalmente no seu primeiro ano de intervenção no local:

> Nossas escavações começaram em 1952 do lado médio do morro, parcialmente lavrado. Foram bastante trabalhosas, devido ao autoclismo. O topo do morro havia desabado e foram necessários muitos dias de trabalho até que as camadas estivessem a descoberto diante de nós e pudéssemos começar as escavações de perfil, uma do lado norte, a outra mais ao sul, todas no sentido transversal de leste a oeste. A sorte nos ajudou: encontramos grande quantidade de artefatos valiosos (TIBURTIUS, 1996, p.75).

Destacamos o desenho técnico (Figura 1 e 2) realizado por Tiburtius, do sepultamento que apresentou entre seus acompanhamentos três representações de animais em pedra, que nas palavras de Guilherme seriam “oferendas mortuárias” (1996, p.82).

Fig. 01*: Desenho técnico realizado por Tiburtius do sepultamento com zoólitos: 4334, 4335 e 5561 do sambaqui Morro do Ouro, Joinville, em desenho técnico específico produzido por ele mesmo*



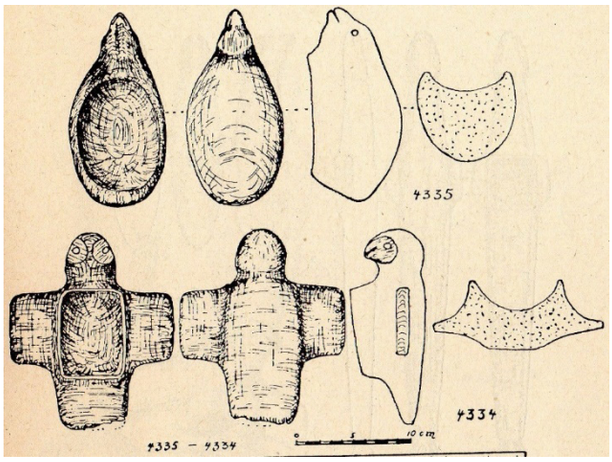
Fonte: Bigarella, Tiburtius (1960. p. 39).

Não discutiremos, aqui, nesse momento, se a definição de Guilherme é a mais apropriada para os sepultamentos sambaquianos, visto que ainda não fechamos esta análise na nossa dissertação, contudo, entendemos que no momento a utilização do conceito de “mobiliário fúnebre” proposto por Colin Renfrew (2008, p.181-211) seja o mais adequado visto que a definição está ligada ao processo simbólico de “valor” de objetos materiais: “[...] inclinação humana em dar importância simbólica aos bens materiais” (RENFREW, 2008, p.184) e sua simbologia encontra-se sendo abordada por nós na pesquisa de mestrado.

[6] Segundo Beck: “Como dissemos anteriormente, os artefatos encontrados na área escavada foram muito poucos, se considerarmos as dimensões da Sondagem. Tal fato, parece chocar-se com as afirmações de Tiburtius e Bigarella (1960), e Castro Faria (1959), que afirmavam tratar-se de um sítio arqueológico rico em material ósseo humano e artefatos líticos” (BECK, 1972, p.122).

ISBN 978-85-8209-066-4

Fig. 02: Dois dos três zoólitos encontrados por Tiburtius no sambaqui Morro do Ouro, Joinville, em desenho técnico específico produzido por ele mesmo



Fonte: Bigarella, Tiburtius (1960. p. 39).

Tiburtius recolheu uma gama de outros materiais que serão de vital relevância, como é o caso do material faunístico, cujos dados produzidos por ele e outros iremos utilizar para saber se existe evidência de consumo ou outro uso da fauna que era representada em pedra. Num primeiro momento, sabemos que entre os zoólitos encontrados por Guilherme, existe uma representação de mamífero, a peça 4435, que o pesquisador confere os seguintes atributos:

> Mamífero deitado, a cabeça levemente inclinada, olhos pouco definidos, boca marcada com um corte, sem cauda, confeccionada de rocha dura, porfirítica, mosqueada, sem erros; apresenta um brilho fosco. Tamanho do corpo: comprimento 170 mm; maior altura 87 mm; espessura do corpo 80 mm; peso 1.160 g. apresenta uma cavidade côncava de 12 mm de profundidade, oval, no lado da barriga (TIBURTIUS, 1996, p. 89).

Em termos de material osteológicos faunísticos, depois de ossos de peixes os de mamíferos, possivelmente, são os mais abundantes na maioria dos sambaquis, e na sequência os de aves. Por este motivo, os zoólitos com atributos de fauna marinha e mamífera terrestre estão recebendo abordagem prioritária, posteriormente serão os de aves.

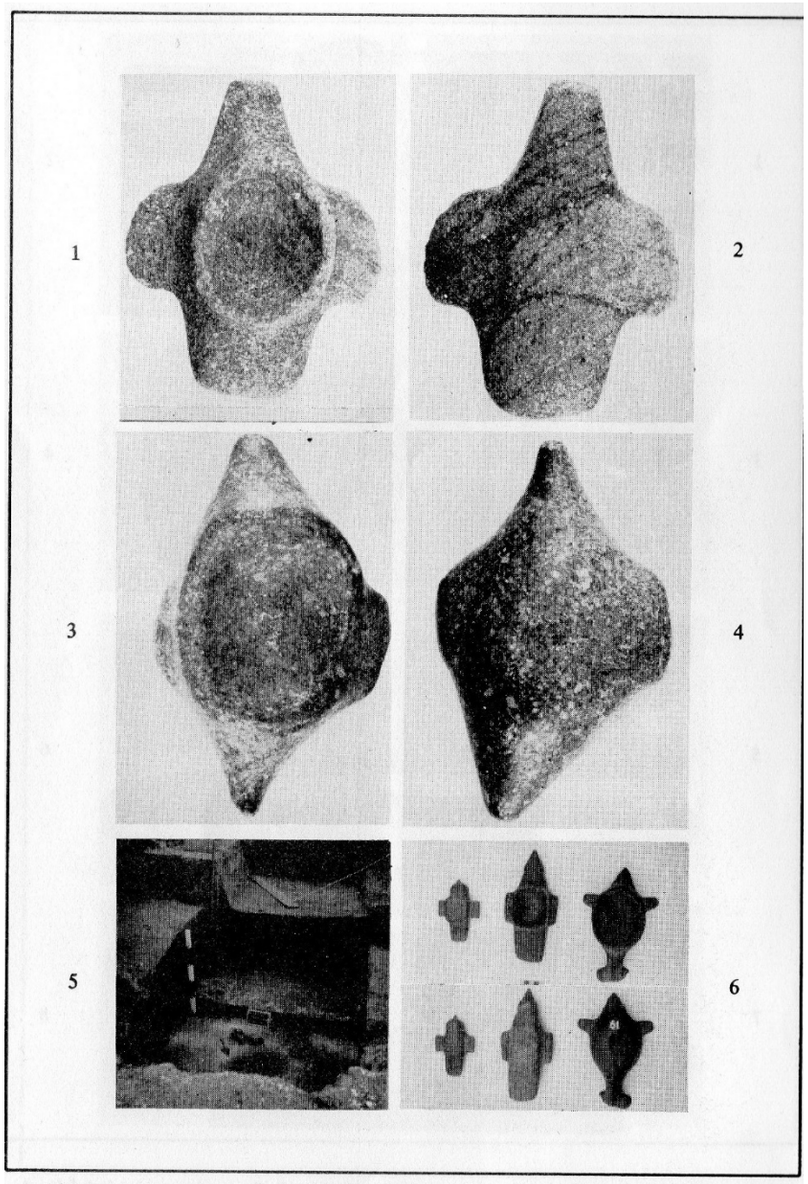
O Sambaqui da Praia do Pântano do Sul

A coleção de zoólitos pertencente ao Museu do Homem do Sambaqui “Pe. João Alfredo Rohr, S.J.”, Florianópolis, é composta por mais de vinte peças arqueológicas de várias localidades de Santa Catarina. Dentre estas, seis pertencem ao Sítio Arqueológico da Praia do Pântano do Sul SC-F-10, – existem outros três zoomórficos que estamos examinando os atributos e a identificação da procedência, se confirmado, este número passará para nove zoólitos deste sítio arqueológico[7] (Figura 3).

[7] Os resultados destas analises serão apresentados na nossa dissertação, previsto para o segundo semestre de 2017, e publicados após a defesa da mesma.

ISBN 978-85-8209-066-4

Fig. 03. Fotografia realizadas por Rohr, dos zoólitos do sambaqui Pântano do Sul , Florianópolis, encontrados na escavação e dos adquiridos por compra.



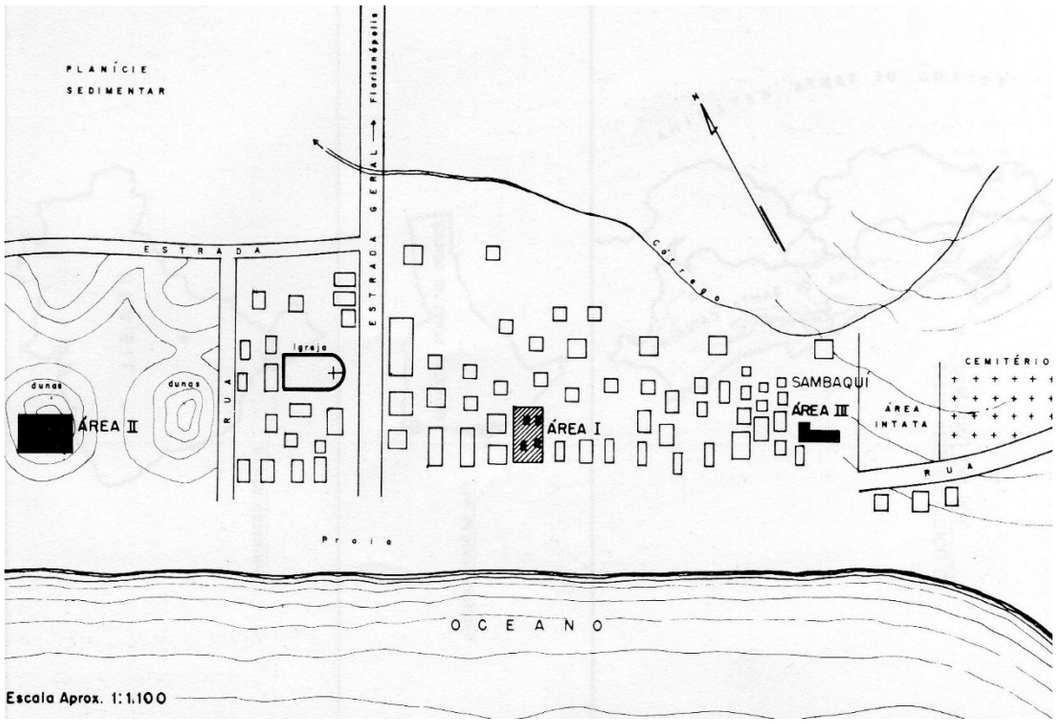
Prancha XI –Os zoólitos do Pântano do Sul (1 a 5 – os dois zoólitos encontrados durante as escavações; 6 – zoólitos adquiridos por compra dos sitiantes)

Fonte: ROHR, op. cit., p.111.

Duas destas peças foram coletadas sistematicamente, em contexto, associadas com um sepultamento, em 1975, pelo Pe. João Alfredo Rohr, neste sambaqui, em local que denominou de “Área III” (ROHR, 1977) (Figura 4).

ISBN 978-85-8209-066-4

Fig. 04*: Croqui do Sítio Arqueológico do Pântano do Sul SC-F-10. As três áreas escavadas por Rohr.*



Fonte: Rohr (1975. p. 102).

Na Figura 04, podemos verificar todas as áreas pesquisadas por Rohr, na Praia do Pântano do Sul: I, II e III. Na última área, é onde fica o local do sambaqui, onde os dois zoólitos foram encontrados, próxima ao cemitério da localidade. Em relação ao mobiliário fúnebre, João Alfredo Rohr salienta que:

> Os dois zoólitos foram encontrados em 3 de outubro de 1975, a 2,75 metros de profundidade. Achavam-se, lado a lado, com as cavidades ventrais voltadas para cima e inclinados para o sol nascente. No mesmo nível arqueológico, dois metros distantes dos zoólitos, foi encontrado o sepultamento de uma pessoa adulta, em disposição fletida (Septo nº 1), machados líticos de corte polido, grande número de seixos com sinais de lascamento. Outros tratados pelo fogo, ossadas de peixe, ossadas de baleias e de botos, parcialmente calcinados e carvão vegetal (ROHR, 1977, p.27).

Na variável 01, que estabelecemos como uma das diretrizes da nossa dissertação, salientamos o suporte em que o zoólito foi confeccionado, ou seja, a matéria-prima. Tal informação da procedência do mineral poderá nos fornecer uma séria de informações: localidade em que a rocha foi extraída, se foi trazida por grupos sambaquianos até o local de sepultamento, se os grupos teriam ido até a jazida para a extração de uma matéria-prima importante para eles. São questionamentos que poderemos fazer ao determinarmos. Tal análise já havia sido executada por Rohr, em 1975, como podemos ver no trecho abaixo:

> Recolhido em 3/10/75 [zoólito número 2], no sítio arqueológico SC-RF-10, do Pântano do Sul, pelo arqueólogo Pe. João Alfredo Rohr S.J. estava associado ao zoólito Nº1. Acha-se depositado no Museu do Homem do Sambaqui, sob o Nº 2 PS. A rocha apresenta-se parcialmente alterada. Classificação provável: Ortoclásio-Biotita-Gnaisse. Este tipo de rocha não existe no Pântano do Sul, mas ao norte da Ilha de Santa Catarina (ROHR, 1977, p.49).

No caso do zoólito de Nº 1, conforme classificado por Rohr, este foi confeccionado em um suporte de mineral que não se encontra em Florianópolis, informação de grande relevância no contexto da nossa análise: “Classificação provável: Diorito Porfirítico. Este tipo de rocha não existe na Ilha de Santa Catarina” (ROHR, 1977, p.48).

ISBN 978-85-8209-066-4

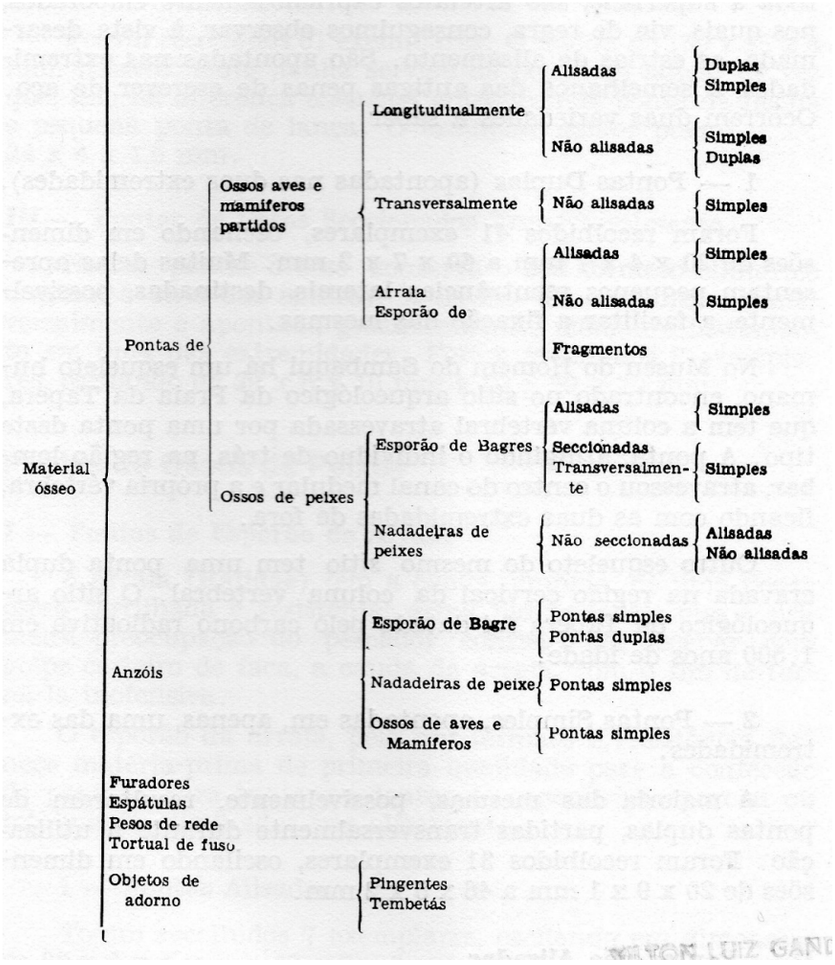
A quantidade de zoólitos (seis podendo passar para o número de nove, como salientamos anteriormente) encontrados no Sítio Arqueológico do Pântano do Sul e a quantidade de outros materiais arqueológicos renderam-lhe a "identificação" de um local bastante singular. Pedro Inácio Schmitz destaca que: "O Pântano do Sul é o único sítio que proporcionou zoólitos; não um, mas seis. Com o que novamente se destaca de todos os outros" [numa análise comparativa com Laranjeiras I, II; Armação do Sul; Tapera e Cabeçudas] (SCHMITZ, 1996, p.185).

Em relação ao material faunístico coletado por Rohr, semelhante ao Morro do Ouro, estamos analisaremos o material já identificado e classificado, no Sambaqui do Morro do Ouro, e, igualmente, no sambaqui do Pântano do Sul. Consideramos que não haverá grande problemas analíticos nesse aspecto, pois, é importante destacarmos a grande quantidade de material ósseo encontrado por João Alfredo Rohr:

> Nas escavações do Pântano do Sul foram recolhidos acima de duzentos litros de ossadas de peixes, aves e mamíferos, autênticos restos de cozinha. Grande parte do material ósseo perdeu-se. De um lado, eram grandes ossadas de baleias e de botos em adiantado estado de decomposição e, do outro lado, ossos triturados de pequenos peixes. As ossadas recolhidas estão sendo numeradas e marcadas de acordo com as áreas e os níveis arqueológicos, para futuros estudos especializados. Provisoriamente, estudamos tão somente os artefatos ósseos em número de 585, que podem ser divididos em pontas, anzóis, objetos de adorno e miscelânea (ROHR, 1977, p.72).

Abaixo, na figura 05, podemos verificar um inventario tipológico da indústria óssea encontrada por Rohr no Sítio Arqueológico do Pântano do Sul. Dentro da nossa pesquisa, quantificaremos a tipologia do material osteológico, para trabalharmos com a aferição acerca da possibilidade da relação entre sambaquianos de Santa Catarina e a fauna pretérita. Concomitantemente, os o material osteológico não artefatual será abordado nos nossos estudos. Os resultados destes objetivos serão publicados em nossa dissertação e/ou apresentados em formato de artigo.

Fig. 05: Tabela da indústria óssea encontrada no Pântano do Sul



Fonte: Rohr (1977, p.73).

ISBN 978-85-8209-066-4

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Consideramos que, conforme a análise da literatura especializada, os estudos das representações de animais em pedra, como traços identitários de grupos sambaquianos de Santa Catarina, poderá nos auxiliar para uma melhor compreensão dessas sociedades do passado e valorização do patrimônio arqueológico catarinense bem como na extroversão do conhecimento arqueológico através de ações educativas, aproximando a comunidade da história da ocupação humana da sua região.

Como salientamos no início deste texto, nossos objetivos com ele são de comunicar nossa pesquisa, objetivos e o andamento da mesma.

REFERÊNCIAS

BIGARELA, I. K.; TIBURTIUS, G. objetos zoomorfos do litoral de Santa Catarina e Paraná. **Pesquisas.** Porto Alegre, RS: Editora Gráfica UFRGS, 1960.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2002.

CASTRO, Viviane M. C. de. O uso do concito de identidade na Arqueologia. **Revista Clio**. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, vol. 1, nº 23, p. 170-188, 2008.

GOMES. Angela A. de Oliveira. **Perspectivas interpretativas no estudo das esculturas zoomóficas pré-coloniais do litoral sul do Brasil**. 2012, 243 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná.

HODDER, Ian. **Interpretación en Arqueología**. Barcelona: Crítica, 1994.

LE GOFF, J**. História e memória.** Campinas: Editora UNICAMP, 2003.

MILHEIRA, R. G. **Esculturas líticas sambaquieiras: algumas possibilidades interpretativas. Reflexão a partir de uma coleção lítica do LEPAARQ/UFPEL**. 2011, 84 f. Monografia (Licenciatura em História) – Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

_____. Zoólitos: algumas reflexões sobre as esculturas sambaquianas. In: ZOCCHE, Jairo J.; CAMPOS, Juliano B.; ALMEIDA, Nelson J. O. de; RICKEN, Claudio (Orgs.). **Arqueofauna e Paisagem**. Erechim: Editora Habilis, 2014. p. 187-207.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: UNB, 1992.

_____.Catalogue raisonné des sculptures préhistoriques zoomorphes du

Brésil et de l'Uruguay. **Dédalo**. São Paulo: USP, 1974. p. 11 – 127

_____. **Arte Pré-Histórica do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Arte, 2011.

_____. **Les Esculptures Zoomorphes du Sud Bresilien et de l'Uruguay.**

França. Cahiers d'Archéologie d'Amérique du Sud 5: Centre National de la Recherche Scientifique, 1977.

RENFREW, C.; BAHN, P. **Arqueología: teorias, métodos y práctica**. Madrid: Akal, 2007.

_____. Varna e o surgimento da riqueza na Europa Pré-Histórica. In: APPADURAI, A. **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói, EdUFF, 2008.

ROHR, João Alfredo. **O Sítio Arqueológico do Pântano do Sul SC-F-10**. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1977.

SCHMITZ, Pedro I.; BITENCOURT, Ana L. V. O Sítio Arqueológico do Pântano do Sul, S.C. **Pesquisas.** Antropologia. Instituto Anchietano de Pesquisas, São Leopoldo, RS, n. 53, p. 77-123, 1996.

ISBN 978-85-8209-066-4

_____. Visão de conjunto dos sítios arqueológicos da Tapera, Armação do Sul, Laranjeiras I e II, Pântano do Sul e Cabeçudas. **Pesquisas**. Antropologia. Instituto Anchietano de Pesquisas, São Leopoldo, RS, n. 53, p. 183-190, 1996.

TIBURTIUS, G. **Arquivos de Guilherme Tiburtius I**. Joinville: Fundação Cultural Joinville, Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, 1996.

III ENIPAC

Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

SIMPÓSIO 4

III ENIPAC
Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

CULTURA, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA: UM ESTUDO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE JOINVILLE (SC)

Graciela Márcia Fochi
Mariluci Neis Carelli
Nadja de Carvalho Lamas

Resumo: O artigo apresenta como o Cemitério Municipal de Joinville (SC) se insere no percurso dos demais cemitérios da cidade, assim como os elementos históricos, de memória, de cultura e de patrimônio que esse espaço contém. O Cemitério Municipal surgiu juntamente com outras instituições, num contexto de adequação às normas higienistas/sanitárias e de secularização da sociedade moderna, na qual o Estado laico passou a orientar a vida em sociedade. Para tal, identificaram-se a existência de um hospício no mesmo local e a experiência de resistência aos processos de laicização galgado pela comunidade evangélica luterana. O referido cemitério abriu possibilidades para que os mais diversos indivíduos da sociedade pudessem expressar suas referências para além dos elementos religiosos, tais como as preferências culturais, literárias, as profissões e as instituições a que pertencem. Hoje, o cemitério encontra-se com capacidade limite de sepultamentos, está cercado por moradias e condomínios habitacionais e facilmente pode se tornar alvo da especulação imobiliária. Diante disso se faz necessário ampliar os estudos e os debates em relação às possibilidades desse espaço no sentido de investigar, descrever, comunicar a relevância cultural e patrimonial que ele comporta.
Palavras-chave: cemitérios; patrimônio; memória; cultura.

INTRODUÇÃO

> "*O dom de despertar no passado as centelhas de esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer*" (Walter Benjamin).

O artigo que apresentamos nesta oportunidade é oriundo da pesquisa de dissertação *Morte, cemitérios e jazigos: um estudo do Cemitério Municipal de Joinville/SC*, apresentada em fevereiro de 2011 no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille).

A proposta residiu num estudo do Cemitério Municipal de Joinville. O problema de pesquisa consistiu em saber quais são os dados históricos da criação do cemitério e como este se insere no universo dos demais cemitérios que a cidade possui, na trajetória de ocupação dos espaços no seu interior. Por fim, almejou-se perceber os elementos de memória, patrimônio e cultura que se encontram latentes no cemitério. O percurso metodológico foi de uma pesquisa qualitativa trilhada por meio de revisão bibliográfica, pesquisa documental, análise de estatísticas, visitas *in loco*, entrevistas orais e registros fotográficos.

ISBN 978-85-8209-066-4

A disposição dos cemitérios, pensando numa perspectiva histórica do desenvolvimento das sociedades, apresenta diferentes percursos e destinos. Inicialmente, em meio às sociedades ágrafas, os mortos eram sepultados em locais edificados e sinalizados com pedras, aos quais os vivos pudessem retornar quando precisassem, tanto para homenagear como aplacar seus mortos. Em seguida, nas sociedades clássicas, eles dispunham-se em cemitérios construídos ao longo das principais estradas, pois deveriam ficar distantes para não poluir os vivos. Posteriormente, na sociedade medieval eram levados para o interior das cidades, quando a preocupação do homem era salvaguardar sua alma sob a proteção da Igreja. Depois de passado um longo período no interior das cidades, já em meio às sociedades modernas foram postos para fora, sob a égide de antros favoráveis à proliferação de doenças e atos ilícitos. Por fim, com o forte movimento de urbanização, a população foi ao encontro dos cemitérios, na tentativa de habitar a região em torno e usufruir a infraestrutura existente em função deles.

Para Lima (1994), as sepulturas e todo o aparato que as acompanha permanecem, na sua quase totalidade, em suas primitivas posições sem que ocorram alterações significativas ao contexto original, e isso acaba por propiciar uma configuração ímpar no que diz respeito ao controle de dados.

Acredita-se que o cemitério e seu conjunto de jazigos sirvam de recursos potenciais como fontes/dados visuais para amparar a verificação da problemática proposta nesta pesquisa. Por isso, os jazigos e seu entorno foram fotografados, interpretados e compreendidos como dados visuais. Em virtude do grande número de jazigos edificados no referido cemitério, foram utilizados somente os mais representativos em nosso texto.

Abordar o tema cultura, patrimônio e memória com base nos espaços dos cemitérios requer que se abra mão das expectativas de verificações estáticas, parciais, controláveis e recorrentes com facilidade; é necessário que se levem em consideração as questões que permeiam e perpassam o universo da cultura, do patrimônio e da memória numa tríade circular que se autoalimenta, nutre, renova e se supera. Pensando no contexto deste estudo, compreende-se que um determinado grupo ou família almejou materializar e tornar públicos nas edificações do cemitério os elementos que compunham o universo simbólico/mental individual e que pertence ao coletivo.

O campo do simbólico, imagético, mental, intangível, religioso/cultural constituído como memória de um determinado indivíduo e/ou grupo inscreve-se e ganha tangibilidade dotado de corpo, conteúdo e forma nas disposições dos cemitérios, nas edificações dos jazigos, na estatuária, nas inscrições das lápides e dos epitáfios. Ele, por sua vez, forma e fornece referências às concepções, ao imaginário, às mentalidades, às memórias, às expectativas dos indivíduos que visitam ou que frequentam o espaço do cemitério.

Pensa-se que as possibilidades de apropriações e utilizações dessas concepções, dependem de fatores complexos e podem estar numa via bastante ampla, aberta, profusa de verificação, mas ser acompanhadas e percebidas se forem levados em conta os aspectos como contextos sociais, econômicos, religiosos e culturais de cada sociedade.

Os espaços dos cemitérios que reúnem as baixas de guerras e revoluções, que guardam os restos mortais de figuras ilustres de governos, membros da Igreja e instituições oficiais, ou ainda cemitérios que serviram de cenário de filmes, novelas, entre outros, são inventariados e tombados com mais facilidade, assim como passam a ser roteiros e programação turística e cultural.

O problema está no fato de que tais espaços, por muitas vezes, estão longe de refletir a pluralidade e a diversidade social e cultural, bem como as tensões e os conflitos, e as evidências que os caracterizam enquanto patrimônio histórico e cultural. Ao contrário, esses espaços acabam por servir aos interesses de uma pequena fração de interessados que lá se encontram ou que aguardam ser sepultados.

Os principais problemas que existem em torno das concepções e representações de patrimônio que na maioria das vezes constituem bens materiais acumulados e que prestigiam os possuidores, herdeiros, detentores, mantenedores, consistem em recursos inscritos e lavrados nos e pelos cânones “oficiais” das civilizações e das sociedades que os edificaram e, o que é mais grave, o fazem de forma hegemônica como se representassem unanimidade e consenso de tudo e todos; escamoteiam as lutas e os conflitos sociais que os teceram e os legitimaram ao longo da produção cultural da humanidade.

Nessa discussão, tem-se até o presente momento e em todo o Brasil o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que registrou nos livros tombo, individuais ou como conjunto, dez cemitérios considerados patrimônio histórico e paisagístico. Como se pode observar, Santa Catarina, ou como nesse caso Joinville, encontra-se na mencionada relação com o registro do Cemitério Protestante, que é comumente conhecido e identificado como Cemitério do Imigrante. Esse cemitério foi tombado em 1961 e está localizado na Rua XV de Novembro, n.º 978, na região central da cidade.

ISBN 978-85-8209-066-4

Nora (1993) descreve que a memória é vida e sempre carregada por grupos vivos. Assim, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, da desmemória, do inconsciente de suas deformações sucessivas, descontextualizações e recontextualizações, vulnerável a todos os usos, abusos e demais manipulações, susceptível de longas latências, silêncios, vazios e de repentinos resgates, revitalizações, supervalorizações. Nesse percurso todo acaba enraizando-se no concreto, nos objetos, no espaço, nos costumes, nos gestos, nas imagens, nos imaginários, nas mentalidades.

Borges (2002) explica que a relação entre o morto e seus descendentes, filhos, netos e bisnetos se enfraquece aos poucos, alcançando quando muito a terceira geração ascendente. Os túmulos do fim do século XIX e início do XX estão nas mãos da geração contemporânea. Nesse sentido, há alguns anos arquitetos europeus e norte-americanos vêm se mostrando atentos à recuperação e preservação do patrimônio artístico e monumental contido nos cemitérios de suas cidades.

Essa discussão também abrange os cemitérios contemporâneos. Nos projetos de espaços de cemitérios recentes está prevista a criação de novos parâmetros, portadores de conteúdos de forte referência simbólica, dotados de renovação, que almejam fornecer uma espécie de experiência poética, mais próximo dos sentimentos, as comoções e da complexidade que a morte carrega e requer dos enlutados.

Le Goff (1990) discute que uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas esteve e está em forjar estruturas legais/oficiais e se tornar senhores monitores da memória e do esquecimento. Sendo assim, as memórias e os seus espaços não são espontâneos nem naturais; seus agentes antes vigiam e definem o que há de ser lembrado e o que deve e pode ser esquecido. Fato que ilustra isso são os arquivos de guerras e de ditaduras, em que os governos, com receio dos ônus e das responsabilidades que lhes possam recair, destroem os vestígios e/ou restringem o acesso pelas partes interessadas e pela imprensa.

Arruda (2006) propõe que a cultura e a memória, assim como o patrimônio, sempre remetem ou pretendem compreender um coletivo generalizado: o “nós”, e o termo envolve o problema do “nosso”: a nossa história, a nossa memória, a nossa identidade, o nosso patrimônio. Tendo em vista as preocupações anteriores em torno do patrimônio, independentemente se ele é arquitetônico, imaterial, natural, entre outros, faz-se necessário indagar sobre “a quem” ou “a qual coletivo” está vinculado o “nosso” patrimônio, a que identidade coletiva, passada, presente e/ou futura.

Vê-se certa limitação no conteúdo da Constituição Federal Brasileira, promulgada em 1988, no artigo n.º 216, que prevê como “patrimônio cultural brasileiro”

> os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nas quais se incluem: I- as formas de expressão; II- os modos de criar, fazer e viver; III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Percebe-se que os espaços dos cemitérios podem ser contemplados e veiculados aos incisos IV e V, que se referem a espaços destinados às manifestações artístico-culturais e aos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico e arqueológico, respectivamente, porém em nenhum momento o fato da “morte” ou o “morrer” estão relacionados.

Pensa-se que seria pertinente ampliar o inciso II, que trata dos modos de “criar, fazer, viver”, e complementar o alcance e a abrangência da lei com a categoria morrer, já que todo e qualquer ser vivo do universo completa seu ciclo com o processo da morte. Além do mais, cada sociedade, cultura e tradição religiosa preveem diferentes concepções, sentidos, rituais, manifestações a esse momento e experiência.

Munidos desses aportes teórico-conceituais e das análises crítico-reflexivas dos autores apresentados, analisaram-se os elementos que pertencem ao Cemitério Municipal de Joinville. De antemão, alertamos que este trabalho não pretende ser conclusivo nem definitivo. Antes, quer-se proporcionar elementos e motivações para que outros estudos sejam realizados para, com base nisso, termos mais elementos sólidos para um debate de mais fôlego.

No entanto arriscam-se algumas problematizações, tais como: de que história cemitérios estão repletos? De que conteúdos está povoado o espaço do Cemitério Municipal de Joinville? Espera-se, com este texto, apresentar elementos que orientem essas questões.

ISBN 978-85-8209-066-4

DESENVOLVIMENTO

O Cemitério Municipal de Joinville foi criado pelo poder público municipal em 1913. Trata-se de um cemitério ecumênico, laico, ou seja, sem vínculos ou restrições religiosas. Logo, possibilitou e possibilita sepultados de quaisquer tradições religiosas. É o maior cemitério em extensão do município e reúne o maior número de sepultamentos, mais de 70 mil. Não existem estudos realizados, sistematizados e publicados quanto a ele.

Foi o cemitério preferencial de sepultamentos da sociedade joinvilense durante os diferentes períodos econômicos e populacionais da cidade no século XX, momento de ascensão econômica do município. No momento presente permanece com tal *status*. Um fato que pode ilustrar tal aspecto é o sepultamento do ex-governador do estado de Santa Catarina, prefeito de Joinville e ex-senador da república Luiz Henrique da Silveira (1940-2015), que ocorreu ali.

O Cemitério Municipal de Joinville encontra-se inserido num universo de 31 cemitérios. Destes, 25 estão em funcionamento e seis desativados. Dez cemitérios são administrados pelo poder público municipal, por meio da Fundação Municipal do Meio Ambiente (Fundema) e da Central de Atendimento do Serviço Funerário (Caserf); 13 são geridos pelas comunidades e/ou igrejas das regiões onde ficam situados; dois são administrados por empresas particulares; um é de responsabilidade do Iphan, órgão do governo federal; e cinco cemitérios estão completamente abandonados. O Cemitério Municipal de Joinville iniciou os sepultamentos no fim do ano de 1913 (CONSELHO, 1914a) e localiza-se na Rua Ottokar Doerffel, n.º 12, no bairro Atiradores.

É possível também reconhecer o Cemitério Municipal de Joinville nas análises de Cymbalista (2001) como um espaço que cumpre sua função e representa uma solução no planejamento urbano da cidade de modernização, em voga desde o início do século XX. Ou seja, foi criado no contexto das orientações europeias que visavam de certa forma garantir a saúde pública. Conforme Guedes (2005), na época modernizar significava limpar, sanear, livrar-se das epidemias; a vida privada passava a ser de domínio público, nenhum cidadão poderia fazer com que a sua liberdade prejudicasse o próximo e todos deveriam ser fiscais de si mesmos e dos outros se quisessem sobreviver.

Logo após a criação e regulamentação do novo cemitério, o Conselho Municipal publicou um documento que proibia os sepultamentos nos demais cemitérios da cidade. A partir daquele momento todos os cidadãos deveriam ser sepultados no Cemitério Municipal, exceto os associados da Comunidade Evangélica Luterana, em que congregava a maioria dos imigrantes de origem germânica que residiam na cidade na época.

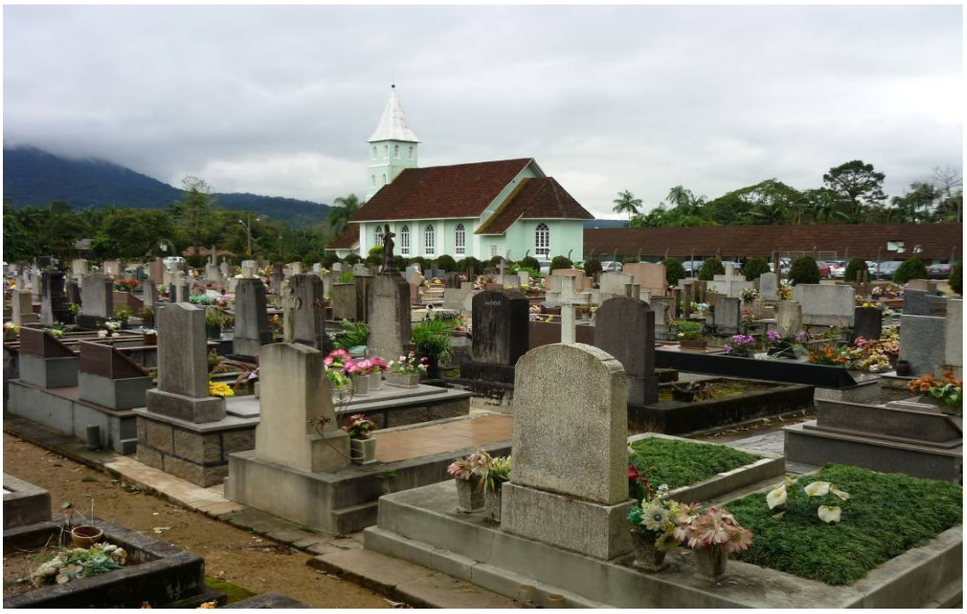
A Resolução n.º 207/1913 (CONSELHO, 1914b, p. 16) previa:

> Art. 1. A contar de 3 de Novembro deste anno, fica proibida a inhumação de cadáveres nos cemiterios particulares existentes nesta cidade.
> Art. 2. Exceptua-se desta prohibição o cemiterio pertencente á Communidade Evangélica, sómente quanto aos seos associados que nelle tenham adquirido terrenos para jazigos, até esta data, e cuja relação deverá ser apresentada á Superintendencia Municipal, até 31 de Outubro próximo vindouro.

As previsões do artigo n.º 2 da Resolução n.º 207/1913 podem ser reconhecidas na continuidade dos sepultamentos nos cemitérios veiculados às igrejas e às comunidades religiosas protestantes luteranas na cidade, conforme ilustra a figura 1, em que o cemitério fica ao lado da Igreja da Comunidade Evangélica Luterana Cristo Salvador.

ISBN 978-85-8209-066-4

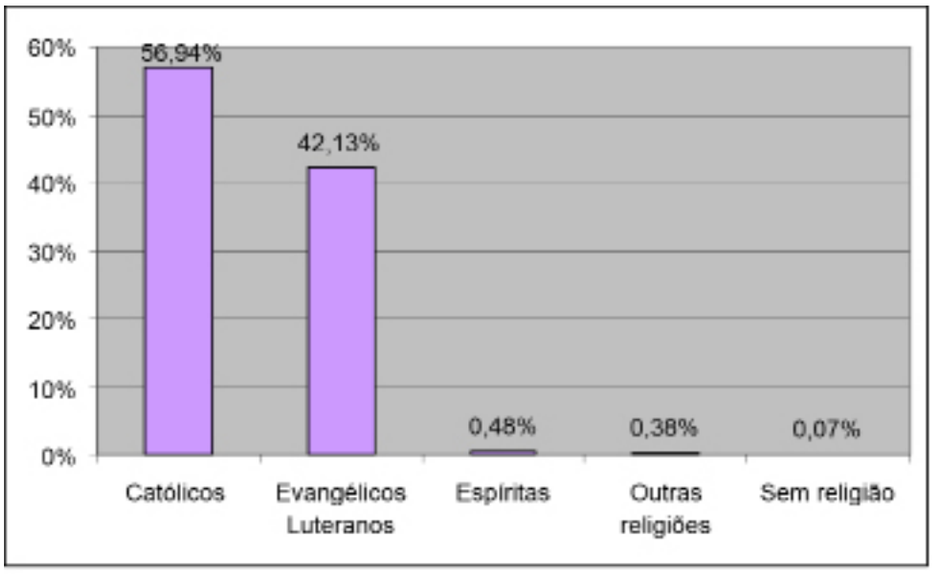
Figura 1 – Cemitério da Comunidade Evangélica Luterana Cristo Salvador, Estrada Dona Francisca, na localidade Rio da Prata, Joinville



Fonte: Graciela Márcia Fochi, Joinville, 2009

O governo com essa resolução acabou concedendo privilégio às tradições “protestantes luteranas”, enquanto as demais, “católicas”, “espíritas”, “outras religiões”, acabaram ficando sem opção. O governo não agiu no sentido de garantir a pluralidade nem a igualdade de todos perante a lei.

Gráfico 1 – Distribuição da população de Joinville por crença religiosa para o ano de 1950



Fonte: adaptado de IBGE, censo de 1950. Arquivo da autora

Na época, o Cemitério Municipal de Joinville oferecia uma opção condizente com as orientações higienistas, defendidas pelos urbanistas do século XIX, por ser um local elevado e longe do centro urbanizado da cidade –, porém 15 anos depois da abertura do cemitério apareceram indícios de que o povoamento e a urbanização já caminhavam em direção ao espaço ocupado pelo cemitério. Observam-se a ilustração e a sinalização da imagem a seguir.

ISBN 978-85-8209-066-4

Figura 2 – Vista parcial e panorâmica da cidade de Joinville em 1928



Legenda: Cemitério Municipal de Joinville (SC)
Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Atualmente o cemitério ocupa uma área de cerca de 129.000 m^2. Com os mais de 70 mil túmulos, encontra-se sem possibilidade de ampliação e não permite espaço para edificação de jazigos em "chão novo"; existe somente espaço para sepultamentos individuais em jazigos e capelas que já foram adquiridos pelos familiares, o que por sua vez também é recorrente em boa parte dos demais cemitérios da cidade.

Ademais, na parte aos fundos do Cemitério Municipal, em 1923, foi edificado o Hospital Oscar Schneider, que, segundo Fontoura (2005) descreve, foi a primeira instituição destinada exclusivamente para o tratamento de doentes mentais em Joinville. Esse hospital coincide com o que é discutido por Foucault (1987) como sendo uma estratégia de controle veiculada pela sociedade disciplinar, pois tanto o cemitério quanto o hospital, dispostos em locais próximos, acabavam por representar uma mesma função/solução diante dos indesejados, "os mortos e os loucos", que poderiam prejudicar e contaminar os vivos.

Fontoura (2005) afirma que em 1942 o Hospital Oscar Schneider fechou suas portas e o prédio foi utilizado durante a Segunda Guerra Mundial para retirar do convívio social outras pessoas que poderiam "ameaçar" a sociedade. Na época a edificação foi usada como presídio político de teuto-brasileiros de diversas regiões de Santa Catarina. Assim, mudou-se o público; antes os loucos, agora os teuto-brasileiros, porém o local como um espaço de reclusão e segregação cuja função era retirar de circulação as ameaças à sociedade disciplinar continuou o mesmo. Hoje, no entanto, não existem mais sequer ruínas do hospício, e o terreno foi utilizado à ampliação da capacidade de sepultamentos do Cemitério Municipal. Nesse sentido, Meneses (1999) alerta para as consequências que os valores contemporâneos podem causar:

> Atualmente, atenta-se, para o fenômeno da autofagia que marca nosso desenvolvimento urbano e que, fundado na lógica impecável da especulação imobiliária, provoca a instabilidade da relação entre o lote urbano e a estrutura edificada e entre essa e seu programa, sua função. Esta substituição do uso pelo consumo do espaço alimenta a ideologia do novo e privilegia as incessantes substituições. Atenua-se, assim, ou se anula a possibilidade de pertencer a um espaço e situar-se no tempo: a mobilidade inevitável e a amnésia conduzem à alienação (MENESES, 1999, p. 19).

O que ocorreu com o Hospital Oscar Schneider também se deu com outros espaços existentes na cidade, como também se teme que aconteça algo semelhante ao que aconteceu com o Cemitério Municipal aos demais cemitérios da cidade, quando estes não possibilitarem mais sepultamentos, ou melhor, quando não conseguirem mais cumprir sua função como um aparelho no sistema urbano da cidade e venham a ser alvo de especulações que possam colocar em risco a sua existência enquanto memória, patrimônio, cultura com sentido de situar os moradores no tempo e no espaço.

ISBN 978-85-8209-066-4

Agora nos aproximamos dos elementos que compõem o cemitério propriamente dito, que lhe conferem as formas e os conteúdos propriamente ditos. Nessa perspectiva, os estudos de Borges (2002) dizem que na sociedade burguesa o túmulo começa a ser construído após a morte da primeira pessoa da família. Em Joinville foram as levas de imigrantes europeus, instaladas a partir de 1851, as responsáveis por diversificar e fortalecer a economia da cidade. Uma vez consolidados no território e na região, passaram a se legitimar enquanto grupos socialmente organizados.

A partir de 1913 os primeiros mortos desses grupos passaram a ser enterrados no Cemitério Municipal, época que coincidiu com o ciclo econômico da modernização, ou seja, da industrialização da produção e da urbanização da população, respectivamente a formação e legitimação da elite industrial no cenário político-econômico da cidade e região. Portanto, foi o Cemitério Municipal de Joinville que oportunizou às elites urbanas não luteranas a edificação dos jazigos em sua nova realidade financeira.

Nesse contexto, Le Goff (1990) aborda que a raiz da palavra latina *monumentum* se remete à raiz indo-europeia *men*, que significa uma das funções essenciais do espírito (*mens*), da memória (*meminí*) e do verbo *monere*, que significa "fazer recordar", "avisar", "iluminar", "instruir" – o que em grande medida se vincula ao sentido e à necessidade de a edificação estar como e onde está.

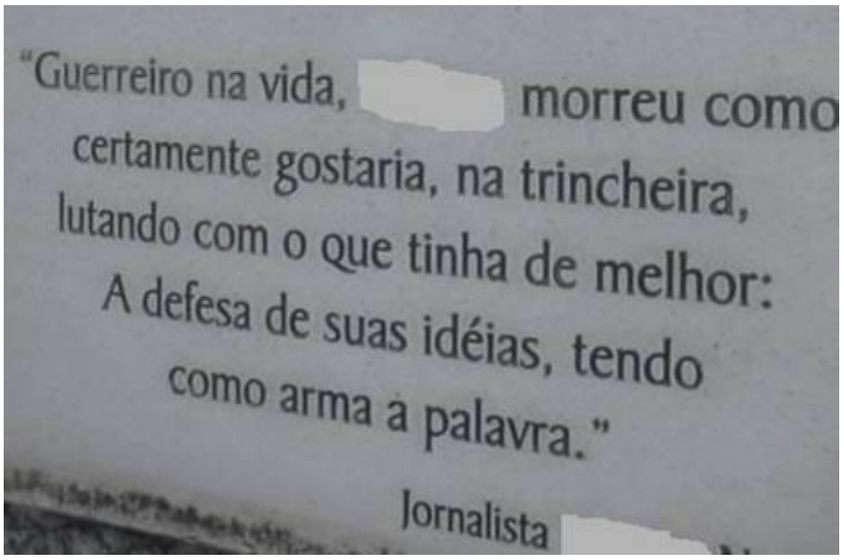
Nesse aspecto, Borges (2002, p. 186) explica: "A simbologia profana vai-se sobrepondo à cristã, pois ela se presta a reforçar os valores do cidadão civil". Não mais ao homem religioso, devoto e comprometido com os valores da comunidade religiosa, mas agora um homem burguês bem-sucedido na atuação profissional, tais como advogados, médicos, dentistas, psicólogos, jornalistas, que necessita de um lugar de destaque na sociedade em curso. Observam-se as imagens a seguir.

Figura 3 – Lápide com identificação de comenda



Fonte: Graciela Márcia Fochi, Cemitério Municipal de Joinville, 2009

Figura 4 – Lápide em jazigo de jornalista



Fonte: Graciela Márcia Fochi, Cemitério Municipal de Joinville, 2009

ISBN 978-85-8209-066-4

Figura 5 – *Jazigo de ex-combatentes do exército*



Fonte: Graciela Márcia Fochi, Cemitério Municipal de Joinville, 2010

Da Mata (1997) em seus estudos trata do uso dos mortos pelos vivos na nossa sociedade. Nela os mortos imediatamente se transformam em pessoas exemplares e orientadoras de posições e relações sociais. As condições de túmulos e de mausoléus acabam por revelar as situações em que atuavam enquanto vivos e, depois de mortos, na memória e no inconsciente de seus descendentes e da sociedade. O autor, de forma irreverente, conclui que a morte até mata, mas os mortos não morrem.

Vovelle (1991) explica que a arquitetura e a estatuária funerária possuem abrangência mais ampla do que se costuma supor, pelo fato de estas estarem articuladas a um conjunto de fatores que transcendem o âmbito artístico de sua produção, o discurso religioso, moral e econômico do grupo social de que procedem, assim como valem por si mesmas, e sua presença é suficiente para integrar-se ao inconsciente coletivo e à memória de uma comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os espaços dos cemitérios e os jazigos reúnem evidências das concepções sociais e culturais inerentes à história e trajetória do homem, configurando aspectos de memória, patrimônio, cultura e sociabilidade da cidade, da sociedade e da população tanto morta como viva.

Nesse percurso, identificou-se que desde os primeiros jazigos edificados em pedra pelas sociedades ágrafas, nos cemitérios dispostos ao longo das estradas na Antiguidade e quando afastados das cidades, na Idade Moderna, a concepção e o sentimento que acompanharam a consciência e o inconsciente do homem e pairaram em ambos foram o medo e o temor.

Por outro lado, as demais tradições religiosas, como a católica, a espírita e as afro-brasileiras, não conseguiram fazer frente ou resistência e gradualmente precisaram adotar os parâmetros impostos pela secularização, sofrendo abalos em seus dogmas e crenças, passando a realizar os sepultamentos de seus fiéis no espaço do cemitério municipal concebido pelo poder público da época.

Conforme se deu o avanço do século XX, houve significativo recuo do campo sagrado/religioso nas edificações dos jazigos. Em contrapartida, à medida que acontecia o processo de secularização da sociedade, ocorria a substituição e/ou ausência dos elementos religiosos que compunham as edificações dos jazigos.

ISBN 978-85-8209-066-4

No fim da primeira metade do século XX, as construções tumulares, pouco a pouco, deixaram de constituir prioridades de investimento relacionadas com a distinção social de algumas famílias, a identificação e a transmissão de um patronímico comum, a atualização de laços identitários, o culto à memória, e uma das tendências foi tornar os túmulos mais versáteis, funcionais e menos decorativos, com capacidade de renovação nos locais de enterramento, já que suas morfologias também deveriam se nortear por princípios racionais da economia e do mercado, adequados então às pequenas dimensões dos lotes ainda disponíveis que, a depender do cemitério, poderiam atingir altos valores especulativos, tal qual melhor se analisará no próximo momento do estudo.

Existem iniciativas desde 1999, quando foi aprovada e publicada uma lei ordinária, complementada em 2006, autorizando o poder executivo a criar um crematório público municipal, capelas mortuárias e a verticalizar os cemitérios públicos municipais, entretanto a proposta de crematório ainda não saiu do papel, inclusive por resistência realizada pela comunidade que reside no entorno do local em que o mesmo seria instalado.

As temáticas da morte e dos espaços dos cemitérios precisam representar e constituir um debate mais denso e integrado pelas mais diferentes áreas do conhecimento em relação aos campos da memória, do patrimônio, da cultura e da sociedade como um todo numa dimensão interdisciplinar e transversal da produção do conhecimento.

Nesse sentido, as pesquisas, os estudos, a produção bibliográfica, as associações, os grupos de trabalho, os encontros de pesquisadores, as ações públicas e as demais iniciativas em torno dos temas devem ser reforçados, intensificados e ampliados cada vez mais, numa tentativa de que os cemitérios se legitimem como áreas e linhas de pesquisa para que ganhem mais espaço, circulação e evidência na tentativa de alcançar e envolver de forma ativa e participativa a sociedade contemporânea como um todo.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Gilmar. O patrimônio imaterial: a cidadania e o patrimônio dos “sem eira nem beira”. **Diálogos**, v. 10, n. 3, p. 117-144, 2006.

BORGES, Maria Elizia. **Arte funerária no Brasil (1890-1930):** ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao>. Acesso em: 7 mar. 2017.

CONSELHO MUNICIPAL DE JOINVILLE. Resoluções do Ano de 1913. Coletâneas de Leis e Decretos. Joinville: Typ. Schwartz, 1914a. 15 p. Arquivo Histórico de Joinville.

_____. Resoluções do Ano de 1913. Coletâneas de Leis e Decretos. Joinville: Typ. Schwartz, 1914b. 16 p. Arquivo Histórico de Joinville.

CYMBALISTA, Renato. **Cidades de vivos:** arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do estado de São Paulo. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

DA MATA, Roberto. A morte nas sociedades relacionais: reflexões a partir do caso brasileiro. *In*: _____. **A casa e a rua**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997. p. 133-158.

FONTOURA, Arselle de Andrade. Aqui “jaz” um hospital. *In*: GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (Org.). **Histórias de (i)migrantes:** o cotidiano de uma cidade. 2. ed. Joinville: Editora Univille, 2005. p. 77-103.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (Org.). **Histórias de (i)migrantes:** o cotidiano de uma cidade. 2. ed. Joinville: Editora Univille, 2005.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. *In*: _____. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1990. p. 535-549.

LIMA, Tania Andrade. De morcegos e caveiras a cruzes e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 2, p. 87-150, 1994.

ISBN 978-85-8209-066-4

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. *In*: _____; SILVA, Zélia Lopes da (Orgs.). **Arquivos, patrimônio e memória:** trajetórias e perspectivas. São Paulo: Unesp/Fapesp, 1999. p. 11-29.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PATRIMÔNIO EM CONFLITO: OS ANTIGOS E NOVOS DISCURSOS CALVINISTAS E CATÓLICOS SOBRE A FRANÇA ANTÁRTICA[1]

Arlindo Ferretti Junior[2]
Euler Renato Westphal[3]
Roberta Barros Meira[4]

Resumo: Em 1560 o império português expulsou o que se configurou como uma das primeiras reais ameaças aos domínios ibéricos no Novo Mundo. A colônia francesa denominada de França Antártica, estabelecida em 1555, era administrada pelo vice-almirante Nicolas Durand de Villegagnon. Dois documentos importantes foram produzidos nesse momento trazendo tanto a visão católica quanto a visão calvinista sobre o quadro de disputas religiosas transladadas do Velho para o Novo Mundo. Um deles é o relato do protestante Jean de Léry, *Viagem à terra do Brasil*, escrito para rebater as afirmações de outro relato, produzido pelo frade católico André Thevet, materializado em sua *Cosmografia universal*. O objetivo deste trabalho foi analisar uma história particular que se centra na figura de Villegagnon e sua repercussão sobre a construção de um patrimônio religioso distinto por católicos e calvinistas. Ademais, buscou-se estabelecer pelos embates que marcam a discussão historiográfica travada entre autores como Vasco Mariz, Maria Fernanda Bicalho e Paulo Knauss de Mendonça as diferentes visões que ainda perpassam a leitura dos conflitos religiosos. As primeiras conclusões mostram que as narrativas históricas construídas sobre a França Antártica e a figura de Villegagnon acabam tornando-se instrumento de legitimação de um patrimônio religioso que ainda traz em seus meandros mais íntimos as guerras de expansão da fé.
Palavras-chave: patrimônio religioso; França Antártica; Villegagnon.

INTRODUÇÃO

As agitações que tomaram a Europa durante o século XVI eram provenientes de uma série de transformações socioeconômicas e culturais motivadas principalmente pelo advento das grandes navegações e pela Reforma Protestante. Nesse contexto, a França passaria por momentos críticos. O Novo Mundo havia sido dividido pelos países ibéricos, que detinham a exclusividade sobre as novas rotas comerciais. A única opção para a França era, então, financiar atividades de corso, saqueando navios portugueses e espanhóis a fim de obter os produtos americanos. Religiosamente, o país entraria em uma forte crise, com sintomas de guerra civil, que só terminaria, simbolicamente, no fim do século, com a assinatura do Édito de Nantes.

[1] O trabalho é parte da pesquisa "Narrativas protestantes nas terras da América: a circulação de ideias na França Antártica (1555) e no Brasil Holandês (1630)".
[2] Acadêmico do curso de História da Universidade da Região de Joinville (Univille), bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
[3] Professor doutor do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, orientador.
[4] Professora doutora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille.

ISBN 978-85-8209-066-4

A divisão cristã nas terras gálicas foi trágica. Apenas na Noite de São Bartolomeu, em 1572, mais de 30 mil protestantes haviam sido mortos por ordem de Catarina de Médici. Apesar das perseguições, cada vez mais indivíduos – incluindo diversos nobres – se convertiam à fé reformada. A divisão materializava-se nas várias regiões do país, e as forças opostas equilibravam-se de maneira que "o país viu-se submerso em guerras fratricidas que não conduziam a nenhum resultado, pois os huguenotes[5] eram incapazes de vencer os católicos, e estes não tinham força para acabar com aqueles" (GONZÁLEZ, 2001, p. 178).

Foi nesse contexto que a Baía da Guanabara, no atual Rio de Janeiro, assistiu à chegada de algumas centenas de franceses que se alocaram, em 1555, em uma ilha, onde instalaram uma colônia, sob o comando de Nicolas Durand de Villegagnon, Cavaleiro da Ordem de Malta e vice-almirante da Bretanha. Entre o contingente colonial se encontrava André Thevet, frade católico que já em 1557 publicaria seu relato sobre a região. Como bem sintetiza Bicalho (2008, p. 32-33),

> o lugar escolhido para se estabelecerem não foi o continente, mas uma ilha, que ficou conhecida como de Villegagnon. Ali aplainaram o terreno, levantaram casas, fizeram praças, uma casa de oração e um refeitório comum. Para defendê-la construíram um forte, que recebeu o nome do Almirante e chefe da Marinha francesa, Coligny. Não tiveram maiores dificuldades em conquistar a cumplicidade dos índios tamoios da região, que contribuíram no abastecimento de água e de alimentos aos habitantes da ilha.

Em pouco tempo, porém, a colônia teria seus primeiros problemas. A precariedade no abastecimento de alimentos e água, bem como a deserção de diversos colonos franceses, motivou o almirante, que já havia angariado o desgosto de seu pessoal por sua rigidez – a exemplo da proibição do relacionamento com as indígenas sem o compromisso do matrimônio –, a solicitar reforços para a colônia. Desembarcavam, então, em 1557 alguns indivíduos, entre eles, enviados por João Calvino, dois pastores huguenotes e o estudante de teologia Jean de Léry, que publicaria, em 1578, um relato sobre sua estada na região. A partir desse momento os eventos mais polêmicos tiveram início.

As disputas em voga na Europa seriam, com a chegada dos protestantes, o novo desafio da colônia. Apesar de uma aparente boa relação das partes, uma discussão em torno da presença física – ou não – de Jesus na ceia teria sido o começo de um embate que resultaria, após a expulsão dos huguenotes da ilha, na execução de três protestantes e na primeira confissão reformada das Américas (MATOS, 2011b). Na França, a comunidade protestante foi à polvorosa e uma propaganda anti-Villegagnon instalada, forçando o administrador a deixar o empreendimento e voltar a Paris para reconstituir sua honra. Não retornaria à América.

Na década de 1560 a colônia foi destruída pelas tropas portuguesas, que já em 1565 fundavam, sob o comando de Estácio de Sá, a cidade do Rio de Janeiro.

Dadas as circunstâncias críticas de todo o processo histórico de formação e declínio da França Antártica, é compreensível que as produções sobre o evento contenham informações divergentes. Para além de Léry e Thevet, que relataram sua experiência no Brasil durante o século XVI, destacamos os autores contemporâneos Vasco Mariz e Lucien Provençal e Alderi Souza de Matos, que fazem uso de tais relatos para construir suas narrativas. O trabalho a seguir procurou demonstrar como os embates entre Thevet e Léry foram incorporados nos novos discursos a respeito da colônia francesa, numa disputa pela legitimação confessional e histórica.

DOS VELHOS DISCURSOS: ANDRÉ THEVET E JEAN DE LÉRY

A mais marcante disputa em torno da França Antártica é a que tomou forma nas obras de André Thevet, frade católico, e de Jean de Léry, pastor protestante, que escreveram, ainda no século XVI, relatos sobre a colônia. Os conflitos entre Thevet e Léry são reflexo de uma França em turbilhão: o calvinista havia passado pelo sítio de Sancerre em 1573 e, um ano antes, como ele mesmo relata, assistiu à trágica Noite de São Bartolomeu. Ao dispor a respeito da crueldade das guerras entre os nativos, o escritor relembrou o massacre ocorrido, afirmando que as barbáries propagadas pelos selvagens não eram piores que aquelas realizadas entre os próprios franceses (LÉRY, 2009, p. 201). Léry e Thevet escreviam para uma França que, eles sentiam na pele, estava sendo devastada pelas guerras de religião.

É importante salientar que os aspectos religiosos do contexto em que se insere a França Antártica são marcantes não só por conta da presença dos pastores calvinistas, mas, como destaca Mendonça (1991, p.

[5] Como eram chamados os protestantes franceses, geralmente de orientação calvinista.

ISBN 978-85-8209-066-4

15), pela própria interpretação feita pelos escritores da época, afetados pelos conflitos religiosos da Europa. Isso fica evidente nos textos de Thevet e Léry, que frequentemente aplicam sua leitura confessional acerca do registro que imprimem da época.

A França Antártica apresentada por André Thevet é resultado de uma ordem do rei Henrique II, a fim de estabelecer uma colônia francesa na América. O cronista relata a reunião, pelo vice-almirante, dos melhores recursos possíveis, ele próprio incluso: "Estando suficientemente informado [...] da colaboração que eu poderia prestar a seu empreendimento, solicitou-me instantemente que o acompanhasse" (THEVET, 1978, p. 18). O frade franciscano tece diversas acusações aos protestantes enviados por Calvino, incluindo a de estarem envolvidos na morte de alguns colonos (THEVET, 2009).

O prefácio composto por Jean de Léry para sua obra traz os pontos fundamentais da disputa entre os dois cronistas. Como escreveu após Thevet, Léry teve a vantagem de responder diretamente às afirmações feitas pelo católico em suas duas obras mais importantes:

> Ao verificar, neste ano de 1577, pela leitura da *Cosmographie* de Thevet, que não somente repetia ele suas mentiras e ampliava seus primeiros erros [...] mas ainda se valia da oportunidade para detratar e caluniar com digressões falsas e injuriosas os ministros e imputar mil crimes aos que, como eu, os acompanharam em 1556 à terra do Brasil para ir ter com Villegagnon, vi-me compelido a dar à luz o relato de nossa viagem (LÉRY, 2009, p. 58).

Rememoramos a importância da obra de Léry não só para a construção de uma narrativa sobre a França Antártica, mas também para a compreensão etnográfica do Brasil quinhentista, como destaca Lévi-Strauss (1957, p. 83). Freyre (2003, p. 50) classifica o huguenote como parte dos "bons e honestos" viajantes do século XVI, enquanto Thevet é relegado ao clube dos "autores superficiais ou viciados por preconceitos". Tal apontamento é importante para esclarecer a profundidade da obra de Léry, visto por Mariz e Provençal (2015), por vezes, como um mero caluniador protestante.

Léry faz questão de citar passagens literais da obra de Thevet, de modo a garantir-se contra quaisquer acusações ou suspeitas de manipulação. Uma das principais objeções do huguenote aos escritos do frade franciscano é a de que ele mente ao colocar-se na colônia ao mesmo tempo em que os ministros de Calvino por lá estiveram: "Assim como não nos viu na América, nem nós tampouco o vimos" (LÉRY, 2009, p. 59).

Essa é a contradição mais evidente no discurso de Thevet. Dá o autor a entender, em diversas passagens, que estava na colônia quando lá desembarcaram os ministros que Calvino enviara para "plantar [...] seu evangelho sanguinário" (THEVET, 2009, p. 32). O exemplo mais claro de tal incoerência se evidencia pela explicação que o franciscano dá para o insuficiente manejo que tem com a língua nativa, acusando os huguenotes de prejudicarem seu aprendizado. Logo em seguida, para responder à acusação de que teria visto as execuções dos reformados, reafirma sua retirada para a França já no início de 1556 (THEVET, 2009, p. 91), um ano antes da chegada dos protestantes.

O pastor huguenote desafia Thevet a lhe responder de maneira adequada, demonstrando ter interesse apenas na "verdade" das coisas que ocorreram na colônia. Sobre Villegagnon, admite: "Limitei-me, apenas, ao assunto a que me propus tratar, ou seja, o de mostrar por que fizemos a viagem. Não disse tudo o que diria se ele ainda vivesse"[6] (LÉRY, 2009, p. 71).

A resposta de Léry caracteriza-se, então, como uma defesa da integridade da passagem protestante pela América. Enquanto Thevet promove as qualidades do vice-almirante bretão, o huguenote aponta suas diversas falhas, a fim de reafirmar a inocência dos reformados para o fim da colônia francesa na América. Como veremos, tal conflito não se limitou ao século XVI, mas, expandindo-se pelos espaços que lhe foram dados, atinge-nos hoje, internalizado nos novos discursos.

A QUERELA PERSISTE: OS NOVOS DISCURSOS

A querela, já uma vez transposta aos relatos supracitados, pode também ser vista nas produções que utilizam tais documentos para sua composição. Entre os materiais que evidenciam as continuidades do conflito, dois autores têm produções esclarecedoras: Vasco Mariz, diplomata brasileiro e sócio emérito do

6 Nicolas Durand de Villegagnon faleceu em 1571.

ISBN 978-85-8209-066-4

Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), e Alderi Souza de Matos, doutor em História da Igreja e professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mariz é possuidor de diversas honrarias internacionais, inclusive a de comendador da Ordem de Malta. Matos é o historiador oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil, instituição de confissão calvinista.

Mariz tem se dedicado ao tema da França Antártica nos últimos anos. Sua obra mais atualizada foi lançada em 2015 e é uma edição ampliada em comemoração aos 450 anos do Rio de Janeiro, escrita em parceria com o condecorado militar francês Lucien Provençal. Os autores explicam que o livro provém "de uma conversa em Paris, em dezembro de 1998, entre os dois autores [...]. Comentávamos o injusto esquecimento de Villegagnon na França, onde não existia uma só rua, um único busto seu, ou qualquer outra homenagem significativa que perpetue o seu nome na sua pátria" (MARIZ; PROVENÇAL, 2015, p. 21).

Delineia-se, pois, uma busca pela "perpetuação" do nome do vice-almirante. O problema apresentado foi prontamente resolvido por atitude dos próprios autores, que logo foram ter com o embaixador brasileiro em Paris. Feitos os contatos, em 1.º de agosto de 2000, instalava-se em Provins, na França, em cerimônia oficial, um obelisco em homenagem à Villegagnon, produzido com pedras extraídas da Guanabara.

Mariz e Provençal assumiram a tarefa de reconstituir a história da França Antártica, ou mais precisamente, reparar a história de Villegagnon em sua relação com a colônia, como afirmam:

> Ficou claro que Villegagnon não foi um simples aventureiro valente, cruel e ignorante que comandou a expedição francesa na Guanabara, mas uma personalidade importante [...]. Destarte, nosso primeiro objetivo será melhor debuxar a imagem histórica de Villegagnon, caluniado há quatro séculos por cronistas protestantes, sobretudo pelo livro de Jean de Léry, *Viagem à Terra do Brasil*, cujas repetidas edições renovam periodicamente as acusações descabidas dos pastores calvinistas que fracassaram no Rio de Janeiro (MARIZ; PROVENÇAL, 2015, p. 24).

A citação reflete grande parte do ideal do livro: restaurar a imagem de uma honrada personagem, injustiçada pelos relatos duvidosos, recheados de calúnia. Finalizando suas considerações iniciais, os autores arrematam:

> É preciso ter cuidado, pois em relação ao nosso biografado *ninguém é indiferente*: os autores ou são entusiastas, ou são restritivos e negativos. O principal motivo dessa veemente oposição foi de fundo religioso: *os autores calvinistas acusam Villegagnon* de todos os crimes e ignomias imagináveis cometidos no Brasil, *e os autores isentos* destacam as notáveis qualidades pessoais do personagem, sua bravura, capacidade de organização, cultura, tolerância com os calvinistas, sua visão geopolítica, habilidade no trato com os indígenas, embora apontem também a sua intransigência e erros de planejamento (MARIZ; PROVENÇAL, 2015, p. 24-25, grifos nossos).

As partes marcadas na citação são fundamentais para uma breve análise do discurso feito pelos autores. Fica evidente que os autores negam, no início do trecho citado, quaisquer possibilidades de neutralidade. Todavia, dão continuidade ao texto apontando para a existência de um grupo de indivíduos *isentos*, contrariando a afirmação anterior. Tal cenário fornece uma falsa dicotomia: existem apenas aqueles que defendem a causa protestante e aqueles que falam a verdade. Não restam dúvidas sobre a autoinserção dos autores nesse segundo grupo.

Os textos de Matos (2011a; 2011b; 2011c), publicados no *site* oficial do Instituto Presbiteriano Mackenzie, constituem quase a transcrição integral das afirmações feitas por Léry. De início, asseguram que a colonização tinha, como parte de seus objetivos, a formação de um refúgio protestante. Em seguida, ao mencionar Villegagnon, Matos afirma que o cavaleiro teria solicitado colonos a João Calvino e que, apesar de em um primeiro momento os incentivar a propagar a fé huguenote, aos poucos passou a questionar as práticas reformadas e acabou expulsando-os da colônia. Quando estes já retornavam para a França, as condições da embarcação motivaram o retorno de cinco indivíduos, dos quais três foram executados por heresia, a mando do vice-almirante.

Essa narrativa difere-se da apresentada por Mariz e Provençal, em consonância com Thevet, em diversos sentidos. Para esses autores, a colônia não trazia como objetivo a formação de um refúgio aos religiosos perseguidos na França. Mariz e Provençal (2015, p. 109) vão além e explicam que ela teria esse sentido apenas para o almirante Coligny, um dos incentivadores do projeto, que havia se convertido à reforma. Thevet mantém seus elogios a índole católica de Villegagnon, não mencionando nenhum desvio

ISBN 978-85-8209-066-4

à reforma por parte do administrador. Acordando com Thevet, afirmam os autores e põem em dúvida também a solicitação de colonos à Calvino: “Embora seja até concebível que o almirante do Brasil, em desespero de causa e apesar de ser católico fervoroso, tenha feito tal pedido a Calvino em uma eventual segunda carta da Guanabara [...] essa carta nunca foi encontrada” (MARIZ; PROVENÇAL, 2015, p. 109).

A execução dos protestantes é uma questão importante, pois a ideia de martírio é fundamental para a memória construída sobre a França Antártica, implicando uma constituição ainda maior do evento como patrimônio protestante. A morte de Cristo na cruz é a história do primeiro mártir; os crentes que morrem em seguida, em nome de sua fé, se assemelham ao Cristo sofredor do fim da Idade Média e do início da Idade Moderna. Como no cristianismo primitivo, morrer pela fé é uma lamentável necessidade pela qual os protestantes teriam de passar em busca do verdadeiro cristianismo. Ao receber de alguns colonos que presenciaram a cena a notícia e os documentos referentes ao martírio que teria ocorrido na Guanabara, afirma Léry (2009, p. 289): “Senti-me mais do que nunca no dever de fazer com que a profissão de fé desses três honrados personagens fosse registrada no livro dos que em nossos dias foram martirizados na defesa do Evangelho. Por isso entreguei-a nesse mesmo ano de 1558 ao impressor Jean Crespin”.

Para o autor huguenote, a morte dos protestantes foi causada por motivos religiosos. Matos concorda com tal posicionamento, assegurando que Villegagnon os mandou prender por traição, mas os executou por heresia (2011b).

A respeito da chegada dos protestantes, Mariz e Provençal escrevem um capítulo dedicado. Diversos pontos são elucidativos para a compreensão das afirmações dos autores, que deixam escapar seu posicionamento, embora alertem no mesmo capítulo que “o historiador deve acautelar-se para não tomar partidos, pois a tentação é considerável. O chamado episódio dos ‘mártires da Guanabara’ há mais de 450 anos gera viva disputa entre católicos e protestantes” (MARIZ; PROVENÇAL, 2015, p. 131). Em sua obra, como visto anteriormente, Léry afirma ter encaminhado o material que tinha sobre o martírio à Jean Crespin. Os autores, no entanto, afirmam que não se tem conhecimento de quem teria informado a Crespin sobre tais acontecimentos, complementando: “Não pode ter sido Léry quem o informou, mas, se foi ele o responsável, seu testemunho é inaceitável, pois tais fatos aconteceram depois de sua partida e de todo o grupo calvinista [...] de retorno à França” (MARIZ; PROVENÇAL, 2015, p. 132).

Concernente à execução dos protestantes, os autores informam que os “monges apóstatas convertidos ao calvinismo” (MARIZ; PROVENÇAL, 2015, p. 131) teriam sido condenados por traição e deserção. Embora em uma França católica a posição huguenote pudesse ser considerada “traição”, a ausência da associação direta de uma acusação religiosa, por parte de Mariz e Provençal, é marcante. Ainda mencionam, os autores, a fim de defender a honra do vice-almirante, uma carta enviada ao “papa da Igreja reformada” (MARIZ; PROVENÇAL, 2015, p. 133), em que aquele teria afirmado ter estruturado um conselho colonial, no qual sua palavra só teria efeito de perdão, ficando as decisões nas mãos do corpo administrativo. Isso teria sido demonstrado pela libertação de um dos protestantes. Para Matos (2011a), todavia, “Lafon foi poupado devido às suas vacilações religiosas e ao fato de ser o único alfaiate da colônia”. Tal perspectiva é proveniente das afirmações feitas por Jean Crespin (2009, p. 179).

Por fim, como que parafraseando Léry, mas pretendendo negá-lo, sugerem Mariz e Provençal (2015, p. 133) que “estes foram os fatos que ocorreram na verdade e foram relatados por vários outros franceses presentes à cena”. Para finalizar o capítulo os autores dão voz ao historiador Léonce Peillard (1991 *apud* MARIZ; PROVENÇAL, 2015, p. 133): “Enquanto Villegagnon puniu com a morte três homens por traição, quantos Calvino havia feito executar apenas por terem opiniões diferentes da sua?”. Apesar de negarem anteriormente a participação direta de Villegagnon no julgamento dos huguenotes, os autores parecem concordar com Peillard. Tal perspectiva não se afasta daquela adotada por Thevet, que diz que os enviados de Calvino “só pensavam em enricar, e em apropriar-se de tudo que pudessem, faziam alianças e manobras secretas” (THEVET, 2009, p. 32), e foi por isso que “alguns dos sediciosos foram executados, e seus cadáveres dados como pasto aos peixes” (THEVET, 2009, p. 33).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos religiosos em voga na França tomaram o empreendimento de Villegagnon de assalto. O que se materializou na colônia refletiu também nos documentos que dela nos sobraram. Os relatos de Jean de Léry e de André Thevet são particularmente importantes e bastante elucidativos para que se compreenda a hostilidade religiosa que se fez presente, de maneira marcante, durante todo o século XVI. A disputa pela verdade travada pelos cronistas faz parte de um embate pela legitimidade das confissões cristãs e supera as divergências factuais, expandindo-se até a produção historiográfica – se a missão era

ISBN 978-85-8209-066-4

fundar uma colônia protestante ou se o fracasso se deu pela radicalidade dos reformados pouco importa nesse sentido: é a luta pela consolidação de um patrimônio que é evidenciada aqui.

Para Mariz e Provençal (2015, p. 181), as "acusações apaixonadas" dos cronistas protestantes prejudicaram a imagem do "homem bravo, culto e honesto, com lampejos de heroísmo" (MARIZ; PROVENÇAL, 2015, p. 173), que era Villegagnon. É desse mantra negativo que o diplomata brasileiro e o militar francês visam livrar o almirante bretão quando, na França, propuseram uma homenagem aos seus feitos. Nessa perspectiva, também criticam a ausência de monumentos em sua honra no Brasil. Com esse objetivo, sugeriram uma revisão desse passado controverso. Enquanto em Matos (2011a; 2011b; 2011c) vemos a busca pela legitimação de uma presença protestante mais antiga no Brasil, ressaltando o martírio dos huguenotes e a traição de Villegagnon, em Mariz e Provençal (2015) os protestantes são desmoralizados por suas mentiras.

A conotação religiosa dos discursos fica evidente não só nos adjetivos utilizados pelas partes: "evangelho sanguinário", "traidor", "apóstatas", "papa dos protestantes", mas também na condução de uma narrativa que destaca, em cada caso, os interesses de um determinado grupo em oposição a outro. O uso que esses investigadores fazem dos relatos de Léry e Thevet evidenciam a continuidade de uma disputa iniciada em 1517, em Wittenberg, Alemanha. As guerras de religião da França, encerradas legalmente com o Édito de Nantes, em 1558, mantiveram-se vivas, de maneira mais aguda nas obras dos cronistas franceses, mas, ainda que sutilmente, remanescem hoje.

REFERÊNCIAS

BICALHO, Maria Fernanda B. A França Antártica, o corso, a conquista e a "peçonha luterana". **História**, **São Paulo**, v. 27, n. 1, p. 29-50, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-90742008000100004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 27 maio 2016.

CRESPIN, Jean. Livro de Jean Crespin: história dos mártires perseguidos e mortos pela verdade do Evangelho. *In*: VILLEGAGNON, Nicolas Durand de. **Cartas por N. D. Villegagnon e textos correlatos por Nicolas Barré e Jean Crespin**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2009. Parte 3. p. 125-181.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 4. ed. São Paulo: Global, 2003.

GONZÁLEZ, Justo L. **Uma história ilustrada do cristianismo:** a era dos reformadores. São Paulo: Vida Nova, 2001. v. 6.

LÉRY, Jean de. **História de uma viagem feita à Terra do Brasil, também chamada América**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2009.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. São Paulo: Anhembi, 1957.

MARIZ, Vasco; PROVENÇAL, Lucien. **Os franceses na Guanabara:** Villegagnon e a França Antártica (1555-1567). 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

MATOS, Alderi Souza de. A confissão de fé da Guanabara (1558). **Movimento Reformado (Calvinismo)**, São Paulo, 2011a. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/7053.html>. Acesso em: 1.º set. 2016.

_____. A França Antártica e a confissão de fé da Guanabara. **Protestantismo Brasileiro**, São Paulo, 2011b. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/6996.html>. Acesso em: 1.º set. 2016.

_____. Breve história do protestantismo no Brasil. **Protestantismo Brasileiro**, São Paulo, 2011c. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/6994.html>. Acesso em: 1.º set. 2016.

MENDONÇA, Paulo Knauss de. **O Rio de Janeiro da pacificação:** franceses e portugueses na disputa colonial. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1991.

THEVET, André. **A cosmografia universal de André Thevet, cosmógrafo do rei**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2009.

_____. **As singularidades da França Antártica**. São Paulo: USP, 1978.

III ENIPAC

Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

SIMPÓSIO 5

III ENIPAC
Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

LEVANTAMENTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA EXTINTA HIDROVIA DO RIO IGUAÇU EM PORTO AMAZONAS

Brendo Francis Carvalho[1]
Amanda Thalia Miranda[1]
Ana Claudia da Silva[1]
Carlos Alexandre Rogoski[2]
Mariane Rodrigues Muniz[1]

RESUMO: O Projeto Atlas Eletrônico do Antigo Complexo Ferroviário/Hidroviário do Paraná Tradicional: Patrimônio Cultural, Educação, Turismo e Gestão (PAEPT) propõe o desenvolvimento de um atlas eletrônico sobre o antigo corredor exportador do Paraná Tradicional, objetivando identificar, estudar e divulgar o patrimônio cultural de municípios que se envolveram nesse processo. Neste estudo de caso, a equipe do projeto investigou, conheceu e caracterizou patrimônios culturais na cidade de Porto Amazonas, onde a hidrovia do Rio Iguaçu se ligava à ferrovia, inserindo a região na economia global capitalista. Fez-se ampla pesquisa sobre a história, a infraestrutura, o acesso e as condições de preservação dos locais de interesse, bem como a identificação dos potenciais sociais, culturais e turísticos. Além da monumentalização de alguns locais como a prefeitura, os traços do período da navegação encontram-se mais densos em acervos particulares, compondo a memória de indivíduos específicos e configurando importante patrimônio imaterial. Todo esse material foi integrado ao banco de dados do Projeto Atlas e será divulgado diante da publicação eletrônica das pesquisas.
Palavras-chave:

INTRODUÇÃO

A exportação paranaense, especialmente relativa a matérias-primas, erva-mate e madeira de pinho, introduziu a região do sul do Paraná Tradicional no sistema-mundo de produção capitalista a partir de meados do século XIX. Isso trouxe capital para a região, o que atraiu investimentos e também imigrantes de várias partes do Paraná, do Brasil e do mundo para integrarem a mão de obra local (ANSBACH, 2008). Tal cenário só se consolidou quando se implantou no Rio Iguaçu uma hidrovia entre as cidades de Porto Vitória e Porto Amazonas, que se ligava à ferrovia seguindo até os portos de Paranaguá e Antonina. Com a extinção da hidrovia em 1953 e a desativação de trechos da ferrovia em 1970, algumas das cidades que se desenvolveram ao longo do trecho navegável da hidrovia do Rio Iguaçu entraram em estagnação socioeconômica e tiveram de buscar outros meios para manter sua economia (ANSBACH, 2008).

Os descendentes de imigrantes são um importante grupo componente da população dessa região, cuja história se vincula ao desenvolvimento da hidrovia. *A priori*, envolveram-se com a agropecuária, pois chegaram ao Paraná após receberem incentivos dos governos estadual e federal para explorar as terras

[1] Acadêmicos do curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
[2] Acadêmico do curso de Licenciatura em Geografia, UEPG.

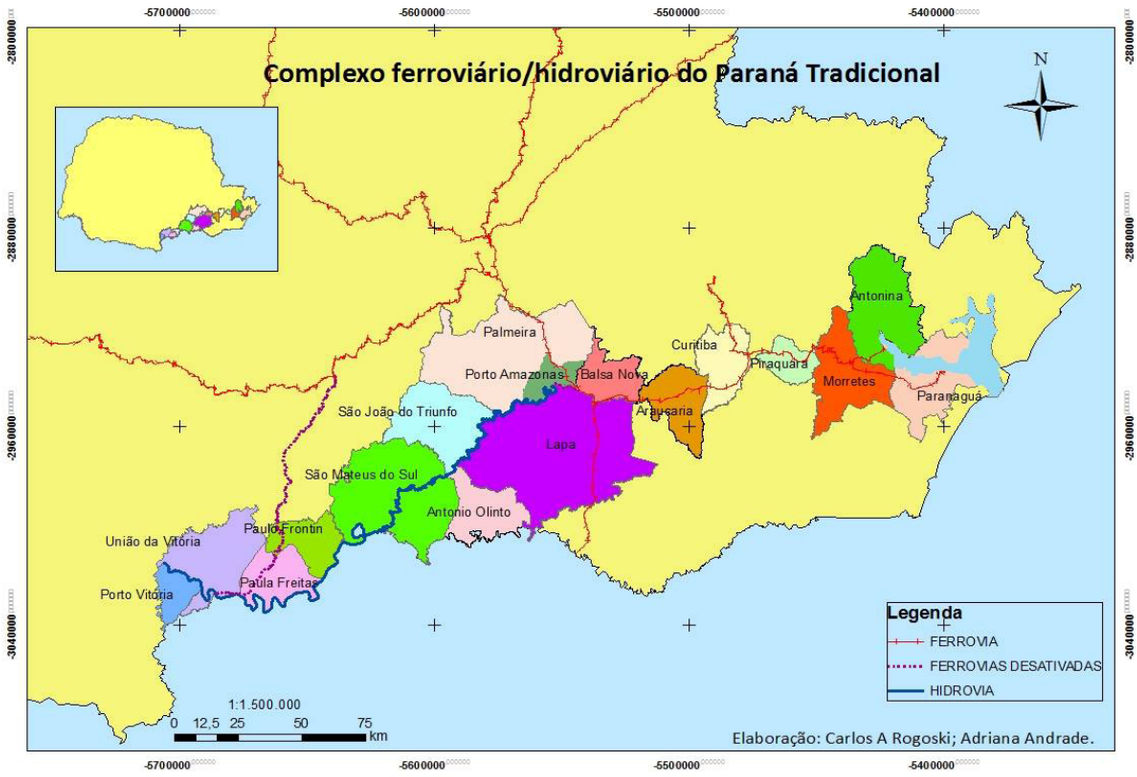
ISBN 978-85-8209-066-4

paranaenses interioranas, que eram pouco ocupadas. As exportações de erva-mate e madeira foram as principais fontes de renda de várias dessas famílias, que se envolveram ainda de formas diferentes com cada uma das cidades que abrangem a hidrovia. Algumas delas, como os Scarante, ajudaram a preservar o patrimônio do período, passando-o de geração em geração ou criando acervos pessoais (GUIMARÃES; MONASTIRSKY; SILVA, 2015).

Assim, diante das oportunidades de emprego, renda e imigração que surgiram no início do século XX, sucedeu-se um período de desenvolvimento econômico e efervescência cultural nesses municípios, com a criação de companhias de serviços de transporte e navegação, com os grandes vapores, armazéns, hotéis, entre outros. Porém, quando a BR-277 foi inaugurada, mudanças nas características de circulação de mercadorias favoreceram, por exemplo, a exportação de café, em detrimento da exportação tradicional. Os munícipios por onde passava a hidrovia entraram em declínio econômico a partir desse momento, por não conseguirem se adaptar às novas condições sociais predominantes no que se refere à produção de matérias-primas e pelo fim do comércio e dos serviços prestados na hidrovia (MONASTIRSKY, 2009).

A cidade destaca-se então como um município que protagonizou as referidas transformações, registrando em sua paisagem e na memória de sua população elementos relativos ao patrimônio cultural referente ao contexto da hidrovia e seus resquícios, sejam eles materiais, sejam imateriais. Esse município evidenciou-se como um local propício para o início dos trabalhos de campo da equipe do Projeto Atlas Eletrônico do Antigo Complexo Ferroviário/Hidroviário do Paraná Tradicional: Patrimônio Cultural, Educação, Turismo e Gestão (PAEPT), por causa das características supracitadas. Outros municípios abordados pelo projeto estão mapeados na figura 1.

Figura 1 – Complexo exportador do Paraná Tradicional



Fonte: Banco de dados do Projeto Atlas

O grupo de trabalho do PAEPT realizou uma saída de campo para a cidade de Porto Amazonas (PR) no dia 18 de setembro de 2015, onde foram aplicados questionários para a população em geral a respeito do reconhecimento delas acerca do patrimônio cultural relacionado com a extinta hidrovia do Rio Iguaçu. As principais perguntas estavam voltadas ao que se vê na cidade sobre a hidrovia e a importância disso para cada uma dessas pessoas. Também se visitaram pontos turísticos, marcos patrimoniais e locais de memória, para fazer marcações no sistema de posicionamento global (GPS) dos pontos visitados e que aparecerão no atlas, tais como igrejas, cais, prefeitura, entre outros. A equipe também produziu fotografias que permitiram comparar a cidade mediante fotografias antigas dos acervos pessoais dos moradores aos

ISBN 978-85-8209-066-4

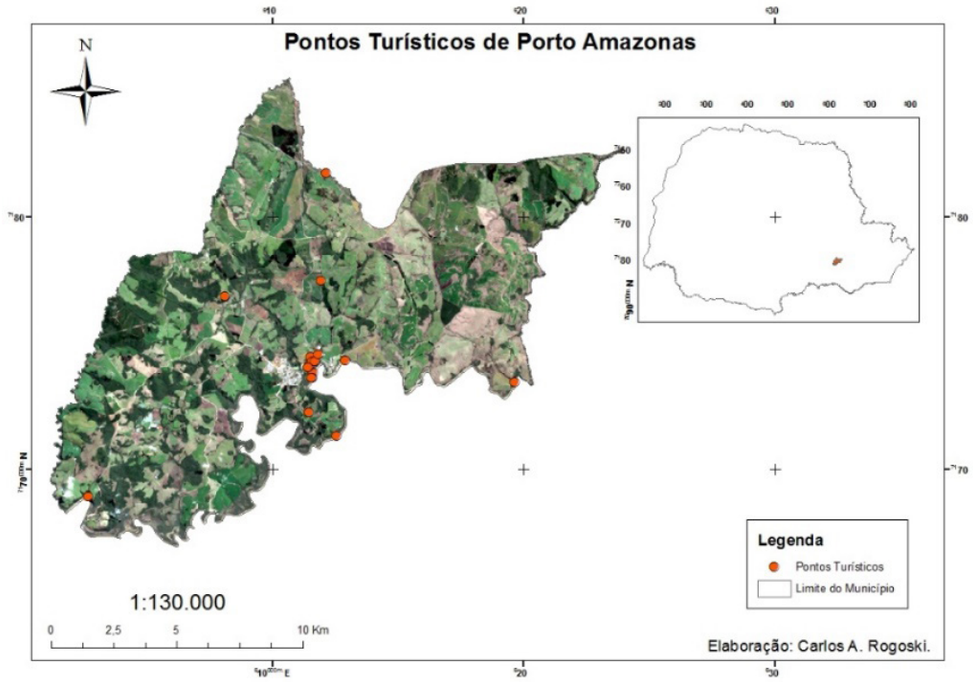
quais se puderam ter acesso. Os moradores escolhidos para entrevistas incluíam transeuntes, gestores públicos e aqueles que têm interesse especial na hidrovia, por ter um antigo vínculo empregatício, ou simplesmente pela afetuosidade mnemônica surgida pelas histórias conhecidas da hidrovia.

Patrimônio material

A cidade de Porto Amazonas possui traços marcantes que fazem alusão aos tempos em que a navegação era ativa e intensa no município: o cais do porto, com o vapor Tibagy resgatado do fundo do Rio Iguaçu pelos moradores e que se encontra em exposição para a população, as fotografias antigas e até mesmo a prefeitura, que foi construída em forma de barco a fim de remeter-se a essa época. Os patrimônios culturais materiais foram inventariados pelo *site* oficial da prefeitura, o que possibilitou a verificação na conceituação de patrimônios da cidade, de modo a evidenciar, por parte do poder público, uma confusão entre atrativos turísticos e patrimônios culturais. Após a pesquisa de gabinete, a lista foi reformulada, separando os atrativos turísticos dos patrimônios culturais.

Na visita ao município foi realizado um levantamento de dados via GPS, coletando pontos em atrativos turísticos e patrimônios. Os dados obtidos foram exportados para o programa ArcGIS 10.1, em que se criou uma tabela de atributos e se inseriram algumas imagens e informações (nome, coordenadas, dados turísticos, curiosidades e atrações locais) coletadas em campo. Houve ainda a necessidade de pesquisar mapas e fazer um estudo via internet da área em questão, fundamentado em um mapa base do programa, juntamente com mapas disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em suma, os dados do IBGE foram exportados para o computador e depois transferidos para o ArcGIS e georreferenciados para o trabalho.

Figura 2 – Mapa de pontos turísticos de Porto Amazonas, Paraná



Fonte: Rogoski

Para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2016), patrimônio material "é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas". Esses bens materiais podem ser imóveis, como bens individuais e sítios arqueológicos e paisagísticos, e bens móveis, como coleções arqueológicas e acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. De acordo com essa afirmação, foram encontrados diversos patrimônios materiais. Alguns dos principais são:

- Morro do Cristo: um dos locais mais visitados no município, a estátua retrata Jesus Cristo e desse ponto se tem uma visão panorâmica de Porto Amazonas;

ISBN 978-85-8209-066-4

- Ponte dos Arcos: localizada a 8 km da cidade e sob o Rio dos Papagaios, faz a ligação entre os munícios de Porto Amazonas e Balsa Nova. É uma das principais obras arquitetônicas do município;
- Ponte de Ferro (Ponte Machado da Costa): situada sob o Rio Iguaçu, seu acesso dá-se pela Rua Coronel Amazonas. É também uma importante referência arquitetônica;
- Cais do Porto: construído em 1870 em local favorável ao atracamento de embarcações do transporte fluvial, é muito visitado por turistas e dele é possível navegar pelo Rio Iguaçu;
- Igreja Matriz: foi inaugurada em 1958 e localiza-se na parte mais alta da cidade. Ao lado de fora dela, os visitantes podem beber água da fonte "Gruta da Santa";
- Perau do Corvo: a 5 km da cidade, situa-se em uma propriedade particular e de difícil acesso. Muito utilizado para lazer e prática de rapel;
- Biquinha: fonte de água famosa no município, ligada à religiosidade local. Os populares dizem que quem bebe sua água sempre volta a Porto Amazonas;
- Vagão de Trem: antigo vagão de trem localizado na Praça da Cidade;
- Cachoeira do Jacaré: acesso pela BR-277 antes da entrada de Porto Amazonas. A propriedade é privada e é possível visitá-la em grupos com guia;
- Cachoeira das Torres: acesso pela BR-277 em direção às torres de energia (daí vem o nome Cachoeira das Torres). É uma propriedade privada, onde a visitação é possível com autorização e acompanhamento de guias;
- Cachoeira Pedra Lisa: propriedade privada localizada no Haras Valente. Pode ser visitada em grupos e com guia;
- Casa de Pedra: propriedade privada no Haras Valente. Pode ser visitada em grupos e com guia;
- Balsa: local muito utilizado para pescarias e contato com a natureza, onde se pode fazer a travessia para o município da Lapa, pelo Rio Iguaçu;

Esses itens, se bem estruturados e divulgados, não só poderiam compor o patrimônio cultural do município, como também serem adaptados para que se implantassem atividades de cunho turístico. Para tais municípios, cuja economia declinou na segunda metade do século XX, o turismo pode surgir como uma atividade econômica complementar e auxiliar na geração de recursos para a preservação do patrimônio cultural (GORONSKI, 2013).

Patrimônio imaterial

Toda a hidrovia pode ser considerada como origem das memórias e seus traços estão dispersos pela cidade compondo a paisagem, como o prédio da prefeitura, que tem a forma de um vapor que navegava o Rio Iguaçu, ou o antigo vapor Tibagi, tirado do fundo do rio pela comunidade. Há também histórias que são passadas de geração em geração pelos antigos marinheiros e trabalhadores da hidrovia, configurando patrimônio imaterial, sendo esses indivíduos grandes símbolos da memória coletiva local.

Duas entrevistas conseguidas em Porto Amazonas foram essencialmente importantes para esta pesquisa. A primeira delas foi com Otávio de Melo (figura 3), filho e neto de ex-ferroviários, também ex-ferroviário e ex-funcionário do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (DNPVN), que nos contou algumas de suas memórias e se emocionou bastante quando tocado o assunto da preservação do patrimônio hidroviário.

ISBN 978-85-8209-066-4

Figura 3 – *Otávio de Melo e sua réplica do vapor Tibagy*



Fonte: BATISTA, 2015

Além disso, esse senhor mostrou-nos uma réplica do vapor em que trabalhou (vapor Tibagy) confeccionado por ele mesmo, visando repassar as memórias da hidrovia para seus filhos, netos e gerações futuras.

A outra entrevista que foi bastante especial foi com Raul Scarante (figura 4), que mostrou seu acervo pessoal de fotografias sobre a hidrovia, nos contou que seu irmão Renato Scarante era apaixonado pela navegação do Rio Iguaçu desde quando era criança e desde aquela época já ajudava os marinheiros com alguns serviços à beira do rio. Quando cresceu, esse vínculo permaneceu forte, tanto que Renato e um amigo, também interessado no assunto (seu Tito), resgataram o vapor Tibagy do fundo do rio, que havia naufragado e permanecia lá por muito tempo. Hoje o vapor foi remontado e está exposto próximo ao cais do porto, na cidade de Porto Amazonas, em uma situação de quase abandono.

Figura 4 – Raul Scarante e o acervo pessoal de fotografias da hidrovia



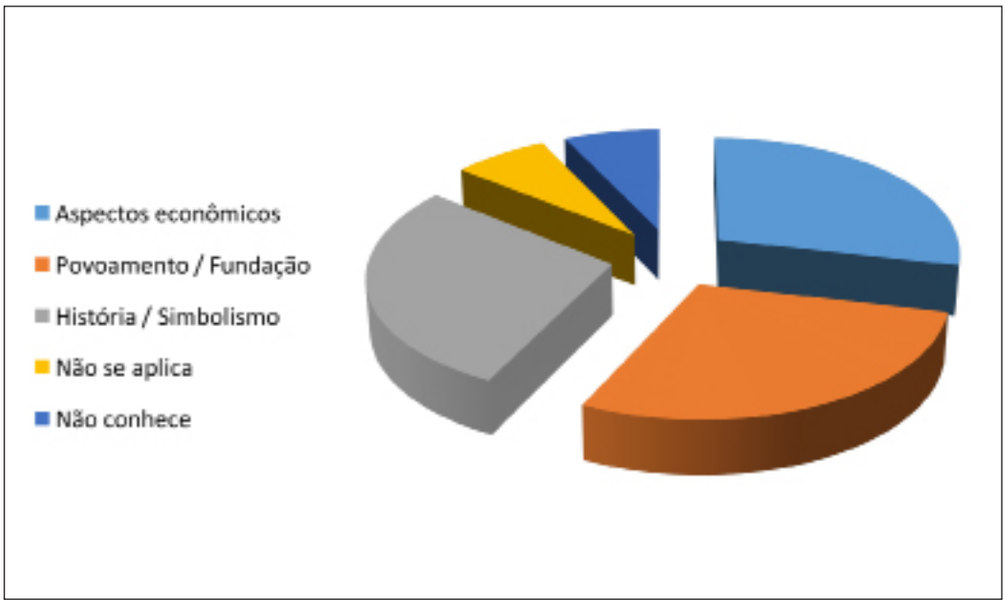
Fonte: BATISTA, 2015

Puderam ser percebidas pelos entrevistadores a forte vontade e a disposição de algumas pessoas que tiveram suas vidas intensamente marcadas por esse período e modal transportador, em manter viva essa memória, até mesmo responsáveis por alguns dos principais traços da cidade que representam a hidrovia e se remetem a ela e só existem por iniciativas próprias desses moradores. Estes, em grande parte dos casos, dizem sentir falta de mais ações que visem à valorização, preservação e divulgação do patrimônio cultural da extinta hidrovia.

ISBN 978-85-8209-066-4

Em relação à importância da hidrovia para a história de Porto Amazonas, os respondentes dividiram-se entre quatro aspectos: aspectos econômicos (desenvolvimento, comércio, erva-mate), em 29% das respostas; povoamento e fundação de cidades, em 29% das respostas; história e simbolismo, em 29% das respostas; e outros 13% não conheciam a história (novos moradores), conforme a figura 5.

Figura 5 – Respostas sobre a importância da hidrovia



Fonte: MIRANDA, 2016

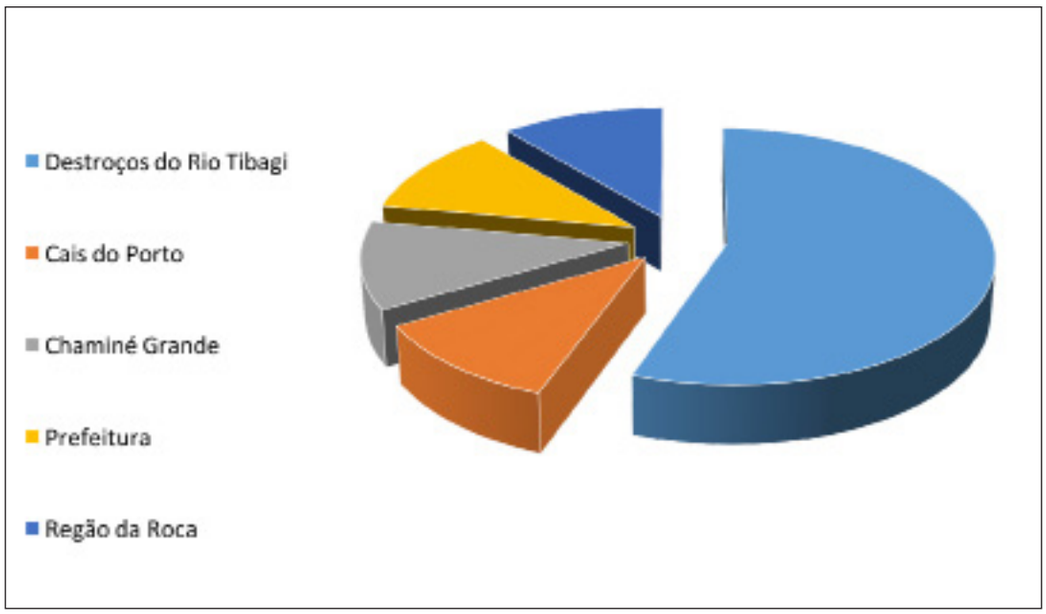
Entre os participantes do questionário, 31% disse não identificar resquícios da hidrovia no espaço urbano da cidade. Para os outros 69% que identificavam tais vestígios, o vapor Tibagi foi apontado por 46% como o principal resquício, o Cais do Porto apareceu em 27% das respostas, o prédio da prefeitura em 9%, e 18% das respostas apontaram outros elementos. Essas respostas são surpreendentes, haja vista a quantidade de patrimônios e marcos visuais existentes, bem como o próprio Rio Iguaçu. Mesmo assim, quase um terço da população alega desconhecimento do passado histórico do município.

Em relação à valorização da história da hidrovia, 86% das respostas afirmam que o governo não a valoriza; e 14% diz o contrário. Ainda acerca dessa pergunta, 64% assegura que a sociedade também não a valoriza, e outros 36% pensa que sim. É importante ressaltar que as políticas públicas vinculadas ao patrimônio cultural também devem ser fomentadas pelos governos estadual e federal. Também, contrapondo essas informações com o acervo privado de Raul Scarante, vê-se que existe uma iniciativa popular de proteção à memória da hidrovia, diante da abstenção do poder público.

Sobre a valorização da memória e da história da cidade durante o período da navegação, todos os respondentes acreditam que estas devem ser valorizadas e repassadas para as novas gerações. Para 34% dos respondentes, isso deveria ser feito por meio de políticas públicas, para 22% poderia ser feito por livros e similares, para 22% a associação com o turismo e o lazer seria a solução, e 22% se abstiveram da resposta. Entre os entrevistados, todos afirmaram ser importantes a valorização e divulgação por parte dos moradores e do governo para que as próximas gerações conheçam essa história, conforme figura 6.

ISBN 978-85-8209-066-4

Figura 6 – *Respostas sobre a importância da hidrovia*



Fonte: MIRANDA, 2016

Quando questionados sobre como souberam dessa história, 39% disse que foi pela escola, 27% que foi por intermédio de seus familiares, 17% a conheceu pela mídia, e outros 17% por outros meios (livros, amigos). Destaca-se a ausência das instituições de ensino como promotoras do saber e da educação patrimonial.

Os patrimônios materiais e marcos arquitetônicos acabam tomando protagonismo na história da cidade, por serem visualmente destacáveis. Os destroços à margem do rio também chamam a atenção e despertam curiosidade, embora estejam gradualmente desaparecendo em razão do abandono e da deterioração. A prefeitura, por causa de sua arquitetura singular, é também reconhecidamente um monumento à história da cidade, fato reconhecido pela população, embora não tenha sido o principal elemento citado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados obtidos com os questionários aplicados, das observações em campo e das entrevistas com moradores que vivenciaram a hidrovia em atividade no município de Porto Amazonas, percebeu-se que a população tem conhecimento sobre a história, mesmo que pela história oral, também acerca da influência da movimentação das embarcações para a formação social e econômica de Porto Amazonas, bem como de outras cidades ao longo da hidrovia.

A cidade de Porto Amazonas possui elementos destacáveis que se vinculam a sua memória em relação ao período de navegação, sendo esses elementos patrimônios materiais ou imateriais. Porém, diante da gestão do patrimônio, os atrativos turísticos acabam misturando-se com o patrimônio material, o que causa algum distúrbio no entendimento real de seu significado para a memória coletiva e problemas associados à falta de investimentos, má conservação e gestão. Já o patrimônio imaterial se encontra fragilizado sobretudo porque não existe por parte do poder público nenhuma forma de salvaguardar os relatos, histórias e acervos particulares. Tal patrimônio se mostra fortemente dependente da vontade de cidadãos idosos, cuja história pessoal está próxima ao período de navegação.

Especialmente sobre o patrimônio material, verifica-se que muito está sendo perdido por conta do abandono (a exemplo do vapor Tibagy, que está deteriorado em ruínas). Apesar de alguns entrevistados considerarem a falta de manutenção descaso com a memória da cidade, não há hoje em dia nenhum projeto de revitalização ou de cunho histórico cultural previsto pela prefeitura. Os entrevistados também alegaram que mesmo nas escolas a história do município não é abordada como deveria. Assim, percebe-se que boa parte do desconhecimento da história e falta de identificação com a memória da cidade está diretamente vinculada à inexistência de uma educação patrimonial voltada para a emancipação histórica e cultural dos sujeitos.

ISBN 978-85-8209-066-4

A população valoriza o patrimônio cultural e tem interesse que o poder público invista nele, divulgando essa história para as próximas gerações e também servindo como uma possível fonte de turismo, por meio de passeios com novas embarcações, como o barco Novo Horizonte, de propriedade de um morador da cidade que realiza passeios a partir do Cais do Porto. “Não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha” (LEMOS, 2010, p. 26), mas é fundamental a exploração de medidas para que o patrimônio seja divulgado, fazendo com que as gerações que não tiveram contato com a época de exploração da hidrovia tenham essa experiência e, além disso, atrair turistas para a região (GORONSKI, 2013).

Nota-se a necessidade de pesquisar, compreender e divulgar o patrimônio cultural da extinta hidrovia do Rio Iguaçu, para que mesmo as pessoas de outras cidades, que nem conhecem o rio, possam ter acesso à história dessa movimentação de produtos e pessoas pelo Rio Iguaçu, e também que os moradores das cidades compreendidas pela hidrovia se reconheçam e se sintam identificados pela tradição pertencente à história tradicional da cidade.

O PAEPT pretende divulgar seus resultados por meios eletrônicos, a fim de estimular a população das cidades pesquisadas a conhecerem mais sobre seu passado e o patrimônio cultural existente. Busca-se mais aproximação com os poderes públicos municipais, para que as ações de educação patrimonial ganhem continuidade e que o conteúdo do atlas seja acessível para toda a população.

REFERÊNCIAS

ANSBACH, O. **Navegando na memória: o patrimônio cultural da extinta Hidrovia do Rio Iguaçu**. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2008.

GORONSKI, M. A. **Análise do turismo como alternativa para o desenvolvimento do município de Porto Vitória/PR**. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia)–Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, União da Vitória, 2013.

GUIMARÃES, S. K.; MONASTIRSKY, L. B.; SILVA, A. C. da. Porto Amazonas (PR): a memória da extinta Hidrovia do Rio Iguaçu. **Anais da Semana de Geografia**, Ponta Grossa, v. 1, n. 1, 2015.

*INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (*Iphan). **Patrimônio material**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>. Acesso em: set. 2016.

LEMOS, C. A. C. **O que é patrimônio histórico**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

MONASTIRSKY, L. B. Espaço urbano: memória social e patrimônio cultural. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, p. 323-334, 2009.

PREFEITURA DE PORTO AMAZONAS. **Turismo em Porto Amazonas**. Disponível em: <http://www.portoamazonas.pr.gov.br/indexturismo.htm>. Acesso em: set. 2016.

NARRATIVAS SOBRE A FERROVIA MAFRA–MONTE CASTELO: JOGO DA MEMÓRIA E O PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO

Grasiéle Ap. C. Ferreira Peters[1]
Luana de Carvalho Silva Gusso[2]

Resumo: Este texto teve a finalidade de apresentar o projeto de dissertação para obtenção do título de mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade intitulado *Narrativas sobre a ferrovia Mafra–Monte Castelo: jogo da memória e o patrimônio ferroviário*. No município de Mafra a ferrovia está presente com o trecho Mafra–Porto União (trecho desativado), ramal Mafra–São Francisco, linha Mafra a Central do Paraná (Curitiba, Ponta Grossa) e o trecho Mafra–Lages, onde parte deste foi delimitada para a realização da pesquisa. A proposta é discutir as relações entre memória e patrimônio ferroviário pelo sujeito e suas narrativas. Sendo assim, a metodologia de trabalho aplicada será a história oral com ferroviários aposentados, ex-funcionários, familiares e sociedade que habita/habitou o entorno da referida ferrovia. No referencial teórico ocorrem discussões sobre o processo de patrimonialização ferroviária conforme a legislação brasileira, memória e identidade, bem como a historiografia do trecho ferroviário. O Tronco Principal Sul (TPS) não é uma ferrovia tombada, o que não diminui a legitimidade da investigação nem a importância da mencionada ferrovia e contribuirá para a discussão sobre o processo de patrimonialização de ferrovias no Brasil.
Palavras-chave: patrimônio ferroviário; memória; identidade.

INTRODUÇÃO

No decorrer dos anos, a grande maioria das pesquisas histórias na região de Mafra buscou compreender o desenvolvimento econômico, político e social baseado na chegada de imigrantes poloneses, alemães, ucranianos e italianos. Os poucos estudos que existem sobre a ferrovia se limitam à historiografia com pequenos fragmentos econômicos. O estudo fica igualmente restrito ao tomar-se a ferrovia enquanto patrimônio ferroviário, pois este é um termo recente e que até o presente momento não gerou na região problemática para possíveis discussões.

A escolha do eixo patrimônio ferroviário como cerne da pesquisa deu-se por tratar-se de um assunto de interesse da pesquisadora, que já abordou o tema durante a graduação em História, porém relacionando-o apenas à historicidade e, após a conclusão, várias problemáticas surgiram, abrindo lacunas para o começo de outra pesquisa. Nesta investigação a ferrovia passa de objeto de pesquisa para suporte. Agora o indivíduo que fez/faz parte desse contexto histórico, social, econômico se tornou o protagonista desse jogo de memória. Há necessidade enquanto mestranda em Patrimônio Cultural e Sociedade de estabelecer por meio das narrativas das pessoas envolvidas direta e/ou indiretamente com a ferrovia as possíveis relações entre memória e patrimonialização ferroviária. Os sujeitos desta pesquisa são ferroviários aposentados, ex-funcionários, familiares, residentes e ex-residentes das casas às margens da linha férrea.

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille).
[2] Professora orientadora.

ISBN 978-85-8209-066-4

Ressalva-se que o Tronco Principal Sul (TPS) contempla o trecho total de Mafra–Lages, porém, para proporcionar uma pesquisa clara em tempo hábil, optou-se por estabelecer o espaço de pesquisa de Mafra até Monte Castelo (Mafra, Itaiópolis, Papanduva, Monte Castelo), e o objeto de pesquisa é o indivíduo pertencente a esse contexto mediante suas narrativas. Essa ferrovia não é tombada como patrimônio cultural material, o que não diminui a legitimidade da pesquisa nem a importância da mencionada ferrovia e contribuirá para a discussão sobre o processo de patrimonialização de ferrovias no Brasil.

Durante o tropeirismo, ocorria o transporte de gado entre Viamão e Sorocaba. Ao longo do percurso, havia locais que serviam como parada para descanso dos tropeiros. Em tais pontos ocorreu a formação de vilas e cidades como Lages e Curitibanos, que tinham como base econômica a pecuária. Posteriormente, com a crise madeireira no oeste catarinense, a região do planalto serrano passou a utilizar sua reserva de araucária e tornou-se um dos principais centros madeireiros do país.

Ao final da década de 1930, com a expansão da atividade madeireira, abrolhou a necessidade de construir uma ferrovia que ligasse Lages até Mafra para escoar a madeira lageana aos portos de São Francisco, pelo Ramal União da Vitória–São Francisco. Anteriormente a essa opção de escoamento, a ligação era realizada pela Serra do Rio do Rastro. O governo brasileiro também carecia de uma ferrovia que abocasse o centro brasileiro, mais precisamente o Rio de Janeiro, ao extremo sul do país, na cidade de Rio Grande. A estrada de ferro ligando o centro a Mafra permaneceu a mesma na estrada de ferro antiga, sendo necessária apenas a construção do restante do trajeto.

O exército brasileiro organizou quatro batalhões para atuar em diversos trechos na ligação entre Mafra e o sul do país. O primeiro batalhão, ferroviário, tinha sede em Bento Gonçalves (RS); o segundo batalhão, também ferroviário, era sediado em Rio Negro (PR); o terceiro batalhão, rodoviário, possuía sede em Lages (SC); e o quarto batalhão, rodoviário, com sede em Vacaria (RS).

A construção do ramal que ligaria Mafra a Lages ficou a cargo do segundo batalhão ferroviário. Coube a ele a construção de 234 km de extensão ligando Mafra ao Rio Ponte Alta. O restante dos 60 km do projeto foi traçado pelo primeiro batalhão ferroviário. No dia 7 de outubro de 1938 ficou registrado o marco zero da construção, localizado às margens do Rio da Lança, no município de Mafra (próximo à ponte do Ramal União da Vitória–São Francisco).

Tendo em vista que o segundo batalhão ferroviário não dispunha de equipamentos imprescindíveis para a realização de determinadas atividades do trecho e faltava mão de obra, houve a necessidade de terceirizar o trabalho, sempre mantendo a qualidade, sob a supervisão do batalhão de forma rigorosa.

> Construir ferrovia no Brasil naquela época era difícil, exigindo audácia, espírito de sacrifício e determinação sem limites. Não havia equipamentos adequados, nem meios de comunicação e de transportes suficientes e eficazes, para não falar nas estradas que praticamente inexistiam. Também não se dispunha de poderosas máquinas de construção e o rendimento do trabalho dependia da pá e da picareta (CÉSAR, 2008, p. 62).

No ano de 1957, buscando proporcionar a integração da ferrovia em caráter nacional, surgiu a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), por meio do Decreto n.º 3.115, cuja rede passava a incorporar todas as ferrovias nacionais, porém uma das grandes dificuldades encontradas foi a adaptação do tamanho das bitolas férreas, haja vista que ao longo do tempo cada ferrovia foi se desenvolvendo sem um tamanho padrão.

> Fica o Poder Executivo autorizado a constituir, nos têrmos da presente lei, uma sociedade por ações sob a denominação de Rêde Ferroviária Federal Sociedade Anônima (R.F.F.S.A.), à qual serão incorporadas as estradas de ferro de propriedade da União e por ela administradas, assim como as que venham a ser transferidas ao domínio da União, ou cujos contratos de arrendamento sejam encampados ou rescindidos (BRASIL, 1957).

Na data de 12 de fevereiro de 1963 a Rede Viação Paraná–Santa Catarina realizou a abertura do tráfego de 183 km entre Mafra e Ubatã. Em 19 de maio do mesmo ano, chegou ao fim a construção do trecho ferroviário Mafra–Ponte Alta, com percurso de 234 km. A solenidade ocorreu na sede do batalhão localizada no município de Rio Negro e posteriormente na Estação Ferroviária de Mafra. O evento contou com a presença de autoridades como o ministro de Viação e Obras Públicas Helio de Almeida, o diretor de Vias de Transportes General Paulo Leite Rezende, o diretor nacional de Estradas de Ferro Inaldo de Faria Neves, o comandante do batalhão Coronel Tourinho e o governador de Santa Catarina Celso Ramos, responsável pelo corte do laço inaugural da estrada.

ISBN 978-85-8209-066-4

No dia 28 de dezembro de 1963, a estrada teve seu trecho concluído, o trecho de 294 km, que ligaria Mafra a Lages. Encerrava-se o trabalho do segundo batalhão ferroviário. Posteriormente, os trabalhadores foram transferidos para Minas Gerais, onde seriam os responsáveis pela construção de uma ferrovia que ligaria Uberlândia a Brasília.

DESENVOLVIMENTO

Este trabalho tem caráter exploratório, pela identificação dos sujeitos e de suas respectivas narrativas distribuídas entre Mafra e Monte Castelo, cidades pertencentes ao trecho TPS. Como a proposta deste estudo é discutir as relações entre memória e patrimônio por meio dos sujeitos e de suas narrativas, a investigação tem como suporte pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo.

A metodologia bibliográfica conta com pesquisas ao acervo da Biblioteca Conselheiro Mafra e da Biblioteca Universitária da Universidade da Região de Joinville (Univille), assim como dissertações, teses e publicações realizadas pelo *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (Iphan) e/ou pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), pela legislação brasileira e outras fontes relevantes que discutem patrimonialização, patrimônio ferroviário, memória e identidade.

Durante a pesquisa bibliográfica ocorreu a inserção de alguns autores para discussão sobre os temas em questão, entre eles o historiador Certeau, com Giard e Mayol (2011), que traz reflexões acerca dos patrimônios que ele denomina de fantasmas da cidade. Para ele, as construções antigas, as casas desconfiguradas, as fábricas desativadas são ruínas de uma cidade desconhecida. Essa afirmação faz refletir a respeito das construções ferroviárias do recorte pesquisado, pois as construções ainda estão lá, porém de forma a provocar uma situação estranha para as novas gerações, que não compreendem o signo daquela construção.

Ainda concernente às construções, Certeau, Giard e Mayol (2011) utilizam a expressão “velhas pedras” para falar das construções antigas e que estas, depois de renovadas, se tornam lugares de passagem entre os fantasmas do passado e os imperativos do presente. Esse contexto a pesquisadora relacionou com a estação ferroviária de Mafra, edificada no início do século XX. A construção recentemente passou por reformas e revitalização, no entanto na atualidade esse fantasma está sendo utilizado pelo poder público, ou seja, imperativos do presente.

> A economia da restauração tende a separar dos lugares aqueles que lá vivem. A restauração dos objetos vem acompanhada de uma desapropriação dos sujeitos. Este movimento resulta tanto de intenções malignas, mas da história lógica de um aparelho (técnico ou científico) que tende a isolar a consideração dos sujeitos do tratamento dos objetos (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2011, p. 196).

Outro autor que traz reflexões sobre os espaços é François Hartog (2006). Ele dá como exemplo o muro de Berlim, que, após a queda, recebe milhares de visitantes, tornando-se ponto de passagem obrigatório para quem passa pela cidade. Hartog questiona que relações manter com o passado e com o futuro:

> Que relações manter com o passado, os passados, é claro, mas também, e fortemente, com o futuro? Sem esquecer o presente ou, inversamente, correndo o risco de ver somente a ele: como, no sentido próprio do termo, o habitar? Que destruir, que conservar, que reconstruir e como? São decisões e ações que impõem uma relação explícita ao tempo. Quem se cega a tal ponto que não consegue vê-lo? (HARTOG, 2006, p. 264).

Após essa indagação do autor, percebe-se que esse questionamento se faz pertinente para a presente pesquisa, pois ela objetivou saber das narrativas qual é a relação do indivíduo com a ferrovia.

A propósito das restaurações, Certeau, Giard e Mayol discorrem sobre as consequências da restauração. Para eles, isso está atrelado à desapropriação dos sujeitos, enquanto Hartog (2006) traz como exemplo o Japão, onde o uso das expressões *conservar* e *restaurar* não existe, ocorrendo então a reconstrução periódica do que para eles é considerado patrimônio. O ensejo neste projeto era que nas pesquisas orais fosse possível explorar o sentimento de pertencimento do indivíduo em relação à ferrovia, fossem casas, fossem escolas.

ISBN 978-85-8209-066-4

A patrimonialização foi discutida na pesquisa, haja vista que faz parte da problemática saber as possíveis relações entre memória e patrimonialização. Nesse sentido, os estudos de Hartog (2006) são totalmente cabíveis, pois o teórico fala desse tema afirmando que ele está em voga na atualidade, atraindo cada vez mais pesquisadores para a discussão. Para Hartog (2006), o patrimônio está ligado à memória, porém na contemporaneidade muitos processos de patrimonialização ocorrem por remorso, ou, como o próprio autor diz, "ardente obrigação". Por isso o aumento significativo de patrimônios, porém desvalorizando o monumento ou a historicidade do objeto em questão.

> Se o patrimônio é doravante o que define o que nós somos hoje, o movimento de patrimonialização, este imperativo, tomado ele mesmo na aura do dever da memória permanecerá um traço distintivo do momento que nós vivemos ou acabamos de viver: certa relação ao presente e uma manifestação do presentismo (HARTOG, 2006, p. 271).

Essa ideia de presentismo que o autor aborda pode ser posta para reflexão na dissertação após as entrevistas. Para buscar respostas à problemática da pesquisa, foi utilizada como método a história oral, por intermédio de entrevistas, e por suas narrativas será realizada uma análise conforme os objetivos previamente estabelecidos. A memória do indivíduo pelas narrativas consiste num dos cernes da dissertação. Para isso, referenciais teóricos sobre memória serão utilizados.

Halbwachs (1990), em sua obra intitulada *A memória coletiva*, provoca discussões por afirmar que nossas lembranças são coletivas, mesmo que não tenhamos participado todos de um mesmo evento, ou no mesmo momento; o que ocorre é que cada pessoa tem uma vivência sobre o mesmo assunto, porém pelo olhar em muitos casos de outras pessoas. Um exemplo contemporâneo às ideias do autor é que, mesmo que a pessoa visite uma exposição artística sozinha, ela fará a visita "acompanhada" do artista, a partir do momento em que analisar as obras pelo artista. Para Halbwachs (1990, p. 31), "para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível". Na pesquisa, isso será possivelmente observado nas entrevistas com pessoas que indiretamente estiveram e/ou estão presentes na ferrovia, pois, mesmo que não sejam funcionários, podem ter percepções semelhantes por conta da ligação direta.

Durante a pesquisa, a aplicação/realização das entrevistas seguirá um roteiro de questões abertas previamente definidas. No entanto, mesmo que sejam entrevistadas pessoas de um mesmo grupo, as respostas poderão ser diversas, haja vista que a memória que cada indivíduo tem a respeito de um determinado assunto é distinta (significados, representações), e talvez ele não se lembre de determinados momentos. Para Halbwachs (1990), isso não denota falsidade por parte do entrevistado, apenas descontinuidade, pelo fato de a pessoa não fazer mais parte de um determinado grupo, objeto da pesquisa:

> Em sociedades de qualquer natureza que os homens formem entre si, quantas vezes não acontece que um deles deixe de ter uma ideia exata do lugar que ocupa no pensamento dos outros – de quantos mal entendidos e desilusões tal diversidade de pontos de vista não será a fonte (HALBWACHS, 1990, p. 35).

Ainda referente às entrevistas, numa visão de experiências o autor Reinhart Koselleck (2014) busca promover discussões quanto às experiências/influências das guerras na consciência social. Em sua obra, ele afirma que, mesmo que as guerras não tenham sido vivenciadas da mesma forma por todos, é necessário proceder analiticamente para determinar características comuns. Relacionando a fala do autor com a pesquisa, faz-se preciso analisar as entrevistas, inclusive de pessoas que aparentemente não fazem parte da ferrovia, para analisar os pontos comuns. Koselleck (2014) ainda reflete acerca de como as experiências conforme o gênero e a família podem ter representatividades totalmente diferentes do indivíduo cerne da pesquisa – isso ficará claro nas análises das entrevistas com familiares de ferroviários. Para Koselleck (2014), as memórias também podem ser diversas de acordo com o cargo que o indivíduo ocupa. Essa questão que o autor levanta será discutida na dissertação durante a análise das entrevistas.

Tal qual exposto anteriormente, para responder aos questionamentos propostos e alcançar os objetivos preestabelecidos nesse processo, será necessário buscar/analisar as narrativas do objeto de pesquisa, ou seja, as pessoas. Isso se faz essencial, pois, segundo Certeau, Giard e Mayol (2011), é preciso despertar as histórias que dormem nas ruas. Durante a dissertação ocorrerá maiores aprofundamentos sobre os temas e autores discutidos nesta breve reflexão teórica, oportunizando melhor entendimento e o alcance dos objetivos determinados.

ISBN 978-85-8209-066-4

Ao longo da pesquisa documental, será realizado um levantamento de registros emitidos por entidades governamentais referentes à ferrovia, oportunizando melhor compreensão do trecho, como documentos de terceiros, fotos, periódicos sobre a ferrovia e suas múltiplas relações, sejam com os indivíduos ou a sociedade em geral, seja com a paisagem, a fim de observar e examinar as diversas representações em torno da ferrovia. Após a privatização da ferrovia, em 1997, os documentos referentes à ferrovia no Sul do país foram todos encaminhados para a cidade de Tubarão (SC), à Unidade Regional da Inventariança da extinta RFFSA.

A pesquisa de campo será de natureza qualitativa, visando a entrevistas do tipo história oral. Por meio da história oral, conforme Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1998), o pesquisador objetiva reconstruir, pela visão dos indivíduos, um período ou evento histórico. A entrevista ocorrerá com grupos distintos de sujeitos: ferroviários aposentados, ex-funcionários, familiares e membros da comunidade que residam e/ou residiram próximo à ferrovia e que estejam dispostos a contribuir com a pesquisa repassando dados e informações sobre a ferrovia Mafra a Monte Castelo. Os sujeitos da investigação serão identificados por intermédio da convivência da pesquisadora com os grupos, haja vista que Mafra é um município pequeno e o contato com esse grupo é possível e acessível.

Como o objetivo está imbricado nas narrativas do sujeito, a coleta de dados acontecerá pela pesquisa oral, com aplicação de entrevistas não estruturadas a ser realizada com os sujeitos envolvidos no estudo. Tais entrevistas serão previamente agendadas, no ato gravadas com prévia autorização e posteriormente transcritas.

O local para as entrevistas será acordado entre a pesquisadora e os sujeitos, desde que seja um local adequado e livre de interrupções. A possível opção será a residência dos entrevistados, ou outro local decidido após acordo das partes envolvidas.

Como se trata de uma entrevista não estruturada, haverá apenas questões-guia, de acordo com o grupo a que o indivíduo pertence (ferroviário aposentado, ex-funcionário, familiar, comunidade), e durante a entrevista a pesquisadora poderá intervir para esclarecimentos sobre um determinado assunto. As entrevistas serão acerca da compreensão de patrimônio ferroviário, do elo entre o indivíduo e a ferrovia, de peculiaridades do trabalho ferroviário, de narrativas sobre o trecho, do olhar da comunidade no tocante à ferrovia, do sentimento de pertencimento, do saudosismo, da visão sobre a atual situação ferroviária, das lembranças sobre o patrimônio material e ambiental e da relação da ferrovia com a sociedade.

Como a amostra qualitativa é definida por saturação, não há possibilidade de garantir a quantidade exata de sujeitos, porém acredita-se que poderão ser entrevistados 10 funcionários aposentados e ex-funcionários, sete familiares e três membros da comunidade, perfazendo o total de 20 participantes do estudo. Todas as pessoas serão convidadas previamente a participar e somente após parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa a entrevista será realizada.

Os critérios de inclusão são: homens e mulheres maiores de 18 anos que tenham relação com a ferrovia Mafra–Monte Castelo (ferroviários aposentados, ex-funcionários familiares, residentes atuais e/ou no passado próximos da linha férrea) e que aceitem participar da entrevista e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os critérios de exclusão são: menores de 18 anos que não tenham nenhuma relação com a ferrovia (não foi funcionário, não é familiar e não reside nem residiu nas proximidades da ferrovia) e que não aceitem participar da pesquisa nem assinar o TCLE.

Além das entrevistas, a pesquisa de campo contará com visitas às estações e demais edificações ferroviárias do referido trecho para análise situacional do patrimônio ferroviário na atualidade e realizar comparativo com imagens anteriores do local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto teve como desígnio deixar disponível o resultado de uma pesquisa bem estruturada, preenchendo as lacunas descritas nos objetivos do referido trabalho, contribuindo para as diversas áreas de conhecimento, como fonte de pesquisa e discussão sobre outras problemáticas em torno do mesmo tema, além de proporcionar aos sujeitos da pesquisa que suas lembranças sobre a ferrovia não fiquem no esquecimento, que seja possível passar para as próximas gerações a importância que a ferrovia teve para seus ascendentes, assim como a grande contribuição que eles ofereceram para o desenvolvimento ferroviário na região.

ISBN 978-85-8209-066-4

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1998. 203 p.

BRASIL. **Decreto n.º 3.115, de 16 de março de 1957**. Brasília: Senado Federal, 1957. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3115.htm>. Acesso em: 8 out. 2014.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano 2:** morar, cozinhar. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

CÉSAR, Edmar. **Batalhão Mauá:** uma história de grandes feitos. 2. ed. Araquari: Kelps, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vertice, 1990.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul./dez. 2006.

KOSELLECK, Reinhard. Eclusas da memória e extratos da experiência. A influência das duas guerras mundiais na consciência social. *In*: _____. **Estratos do tempo:** estudo sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

III ENIPAC
Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

OLHARES CRUZADOS SOBRE O PATRIMÔNIO MUSICAL DE JOINVILLE: A REPRESENTATIVIDADE DOS ESPAÇOS HARMONIA LYRA E THEATRO NICODEMUS POR MEIO DA HISTÓRIA ORAL

Pedro Romão Mickucz[1]
Taiza Mara Rauen Moraes[2]

Resumo: Dois significativos teatros da cidade de Joinville, ao longo do século XX disputaram programas culturais e públicos frequentadores de seus espaços - Sociedade Harmonia Lyra coexistia com o outrora denominado Theatro Nicodemus. Pela bibliografia local e pesquisas documentais realizada no Arquivo Histórico de Joinville, percebe-se que ao longo dos anos, os dois espaços disputavam músicos, atrações culturais e o público joinvilense. Entendemos espaço como um lugar "praticado" (CERTEAU, 1994, p. 202), e cheio de representatividade e histórias a partir de suas edificações. Assim, o presente trabalho busca cruzar a visão desses espaços a partir de histórias orais de pessoas que frequentavam os dois teatros. Ao narrativizarmos memórias de pessoas que utilizavam esses espaços de sociabilidade no século XX, estamos cientes de que a história oral é uma abordagem complexa e que nos permite enxergar através das narrativas orais, as transformações que a sociedade e a cultura sofrem a partir dos registros de memórias (THOMPSON, 2006, p. 20). Nesse sentido, sabemos que os recortes aqui apresentados não representam uma totalidade, mas fazem parte de fragmentos que possibilitam novos significados para a historiografia (NETO, 2012, p. 18). Essa análise surge a partir das discussões do grupo de pesquisa *Imbricamentos de Linguagens* do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, que buscam analisar o Theatro Nicodemus e a Sociedade Harmonia Lyra como espaços fomentadores do patrimônio musical de Joinville.
Palavras-chave: patrimônio cultural; memórias; história oral.

INTRODUÇÃO

"*História oral como parte essencial do nosso patrimônio cultural*" (Paul Thompson).

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville (Univille).
[2] Doutora em Teoria Literária pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille.

ISBN 978-85-8209-066-4

As palavras de Thompson (2006, p. 20) estimulam-nos a utilizar a metodologia da história oral no resgate de memórias e histórias de espaços destinados à música orquestral em Joinville, refletindo a respeito do patrimônio cultural da cidade. O recorte de estudo demarca dois espaços que outrora foram palcos de apresentações culturais e concertos para a sociedade joinvilense e que hoje desempenham atividades diversas da época de suas fundações. A Sociedade Harmonia Lyra mantém-se como uma sociedade cultural ativa, entretanto, no espaço físico do antigo Theatro Nicodemus, atualmente funciona uma igreja neopentecostal. Para tanto, faz-se necessário conhecer os palcos que pesquisamos para posteriormente deixar as vozes dos sujeitos narrarem suas próprias memórias e suas experiências com esses espaços.

O conceito adotado para conduzir as reflexões sobre os espaços fomentadores da música orquestral é o de Michel de Certeau, que compreende o espaço como “um lugar praticado”:

> Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pela prática do lugar. Constituído por um sistema de signos – um escrito. [...] Os relatos efetuam portanto um trabalho que, incessantemente, transforma lugares em espaços ou espaços em lugares (CERTEAU, 1994, p. 202-203).

Partirmos da materialidade desses teatros utilizando as imaterialidades que são as memórias de pessoas que frequentavam os mesmos espaços. Nesse sentido, vemos a materialidade e a imaterialidade como indissociáveis, tais quais as atuais discussões do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) apontam:

> O patrimônio material é cultural quando é qualificado por sentidos e valores, que são realidades imateriais. E a Constituição, na esteira das ciências sociais, nos permite dizer que sentidos e valores não são inerentes às coisas, mas produzidos nas práticas sociais e socializados com a mediação dessas mesmas coisas materiais. Por sua vez, o patrimônio imaterial só se realiza, ação que é, se também existirem vetores materiais. Veja-se o caso do saber-fazer, que não coincide com o conhecimento abstrato, mas é corporificado, tem o corpo como vetor: e o conhecimento da cozinheira, do músico, do dançarino, que, como nós, quando guiamos um carro, agimos com o conhecimento memorizado pelo nosso corpo, esse corpo material imbricado na trama das dimensões (CATALÃO, 2015 *apud* BRASIL, 2015, p. 52).

A historiografia local com base em diferentes fontes remonta a trajetória da Sociedade Harmonia Lyra e do Theatro Nicodemus, porém, ao narrativizarmos experiências de frequentadores desses espaços culturais, buscamos olhar tais espaços reafirmando as reflexões de Thompson sobre patrimônio imaterial:

> Parte essencial de nosso patrimônio cultural. Essa é uma situação muito nova e, olhando para o futuro, acho que há possibilidades imensas, por exemplo, para criar novas conexões entre as pessoas em mundos sociais e geográficos diferentes; através do oral, criando novas solidariedades e novos entendimentos (THOMPSON, 2006, p. 20).

Desse modo, partimos da história dos edifícios contextualizando-a com as vozes das senhoras Jutta Hagemann (2016) e de Christina Clara Hildegard Raeder Schröder (2016). Ecoam histórias orais coletadas pela pesquisa em andamento *Hoje é dia de concerto: uma análise do Theatro Nicodemus e da Sociedade Harmonia Lyra como espaços fomentadores do patrimônio musical de Joinville*, visando abrir novas veredas e percepções sobre o patrimônio musical.

UMA RUA SONORA: DOIS TEATROS E ALGUMAS MEMÓRIAS

Na atual Rua XV de Novembro, em Joinville (SC), dois teatros destinados à música orquestral no século XX se destacam na paisagem urbana da cidade.

A Sociedade Harmonia Lyra, antes de ocupar o atual espaço, esteve em outros lugares ocupados. Fundada em 1858 como Sociedade Harmonie-Gesellschaft (Sociedade Harmonia), teve suas primeiras atividades culturais no terreno de Adalbert Ravache, como nos detalha a historiadora Elly Herkenhoff (1987, p. 67):

ISBN 978-85-8209-066-4

> Infelizmente não encontrei dados a respeito da construção do teatro, mas lembro-me que era uma casa de enxaimel e madeira, coberta de telhas, levantada no terreno de A. Ravache, tendo custado mais ou menos Rs. 1.800$000. Não era grande demais, porém suficientemente ampla para as condições da época. Muitas reuniões alegres ali se realizaram e lembro-me que foram as noitadas mais belas vividas pela "Harmonie". Os sócios mais idosos, que ainda se recordam daquele tempo, estarão de acordo comigo.

O discurso saudosista de Herkenhoff aponta outros espaços que a Sociedade Harmonia ocupou, como o salão da propriedade dos irmãos Berner – na Rua do Porto, hoje Rua Nove de Março –, em 1898 (HERKENHOFF, 1987, p. 67).

Em 1921, ocorreu a fusão da Harmonie-Gesellschaft com a Musikverein Lyra (Sociedade Musical Lyra), com nova denominação: Sociedade Harmonia Lyra. Tal parceria impulsionou o projeto de construção de uma nova sede, iniciada com a aquisição de um terreno em 1923 e inaugurada sete anos depois, em 1930.

No concerto de inauguração, na noite do dia 13 de dezembro, a regência foi do maestro Tenente Paulino Martins Alves, que se despedia da cidade após 10 anos regendo a Orquestra da Lyra. Portanto, na nova sede estreava o maestro alemão Josef (Pepi) Prantl. O maestro Paulino ocupava dupla função: regia a Orquestra da Lyra e a banda do 13.º Batalhão de Caçadores – atual 62.º Batalhão de Infantaria. Em função de transferência funcional para o municipal, Ponta Grossa (PR), regeu pela última vez a orquestra na inauguração do salão, conforme a programação, anunciada em cartaz (figura 1).

Figura 1 – Anúncio de inauguração



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Embora a Sociedade Harmonia Lyra tenha sido fundada em meados do século XIX, apenas em 1930 se fixou na Rua XV de Novembro, rua que passou a abrigar dois espaços para a música, pois desde 1917 estava nela instalado o Theatro Nicodemus[3], também chamado Theatro Municipal.

O Theatro Nicodemus abriu suas portas em 23 de dezembro de 1917, conforme o cartaz de divulgação da inauguração do espaço (figura 2).

[3] O Theatro Nicodemus recebeu tal nome em referência ao construtor e proprietário do espaço Francisco Nicodemus.

ISBN 978-85-8209-066-4

Figura 2 – *Cartaz de inauguração do Theatro Nicodemus*



Fonte: GAZETA DO COMMERCIO, Joinville, 15 dez. 1917. p. 3. Hemeroteca digital

Em pesquisas documentais, no Arquivo Histórico de Joinville, observou-se que, para não conflitar com a inauguração do teatro, o Salão Bernercan, outro espaço cultural joinvilense, cancelou suas atividades do dia para que o público pudesse prestigiar a programação do Nicodemus. É interessante registrar esse pacto em prol da cultura em Joinville.

O Theatro Nicodemus produziu espetáculos, sessões cinematográficas e bailes por sete anos. Após quase uma década de atividades culturais, Francisco Nicodemus declarou falência, e o espaço foi vendido para Alberto Van Biene, que ao longo dos anos diversificou as funcionalidades do edifício, diferenciando-se do "objetivo original" do teatro (GUEDES, 2003, p. 37). Sobre a falência de Nicodemus, a pesquisadora Pereira (2015, p. 222) conjectura:

> A inexistência de patrocínios e mecenatos demarcam a falta de apoio financeiro ou logístico por parte do empresariado joinvilense tanto para contratar músicos de outras cidades, como para valorizar os músicos locais. Diferentemente do teatro Nicodemus, aberto ao público em geral, o empresariado local preferia hermetizar-se em associações como a Sociedade Harmonia Lyra e produzir seus próprios espetáculos de excelente cenário, porém, de questionável competência artística quanto ao desempenho dos atores.

Construído para ser um teatro "democrático" em sua gênese, de fato fora. Ao longo do século XX, o Theatro Nicodemus – mais tarde denominado de Palace Theatro e Cine Palácio – foi uma opção "acessível" aos frequentadores que não eram sócios de clubes nem de sociedades, de famílias que não tinham "origem" europeia.

A proposta do Theatro Nicodemus era popularizar o acesso aos bens culturais, verificável na análise dos valores dos ingressos, se compararmos tais valores com os praticados pela Sociedade Harmonia Lyra, tendo como referência dados publicados no *Jornal de Joinville* no ano de 1930. Para os associados da Sociedade Harmonia Lyra, os preços dos ingressos variavam em torno de Rs. 3$000 (plateia cadeiras numeradas) e Rs. 20$000 (camarote de cinco cadeiras), enquanto no Palace Theatro (antigo Teatro Nicodemus) as entradas custavam 1$000 (JORNAL DE JOINVILLE, 1930d; 1930e).

Percebe-se então que na mesma rua central de Joinville dois espaços significativos para música e atividades culturais atraíam públicos distintos: um espaço restrito aos associados e a pessoas pertencentes a um grupo social e outro aberto a diferentes classes sociais, interessadas em ouvir música, dançar e ter momentos de sociabilidade.

ISBN 978-85-8209-066-4

Figura 3 – Sociedade Harmonia Lyra, na Rua XV de Novembro



Fonte: fotografia de Pedro Romão Mickucz, 20 set. 2016

Figura 4 – Theatro Nicodemus, na Rua XV de Novembro



Fonte: fotografia de Pedro Romão Mickucz, 20 set. 2016

FRAGMENTOS DE MEMÓRIAS, MEMÓRIAS FRAGMENTADAS

A presença física de dois espaços culturais, Sociedade Harmonia Lyra e Theatro Nicodemus, numa mesma rua marcou a Joinville do século XX, no entanto a força cultural desses espaços reafirma-se pelas memórias daqueles que vivenciaram essa história. Vozes que contam histórias, fragmentos, representações de memórias que os espaços propiciaram ao longo do tempo, metaforicamente "tijolos" que compõem um edifício, tais quais as palavras de Guimarães Neto (2012, p. 18) sobre a história oral:

> Não "ressuscita vozes" e que ninguém está autorizado a falar por outrem e nem ao menos tem o poder de "salvar" o tempo passado. O tempo é reconstrução (sem postular por continuidade cronológica), respondendo às questões contidas no presente. Assim, os relatos orais não devem ser pensados na perspectiva de restituí-los à sua totalidade (a uma totalidade prévia ou restaurada); são fragmentos que devem ser avaliados em sua potência multiplicadora de criar novos significados.

ISBN 978-85-8209-066-4

Dessa forma, ouvimos da senhora Jutta Hagemann, atualmente com 90 anos, histórias e relatos de momentos vividos nos teatros da cidade. Para tanto, transcrevemos seu lugar de fala quando a entrevistada "revive" seus antepassados e nomeia seus descendentes europeus:

> *Bom, meus pais são de origem alemã, minha mãe vem da família Kröhne. Porque minha avó era nascida Kröhne, casada com Brand. E somos parentes distantes de Ottokar Doerffel, e da família Trinks, Lepper, Heinzelmann. Porque todos eles são também parentes do Doerffel.... Então meu bisavô tinha a confeitaria Kröhne, na Rua do Príncipe. E o pai da minha mãe imigrou mais tarde, e tinha na Rua Engenheiro Niemeyer a Esquadrias de Madeira Brand* (HAGEMANN, 2016).

Inicialmente, a senhora Hagemann recupera a origem de seus familiares e os empreendimentos conquistados na cidade. Ao recordar os espaços Harmonia Lyra e o Theatro Nicodemus, em sua época denominado de Cine Palácio, a entrevistada elucida que frequentou poucas vezes o "Cine Palácio", dado a distância de onde morava. Todavia, quando questionada sobre a diferenciação entre os espaços, afirma: "*A Sociedade Harmonia era mais 'fechada', porque praticamente só iam sócios... O Cine Palácio, não!*" (HAGEMANN, 2016).

Lembranças dos bailes e do cenário musical em Joinville são rememoradas demonstrando que a música circulava na cidade:

> *Os músicos na Lyra, geralmente eram orquestras do Peru. Mas tinham outras orquestras. Muitas vezes vinham orquestras de fora. Mas tinha uma porção de orquestras aqui. Orquestra Guarani, Tanguará. Agora... Havia muitos bailes fora do centro. Nos salões. Na periferia, fora. Tinha o salão Catarinense, tinha o salão Russo, tinha o salão* [...]. *Mas a gente não frequentava. Mas sabia que iria ter baile. Então tinha muitas sociedades fora. Também era mais nos bairros... Quer dizer, não tinham bairros fora, mas as zonas, eram daquele pessoal que moravam por lá, que ia nesse baile lá. Apesar que o salão Catarinense era frequentado por muita gente do centro. Ficava na Rua Doutor João Colin, e era um salão grande. A mesma coisa que na Liga de Sociedades, também eram sócios, de certos* [...]. *Uma das sociedades que formou, a Sociedade Liga, também tinham seus sócios* (HAGEMANN, 2016).

Quando questionada se tocava algum instrumento e se se apresentara em um dos espaços frequentados, novamente alguns elementos culturais se percebem em sua fala. Mesmo que estudasse música e tocasse em casa, nos espaços públicos pianista mulher era algo pouco presente:

> *Meu irmão tocava piano. E ele tocava piano... Ele chegou a tocar piano no circo, que a professora chegou a ficar apavorada. Porque antigamente os circos vinham, e sempre tinha uma peça de teatro. Então tinha que ter música. Volta e meia ele estava lá tocando. E também nos bailes da Lyra, como era só uma orquestra, e o baile começava às nove da noite, ou antes, e atravessava a noite e varava até as seis, sete da manhã... Alguém dos participantes do baile subiam e tocavam piano, para o pianista descansar.* [....] *Tinham amigos que subiam e tocavam, até o pianista descansar um pouco.* [...] *Só os homens tocavam. E como era diferente, não é como hoje.* (HAGEMANN, 2016).

Dos fragmentos coletados, outra frequentadora e musicista do Harmonia Lyra, senhora Christina Clara Hildegard Raeder Schröder, de 72 anos, relembra sua trajetória e suas vivências na sociedade:

> *Formação na música? Comecei aos 11 anos, toquei* [violino] *até aos 15. Parei 20. Casei. Aos 36 voltei a tocar, quando eu entrei na Harmonia Lyra, na orquestra, que fui convidada a tocar... E dois anos depois fui para a Casa da Cultura, começar tudo de novo a estudar violino. Foram dois músicos, o meu ex-professor e uma colega da época em que eu tocava jovem, em Corupá, na orquestra... Eles tocavam já aqui em Joinville, eles vieram para Joinville, morar aqui. Daí me convidaram para vir tocar. Eu protelei um ano. Eu digo: "Eu não sei mais nada, não sei mais nada". Disseram: "Tu vem, e tu vem, que tu vai entrando, vai estudando, vai aprendendo..." Fui..., mas fui* [em 1977]. *Aí eu vi que realmente precisava estudar, foi onde que eu voltei para Casa da Cultura, para ter aula* (SCHRÖDER, 2016).

A senhora Schröder autoavalia-se como uma instrumentista amadora do violino e da viola. Mesmo com seu "amadorismo", teve oportunidade de tocar sob a regência de grandes nomes da música orquestral da cidade, como os maestros Ludwig Seyer, Tibor Reisner, Rafael Daniel Huch e Fabrícia Piva.

ISBN 978-85-8209-066-4

Quando questionada sobre o repertório tocado na Sociedade Harmonia Lyra, destaca as composições brasileiras referindo-se ao que compreende como "popular", como *Fantasia Brasileira n.º 1*, um tributo à ópera *O Guarani*, de Antônio Carlos Gomes:

> [Tocávamos] *clássicas... também tinha popular. Inclusive, que foi muito divulgado, que o Tibor Reisner fez a* Fantasia Brasileira n.º 1*, então... Essa foi muito aplaudida. E depois ele também fez outro arranjo em "Tributo aos Guaranis", também uma grande fantasia dele. Que ainda marca "reflexões sobre temas da Ópera"* [leu a programação musical]. *Essa música* Tributo aos Guaranis dá para chorar de tão lindo que é. Ela leva uns 20 minutos, a gravação. Linda, linda (SCHRÖDER, 2016).

Percebem-se na fala da senhora Schröder saudosismo e evocação do passado que não se restringem apenas às memórias coletadas pela história oral. A senhora Schröder rememora os últimos momentos da Orquestra Jovem Cidade de Joinville:

> *Ano retrasado, eu me lembro, até participava da Orquestra Jovem. E era muito, muito concorrido os concertos aqui. Eles, inclusive, tinham que fechar a porta porque não entravam mais pessoas. As pessoas gostam... Eles têm sede de cultura, de músicas. Músicas clássicas principalmente* (SCHRÖDER, 2016).

Por fim, quando perguntamos acerca do sentimento das duas entrevistadas em relação à situação atual dos dois espaços culturais, Sociedade Harmonia Lyra e Theatro Nicodemus – Palace Teatro –, verificamos visões distintas quanto as suas memórias e suas percepções com o presente:

> *Fechado, meio abandonado. É uma pena. Mas eles estão se esforçando. Pelo que eu soube é para sair uma orquestra por aqui. Tomara, queira Deus que saia. Que continue a levar cultura para as pessoas. Porque foi... Quer dizer, a Orquestra da Harmonia Lyra já existia... Na época em que eu entrei, já quase há 100 anos. Aí acabou em 1987. E, se eles continuarem, conseguirem continuar... Queira Deus. Para a geração futura* (SCHRÖDER, 2016).

> *Eu acho que cada época é sua época. A beleza está em aceitar a mudança* [...]. *A* [Sociedade] *Lyra praticamente está conservada. Mas o Theatro* [Nicodemus] *até que podia voltar ao que era. Tão difícil não é. Mas sem os edifícios lá... Quer dizer... Para tombar, é bobagem também. Agora conservar, poderia ser um pouco mais...* (HAGEMANN, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia da história oral foi adotada com o objetivo de "recuperar" algumas memórias dos espaços culturais na cidade. Nesse sentido, entendemos que a relação da história oral com o tempo presente está intimamente ligada com a preocupação de "perda" e "esquecimento", levando "sociedades contemporâneas a demonstrar grande interesse em recuperar a memória e também a história" (FERREIRA, 2002, p. 325).

Estamos conscientes de que as memórias aqui apresentadas são cabíveis de "distorções", como assegura Ferreira (2002, p. 328), mas temos nos diálogos entrecruzados das senhoras Schröder (2016) e Hagemann (2016) e nos recortes historiográficos de Herkenhoff (1987) uma nova leitura que nos permite ressignificar o campo musical da cidade de Joinville no século XX, demonstrando que os dois espaços, Theatro Nicodemus e Sociedade Harmonia Lyra, compartilharam por um período a mesma rua, numa disputa de difusão da música orquestral, e como a arte orquestral pode se constituir como uma raiz cultural de uma cidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). **Ata da 80.ª** Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Brasília: 17 set. 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/ATA_80a_Reuniao_do_Conselho_Consultivo_17_09_2015.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2016.

ISBN 978-85-8209-066-4

CERTEAU, Michel de. Relatos de espaços. *In*: _____. **A invenção do cotidiano 1:** artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 199-217.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 314-332, dez. 2002.

GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo. **Cine Palácio:** fragmentos da história do cinema em Joinville. Joinville: Editora Univille, 2003.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas. *In*: LAVERDI, Robson *et al*. **História oral, desigualdades e diferenças**. Recife: Editora Universitária da UFPE; Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

HAGEMANN, Jutta. **Jutta Hagemann:** entrevista. [16 set. 2016]. Entrevistador: Pedro Romão Mickucz. Joinville, 2016.

HERKENHOFF, Elly. **Era uma vez um simples caminho...** Fragmentos da história de Joinville. Joinville: Fundação Cultural, 1987.

JORNAL DE JOINVILLE. **Harmonie-Lyra:** festa de inauguração da nova sede. Joinville, 13 dez. 1930b. p. 2.

_____. **Palace Theatro**. Joinville, 29 dez. 1930c. p. 3.

_____. **Valores de ingressos da Sociedade Harmonie-Lyra**. Joinville, 23 dez. 1930d.

_____. **Valores de ingressos do Palace Theatro**. Joinville, 1.º nov. 1930e.

PEREIRA, Sandra. Um olhar memorialístico sobre o teatro joinvilense produzido no período 1900 a 1950. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM PATRIMÔNIO CULTURAL, 2., Joinville, 2015./WORKSHOP CATARINENSE DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA, 3., Joinville, 2015. Anais... Joinville: Editora Univille, 2015. p. 210-229.

SCHRÖDER, Christina Clara Hildegard Raeder. **Christina Clara Hildegard Raeder Schröder:** entrevista [7 mar. 2016]. Entrevistador: Pedro Romão Mickucz. Joinville, 2016.

THOMPSON, Paul. Histórias de vida como patrimônio da humanidade. *In*: WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez (Coords.). **História falada:** memória, rede e mudança social. São Paulo: Sesc-SP/Museu da Pessoa/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p. 17-43.

III ENIPAC

Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

SIMPÓSIO 6

III ENIPAC
Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

A RELAÇÃO DOS IMIGRANTES HAITIANOS COM AS NARRATIVAS DE MEMÓRIA JOINVILENSES

Eduardo Philippi Soares[1]
Ilanil Coelho[2]

Resumo: O presente artigo teve como objetivo apresentar a pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille) intitulada *Imigrantes haitianos e o patrimônio cultural de Joinville*. A pesquisa busca identificar os significados atribuídos pelos imigrantes haitianos ao patrimônio cultural de Joinville (SC) e os discursos identitários produzidos por integrantes desse grupo acerca da cidade. Para tal, a principal metodologia adotada será a da história oral, cuja prática permite a aproximação com as construções simbólicas dos entrevistados, trazendo à tona elementos subjetivos relacionados à condição de imigrante.
Palavras-chave: imigrantes haitianos; patrimônio cultural; identidade.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a cidade de Joinville (SC) possui forte relação com processos migratórios relacionados a diferentes levas e localidades. Logo, os discursos oficiais que visam produzir identidades sobre a cidade, em geral, se apropriam desses processos a fim de construir a imagem de uma cidade constituída por migrantes e erguida pelo trabalho.

Nesse sentido, o conjunto patrimonial de Joinville, respondendo às institucionalidades que lhe cabem, estabelece-se de forma a apresentar a cidade mediante dois eixos: o imigrante e o trabalho. Contudo, pelo fato de todo discurso institucional ser resultado de relações de poder desiguais, as estratégias de demarcação da identidade joinvilense contribuem, por meio de monumentos e festas tradicionais, por exemplo, com a constituição do protagonismo de alguns grupos específicos de imigrantes.

Sendo assim, do estudo de alguns expoentes do conjunto aludido priorizando a historicidade de sua construção, emerge a possibilidade de entender a quais demandas identitárias, e por que não políticas, esses objetos atendem – objetos estes que possuem a função de se constituírem como referências da identidade e da memória de Joinville. Alguns dos principais monumentos que dizem respeito a esse debate são: o Museu Nacional de Imigração e Colonização, o Monumento ao Imigrante (obra de Fritz Alt) e o Monumento O Fundidor. Cabe ressaltar que, apesar de serem elaborados com uma intencionalidade específica, esses monumentos funcionam como sociotransmissores (CANDAU, 2010), que, por sua vez, não traduzem cristalinamente o discurso com base no qual foram elaborados.

Os processos migratórios, contudo, não se restringem ao passado de Joinville, mas se fazem presentes no contexto atual da cidade. Houve, em 2012 e 2013, crescimento de 1.608% nos números relativos à presença de haitianos em território catarinense. Já no período entre 2011 e 2013, foi registrado aumento de 282% nas contratações de estrangeiros em Santa Catarina, e, do contingente total de estrangeiros com

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille).
[2] Professora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille.

ISBN 978-85-8209-066-4

vínculo formal de trabalho no estado, 29,3% eram imigrantes haitianos. Levando em consideração o fato de que 10.911 dos 14.579 imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho no Brasil estão empregados na área de produção de bens e serviços industriais (DADOS DA RELAÇÃO..., 2015) – apontando essa atividade produtiva como a principal consumidora da mão de obra imigrante –, Joinville acaba por ocupar posição de destaque no que concerne à imigração haitiana para Santa Catarina, tanto por ser a maior cidade do estado quanto por ter como atividade econômica mais importante a produção industrial.

Os impactos de um contingente migratório dessa magnitude não se limitam, todavia, à esfera econômica. As demandas socioculturais postas em movimento pelos próprios haitianos no tocante às suas escolhas por Joinville, bem como aos seus processos de estabelecimento de vínculos com a cidade, acabam por se destacar no contexto urbano, mobilizando uma série de questionamentos ligados inclusive ao campo patrimonial.

DESENVOLVIMENTO

O Monumento ao Imigrante, inaugurado em 1951 – ano do centenário de Joinville –, emerge como um bom ponto de partida para a presente discussão. Localizada no centro da cidade, a obra, do artista Fritz Alt, é um dos muitos objetos patrimonializados que miram a figura do imigrante como elemento basilar da identidade joinvilense. O *Jornal de Joinville*, ao noticiar a inauguração do monumento com as festividades relativas ao aniversário da cidade, publica o seguinte texto:

> Na apreciação da obra do homem, será justo que o historiador de amanhã se fixe, com o devido carinho, no quadro dos acontecimentos e exalte os esforços ingentes daqueles bravos 117 alemães e 74 noruegueses que o barco “Colon”, vindo de Hamburgo, deixou em 9 de março de 1851, nas margens do rio Cachoeira para que dessem início – sabe Deus como – à colonização (JUBILOSAMENTE, COMEMORA JOINVILE..., 1999).

O caráter heroico dado aos colonos citados no texto só não fica mais evidente do que a identificação dos homenageados. Além disso, a narrativa sobre a memória da cidade não versa exclusivamente acerca do passado, mas propõe também a extensão dessa identificação da cidade com o imigrante para o futuro. Dessa forma, fica clara a intencionalidade do patrimônio em fixar identidades pela perpetuação de uma memória. De acordo com Candau (2010, p. 47):

> A memória pode, assim, ser assimilada a essa faculdade constituinte da identidade pessoal que permite aos sujeitos de se pensar detentor de uma essência que permanece estável no tempo, ou de pensar que o grupo ao qual pertence é detentor de uma essência tendo a mesma propriedade.

Outra matéria de jornal, esta datada de 1999, faz o convite ao turismo patrimonial no estado de Santa Catarina, destacando o Museu Nacional de Imigração e Colonização como o mais visitado de Joinville. O que chama a atenção é que nesse momento há uma expansão relativa dos grupos constituintes do passado de Joinville. De acordo com o texto, esta teria uma “história com sotaques alemão, italiano e lusitano” (WESTPHAL, 1999).

Essas transformações nos discursos identitários são abordadas por Hall (2000, p. 108) quando este afirma: “As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação”. Ou seja, apesar de se constituir como um esforço essencializante, o processo de identificação, seja ele na esfera coletiva – como no caso do patrimônio –, seja em âmbito individual, dá-se por meio da relação ininterrupta com o externo, configurando-se como um processo contínuo de construção.

O Monumento O Fundidor, inaugurado em 1979, também no contexto do aniversário de Joinville (SCAGLIA, 1996), fornece outras pistas sobre o esforço memorial da cidade. Localizado em frente à Fundição Tupy, uma das maiores indústrias do município, o monumento estabelece relação indireta, porém quase óbvia, com o tema da imigração, sobretudo porque historicamente a empresa foi (e ainda é) uma intensa consumidora de mão de obra imigrante. Na perspectiva de Sayad (1998, p. 54):

> Foi o trabalho que fez nascer o imigrante, que o fez existir; é ele, quando termina, que faz “morrer” o imigrante, que decreta sua negação ou que o empurra para o não-ser. E esse trabalho, que condiciona toda a existência do imigrante, não é qualquer trabalho, não se encontra em qualquer lugar; ele é o trabalho que o “mercado de trabalho para imigrantes”

ISBN 978-85-8209-066-4

> lhe atribui e no lugar que lhe é atribuído: trabalhos para imigrantes que requerem, pois, imigrantes; imigrantes para trabalhos que se tornam, dessa forma, trabalhos para imigrantes.

Alguns aspectos da reflexão apresentada chamam a atenção quando postos no debate relativo ao conjunto patrimonial joinvilense. A narrativa que vincula a figura do imigrante ao trabalho faz parte de um empreendimento institucional de fixar uma identidade baseada em uma memória coletivizada. Acerca desse processo, é possível afirmar:

> O patrimônio é constitutivo da metamemória e é também por essa razão que ele é a garantia da "sobrevivência da memória dos grupos". Enquanto fenômeno metamemorial, ele contribui para a ilusão holista, quer dizer, à representação do grupo de pertencimento como um todo homogêneo, integrado e dotado de uma essência. O compartilhamento da metamemória dá uma certa veracidade a essa ilusão (CANDAU, 2010, p. 51).

Esse processo de coletivização da memória pode ser entendido pela ideia de que o patrimônio cumpriria a função de sociotransmissor. Para Candau (2010, p. 52), um sociotransmissor metaforicamente teria, para os indivíduos, uma finalidade semelhante à dos neurotransmissores para os neurônios. Ou seja, seria capaz de extrapolar o alcance de uma memória, tornando-a parte constitutiva de um grupo – ou ao menos estabeleceria a crença de que o é. Nessa perspectiva, esse caráter de sociotransmissão inerente ao patrimônio decorre diretamente de um esforço ligado à metamemória, que, nas palavras de Candau (2010, p. 51), se configura como "uma memória reivindicada, ostensiva".

Todavia, essa transmissão de memória e, por consequência, de identidade, não ocorre sem "ruídos". A apropriação dos discursos patrimoniais acaba por não se comunicar apenas com o que o próprio patrimônio se propõe a irradiar. Nesse sentido, a experiência do imigrante como tal é um elemento determinante das formas com as quais essa narrativa é apropriada.

Para elaborar suas ideias acerca da relação entre a memória e a consciência, Koselleck (2014) estuda os efeitos das duas grandes guerras sobre as faculdades mencionadas, entretanto não seria inadequado transpor seus apontamentos para uma reflexão que aborde a imigração, visto que, assim como a guerra, a migração configura uma ruptura radical na biografia de qualquer indivíduo. É importante ressaltar que essas transformações não são instantâneas, mas ocorrem gradualmente e de maneira contínua, resultando em uma constante alteração nos significados produzidos pelos sujeitos.

Outro ponto a se destacar é a heterogeneidade dos grupos de migrantes, o que resulta em formas distintas de significação da experiência e, então, da construção da consciência. Mesmo que estes sejam possuidores de elementos comuns, como as tradições linguísticas, a religião (que nem sempre constitui uma característica homogênea) ou a filiação a um Estado, Koselleck (2014) afirma que há traços que podem diferenciar drasticamente o processo aludido para cada indivíduo, como a idade, o gênero, a classe, o pertencimento a uma família ou não. Nessa direção, é possível dizer: "Os fatores que formam a consciência apresentam, portanto, estratos múltiplos: provêm do tempo anterior à guerra, mas também dos efeitos desta, que continuam a transformar a consciência" (KOSELLECK, 2014, p. 253).

Trocando o termo *guerra* por *imigração* na assertiva citada, é razoável estabelecer uma correlação entre as experiências anteriores ao evento, o evento em si, e as experiências posteriores a ele na formação da consciência (e da identidade). Para Koselleck (2014, p. 247),

> a biografia de qualquer ser humano contém rupturas que parecem abrir um novo período na vida. Alterações bruscas na experiência o forçam a abandonar as trilhas habituais e abrir outras vias. A consciência precisa processar as novas experiências. Quando se transpõe limiares, muito, talvez tudo, se apresenta de modo diferente, dependendo do grau em que somos afetados e tomamos consciência disso. Quando elaboramos nossas experiências, muitas vezes somos levados a alterar comportamentos, pontos de vista e a consciência que temos sobre eles.

Essa análise marcada em etapas, todavia, torna-se mais cabível ao tratar de eventos como as guerras mundiais em detrimento da imigração, tendo em vista que esta última, por vezes, impõe uma condição vitalícia que se ressignifica constantemente na ocasião da própria experiência. É essa a reconversão demonstrada por Sayad (1998), apesar de atingir um momento crucial: o ponto em que o imigrante extrapola a identidade a ele imposta, o que, para o autor, traduz o imigrante como "uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito" (SAYAD, 1998, p. 54) e que passa a reivindicar outras formas de representações identitárias. Sobre esse ponto especialmente, Sayad (1998, p. 65) explica:

ISBN 978-85-8209-066-4

> Na medida em que dura a imigração, porque não se emigra e não se imigra impunemente, produz-se, entre os imigrantes, uma inevitável reconversão de suas atitudes em relação a si mesmos, em relação a seu país e em relação à sociedade na qual eles vivem cada vez por mais tempo e de forma mais contínua e, principalmente, frente às condições de trabalho que essa sociedade lhes impõe.

Um grupo que se estabeleceu em uma localidade por meio de um processo migratório, com o passar do tempo, sofre uma série de transformações nos modos como se relaciona com a sociedade de imigração e consigo mesmo. Tais mudanças fazem com que esses indivíduos não respondam mais ao conceito ao qual foram submetidos (força de trabalho provisória e em trânsito).

Dessa maneira, é possível entender a imigração não só como um processo de saída de um lugar para a chegada a outro, mas como toda uma experiência que ressignifica constantemente as produções simbólicas de quem a vive. Trazendo à tona essa problemática, Thomson (2002, p. 341-342) explica:

> Defino "migração" incluindo tanto migrações internacionais quanto intranacionais e, como a maioria dos estudos de história oral, enxergo a passagem física da migração de um lugar para outro como apenas um evento em uma experiência migratória que abarca velhos e novos mundos e que continua por toda a vida do migrante e pelas gerações subsequentes.

É para a compreensão desses sentidos criados pela experiência do indivíduo como migrante que a história oral se destaca como metodologia, trazendo para o campo da pesquisa questões para além de teorias lineares ou econômicas, por vezes monocausais, para entender o processo migratório e as decorrências que dele se desdobram (THOMSON, 2002, p. 345).

Para uma aproximação inicial em relação a essa metodologia, serão expostos, a seguir, alguns resultados de uma entrevista realizada com o imigrante haitiano Roland Lanfront (2016). O entrevistado é estudante do segundo ano do curso de Design da Universidade da Região de Joinville (Univille), tem 36 anos e, antes de vir para o Brasil, morou um ano e meio na Venezuela.

No decorrer da entrevista, os relatos envolvendo a esfera do trabalho ganharam destaque, corroborando principalmente a ideia de um "mercado de trabalho para imigrantes" – ideia proposta por Sayad (1998). O que chama atenção à primeira vista é a dureza do trabalho, característica primordial dos empregos oferecidos a imigrantes. Roland (LANFRONT, 2016) conta: "*Todo dia quando chego em casa, às vezes, eu 'fui' dormir, porque tô muito cansado*". Além disso, descreve o seu emprego anterior: "*Foi um inferno*" (LANFRONT, 2016).

Contudo, quando tratada a questão do estudo, o trabalho aparece em outra perspectiva – como um ente que propicia o acesso à educação. O entrevistado explica: "*Estudar aqui é um privilégio muito grande, nossa... Eu agradeci muito a Deus por isso, e posso agradecer à Tupy também, porque graças à Tupy que estou... D*á pra pagar a faculdade" (LANFRONT, 2016). Esse deslocamento de sentido no tocante ao trabalho demonstra a potencialidade da história oral no que compete aos estudos da imigração. A concepção de que o imigrante se faz pelo trabalho – mesmo que seja essa, ainda, a ideia que a sociedade de recepção tenha dele – esbarra nos anseios do próprio imigrante, que constrói a sua identificação ao passo que relaciona a sua memória com a conjuntura que o cerca.

Nessa entrevista, apesar de o trabalho ocupar posição de destaque, a centralidade da fala volta-se à educação. Roland expõe que, para ele, "*a cada momento que a gente está vivendo, a gente tem que aproveitar isso, eu acho que a melhor maneira de viver melhor...* É *estudar todo dia, porque a vida é um estudo*" (LANFRONT, 2016).

Entende-se, então, que, embora exista uma ideia formulada pela sociedade de recepção sobre o imigrante, o indivíduo inserido nessa condição não vai, por regra, reproduzir essa expectativa. A divergência entre o que se espera e o que se apresenta ocorre, também, quanto às apropriações dos discursos vinculados ao patrimônio cultural. Quando questionado acerca do contato com museus e monumentos da cidade, o entrevistado respondeu:

> *Primeira coisa, eu não sei onde fica* [risos]. *Queria tanto ir, eu não sei onde fica, e depois as coisas que eu "tão gosto", os amigos que eu tenho como tipo brasileiro, eles não gostam disso. É diferente. Se é diferente vai ser mais difícil pra saber o que é. Como, tipo, eu tenho amiga que está morando na praia, na São Francisco do Sul, ela me convidou para passar algum dia na casa dela. Eu fui, porque ela tá morando lá, fui ao centro antigo* (LANFRONT, 2016).

Para além do contato inexistente, ao que tudo indica, com o conjunto patrimonial de Joinville, chama a atenção a influência crucial das redes de relações interpessoais na produção de significados tanto acerca do patrimônio quanto da cidade como um todo. Levando em consideração o protagonismo de uma cidade vizinha (São Francisco do Sul) em detrimento do conjunto patrimonial da cidade em que se

ISBN 978-85-8209-066-4

está vivendo (Joinville), é possível verificar que a relação simbólica com a sociedade de recepção não parece obedecer, necessariamente, a demarcações geográficas, sendo pautada também em experiências pregressas, anseios pessoais e redes de relacionamentos, como já mencionado.

Ainda tratando das apropriações simbólicas do patrimônio cultural, é interessante notar outra fala do entrevistado. Ao descrever o Centro Histórico de São Francisco do Sul, diz: "É *lindo e tem um lugar no Haiti quase igual, quase igual*" (LANFRONT, 2016). A semelhança apontada traz novamente para o centro do debate a noção do patrimônio como um sociotransmissor que, apesar de potente, não assegura propagação cirúrgica do discurso institucional que permeia o objeto patrimonializado. No caso citado, por exemplo, uma associação estética entre o Centro Histórico de São Francisco do Sul e algum lugar do Haiti presente na memória do entrevistado acabou por produzir mais impacto simbólico do que o valor atribuído pela institucionalidade do patrimônio propriamente dita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso patrimonial é, acima de tudo, marcado pelo caráter institucional que lhe dá origem. Para o entendimento do sentido da noção de *lugar*, Certeau (1994, p. 201) explica: "Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. [...] Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade".

Essa estabilidade é, no entanto, desafiada no ato de significar o patrimônio. A ordem patrimonial passa, nesse momento, a não ter mais controle total – apesar de estabelecer forte influência – nos sentidos atribuídos ao objeto em questão. O lugar passa a não ser mais "próprio" por ser atravessado de sentidos múltiplos que não respondem direta nem exclusivamente à ordem estabelecida. O patrimônio, nesse momento, deixa de ser "lugar" para se tornar "espaço". Sob a ótica de Certeau (1994, p. 202, grifo do original),

> em suma, *o espaço é um lugar praticado*. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos – um escrito.

Quando o imigrante, assim como outro agente que não esteja imerso no lugar institucional do patrimônio, projeta a sua memória sobre o objeto patrimonializado, ele o espacializa. Por não contar com um lugar próprio que faça emergir uma possibilidade constante de apropriação a partir desse mesmo lugar, esse agente faz valer as oportunidades momentâneas que aparecem na contingência do presente, configurando uma ação tática no tocante ao patrimônio.

Essa noção faz destacar a organicidade por detrás das produções simbólicas dos imigrantes haitianos sobre o patrimônio cultural joinvilense, tendo em vista que podem ser entendidas como perpassadas não só pela condição atual do imigrante, mas pautadas também – como exposto pelas reflexões dos teóricos trabalhados ao longo deste artigo – pelas memórias de experiências prévias, sempre em processo de ressignificação. Além disso, essas produções simbólicas também são influenciadas pelo discurso oficial, provocadas pela concretude do objeto e possibilitadas por conta do acaso – dos encontros eventuais decorrentes da vivência cotidiana.

REFERÊNCIAS

CANDAU, Joël. Bases antropológicas e expressões mundanas na busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Memória em Rede**, Pelotas, v. 1, n. 1, dez. 2009/mar. 2010.

_____. Da mnemogênese à memogênese. *In*: _____. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CERTEAU, Michel de. Relatos de espaço. *In*: _____. **A invenção do cotidiano 1:** artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

DADOS DA RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS), 2011-2013, SOBRE HAITIANOS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL. 2015. Disponível em: <https://haitianosnobrasil.files.wordpress.com/2015/05/dados-da-relac3a7c3a3o-anual-de-informac3a7c3b5es-sociais-rais-2011-2013-sobre-haitianos-no-mercado-de-trabalho-formal.pdf>. Acesso em: 1.º out. 2016.

ISBN 978-85-8209-066-4

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul./dez. 2006.

JUBILOSAMENTE, COMEMORA JOINVILE cem anos de fecunda existência. **Jornal de Joinville**, Joinville, 9 mar. 1951. Acervo Centro Memorial da Univille.

KOSELLECK, Reinhard. Eclusas da memória e estratos da experiência. A influência das duas guerras mundiais na consciência social. *In*: _____. **Estratos do tempo:** estudo sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

LANFRONT, Roland. **Roland Lanfront:** entrevista [18 jun. 2016]. Entrevistadora: Sirlei de Souza. Joinville: Universidade da Região de Joinville (Univille), 18 jun. 2016.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração e os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SCAGLIA, Maria. Paulo de Siqueira. **Jornal Anexo**. Joinville, 29 maio 1996. Acervo Arquivo Histórico de Joinville.

THOMSON, Alistair. Histórias (co)movedoras: história oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 341-364, 2002.

WESTPHAL, Beto. Conheça Santa Catarina pelos museus. **A Notícia**, Joinville, 4 ago. 1999. Acervo Arquivo Histórico de Joinville.

III ENIPAC
Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

DESPERTANDO OS FANTASMAS ADORMECIDOS: ESCANEAMENTO DIGITAL APLICADO AO PATRIMÔNIO CULTURAL

Ana Carolina Moura Cardoso[1]
Paulo Ivo Koehntopp[2]
Isabella Falk dos Santos[3]

Resumo: Este artigo apresenta a primeira etapa do trabalho de pesquisa em tecnologia aplicada ao patrimônio cultural, promovendo uma discussão acerca do uso do escaneamento digital em edificações históricas. Baseado no resgate da nuvem de pontos da antiga fábrica de bebidas Mayerle Boonekamp, que foi demolida em consonância à determinação da Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural (Comphaan) em 2013, o trabalho demonstra como o uso da técnica de escaneamento e reconstrução digital pode promover o resgate da memória de espaços públicos e fomentar a reflexão sobre os "fantasmas da cidade" citados por Certeau (1994). Para tanto, a investigação conta com o uso de documentação digital feita à época da demolição, por meio de *laser scanning* com precisão de 4 mm, vídeos baseados em nuvem de pontos e parte da reconstrução digital realizada com os alunos de Arquitetura e Urbanismo da Universidade da Região de Joinville (Univille), além das pesquisas bibliográficas e documentais no acervo do Arquivo Histórico de Joinville. Ao traçar o percurso inicial da trajetória de reconstrução virtual de um conjunto histórico já não mais existente na cidade, percebeu-se a necessidade de se aportar à técnica não apenas como uma alternativa para a preservação da memória, tampouco de auxílio ao projeto de restauro, mas sim a fim de verificar como a sua vinda a público pode vir a resgatar identidades e memórias da sociedade.
Palavras-chave: patrimônio cultural; escaneamento digital; reconstrução virtual; memória.

INTRODUÇÃO

A preocupação com a preservação do patrimônio cultural vem sendo motivo de inúmeras pesquisas. O processo de tombamento dos bens relacionados ao patrimônio, principalmente no que diz respeito ao patrimônio arquitetônico, nem sempre tem se mostrado eficaz como garantia da preservação do edifício ou da sua memória. A patrimonialização, por vezes, é vista como um processo impeditivo do ponto de vista da conservação do edifício, seja por suas implicações técnicas do processo de restauro, seja por seus custos elevados, ou ainda pela indisponibilização do bem imóvel para a venda. Segundo Tamaso (1998), "[a] antinomia entre domínio público e posse exprime a dificuldade de pensar o patrimônio histórico como um bem coletivo numa sociedade que privilegia a propriedade privada".

[1] Professora e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille).
[2] Professor doutor da Univille.
[3] Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo da Univille.

ISBN 978-85-8209-066-4

Nesse contexto, pretendeu-se demonstrar como novas tecnologias e ferramentais disponíveis na área de projeto arquitetônico podem auxiliar na preservação patrimonial, tanto do edifício histórico em questão neste projeto como de aspectos intangíveis das suas técnicas construtivas, promovendo o resgate da memória de espaços públicos e fomentando a reflexão acerca dos "fantasmas da cidade" citados por Certeau (1994).

Para tanto, a pesquisa conta com o uso de documentação digital feita à época da demolição, por meio de *laser scanning* com precisão de 4 mm, vídeos baseados em nuvem de pontos e parte da reconstrução digital realizada com os alunos de Arquitetura e Urbanismo da Universidade da Região de Joinville (Univille), além das pesquisas bibliográficas e documentais no acervo do Arquivo Histórico de Joinville. Ao traçar o percurso inicial da trajetória de reconstrução virtual de um conjunto histórico já não mais existente na cidade, percebeu-se a necessidade de se aportar à técnica não apenas como uma alternativa para a preservação da memória, tampouco de auxílio ao projeto de restauro, mas sim a fim de verificar como a sua vinda a público pode vir a resgatar identidades e memórias da sociedade.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O município de Joinville, maior núcleo urbano do estado de Santa Catarina, foi concebido na Europa incialmente como uma colônia agrícola (HOENICK, 2007). Na Europa, as transformações econômicas e sociais consequentes dos resultados das revoluções Industrial e Francesa entre 1789 e 1848 influenciaram diretamente a emigração para outras regiões dos europeus, que fugiam da fome e da falta de moradia e empregos (FERRARI; BORBA, 2014). O Brasil vinha sofrendo pressões quanto à interrupção de mão de obra escrava e precisava ocupar as terras do Sul do país para manter seu domínio territorial. Esses fatores foram determinantes para a criação de colônias como a de Blumenau, em 1850, e a de Joinville, em 1851, mediante o estímulo de leis de colonização desde 1830 em Santa Catarina.

Anteriormente à imigração europeia para Santa Catarina, a produção econômica dessa província caracterizava-se principalmente pela "pequena produção mercantil diversificada, com ênfase nas remessas de farinha de mandioca para o Rio de Janeiro, Salvador, Recife, etc." (CUNHA, 1982 *apud* ROCHA, 1997, p. 20). Entre os imigrantes europeus trazidos pela Sociedade Hamburguesa de Colonização, criada em 1849 por um grupo de alemães para promover a colonização, existiam pessoas de origem extra-agrícola, tais como imigrantes e intelectuais, que por intermédio de seus ofícios deram origem às primeiras oficinas, empórios e vendas de produtos agrícolas transformados (FICKER, 1965).

Santana (1998) identifica, cronologicamente, cinco ciclos econômicos na cidade de Joinville: colônia-venda, erva-mate, madeira, têxtil e metal-mecânica. Seguindo essa lógica, a formação da cidade está intimamente ligada com a sua produção industrial, uma vez que, excetuando-se o primeiro, os demais ciclos passam pela transformação de bens e produtos. Nesse contexto histórico, encontram-se a fábrica de bebidas Mayerle Boonekamp e fábrica Linhas Corrente S.A., conectadas por fatores que caracterizavam a urbanização de seu entorno como um conjunto industrial essencial para a formação primária da cidade de Joinville e do bairro Bucarein.

A fábrica de bebidas Mayerle Boonekamp foi fundada em 1892 e produzia inicialmente *bitter*, uma bebida alcóolica amarga feita de ervas. Ao contrário do que sugere o nome, seu fundador, Peter (ou Pedro) Mayerle, não era alemão, e sim ucraniano, e não falava português nem alemão quando chegou ao Brasil. O nome Boonekamp deve-se ao farmacêutico holandês que primeiro produziu o aperitivo em larga escala, utilizado até hoje, e que virou sinônimo da bebida. Esses fatos desconstroem a ideia inicial de formação identitária de uma indústria de imigrantes alemães, como a sonoridade do nome sugere.

Ao chegar a Joinville, Peter Mayerle estabeleceu-se na casa da esquina da Rua Inácio Bastos com a Avenida Getúlio Vargas. Ali montou um comércio de secos e molhados onde vendia queijos, cervejas artesanais e o *bitter*, de fabricação própria. A produção, inicialmente artesanal, foi crescendo, até que em 1909 começou a industrialização da bebida. Sua venda ganhou filiais, porém a matriz ficou famosa na cidade e era ponto de encontro dos moradores da região, funcionando até meados dos anos 1980, sob o comando do seu sobrinho Jorge Mayerle, segundo registros encontrados no Arquivo Histórico de Joinville.

Além da fábrica de bebidas, Peter Mayerle foi proprietário de uma área fabril que ia da Avenida Getúlio Vargas até o Círculo Operário, onde posteriormente fundou a Fábrica de Fósforos Mayerle e Cia., em parceria com o irmão Paul Mayerle e Heinrich Jordan. A fábrica de fósforos deixou de funcionar em 1928, após o falecimento de Markus Mayerle, genro e técnico da produção, em um acidente de trabalho. Mais tarde, Adhemar Garcia adquiriu parte da propriedade da fábrica de fósforos para a instalação da Fábrica de Carretéis Santa Theresinha S/A, que mais tarde teria o nome de Linhas Corrente.

ISBN 978-85-8209-066-4

A fábrica de carretéis utilizava a madeira abundante da região como matéria-prima e apoiava-se na facilidade de ligação com o Porto Bucarein, que distribuía a madeira vinda da região do Contestado para a fabricação de móveis, beneficiamento para a construção ou confecção de carretéis para a indústria têxtil.

> A fábrica foi se desenvolvendo com o tempo, iniciou pequena e se tornou referência nacional, destacando-se como a única no segmento no Sul do Brasil. O carretel era produzido em Joinville e enviado para a empresa Linhas Corrente em São Paulo, devido à abundância da matéria-prima (madeira) na região. A madeira foi um importante produto para a economia joinvilense, destacando-se como um dos ciclos econômicos de grande relevância da cidade (FERRARI; BORBA, 2014).

Figura 1 – Fábrica de Carretéis Santa Theresinha S/A

Fonte: Relatório de Levantamento Histórico, Coordenação de Patrimônio Cultural (CPC), Fundação Cultural de Joinville (FCJ)

O bairro Bucarein, juntamente com os bairros Itaum e Boa Vista, “constituem os mais antigos núcleos populacionais da cidade” (CORRÊA; ROSA, 1992, p. 28).

“O Bucarein acomodava um grande número de madeireiras que trabalhavam, segundo os moradores mais antigos, 24 horas por dia” (A NOTÍCIA, 2006). A região da Rua Inácio Bastos foi de extrema importância no contexto urbano no início do século XX, pois ia da atual Avenida Getúlio Vargas até a região do Porto Bucarein, o qual até a inauguração da linha férrea era o único ponto de embarque de mercadorias e passageiros (A NOTÍCIA, 2006). Logo, o conjunto composto das fábricas Mayerle Boonekamp e Linhas Corrente S/A foi de grande relevância na formação da identidade industrial da cidade de Joinville; sua arquitetura remetia às memórias fabris tanto dos funcionários como dos usuários da cidade, o que por si só já seria passível de salvaguarda.

ISBN 978-85-8209-066-4

Figura 2 – Identificação do conjunto arquitetônico Mayerle/Linhas Corrente

Fonte: adaptado do Relatório de Levantamento Histórico, Coordenação de Patrimônio Cultural (CPC), Fundação Cultural de Joinville (FCJ)

A DETERMINAÇÃO DA COMPHAAN

As discussões relacionadas ao patrimônio cultural em Joinville são mediadas pela Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural (Comphaan) do município. Criada em 1980 por intermédio da Lei n.º 1.772, a Comphaan tem como função a gestão das políticas públicas municipais de preservação do patrimônio cultural da cidade, articuladas com as legislações municipal, estadual e federal em vigor. A Prefeitura de Joinville, por meio da Fundação Cultural de Joinville (FCJ), atua com a Comphaan e desenvolve trabalhos conjuntos com outros órgãos do governo municipal e representantes da sociedade civil para a valorização, preservação e requalificação dos bens culturais de referência à memória e à história do município.

Os bens inventariados representam uma nova categoria de preservação do patrimônio cultural em Joinville. O inventário é um mecanismo de preservação previsto na Constituição Federal Brasileira e no Estatuto das Cidades semelhante ao tombamento, porém mais flexível, já que pode ser revisto ao longo do tempo[4].

Os imóveis objetos de estudo do presente artigo constavam do cadastro de Unidade de Interesse Patrimonial (UIP), analisados pela Comphaan e registrados na FCJ. Segundo levantamento realizado na Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC) da FCJ, o primeiro pedido de retirada dos imóveis do cadastro de UIP foi feito pelos proprietários da fábrica Mayerle Boonekamp. A ata n.º 465/2005 (FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE, 2005) registra: “Os proprietários pretendem mudar a fábrica de endereço, mas produção da bebida deve continuar”. Na referida ata, um membro da Comphaan afirma que “a produção da bebida é mais interessante que o prédio da fábrica”, valorizando assim mais o patrimônio imaterial contido na técnica de fabricação da bebida do que o imóvel em si. Todavia, a fábrica continha a essência do método de fabricação e suas instalações centenárias ainda abrigavam antigos barris em que a bebida era armazenada e os materiais com os quais os ingredientes eram misturados manualmente. A produção, em 2004, não passava de três mil dúzias de garrafas por ano e não pretendia aumentar (EMPRESA FAMILIAR DÁ..., 2004).

A deliberação da Comphaan, na época, foi a seguinte: “A comissão do patrimônio concede a liberação deste prédio por não apresentar elementos suficientes que justifiquem seu tombamento”.

Em 2011, outro pedido relacionado ao conjunto patrimonial industrial dessa quadra da Rua Inácio Bastos ocorreu. Tratava-se da Fábrica Linhas Corrente S.A., mantida desde 1985 pela Fauhy Investimentos LTDA., que, tendo em vista novos negócios envolvendo o terreno, solicitou a retirada do imóvel do cadastro de UIP. A Comphaan deliberou:

[4] Informações sobre a Comphaan foram obtidas no site da Fundação Cultural de Joinville, disponível em: <http://www.joinvillecultural.sc.gov.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=64&Itemid=59>.

ISBN 978-85-8209-066-4

> O imóvel em questão não apresenta aspectos arquitetônicos ou tipologia relevante a ser tombada. Todavia, por estar situada em área e eixo de formação primária da cidade, sobretudo por sua utilização industrial, apresenta aspectos históricos que devem ser referenciados e registrados. Compondo seu entorno imediato, destacamos o empreendimento Mayerle Boonekamp e Círculo Operário de Joinville. Recomendamos a retirada deste imóvel das UIP's (FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE, 2011).

Por determinação da Comphaan, foi realizado um levantamento histórico do imóvel que abrigou a empresa Linhas Corrente em Joinville, antes da sua demolição.

> Na impossibilidade da preservação de todos os imóveis da cidade, este registro histórico visa disponibilizar à sociedade joinvilense os dados mínimos sobre o contexto histórico de Joinville e da referida empresa no período relativo ao início do século XX, quando iniciou suas atividades nesta cidade até a atualidade (FERRARI; BORBA, 2014).

Assim como houve o levantamento histórico, também foi feito o levantamento fotográfico e dos dados das edificações pertencentes à fábrica Linhas Corrente, imóvel localizado na Rua Inácio Bastos, n.º 165/197, e Rua São Paulo, n.º 894, no bairro Bucarein. A empresa Adobe Engenharia realizou os registros e as plantas solicitados e para o levantamento de dados da edificação utilizou uma tecnologia nova: o escaneamento digital em três dimensões (3D), ou *laser scanning*. A empresa contratada para desenvolver o escaneamento foi a Vector Geo 4D, que possui equipamento e conhecimento específicos na área de georreferenciamento para esse tipo de levantamento. Ambas as empresas concordaram em gentilmente ceder esse material, até então apenas armazenado pela CPC, para que a pesquisa acerca do uso de novas tecnologias no patrimônio cultural pudesse ser elaborada.

O ESCANEAMENTO DIGITAL

Parte essencial do processo de reconstrução virtual da memória, o escaneamento digital, ou *laser scanning*, é o processo utilizado para obter um modelo 3D digital a partir de um objeto físico, sem passar previamente pela modelagem. O escâner emite um feixe de *laser* de um espelho rotativo em direção à área a ser varrida. Esse feixe é distribuído em uma faixa vertical de 305º e uma faixa horizontal de 360º e então refletido de volta. A distância do feixe aos objetos, definindo uma área, é calculada, bem como seus ângulos relativos vertical e horizontal. Os dados são capturados e transmitidos para o computador para o cálculo preciso de renderizações em 3D. Para o desenvolvimento deste trabalho, o escâner utilizado foi o Faro Focus 3D 120. A técnica de medição foi a de escâner livre, e priorizou-se a posição da cena para medir o máximo de detalhes, assim como para apoiar o registro em pontos coordenados com topografia. Foram escaneados cerca de 50 cenas e 160 milhões de pontos.

Após o escaneamento, fez-se a união das cenas por meio do *software* Autodesk ReCap e foram retirados os "ruídos", para a elaboração de uma nuvem de pontos completa. Cada ponto escaneado foi automaticamente fotografado e as cenas da nuvem de pontos foram unidas pelo *software*, gerando um objeto 3D quase realista.

ISBN 978-85-8209-066-4

Figura 3 – Nuvem de pontos completa Linhas Corrente

Fonte: primária

Pelo processo de escaneamento 3D é possível fazer a reconstrução virtual da edificação. Os pontos da nuvem são unidos, criando superfícies quantitativas para o processo de remodelagem tridimensional do objeto escaneado, e as informações são agrupadas em conjuntos de faces que formam o objeto no ambiente virtual. Assim, podem ser desenvolvidos estudos que envolvem todo o objeto escaneado, que passa a possuir características virtuais.

O escaneamento digital não implica perda do acompanhamento de uma equipe de profissionais especializados no projeto de restauro. Ao contrário, a técnica possibilita um levantamento de dados tão preciso que demonstra que a realidade das construções não trabalha em linha reta. Os abaulamentos e as deformações causados pelo tempo são evidenciados, muito mais do que em levantamentos feitos à trena, e cabe aos profissionais da arquitetura e do patrimônio definirem quais elementos são relevantes ou não para o projeto. Da mesma forma, objetos escondidos por detrás de outros não são escaneados, solicitando à equipe de reconstrução virtual que se tomem as decisões necessárias na modelagem.

Figura 4 – Nuvem de pontos com remodelagem de fachada

Fonte: primária

O RESGATE DA MEMÓRIA

No ano de 2013, por determinação da Comphaan, o conjunto de imóveis Mayerle/Linhas Corrente foi demolido para dar lugar a um supermercado no local. Na ocasião da demolição houve inúmeras manifestações populares acerca da preservação do patrimônio industrial da cidade. Uma das manifestações mais contundentes e com grande reverberação nas redes sociais foi o artigo escrito no *blog* Chuva Ácida, sobre a fábrica de *bitter* Mayerle Boonekamp:

ISBN 978-85-8209-066-4

> Para as pessoas que vivem a cidade e percebem os seus traços e as suas histórias, a derrubada do prédio da Mayerle Bonnekamp foi um crime. Foi uma espoliação de parte de suas identidades. Foi uma privação da capacidade de ver e lembrar não somente a cidade (em um comparativo de como era e como é), mas suas próprias vaidades. Foi cambiar o cheiro daquela deliciosa bebida amarga, que reunia amigos em botecos na cidade inteira, por pó e concreto desabados. Foi sentir o dinheiro esmagando a necessidade de se olhar para trás, para se entender o presente. Foi ver a Joinville que não queremos. Foi ver uma Joinville sem controle e sem dono. Foi ver uma Joinville morrer (VOOS, 2013).

Observando-se as manifestações populares acerca da demolição ocorrida, são feitos alguns questionamentos sobre a importância da determinação, ou não, da patrimonialização de edificações que compõem a identidade cultural de um espaço urbano. A Constituição Federal no artigo 216 estabelece que o patrimônio cultural é composto dos bens materiais e imateriais que se referem à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (BRASIL, 1988). Nesse ínterim, cabe lembrar que Joinville se identifica como industrial e que o conjunto Mayerle/Linhas Corrente fazia frente com quase meio quarteirão de duas das ruas mais movimentadas da cidade, de extrema importância no contexto urbanístico e histórico da formação primária da região. Haveria, então, certa sensação de pertencimento popular a respeito da paisagem urbana demolida?

Os conceitos de pertencimento da cidade de Certeau (1994) são mais próximos dos conceitos estudados na arquitetura e no urbanismo por Lynch (1960) e Jacobs (2000). Certeau (1994) traz um olhar além do urbano e social: um olhar para o passado. Quando discorre sobre os “fantasmas da cidade” como “lapsos de uma linguagem que ninguém conhece” e “testemunhos de uma história que, ao contrário daquelas dos museus e dos livros já não tem mais linguagem” (CERTEAU, 1994), surgem os questionamentos do arquiteto no que concerne à patrimonialização da cidade. Se as perguntas são para quê e para quem, cabe reestruturar a ótica sob a qual é visto o processo de restauro e formular mais uma pergunta: como?

Analisando a determinação da Comphaan quanto à demolição do imóvel mediante registros realizados tanto do ponto de vista histórico quanto do arquitetônico, percebe-se a preocupação com a salvaguarda da memória desse espaço construído. Segundo Ferrari e Borba (2014), como uma forma de preservar o patrimônio cultural (mais que a permanência das estruturas arquitetônicas), o registro dos bens possibilita a conservação da memória, das representações e dos diferentes usos criados pela cidade. O mecanismo de registro de bens patrimoniais é um importante instrumento de cidadania e de acesso à história do lugar. Certeau (1994, p. 201) afirma em suas discussões que “a cidade é o teatro de uma guerra de relatos”. Sendo assim, é necessário que a restauração venha em socorro desses relatos. Faz-se isso “registrando e difundindo as memórias que se contam no padeiro, no café ou em casa. Mas isso é feito arrancando-se dos seus lugares” (CERTEAU, 1994, p. 201).

Dessa maneira, preservar o patrimônio edificado implicaria necessariamente o mantimento físico do espaço histórico em questão? As ferramentas de escaneamento e reconstrução digital poderiam salvaguardar memórias, registrando-as para sua posterior reconstituição? A técnica utilizada nos registros de memórias da fábrica Linhas Corrente S/A demonstra que isso é possível, no entanto é preciso abrir a discussão acerca do modo como esses registros são realizados e de como virão a público. No caso do conjunto industrial Mayerle/Linhas Corrente, o registro histórico realizado pelas historiadoras Cibeli Piva Ferrari e Fernanda Mara Borba (2014) abrangeu apenas a fábrica Linhas Corrente S/A, deixando de fora a riquíssima história material e imaterial da fábrica de bebidas Mayerle Boonekamp. Assim foi feito não porque esse registro não fosse importante, mas por os imóveis terem sido analisados separadamente, em momentos distintos.

Ainda inferindo sobre os registros digitais e históricos, se esses relatos, arrancados de seus lugares, não vierem a público, se não forem usufruto da sociedade, como caberiam nos registros os resgates de memória?

“As construções restauradas constituem, de forma histórica e não mais geográfica permutadores entre memórias estranhas. Esses *shifters* asseguram uma circulação de experiências coletivas ou individuais. Desempenham um papel importante na polifonia urbana” (CERTEAU, 1994, p. 195).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O recorte inicial do projeto de pesquisa em tecnologia aplicada ao patrimônio cultural do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille demonstra como o uso da técnica de escaneamento e reconstrução digital pode promover o resgate da memória de espaços públicos e fomentar a reflexão acerca dos “fantasmas da cidade” citados por Certeau (1994).

ISBN 978-85-8209-066-4

O registro histórico de bens culturais edificados procura garantir a todos o direito de apropriar-se de sua significação e possibilitar sua releitura. Com o uso de tecnologias já aplicadas no campo da arquitetura, é possível salvaguardar não só a história do lugar, mas sua memória visual de forma virtual, trazendo novamente à sociedade seu sentido de pertencimento. Para isso, faz-se necessário que haja interação entre os agentes sociais que utilizam o espaço urbano e seu espaço de fato. A significação e o sentido de pertencimento de uma cidade que se identifica como industrial podem ser trazidos à tona mediante reconstruções virtuais interativas.

A apropriação apresenta-se então como foco principal nesse processo de ressignificação e reapropriação dos espaços patrimoniais pela cidade. O projeto de pesquisa como um todo pretende contrapor real e virtual sincronicamente, de forma a contribuir para que os atores sociais possam conhecer os espaços em que passado e presente se encontram, fomentando as discussões acerca do modo como os bens são patrimonializados.

REFERÊNCIAS

A NOTÍCIA. Joinville, p. 10-11, 27 ago. 2006.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituição.htm>. Acesso em: 6 mar. 2017.

CERTEAU, Michel. Os fantasmas da cidade. *In*: _____. **A invenção do cotidiano 1:** artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CORRÊA, Roseana Maria; ROSA, Terezinha Fernandes da (Coordenador). **História dos bairros de Joinville. Joinville.** Gráfica Círculo, 1992.

EMPRESA FAMILIAR DÁ CERTO. **A Notícia**, Joinville, p. 20, 29 mar. 2004. AN Cidade.

FERRARI, Cibele P.; BORBA, Fernanda M. As histórias sobre a antiga fábrica Linhas Corrente (Joinville): um patrimônio registrado. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM PATRIMÔNIO CULTURAL, 2., Joinville, 2014. **Anais**... Joinville, 2014.

FICKER, Carlos. História de Joinville. **Subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca**. Joinville: Impressora Ipiranga, 1965.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE. Coordenação de Patrimônio Cultural (CPC)/Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural (COMPHAAN). **Ata n.º 465/2005**. 2005.

_____. **Deliberação n.º 123.11**. 14 set. 2011.

HOENICKE, Nilzete Farias. **O Distrito Industrial de Joinville / SC (1975-2007): análise crítica e propositiva**. 2007. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional)–Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LYNCH, Kevin. **The image of the city**. Cambridge: The MIT Press, 1960.

ROCHA, Isa de Oliveira. **Industrialização de Joinville:** da gênese às exportações. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

SANTANA, Naum Alves de. **A produção do espaço urbano e os loteamentos na cidade de Joinville (SC)** – 1949/1996. Dissertação (Mestrado em Geografia). Florianópolis: UFSC, 1998.

TAMASO, Izabela. Preservação dos patrimônios culturais: direitos antinômicos, situações ambíguas. **Anuário Antropológico 98**, Rio de Janeiro, p. 11-50, 1998.

VOOS, Charles Henrique. Adeus, Mayerle Boonekamp. **Chuva Ácida**, 6 jun. 2013. Disponível em: <http://www.chuvaacida.info/2013/06/adeus-mayerle-boonekamp.html>. Acesso em: 23 jan. 2017.

III ENIPAC
Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, ARQUIVOS E COMUNIDADE ESCOLAR: UMA APROXIMAÇÃO INDISPENSÁVEL

Railane Antunes Pereira[1]

Resumo: Este trabalho teve por objetivo central colocar em foco os benefícios da aproximação entre arquivo e escola e os obstáculos encontrados nessa relação. Compreendendo que os arquivos são parte significativa do patrimônio da sociedade e que seus acervos podem ser ricos no processo de ensino e aprendizagem escolar, a intenção deste é expandir o uso dos arquivos, para valorizar essas instituições e seus acervos, promovendo benefícios tanto para a comunidade escolar quanto para a instituição de guarda, destacando a importância do patrimônio documental e a necessidade da conscientização para a preservação desses espaços. Para isso, a análise de memória e patrimônio foi aprofundada, a fim de inserir o arquivo nesse contexto e apresentar a sua relevância em termos culturais, apontando a educação patrimonial como modo de projetar esses espaços de forma massificada. Pontuam-se os ganhos em usar os arquivos para o processo de ensino e aprendizagem da disciplina de História. Assim, utilizou-se como objeto de estudo o Arquivo Nacional, instância mais importante no âmbito de arquivos, e analisaram-se suas políticas de difusão, sua proximidade com a comunidade escolar e seu atendimento a esse público. Como resultado, viu-se uma instituição completamente desvinculada do cenário cultural. Suas políticas de difusão são insuficientes para apresentar sua relevância para a sociedade, e sua aproximação com a comunidade escolar ainda está longe de uma relação de contribuição mútua. Ressalta-se como consideração final o fomento da difusão para a preservação daqueles espaços e a aproximação da escola como grande aliada para a manutenção e valorização do seu uso.
Palavras-chave: educação patrimonial; arquivo; ensino de História.

INTRODUÇÃO

A educação patrimonial vem sendo valorizada cada vez mais no ambiente escolar, como forma de inserir os alunos no contexto sociocultural de sua comunidade e também para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem. Conhecer os patrimônios, que são elementos culturais de referência identitária, é conhecer a si. Portanto, a educação patrimonial torna-se ferramenta de valorização e preservação cultural.

Museus, bibliotecas, centros culturais e espaços de memória vêm sendo progressivamente mais explorados pela comunidade escolar na perspectiva da educação patrimonial. Em contrapartida, os arquivos

[1] Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estácio de Sá (Unesa), mestre em História e bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), professora de História pelo município do Rio de Janeiro e pesquisadora do *Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia* (IBICT).

ISBN 978-85-8209-066-4

públicos estão aos poucos ficando mais distantes dessa realidade, sendo explorados por um público específico e caindo em desuso pela sociedade.

Os projetos e as atividades voltados à educação patrimonial, em sua maioria, estão relacionados a espaços como museus, monumentos, centros culturais etc., contudo há um grande déficit de projetos com foco em espaços como os de arquivos. Estes, apesar de abrigarem a memória documental de uma sociedade ou grupo social, são negligenciados na escolha por parte da escola e dos professores ao abordar essa temática, o que fez refletir: por qual razão os arquivos não são inseridos como ferramenta em auxílio ao ensino, à aprendizagem e à construção social? Fato é que os arquivos não seguiram o fluxo de outros espaços que aderiram ao movimento da memória nem se consolidaram como espaços de memória perante a sociedade, e isso está ligado diretamente à manutenção de uma visão que sacraliza os acervos e delimita o acesso.

Dessa forma, este trabalho teve por objetivo analisar os benefícios e os obstáculos que compreendem a utilização dos arquivos pela comunidade escolar, tendo por objeto de análise o Arquivo Nacional, haja vista que ele é o expoente em guarda, preservação e políticas de difusão em arquivo no Brasil, para verificar suas políticas de acesso e difusão para a comunidade escolar.

Com o intuito de compreender melhor o papel social do arquivo, recorreu-se ao longo deste trabalho ao diálogo teórico sobre memória e patrimônio, destacando suas relações com a sociedade e sua relevância no panorama nacional.

Fez-se uma reflexão acerca do auxílio da educação patrimonial para o ensino e a aprendizagem de História, apontando benefícios significativos nessa parceria, bem como os ganhos do ensino da disciplina com a utilização dos recursos do patrimônio documental.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA

A educação patrimonial passa a emergir como fundamental para a “compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido” (ORIÁ, 2017) o indivíduo. Sua relevância e função social são indispensáveis no processo de escolarização.

Segundo a conceituação de Horta (1999, p. 6) sobre educação patrimonial,

> trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e os adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Esse instrumento de alfabetização cultural a respeito do mundo que rodeia o indivíduo passa a ser fundamental para a construção identitária dele. A negligência de tal conhecimento faz com que o indivíduo não consiga se perceber parte daquela construção, causando grandes prejuízos. Benveniste (1991) diz que é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito, e os patrimônios são mais uma forma de linguagem, pela qual aquela/uma sociedade se comunica e partilha seus referenciais. Logo, é preciso ensinar a leitura desses espaços patrimoniais.

Um dos principais problemas/objetivos apontados para o ensino de História é estimular as habilidades necessárias para que o aluno compreenda que a disciplina não é apenas decorar fatos. Com a ajuda da educação patrimonial, os alunos conseguiriam verificar, na prática, tudo que é trabalhado e demonstrado por meio das leituras e aulas, criando possibilidades cognitivas de aprendizagem que auxiliariam na sua formação escolar e cidadã.

O trabalho com fontes primárias é recomendado até mesmo pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, l997). O contato com tais fontes pode aperfeiçoar a análise crítica do aluno e consolidar conhecimentos que ele só seria capaz de fazer pela abstração. E não há lugar mais rico de fontes primárias que o acervo de um arquivo. O professor conseguiria transportar o aluno para dada época e realidade e utilizar esse recurso para desenvolver seu conteúdo.

ISBN 978-85-8209-066-4

Existem infinitas possibilidades de uso desse acervo, não apenas para o ensino e aprendizagem da disciplina História. O uso interdisciplinar de tais acervos pode estimular outras habilidades, como a espacial e a linguística. O aluno, por exemplo, ao entrar em contato com o patrimônio, passa a criar vínculo com esse patrimônio e, juntamente com o ensino, ele ressignifica seu uso. A utilização do acervo também contribuiria para a conservação e preservação daquele patrimônio, pois, se não há reconhecimento dos bens patrimoniais, tampouco será relevante a manutenção dele. Só há preservação quando se tem consciência da importância e da contribuição para a sua formação.

> A difusão da cultura da preservação exige o contato sistemático dos cidadãos com os bens culturais e naturais, dos estudantes com as atividades relacionadas a essa questão, em particular, com as pesquisas efetuadas por historiadores, arqueólogo, arquitetos, restauradores, geógrafos, ambientalistas, ecologistas e demais especialistas devotados a resguardar o patrimônio (PELEGRINI, 2009, p. 113).

A educação patrimonial colaboraria para os processos de valorização da cultura, construção histórica temporal e preservação dos espaços de memória. Dessa forma, ela se apresenta como dinamizadora e consolidadora da aprendizagem, bem como estimuladora de um compromisso ético e cidadão para formação socioidentitária da comunidade, responsável pela integração e comunicação do indivíduo com seu meio social. Incentivá-la é uma obrigação e um compromisso que todo professor deve assumir no seu fazer profissional.

Utilizar arquivos para incentivar a educação patrimonial é abrir espaço para mais um caminho de aprendizagem, que pode se mostrar muito frutífero para a formação do sujeito.

> O fato de o documento de arquivo apresentar essas características – ser prova ou evidência de uma ação e ser em grande parte escrito, pelo menos no que diz respeito a documentos de arquivos de administração pública – torna a sua exploração ainda mais interessante para atividades de ação educativa. É grande o aprendizado que se pode obter a partir de um trabalho com documentos de arquivo escritos, em termos de construção de saberes lingüísticos, históricos e de cidadania, já que os documentos refletem a administração pública de uma cidade, estado ou país, e envolvem questões de direitos e deveres entre governo e cidadãos (FRATINI, 2009, p. 6).

Arquivos como o National Archives and Records Administration (Nara), nos Estados Unidos, trabalham com a perspectiva pedagógica, disponibilizando em seu sítio digital recursos para professores utilizarem seus acervos. Tal prática vem se mostrando promissora e sendo adotada como estratégia pelos principais expoentes de arquivos no mundo, com o intuito de aproximar cada vez mais o público escolar dos arquivos e para promoção, difusão e preservação de seus acervos.

Entender o arquivo como patrimônio documental ligado a demandas político-sociais de indivíduos e grupos, e não apenas como “meros espaços de guarda para documentos antigos”, transforma sua ação informacional. Imbuído de responsabilidade em relação à sociedade, o arquivo deve repensar suas políticas de acesso e aproximar-se ainda mais da comunidade escolar.

ARQUIVO: LUGAR DE MEMÓRIAS

Trabalhou-se com a noção de lugares de memória desenvolvido por Pierre Nora (1981) para melhor compreender o papel social de instituições de arquivo. O autor define que lugar de memória pode ser qualquer coisa, como arquivos, museus, estátuas, datas comemorativas etc., porém esse lugar de memória deve apresentar o que Nora (1981) chama de aura simbólica, isto é, vontade de memória. Sociedades ou grupos precisam se identificar com esses lugares, atribuindo-lhes significados.

O historiador classifica os lugares de memória em: lugares materiais, em que a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; lugares funcionais, porque têm ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas; e lugares simbólicos, nos quais essa memória coletiva se expressa e se revela.

> Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. E por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. (NORA, 1993, p. 13).

ISBN 978-85-8209-066-4

Construímos lugares de memória para reter o que não conseguimos mais individualmente. Halbwachs (1990) afirma que, para lembrar, o indivíduo precisa do outro. Dessa forma, segundo o autor, ao se distanciar do grupo de referência de uma dada memória, o ato de lembrar torna-se difícil, pois o distanciamento dos pilares memoriais acaba levando à fragmentação daquela memória. À medida que essa memória vai se fragmentando, passamos a acumular os vestígios dela, para que não se percam nossas matrizes referenciais.

A memória torna-se, segundo Pollak (1992), elemento constituinte do sentimento de identidade. Não é por acaso que a história se aproxima cada vez mais da antropologia cultural para compreender a construção de identidade e se aprofunda progressivamente nos estudos de memória.

A memória galga um patamar de destaque nas interações sociais e consolida-se no campo da ciência, desdobrando-se para o espaço político e de relação da sociedade com o seu passado, movimento que também está presente nas políticas de arquivos e na forma como estes se posicionam perante as novas demandas de variados grupos da sociedade.

O fenômeno de *boom* memorial afeta diretamente os arquivos e sua relação com o público geral. Seu acervo não está mais voltado nem focado a servir como prova para administração pública ou para pesquisas acadêmicas; ele passou a servir a essas demandas de memória, em que se faz necessário repensar suas políticas de difusão de acervos e sua integração com a sociedade.

> Os arquivos públicos existem com a função precípua de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais originados na área governamental, transferindo-lhes informações de modo a servir ao administrador, ao cidadão e ao historiador. Mas, para além dessa competência, que justifica e alimenta a sua criação e desenvolvimento, cumpre-lhe ainda uma atividade que, embora secundária, é a que melhor pode desenhar os seus contornos sociais, dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primeiro. Trata-se de seus serviços editoriais, de difusão cultural e de assistência educativa. (BELLOTTO, 2006, p. 227).

O espaço do arquivo e seu acervo só servirão como referencial de lugar de memória pela sociedade caso correspondam as suas representações e neles sejam encontrados a “áurea simbólica”.

ARQUIVO NACIONAL: UM PANORAMA

O Arquivo Nacional, situado no município do Rio de Janeiro, carrega as marcas da história do Brasil. Constituído ainda na época do Império, ele foi fundado em 1838 como Arquivo Público do Império, ligado à Secretaria de Estado dos Negócios do Império, com a finalidade de salvaguardar documentos dos poderes executivo, moderador e legislativo. Possuía três sessões: legislativa, administrativa e a sessão de arquivos históricos[2].

Ocupa posição central no Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (Siga), que é responsável por controlar as atividades de gestão de documentos de arquivos no âmbito de entidades e órgãos da administração pública federal. O Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) também é vinculado as suas responsabilidades e responsável por definir a política nacional de arquivos públicos e privados, exercendo orientações normativas. Dessa forma, o Arquivo Nacional integra o Sistema Nacional de Arquivos (Sinar), responsável por implementar o que foi definido pelo Conarq, visando à preservação, à gestão e ao acesso aos documentos de arquivo no âmbito nacional.

Conhecido por ser o “guardião de memória” do Estado-nação, o Arquivo Nacional abriga, juntamente com sua coordenação regional, no Distrito Federal, mais de 55 km em documentos textuais, sendo estimado 1,79 milhão de acervos ligados a outras tipologias documentais, como mapas, fotografias, filmes etc. Entre esse amplo acervo, encontram-se documentos da formação do Brasil, incluindo arquivos trazidos pela corte de D. João VI que remetem a nossa antiga metrópole.

É nesse cenário rico e de destaque que se inscreve o Arquivo Nacional, sendo o principal difusor de políticas para arquivos no país e possuindo vasto e precioso acervo que remonta à história do Brasil. Assim, ele foi escolhido por sua relevância no contexto nacional e por perceber-se que o estímulo de ações pedagógicas no tocante a ele pode repercutir em ações políticas e servir como referência a outros arquivos.

[2] Informações retiradas do site: <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=3>.

ISBN 978-85-8209-066-4

POLÍTICAS DE DIFUSÃO E PRESERVAÇÃO DO ARQUIVO NACIONAL

No campo da difusão e preservação, o Arquivo Nacional conta com a Coordenação Geral de Processamento e Preservação do Acervo, a Coordenação Geral de Acesso e Difusão Documental e ainda com a Coordenação de Pesquisa e Difusão de Acervo.

A Coordenação Geral de Acesso e Difusão Documental cuida das relações externas com outros arquivos, buscando difundir em meios nacional e internacional o acervo e a bibliografia do Arquivo Nacional. Ela cuida dos interesses brasileiros para reconhecimento nos processos de memória mundo e trata das políticas de promoção do Arquivo Nacional. É responsável por cuidar do *site* da instituição e também da visitação de autoridades e do público em geral.

Já a Coordenação de Pesquisa e Difusão de Acervo auxilia a Coordenação Geral de Acesso e Difusão Documental. A ela compete fazer pesquisas de caráter histórico-cultural para possíveis publicações e exposições que promovam o acervo da instituição. Compete também a organização de seminário e mesas, bem como conceber e planejar programas de caráter pedagógico. Essa última função talvez seja a mais relevante para este trabalho, pois há preocupação de caráter mais pedagógico, e não apenas científico, na promoção e difusão do acervo.

Em primeira análise, buscaram-se no *site* do Arquivo Nacional as formas de difusão promovidas por ambas as coordenações. Segue a lista do que foi encontrado voltado a esse aspecto:

- Revista *Acervo*: é uma revista impressa e também disponibilizada por meio digital sempre regida por uma temática. Ela é publicada semestralmente e divulga estudos e fontes nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas, especialmente arquivologia. Prioriza os trabalhos que são realizados com o acervo institucional, podendo ser em forma de resenha, artigo livre, documento ou dossiê;
- Exposições virtuais: consiste em difundir o acervo e os projetos culturais no formato digital. Algumas das exposições virtuais coincidem com as exposições físicas da instituição;
- Sítios eletrônicos de pesquisa: são ligados ao Arquivo Nacional e focados em algumas temáticas que disponibilizam as fontes para busca daqueles assuntos. Até a data de 17 de julho de 2016, os seguintes endereços eletrônicos estavam ativos:
    1) Programa de Pesquisa Memória da Administração Pública Brasileira: http://linux.an.gov.br/mapa/;
    2) O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira: http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home;
    3) Centro de Informações de Acervos dos Presidentes da República: http://www.an.gov.br/crapp_site/default.asp;
    4) Roteiro de Fontes do Arquivo Nacional para a História Luso-Brasileira: http://www.an.gov.br/anac/index.asp;
    5) Censo de Arquivos Brasileiros: Públicos e Privados: http://www.arquivonacional.gov.br/media/Projeto%20Censo-%20Publique%20final.pdf;
    6) Retratos Modernos: http://www.an.gov.br/retratosmodernos/.

No *site* podemos encontrar a plataforma de base de dados do Arquivo Nacional, chamada *Sistema de Informações do Arquivo Nacional* (Sian), porém ela não é gerenciada diretamente por essas coordenações.

Apesar do esforço demonstrado para difusão, ainda há pouco impacto na sociedade em geral por essas ações, tampouco é visto o caráter pedagógico nesses projetos, algo que até mesmo faz parte das atribuições da Coordenação de Pesquisa e Difusão de Acervos.

As ações internas também são pouco difundidas e não produzem resultados eficazes. Os poucos seminários e oficinas promovidos pelo setor são voltados para profissionais da área. As exposições físicas não são bem promovidas e acabam não obtendo um quantitativo de público razoável.

À Coordenação Geral de Processamento e Preservação do Acervo, em suas competências, estão dispostos os procedimentos técnicos para preservação. Não se leva em conta que preservar também é difundir. Um conjunto documental que é mais acessado tem mais visibilidade e para sua manutenção é disponibilizado mais recursos, no entanto o intercâmbio de informação entre o setor de preservação e de difusão parece não considerar isso. Percebemos nas exposições e promoções do acervo visões diferentes da Coordenação Geral de Processamento e Preservação do Acervo e da Coordenação de Difusão. Parece não haver sincronia entre ambas para promover um conjunto documental em comum. Enquanto uma

ISBN 978-85-8209-066-4

preserva determinados conjuntos, a outra difunde outros, fato este que pode ser constatado entre os conjuntos que foram retirados de consulta para tratamento técnico interno e externo e que não foram antes nem depois difundidos ou promovidos.

O trabalho feito pelo setor de preservação digital vem oportunizando mais contato com o acervo do Arquivo Nacional, porém o processo é demorado, e, como não tem retorno financeiro, a instituição precisa priorizar conjuntos com maiores demandas.

Outra coordenação importante é a de Consulta ao Acervo. Tal setor tem papel muito importante para as políticas de preservação e difusão, já que tem mais contato com o público e a sociedade em geral. É dele que saem os relatórios quantitativos e qualitativos de busca no acervo que direcionam, ou deveriam direcionar, as ações para promoção, acesso e preservação. Também é ele que atualiza ou implanta os instrumentos de pesquisa de acordo com a necessidade dos usuários.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração nas políticas de difusão e preservação é a estrutura hierárquica a que o Arquivo Nacional é submetido. Ele é ligado ao Ministério da Justiça, por razões de cunho histórico e político. Essa ligação é um tanto contraditória se pensarmos no papel do Arquivo Nacional e nos objetivos e nas funções do Ministério da Justiça. Apesar de garantir uma parte orçamentária à instituição, não podemos dizer que dois dos objetivos/preocupações do Ministério da Justiça são a difusão e a preservação do acervo do Arquivo Nacional. Essa associação acabou distanciando a instituição dos projetos e propósitos do Ministério da Cultura. Hoje já se debate a possibilidade de um alinhamento entre o Arquivo Nacional e a pasta de projetos da Cultura e Educação. Compreende-se que tal aproximação pode trazer grandes benefícios à sociedade em geral, pois o Arquivo Nacional passaria a ser, de certa forma, mais reconhecido como instituição de promoção cultural.

ARQUIVO NACIONAL E COMUNIDADE ESCOLAR

Foi realizado um levantamento junto a instituição sobre sua relação com a comunidade escolar, para melhor análise do panorama. Os dados levantados foram informados pelo setor de Promoção Institucional.

Com base no ano de 2015, o Arquivo Nacional teve 1.096 visitantes de 67 instituições diferentes. Apontam-se como principais usuários as escolas de ensino profissionalizante (Espro Ensino Social Profissionalizante, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai, *Centro de Integração Empresa Escola* – CIEE, e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac), também estudantes universitários e profissionais da área de arquivo. O número de visitas de escolas de ensinos fundamental e médio no ano de 2015 foi de apenas cinco, um número muito baixo, para uma instituição com um acervo tão rico. Em relação ao número de atendimento de arquivos como Nara, o número foi muito inferior: no mês de maio de 2016, recebeu 26 escolas de ensinos fundamental e médio, número muito maior ao resultado anual do Arquivo Nacional.

Perguntaram-se o tipo de atividade realizado na visitação desse público e os setores a que eles têm acesso. O procedimento padrão é que os alunos sejam direcionados ao auditório e assistam a um filme que fala da instituição, da estrutura e dos trabalhos desenvolvidos. Esse filme é padrão, não variando de acordo com o público. Após o filme, os alunos são guiados para o local de exposição, e a curadora costuma orientá-los durante a visita. Nas exposições ocorre o contato com o acervo da instituição; algumas vezes os documentos ali expostos são os originais.

Entretanto a exposição nem sempre está voltada para temas escolares. A linguagem dela, apesar de abrangente, não é direcionada para o público do ensino básico.

As visitas costumam durar aproximadamente duas horas, e os únicos espaços de acesso são o auditório, a sala de exposição e o pátio interno. Outros setores são restritos e apenas abertos para visitação em algum projeto específico de profissionais ou estudantes da área de arquivo.

Outra preocupação é a disponibilização de algum material para esse público, porém o que se oferece são fôlderes da instituição e da exposição. Para o público especializado se ofertam outros materiais, como a revista *Acervo*.

O Projeto Arquivo em Cartaz foi apontado como o de mais interação entre alunos do ensino fundamental/médio e o Arquivo Nacional. É feita a exibição de filmes e também a promoção da Mostra de Arquivos do Amanhã, que consiste em reunir documentos produzidos pelos alunos que documentem eventos, fatos, lugares, costumes e tradições, fomentando a valorização da cultura e a preservação da memória.

Não são ofertadas oficinas para professores ou alunos do ensino básico, para promoção e aproximação da instituição. Arquivos como o National Archives of Australia, além de oferecer roteiros de aula utilizando fontes de seu acervo, promovem oficinas e cursos para professores desenvolverem projetos junto a instituição.

ISBN 978-85-8209-066-4

O Nara tem uma equipe voltada a receber e promover a instituição para o meio educacional. No Arquivo Nacional, não é visto esse esforço. Informou-se que há divulgação das exposições quando elas são inauguradas, porém as exposições não são adequadas para receber esse perfil de usuário. Ainda, foi dito que não há nenhum preparo para atendimento ao público escolar. A estrutura física e a política não são apropriadas para receber esse público, necessitando repensar o Arquivo Nacional a questão do acesso das escolas.

No *site*, a parte de sítios eletrônicos de pesquisa – Roteiro de Fontes do Arquivo Nacional para a História Luso-Brasileira – é o único local que atende à demanda escolar. Nele há temas pertinentes aos conteúdos da disciplina de História e a aba Sala de Aula, que sugere temas para pesquisa, informa conjuntos e itens documentais que podem ser usados, bem como transcreve alguns documentos para facilitar a atividade. Todavia, esse sítio de pesquisa foi feito em parceria com a Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental, além do auxílio da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), por convênio com o Conselho Nacional de Arquivos. Essa iniciativa não é vista em outros sítios eletrônicos de pesquisa organizados pelo Arquivo Nacional.

Esse exemplo deveria ser seguido em outros projetos e até mesmo para as exposições físicas e digitais, pois apesar de ser muito interessante e ter grandes possibilidades de uso para o ensino e aprendizagem, não fornece linguagem nem formatos para serem trabalhados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as devidas reflexões, compreende-se que a aproximação dessas entidades é indispensável. Uma, enquanto entidade formadora de cidadãos, não pode abrir mão de apresentar aos seus alunos o patrimônio construído pela sociedade que os rodeia, por ser imperativa a sua formação sociocultural. A outra, por guardar o patrimônio documental produzido por aquela sociedade, deve servir a essa comunidade a fim de cumprir seu papel social e principalmente se manter ativa e valorizada por ela. Ambas produzem benefícios significantes: enquanto o arquivo vai servir de ferramenta para ensino, aprendizagem e formação identitária, a comunidade escolar será o veículo de promoção de preservação de seus acervos.

Entretanto, conforme demonstrado ao longo deste trabalho, a entidade mais relevante no cenário de arquivo não realiza interação eficiente em seus espaços.

Acredita-se que essa aproximação só trará benefícios para ambos os lados. O Arquivo Nacional é muito rico de informação e uma ferramenta em potencial para ser explorada pelas escolas. Ao mesmo tempo, ele pode captar recursos para realizar tais projetos e preservar seu acervo.

A utilização de seus acervos no processo de ensino e aprendizagem da disciplina de História pode ser um ganho muito benéfico para a construção de um aluno crítico e ciente das responsabilidades de preservação da memória de sua sociedade. Os acervos têm muitas possibilidades de uso até mesmo por outras disciplinas, que podem empregá-los para promover a aprendizagem de seus conteúdos.

De todo modo, ainda há muito o que modificar. A própria postura do Arquivo Nacional precisa ser adaptada, pois ainda se sacralizam os documentos. Dar acesso parece não ser um hábito, e sim uma quebra em sua rotina. A proteção que quer exercer acaba por ocultar o documento e a sua informação.

Quando perguntado aos funcionários da instituição o que eles acham que deveria melhorar para haver mais interação entre arquivo e escola, eles afirmaram que as escolas deveriam ter mais interesse em realizar essas visitas, não ponderando se os serviços oferecidos são interessantes para aquele público.

As escolas também precisam trabalhar a cultura da educação patrimonial, indispensável para a formação discente, e inserir os alunos no conjunto referencial de memória e identidade da sociedade. Precisam usar esses espaços e se apropriar deles para completar a formação desses alunos. É necessário um esforço das duas partes.

O Arquivo Nacional, por ser o responsável pelas políticas de arquivo, tem de olhar para o formato de difusão que utiliza e repensar seu papel social. Enquanto ele continuar se projetando para um público mais especializado, não conseguirá o reconhecimento nem a valorização por parte da sociedade em geral, e seu acervo continuará oculto da sociedade que o produziu.

Acredita-se que este trabalho possa dar projeção ao tema. Espera-se que contribua com outros estudos e que esse tema continue sendo discutido para gerar uma real modificação na postura dessas instituições. Nosso patrimônio, seja ele de qual formato for, precisa atender à sociedade que o criou, para que esta sempre se identifique com ele. Uma sociedade que não se reconhece em seus patrimônios nem em sua memória não consegue de fato ser uma sociedade.

ISBN 978-85-8209-066-4

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/>.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BENVENISTE, Émile. Estrutura das relações de pessoa no verbo. *In*: _____. **Problemas de lingüística geral I**. 3. ed. São Paulo: Pontes, 1991.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Currículos e Educação Integral, 2013.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

FRATINI, Renata. Educação patrimonial em arquivos. **Histórica**, São Paulo, n. 34, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Iphan/Museu Imperial, 1999.

NATIONAL ARCHIVES. Disponível em: <https://www.archives.gov/>.

NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRALIA. Disponível em: <http://www.naa.gov.au/>.

NORA, Pierre. **Entre memória e história:** a problemática dos lugares. São Paulo: PUC, 1981.

ORIÁ, Ricardo. **Educação patrimonial:** conhecer para preservar. Disponível em: <http://www.educacional.com.br/articulistas/articulista0003.asp>. Acesso em: 23 jan. 2017.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio cultural:** consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, 1992.

III ENIPAC
Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

HISTÓRIAS DE VIDA E PATRIMÔNIO CULTURAL: DESAFIOS DO MUSEU DA PESSOA

Maureen Bartz Szymczak[1]
Raquel Alvarenga Sena Venera[2]

Resumo: Este artigo é uma comunicação da pesquisa de dissertação *Histórias de vida e patrimônio cultural: desafios do Museu da Pessoa*, que nasceu como um desdobramento da investigação *Memórias múltiplas e patrimônio cultural em rede: o desafio (auto)biográfico diante da ameaça da perda*, do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille), que, pela parceria com o Museu da Pessoa, investe no argumento de que as histórias de vida de pessoas comuns podem ser valorizadas e afirmadas como patrimônio cultural. A pesquisa busca analisar os sentidos que as histórias de vida assumem no espaço do Museu da Pessoa e tem por objetivo problematizá-las entendendo-as como patrimônios culturais no jogo do reconhecimento de memórias e identidades no contexto contemporâneo. Novas percepções e práticas estão se configurando no campo do patrimônio e, por meio deste trabalho, buscamos problematizar os sentidos de legitimidade que estão compreendidos na concepção de que histórias de vida de pessoas comuns podem ser valorizadas e afirmadas como patrimônio cultural.
Palavras-chave: patrimônio cultural; histórias de vida; Museu da Pessoa; memória; identidade.

INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte da pesquisa de dissertação desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille) e pretende expor os primeiros passos dos questionamentos que se encontram em andamento. A pesquisa está vinculada ao projeto de pesquisa *Memórias múltiplas e patrimônio cultural em rede: o desafio (auto)biográfico diante a ameaça da perda*, que pelo recolhimento de histórias de vida de pessoas diagnosticadas com esclerose múltipla aposta nas (auto)biografias como meios de perceber como as narrativas de vida se inscrevem perante a ameaça da perda da memória, configurando esse registro como uma produção heurística. Podemos entender ainda esta pesquisa como um desdobramento da pesquisa *Memórias m*últiplas, porque é com base nos questionamentos e das reflexões realizados ao longo do recolhimento das histórias de vida de pessoas diagnosticadas com esclerose múltipla e pela parceria fixada entre a pesquisa e o Museu da Pessoa[3] que nasceu esse desejo, que investe no argumento de que as histórias de vida de pessoas comuns podem ser valorizadas e afirmadas como patrimônio cultural.

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville (Univille).
[2] Professora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille.
[3] As histórias de vida coletadas em áudio e vídeo são transcritas, e as fontes materiais que complementam suas narrativas, registradas em meio digital, tornando-se posteriormente parte de um acervo de biografias. Esse acervo, biografado e organizado pelos pesquisadores envolvidos, será acolhido pelo Museu da Pessoa.

ISBN 978-85-8209-066-4

No decorrer de sua formação, "o Museu da Pessoa desenvolveu uma metodologia para registro e difusão de narrativas pessoais baseada nas técnicas da História Oral" (WORCMAN; PEREIRA, 2006, p. 200), por intermédio da qual registra a história de vida de pessoas comuns. Compreendemos que o campo metodológico da história oral é extenso. Mesmo que desenvolvida no campo da produção historiográfica, mediante o reconhecimento da necessidade de mudanças metodológicas nas pesquisas apontadas pela Nova História, hoje a história oral atende às necessidades de diversos campos de conhecimento, e as fontes orais assumem papel importante como fonte de dados para as mais diversas pesquisas (SOUZA, 2007).

Percebemos que os registros (auto)biográficos, as histórias de vida registradas, se configuram numa produção heurística: eles atendem como fonte de dados a uma necessidade da pesquisa *Memórias Múltiplas*. Dessa forma, como metodologia, a história oral está relacionada aos campos de conhecimento ou se articula neles, especialmente da história, como um método de criação de acervos. Porém, quando essa metodologia é apropriada e reelaborada pelo Museu da Pessoa, as histórias de vida ressurgem dentro desse espaço em outro lugar que não o da produção heurística. Estas servem como fonte documental, mas escapam a esse lugar e encarnam outro significado. Embora as histórias de vida possam ser utilizadas como fonte documental, elas não possuem somente essa intencionalidade. Nesse sentido, pretendemos problematizar por meio desta investigação os sentidos que as histórias de Vida assumem no espaço do Museu da Pessoa, acreditando que elas podem ser afirmadas como patrimônio cultural.

Nesse contexto, este artigo está assim organizado: em um primeiro momento apresentamos algumas reflexões e problematizações acerca do Museu da Pessoa e das histórias de vida entendidas como patrimônios, e, em um segundo momento, os objetivos e as metodologias da pesquisa da dissertação em questão, seguidos das reflexões provisórias sobre esse momento da investigação.

MEMÓRIA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL: CONTEXTUALIZANDO O MUSEU DA PESSOA

O Museu da Pessoa é um museu virtual e colaborativo que tem por objetivos o registro e a preservação de histórias de vida de qualquer pessoa da sociedade, disponibilizando-as como meios de informação, em um acervo de mais de 17 mil depoimentos. Constituído como organização da sociedade civil de interesse público, sem fins lucrativos, possui a visão de "contribuir com a democratização da memória social reconhecendo o valor da história de vida de toda e qualquer pessoa" (WORCMAN; PEREIRA, 2006, p. 199). O museu é aberto a todos aqueles que desejam registrar suas histórias de vida e conhecer as histórias de outras pessoas, fornecendo ferramentas para que pessoas e comunidades criem suas próprias coleções de histórias. Nesse sentido, acredita que "toda história de vida tem valor e deve fazer parte da memória social; de que ouvir o outro é essencial para respeitá-lo e compreendê-lo; e que toda pessoa tem um papel como agente de transformação da História" (WORCMAN; PEREIRA, 2006, p. 199).

No campo do patrimônio cultural, Thompson (2006, p. 19) defende as histórias de vida como "patrimônios da humanidade":

> A história oral é considerada atualmente parte essencial do nosso patrimônio cultural. Essa é uma situação muito nova e, olhando para o futuro, acho que há possibilidades imensas, por exemplo, para criar novas conexões entre pessoas em mundos sociais e geográficos diferentes; através do oral, criando novas solidariedades e novos entendimentos.

Compreendemos que as noções de patrimônio cultural ultrapassam atualmente, no Brasil, os limites estipulados por leis de tombos e registros[4]. Não necessariamente um bem, indiferentemente do nível de valoração cultural que apresente, precisa ser tombado ou registrado nos *Livros dos saberes, das celebrações, das formas de expressão e dos lugares*, para que seja considerado patrimônio representativo para "comunidades, grupos e indivíduos" (UNESCO, 2003). Hoje em dia encontramos sentidos que possibilitam a abertura a um patrimônio cada vez mais autodenominável e autogerenciável, no sentido que Gonçalves (2009, p. 32) apresenta: "A categoria 'patrimônio', em suas variadas representações, parece confundir-se com as diversas formas de autoconsciência cultural". Assim, ao firmar que "o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro" (BRASIL, 1988), o artigo 216 da Constituição Federal de 1988 exprime uma expansão da ideia de patrimônio que lhe fornece sentidos que o vinculam ao "exercício da cidadania e a expressão da democracia" (VENERA, 2016).

[4] Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937 (IPHAN, 1937); Decreto-Lei n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000 (IPHAN, 2000).

ISBN 978-85-8209-066-4

Se considerarmos as leis de registro do patrimônio imaterial, seria possível registrar histórias de vida, tendo com base nessa ação sua consolidação como patrimônio cultural? Seria possível por meio desse mecanismo o registro de milhares de histórias de vida que constituem o acervo do Museu da Pessoa, garantindo a valorização da "história de vida de toda e qualquer pessoa" acreditando no seu potencial para a "democratização da memória social" (WORCMAN; PEREIRA, 2006, p. 199)? Se levarmos em conta a expansão dos usos do patrimônio para fora dos seus limites de registros e tombamentos, a sua dilatação entre as esferas sociais, percebemos novos usos e práticas que ampliam seus sentidos de legitimidade.

Atualmente temos na Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003, um recente momento de ruptura de sentidos no campo do patrimônio cultural, mediante o reconhecimento da categoria do patrimônio imaterial, que dá prioridade ao caráter dinâmico das práticas culturais e confere às comunidades papel de relevância nos processos de patrimonialização (ABREU; PEIXOTO, 2014). Essa abertura política que desvincula o papel exclusivo do Estado das práticas de patrimonialização vem sendo amparado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que fornece uma visão mais democrática e participativa das "comunidades, grupos e indivíduos" (UNESCO, 2003), na valoração do bem cultural.

Essas noções de patrimônio são transpassadas por discussões em torno de memória e identidade, conceitos fundamentais à compreensão das práticas patrimoniais da contemporaneidade e atrelados ao entendimento do sujeito enquanto ser social, amarrado a estruturas coletivas de representação, mas que também constrói um espaço individual, singular, de significações.

Portanto, intuímos que o estudo das histórias de vida tidas como patrimônio cultural ampliará a compreensão desse campo de estudo, principalmente no contexto contemporâneo, em que é nítido o transbordamento da noção, não mais sendo possível restringir patrimônios a bens tombados e/ou registrados, ou manter o conceito restrito a uma falsa dicotomia entre patrimônio material e imaterial. Podemos deparar com um sentido de patrimônio cada vez mais democrático. Diante de uma suposta "memória coletiva", existem memórias múltiplas povoadas por vozes dos mais diversos grupos, que subvertem e encontram espaços não só de fala, mas também de escuta.

As discussões em torno de memória e identidade norteiam o entendimento de patrimônio e a sua importância social atualmente. A identidade e a memória estão sempre atreladas ao espaço social por onde o sujeito transita, fazendo-nos compreender que as memórias e as identidades individuais estão carregadas de representações coletivas, de acordo com a seguinte explicação de Candau (2014, p. 24, grifo do original): "A expressão 'memória coletiva' é uma *representação*, [...] um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo".

Esse debate sobre identidade e memória dispõe-nos a perspectiva de que há algo no presente que sempre nos transporta ao passado e que está sempre nos lançando ao futuro, construindo algo múltiplo e dinâmico na tensão entre o individual e o social, que é a presença do "eu" no mundo. Candau (2014, p. 89) fala-nos que a memória é sempre viva e que "o conteúdo da narrativa é [...] uma negociação entre certa representação do passado e um horizonte de espera". Ao mesmo tempo em que a identidade do sujeito se constrói por seu movimento temporal, no fortalecimento e esquecimento de lembranças, na construção de uma narrativa de memórias que o identificam, há um lugar por onde ele transita, um espaço social. Nesse espaço social encontramos o jogo da alteridade, a brincadeira que tenciona o sujeito entre o "eu" e o "outro". Nesse sentido, há uma identidade que se constrói sempre num espaço social, pela relação do "eu" com o "outro" que funciona como mediadora entre o sujeito e o mundo onde ele está (HALL, 2015, p. 11).

No jogo da alteridade, há a construção de uma memória que está atrelada ao espaço social – o que o Museu da Pessoa vai chamar de memória social (WORCMAN; PEREIRA, 2006, p. 203) –, algo que se constrói em um jogo político, por intermédio de arranjos de memórias. Pollak (*apud* WORCMAN; PEREIRA, 2006, p. 203) entende:

> A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua construção de si.

Pollak (1989) apresenta-nos a memória num jogo de disputa, no qual a construção das narrativas se fazem no ato político. Em "Memória, esquecimento, silêncio", descreve a ênfase da história oral em privilegiar as "memórias subterrâneas" (POLLAK, 1989, p. 3-15), aquelas minoritárias ou excluídas, que no jogo das representações não incorporaram as memórias coletivas hegemônicas, as memórias nacionais. O autor instrui-nos para o entendimento de que, antes de considerarmos o desaparecimento dessas memórias subterrâneas, devemos atentar que "essas lembranças durante tanto tempo confinadas

ISBN 978-85-8209-066-4

ao silêncio [...], permanecem vivas" (POLLAK, 1989, p. 3-15). Então, "o problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do 'não-dito' à contestação e a reinvindicação" (POLLAK, 1989, p. 3-15).

Nesse ponto, percebemos um contexto que, como sugere Huyssen (2000), emergiria juntamente com novos discursos de memória, a partir de 1960, quando "no rastro da descolonização e dos novos movimentos sociais", são reivindicadas novas histórias "alternativas e revisionistas" (HUYSSEN, 2000, p. 10). Emerge a partir desse momento histórico o que o autor vai chamar de "cultura da memória", que aponta o fervor pela memória, estimulado sobretudo pelos meios midiáticos.

De acordo com o que o autor detectou como a ânsia de "recordação total" ou obsessões de um "arquivista maluco", ilustrando suas considerações sobre o paradoxo contemporâneo entre a exaltação da memória e o medo do esquecimento, podemos entender a criação e as práticas do Museu da Pessoa como consequência, ou mesmo um sintoma desse processo que vem se estendendo e, como o autor mesmo sugere, não mostra indícios de entediar-se (HUYSSEN, 2000, p. 19)? Mas podemos pensar também o Museu da Pessoa como um espaço público de representação de memórias silenciadas, esquecidas, que no gatilho de uma oportunidade passaram do "não dito" a um lugar de afirmação, no sentido que nos apresentou Pollak? (1989, p. 3-15)

Hartog (2006, p. 265) observa memória e patrimônio como sintomas de nossa relação com o tempo: "O patrimônio se impôs como a categoria dominante, englobante, senão devorante, em todo caso, evidente, da vida cultural e das políticas públicas". Vê a patrimonialização de tudo como um indício de que a certeza em um futuro prometido pelo progresso já não se sustentava, onde a finitude dos recursos e da própria vida se expõe. E "à confiança no progresso se substituiu a preocupação de guardar e preservar: preservar o quê e quem? Este mundo, o nosso, as gerações futuras, nós mesmos" (HARTOG, 2006, p. 270-271).

Verificamos então que estamos diante de duas possíveis crises: uma "crise de memória", como argumenta Huyssen (2000), e "uma 'crise' da ordem presente do tempo" apresentada por Hartog (2006). Duas crises que, segundo os autores, estão vinculadas a processos de globalização, novas tecnologias, expansão da memória pública midiatizada, culminando em novas percepções temporais e espaciais que colocam patrimônio, memória e identidade no centro das discussões no contexto da contemporaneidade. Mas será possível falarmos de uma crise de memória e uma crise do tempo presente sem cogitarmos suas relações com uma "crise de identidade"? Percebemos inseparáveis, memória e identidade, no âmbito dessas discussões. Formas de expansão e transmissão da memória estariam contribuindo para uma crise identitária? É o que questiona Candau (2014) quando descreve que atualmente os indivíduos e os grupos estão propensos à fabricação de vestígios cada vez mais frequentes e dedicam imensos esforços para conservá-los e transmiti-los, ao mesmo tempo em que exteriorizam as memórias abundantemente, caracterizando o que o autor chama de mnemotropismo, que "encontra sua origem na 'crise do presentismo': o desaparecimento de referências e a diluição de identidades" (CANDAU, 2014, p. 10).

Nora (1993, p. 7) afirma que só "há locais de memória porque não há mais meios de memória". Na mesma ótica, Benjamin (1987, p. 198) descreve que estamos perdendo nossa "faculdade de intercambiar experiências". Tanto um quanto o outro apontam essas faltas no sentido de que estaríamos cada vez mais vivendo experiências efêmeras, norteadas por uma mídia impulsionada pelas novas tecnologias, que aceleram o tempo do vivido, a ponto de estrangulá-lo a um presente cada vez mais comprimido e descentrado. Se considerarmos que de fato estamos vivendo uma crise e que "os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos" (NORA, 1993, p.13), histórias de vida seriam lugares de memória? Estaríamos guardando nossas memórias por receio que as deixemos escapar na transitoriedade de nossas próprias existências? Para nos resguardarmos de um bombardeio de possibilidades, em que podemos ser tudo e nada ao mesmo tempo? Se "o museu compensa esta perda de estabilidade. Ele oferece formas tradicionais de identidade cultural a um sujeito moderno desestabilizado" (HUYSSEN, 2000, p. 29), podemos conceber o Museu da Pessoa nessa perspectiva, como um museu capaz de proporcionar ao sujeito a construção de uma narrativa coerente e estável, que organize sua experiência, assim como lhe oferece outras narrativas coesas que lhe permitam transitar por um mundo com mais estabilidade?

Acreditamos que há outra possibilidade, aquela que talvez escape ainda de uma total compreensão, mas que nos coloca em um novo momento de percepção e que sugestiona que estamos vivenciando uma ruptura, ou um novo desdobramento na ordem do tempo, que a "relação entre passado, presente e futuro está sendo transformada para além do reconhecimento" (HUYSSEN, 2000, p. 36). Enquanto transitamos por esse tempo, envoltos em uma crise em que o patrimônio vem a ser um recurso (HARTOG, 2006, p. 272), questionamos que patrimônio é esse que presenciamos?

ISBN 978-85-8209-066-4

No acervo do Museu da Pessoa existem mais de 17 mil depoimentos de pessoas comuns. Diferentemente "à mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional", essas memórias narradas em histórias de vida estariam saindo de um lugar de "não dito", de uma "memória coletiva subterrânea" (POLLAK, 1989, p. 3-15), e encontrando um espaço público aberto no qual são valorizadas como parte de uma memória social e agentes de transformação da história? (WORCMAN; PEREIRA, 2006, p. 199)

No campo do patrimônio cultural, presenciamos um momento de ruptura de sentidos que ocorre em âmbito internacional, mais precisamente com a Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003, que veio concretizar reinvindicações de países não ocidentais, sobretudo os orientais, na formalização do reconhecimento da categoria do patrimônio imaterial. A convenção introduz o sentido de salvaguarda, substituindo a lógica da proteção, pautada em uma política estatal de cristalização do patrimônio, por uma lógica de preservação em que se prioriza o caráter dinâmico das práticas culturais, conferindo às comunidades papel de relevância nos processos de patrimonialização (ABREU; PEIXOTO, 2014). No Brasil, as produções de Mario de Andrade já apontavam para o caráter imaterial do patrimônio cultural, por intermédio de seus registros das tradições e do folclore brasileiro. Pela Constituição Federal de 1988, ampliou-se o entendimento de patrimônio cultural, e o artigo 216 referencia-se ao patrimônio imaterial, dando-lhe largos sentidos que manifestam um olhar mais democrático em relação aos seus usos e práticas.

Em termos internacionais, a Unesco tem amparado e legitimado essa abertura política quanto ao vínculo exclusivo do Estado nos processos de patrimonialização, trazendo um olhar mais democrático e participativo de grupos diversos, "comunidades, grupos e indivíduos" (UNESCO, 2003), na esfera de valoração do bem cultural.

Essa virada de sentidos no campo do patrimônio cultural reflete-se em políticas públicas que ultrapassam valores considerados "elitizados" ou de culturas "colonizadoras" quanto à preservação de legados patrimoniais em diversos países (ABREU, 2014). A valoração do patrimônio cultural abre-se à "participação das comunidades, grupos e organizações não-governamentais pertinentes" (UNESCO, 2003), resultante de uma nova ordem discursiva do campo, sugerindo novas relações de poder nas práticas sociais pertinentes. Nesse contexto, em 1991 foi criado o Museu da Pessoa, com sede na cidade de São Paulo (São Paulo, Brasil), que em 2003 lançou o portal www.museudapessoa.net (WORCMAN; PEREIRA, 2006). Um dos objetivos do Museu da Pessoa é a construção de uma "ampla rede virtual de histórias de vida", sustentando a ideia de que "toda história de vida tem valor e deve fazer parte da memória social; de que ouvir o outro é essencial para respeitá-lo e conhecê-lo; e que toda a pessoa tem um papel como agente de transformação da História" (WORCMAN; PEREIRA, 2006, p. 199).

No portal do museu, no seu histórico é destacado: "Desde o início, ainda antes da popularização da Internet, nos definíamos como um museu virtual. Naquele momento entendíamos que o Museu da Pessoa seria um espaço para registrar, preservar e disseminar histórias de vida de toda e qualquer pessoa da sociedade" (MUSEU DA PESSOA, 2014).

Na intenção de compreender a sua prática no seu campo social de articulação, ressalta-se que a criação do Museu da Pessoa ocorre aproximadamente uma década antes da Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial, percebendo que seus ideais transitavam em uma esfera discursiva preexistente, ou articuladora, do efervescente paradigma do patrimônio cultural imaterial pós-convenção.

ESTRUTURANDO A PESQUISA: FERRAMENTAS METODOLÓGICAS

Por se constituir em uma pesquisa de abordagem qualitativa, apoiamos suas investigações em pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e (auto)biográfica. A pesquisa bibliográfica será um momento de estudo de fontes de informações primárias e secundárias, apanhando como referência o conhecimento acumulado sobre o assunto em livros, teses, dissertações, monografias, artigos científicos, técnicos e profissionais. Abrangerá estudos nacionais e internacionais, entre outras fontes importantes que apresentam discussões sobre história de vida, patrimônio cultural imaterial, memória e identidade, buscando apontar a maneira como esse assunto é pensado e discutido na atualidade, mencionando os principais referenciais para o estabelecimento do corpo teórico de análise dos dados. A pesquisa documental será realizada pelo levantamento dos registros de criação do Museu da Pessoa, buscando conhecer como se deu seu processo de construção e seu estabelecimento enquanto instituição museal; seus regimentos e normas, a fim de compreender sua política de atuação; as metodologias utilizadas no registro das narrativas, na organização e disponibilização do acervo, formatação de projetos, entre outras ferramentas que ainda será possível reconhecer; e seus cronogramas de manutenção estrutural e metodológica. Também será desenvolvida pesquisa *online* na página oficial na *web* do Museu da Pessoa, na qual está o acervo da instituição.

ISBN 978-85-8209-066-4

Igualmente, será feito o levantamento das legislações e normativas sobre patrimônio cultural imaterial, publicadas pelo *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (Iphan) e pela Unesco, com o escopo de discutir que sentidos de legitimidade estão atrelados ao argumento de que histórias de vida podem ser afirmadas como patrimônio cultural.

A pesquisa (auto)biográfica visa entrevistar a fundadora do Museu da Pessoa, Karen Worcman, compreendendo a importância de conhecer a sua trajetória de vida para o entendimento de suas escolhas e de seus posicionamentos como premissas formatadoras do museu. A escolha por essa metodologia intenta-se aproximar da própria história de vida da idealizadora do museu de forma colaborativa, como são as pesquisas dessa natureza. Como aponta Dizerbo, citada por Delory-Momberger (2016, p. 143), a pesquisa biográfica possui uma natureza colaborativa, "os sujeitos trabalham para dar sentido às suas experiências; os pesquisadores trabalham para dar sentido ao trabalho que fazem os sujeitos ao darem sentido às suas experiências".

Na construção da pesquisa utilizaremos como ferramenta metodológica a análise de discursos com base em Michel Foucault, compreendendo principalmente seus conceitos acerca de discurso e poder. O autor apresenta-nos que "o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar" (FOUCAULT, 2014, p. 10), compreendendo que o poder não se encontra nas instituições, nos aparatos do Estado ou nas formas de violência e dominação de um grupo hegemônico sobre outro subjugado, salientando: "O poder funciona e se exerce em rede. [...] O poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles" (FOUCAULT, 2004, p. 103).

Dessa forma, é percebendo o lugar onde o Museu da Pessoa se coloca por meio de suas intenções e objetivos, suas pretensões, as motivações que permeiam suas práticas, que intuímos ser possível analisarmos um discurso que o desvele. Quando solicitamos a narrativa de vida da idealizadora do museu, é porque pensamos que ao longo de seu processo de formação, enquanto sujeito social, suas práticas foram atravessadas por discursos que se agregaram (ou se repeliram) em uma vontade de verdade, que num jogo de poderes e saberes se desvela sendo "reconduzida [...] pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído" (FOUCAULT, 2014, p. 17).

Se, conforme afirma Foucault (2014, p. 50), "deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade", podemos mediante esta pesquisa encontrar na prática do Museu da Pessoa a contribuição a nossa investida em afirmar que histórias de vida podem ser valorizadas como patrimônio cultural, como indícios de novos usos e práticas que confirmem os sentidos de legitimidade dessa investida, e projetamos sobre essa instituição nossa vontade e pretensão de conceber o patrimônio cultural como um dispositivo de exercício de democracia e como um meio de direito ativo à participação do processo de construção da história, por toda e qualquer pessoa.

Ao mesmo tempo, percebemos o jogo de enunciados que se cruzam no campo do patrimônio cultural, e buscamos imprimir pela legitimação de uma prática sua regularidade. Nos fala Foucault (2014, p. 17): "Creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção".

Com base nesse entendimento, observamos novos usos e práticas patrimoniais, sobretudo advindos da recente regularização do patrimônio cultural imaterial, que autoriza novas apropriações e intervenções no campo, em que são nítidas novas forças sociais que reivindicam um lugar de empoderamento.

Tendo em vista que o poder é uma prática social e, dessa maneira, estabelecido historicamente, ele só acontece na ação (FOUCAULT, 2004, p. 175), reivindicamos um olhar sobre o poder que não esteja restrito à ideia de dominação de um complexo ideológico hegemônico que se articula incessantemente quanto a um conjunto de dominados, mas um poder que se espalha e que está distribuído por toda a sociedade, agindo nos lugares e nas pessoas, capaz de construir novas formas de relação, respondendo a novas necessidades e realidades (BRÍGIDO, 2013).

Entendemos que novas percepções e novas práticas estão se configurando no campo do patrimônio, cruzadas por novos entendimentos da ordem do tempo e novas estruturas formadoras de identidades que transitam e se articulam em novos jogos políticos de memória e, por meio desta pesquisa, buscamos problematizar as histórias de vida de pessoas comuns como patrimônio cultural, a fim de compreender os desafios epistemológicos e políticos disparados pelas práticas do Museu da Pessoa.

ISBN 978-85-8209-066-4

REFLEXÕES PROVISÓRIAS

Diante dessa exposição, algumas reflexões e questionamentos se produzem: é possível colocar o Museu da Pessoa no espaço de legitimação de um "patrimônio pessoal", articulado na compreensão de que as histórias de vida registradas e preservadas no seu domínio são consideradas patrimônios culturais? (WORCMAN; PEREIRA, 2006). Podemos encontrar no Museu da Pessoa um lugar de representatividade da virada política no campo do patrimônio, entendendo-o como espaço de singularização do sujeito contemporâneo tido como um novo agente social no campo do patrimônio cultural?

A contemporaneidade apresenta um espaço social marcado por novas tendências na formação de identidades num fluxo de deslocamentos no jogo político da memória. Esse *novo* fluxo de identificação gera uma "identidade móvel", propulsora de um movimento de internalização do sujeito na procura do "eu" que o representa. Em meio a uma multiplicidade de identidades, há um sujeito que busca um "eu" coerente e o faz na construção de uma narrativa que o conforte (HALL, 2015, p. 12).

Tendo em vista que as narrativas são como potenciais organizadoras de identidades, em histórias de vida encontramos sujeitos múltiplos, mas que no jogo da alteridade buscam pela organização de suas memórias uma narrativa coerente com sua história pessoal. Na "reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros" (POLLAK, 1989, p. 3-15) e, quando cumpre essa ação, indissociavelmente realiza a organização social da vida. Nesse sentido, com base também no entendimento de que "uno no recurda solo, sino com ayuda de los recurdos de outro" (RICOEUR, 1999, p. 17), é possível pensarmos em uma trama de memórias configurando-se mediante lembranças que perpassam as memórias nacionais, as memorias coletivas construídas nos discursos públicos e adentram as camadas de memórias "subterrâneas" que se colocam presentes e disponíveis, em um novo cenário político de memória?

Acreditamos que um novo fluxo de lembranças emerge de "não ditos" por intermédio do fluxo incessante de memórias "que querem se fazer reconhecer como legítimas" (HARTOG, 2006, p. 269) e que, por meio de aberturas legais geradas pelo Estado, com a virada de sentidos no campo do patrimônio cultural, principalmente com a Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial, se difundem local, regional, nacional e internacionalmente, ocupando espaços públicos em diferentes suportes (registros oficiais, redes sociais, museus, mídia audiovisual, bases virtuais etc.). Nesse contexto, estão as inúmeras histórias de vida do Museu da Pessoa.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Dez anos da Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial: ressonância, apropriações, vigilâncias. **E-Cadernos CES**, v. 21, 2014.

_____; PEIXOTO, Paulo. Construindo políticas patrimoniais. Reflexões em torno dos 10 anos da Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial. **E-Cadernos CES**, v. 21, 2014.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. 3. ed. Brasiliense: São Paulo, 1987.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: jul. 2016.

BRÍGIDO, Edimar Inocêncio. Michel Foucault: uma análise do poder. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 56-75, jan./jun. 2013. Disponível em: <http.www.nodo50.orginsurgentesbibliotecaA_Microfisica_do_Poder_-_Michel_Foulcault.pdf>. Acesso em: ago. 2016.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

DELORU-MOMBERGER, Chistine. A pesquisa biográfica ou a construção compartilhada de um saber do singular. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 133-147, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. **Microfísica do poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

ISBN 978-85-8209-066-4

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Patrimônio como categoria de pensamento. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs.). **Memória e patrimônio:** ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul./dez. 2006.

HUYSSEN, Andréas. **Seduzidos pela memória:** arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

*INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (*Iphan). **Decreto-Lei n.º** 25, de 30 de novembro de 1937. 1937. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_25_de_30_11_1937.pdf>. Acesso em: jul. 2016.

_____. **Decreto-Lei n.º** 3.551, de 4 de agosto de 2000. 2000. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImaDiv_ORegistroPatrimonioImaterial_1Edicao_m.pdf>. Acesso em: jul. 2016.

MUSEU DA PESSOA. **História**. Disponível em: <http://www.museudapessoa.net/pt/entenda/historia>. Acesso em: 30 abr. 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (Unesco) (2003). Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. 2003. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao Salvaguarda.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2014.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

RICOEUR, Paul. **La lectura del tiempo pasado:** memoria y olvido. Madri: Arrecife, 1999.

SOUZA, Elizeu Clementino. (Auto)biografia, histórias de vida e prática de formação. *In*: NASCIMENTO, A. D.; HETKOWSKI, T. M. (Orgs.). **Memória e formação de professores**. Salvador: EDUFBA, 2007. 310 p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/f5jk5/pdf/nascimento-9788523209186-04.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2016.

THOMPSON, Paul. Histórial oral: patrimônio passado e espírito do futuro. *In*: WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez (Coords.). **História falada:** memoria, rede e mudança social. São Paulo: Sesc-SP, Museu da Pessoa, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

VENERA, Raquel Alvarenga Sena. Histórias de vida e patrimônio cultural. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PESQUISA (AUTO)BIOGRÁFICA, 7., Cuiabá, 2016. **Anais**... Cuiabá, 2016.

WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez (Coords.). **História falada:** memória, rede e mudança social. São Paulo: Sesc-SP, Museu da Pessoa, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

III ENIPAC
Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

NO RITMO DAS CENAS MUSICAIS DE JOINVILLE NA DÉCADA DE 1990: CONTRIBUIÇÕES PARA A PRODUÇÃO CULTURAL URBANA

Augusto Luciano Ginjo[1]
Taiza Mara Rauen Moraes[2]

Resumo: No fluxo dinâmico das relações sociais contemporâneas, a música e as práticas em sua volta apresentam-se também como elementos atuantes nesse jogo, oportunizando observações acerca da sua contribuição na construção de movimentos sociais. Além do mais, entendendo a música como grande manifestação cultural, presente ao longo do tempo em nossa civilização, o que lhe confere o valor de patrimônio cultural, reforça a sua relevância nas discussões relacionadas ao campo social, cultural e patrimonial. Dessa forma, a abordagem foca as *cenas musicais* e seus desdobramentos culturais. Para fomentar as discussões, partimos de referenciais teóricos como Will Straw (1991), o qual entende as cenas como espaço cultural mutável e fluido, tendo nas alianças e práticas musicais a sua construção. De Freire Filho e Fernandes (2012), apropriamo-nos do conceito de *cena*, que explora o caráter flexível e antiessencialista, haja vista as conotações de fluxo e corrente, movimento e mutabilidade, e oportuniza uma abordagem ampla dos contextos industrial, institucional, histórico, social e econômico, além das estratégias estéticas e ideológicas que sustentam a produção musical urbana. Para a discussão foi adotada a metodologia da história oral, para aproximar as vozes dos atores desses movimentos. Ressaltamos que o conteúdo aqui exibido é fragmento da pesquisa em andamento vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille), a qual possui como recorte a cidade catarinense Joinville na década de 1990. Nesse caminho, as entrevistas já realizadas contêm relatos significativos para compreender como aconteceu a *cena musical* joinvilense no recorte em questão, possibilitando novos olhares acerca da cidade e aos significados a ela impressos.
Palavras-chave: cenas musicais; patrimônio cultural; estudos culturais.

INTRODUÇÃO

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville (Univille).
[2] Doutora em Teoria da Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestre em Literatura também pela UFSC e graduada em Letras pela Universidade do Contestado (UnC). Coordena o Comitê Proler Joinville (Programa Institucional de Incentivo à Leitura) e o Núcleo de Pesquisa em Atividades de Leitura em Meio Eletrônico do Projeto Autores, Obras e Acervos Literários Catarinenses em Meio Digital, Programa de Apoio aos Núcleos de Excelência (Pronex), Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em parceria UFSC, Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) e Univille.

ISBN 978-85-8209-066-4

Este artigo aponta uma pequena fração de uma pesquisa em andamento realizada no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille), na linha de pesquisa Memória e Sociedade. A investigação aqui citada averigua as cenas musicais existentes na década de 1990 na cidade de Joinville (SC), especialmente as que possuíam o gênero *rock* como principal referência musical.

É preciso sublinhar que a música como eixo para o desenvolvimento de uma pesquisa nos oportuniza reflexões acerca das mais variadas formas com as quais essa manifestação está imbricada com a vida em sociedade, sobretudo nas dinâmicas relações contemporâneas, construindo diferentes significações e produções culturais.

Dessa maneira, muito além do que relacionar apenas informações sobre o andamento da pesquisa, este estudo propôs-se a operar reflexões a respeito das tensões entre os campos histórico, social, cultural e patrimonial. É com essa premissa que julgamos importante as possibilidades de resultados que se podem obter para compreender as práticas culturais em uma sociedade tendo como ponto central a música. O recorte de pesquisa focou em bandas e músicos produtores autorais, no gênero *rock*, buscando relacionar a percepção do público e da imprensa quanto a esse movimento de produção musical e cultural. O palco e o período investigado são a cidade de Joinville, localizada na região norte do estado de Santa Catarina, e os anos de 1990.

O conceito de cena musical é estruturador e oferece subsídios para analisar como determinado grupo se organiza em volta de um objeto comum, aqui representado pela música, apropriando-se de espaços, conferindo significados e relacionando-se.

Não obstante, é importante frisar que, além dos levantamentos teóricos, observamos a existência ou não de uma cena, na pesquisa já mencionada, pela metodologia da história oral. Foram entrevistados atores que se movimentaram nesse contexto e o constituíram como músicos, bandas, público e imprensa. A metodologia da história oral é acionada, pois por intermédio de entrevistas e de outros procedimentos articulados entre si permite registrar narrativas da experiência humana (FREITAS, 2006, p. 18).

De acordo com a historiadora Guimarães Neto, o relato oral pode ser lido como um texto em que há presença de desejos, normas e regras, além das fugas, sendo, então, um texto passível de ser lido como articulador de discursos, inseridos em uma rede discursiva que, sem totalizá-los, confere-lhe sentidos (GUIMARÃES NETO, 2012, p. 18).

A metodologia da história oral, portanto, viabiliza a produção de fontes históricas com base nas narrativas dos “viventes” de determinado acontecimento, possibilitando analisar os fatos ocorridos, bem como interpretar os discursos, os silêncios, as respirações e as pausas das falas e ter a compreensão de que se trata de um relato proferido por um indivíduo carregado de particularidades.

Para melhor compreensão de como a música pode representar um potente veículo de conteúdo, atentamos para as mudanças ocorridas principalmente a partir da segunda metade do século XX. De acordo com o historiador Sevcenko (2001), o que diferencia o século XX dos demais períodos que o antecedem foram a frenética mudança tecnológica e as consequências acarretadas por ela sobre quase todos os âmbitos da experiência humana e do planeta.

Ilustrando em dados o que significa a informação supracitada, o autor oferece algumas informações para elucidar o contexto daquele momento histórico. Segundo Sevcenko (2001), ao levar em consideração todas as descobertas científicas, invenções e inovações as quais o homem desprendeu ao longo de sua história, mais de 80% de todas elas aconteceram nos últimos 100 anos, e a grande maioria foi desenvolvida após a Segunda Guerra Mundial. O setor de serviços aumentou nesse período. Alguns países desenvolvidos, como os Estados Unidos, chegaram a gerar mais de 70% do produto interno bruto. O crescimento das economias industriais, entre 1953 e 1975, cresceu na escala de 6% ao ano (SEVCENKO, 2001).

No momento observado, os avanços tecnológicos que passam a tencionar os modos de convívio social são reconhecidos pela presença da tecnocracia, que, conforme Roszak (*apud* CAPELLARI, 2007), abriu espaços para os movimentos contraculturais ocorridos na década de 1960:

> Quando falo em tecnocracia, refiro-me àquela forma social na qual uma sociedade industrial atinge o ápice de sua integração organizacional. É o ideal que geralmente as pessoas têm em mente quando falam de modernização, atualização, racionalização, planejamento. Com base em imperativos incontestáveis como a procura de eficiência, a segurança social, a coordenação em grande escala de homens e recursos, níveis cada vez maiores de opulência e manifestações crescentes de força humana coletiva, a tecnocracia age no sentido de eliminar as brechas e fissuras anacrônicas da sociedade industrial (ROSZAK *apud* CAPELLARI, 2007, p. 21).

ISBN 978-85-8209-066-4

Inseridos nesse contexto também estão os avanços da própria indústria do entretenimento na área da eletrônica, que expandiram as possibilidades de divulgação de conteúdo. Aqui nos aproximamos da nossa discussão proposta, pois encontramos a música como vetor nesse jogo.

Sevcenko (2001) salienta que os implementos eletrônicos permitiram a transmissão de sinais e sons com grande proporção, além de aperfeiçoar os sistemas de amplificação, facilitando o acesso aos mercados de massa. Assim, os discos passaram a circular em espaços familiares e também em salões de baile, teatros, *music-halls* e grandes *jukeboxes*. Os rádios, por sua vez, não se limitariam aos fones de ouvido individuais, mas sim seria possível ouvi-los nas ruas, nos carros, nos bares, restaurantes, barbearias (SEVCENKO, 2001).

O historiador Sevcenko (2001, p. 75) ainda diz:

> Assim, as rádios tocavam as músicas da indústria fonográfica, que por sua vez haviam sido lançadas pelos filmes musicais da indústria cinematográfica, a qual fornecia o quadro de astros e atrizes, de cantoras e cantores, cujas vidas eram escrutinadas pelos populares programas de auditório e sessões de fofocas das rádios. Nos intervalos vinham os anúncios comerciais, cujos produtos eram, uma vez mais, associados ao estilo de vida dos protagonistas do cinema, do rádio e do disco.

Portanto, nos períodos após a Segunda Guerra ocorreram um alargamento no alcance social da música e, citando uma situação exemplar, a explosão do movimento *rock and roll*, na década de 1950. De acordo com o historiador Friedlander (2002), nos Estados Unidos, jovens desiludidos com os padrões culturais vigentes naquele período na sociedade em que viviam buscaram nos ritmos acelerados da música negra o álibi perfeito para externar suas ânsias por liberdade, diversão, amor e sexo. Em vista disso, os adolescentes apresentavam aos olhos da indústria uma fatia da população ainda não explorada e com forte potencial consumidor.

Durante a década de 1960, o *rock and roll* estava cada vez mais presente nos meios de comunicação, entretenimento, movimentos sociais e, exemplo disso, o movimento *hippie* tipificou uma alternativa para viver, com a adoção de um modo de vida comunitário, cultivando agriculturas de subsistência e o pacifismo. Contrários à Guerra do Vietnã, negavam o nacionalismo e recusavam os valores tradicionais da classe média, bem como adotavam religiões de matrizes orientais como budismo, hinduísmo, taoísmo e praticavam o amor livre (CAPELLARI, 2007).

Grandes encontros musicais como festivais aconteceram nesse contexto. Guimarães (2012, p. 7) enfatiza o cenário contracultural dos festivais:

> Muitos festivais *hippies* aconteceram nos Estados Unidos e também em outros lugares do mundo, como Inglaterra e Brasil, porém o mais famoso de todos que reuniu cerca de meio milhão de pessoas foi o festival *Woodstock*. Neste estavam presentes várias bandas e cantores do cenário musical da contracultura (o *rock*) em três dias de "*paz, amor e rock'n'roll*" – lema do festival em questão.

Na década seguinte, o movimento *punk* assumiu espaços na esfera musical por meio de uma música direta, apresentada por artistas com um visual pouco convencional, causando alvoroço na indústria do entretenimento e nas relações sociais. Ele propôs o rompimento com a glamorosa vida que as grandes bandas e os ícones da música estavam levando, com músicas de rejeição às regras preexistentes e afirmação da necessidade de mudança (NUNES; VAZ, 2015). Portanto, as décadas de 1950 a 70 foram marcadas por avanços tecnológicos que contribuíram para novas formas de relações sociais, e a velocidade com que as informações flutuaram levaram ao dinamismo em que vivemos num fluxo constante, ensejando novas identificações e significados. Assim, o conceito de cenas musicais é uma das possibilidades de interpretar como a música motivou maneiras de convívio na conjuntura urbana haja vista os acontecimentos do século passado.

A TRAJETÓRIA DO CONCEITO DE CENAS MUSICAIS

Embora o termo *cenas musicais*, do ponto de vista acadêmico, tenha ganhado mais destaque a partir dos anos de 1990, seu uso já vinha sendo utilizado há algumas décadas anteriores. Conforme informa o

ISBN 978-85-8209-066-4

historiador Nascimento (2014), jornalistas americanos recorriam à expressão, na década de 1940, para tratar de todo o meio cultural em torno da música *jazz*. Não obstante, ainda pelo uso jornalístico, durante os anos de 1980 e 90 o termo se popularizou, por meio da escrita desses profissionais sobre práticas musicais (NASCIMENTO, 2014).

Contudo, para compreender o momento em que o termo passou a ser objeto de estudo, é preciso resgatar o percurso dos estudos culturais, uma vez que o entendimento de cenas musicais é decorrente das reavaliações dos conteúdos levantados pelos teóricos daquela linha, que buscaram romper com olhares disciplinares.

Nesse sentido, em consonância com Freire Filho e Fernandes (2012), nos anos de 1960 e 70, tendo em vista o senso de compromisso com questões políticas iminentes da sociedade britânica, o mundo acadêmico engajado dos estudos culturais analisava a cultura, do ponto de vista antropológico, sob o viés da teoria neomarxista da produção e reprodução social. Dessa forma, o Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS), da Universidade de Birmingham, realizou análises textuais e trabalhos de campo etnográficos, para averiguar como artefatos e práticas culturais podem funcionar para forjar a aceitação do *status quo* e a dominação social na tentativa de habilitar e encorajar os "estratos subordinados a resistir à opressão e a contestar ideologias e estruturas de poder conservadoras" (FREIRE FILHO; FERNANDES, 2012, p. 1).

Os estudos iniciados pelo CCCS, com base em teóricos como Gramsci, Althusser e Williams, abordaram os agrupamentos juvenis como objeto de observações ressaltando suas relações identitárias:

> Partindo desta perspectiva, os diversos trabalhos dedicam-se às (sub) culturas espetaculares dos jovens ingleses da classe trabalhadora – tais como *skinheads*, *punks*, *mods* – analisadas a partir da sua relação mais ou menos "resistente" a partir do consumo de música, roupas e outros símbolos identitários; ao mesmo tempo em que a partir do grau de autonomia que eles mantêm dos valores de sua comunidade, representadas pela cultura parental e pela classe trabalhadora (SÁ, 2011, p. 150).

Dessa forma, os estudos realizados pela CCCS visavam desconstruir o conceito mercadológico de *cultura juvenil*, proporcionando uma análise mais detalhada das raízes sociais, econômicas e culturais das diversas *subculturas juvenis* e o seu vínculo com a divisão de trabalho e as relações de produção, tendo em vista as características de seu conteúdo e de sua posição etária e geracional (FREIRE FILHO; FERNANDES, 2012, p. 2).

As últimas décadas do século XX, todavia, seguiram a lógica das constantes transformações iniciadas tempos atrás em virtude dos avanços tecnológicos. Segundo Sá (2011) a palavra-chave *globalização* sintetiza o cenário de mudanças vivenciado nos anos de 1990, representado pelos fluxos internacionais de comércio, cultura, migrações e mídias que, intensificados, rearticularam culturas locais entre si e com o mundo global, além de problematizar noções fundadoras da modernidade, como as de Estado-nação e as das comunidades com bases territoriais e identidades mais fixas e estáveis.

Conforme Freire Filho e Fernandes (2012), os temas, pressupostos e metodologias empregados pelo CCCS passaram por tentativas revisionistas, ganhando uma nova área de investigação reconhecida como *estudos pós-subculturais*. Os principais marcos teóricos desses novos olhares são Bourdieu, Butler, Maffesoli, Baudrillard e Jamenson. A intenção dos pós-subculturalistas era reconsiderar a ligação entre jovens, música, estilo e identidade, levando em conta as relações sociais existentes naquele momento representadas pelos fluxos globais e aspectos locais que, ao dialogarem, produzem novas e híbridas constelações culturais. Dessa maneira, na esteira das críticas e revisões, substituindo o conceito de *subcultura*, novas terminologias surgiram, como *canais*, *subcanais*, *cenas*, *comunidades emocionais*, *culturas* club, *estilos de vida* e *neotribos*.

É nesse cenário que o uso da expressão *cenas musicais* ganhou os holofotes para a compreensão das práticas musicais. A introdução do termo no âmbito acadêmico foi oportunizada e refletida pelo professor do Departamento de Comunicação e História da Arte da Universidade McGill chamado Will Straw, o qual desprendeu grande parte de seus estudos para teorizar as cenas em sua dinâmica com as produções culturais (NASCIMENTO, 2014). O conceito *cenas musicais*, desde a sua primeira abordagem, é constantemente repensado, uma vez que os meios de comunicação e relação continuam aumentando as possibilidades. Além do mais, tratando-se de um conceito que tem como objeto uma manifestação artística, é uma tarefa árdua fixar o significado de forma estável e imóvel apenas.

A estreia das discussões acerca do tema foi por meio de uma coleção de artigos resultado de uma conferência intitulada The Music Industry in a Changing World, proferida no outono de 1990, publicada no

ISBN 978-85-8209-066-4

periódico *Cultural Studies* (SÁ, 2011).

Em conformidade com Sá (2011), Straw desenvolveu uma análise das comunidades musicais para propor a noção de cena. A comunidade musical para o autor canadense estaria ligada aos grupos que produzem tradicionalmente uma composição estável, em que a música criada reflete a exploração de idiomas musicais enraizados geográfica e historicamente. Assim, é possível analisar como exemplo próximo, pensando no campo do patrimônio cultural, o samba de roda do Recôncavo Baiano, considerado uma das expressões musicais coreográfica, poética e festiva relevante para a cultura brasileira. O samba de roda, em 2005, foi considerado patrimônio cultural imaterial da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) (IPHAN, 2006). Ainda, nessa mesma direção, o frevo é também reconhecido por ser uma forma de expressão musical, coreográfica e poética enraizada no Recife e em Olinda, inscrito em 2012 na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela Unesco (IPHAN, 2006).

Em contrapartida, a noção de cena pensada por Straw, nas palavras de Sá (2011, p. 151), "remete a um grupo demarcado por um espaço cultural onde coexiste uma diversidade de práticas musicais que interagem de formas múltiplas, através de diferentes trajetórias de troca e fertilização".

Mediante a publicação intitulada *Scenes and sensibilities*, de 2002, Will Straw continua sua reflexão acerca do conceito de cenas. Nesse trabalho, reflete sobre a música e as relações de sociabilidade em determinado espaço/tempo. O termo é abrangente a ponto de levar em conta as práticas como comer, beber, dançar e conversar em público na associação com as cenas, em que, por sua vez, ocorrem apropriações e negociações entre elas (STRAW *apud* DOMINGUES, 2015, p. 5).

Condensando todas as observações que vinha desenvolvendo, Straw elenca alguns pontos que contribuem para a compreensão da sugestão de cena. São elas:

> 1) Congregação de pessoas num lugar; 2) O movimento destas pessoas entre este lugar e outro; 3) As ruas onde se dá este movimento; 4) Todos os espaços e atividades que rodeiam e nutrem uma preferência cultural particular; 5) O fenômeno maior e mais disperso geograficamente do qual este movimento é um exemplo local; 6) As redes de atividades microeconômicas que permitem a sociabilidade e ligam esta cena à cidade (STRAW *apud* SÁ, 2011, p. 152).

As cenas musicais compreendidas como circuitos culturais geram possiblidades mais amplas de investigações. Janotti Júnior, em trabalho apresentado no ano de 2012, no XXIXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, reflete a respeito da ideia de circuitos culturais de Herschmann, o qual diz que os circuitos culturais podem ser reconhecidos pelos espaços marcados geograficamente, como locais de *shows*, lojas de instrumentos, bancas de vendas de produtos musicais, bares, pontos de encontro, ou simbolicamente como festivais, críticas. Esses elementos englobam lógicas comerciais e processos sociais. Os sujeitos que transitam nesses espaços são afetados pelos aspectos sensíveis e comerciais desses circuitos.

Atento às relações de mercado em que as cenas estão inseridas, Janotti Júnior (2012) propõe uma ideia de cenas musicais em que estas são "enquadramentos sensíveis", permitindo, diante das disputas e negociações, afirmar territórios sonoros, ou seja, "circunscrições de experiências e consumos culturais, articulados por sonoridades e pelo modo como elas circulam, são embaladas e posicionam os participantes das cenas em diferentes circuitos culturais". Logo, ainda segundo o autor, é possível perceber "a importância das cenas nos processos de identificação cultural com sonoridades e experiências musicais" (JANOTTI JÚNIOR, 2012, p. 2).

Nesse sentido, a formação de uma cena e a participação de atores sociais envolvidos na sua cadeia produtiva podem se dar mediante algumas implicações. A principal delas acontece diante do desenvolvimento social e econômico do espaço urbano, onde sujeitos formam grupos que se identificam com uma cena e atuam na disseminação de informações dessa cena, forjando redes sociais, afetivas e mercadológicas circunscritas em certas práticas musicais (JANOTTI; PIRES, 2011).

Assim, pensar nos conceitos até aqui levantados de cenas musicais e não pensar na sua relação com a cidade e as produções culturais urbanas foi a vereda seguida pela pesquisa.

Straw tampouco deixou de refletir sobre o tema, informando que as cenas podem ser caracterizadas pelas localizações, pelo gênero ou pelas atividades sociais em torno das quais se formam, uma vez que são fenômenos urbanos, refletindo a efervescência e a fluidez cosmopolita presentes nas cidades, da mesma maneira que capta também a intimidade que pode existir entre ela e os indivíduos que ali interagem. Para Straw, a cidade é vista, em um mesmo momento, como conteúdo e contexto de uma cena,

ISBN 978-85-8209-066-4

sendo causa e efeito, agente criador e destruidor (STRAW *apud* DOMINGUES, 2015, p. 4).

Conforme Sá (2011), o termo *cenas* dialoga com as noções de espaço, território e lugar, possibilitando ao pesquisador cartografar as sociabilidades e regiões de uma cidade, na medida em que suas interconexões apontam para a organização das comunidades de gosto por meio dos espaços metropolitanos. Dessa forma, o conceito de cenas oportuniza sintonizar com os momentos em que a sociabilidade, em um primeiro momento ainda subterrânea e sem objetivos, cria corpo, plausível de identidades de grupo, por intermédio de diálogos e objetivos comuns, além de evidenciar a multiplicidade de atividades e a mobilidade de um grupo que, por meio dos seus movimentos, realinham as cartografias da cidade.

Ou seja, a cena musical está diretamente conectada com o espaço em que se desenvolve, muitas vezes sendo reconhecida por acontecer especificadamente em determinado lugar, ou certa localidade pode ser reconhecida por ser palco de uma cena.

Diante das questões levantadas, podemos observar práticas culturais em torno da música na cidade de Joinville durante a década de 1990. Nesse período, bandas, músicos e produtores culturais instituíram meios que oportunizaram a realização de *shows*, trocas de vivências, empreendendo significados à cidade.

É importante frisar que o movimento ocorrido em Joinville não se deu de modo intencional, idealizado previamente pelo grupo de pessoas as quais ali se encontravam. O que se viu foi a existência de grupos de pessoas que comungavam das mesmas ideias e gostos, e o resultado dessa aproximação foi a constituição de práticas em torno de seus interesses.

O músico e produtor cultural Edson Luís de Souza (2016) narra-nos que, primeiramente, a interação com as pessoas as quais mais tarde iriam fazer parte das cenas musicais na cidade se deu pelo gosto musical. Segundo o entrevistado, quando alguém do grupo conseguia uma gravação ou algum disco de uma banda de interesse de todos, ou até mesmo pouco conhecida, rapidamente eram feitas cópias que eram repassadas aos demais. Fora isso, o grupo do qual fazia parte seguia a cartilha da indumentária *punk*: cabelo arrepiado, coturno, calças rasgadas. Adiante, Souza (2016) relembra que em 1991 a loja de discos Rock Total abriu suas portas em Joinville trazendo novidades musicais, além de ser ponto de encontro de outras pessoas com gostos parecidos.

Outra narrativa é-nos oferecida por Marcos Maia (2016), que foi integrante das bandas The Power of The Bira e Sanchez, bem como produziu eventos de *shows* de *rock* em Joinville. A prática do uso dos espaços públicos aparece em determinado momento de sua narrativa, demonstrando como esses grupos utilizavam tais locais de sociabilização. Maia (2016) recorda os encontros realizados em frente a um supermercado localizado no centro da cidade, onde as pessoas trocavam informações, discos, conversas. Após as 19 horas, quando o estabelecimento fechava, o grupo de jovens migrava para uma praça próxima na intenção de permanecer nas relações. De acordo com o músico e produtor, da praça se aproximavam pessoas que gostavam de música alternativa, *death metal*, *punk*, *hardcore*, *skatistas*. Uma turma mais *underground*, conforme o entrevistado.

Nesse sentido, os encontros proporcionavam a aproximação das pessoas e a formação, consequentemente, de bandas e artistas. O jornalista e produtor musical na época Nielson Modro (2016) assegura a existência, no fim dos anos 1980 e início da década seguinte, de cerca de 150 "*bandas nas garagens das casas*", e umas tinham mais visibilidade do que outras.

Reiterando a aproximação da constituição das cenas musicais do viés teórico visto antes com as práticas ocorridas na cidade, especialmente quanto a sua estruturação com os locais, além dos significados possíveis, a narrativa do músico Rafael Zimath (2016) é esclarecedora. Hoje em dia ele é advogado e músico atuante da música *rock* autoral da cidade. Na década de 1990 fez parte da banda Butt Spancer. Zimath (2016) conta:

> *Era exatamente isso. Como não tinha nenhum espaço disponível pra realizar esses eventos, a gente tinha que ocupar os espaços que tinham na cidade... E esses espaços eram espaços alternativos. Assim, não eram espaços próprios para* shows *assim, então era associações de bocha, de bairro, enfim, que a gente tinha que pegar equipamentos, ir pra lá montar. A gente mesmo montava, a gente mesmo carregava, não tinha técnico de som, as bandas mesmo entre si cuidavam do som uma da outra, o cara estava tocando lá: "Ah, aumenta o vocal", e o outro ia lá aumentar. E como tem muito desses espaços ainda hoje em Joinville, naquela época a gente notava que tinha muito espaço ocioso. Assim, então chegava lá, falava com o tiozinho: "Oh, o seguinte: a gente quer alugar aí pra fazer um* show*", "Mas que* show *que é?" "É* rock*!" "É pesado?". Daí a gente dizia: "N*ão, não é pesado"*. O cara: "T*ão, tá bom". "Quantos vocês vão cobrar?". "Vocês querem me dar a parte da porta ou querem alugar?". "Não, a gente quer alugar!". Daí a gente alugava e ficava com todo o resultado ou com o prejuízo da bilhetei-*

ISBN 978-85-8209-066-4

> *ra, então era assim que funcionava, e daí enfim. Como esse espaço não era muito próprio, aconteceu várias coisas de, tipo, chão desabar, a gente se machucar, quebrar equipamento, porque não era específico para isso assim, mas era o que tinha disponível. Era festa na casa de amigo, é, associaç*ões, nos bar birosca mesmo.

CONSIDERAÇÕES

Embora o termo cenas musicais seja passível de novas análises por conta daquilo que já conceituou, parece ser uma rica possibilidade ler e interpretar as apropriações dos espaços urbanos e das produções culturais em sua volta, bem como examinar como determinado público, reunido por interesses comuns, é capaz de produzir significados mediante sonoridades particulares dos locais onde se encontram, das formas como geram e consomem conteúdos, ligados às características locais, mas em constante diálogo com o mundo.

Do ponto de vista patrimonial, música pode ser classificada tanto no âmbito material como no imaterial. Pensando no aspecto material, existe uma infinidade de instrumentos, partituras, locais de *shows*, registros fonográficos, entre outros. Por outro lado, sua imaterialidade manifesta-se pelas composições, pelo saber fazer instrumentos, pelas melodias, harmonias, pela representação das sonoridades manifestadas pelas ideias. Por isso, longe de reivindicar proteção ou qualquer registro patrimonial das cenas musicais, faz-se importante perceber a contribuição do conceito para interpretar as práticas culturais que pouco são vistas nas tessituras de uma cidade.

REFERÊNCIAS

CAPELLARI, Marcos A. **O discurso da contracultura no Brasil:** o *underground* através de Luiz Carlos Maciel (c. 1970). 248 f. Tese (Doutorado em História)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-14052008-132129/pt-br.php>. Acesso em: 10 set. 2016.

DOMINGUES, Lia Resende. A evolução do conceito de cena musical e a história do movimento hip hop em Juiz de Fora. *In*: CONGRESSO DE ESTUDOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 6., Rio de Janeiro, 2015. **Anais**... Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.coneco.uff.br/sites/default/files/institucional/domingues_lia_rezende.pdf>. Acesso em: 11 set. 2016.

FREIRE FILHO, João; FERNANDES, Fernanda Marques. Jovens, espaço urbano e identidade: reflexões sobre o conceito de cena musical. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., Brasília, 2012. **Anais**... Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/291758/mod_resource/content/1/Jovens%20Espa%C3%A7o%20Urbano%20e%20Identidade.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

FREITAS, Simone. M. **História Oral:** possibilidades e procedimentos. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FRIEDLANDER, Paul. ***Rock and roll*****:** uma história social. Tradução de A. Costa. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GUIMARÃES, Felipe F. F. Traços da contracultura na cultura brasileira da década de 1960: um estudo comparado entre movimentos contraculturais nos Estados Unidos e no Brasil. *In*: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH, 18., 2012, Mariana. **Anais...** Mariana: Edufop, 2012. p. 1-18. Disponível em: <http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340743615_ARQUIVO_ArtigoContracultura-ANPUH.pdf>. Acesso em: 20 maio 2016.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas. *In*: LAVERDI, Robson *et al*. (Orgs.). **História Oral, desigualdades e diferenças**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

ISBN 978-85-8209-066-4

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Dossiê Samba de Roda do Recôncavo Baiano**. Brasília: IPHAN, 2006.

JANOTTI JÚNIOR, Jeder. "Partilhas do comum": cenas musicais e identidades culturais. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., Brasília, 2012. **Anais**... Fortaleza, 2012. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/sis/2012/resumos/R7-1388-1.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____; PIRES, Victor Almeida Nobre. Entre os afetos e os mercados culturais: as cenas musicais como formas de mediatização dos consumos musicais. *In*: _____; LIMA, Tatiana R.; PIRES, Victor A. N. (Orgs.). **Dez anos a mil:** mídia e música popular massiva em tempos de internet. Porto Alegre: Simplíssimo, 2011. p. 8-22.

MAIA, Marcos. **Marcos Maia:** entrevista [16 fev. 2016]. Entrevistador: Augusto Luciano Ginjo. Joinville, 2016.

MODRO, Nielson. **Nielson Modro:** entrevista [31 mar. 2016]. Entrevistador: Augusto Luciano Ginjo. Joinville, 2016.

NASCIMENTO, Artur O. G. As cenas musicais no recife e as práticas memorialísticas acerca do udigrudi. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 16., 2014, João Pessoa. **Anais**... João Pessoa – PB, 2014. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nordeste2014/indiceautor_DT.htm>. Acesso em: 25 ago. 2016.

NUNEZ, Máira; VAZ, Otacílio. DIY: cultura *underground* do "faça" você mesmo na sociedade em rede. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DO ROCK. 2., 2015, Cascavel. **Anais**... Cascavel, 2015. Disponível em: <http://www.congressodorock.com.br/evento/anais/2015/artigos/6/artigo_simposio_6_1011_mairanunes@gmail.com.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016.

SÁ, Simone Pereira de. Cenas musicais, sensibilidades, afetos e cidades. *In*: GOMES, Itânia; JANOTTI JR., Jeder. **Comunicação e estudos culturais**. Salvador: Edufba, 2011. p. 147-161.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI:** no *loop* da montanha-russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SOUZA, Edson Luís de. **Edson Luís de Souza:** entrevista [18 fev. 2016]. Entrevistador: Augusto Luciano Ginjo. Joinville, 2016.

STRAW, Will. Systems of articulation, logics of change: scenes and communities in popular music. **Cultural Studies**, n. 3, v. 5, p. 361-375, 1991.

ZIMATH, Rafael B. **Rafael B. Zimath:** entrevista [3 mar. 2016]. Entrevistador: Augusto Luciano Ginjo. Joinville, 2016.

OS MERCADOS CAMPESINOS DE BOGOTÁ E O HIBIRDISMO CULTURAL

Daniel Uribe Parra[1]

Resumo:
Este artigo teve como objetivo apresentar os mercados campesinos (mc) em Bogotá, canais de comercialização de produtos rurais frescos, pratos típicos, artesanatos, entre outros bens que remetem às feiras de escambo indígenas pré-coloniais que aconteciam na região central da Colômbia. Dinamicamente transformados, os mc, resultantes do Processo Mercados Campesinos (PMC), configuram-se na atualidade como espaços interculturais de circulação e compartilhamento de conhecimentos ancestrais e modos de saber-fazer campesinos, indígenas e afrodescendentes, baseados em formas de organização associativas e cooperativas. O presente texto propôs apresentar alguns dos modos de saber-fazer campesinos que circulam nos mc e que vêm sendo identificados na pesquisa *Os mercados campesinos de Bogotá: políticas de patrimônio cultural na Colômbia e a construção de instrumentos de sustentabilidade dos modos de fazer campesinos*, cujos principais objetivos são identificar e interligar práticas presentes nesses mercados com as políticas vigentes de patrimônio cultural imaterial na Colômbia. Para tanto, valemo-nos de fontes escritas e entrevistas realizadas com a metodologia de história oral para modos de saber-fazer que podem ser considerados patrimônio cultural imaterial (PCI).
Palavras-chave: mercados campesinos de Bogotá; patrimônio cultural imaterial; hibridismo.

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi resultado da comunicação feita no 3.º Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural (Enipac), realizado nos dias 22 e 23 de setembro de 2016 na Universidade da Região de Joinville (Univille), em Joinville. Foi apresentado nesse seminário um recorte do projeto *Os mercados campesinos de Bogotá: políticas de patrimônio cultural na Colômbia e a construção de instrumentos de sustentabilidade dos modos de fazer campesinos*, o qual está sendo financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio do *Programa* de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), e se desenvolve no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille. Esta investigação está articulada ao Grupo de Pesquisa Cidade, Cultura e Diferença, que por sua vez está inserido na linha de pesquisa patrimônio cultural e memória.

Essas atividades integram os projetos de pesquisa: *Usos e apropriações do patrimônio cultural nas cidades contemporâneas*, sob coordenação da professora Ilanil Coelho, e *Patrimônio cultural e propriedade intelectual: desafios e oportunidades para a sustentabilidade*, coordenado pela professora Patrícia de Oliveira Areas.

O presente trabalho deu-se com o apoio do Programa Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)/do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e aborda uma perspectiva interdisciplinar com base em

[1] Aluno do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille).

ISBN 978-85-8209-066-4

pesquisa bibliográfica e documental tanto na Colômbia como no Brasil. Adicionalmente, na pesquisa de campo que ocorreu nos mercados campesinos de Bogotá, fizeram-se 16 entrevistas semiestruturadas a produtores e líderes campesinos envolvidos no processo, assim como registros fotográficos e coleta de depoimentos de participantes dos mc.

CONFIGURAÇÃO DOS MERCADOS CAMPESINOS

Por conta em grande parte da abertura econômica no fim da década de 1980, as transformações sociais, econômicas e culturais vêm se acelerando rapidamente no continente americano, o que faz com que sejam desenhadas novas tendências na oferta de bens e serviços, modificando práticas anteriormente configuradas.

As cidades latino-americanas não se colocaram distantes dessas transformações/tendências. Países como Argentina, Brasil, Colômbia, Chile e México converteram-se em paraísos para o investimento estrangeiro. Em Bogotá, capital da Colômbia, de maneira semelhante ao que vem ocorrendo em muitas cidades do mundo, esse fenômeno gerou tensões que são marcadas pela concorrência entre multinacionais e comunidades campesinas de pequenos e médios produtores. Esses resultados têm sido favoráveis aos grandes investimentos com correspondente impacto à sobrevivência dessas comunidades.

Os parâmetros estritos de concorrência primitiva baseada no preço, resultado da aplicação de economias de escala e da vantagem competitiva dos grandes empreendimentos comerciais, vêm colapsando os negócios dos campesinos e as redes sociais de troca e de interação em torno das práticas de produção e comércio antigamente configuradas, afetando não apenas as fontes de emprego e de renda de trabalhadores do campo e da cidade, mas também transformando os modos de fazer e conhecimentos herdados e todo o complexo cultural que os envolvem.

Na região central da Colômbia, que compreende Bogotá e os departamentos[2] de Cundinamarca, Boyacá, Tolima e Meta (ver figura 1), a configuração territorial vem se transformando em razão das novas prioridades econômicas do governo. Entre elas, está o aumento na exploração de recursos minerais (não renováveis), ao tempo que diminuem os cultivos e a produção de bens agrícolas. Esse cenário adverte uma baixa na produção de alimentos que antes eram produzidos na região, o que está levando a um aumento constante na importação desses bens.

Figura 1 – *Mapa da região central da Colômbia*



Fonte: elaborada pelo autor

Desde 1990, o ex-presidente César Augusto Gaviria Trujillo, por meio do seu plano de desenvolvimento denominado de *La Revolución Pacífica*, promoveu o processo de abertura econômica na Colômbia, criando o Ministério de Comércio Exterior e diminuindo taxas e barreiras ao comércio. Desde então, têm-se incrementado significativamente as quantidades de produtos agrícolas importados de países altamente

[2] Equivalente a estados no Brasil.

ISBN 978-85-8209-066-4

industrializados. A implementação acelerada de Acordos de Livre Comércio (ALC) nos anos seguintes fez com que finalmente pequenos e medianos produtores campesinos interrompessem sua produção pelas desvantagens competitivas que enfrentavam.

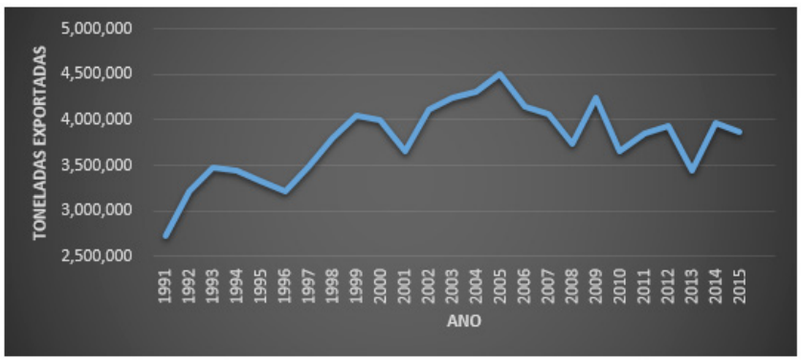
Esses acordos foram apresentados como a "oportunidade de ouro"[3] para consolidar o sistema produtivo do país. Não obstante, quando analisamos os dados correspondentes às quantidades de produtos agrícolas importados e exportados dos últimos 25 anos, eles sugerem o contrário do que o governo prognosticou.

Dados publicados pelo Departamento Administrativo Nacional de Estadística da Colômbia (Dane), entidade oficial encarregada da produção e difusão de pesquisas estatísticas na Colômbia, revelam que as quantidades importadas de produtos provenientes do reino vegetal e das indústrias alimentícias apresentam aumento constante no decorrer dos últimos anos.

Em 1990 se importavam na Colômbia pouco mais de 1.000.000 toneladas de produtos agrícolas. Após 25 anos, são importadas mais de 10.000.000 toneladas (10 vezes mais) desse tipo de bem, que incluem milho, trigo, frutas, grãos e muitos outros alimentos que eram anteriormente cultivados em âmbito local e que são fundamentais para a economia campesina da região.

Do outro lado, quando analisamos os dados relacionados às quantidades de produtos agrícolas exportados, nota-se, conforme se observa na figura 2, que as toneladas desse tipo de bem não consolidaram crescimento constante. Ao contrário, desde 2005 apresentam comportamento instável, com tendência à baixa.

Figura 2 – Somatória de toneladas de produtos agrícolas exportadas pela Colômbia



Fonte: elaborado pelo autor com base em dados do Agronet, do Departamento Administrativo Nacional de Estadística da Colômbia (Dane)

Nessas condições, em abril do ano 2003 teve lugar o Congresso Nacional Agrário, no qual foi assinado e publicado um documento chamado Mandato Agrário. Foram abordados temas como o direito às terras, a proteção do meio ambiente, os direitos sociais, econômicos e culturais dos pequenos produtores e o reconhecimento às mulheres agricultoras (EL OTRO DERECHO, 2004). Esse documento rechaçou profundamente as políticas neoliberais do governo colombiano, de maneira especial aquelas relacionadas com acordos de livre comércio, buscando em seu discurso atribuir importância à soberania alimentária e à união do movimento dos pequenos e médios agricultores e campesinos.

O processo Mercados Campesinos (MC)[4] apareceu em 2004 nesse contexto, como uma mostra de resistência e de busca de reconhecimento da economia campesina, que não foi contemplada no Plan Maestro de Abastecimiento de Alimentos y Seguridad Alimentaria de Bogotá (PMASAB), de 2004. Desde então, o processo MC logrou ter incidência política em Bogotá e as organizações campesinas conseguiram:

> i) el reconocimiento de la economía campesina en la política de seguridad alimentaria 2007-2015 de Bogotá por su rol estratégico para el abastecimiento y la seguridad alimentaria de la ciudad; ii) la definición de un sistema de abaste-cimiento con una lógica de precio justo en la que se beneficien los dos extremos de la cadena: consumidor y productor ; iii) la inclusión de dos representantes de las organizaciones campesinas y comunales

[3] Em 13 de outubro de 2011, o ministro do Comércio qualificou o Tratado de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos como "*una oportunidad de oro para Colombia*" e afirmou que esse acordo ajudaria "a consolidar el aparato productivo nacional y a atraer inversión para el país, lo que derivará en mayor empleo y prosperidade" (COLÔMBIA, 2011).

[4] Mercados Campesinos (MC) referem-se ao processo político organizativo como tal, e mercados campesinos (mc), com inicial minúscula, ao canal presencial em que os produtores campesinos vendem seus produtos diretamente aos consumidores em parques, praças públicas e outros lugares da cidade (ORDOÑEZ *et al.*, 2011, p. 25).

ISBN 978-85-8209-066-4

> en el Comité Directivo que gerencia el Plan Maestro de Abastecimiento de Alimentos y Seguridad Alimentaria de Bogotá (PMASAB); iv) La institucionalización del Día Nacional del Campesino [86] en Bogotá por parte del Concejo de la ciudad; y v) la creación de un canal alternativo de comercialización, financiado por recursos públicos, que reduce la intermediación y con ello la doble injusticia que afecta a los consumidores de Bogotá y los productores campesinos (con altos precios para los primeros y bajos para los segundos) (PARRADO; MOLINA, 2014, p. 85).

Dessa maneira, de 2004 a 2015 o processo MC conseguiu implementar 14 mercados campesinos (mc), isto é, 14 feiras de comercialização de produtos camponeses, em vários pontos da cidade e em outros canais alternativos de comercialização. Contudo, desde a mudança de governo na cidade de Bogotá, em 2016, esse processo está atravessando dificuldades, as quais não têm permitido o normal funcionamento dos 14 mc presenciais, que até 2015 estavam sendo realizados sem interrupção na cidade.

Hoje em dia, só quatro mercados se autogestam em diferentes parques do sul da cidade. Esses eventos autodenominam-se mercados de resistência (mr). Assim, a problemática desta pesquisa engloba principalmente três questões: quais são as formas e os instrumentos que o processo MC vem adotando para proteger e fortalecer os modos de fazer campesinos? As atuais configurações das práticas alternativas de comercialização apontam a sustentabilidade da economia campesina? Como? Por fim, quais os desafios, riscos e benefícios para os campesinos ante a patrimonialização de seus modos de fazer?

Realizaram-se até agora 21 dissertações e teses referentes ao processo MC, mas nenhuma abordou as dimensões patrimoniais dos mercados campesinos ou sua possível articulação com as políticas culturais vigentes no país. Nessa nova perspectiva, esta pesquisa busca entender os possíveis impactos que afrontariam o processo ante a atribuição de valores simbólicos às práticas que o envolvem.

HIBRIDISMO NOS MERCADOS CAMPESINOS (MC) DE BOGOTÁ

Os encontros periódicos em espaços abertos com a finalidade de trocar bens remetem-se a práticas culturais existentes no continente muito antes da chegada dos espanhóis. Ao revisarmos o historiador colombiano Hernández Rodríguez (1990), vemos que esses tipos de espaços estavam já bem consolidados no território onde atualmente está localizada a região central da Colômbia.

O referido autor, em seu livro *De los Chibchas a la Colonia y a la República*, explica que na tradição *muisca*[5], na região da savana andina bogotana, existiam lugares destinados para o escambo entre habitantes originários do altiplano cundiboyacense[6]. A cada quatro dias, em Bacatá[7], Zipaquirá, Tunja e Turmequé, reuniam-se integrantes das tribos das diversas confederações chibchas para intercambiar produtos entre eles. As feiras mais importantes de escambo entre tribos forasteiras ocorriam em Coyaima, nas terras dos Poincos, no limite sul ocidental do território muisca, assim como ao norte, em Socorocotá. Essas trocas eram uma operação caraterizada pela ausência de moeda: o comprador era ao mesmo tempo o vendedor (HERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, 1990).

O hábito de escambo era tão comum nas tribos muiscas que, durante a conquista e, posteriormente, na colonização espanhola, esse costume teve continuidade. Embora alguns espanhóis tentassem negar aos indígenas o direito à troca de produtos, a coroa espanhola amparou o intercâmbio indígena, transformando-o em comércio por intermédio da rápida implementação do dinheiro (HERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, 1990, p. 65).

Ainda hoje alguns dos mercados campesinos oferecem bens que se remetem a essas feiras de escambo pré-coloniais, e alguns campesinos preservam os modos de cultivar e práticas que podem ser considerados patrimônio cultural imaterial da Colômbia. Perguntamo-nos, então: Quais são os instrumentos que permitiram a continuidade dessas práticas e como elas foram transmitidas e herdadas nessas organizações campesinas?

Para isso, devemos entender o termo *campesino* e suas principais diferenças em comparação com um produtor agrícola. Segundo a definição publicada em 2013 pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), na *Declaração sobre os direitos dos campesinos e de outras pessoas que trabalham nas zonas rurais*, campesino é

[5] Povoado indígena que habitava a região onde atualmente está localizada Bogotá.
[6] Refere-se ao planalto situado entre os departamentos de Cundinamarca e Boyacá, departamentos (estados) da Colômbia.
[7] Nome dado pelos muiscas ao território onde hoje fica Bogotá.

ISBN 978-85-8209-066-4

> un hombre o una mujer de la tierra, que tiene una relación directa y especial con la tierra y la naturaleza a través de la producción de alimentos u otros productos agrícolas. Los campesinos trabajan la tierra por sí mismos y dependen sobre todo del trabajo en familia y otras formas en pequeña escala de organización del trabajo. Los campesinos están tradicionalmente integrados en sus comunidades locales y cuidan el entorno natural local y los sistemas agroecológicos (ONU, 2013).

Vemos nessa definição que o campesino tem relação com a terra, relação essa que o diferencia de um produtor. Em entrevista realizada com Nelly Villalobos Rodriguez e seu esposo, Alex Eduardo Sierra, campesinos envolvidos com A produção totalmente orgânica que participam do processo MC, verificamos como percebem eles a diferença entre produtores e campesinos:

> El campesino está en una transición entre seguir como campesino o volverse productor. No es lo mismo. Un productor es aquel que llega a la tierra, pone medios de producción y busca el usufructúo de la tierra. Un campesino es quien se arraiga a la tierra, está en la tierra, se quiere quedar. Un productor no [VILLALOBOS; SIERRA, 2016].

Assim, partindo da definição da ONU, desse depoimento e de muitos outros coletados nesta e em outras pesquisas, entendemos que os campesinos não só produzem alimentos, mas têm uma conexão existencial com a terra e formam grupos tradicionalmente integrados. O campesino diz respeito a um *ethos*, construído historicamente pela forma de produção agrícola.

Contudo, não pretendemos fixar uma definição de campesino, já que compartilhamos a ideia do antropólogo e crítico cultural Canclini (2008), quando propõe em seu livro *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade* que as culturas na atualidade são hibridas. Por hibridação, o autor compreende “os processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (CANCLINI, 2008, p. XIX).

Por outra parte, concordamos que “os países latino-americanos são atualmente resultado da sedimentação, justaposição e entrecruzamento de tradições indígenas, do hispanismo colonial católico e das ações políticas educativas e comunicacionais modernas” (CANCLINI, 2008, p. 73), razão pela qual podemos sim identificar modos de fazer e conhecimento que possam ser trabalhados haja vista a gestão do patrimônio cultural. Sobre isso, Canclini (2008, p. 202) afirma:

> A política cultural e de pesquisa relacionada ao patrimônio não tem por que reduzir sua tarefa ao resgate dos objetos “autênticos” de uma sociedade. Parece que devem importar-nos mais os processos que os objetos, e não sua capacidade de permanecer “puros”, iguais a si mesmos, mas por sua representatividade sociocultural. Nessa perspectiva, a investigação, a restauração e a difusão do patrimônio não teriam por finalidade central almejar a autenticidade ou restabelecê-la, mas reconstruir a verossimilhança histórica e estabelecer bases comuns para uma reelaboração de acordo com as necessidades do presente.

Assim, se analisamos o processo MC desde essa ótica, podemos reconhecê-lo como um espaço intercultural com potencialidade de articular a economia campesina com os desafios atuais das pesquisas e das políticas associadas ao patrimônio cultural. Essas políticas, porém, não conseguem articular a densidade histórica com os significados recentes gerados pelas atuais práticas de produção e consumo (CANCLINI, 2008, p. 198).

Nesse sentido, vemos a possibilidade da configuração de o processo MC obter uma política cultural eficaz para articular práticas de comércio inovadoras que carregam uma densidade histórica e, ao mesmo tempo, para protegê-las na reconfiguração econômica atual do território colombiano.

Sobre esse tema, a historiadora mexicana Arizpe (2006), no livro *Culturas en movimiento*, faz uma relevante síntese da atual situação das políticas culturais e patrimoniais, explicando como elas são essenciais (especialmente aquelas relacionadas com o patrimônio imaterial) no desenvolvimento econômico e social:

> El nuevo reto para las políticas culturales consiste en entender el proceso mediante el cual las diversas comunidades culturales -es decir, las naciones, las culturas regionales, los pueblos indígenas y las minorías culturales- están creando nuevas formas de expresión para sí mismas y con respecto a sus sitios en las sociedades. El patrimonio cultural intangible es parte de este proceso de reconocimiento y creatividad en el mundo actual, debido a que es la expresión cultural que más fielmente refleja los sentimientos, temores, aspiraciones y

ISBN 978-85-8209-066-4

> cambios en las expectativas y demandas de la gente. Ayudar a los portadores de la cultura a mantener y proporcionar nuevos signos y significados a dicha expresión contribuye a que las personas tengan un sentimiento de seguridad y representación en un mundo que fluye rápidamente. Reconocer esto es darle a la gente el incentivo para continuar en la búsqueda de soluciones creativas para su propio desarrollo (ARIZPE, 2006, p. 43).

Percebem-se então as políticas culturais e patrimoniais como uma ferramenta para fomentar o desenvolvimento econômico e social dos agentes que fazem parte de processos como os de MC, propiciando simultaneamente novos espaços interculturais que permitem a participação no planejamento futuro de suas práticas.

> Para apoyar dichos procesos se requiere un nuevo tipo de política cultural que centre su mirada en el plano en el que operan las expresiones y creaciones culturales. Con tal fin se necesitan guías que se dirijan al patrimonio cultural intangible, pero que también influyan en las políticas educativas, de desarrollo social y económicas. Ya no se trata del patrimonio del pasado, sino de la creatividad que crea futuro. Aunque esto comprende objetos, artefactos e instrumentos, se refiere primordialmente a procesos. En otras palabras, el proceso mismo que hace que los individuos o la gente de un pueblo, un grupo o una nación se reúnan con la finalidad de producir un objeto o un performance, o una idea cultural, debe ser un objetivo primordial de las políticas culturales (ARIZPE, 2006, p. 43).

Gutiérres (2016), proveniente de família camponesa, migrou para Bogotá a fim de trabalhar pelos direitos dos campesinos, sobretudo de jovens e mulheres. Atualmente é coordenadora de Comunicações e diretora de Educação e Cultura da Asociación Departamental de Usuarios *Campesinos* de Cundinamarca (Aduc), organização campesina que participou no processo MC desde sua configuração inicial, em 2014.

Em entrevista realizada em junho de 2016, ela destacou a necessidade de uma política de proteção aos mc voltada não apenas a atender aos vários grupos de camponeses em situação vulnerável, mas também como um direito de todos os colombianos de conhecerem e partilharem a história e os bens culturais campesinos. Disse ela:

> [Os campesinos] hacen parte de nuestra cultura, así como hacen parte nuestras comunidades indígenas, afros. Ellos tienen una historia y una historia que el mundo tiene que conocer que hay detrás: de humildad, de ese sacrificio, de ese dolor porque detrás hay mucho dolor y hay una cultura que debe hacerse visible. […] Muchos años ellos nos han alimentado y lo siguen haciendo aun cuando las condiciones cada día se les cierra más la brecha a ellos para que puedan continuar en el campo (GUTIÉRRES, 2016).

Dessa forma, a pesquisa propõe a procura por um modelo baseado nos mercados campesinos para combinar valoração econômica e os valores patrimoniais identificados e avaliar os desafios, riscos e benefícios para os campesinos ante a patrimonialização de modos de fazer presentes hoje nesses mercados. Pretende-se ao final desta investigação oferecer as diferentes possibilidades de que a legislação colombiana dispõe para esses tipos de manifestações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por conta do fenômeno da diminuição da produção de alimentos cultivados na região central da Colômbia, que vem sendo aprofundada pelas políticas neoliberais adotadas desde o início da década de 1990, o PMC desde 2004 incide efetivamente nas políticas de abastecimento alimentar de Bogotá, possibilitando a configuração de espaços interculturais na capital colombiana, nos quais circulam os conhecimentos ancestrais e os modos de saber fazer campesinos que podem ser considerados patrimônio cultural na Colômbia.

Esses temas e as possibilidades de reconhecimento e de proteção do processo mc como objeto de políticas públicas na Colômbia estão sendo trabalhados pela ótica do hibridismo cultural e interculturalidade, tentando identificar as práticas e os conhecimentos que podem ser reconhecidos como patrimônio cultural da Colômbia, avaliando os possíveis riscos e benefícios que poderiam suscitar uma intervenção.

Dessa forma, abrangendo tanto as ações de incidência política realizadas em 2016 quanto a sua atual configuração organizativa, pretendemos identificar onde estão localizados os detentores dos bens culturais

ISBN 978-85-8209-066-4

de natureza imaterial que consideramos compatíveis com a legislação colombiana e abrir o debate sobre as possibilidades que oferecem os instrumentos do PCI na Colômbia, interligando-os à concepção de desenvolvimento como liberdade.

REFERÊNCIAS

ARIZPE, Lourdes. **Culturas en movimiento:** interactividad cultural y procesos globales. México: Cámara de Diputados LIX Legislatura-UNAM-CRIM-Editorial Miguel Ángel Porrúa, 2006. 368 p.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução: Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

COLÔMBIA. Ministerio de Comercio, Industria y Turismo. **TLC una oportunidad de oro para Colombia:** Ministro Sergio Díaz-Granados. 2011. Disponível em: <http://www.mincit.gov.co/publicaciones.php?id=1184> Acesso em: 8 ago. 2016.

EL OTRO DERECHO. **Derecho a la Tierra:** conceptos, experiencias y desafíos. n. 31-32. Bogotá: ILSA, 2004. Disponível em: <http://ilsa.org.co:81/biblioteca/dwnlds/od/elotrdr031>. Acesso em: 31 maio 2016.

GUTIÉRRES, Angélica M. **Angélica M. Gutiérrez:** entrevista [jun. 2016]. Entrevistador: Daniel Uribe Parra. Bogotá, 2016.

HERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Guillermo. **De los Chibchas a la Colonia y a la República:** del Clan a la Encomienda y al Latifundio en Colombia. Colômbia: Paraninfo, 1990.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Asamblea General del Consejo de Derechos Humanos:** declaração sobre os direitos dos campesinos e de outras pessoas que trabalham nas zonas rurais. Genebra: ONU, 2013.

ORDOÑEZ, Fredy *et al*. **Economía campesina, soberanía y seguridad alimentarias en Bogotá y la región central del país**. Bogotá: Ilsa, 2011.

PARRADO, Álvaro; MOLINA, Juan. **Mercados campesinos:** modelo de acceso a mercados y seguridad alimentaria en la región central de Colombia. Bogotá: Oxfam, 2014.

VILLALOBOS, Nelly; SIERRA, Alex. **Nelly Villalobos y Alex Sierra:** entrevista em grupo [jul. 2016]. Entrevistador: Daniel Uribe Parra. Bogotá, 2016.

PATRIMÔNIO CULTURAL RURAL: INFLUÊNCIA DO MODO DE VIDA RURAL NA AQUISIÇÃO DA SEGUNDA RESIDÊNCIA

Fabelis Manfron Pretto[1]
Leonel Brizolla Monastirsky[2]

Resumo: O presente trabalho teve como objetivo apresentar reflexões sobre o patrimônio cultural rural e a sua influência na aquisição da segunda residência em um espaço geográfico específico: o campo. Na busca pela compreensão dessa modalidade patrimonial, foi realizado levantamento bibliográfico acerca dessa temática e fizeram-se entrevistas com o uso de roteiro semiestruturado com famílias residentes locais e famílias que possuem casa de segunda residência, tendo como recorte espacial da pesquisa a área rural do distrito de Guaragi, no município de Ponta Grossa (PR). As práticas culturais de um grupo social perpetuam-se por meio da memória coletiva e estão intimamente relacionadas com a memória individual e com o processo de identificação dos sujeitos com um grupo cultural e com determinados espaços. Os patrimônios rurais são resultado de um conjunto indissociável composto do patrimônio material, aquelas edificações, equipamentos e demais artefatos ligados ao campo e ao modo de produção econômica e cultural desse espaço, e do patrimônio imaterial, associado ao conhecimento e às práticas sociais e culturais que estruturam o dia-a-dia no campo, que estão presentes e marcados na (trans)formação da paisagem. Percebeu-se que há um número crescente de moradores urbanos que buscam a segunda residência no campo por diversos motivos, entre eles o maior contato com a natureza e com o modo de vida rural, elementos componentes do patrimônio cultural rural – intrínseco ao cotidiano dos moradores. Assim, observa-se que esse conjunto de patrimônios material e imaterial influencia na aquisição e manutenção de uma residência secundária.
Palavras-chave: patrimônio cultural rural; identidade; memória; segunda residência.

INTRODUÇÃO

No Brasil a partir da década de 1980 ocorreu a intensificação do processo de aquisição de segundas residências. As pessoas têm buscado uma residência secundária em espaços diferenciados como regiões litorâneas, serras, ou no campo. Então, este trabalho buscou compreender a aquisição da segunda residência em um espaço geográfico específico: o campo.

De acordo com Pretto (2014), há no campo um conjunto patrimonial que exerce poder de encantamento sobe os citadinos, o patrimônio cultural rural, que congrega o modo de vida rural e as edificações, bens relacionados ao cotidiano do campo e à paisagem. Esses patrimônios material e imaterial exercem poder de

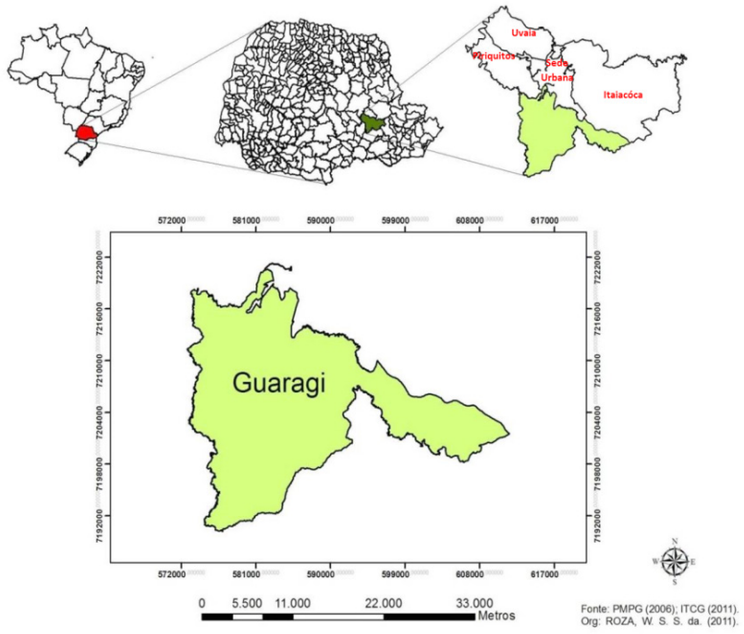
[1] Programa de Pós-Graduação em Geografia, Doutorado em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
[2] Professor adjunto do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEPG.

ISBN 978-85-8209-066-4

encantamento sobre os citadinos, que buscam vivenciá-lo e, para isso, adquirem uma casa de segunda residência.

Para a elaboração deste trabalho, foram realizadas entrevistas com famílias residentes locais e famílias que possuem casa de segunda residência, tendo como recorte espacial da pesquisa a área rural do distrito de Guaragi (figura 1), no município de Ponta Grossa (PR). Guaragi é um dos três distritos rurais de Ponta Grossa, localizado a 32 km da sede urbana do município.

Figura 1 – Localização do distrito de Guaragi, no município de Ponta Grossa (PR)



Fonte: Pretto (2014)

A abordagem desta pesquisa é fenomenológica, de maneira que a captação e o tratamento dos dados levantados tiveram como propósito compreender o movimento de saída da cidade e a busca pela residência secundária no campo, pelas experiências daqueles que o vivenciam, ou seja, a relação do sujeito com o espaço em que vive e com aquele que busca vivenciar.

Foram realizadas entrevistas com oito moradores que possuem segunda residência em distritos do município de Ponta Grossa. Para as entrevistas, foi utilizado um roteiro semiestruturado com 36 questões, respondidas nas residências dos entrevistados. As perguntas procuravam obter dados sobre vivência, experiências, hábitos, tradições e costumes desses moradores enquanto estão na casa de segunda residência, e também acerca das motivações de buscar essa nova residência secundária. As perguntas foram qualitativas e quantitativas.

De tal maneira, as reflexões apontadas têm o intuito de contribuir com o avanço dessa discussão conceitual a respeito da temática das segundas residências, que ainda é recente e incipiente, e com as discussões quanto ao patrimônio cultural rural. Para tanto, são apresentadas reflexões concernentes ao processo de apropriação simbólica do campo por meio das segundas residências, haja vista a discussão sobre o processo de identificação com o espaço conforme a perspectiva de análise cultural e a contextualização da busca por segundas residências no campo, motivadas pelo processo de perda de vínculos identitários com o espaço urbano e pela busca por um novo contexto cultural.

REFLEXÕES CONCEITUAIS SOBRE CULTURA, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

De caráter multidimensional, o espaço é produzido e compreendido por meio de um amálgama de elementos que perpassam o campo da economia, política, cultura, questões sociais etc. Assim, entender o espaço e as relações sociais entre os atores que o vivenciam é uma tarefa complexa, uma vez que as sociedades estão em processo de modificações constantes.

ISBN 978-85-8209-066-4

Pelos traços culturais de um grupo social, é possível perceber a relação das pessoas com o meio e as relações sociais que se estabelecem no espaço geográfico. A cultura pode ser verificada com base nas relações econômicas, sociais e políticas que ocorrem em um espaço e dele com o mundo, bem como por ela se permitem entender os sentimentos que o sujeito desenvolve no seu espaço de vivência e no seu contexto de (re)produção sociocultural.

As relações sociais e do sujeito com o espaço estruturam a sociedade, se transformam e são transformadas ao longo do tempo, alterando a percepção dos sujeitos em relação ao seu espaço de vida. Uma das maneiras pelas quais o sujeito apropria-se do espaço é a cultura, que se molda na forma de interpretação que um grupo tem da realidade vivida, e, dessa maneira, o conceito é formado pela interação do indivíduo e da realidade cotidiana.

De acordo com Cosgrove (1998), a cultura é constantemente produzida nas ações humanas e por mais que não seja perceptível, por não ser reflexiva, está ocultada na rotina e na vida cotidiana, e os traços culturais (re)produzem-se no cotidiano das pessoas, nas formas material e imaterial, e também (re) modelam o contexto social e o espaço geográfico.

Para Claval (2007), a cultura é resultado dos saberes, das técnicas, dos valores e dos conhecimentos comunicados entre gerações, e a cultura de um grupo não é um conjunto inerte, mas está constantemente sendo inovada pela incorporação de elementos externos a ela ou pela própria dinâmica interna da sociedade. Assim, ao avaliar os traços culturais (re)produzidos no cotidiano, é possível entender a relação com o meio habitado e com outros indivíduos.

Pela influência do processo de globalização ou pelo processo de aculturação local, as relações entre os grupos sociais e as configurações espaciais mudam no decorrer do tempo, surgindo novos símbolos, objetos, modos de agir e pensar, compartilhados entre esses grupos. Mesmo com essas modificações, os grupos mantêm suas especificidades, já que alguns traços culturais são mantidos e outros parcialmente modificados ou suprimidos. Para Hall (2006), o processo de globalização incentiva transformações em todos os espaços, mas com lógica e amplitudes diferentes.

Com o avanço do processo de globalização, proveio o movimento por modernização, que paradoxalmente incitou as mobilizações pela salvaguarda do patrimônio histórico e cultural, na tentativa de resguardar os vínculos dos indivíduos com o passado e preservar as bases identitárias de um grupo social.

O impulso pela mudança e pela modernização existe, mas contrariamente a ele ocorre a negação a esse processo, que impulsiona a manutenção das especificidades de cada lugar – das particularidades inerentes a cada espaço, ocasionadas pelo conjunto de condições que decorrem apenas naquele local como tradições, hábitos, histórias e, portanto, o patrimônio cultural resultante da união desses elementos particulares de cada espaço.

No campo e na cidade a intensificação da globalização resulta no processo de reestruturação das relações entre esses dois espaços. Entre campo e cidade, acontece uma relação dialética caracterizada por momentos de complementariedade e outros de dicotomia. O campo exerce na atualidade novas atividades, à medida que recebe novas funções e novos atores sociais, mas mantém muitas especificidades culturais, econômicas e paisagísticas que caracterizam esse espaço.

Os termos *rural* e *urbano* são entendidos como as representações sociais desses espaços. Essas representações podem ser reelaboradas e passar por mudanças no tempo e no espaço convencionadas pelo universo simbólico que se apresentam. Logo, rural e urbano não são conceitos estáticos, mas sim estão em constante transformação, sobretudo se for considerada a fluidez – material e simbólica – crescente que se estabelece entre cidade e campo (CARNEIRO, 1998).

Para Wanderley (2001), apesar das mudanças que ocorreram no campo, são mantidas as especificidades sociais, ecológicas e culturais ao longo da história, que caracterizam até mesmo a maneira pela qual os sujeitos se inserem na sociedade. O modo de vida rural é um jeito pelo qual o sujeito que vive no campo vê e vive o mundo; o modo de vida rural são as lentes de uma identidade rural que configuram o modo de viver e ser no campo e de interagir com outros espaços.

Os moradores do espaço rural do distrito de Guaragi tem contato com os centros urbanos próximos, motivado principalmente pela dependência de bens de consumo e serviços não encontrados no distrito, porém o processo de aproximação com a cidade e o modo de vida urbano não determinam o desapego ao modo de vida rural ou ao campo. Destarte, não caracteriza o fim do rural. Esse processo tem reforçado os sentimentos de apego ao local e ao espaço de vida do campo. Ao ter contato com os problemas urbanos (violência, desemprego, poluição, estresse, entre outros), os residentes do campo reforçam a afeição pelo rural, onde esses problemas ainda não aparecem de maneira tão frequente ou intensa. O campo caracteriza para eles a tranquilidade, o contato com a natureza, os horários mais livres.

ISBN 978-85-8209-066-4

A conservação de traços culturais e elementos simbólicos no campo acontece porque esse conjunto cultural preservado faz parte da memória social do grupo e estrutura a identidade dos moradores, por isso são preservados e disseminados entre as gerações. O conjunto de elementos conservados presentes no cotidiano e na memória dos moradores do campo pode ser considerado patrimônio cultural.

A salvaguarda dos patrimônios tem como finalidade resguardar a história da sociedade, no entanto a discussão sobre patrimônio perpassa jogos de poderes políticos, econômicos, ideológicos e culturais, e frequentemente apenas parte da memória social é guardada, existindo desigualdade em favor dos patrimônios urbanos quanto ao número de estudos e ações das diversas escalas de poder.

O conceito de patrimônio desde suas primeiras noções recebeu diversas modificações e ampliou-se, passando a abarcar as muitas formas de herança cultural não só material como imaterial, considerando várias classes sociais. Alguns conjuntos patrimoniais ainda possuem lacunas e carecem de aprimoramento, como é o caso do patrimônio do espaço rural – estruturante da identidade do sujeito que vive no campo.

Os moradores do campo preservam um conjunto de princípios norteadores que se materializam no cotidiano, nas relações sociais, no modo de realizar o trabalho e nas práticas diárias. Essas características culturais sofrem pequenas modificações, mas têm se mantido perante a dinâmica histórica da sociedade.

De acordo com Pollack (1992, p. 201), “se destacamos essa característica flutuante, mutável, da memória, tanto individual quanto coletiva, devemos lembrar também que na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis” – tradições e costumes que se tornam parte da vida do sujeito e são repassadas pelas gerações de forma automática, incorporando novidades, mas mantendo suas proposições, calcadas na memória do grupo.

Os elementos simbólicos relacionados à vida cotidiana dos habitantes rurais têm recebido valorização pela moda crescente do consumo do espaço rural, incluindo o modo de vida. Esse movimento tem dado visibilidade para a existência do patrimônio cultural rural e corroborado tal patrimônio. De acordo com Tognon (2002), o patrimônio cultural rural reúne, além do conjunto de registros materiais e imateriais provenientes das práticas diárias e os costumes, as formas de produção estabelecidas na área rural, mas a falta de um documento que lista metodologias para inventariar os patrimônios culturais prejudica, atrasa e restringe a salvaguarda desses patrimônios.

A preservação, o (re)conhecimento e a valorização das características rurais e da importância do campo para a cidade permitem ao indivíduo que ocupa o campo sentir sua participação efetiva na vida da sociedade. Por meio da salvaguarda das memórias coletivas e individuais, o modo de vida rural e o campo podem se tornar espaço de produção econômica, contudo é necessário o reconhecimento desse patrimônio e a sua valorização pelas diversas escalas de poder, para que seja preservado e respeitado.

A segunda residência: processos identitários e a busca pelo rural

Para aqueles que vivem em cidades médias, grandes centros urbanos e metrópoles, há uma nova percepção da relação com o espaço. De acordo com Carlos (2007), a cidade já não é mais lugar apropriado para o sujeito nem construído por ele, mas sim seu espaço de passagem. Essa nova relação causa estranhamento a esse espaço, o urbano, que tem passado por um processo de ressignificação.

Essas mudanças influenciam outro fenômeno: a busca pela segunda residência fora do contexto urbano. Há vários espaços que recebem as segundas residências: serras, regiões metropolitanas e litorâneas, praias, entre outros. Contudo, neste trabalho, abordamos o campo como o espaço de recepção de segundas residências, buscando enfatizar por que há a escolha por um espaço com contexto cultural tão específico: o rural.

Ao passo que a cidade passa por um processo de ressignificação, o campo também passa por esse mesmo processo de reestruturação simbólica e novos significados. De acordo com Tuan (2012), o ser humano está sempre buscando o ambiente ideal, e, por isso, diversas ciências voltam-se à compreensão das preferências das pessoas, utilizando a grande quantidade de dados estatísticos para fundamentar a produção do saber. No entanto ainda se vê carência em compreender a amplitude emocional e a intensidade das novas relações de apropriação do espaço pelos sujeitos, influenciados pelas novas configurações advindas com o contexto histórico-geográfico.

Os patrimônios rurais são resultado de um conjunto indissociável composto do patrimônio material, aquelas edificações, equipamentos e demais artefatos ligados ao campo e ao modo de produção econômica e cultural desse espaço, e do patrimônio imaterial, associado ao conhecimento e às práticas sociais e culturais que estruturam o dia a dia no campo – presentes e marcados na (trans)formação da paisagem (PRETTO, 2014).

ISBN 978-85-8209-066-4

O campo ainda é reconhecido pela tranquilidade, pela harmonia e pelo contato com a natureza, pela vida mais saudável (física e psicológica) por conta da boa alimentação e da menor exposição a situações de estresse, da possibilidade de gerenciamento do tempo de maneira mais livre, pelo caráter amigável e sincero dos seus moradores, entre outras características que constituem uma visão idílica do ambiente rural para os moradores da cidade.

O conjunto de bens patrimoniais rurais exerce encantamento sobre os citadinos, que buscam a experiência de outro modo de vida, diferentemente daqueles das cidades. Vários são os locais escolhidos para receber a segunda residência: vales, serras, regiões litorâneas e praias. Nas últimas décadas muito se tem discutido acerca da importância de compreender o lugar da natureza na vida humana e na história da sociedade, e o campo passou a ser entendido num contexto de ressignificação.

De acordo com Schneider e Fialho (2000), além da redefinição da percepção simbólica do campo, outros fatores que influenciam na busca da segunda residência no meio rural são o aumento do tempo livre pelas facilidades trazidas pela evolução tecnológica, a melhoria das vias de acesso e meios de comunicação, diminuindo o tempo gasto no deslocamento, a segurança e qualidade de vida oferecidas pelas condições ambientais do campo, o estresse e o crescimento das cidades, e a busca pelo exótico e isolamento no campo.

O estudo a respeito das segundas residências é recente no Brasil e ainda faltam dados mais aprimorados, pois apenas com base nos censos de 1980 e 1991 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) diferenciou as residências secundárias daquelas que estavam fechadas ou não tinham moradores durante o recenseamento.

O número crescente de moradores urbanos que buscam a segunda residência no campo é ocasionado por diversos motivos, entre eles o maior contato com a natureza e com o modo de vida rural, elementos componentes do patrimônio cultural rural – intrínseco ao cotidiano dos moradores. Conforme dados do IBGE (2016) dos dois últimos censos (2000 e 2010), percebe-se que há crescimento do número de moradores de segunda residência no Brasil, no estado do Paraná, no município de Ponta Grossa e, consequentemente, nos distritos rurais do município (tabela 1).

Tabela 1 – Crescimento do número de domicílios rurais de segunda residência

Brasil, Estado, Município e Distrito	Domicílios recenseados/ano	
	2000	2010
Brasil	830105	1267386
Sul	108060	161444
Paraná	33801	51388
Ponta Grossa – PR	263	572
Guaragi - Ponta Grossa - PR	69	112
Itaiacoca - Ponta Grossa - PR	141	270
Piriquitos - Ponta Grossa - PR	- *	61
Uvaia - Ponta Grossa - PR	63	129

Fonte: adaptado de IBGE, 2016

É sobretudo nos grandes centros urbanos onde as novas maneiras de relação com o espaço, o tempo e as próprias relações sociais, marcadas pela fluidez da pós-modernidade, se transformam e influenciam a construção/apropriação/percepção do território pelos indivíduos. A vida modifica-se. Logo, as formas do espaço urbano também incorporam essas mudanças e as territorialidades, e a apropriação/construção/mudança/vivência no/do território também são modificadas.

As cidades, com suas atividades e organização espacial, refletem relações dinâmicas que se estabelecem sobre o espaço geográfico e na contemporaneidade são marcadas pela velocidade nas relações sociais, pelo efêmero, pelo fluido (HARVEY, 1993).

De acordo com Carlos (2007), a palavra que melhor define as metrópoles é movimento. A paisagem é pensada e edificada para ser dinâmica, para expor a velocidade, a fluidez dos bens, dos sentimentos, da economia, dos sentidos e da vida urbana. O efêmero torna-se parte da vida das pessoas, nas suas relações pessoais. O sujeito já não é mais indivíduo, agora é multidão, parte da grande disforme massa

ISBN 978-85-8209-066-4

urbana. Não determina mais seu ritmo de vida, é determinado pelo tempo e pelo espaço, que não tem mais noite; é um dia constante na efetivação dos serviços prestados 24 horas, com um leque crescente de atividades ligadas a esse horário ininterrupto.

O processo de reprodução da cidade em sua condição atual está relacionado ao de reprodução do capital. A transformação da grande cidade é marcada pela perda dos referenciais, pelo desaparecimento das marcas do passado histórico lido na paisagem presenciada na vida cotidiana (destruição dos bairros, construções de vias rápidas, com produção de edifícios, entre outros). Há a negação da identidade em função dos referenciais urbanos que sustentam a vida e a memória. A reprodução do espaço urbano é a expressão última do processo de urbanização mundial, no qual a realidade urbana se generaliza de modo contraditório, produzindo conflitos em todos os níveis (CARLOS, 2007).

Esses conflitos ultrapassam a (re)produção social, chegam à produção e à vida cotidiana e alteram a vida diária das pessoas que vivem nos grandes centros urbanos. Contudo, a cada dia mais, a cidade tem se tornado espaço de trânsito, de passagem, e não de vivência nem de construção do espaço pela lógica do sujeito, da sua apropriação e significação territorial. Essa nova forma de vivenciar – ou não vivenciar – o espaço modifica a relação do sujeito com o meio e causa ruptura dolorosa com a sua própria estrutura interna, pois os espaços cotidianos são apropriados por todos os sujeitos.

As modificações intensas e dinâmicas nas relações sociais e na relação dos sujeitos com seus espaços alteram as condutas e formas de agir, pois as experiências vinculadas a um espaço são resultado e partem do processo de construção do mundo social, de onde provêm os significados e símbolos da cultura de um grupo. Logo, a compreensão dos aspectos objetivos e subjetivos propicia a inteligibilidade da atual relação do morador urbano com seu espaço de vivência e o processo de perda de vínculos identitários que ocorre perante as dinâmicas contemporâneas do modelo atual de cidade.

A relação com o espaço cotidiano também influencia na formação da identidade do sujeito, uma vez que a identidade funciona como uma síntese da cultura do grupo e, por ser flexível, permite que o sujeito possa adaptar-se a diversas situações.

Para Hall (2006), no atual momento histórico a identidade está suspensa, não tem mais bases fixas em um lugar ou momento, mas transita na história e no espaço. Traços culturais e elementos da identidade passam por um processo de confronto de valores e reestruturação. De acordo com o autor, no sujeito pós-moderno, aquele que não tem uma identidade “fixa, essencial ou permanente”, a identidade é formada e transformada continuamente, definida historicamente, e não biologicamente, existindo identidades contraditórias. Não existe mais a identidade plenamente unificada.

Harvey (1993) também apresenta essa mesma perspectiva de observação quando analisa os conjuntos de códigos bem distintos para cada situação que o sujeito vivencia. Essa característica é induzida pela fragmentação e pela instabilidade, que permitem a representação de uma identidade vivida como palimpsesto – daquilo que se retoma de outro momento –, ou como nova experiência impulsionada pela sensibilidade e pela sensação.

A globalização tem interferido intensamente na estrutura da identidade e, sobretudo, na pós-modernidade, pois, conforme Hall (2006), esse processo pode criar novas identidades, novas posições de identificação. O autor afirma que a globalização é um complexo de forças de mudança que estão deslocando as identidades culturais. Essas identidades, ao atravessar fronteiras nacionais, integram e conectam comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo. Isso traz efeitos da globalização na localização e representação das identidades, pois todas as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólicos. Essas novas características temporais e espaciais, que resultam na compressão de distâncias e de escalas temporais, estão entre os aspectos mais importantes da globalização a ter efeito quanto às identidades culturais, por ter impacto imediato sobre pessoas e lugares situados a uma grande distância.

A desestruturação da identidade influencia a fragmentação não apenas do tempo e do espaço, como também do indivíduo. Nos grandes centros urbanos e metrópoles, esse processo é ainda mais acentuado, representando o sentimento de estranhamento dos sujeitos em relação ao espaço, pois este já não é mais lugar das experiências nem das sensações, mas apenas o espaço de trânsito. Rompeu-se a lógica da socialização, e o motor que dá propulsão a essa movimentação é a globalização, que acentua o efêmero e a individualidade, deixando vazios abissais.

Para Carlos (2007), sentimentos como a solidão e a angústia ilustram, para os poetas e romancistas, os anseios das pessoas da cidade, onde se é parte de uma multidão e paradoxalmente cada vez mais sozinho. Na cidade, todos os aparatos tecnológicos se voltam para a condução psicológica e formação de uma sociedade sem reflexão, apenas de ação. Quem vive na cidade já não a constrói, nem sequer elucubra sobre ela; apenas a observa e a transita.

ISBN 978-85-8209-066-4

Pelas experiências vivenciadas em determinados espaços, cada pessoa pode suscitar sentimentos diferenciados a respeito desse lugar. As cidades têm se tornado lugar de estranhamento, de rejeição, de negação de vínculos. Esse sentimento tem influenciado outro fenômeno: a busca pela segunda residência fora do contexto urbano.

As memórias dos citadinos que buscam a segunda residência são repletas de nostalgia, formadas das significações atribuídas ao campo e relacionadas às memórias dos momentos vividos nesse espaço. A busca pela casa no campo representa mais que buscar ter uma vida de contato com a natureza, com menos barulho e mais liberdade de tempo. Ela representa uma fuga, muito mais significativa que a fuga da cidade, pois também representa a fuga das tensões que afligem o sujeito moderno, constantemente cobrado pela sua produção, pelas respostas rápidas, por estar a todo o momento vigiando, pela sua segurança física e social.

De acordo com Pollack (1989), existe a possibilidade de entender as conjunturas que tornam as memórias favoráveis e reconhecer até que ponto o presente é capaz de colorir o passado. Em conformidade com o autor, entende-se que possuir a casa de segunda residência tem a representação social de possuir um refúgio, um apanágio para a angústia urbana contemporânea. Sobre a significação *casa de campo*, há uma visão que beira o sentimentalismo romanceado e nostálgico de momentos que podem ser revisitados na memória.

Para Silva (2009), há uma adaptação da memória pelo imaginário acerca das casas de campo. De acordo com a autora, as memórias relativas à vida no campo são recriadas para atender às expectativas bucólicas dos sujeitos, por meio do remodelamento das lembranças que estruturam o significado da segunda residência, reacendendo a memória de maneira muito intensa quando aborda aspectos do ambiente natural, geralmente associados à infância.

Pautado nas lembranças do passado vivido no espaço rural, ou nas memórias sociais de vida no campo, o sujeito recria sua representação na casa de campo enquanto seu mundo dos sonhos, do imaginário, da fuga. As ideias e os sentimentos sobre o campo materializam-se na dominação territorial de um espaço rural e na apropriação simbólica do modo de vida, ou seja, na apropriação do patrimônio cultural rural. Estar na casa de campo é estar no presente, (re)vivendo o passado, mas pensando no futuro enquanto qualidade de vida. O tempo do campo é o do sonho, o tempo da infância e da família feliz. Observa-se que esse conjunto de patrimônios material e imaterial influencia na aquisição e manutenção de uma residência secundária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno da segunda residência é relativamente novo e ainda há um vazio teórico que necessita ser preenchido, contudo observa-se que as pessoas que optam por ter uma segunda residência em um contexto espacial diferenciado como o campo, com um contexto cultural específico, vivenciam a multiplicidade dos espaços, memórias, lembranças e identificações, pois a cidade é seu espaço de reprodução da vida cotidiana e adquirir uma segunda residência para elas não expressa a completa rejeição à cidade, e sim ao modelo de vida urbano atual.

A busca por vivenciar a experiência de uma segunda residência é impulsionada por diversos motivos. Percebe-se que a maioria das motivações está ligada a um cunho sentimental sobre o campo referente às sensações, à percepção e à concepção de uma representação de um modo de vida almejado, presente naquilo que pode ser considerado patrimônio rural, seja nas lembranças dos moradores urbanos, dos momentos passados no campo e nas memórias familiares, seja por buscar mais contato com a natureza.

Esses moradores urbanos que possuem segunda residência vivenciam a perda, mesmo que momentânea, dos vínculos identitários com a cidade e passam a vivenciar certo estranhamento que os impulsiona a buscar outros espaços para viver. Simultaneamente, eles identificam-se também com o campo e buscam materializar seu desejo bucólico, quer pela posse da casa da segunda residência, quer pela apropriação do espaço e do modo de vida. No campo, o citadino vivencia suas múltiplas identificações/identidades, ora com mais intensidade como urbano, ora como rural, estabelecendo vínculos mais ou menos acentuados nas relações políticas, econômicas e culturais locais.

A fluidez no espaço geográfico vivida por quem reside tanto na cidade quanto no campo permite experimentar paralela e sucessivamente diferentes espaços, reconstruindo a todo o momento o seu próprio, pensando a cultura como parte do processo identitário, pois coexiste nesses indivíduos a multiplicidade de experiências, de expressões, de maneiras de apropriação espacial e de inserção nos diferentes grupos sociais.

ISBN 978-85-8209-066-4

A valorização do turismo para o campo também reflete o momento histórico, em que são (re)valorizados os vínculos com a natureza. Como discutido no capítulo anterior, a relação entre sociedade e natureza apresenta distanciamentos e aproximações. Ao longo da história, percebe-se que há determinados momentos em que a busca pela casa de campo se dá seguindo um modismo, pois tão logo a elite econômica busca se apropriar de um espaço sua cultura é seguida pelas demais classes econômicas, impulsionando um movimento massivo.

A relação do patrimônio rural com a busca da segunda residência ainda se dá pelo fato de os citadinos buscarem a melhor qualidade de vida associada aos elementos que constituem o campo, procurando mais qualidade de vida, pautada na melhoria das condições ambientais para as saúdes física e psicológica.

De tal forma, os elementos que constituem o patrimônio rural exercem grande influência na busca pela aquisição da casa de campo. Essa segunda residência tem um amplo leque de significações, e as representações sociais construídas sobre ela são repletas de sentimentos que envolvem a história dos sujeitos, seja pelas suas próprias experiências, seja pelas memórias familiares compartilhadas. O conjunto formado pela paisagem e o modo de vida rural operam no campo sentimental, que logo atua na ação da aquisição de uma residência no espaço que é considerado refúgio pelos citadinos: o campo.

Essa relação denota que o espaço, enquanto palco dos sentimentos, é carregado de memórias, de lembranças de múltiplas possibilidades de expressão identitária, conformadas à realidade vivida pelo sujeito. O campo enquanto espaço de vida passa a ser território das emoções, aberto às múltiplas territorialidades e abarcando o caráter lúdico e imaginativo que oferece apanágio aos citadinos perante as atribulações da vida urbana.

REFERÊNCIAS

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. 2. ed. São Paulo: Editora FFLCH, 2007. 85 p.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, out. 1998. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/esa/index.php?cA=db&aI=120&vT=da&vA=281>. Acesso em: 18 jan. 2013.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. *In*: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Banco de dados agregados**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: mar. 2016.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-221, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 12 mar. 2013.

PRETTO, Fabelis Manfron. **O (re)conhecimento do patrimônio cultural rural: as vivências dos moradores do distrito de Guaragi, Ponta Grossa (PR)**. 177 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território)–Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014.

SCHNEIDER, Sergio; FIALHO, Marco Antônio Verardi. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. *In*: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário. **Turismo rural:** ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: Edusc, 2000. p. 15-50.

SILVA, Gislene. **O sonho da casa no campo:** jornalismo e imaginário de leitores urbanos. Florianópolis: Insular, 2009. 311 p.

ISBN 978-85-8209-066-4

TOGNON, Marcos. **Patrimônio cultural rural paulista:** espaço privilegiado para pesquisa, educação e turismo. 2011. Disponível em: <http://foruns.bc.unicamp.br/Arquivos%20Bibioteca%20Virtual/Palestras/19-10/MarcosTognon2011-Forum%20do%20Patrimonio%20Cultural%20no%20CDC-UNICAMP%20[Modo%20de%20Compatibilidade].pdf>. Acesso em: 17 dez. 2012.

_____. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Lívia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012. 344 p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno: por un pacto social pelo desenvolvimento rural. *In*: GIARRACCA, Norma**.** *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>. Acesso em: 28 out. 2013.

III ENIPAC
Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

SAI LEILÃO, ENTRA TOMBAMENTO: A PATRIMONIALIZAÇÃO COMO FORMA DE SALVAGUARDAR O AMERICA FOOTBALL CLUB (RJ)

Felipe Bertasso Tobar[1]
Luana Gusso[2]

Resumo: O America Football Club, fundado em 1904, edificou sua história esportiva oficial sob a alcunha de ser o segundo time de todo o carioca, gozando de apreço entre os torcedores. Seu *slogan* publicitário até mesmo o considera como patrimônio da cidade do Rio de Janeiro. Contudo, seguindo o rumo da maioria dos clubes de futebol do país, o clube do bairro da Tijuca não escapou dos efeitos das más gestões de seus dirigentes, acumulando rebaixamentos na esfera esportiva, assim como dívidas impagáveis, processos e leilões judiciais. Nesse contexto, com a intenção de trazer à luz dos estudos do campo do patrimônio cultural uma compreensão inédita sobre como o campo futebolístico vem, perigosamente, se apossando de instrumentos patrimonializadores, por vezes desvirtuando suas essências, o presente artigo, circunscrito ao período entre os anos de 2010 e 2016, pretende discutir e evidenciar com o suporte da teoria dos campos e *habitus* de Pierre Bourdieu e de dois decretos de tombamento (provisório e definitivo) da sede social do clube as estratégias utilizadas pelos dirigentes americanos e pelo mandatário carioca, prefeito Eduardo Paes, para garantir a sobrevivência da agremiação. Com base na pesquisa histórica do clube e na análise de reportagens de periódicos esportivos, revelou-se o apoio da maioria dos associados em favor dos tombamentos, em razão do controvertido receio da extinção da equipe de futebol do America. De outro lado, além de ser evidente que ambos os decretos de tombamento detinham natureza eminentemente oportunista, possibilitando prestígio eleitoral, quedou indubitável o abandono intencional da sede social tombada pelos atuais diretores, de modo a justificar a recente criação de um discurso em prol do destombamento, com a consequente construção de uma nova sede dentro de um empreendimento imobiliário e suposta e imediata liquidação das dívidas acumuladas. Ao final, concluiu-se pela consciente e nefasta utilização do instituto do tombamento, por dirigentes esportivos e políticos locais, como ferramenta eficaz para a postergação de dívidas e a continuidade das atividades futebolísticas.
Palavras-chave: patrimônio cultural; tombamento; futebol.

INTRODUÇÃO

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille), bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível (Capes), advogado.
[2] Pós-doutora em Democracia e Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra, doutora em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), professora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade e do curso de Direito da Univille, advogada.

ISBN 978-85-8209-066-4

O futebol é parte da cultura contemporânea, possibilitando interessantes debates entre os mais diversos segmentos da sociedade e das ciências. Nesse sentido, também agrega discussões relevantes (ou até mesmo essenciais) ao campo do patrimônio cultural, como o reconhecimento de clubes, sedes sociais e estádios de futebol por seus valores sociais, culturais e/ou urbanísticos, que juntamente com a afeição do povo pelo "desporto rei", não raras vezes, seja pelo poder executivo, seja pelo legislativo, se tornam alvo de processo de patrimonialização.

Considerando que na atualidade o patrimônio cultural engloba um conjunto significativo de questões de ordem política, de relações de poder, de campos de força e âmbitos do social (CHUVA, 2012, p. 152) e que o campo futebolístico traz à reboque forte influência política por meio de vereadores e deputados imersos em gestões de clubes e federações, sobretudo na condição de conselheiros, como também pela força eleitoreira que é capaz de suscitar, pedidos de tombamento e registro merecem receber ainda mais atenção dos agentes do campo do patrimônio cultural, de modo a controlar questões como legalidade e legitimidade das concessões desses títulos.

Na presente década o campo do patrimônio cultural foi fortemente atravessado por demandas oriundas dos campos do futebol e da política, notadamente quando agremiações estão com grandes dívidas e leilões agendados, como registrado nos pedidos de tombamento do Guarani Futebol Clube, de Campinas (2014), Grêmio Esportivo Juventus, de Jaraguá do Sul, Olaria Atlético Clube, Paysandu Sport Club e Clube do Remo (2015).

Nesse sentido, o presente artigo, vinculado à linha de pesquisa Patrimônio e Memória Social, do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille), e parte da dissertação denominada de *O futebol brasileiro nos "jogos" da patrimonialização cultural: uma análise interdisciplinar sobre as relações de poder*, valendo-se de um método de pesquisa fundado em referências e entrevistas publicadas em periódicos impressos e virtuais, discute à luz da teoria dos campos sociais e do *habitus* e do conceito de estratégia aportada por Pierre Bourdieu o processo de patrimonialização da sede do America Football Club (RJ), também requerido em meio à crise financeira e que, diferentemente dos demais, apresentou desfecho desmistificador em termos de análise da realidade do campo do patrimônio cultural.

SOBRE A TEORIA DOS CAMPOS E *HABITUS* E O CONCEITO DE ESTRATÉGIA

Com a evolução das sociedades contemporâneas, novos e inúmeros campos surgiram da divisão social do trabalho e da maior divisão das funções sociais (BONNEWITZ, 2003).

Bourdieu (1983) definiu os campos como "espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinada por elas)".

No que toca ao presente artigo, ver-se-á que os campos do patrimônio cultural, do futebol e da política possuem propriedades distintas, interesses e capitais diversos, mas que invariavelmente acabam por ser alvo de articulação pelos diferentes agentes desses campos, denotando-se autonomia relativa dos campos.

Como forma de aproximação progressiva dos troféus de cada campo, seja para manter o poder, seja para subvertê-lo, isto é, as ações ou omissões levadas a cabo pelos agentes, Bourdieu (1983) atribuiu a tais condutas o conceito de estratégias.

Tal conceito não abriga uma escolha integralmente consciente, mas influenciada pelo *habitus* de cada jogador e condicionada pelas experiências adquiridas, pelas necessidades que cada campo apresenta, seguindo a direção dos fluxos dos jogos em disputa:

> A estratégia, ela estimula o paralogismo (raciocínio falso que tem aparência de verdade) fundamental. Em termos mais precisos, ela predispõe a uma concepção ingenuamente finalista da prática (a que sustenta o emprego corrente de noções como interesse, cálculo racional, etc.). Na verdade, todo o meu esforço visa, ao contrário – com a noção de *habitus*, por exemplo –, explicar o fato de as condutas (econômicas e outras) adquirirem a forma de sequências objetivamente orientadas em referência a um fim, sem serem necessariamente produto nem de uma estratégia consciente, nem de uma determinação mecânica (BOURDIEU, 1990, p. 127).

Tais experiências adquiridas supramencionadas são sucintamente o que Bourdieu convencionou determinar por *habitus*:

ISBN 978-85-8209-066-4

> Um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas (BOURDIEU, 1983b, p. 65).

Quer-se dizer que as práticas dos agentes não são conscientemente planejadas de antemão perante as situações e circunstâncias, mas, diante delas, o que se faz é o único que se pode fazer, com todos os esquemas e sistemas contidos nos seus *habitus* (BOURDIEU, 1990, p. 211).

Nesse sentido, conforme se verá adiante, os diferentes *habitus* dos agentes envolvidos no processo de patrimonialização do America foram determinantes para as incessantes e questionáveis tentativas de salvaguardar o clube da Tijuca.

ORIGEM, TRAJETÓRIA ESPORTIVA E PERCALÇOS ECONÔMICOS

O America Football Club, um dos times mais antigos do Rio de Janeiro, teve sua fundação no dia 18 de setembro de 1904 e recebeu essa alcunha em homenagem ao novo continente (AMERICA F. C., 2015).

A equipe praticamente sempre esteve radicada no imóvel objeto nuclear do presente artigo, na Rua Campos Salles, 118, no bairro da Tijuca, entretanto foi somente após a fusão do Haddock Lobo Football Club, em 1911, que passou a ser dono da propriedade da Rua Campos Sales e também ganhou mais reforços de qualidade.

Naquela época, muitos clubes utilizavam o terreno das sedes para a construção dos seus campos, restando pouco espaço útil para a construção de salões sociais, piscinas e outras áreas de lazer. Foi então que no ano de 1961, com o dinheiro da venda do médio-volante Amaro para a Juventus de Turim, o America comprou o campo do Andarahy Athletico Club por 60 milhões de cruzeiros, e o estádio de Campos Sales foi demolido para se transformar na atual sede social (VILLAR, 2015).

Nos seus 112 anos de existência, o clube foi apenas sete vezes campeão carioca e uma vez campeão da Taça dos Campeões, em 1982. Seu último título foi em 2015, quando conquistou a Série B do Campeonato Carioca. Talvez em virtude do histórico esportivo de poucas taças, há décadas vem sendo registrado reduzido número de torcedores que semanalmente acompanham as partidas do clube.

Em pesquisa de torcidas realizada em 1954 pelo Jornal dos Sports/Ibope, o America contava com 6% da torcida carioca, ao passo que no ano de 2010 dados colhidos em pesquisa do Lance!/Ibope, no estado do Rio de Janeiro, apontaram o America com 0,5% dos torcedores do estado (BERWANGER; ARRUDA, 2015). Neste ano, a média de público da equipe na Série A do Campeonato Carioca refletiu essa tendência e foi de apenas 7% da capacidade de seu estádio, ou seja, 1.017 torcedores por jogo.

Por isso, ainda que com poucos resultados, desde o início da década de 2000, o clube investe na sua imagem, mostrando a importância de sua história para o futebol carioca e nacional, por intermédio da campanha America, Patrimônio do Rio (D'ONOFRE; BARBOSA; FERNANDES, 2008).

Ocorre que, em meio a esse incessante processo de angariamento de novos sócios e admiradores, em razão de dívidas acumuladas em seguidas gestões, no ano de 2010, o clube se viu em uma situação extremamente delicada em relação a sua imponente sede social, o que desencadeou uma sucessão de atos no campo político, afetando sobremaneira os campos futebolístico e do patrimônio cultural.

O TOMBAMENTO PROVISÓRIO DE 2010

O mais que centenário clube do tradicional bairro carioca, em virtude da construção de seu atual Estádio Giulite Coutinho, localizado no bairro de Edson Passos, na cidade do Rio de Janeiro, acumulava uma dívida estimada em mais de R$ 18 milhões em favor da credora W.Torre Empreendimentos, que tão somente aguardava a realização do leilão da sede, marcado para 17 de fevereiro de 2010, para ver quitado, ainda que parcialmente, o seu crédito (MACHADO; CHIAVERINI, 2010).

Logo, com a iminente ameaça da perda da sede social e os efeitos esperados que se desencadeariam, como a diminuição do número de sócios, o medo do fechamento do departamento de futebol somado ao receio de restar marcado para sempre como o presidente que permitiu o leilão, Ulisses Salgado Rodrigues, com sua diretoria, passou a buscar soluções para a situação.

Tendo a notícia se alastrado rapidamente, torcedores, sócios e moradores da Tijuca promoveram um abraço simbólico ao prédio, de resistência ao ato, o que repercutiu sobremaneira na sociedade carioca (GLOBO ESPORTE, 2012).

ISBN 978-85-8209-066-4

Cientes de que futebol e política estão intimamente, seria no campo político que o entrave se solucionaria. Em matéria de Laura Machado e Pedro Chiaverini, ao *website* FutRio, datada de 9 de fevereiro de 2010, que acompanhou reunião entre a prefeitura e a cúpula americana, vimos inicialmente que o ato do tombamento fora levantado como solução por Eduardo Paes, então prefeito:

> O America ganhou um aliado de peso para evitar que a sede da Rua Campos Salles, na Tijuca, Zona Norte do Rio, vá a leilão. Nesta terça-feira, o presidente rubro Ulisses Salgado se reuniu com o prefeito Eduardo Paes e ouviu a promessa de que o local será tombado. [...] Ele (Eduardo Paes) prometeu ajudar, mas não posso nada falar para não dar armas ao adversário. [...] O prefeito entendeu que o America é um patrimônio do Rio e precisa ser preservado. Vamos aguardar (SALGADO, 2010).

Os levantamentos trazidos pelos jornalistas logo seriam confirmados por vários *blogs* que tratavam do cotidiano do clube, os quais repercutiram a fala emocionada do presidente americano sobre o socorro fornecido por Eduardo Paes:

> PALAVRA DO PRESIDENTE – Por fim, conseguimos!!! Agora sim é tempo de eu falar. Ontem foi o dia decisivo de toda esta triste história. Junto com o vereador Luis Carlos Ramos fomos recebidos pelo prefeito Eduardo Paes, que iniciou a conversa perguntando em que ele podia ajudar o America. Com a mesma objetividade disse-lhe que nosso Clube necessitava com urgência hum milhão de reais para honrar seu compromisso com a W. Torre. Disse-me então que a Prefeitura estava disposta a ajudar com esta quantia, desde que o America firmasse convênios nas áreas esportiva e cultural. Concordei imediatamente, antevendo que esta seria a salvação do Clube e que este convênio iria também propiciar maior movimentação em nossa Sede e atrair possíveis novos sócios (SALGADO, 2010).

Dessa forma, a aceitação por parte do America dos citados “convênios nas áreas esportiva e cultural” como forma de assunção da dívida pela Prefeitura do Rio de Janeiro fora transformada, no mesmo dia, 9 de fevereiro de 2010, em um decreto de tombamento provisório da sede social do clube.

Com fulcro no artigo 1.º da Lei n.º **928, de 22 de** dezembro de 1986 (MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 1986), que atribui ao prefeito e à Câmara Municipal a iniciativa do tombamento, e no artigo 5.º**, parágrafo único da** Lei n.º 166, de 27 de maio de 1980 (MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 1986), que dispensa **qualquer estudo técnico prévio pelo Conselho do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro, em razão de alegada situação de interesse público no ato,** o prefeito Eduardo Paes promulgou o **Decreto n.º 31.890, de 9 de fevereiro de 2010, d**eterminando o tombamento do imóvel, evocando, especialmente, como justificativa para o ato, a importância história do clube e sua posição enquanto suposto segundo clube do coração dos cariocas.

Uma vez promulgado o decreto e acreditando ter sido assumida a dívida pelo munícipio, imaginavam-se rumos vitoriosos ao America Football Clube. Porém, consideradas as especificidades do futebol brasileiro, o sonhado cenário nem de longe se perfectibilizou, e a sede tombada, que deveria estar preservada em sua estrutura e cotidianamente movimentada com atividades esportivas e culturais na forma do “convênio exigido” – leia-se decreto de tombamento provisório – foi gradativamente abandonada, sob alegação de questões financeiras relacionadas a más gestões dos dirigentes.

Assim, não tardou para que novos pedidos de socorro à municipalidade surgissem como forma de salvaguardar o América Football Club.

OS DECRETOS DE TOMBAMENTO DE 2012

O ano de 2012 iniciou-se com o registro de dívida tributária na ordem de mais de R$ 5 milhões com a Receita Federal, bem como débitos trabalhistas e cíveis que alcançavam cerca de R$ 16 milhões. Para piorar o cenário, em razão de dívida de R$ 938 mil contraída entre 1997 e 1999, novo leilão foi marcado para o arremate da sede para o dia 17 de julho de 2012, por determinação da 3.ª Vara de Fazenda Pública do Rio (MELLO, 2012).

Contudo, em um misto de alegria e alívio e, frisa-se, sem surpreender ao atento leitor, no dia anterior o presidente e os torcedores receberam a notícia de uma série de decretos de tombamento assinados pelo prefeito Eduardo Paes que novamente resultariam na perda do interesse e do afastamento dos credores do prédio, que, se adquirissem o imóvel, deveriam manter atividades de cunho esportivo, tornando o local menos atraente à especulação imobiliária ou a qualquer atividade comercial.

No primeiro decreto, de n.º 35.939 (MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 2012a), Paes determinou

ISBN 978-85-8209-066-4

o tombamento definitivo; no segundo (35.940), a restrição de uso e ocupação da sede, salvo para fins esportivos, recreativos e de lazer, enfatizando que era necessário preservar a sede para atividades de promoção ao bem-estar da população local (MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 2012b)[3]; e finalmente, no terceiro decreto (35.941), ainda declarou o imóvel de utilidade pública para fins de desapropriação (MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 2012c).

Em entrevista no dia seguinte aos decretos, o próprio prefeito confirmaria expressamente que o tombamento foi um ato político destinado à não realização de leilão e que, veladamente, não só serviu para protelar o pagamento de dívidas com os credores, como para também afastar futuros leilões, especialmente pelo tombamento do uso do solo onde se encontra a sede do America. Paes (2012) declarou: "O que eu fiz foi o necessário para evitar o leilão. Agora, vamos estudar a melhor alternativa para o América".

Por sua vez, o então presidente da agremiação, Vinícius Cordeiro, também emitiu juízo de opinião, definindo o tombamento como uma ajuda da municipalidade, sem ressaltar se tal ato significava a manutenção de uma sede cheia de histórias marcantes no futebol nacional e carioca.

Com as ressalvas aplicáveis, acredita-se, nem poderia ter sido diferente. O tombamento nos moldes que fora realizado, moldado às circunstâncias econômicas do clube, portanto, longe de sua essência, serviu como um sopro de vida nas contas do America.

Nos dois anos que se seguiram, nada do prometido efetivamente se tornou realidade. Pelo contrário, o departamento de futebol gerou dívidas e a sede do America permaneceu com pouca utilização por parte de seus associados, fatores que levariam os diretores que assumiriam o poder a discursar pelo destombamento da sede social.

O DISCURSO PELO DESTOMBAMENTO

Ao fim de 2013, encerrou-se a gestão do presidente Vinícius Cordeiro, tendo sido eleito para o cargo o influente médico Léo Almada, que sempre se posicionou salutar ao clube à efetivação de parcerias com empreendimentos imobiliários para quitação integral das dívidas do America, sem que, no entanto, a "sagrada" sede fosse vendida.

Em 12 de janeiro de 2014, em entrevista ao jornalista Felippe Cardoso, da Rádio Globo, no programa *Liga dos Trepidantes*, o presidente confessou que, apesar de o tombamento definitivo e de as exigências legais lançadas para a sede da Rua Campos Salles vir a ser socialmente ativos, aquela definitivamente não estava sendo preservada.

Na ocasião mencionou o desejo de uma "nova sede" para o America, muito em razão de as dívidas terem sido calculadas não mais próximo dos R$ 20 milhões pela gestão anterior, mas em cerca de R$ 60 milhões:

> Eu estou e há mais tempo que você, que esteve lá só há dois meses. Eu realmente não freqüento a sede com tanta assiduidade mas ela precisa de uma urgente reforma. Eu tenho até um pensamento mais elevado, eu acho que o America não tem só que reformar mas, por mim, acho até que muitos americanos vão ficar contra o que eu vou dizer agora mas temos que botar aquela sede no chão e fazer uma nova sede (ALMADA, 2014c).

Cumpre ressaltar que a administração do America, desde 2012, enfrenta problemas sérios em relação à conservação da sede, tendo esta sido até mesmo interditada pelo Corpo de Bombeiros e pela Defesa Civil em julho de 2014 (GORGES, 2014).

Fotografias retiradas ao longo de 2014 e 2015, em diferentes matérias jornalísticas dos periódicos *O Globo* e *O Dia*, demonstram que a situação não se alterou com a nova gestão, a qual até suspendeu todas as atividades de caráter social da sede (BASTOS, 2016). O antigo salão social do América continuava sem ser utilizado, a piscina estava acumulando água parada, o campo de futebol *society* apresentava-se sem condições de uso com segurança, e o ginásio de esportes registrava infiltrações no piso e nas paredes, assim como as traves, redes e tabelas se mostravam deterioradas. Por fora, a sede passou a receber pichações, e a entrada se transformou em muro de classificados populares.

Com o início da temporada de 2015, inobstante a esse caos na estrutura da sede social, vários noticiários esportivos do Rio de Janeiro passaram a cobrir os efeitos do negócio jurídico que a direção do America pretendia estabelecer com os interessados para a construção da nova sede.

Pari passu, denotava-se que, se anteriormente o tombamento era a forma de salvar o clube de perder

[3] Essa justificativa tornar-se-ia ponto de controvérsia dois anos depois, pelo abandono, ao que tudo indica, intencional, da sede por problemas estruturais.

ISBN 978-85-8209-066-4

a sede, agora o destombamento se tornava medida indispensável para se alcançar a sonhada solução, a saber, o saldo das dívidas acumuladas. Tal medida, pasmem, fora admitida um ano antes, publicamente e sem devaneios: “Todo tombamento é reversível. Só não vão rever se forem muito burros, pois, com a nova sede, a Prefeitura do Rio vai arrecadar muito mais” (ALMADA, 2014).

Em outra reportagem, dois anos depois, dessa vez para o jornal *Notícias do Dia*, Almada, questionado sobre os benefícios da construção de uma nova sede, sem mudar o discurso, não pestanejou ao reconhecer que a sede tinha um propósito maior do que beneficiar apenas os torcedores americanos: “R. [...] Queremos ajudar o prefeito Eduardo Paes no processo de revitalização do nosso município e penso que este empreendimento será importante no progresso do Rio” (ALMADA, 2016).

Como percebido, a diretoria passou a tratar a sede como se esta fosse livre de qualquer intervenção pública, desconsiderando os tombamentos definitivos que recaíam sobre o imóvel e, olvidando-se, ou pouco se importando, de que para a derrubada da sede necessariamente haveria de ocorrer o destombamento, instituto criado pelo Decreto-Lei n.º 3.866, de 1941, e igualmente o previsto na Lei n.º 166, de 27 de maio de 1980, do município do Rio de Janeiro, após a avaliação dos requisitos legais.

Ao compulsar a lei que trata do instituto do destombamento, as motivações que levaram ao descaso com a sede da Rua Campos Salles e, especialmente, os recentes discursos do então presidente Leo Almada começaram a ser descortinados. Segundo a lei aplicável, o ato do destombamento pode ser realizado unilateralmente pelo prefeito do Rio de Janeiro, independentemente de qualquer parecer do Conselho Cultural, caso se provar tratar-se de exigência indeclinável do desenvolvimento econômico-social do munícipio.

Com o abandono há mais de quatro anos e diante de as notícias recentes darem conta da precária situação do imóvel, em que se podem ver criadouros para as larvas do mosquito *aedes aegypti* (BASTOS, 2016) atemorizando a população do entorno, o imóvel perdeu sua finalidade estatutária, a saber, a promoção do desporto, assim como não pode mais ser caracterizado como local de sociabilidade, eis que interditado e inacessível aos associados.

Assim, tudo aponta para a conclusão de que os atos de tombamento da sede do America serviram a interesses muito específicos. O dispositivo da lei de destombamento, no atual momento da conjuntura urbana do bairro da Tijuca, envolto à ideia de gentrificação de determinadas zonas populacionais, passou a ser invocado inicialmente pelos mandatários do clube e logo foi absorvido pelos políticos locais e, sobretudo, pelos associados e moradores da região onde se encontra a sede do America.

A torcedora Ruth, em entrevista ao jornal *O Globo*, defendeu as ações da nova diretoria sob a alegação de que se tratava da salvação do América e porque não iriam perder nada na negociação, apenas ganhar. Não deixou de ressaltar que tinha certeza de que com isso voltariam para a Primeira Divisão e brigariam pelo título, enfatizando querer morrer podendo ajudar o América (RUTH, 2015).

Ademais, recente pesquisa encomendada pelo jornal *O Passeador Tijucano* demonstrou que a maioria dos moradores próximos à sede preferia a construção da nova sede à revitalização do atual imóvel. Perguntados sobre qual seria o destino mais apropriado para a sede do America F. C. na Rua Campos Sales, com 43% de votos (57 no total) a construção de uma nova sede mais um *shopping center* estava em primeiro lugar, e a reforma da sede e das dependências do clube (22%, ou 29 votos), em que pese estivesse em segunda colocação, contava com apenas dois votos a mais daqueles que queriam a total demolição da sede e a construção tão somente de um *shopping center* (20%). Ainda, havia aqueles que queriam a demolição para a cessão ao mercado imobiliário (9%) ou para fins de habitação de interesse social (3%).

Portanto, como se percebe, o cenário construído pelas dívidas acumuladas pelas diferentes administrações do America legitimou o discurso de que a sede social tal como está impossibilita qualquer atividade econômica e faz mal-uso do espaço tombada, desvalorizando o patrimônio cultural do município carioca.

Por outro lado, conferiu força e legitimidade a eventual pedido de destombamento pelo prefeito Eduardo Paes à Câmara Municipal, o que, como era de se esperar, não tardou a ocorrer.

Após reunião dos membros do conselho deliberativo do America, em 31 de maio, quando foi apresentado o projeto de construção para a nova sede, sinônimo de “modernidade e sustentabilidade” (GLOBO ESPORTE, 2016), Eduardo Paes, em inegável acordo político, enviou ao legislativo o Projeto de Lei Complementar n. 169/2016 (MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 2016), de sua autoria.

Entre as justificativas elencadas para aprovação da matéria, sem inibições, confessou implicitamente as estratégias por ele operadas em conjunto da diretoria do America, as quais foram reveladas anteriormente, para garantir que o destombamento viesse a ser operacionalizado:

ISBN 978-85-8209-066-4

> Atualmente a sede encontra-se fechada e em precário estado de conservação devido à situação financeira do Clube, ocasionando problemas com a vizinhança no que diz respeito às condições de segurança e de saúde pública, bem como prejuízo aos associados que não podem mais usufruir de suas instalações. Diante dessa situação, o Presidente do Clube solicitou a adoção de medidas que viabilizassem uma nova Sede associada a empreendimento comercial, que assegure a sobrevivência do América Football Club. Em atendimento a esta demanda, foi elaborado o presente Projeto de Lei Complementar, que visa a possibilitar a revitalização, a manutenção e a modernização das instalações sociais e esportivas do Clube (PAES, 2016).

Até o momento o projeto ainda não foi colocado à votação, porém se tem certeza de que os credores das 38 ações em curso no poder judiciário do estado do Rio de Janeiro ainda permanecem na expectativa de receberem o que lhes é de direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme se denota, são várias as conclusões que se podem alcançar haja vista o processo de patrimonialização apresentado. Envolto de interesses políticos e econômicos, poderemos acrescentar ao título do presente artigo, como em uma situação inusitada em que treinadores substituem jogadores vindo do banco de reservas, que o tombamento está próximo de dar lugar ao destombamento, após nova determinação do "prefeito-treinador" Eduardo Paes em acordo com sua comissão técnica, a atual diretoria do America.

Como um convite à análise das estratégias de patrimonialização decorrentes dos *habitus* dos agentes envolvidos no presente caso, inicialmente destacamos que o tombamento que pressupõe a conservação do imóvel foi alvo de manipulação. A ausência criada intencionalmente pelo prefeito de um parecer do Conselho do Patrimônio Cultural do munícipio do Rio de Janeiro para melhor balizar os compromissos com o imóvel tombado, somada à total omissão – acredita-se, orientada – para exigir ou mesmo realizar melhorias entre os anos de 2010 e 2016 naquele espaço[4] e à possibilidade de utilização unilateral do decreto de tombamento pelo prefeito, prejudicou e mascarou a avaliação real dos interesses envolvidos e, sobretudo, permitiu a utilização do que se pode convencionar como "dedo do poder", espécie de poder simbólico que diz o que deve e o que não deve ser considerado patrimônio cultural, o que deve e o que não deve ser tombado ou destombado.

Em ato contínuo, restou cristalino que a repetida justificativa relacionada à importância histórica do America Football Club, seja para o tombamento provisório ou definitivo, seja mesmo para o destombamento, se mostrou totalmente plausível e fácil de ser assimilada e manuseada pelo poder público e demais torcedores, diminuindo contestações sobre a influência política que o campo do patrimônio cultural vivencia, de maneira especial nos casos relativos ao futebol profissional.

Nesse sentido, a maior prova do uso do instituto do tombamento como instrumento para o livramento, ou, no mínimo, para postergação de dívidas, foi, como visto, o fato de o America ter buscado a criação de uma nova sede, o que se deu também pelo seu abandono nos anos que se seguiram. Dessa forma, estamos certos de que, em uma análise bourdieusiana, a teoria dos campos sociais está fortemente presente. Quer-se dizer que agentes do campo futebolístico se socorreram ao campo político, o qual por sua vez se valeu de solução existente no campo do patrimônio cultural aplicada com muita eficiência.

Em outros termos, viu-se que o interesse que serve a um campo às vezes está em outro campo – no do patrimônio cultural –, mas depende da permissão de agentes de um terceiro campo, o político, ainda que nenhum dos envolvidos não se deem conta dessa correlação. Paralelamente, mais uma vez, compreende-se também a autonomia relativa que detêm os diferentes campos.

Com efeito, constatou-se que os agentes do campo do futebol que buscaram se valer da intermediação política agem influenciados pelo *habitus*, quando imaginam atuar livre e conscientemente por estratégias imaginadas racionais.

Analisando os tombamentos e o mais recente pedido de destombamento do América, chega-se à conclusão de que Eduardo Paes foi o mentor do tombamento, o que se comprova pela primeira entrevista concedida após o tombamento provisório, quando reconheceu que o que fizera fora apenas para salvar o clube. Essa atitude, tudo indica, deu-se no fluxo do jogo, portanto, pela posição social que ocupava – detinha poder, capital simbólico, legitimidade e o poder de conferir legalidade – para tombar a sede.

[4] Artigo 198: são diretrizes da política de patrimônio cultural: II - zelar pela conservação, recuperação e restauração dos bens culturais;

ISBN 978-85-8209-066-4

Ou seja, conhecia a estrutura do campo e sabia com quais armas poderia solucionar o problema dos americanos.

Tal conduta se deu fruto do *habitus* que conserva, das disposições que interiorizou. Um *habitus* político orientado a agir com vistas a angariar votos, a agradar ao eleitor.

Outrossim, podemos afirmar que a aceitação do ato de tombamento e a pressão pelo destombamento foram estratégias acionadas "conscientemente" (posto que não livremente) pelos distintos mandatários do America como forma de manutenção na posição dominante. Como visto, trata-se de dirigentes que incorporaram em suas ações mecanismos de má gestão, de livramento de dívidas, de preservação do clube em detrimento de interesses de terceiros – credores etc. – e, sobretudo, que visam perpetuar, preservar o poder que receberam por meio de procuração.

Ainda, para o sucesso do discurso do destombamento, parece ter sido colocado em prática uma estratégia com vistas a impor uma nova construção da realidade social circundante da sede do clube, com base nas declarações do presidente do América, no sentido de evidenciar o lucro que seria gerado e que os problemas de segurança seriam resolvidos. Assim, buscou-se mudar as categorias de percepção e apreciação daquele espaço social (BOURDIEU, 1990, p. 161), o que se comprova mediante as pesquisas que indicaram concordância com o destombamento.

A última conclusão, por seu turno, concentra-se na postura dos torcedores. A valoração, atributo indispensável no processo de consideração de um bem enquanto patrimônio cultural, pareceu estar presente nos discursos e nas ações, como, por exemplo, os abraços coletivos em torno da sede nos momentos que antecederam os tombamentos e pelas seguintes manifestações de apoio à construção da nova sede.

O que os americanos queriam e apoiaram, e parece que continuarão a fazer, era a preservação das atividades do departamento de futebol, responsável direto e considerado verdadeiro combustível para manter o torcedor emocionalmente ligado ao clube.

Ao que tudo sugere, os torcedores vêm sofrendo de um medo coletivo, um receio de, uma vez leiloada a sede, o America não mais se reestruturar e acabar também com os seus elencos. Quase que como efeito dominó, a trajetória do centenário clube da Tijuca estaria fadada ao esquecimento, sendo iminente a perda da possibilidade de assistir, o que mais importa ao torcedor, à partida de seu time de futebol.

Tal dedução, que se faz de modo empírico e instintivo, advém da ideia de que para o torcedor, ao menos em relação ao clube, o que se pode considerar como patrimônio cultural seria o contínuo assistir a partidas e campeonatos oficiais ou amistosos e acompanhar a equipe, posto que dessa constatação sucedem as produções de sentido que buscam justificar e explicar a paixão e a alta valoração ao futebol, assim como sua elevação a bem patrimonializável culturalmente.

A sede, portanto, nesse caso, afigurou-se como secundária, demonstrando, por via reflexa, que as súplicas rendidas a Eduardo Paes significaram que o ato do tombamento era, para aqueles torcedores e dirigentes, um meio que garantia a mínima chance de o hino do America voltar a ter sentido e de preservar o poder, respectivamente[5].

REFERÊNCIAS

ALMADA, L. America amarga pior crise: presidente quer mudar o clube de sede e gera polêmica. Depoimento. **O Dia**, Rio de Janeiro, 2 ago. 2014a. Entrevista concedida a Márcia Vieira.

_____. America amarga pior crise: sede caindo aos pedaços e dívida de R$ 60 milhões. **O Dia**, Rio de Janeiro, 2 ago. 2014b. Entrevista concedida a Rodolfo Mageste.

_____. Presidente do América analisa temporada e projeta triênio. **Extra Globo**, Rio de Janeiro, 2 jan. 2015. Entrevista concedida ao Lance Press.

5 Campeões de 13, 16 e 22 (la-la-la)
Temos muitas glórias
E surgirão outras depois (la-la-la)
Campeões com a pelota nos pés
Fabricamos aos montes, aos dez
Nós ainda queremos muito mais
América, unido vencerás!

ISBN 978-85-8209-066-4

_____. Presidente Leo Almada participa do programa “Liga dos Trepidantes” da Rádio Globo com Felippe Cardoso e fala sobre uma “nova sede” para o América em Campos Sales. **Americarjblog**, Rio de Janeiro, n. 118, 12 jan. 2014c. Entrevista concedida a Felippe Cardoso.

AMERICA F. C. **O clube:** fundação. 2015. Disponível em: <http://www.americario.com.br/2015/clube_fundacao.asp>. Acesso em: 20 set. 2016.

BASTOS, P. P. **A sede do América, na Rua Campos Sales 118:** sem perspectivas favoráveis. Rio de Janeiro, 11 fev. 2016. Disponível em: <http://www.opasseadortijucano.com.br/2016/02/a-sede-do-america-na-rua-campos-sales.html>. Acesso em: 10 maio 2016.

BERWANGER, A.; ARRUDA, M. **Pesquisas sobre torcidas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 26 jun. 2015. Disponível em: <http://www.rsssfbrasil.com/miscellaneous/torcidasrj.htm>. Acesso em: 10 maio 2016.

BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Vozes, 2003.

BOURDIEU, P. Algumas propriedades dos campos. *In*: _____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. Espaço social e poder simbólico. *In*: _____. **Coisas ditas**. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

_____. O interesse do sociólogo. *In*: _____. **Coisas ditas**. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004b.

_____. Programa para uma sociologia do esporte. *In*: _____. **Coisas ditas**. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004c.

CHUVA, M. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 34, p. 147-165, mar. 2012.

D’ONOFRE, G.; BARBOSA, J.; FERNANDES, L. Futebol, o patrimônio imaterial da Cidade Maravilhosa: o carioca e sua fome de gol. **Itinerarium**, Rio de Janeiro, v. 2, nov. 2009. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/itinerarium>. Acesso em: 14 maio 2016.

FUTRIO. **Dou-lhe 1, dou-lhe 2, dou-lhe 3...** Quem levará a sede do America. Disponível em: <http://futrio.net/wp/42625-dou-lhe-1-dou-lhe-2-dou-lhe-3-quem-levara-a-sede-do-america>. Acesso em: 14 mai. 2016.

GLOBO ESPORTE. America lança projeto de sua nova sede, “um sinônimo de modernidade”. **Globo Esporte**, Rio de Janeiro, 31 maio 2016a. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/rj/serra-lagos-norte/noticia/2016/05/america-lanca-projeto-de-sua-nova-sede-um-sinonimo-de-modernidade.html>. Acesso em: 22 set. 2016.

GLOBO ESPORTE. O público nos estádios do Brasil. **Globo Esporte**, Rio de Janeiro, 8 maio 2016b. Disponível em: <http://app.globoesporte.globo.com/futebol/publico-no-brasil/campeonato-carioca/>. Acesso em: 14 maio 2016.

GLOBO ESPORTE. Torcida do America “abraça” a sede social em protesto contra leilão do imóvel. **Globo Esporte**, Rio de Janeiro, 9 fev. 2010. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/Esportes/Noticias/Futebol/Campeonato_Carioca/0,,MUL1483982-9835,00-FOTO+TORCIDA+DO+AMERICA+ABRACA+A+SEDE+SOCIAL+EM+PROTESTO+CONTRA+LEILAO+DO+I.html>. Acesso em: 14 maio 2016.

GORGES, L. Interditada desde julho, sede do America deve ser demolida na Tijuca. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 dez. 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/esportes/interditada-desde-julho-sede-do-america-deve-ser-demolida-na-tijuca-14868139>. Acesso em: 10 maio 2016.

MACHADO, L.; CHIAVERINI, P. **Eduardo Paes tomba sede do America, mas presidente rubro adota cautela**. 2010. Disponível em: <http://www.sidneyrezende.com/noticia/73914+eduardo+paes+tomba+sede+do+america+mas+presidente+rubro+adota+cautela/preview>. Acesso em: 14 maio 2016.

ISBN 978-85-8209-066-4

MELLO, C. Presidente do America fala sobre o leilão da sede social do clube, que soma 21 milhões de dívidas. **ESPN**, Rio de Janeiro, 16 jul. 2012. Disponível em: <http://espn.uol.com.br/video/269153_presidente-do-america-fala-sobre-o-leilao-da-sede-social-do-clube-que-soma-21-milhoes-em-dividas>. Acesso em: 14 maio 2016.

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**. Decreto n.º 31.890, de 9 de fevereiro de 2010. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, 2010.** Disponível em: <http://doweb.rio.rj.gov.br/ler_pdf.php?edi_id=1220&page=3>. Acesso em: 10 maio 2016.

_____. Decreto n.º 35.939, de 16 de julho de 2012. **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, 2012a.** Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4722991/4122132/298DECRETO35939SededoAmericaFootballClub.pdf>. Acesso em: 10 maio 2016.

_____. Decreto n.º 35.940, de 16 de julho de 2012. **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, 2012b.** Disponível em: <http://doweb.rio.rj.gov.br/ler_pdf.php?edi_id=1817&page=3>. Acesso em: 10 maio 2016.

_____. Decreto n.º 35.941, de 16 de julho de 2012. **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, 2012c.** Disponível em: <http://doweb.rio.rj.gov.br/ler_pdf.php?edi_id=1817&page=3>. Acesso em: 10 maio 2016.

_____. **Lei complementar n.º** 928**, de 22 de dezembro de 2011**. 2011. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/32c60b35a4d8cf24032576ac00738ecf?OpenDocument>. Acesso em: 13 maio 2016.

_____. **Lei n.º 166, de 27 de maio de 1980**. 1980. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/2ed241833abd7a5b8325787100687ecc/8b7be1c865682c08032576ac00738b09?OpenDocument>. Acesso em: 13 maio 2016.

_____. **Projeto de Lei Complementar n.º** 169. 2016. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1316.nsf/1ce2ce7b3cdf59b90325775900523a3f/7b33a7e90df6733083257ff0006a5ba8?OpenDocument>. Acesso em: 22 set. 2016.

PAES, E. Tombamento de sede livra America de despejo. Depoimento. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 jul. 2012. Entrevista concedida a João Máximo e Simone Candida.

RUTH, R. America prepara parceria para reconstrução da sede na Tijuca e criação de *shopping*: depoimento. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 mar. 2015. Entrevista concedida a Rodolfo Mageste.

SALGADO, U. Eduardo Paes tomba sede do America, mas presidente rubro adota cautela. Depoimento **FutRio**, Rio de Janeiro, 9 fev. 2010. Entrevista concedida a Laura Machado e Pedro Chiaverini.

VILLAR, A. **O Clube dos 23:** America. Rio de Janeiro, 9 abr. 2014. Disponível em: <http://aloisiovillar.blogspot.com.br/2014/04/o-clube-dos-23-america.html>. Acesso em: 20 set. 2016.

III ENIPAC
Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

TURISMO E PRESERVAÇÃO: O PATRIMÔNIO CULTURAL DA NAVEGAÇÃO A VAPOR NO MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS (PR)

Simone Koniski Guimarães[1]
Leonel Brizolla Monastirsky[2]

Resumo: Esta proposta tem origem nas discussões realizadas por conta da elaboração da pesquisa de dissertação da autora – em andamento –, que trata da atuação do poder público municipal em relação ao patrimônio cultural da extinta hidrovia do Rio Iguaçu, nos municípios paranaenses de Porto Amazonas, São Mateus do Sul, União da Vitória e Porto Vitória. Quer-se aqui apresentar uma reflexão sobre o papel do turismo na preservação desse patrimônio cultural, com base em um estudo de caso desenvolvido no município de Porto Amazonas (PR) e fundamentada na identificação do patrimônio cultural da navegação a vapor no município, realizada por meio de levantamentos bibliográficos, de pesquisas em campo e da aplicação de entrevistas com representantes do poder público e com moradores da cidade. Porto Amazonas teve seu desenvolvimento econômico, político e cultural associado ao transporte de mercadorias feito pela hidrovia com o estabelecimento da navegação a vapor no Rio Iguaçu em 1882, por iniciativa de Amazonas de Araújo Marcondes (BACH, 2006). Entretanto, por conta de fatores como a paulatina substituição da hidrovia (e ferrovia) pelas rodovias e pelo declínio da exportação da erva-mate (BOGUSZEWSKI, 2007), a hidrovia do Rio Iguaçu foi extinta na década de 1950. Assim, Porto Amazonas e outras localidades em que esse modal de transporte e, consequentemente, as atividades ligadas a ele representavam parte importante de sua economia passaram por um período de estagnação econômica. Nesse contexto, considerando o turismo como uma prática social que tem como objeto de consumo o espaço geográfico (CRUZ, 2001), percebido em diversas pesquisas como importante para a preservação do patrimônio cultural (BARRETO; SANTOS, 2005), mas também tido como prejudicial quando apenas em função de sua dimensão econômica, propõe-se que o patrimônio cultural da navegação a vapor em Porto Amazonas seja pensado mediante a educação patrimonial como forma de preservação e que o turismo seja uma consequência dessa preservação realizada *a priori* em prol de sua dimensão cultural, respeitando seus aspectos afetivos, simbólicos e mnemônicos.
Palavras-chave: turismo; patrimônio cultural; educação patrimonial.

INTRODUÇÃO

[1] Mestranda em Gestão do Território pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
[2] Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professor associado da UEPG, do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geociências.

ISBN 978-85-8209-066-4

Este artigo apresenta uma breve reflexão sobre a relação entre o turismo e a preservação do patrimônio cultural, realizada por meio da identificação do patrimônio cultural da navegação a vapor no município de Porto Amazonas (PR). Essa identificação ocorreu mediante levantamentos bibliográficos, pesquisas em campo e a aplicação de entrevistas com representantes do poder público e com moradores da cidade.

A necessidade de buscar essa reflexão teve origem em discussões que aconteceram por conta da pesquisa de dissertação da autora, que trata da atuação do poder público municipal no tocante ao patrimônio cultural da extinta hidrovia do Rio Iguaçu, nos municípios paranaenses de Porto Amazonas, São Mateus do Sul, União da Vitória e Porto Vitória.

A pesquisa – em andamento – está vinculada a um projeto financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que visa à criação de um atlas eletrônico do patrimônio cultural do antigo complexo ferroviário/hidroviário do Paraná Tradicional, que fornecerá informações voltadas à educação, ao turismo e à gestão pública.

A hidrovia do Rio Iguaçu foi implantada em 1879, quando Amazonas de Araújo Marcondes obteve do governo imperial a autorização para explorar esse rio economicamente pela navegação a vapor, entretanto a hidrovia entrou em declínio e foi substituída aos poucos pelas rodovias, sendo desativada em 1953 (RAMOS, 2014), deixando um rastro de estagnação econômica em cidades como Porto Amazonas, que se localizava ao longo do trecho navegável do Rio Iguaçu.

Considerando o turismo enquanto uma prática social que tanto pode propiciar a preservação do patrimônio cultural como pode prejudicar a preservação desse patrimônio, se realizado exclusivamente em prol de interesses econômicos, propõe-se que o patrimônio cultural – a exemplo do patrimônio da navegação a vapor em Porto Amazonas – seja preservado por meio de atividades educativas que promovam o contato entre moradores com diferentes idades e experiências em relação à hidrovia do Rio Iguaçu, promovendo assim a valorização desse patrimônio e tendo o turismo como uma possível consequência dessa valorização.

TURISMO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Para analisar a relação entre o turismo e a preservação do patrimônio cultural, é importante ter clareza de que o turismo se constitui “simultaneamente, em objeto de estudo científico e em área de ação do *marketing* e de outros fazeres que privilegiam sua dimensão de negócio” (BARRETO; SANTOS, 2005, p. 358). Da mesma forma, o patrimônio cultural também possui dimensão econômica, podendo ser apropriado como um produto a ser *vendido* pelo turismo. Nesse sentido, turismo pode ser compreendido como “uma prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo” (CRUZ, 2001, p. 5).

Desse modo, o turismo comumente é visto como uma alternativa econômica pela qual é possível gerar emprego e renda para a população de determinado local por meio da exploração de seus atrativos naturais e culturais. Essa possibilidade, inicialmente econômica, que considera o patrimônio cultural como um atrativo turístico, pode influenciar na sua preservação, pois, conforme apontado por Barreto e Santos (2005, p. 361), diversos estudos têm evidenciado “o importante papel que o turismo tem na recuperação do patrimônio histórico, dos museus, da cultura popular e das tradições”.

Entretanto, quando o planejamento turístico é voltado de maneira exclusiva ao atendimento dos interesses econômicos, em vez de promover a preservação do patrimônio cultural, corre o risco de prejudicá-lo, ao estabelecer *uma lembrança favorável única*:

> Se a preservação do patrimônio realiza-se em função exclusiva do turismo, obtém-se uma lembrança favorável única, estabelecendo-se uma versão deste patrimônio que atenderá tão somente aos interesses do turismo, com o risco desta versão se solidificar com o tempo, impossibilitando, assim, a oportunidade de novas descobertas e interpretações (MONASTIRSKY, 2006, p. 31).

Além disso, algumas práticas voltadas à projeção e ao *embelezamento* – como a *cenarização* e a *espetacularização* – consideram apenas o turista e, além de inventar patrimônios, por vezes expulsam a população local de seus espaços de moradia e convívio.

Ora, se o turismo pode ser tanto prejudicial à preservação do patrimônio cultural, quando planejado do ponto de vista meramente econômico, como benéfico, quando planejado para e em conjunto com a sociedade em que se insere, uma das questões que ficam é como oportunizar que o patrimônio seja ao mesmo tempo atrativo para o turismo (do ponto de vista econômico) e preservado pela sociedade que o cerca?

ISBN 978-85-8209-066-4

Uma proposta que se coloca é que o patrimônio cultural seja preservado por meio da educação básica, ou seja, da realização de atividades educativas voltadas à identificação e à promoção do patrimônio cultural local, propiciando que os próprios moradores sejam agentes ativos no processo de escolha e usos do patrimônio cultural. Dessa forma, acredita-se que o turismo pode ser uma consequência dessa preservação, e não um objetivo *a priori*.

A seguir, apresenta-se o histórico da implantação da hidrovia do Rio Iguaçu, bem como sua relação com o município de Porto Amazonas e o patrimônio cultural associado à navegação a vapor que se constituiu nesse município. Também se exibe uma proposta educativa direcionada à preservação do patrimônio cultural baseada no patrimônio cultural da navegação a vapor identificado em Porto Amazonas.

O PATRIMÔNIO CULTURAL DA NAVEGAÇÃO A VAPOR EM PORTO AMAZONAS

Com a implantação da navegação a vapor no Rio Iguaçu, iniciada com a concessão obtida por Amazonas de Araújo Marcondes em 1879[3], esse rio passou a ser utilizado como uma alternativa para o transporte – a princípio de mercadorias e depois também de passageiros –, numa época em que o transporte realizado por terra nessa região era demorado e oneroso. Assim, a movimentação propiciada pelas atividades hidroviárias oportunizou o desenvolvimento econômico, social e cultural de diversas localidades ao longo da porção navegável desse rio (GUIMARÃES, 2015).

Com a navegação do Rio Iguaçu, Amazonas de Araújo Marcondes pretendia atender à demanda de alimentos para a subsistência das comunidades ribeirinhas que trabalhavam com a extração de erva-mate e de sal para as criações de gado (SILVA; SOPELSA, 2013). Além disso, a hidrovia tinha potencial logístico para proporcionar o escoamento dos produtos extraídos na região, atendendo inicialmente ao ciclo da erva-mate e depois ao da madeira.

No estado do Paraná os vapores navegavam desde o Porto de Caiacanga, que deu origem ao município de Porto Amazonas (LAZIER, 1985), até Porto do Salto, em atual Porto Vitória (MELO JÚNIOR, 2001), passando também por localidades pertencentes ao estado de Santa Catarina (ANSBACH, 2008).

Desde as expedições militares e exploratórias do Rio Iguaçu, realizadas a partir do século XVIII (LAZIER, 1985), o Porto de Caiacanga era o ponto de partida da navegação do Rio Iguaçu. Com a construção de um novo ramal da ferrovia, concluída em 1885, Porto Amazonas teve sua função de centro de recepção e distribuição de mercadorias potencializada. Os produtos que eram trazidos pela hidrovia e depois carregados em carroções passaram a ser depositados nos vagões do trem para seguirem viagem até o litoral paranaense rumo à exportação.

O povoado de Porto Amazonas foi elevado à categoria de vila, pertencente ao município de Palmeira, em 1915, e depois, em 1947, adquiriu autonomia política, em um período de auge da navegação a vapor e da movimentação econômica local (MÜLLER, 1997). Essa configuração territorial constituída pela conexão entre hidrovia, ferrovia e o litoral exportador permitiu a consolidação do complexo exportador do Paraná Tradicional.

Entretanto, a partir da década de 1950, fatores como o desenvolvimento das rodovias e a decadência da economia ervateira (BOGUSZEWSKI, 2007) – que juntamente com o ciclo da madeira, demandavam o transporte hidroviário –, culminaram na extinção da navegação a vapor e na alteração do traçado da ferrovia, causando estagnação econômica a Porto Amazonas (MÜLLER, 1997).

Apesar da necessidade de buscar alternativas para o seu desenvolvimento econômico, o turismo não foi uma estratégia adotada por Porto Amazonas (figura 1), que tem população estimada em 4.809 habitantes para o ano de 2016 (IBGE, 2016) e como principal atrativo a Festa da Maçã.

[3] Por meio do decreto n.º 7.248, de 19 de abril de 1879, Marcondes obteve do governo imperial a autorização para iniciar a navegação do Rio Iguaçu, lançando às suas águas os primeiros vapores, o Cruzeiro, em 1882, e o Visconde de Guarapuava, em 1889 (BACH, 2006).

ISBN 978-85-8209-066-4

Figura 1 – *Localização de Porto Amazonas*



Fonte: Carlos Alexandre Rogoski (2016)

Mesmo assim, o patrimônio cultural da navegação a vapor constituído nesse município é observável tanto pelo saber fazer e pelas memórias daqueles que trabalharam, ou que assistiram a seus pais e/ou avós atuarem em atividades relacionadas a esse modal de transporte, quanto por meio de estruturas materiais construídas na época da navegação, como o Vapor Tibagi (figura 2), ou após esse período com função comemorativa, como a prefeitura em formato de barco a vapor (figura 3) e uma réplica de um barco a vapor (figura 4).

Figura 2 – *Vapor Tibagi*



Fonte: Martha Raquel de Souza Batista (2015)

ISBN 978-85-8209-066-4

Figura 3 – *Sede da prefeitura municipal de Porto Amazonas*



Fonte: Martha Raquel de Souza Batista (2015)

Figura 4 – *Réplica de um barco a vapor construída por um morador*



Fonte: Martha Raquel de Souza Batista (2015)

Apesar da mobilização de alguns moradores em prol desse patrimônio cultural, como os senhores que resgataram o Vapor Tibagi e o senhor que construiu a réplica de um barco a vapor, o município não possui bens tombados ou registrados nem museus ou outras instituições de guarda da memória.

Dessa forma, e considerando o histórico do município, a promoção do turismo pelo patrimônio cultural da navegação a vapor seria uma importante alternativa econômica. Entretanto, levando em conta a fragilidade desse patrimônio, seria necessário antes promover o ensino sobre o referido patrimônio.

Uma proposta seria que as escolas do município promovessem o contato entre moradores mais jovens (estudantes) e moradores mais idosos (que vivenciaram a hidrovia em atividade) por meio de bate-papos ou contações de história no Cais do Porto, ao lado do Vapor Tibagi, produzindo e valorizando diferentes memórias a respeito da navegação a vapor no Rio Iguaçu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo é uma prática social que se apropria dos patrimônios culturais, tidos como atrativos, e dessa maneira propicia a sua preservação, pois o patrimônio passa a ser valorizado do ponto de vista econômico ao atender aos interesses do capital. Por outro lado, essa prática também pode prejudicar os patrimônios, descaracterizando-os e/ou engessando-os em busca de criar um produto atrativo aos turistas.

Dessa forma, o turismo não pode ser desconsiderado como um meio de preservação, tampouco os efeitos perversos e não desejados que resultam dessa prática.

Com essas reflexões, buscou-se apresentar uma proposta que leve em conta o ensino e a valorização dos saberes das pessoas como forma de preservação do patrimônio cultural, haja vista, para o estudo de caso aqui apresentado, que essa preservação seja necessária antes que se pense em um projeto direcionado ao turismo.

Acredita-se que a própria valorização propiciada pela preservação promovida com a participação da população possa resultar na ampliação da procura pelo mercado turístico.

REFERÊNCIAS

ANSBACH, Osmar. **Navegando na memória: o patrimônio cultural da extinta hidrovia do Rio Iguaçu**. 137 f. Dissertação (Mestrado em Geografia em Gestão do Território)–Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2008.

BACH, Arnoldo Monteiro. **Vapores**. Ponta Grossa: UEPG, 2006.

BARRETO, Margarita; SANTOS, Rafael José dos. Fazer científico em turismo no Brasil e seu reflexo nas publicações. **Turismo, Visão e Ação**, Balneário Camboriú, v. 7, n. 2, p. 357-364, maio/ago. 2005.

BOGUSZEWSKI, José Humberto. **Uma história cultural da erva-mate:** o alimento e suas representações. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

ISBN 978-85-8209-066-4

CRUZ, Rita de Cassia Ariza da. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

GUIMARÃES, Simone Koniski. Ações dos poderes públicos municipais sobre o patrimônio cultural da extinta hidrovia do Rio Iguaçu. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PATRIMÔNIOS: CULTURA E SOCIEDADE NO SÉCULO XXI, 1., 2015. **Anais**... Ourinhos, 2015. p. 857-866.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=412010>. Acesso em: 10 set. 2016.

LAZIER, Hermógenes. **Origem de Porto União da Vitória**. Porto União: Uniporto, 1985. (Coleção Vale do Iguaçu, 51).

MELO JÚNIOR, Cordovan Frederico. **Porto União da Vitória:** um rio em minha vida. União da Vitória: Fundação Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas de União da Vitória, 2001. (Coleção José Túlio Cleto da Silva).

MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. **Ferrovia: patrimônio cultural. Estudo sobre a ferrovia brasileira a partir da região dos Campos Gerais (PR)**. 203 f. Tese (Doutorado em Geografia)–Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MÜLLER, Jucilda Boscardin. **História de Porto Amazonas**. Curitiba: Ed. do Autor, 1997.

RAMOS, Mariana Lopes. **Porto Amazonas (PR): o patrimônio cultural e a memória social das extintas hidrovia e ferrovia**. 99 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia)–Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014.

SILVA, Márcio Lélis Soares da; SOPELSA, Renata Aparecida. “O progresso veio de barco”: um estudo sobre a navegação a vapor no Rio Iguaçu e sua importância para o desenvolvimento da cidade de São Mateus do Sul-PR (1879 – 1953). **Ateliê de História**, Ponta Grossa, v. 1, n. 1, p. 137-145, 2013.

III ENIPAC
Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

UMA *PERFORMANCE* DE SAGRAÇÃO: A LAVAGEM RITUAL DO MONUMENTO AO IMIGRANTE DE JOINVILLE (SC) E AS SOBREPOSIÇÕES DE MEMÓRIAS DIFÍCEIS

Diego Finder Machado[1]

Resumo: Desde 2010, anualmente ocorre, durante a Semana da Consciência Negra de Joinville, a lavagem ritual do Monumento ao Imigrante, obra de Fritz Alt alusiva às comemorações do centenário da cidade. Participam dessa *performance*, que simboliza purificação, pessoas vinculadas a religiosidades afro-brasileiras, tais como o candomblé e a umbanda. Neste artigo, foram mobilizadas algumas fontes para interpretar essa *performance* em relação às memórias emblemáticas de Joinville. Sugere-se que a lavagem ritual do Monumento ao Imigrante é um "drama social" que encena memórias difíceis: memórias difíceis de serem decifradas no cotidiano, difíceis de serem reconhecidas em sua importância e valor e, sobretudo, difíceis por remeterem a passados de dolorosa rememoração.
Palavras-chave: Joinville; patrimônio cultural; Monumento ao Imigrante; *performance*; memórias difíceis.

INTRODUÇÃO

Desde 2010, anualmente é reiterada uma *performance* que, após o cortejo entre o Museu Nacional de Imigração e Colonização e a Praça da Bandeira, encena a lavagem ritual do Monumento ao Imigrante de Joinville. Esse ato simbólico, inserido na programação da Semana da Consciência Negra[2] do município catarinense, envolve pessoas relacionadas a práticas religiosas afro-brasileiras, tais como o candomblé e a umbanda. Na praça, ao som de atabaques e cantigas rituais, as filhas de santo despejam sobre o monumento águas aromáticas dos potes de cerâmica que levam consigo, águas cujo preparo envolve a mistura de folhas e flores. Para os participantes, essa *performance* simboliza um ritual sagrado de purificação.

Segundo Diana Taylor (2013), a *performance* é um ato de transferência de conhecimentos que envolve comportamentos reiterados e memórias compartilhadas. Trata-se de memórias incorporadas que compõem um repertório. Afinal, diferentemente de um arquivo, que armazena memórias ao separar a fonte do conhecimento do conhecedor, "o repertório requer presença – pessoas participam da produção e reprodução do conhecimento ao 'estar lá', sendo parte da transmissão" (TAYLOR, 2013, p. 50).

No caso da lavagem ritual do Monumento ao Imigrante, como explicou Gerson Machado (2014, p. 267), "a proposta do povo-de-santo de Joinville foi a de tomar um monumento público dedicado à memória da imigração e acrescentar um sentido simbólico a mais, ou seja, os negros e a sua cultura, representada pela

[1] Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/Udesc), sob orientação da professora doutora Janice Gonçalves. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Demanda Social (CAPES-DS).

[2] A primeira edição ocorreu em 2009, durante a semana do dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. A organização coube a órgãos da Prefeitura de Joinville, em diálogo com movimentos sociais da cidade. Da segunda edição em diante, o evento passou a ser organizado pela entidade Casa da Vó Joaquina, com apoio do Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura de Joinville (Simdec).

ISBN 978-85-8209-066-4

dimensão religiosa". Diante da imponência material e visual desse monumento, a *performance* buscou sobrepor outras interpretações sobre o presente e o passado, reivindicando o reconhecimento da presença de grupos invisibilizados pelas memórias emblemáticas da cidade. Como disse a mãe de santo Jacila de Souza Barbosa (COMEÇA..., 2011), uma das idealizadoras do ato, "nossa ideia é acrescentar um sentido a mais num monumento público. Afinal, o negro também é um imigrante". Para os artífices da *performance*, faz sentido pensar (e é politicamente importante enfatizar) o processo de escravização de africanos como uma forma de "imigração compulsória". Mais que buscar visibilidade a memórias que não se deixam ver facilmente, haveria um desejo de reparação?

Embora para Machado (2014, p. 267) o ato ritual tenha significado abrangente, manifestando o desejo de "'lavar' a cidade do preconceito racial, religioso, econômico, de gênero etc.", é possível entrever um objetivo focado: dar a ver a presença de pessoas que cultivam crenças religiosas de matriz afro-brasileira. Além disso, ao fazer referência a uma prática cultural disseminada no país, buscou simbolizar a brasilidade de uma cidade orgulhosa de suas origens germânicas.

Neste artigo, foram mobilizadas algumas fontes para interpretar essa *performance* em relação às memórias emblemáticas de Joinville. Sugere-se que a lavagem ritual do Monumento ao Imigrante é um "drama social" que encena memórias difíceis: memórias difíceis de ser decifradas no cotidiano, difíceis de ser reconhecidas em sua importância e valor e, sobretudo, difíceis por remeter a passados de dolorosa rememoração.

DESENVOLVIMENTO

De autoria do artista Fritz Alt[3], o Monumento ao Imigrante foi inaugurado em 1951 para comemorar o centenário da chegada dos primeiros imigrantes destinados à Colônia Dona Francisca, que abrangia os atuais limites geográficos de Joinville e parte de territórios vizinhos. Em sua composição, o artista alemão procurou dar forma tangível e visível às narrativas sobre a chegada e as primeiras ações dos imigrantes na segunda metade do século XIX. De acordo com Silvia Heinzelmann (1991, p. 93), "no dia 9 de março de 1951 o que se viu na Praça da Bandeira foi toda a impressão de Fritz quanto à imigração, numa interpretação individual do pensamento coletivo dos joinvilenses, cuja história sempre se baseou nas levas imigratórias das diversas épocas desde 1851". A visão idealizada pela obra de Fritz Alt representa um nativo acolhedor mostrando o território a um imigrante que aqui desejou estabelecer seu novo lar. Como destacou Janine Gomes da Silva (2008, p. 127), "a ideia do monumento era perpetuar uma história pautada na saga da imigração, abafando problemas recentes e estabelecendo ligação entre 'nativos' e 'imigrantes'".

A inauguração do Monumento ao Imigrante foi uma entre várias ações que visaram estabelecer lugares ao passado local, fazendo daquele presente um ponto de ruptura entre o passado, deixado para trás, e o futuro, para o qual esforços não deveriam ser poupados. Portanto, o monumento buscou representar, ao mesmo tempo, um pesado fardo e uma herança às gerações vindouras (RICŒUR, 2012). Um fardo, porque remonta a um tempo de agruras e trabalhos incansáveis cujo esquecimento seria uma afronta ao espírito cívico. Uma herança, porque expressava a crença de que o ato de lembrar o passado, já superado, não bastaria em si. A ação comemorativa, tal como foi preparada, só poderia fazer algum sentido se servisse para responsabilizar de alguma forma aqueles que herdaram uma missão: o desafio de desbravar novos caminhos rumo a um futuro melhor. Essa ambivalência do passado, ora fardo, ora herança, instituiu elos entre o ontem e o amanhã.

Embora não se possa desconsiderar o fato de que um monumento pouco pode comunicar de maneira linguística, é preciso reconhecer que, com base na compreensão de alguns códigos culturais compartilhados, as imagens evocadas podem agir poderosamente na elaboração de narrativas sobre o passado. Para os olhares educados ao reconhecimento de elementos simbólicos relacionados às narrativas a respeito da história de Joinville, a composição escultórica de Fritz Alt traduz uma série de interpretações acerca das experiências e expectativas vividas pelos imigrantes ao colonizar a cidade. Além do encontro "pacífico" entre um imigrante e um nativo, outras imagens foram representadas, tais como a paisagem de São Francisco do Sul, onde desembarcaram os imigrantes após a travessia do Atlântico, e a Barca Colon, navio que trouxe os primeiros colonizadores que aportaram na região em março de 1851.

[3] Imigrante nascido em 1902 na cidade de Lich, Alemanha, iniciou os seus estudos em 1920 no Instituto Estadual de Arte em Frankfurt, depois de ter concluído o curso básico ginasial na Escola de Formação de Artistas em Offenbach. Após imigrar para Brasil, morou em Joinville de 1922 até a sua morte, em 1968. Nessa cidade, viveu de seu ofício de escultor (HEINZELMANN, 1991; GUERREIRO, 2007).

ISBN 978-85-8209-066-4

Em uma das faces do monumento, Fritz Alt representou as rupturas espaçotemporais vividas pelos imigrantes. Uma mulher sentada sobre um baú, que simboliza as lembranças do além-mar, carrega em seu colo uma criança enquanto segura outra pela mão. Essas crianças representam os herdeiros do passado, aqueles a quem caberia a missão de edificar o futuro. Tanto a mulher imigrante, em seu papel de mãe a cultivar o cuidado com as crianças, como o homem imigrante, que arregaça as mangas para desbravar a terra, olham para o futuro que se anuncia no horizonte.

A *performance* da lavagem ritual do Monumento ao Imigrante, ao procurar marcar um deslocamento no tocante às memórias emblemáticas da imigração e colonização de Joinville, encenou a comemoração de outras memórias. Como uma espécie de linguagem metafórica corporalmente encenada, a simbologia do cortejo e da lavagem ritual exprime uma nítida alusão à lavagem das escadarias e do adro da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim, *performance* realizada na festa ao santo padroeiro da Igreja em Salvador, Bahia, desde o início do século XIX.

Em 5 de junho de 2013, na 73.ª reunião do Conselho Consultivo vinculado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), foi deliberado o registro da Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim como patrimônio imaterial, no Livro das Celebrações (IPHAN, 2016). O parecer de Cícero Antônio Fonseca de Almeida (2013), então diretor do Departamento de Processos Museais do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), salientou que a origem do ritual é incerta. Em algumas versões, o ritual teria começado logo após o término da construção da igreja, quando escravos foram obrigados pela Irmandade a fazer a lavagem como parte dos preparativos para a festa. Desde então, como uma forma de lembrar a resistência, a *performance* é reiterada todos os anos, mobilizando alguns elementos simbólicos:

> A Lavagem do Bonfim é realizada sempre na segunda quinta-feira após o Dia de Reis, anterior ao dia do Senhor do Bonfim. O cortejo que culmina com a lavagem das escadarias da Igreja do Bonfim tem início na Igreja da Conceição da Praia, de onde partem as “baianas” – mulheres vestidas de indumentária tradicionalmente utilizada em terreiros de Candomblé –, que carregam sobre a cabeça potes de cerâmica, iguais aos modelos usados em residências no século XIX para guardar água de beber. Esses potes, utilizados em rituais de candomblé para guardar conteúdos sagrados, chamam-se “quartinhas”, e levam a água de cheiro para a lavagem das escadarias. O Cortejo é acompanhado por distintos grupos, como os seguidores da Umbanda e do Candomblé, dentre outros, e se desloca por cerca de oito quilômetros até a Colina Sagrada, passando por diversos bairros da cidade, desde a zona portuária até a península de Itapagipe (ALMEIDA, 2013).

Como se vê, elementos do repertório de uma tradicional celebração brasileira foram mobilizados, de maneira inovadora, para subverter uma ordem instituída em Joinville. Em primeiro lugar, a *performance* subverteu a ordem do espaço geográfico, pois inscreveu uma sobreposição identitária móvel e instável sobre a materialidade imóvel e estável do monumento. Em segundo lugar, houve a subversão da ordem do tempo histórico. A presença corpórea na *performance* encenou uma ruptura com a teleologia indicada pelo monumento, ou seja, com o elo que vincularia o futuro da cidade ao seu passado. O que foi colocado em jogo não é o cultivo de uma memória ancorada no fardo nem na herança do passado, de um passado que deve durar, mas a mobilização de memórias ancestrais de lutas e resistências que inspiram uma ação presente que vale enquanto houver a presença física dos participantes. Citações de outros passados, reempregadas e retraduzidas na intertextualidade da linguagem corporal da *performance*, reivindicam atenção a uma urgência do tempo presente. Evanescente, o que perdura da *performance*, além de alguns registros visuais, é a promessa de realizar-se novamente no ano seguinte, enquanto o monumento permanece firme como um desejo de eternização.

Ao refletir sobre suas experiências de campo, Victor Turner (2008, p. 30) chegou à conclusão de que “os distúrbios do normal e do regular muitas vezes nos oferecem um maior *insight* sobre o normal do que o estudo direto”. Atento ao caráter dinâmico das relações sociais, em seus movimentos de persistência e mudança, ele problematizou situações de conflito. Interpretar o cotidiano exigiria perspicácia para perceber ações e acontecimentos que quebram o que se considera rotineiro.

A lavagem ritual do Monumento ao Imigrante é uma espécie de “drama social”, tal como conceituou Turner (2008). É uma ação socialmente dramatizada (no sentido teatral da palavra), pois articula elementos de um determinado repertório em uma *performance* corporalmente encenada. Mas também é um drama no sentido de que representa “unidades de processo anarmônico ou desarmônico que surgem em situações de conflito” (TURNER, 2008, p. 33). Assim, é drama, porque encena memórias difíceis: difíceis de serem decifradas no cotidiano da cidade, difíceis de serem reconhecidas em sua importância e valor e, sobretudo, difíceis por remeterem a passados de dolorosa rememoração (MENEGUELLO, 2014). Em seu

ISBN 978-85-8209-066-4

enredo, mobiliza elementos simbólicos que insinuam traumas que persistem no presente. Por esse motivo, a *performance* clama algum tipo de reparação, com estratégias tanto para dar visibilidade a uma presença perturbadora quanto para reativar memórias difíceis.

Embora na atualidade, por força de suas reivindicações, grupos considerados "minoritários" tenham conquistado lugares de visibilidade e poder, ainda se manifestam, em Joinville, formas violentas de discriminação que visam humilhar e inferiorizar diferenças ou mesmo condená-las simbolicamente ao exílio. Há, como ocorre em outras partes do Brasil, preconceitos em relação aos negros e às religiosidades de matriz afro-brasileira. Isso se deve, em parte, às dificuldades para decifrar – e, por empatia, tentar compreender – as simbologias próprias às práticas de culto dessas manifestações religiosas. Nesse sentido, exibir marcas idiossincráticas em um lugar de visibilidade, como é o local onde está o Monumento ao Imigrante, visa, senão à compreensão, reivindicar algum respeito e consideração. É uma espécie de desforra, porque busca, na brevidade de sua duração, forçar a demarcação compensatória de um lugar à reparação das violências sofridas. Afinal, o crescimento dessas práticas religiosas na cidade tem exposto fraturas na ordem das coisas.

Recentemente, um acontecimento mobilizou o povo de santo de Joinville e região na luta contra a violência motivada por intolerância religiosa. Na manhã de um domingo, em 11 de outubro de 2015, o pai de santo Israel Jesus Borges foi agredido a pedradas no portão de seu terreiro em Araquari, um município fronteiriço a Joinville. Conforme a reportagem do jornal *A Notícia*, vizinhos tinham ido até o local reclamar do barulho. Em meio a discussões, ameaças foram proferidas. Como narrado por Neusa Borges, esposa do pai de santo, tais vizinhos, ao retornarem ao terreiro, "acertaram uma pedra na testa dele, derrubaram o portão de casa e ficaram gritando 'macumbeiro'" (JUNGES, 2015). Para o casal, a ação violenta, mais do que uma desavença na vizinhança, representou um ato de intolerância religiosa, algo cotidianamente vivenciado por eles, apesar dos seus esforços em realizar "um trabalho que atrai moradores da região que buscam a ajuda espiritual no terreiro" (JUNGES, 2015).

Muitos leitores repercutiram a notícia pelas redes sociais para mobilizar apoio e solidariedade. No *blog Chuva Ácida*, Felipe Cardoso (2015) manifestou a opinião de que o ato representava, por um lado, o fundamentalismo de algumas religiões cristãs "propagado diariamente por padres e pastores que se utilizam da Bíblia para expressar o ódio contra outros grupos" (CARDOSO, 2015). Por outro, embora ocorrido em Araquari, seria também sintoma de um pensamento racista presente em Joinville e disseminado pela região. Como explicou, umbanda e candomblé representam a presença africana no Brasil e "em terras de 'um só povo', essas religiões são inadmissíveis. Não correspondem com a 'verdadeira' cultura do estado que luta para esconder a sua multiculturalidade" (CARDOSO, 2015). Ao seu ver, a prática dessas religiosidades seria uma forma de resistência cultural, pois "a presença dessas religiões em Joinville e região são uma das várias provas de que a população negra existe e que luta, diariamente, para se ver representada e ouvida" (CARDOSO, 2015). Mesmo antes de ser mais bem explicado em suas intenções, o fato reativou ressentimentos na cidade. Isso demonstra, também, a indisposição de algumas pessoas para traduzir códigos culturais compartilhados por grupos diferentes, o que se coloca como empecilho na busca por diálogos interculturais.

Conflitos como o descrito, os quais nem sempre são tão explícitos, justificaram a mobilização de movimentos sociais pela realização de uma semana comemorativa dedicada à consciência negra. Os atritos vividos nas fronteiras da diferença cultural, provocados pelas dificuldades em decifrar códigos culturais e para reconhecer o valor dos "outros", motivaram a *performance* da lavagem ritual do Monumento ao Imigrante, contudo o ato também representou o ressentimento de memórias demarcadas em uma temporalidade recuada: o trauma da escravização de africanos. A *performance* pode ser entendida como exigência pela reabertura do passado.

O território onde está localizado o munícipio de Joinville pertenceu, até sua emancipação, em 1866, aos domínios da Vila de São Francisco, atual São Francisco do Sul. De acordo com Carolina Cieslinski e Ilanil Coelho (2004), a expansão do povoamento da região foi iniciada já em fins do século XVII, visando garantir, diante da ameaça espanhola, o domínio da coroa portuguesa sobre o território. Sesmarias foram concedidas a famílias provenientes de São Vicente, algumas assentadas nos limites geográficos de onde seria implantada a Colônia Dona Francisca.

Entre os habitantes que vivenciaram o encontro com os imigrantes no processo colonizador, houve a presença de negros escravizados. Com base nos requerimentos de sesmarias, que constam do acervo do Arquivo Nacional, Cieslinski e Coelho (2004) interpretaram a intenção dos requerentes. Segundo elas, havia o interesse em "adquirir os lotes para o desenvolvimento da agricultura de subsistência que sustentaria a numerosa família e os escravos que os requerentes afirmavam possuir" (CIESLINSKI; COELHO, 2004, p.

ISBN 978-85-8209-066-4

204). Como sugerem, tais indícios podem desestabilizar a imagem de uma cidade que "se orgulha do seu passado não escravista" (CIESLINSKI; COELHO, 2004, p. 204).

Alguns historiadores locais, ao interpretar as negociações para a implementação da Colônia Dona Francisca, deram ênfase à iniciativa da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, que, já em 1849, solicitou ao imperador Dom Pedro II medidas para proibir o emprego de mão de obra escrava pelos imigrantes. Conforme Dilney Cunha (2008), a intenção era evitar o contato com os brasileiros, pois se tinha o temor de que esse contato "exercesse uma má influência sobre os imigrantes, fazendo com que abandonassem o regime de trabalho livre e adotassem a escravidão" (CUNHA, 2008, p. 109). Contudo, desde os primeiros dias do empreendimento colonizador, os encontros entre diferentes grupos foram inevitáveis. Entre aqueles considerados "nativos", estavam os negros que trabalhavam servilmente aos luso-brasileiros da Vila de São Francisco.

Com base em indícios do século XIX, Vanessa da Rosa (2006) foi enfática em sua interpretação, sugerindo que, se os luso-brasileiros que habitavam a região auxiliaram os imigrantes no ajustamento ao novo lar, tal auxílio dependeu da força do trabalho escravo: "Subtende-se que os negros escravos da região não tiveram alternativa a não ser cumprir ordens de seu patrão. Portanto, é notória a contribuição desses no processo de adaptação dos imigrantes na construção da cidade" (ROSA, 2006, p. 82).

Os grupos sociais que, no presente, reivindicam o direito à história e à memória dos negros em Joinville conseguiram estabelecer laços de ancestralidade na cidade, laços com homens e mulheres que viveram na região antes da chegada dos imigrantes germânicos. No presente, tais grupos, ao interpretarem o Monumento ao Imigrante, poderiam estabelecer identificação com a representação escultórica do "nativo" acolhedor, no entanto tal identificação implicaria o esquecimento de que essa representação se refere aos escravizadores do passado. Assim, aparentemente seria mais tranquila a identificação com os imigrantes, já que tanto africanos como europeus viveram a experiência de cruzar o Atlântico. Porém, nesse caso, teriam de exercitar o esquecimento de que a memória do "pioneirismo" germânico silenciou a contribuição de outros grupos socioculturais na construção da cidade. À primeira vista, nesse jogo de interpolação entre duas formas de esquecimento público, alguns grupos acharam mais conveniente construir afinidades históricas com os imigrantes do passado. Mas, ao observar mais de perto as maneiras como esses grupos reinterpretaram a história, seria possível manter a primeira impressão?

Mãe Jacila, ao ser instada a oferecer esclarecimento quanto às intenções daqueles que inseriram o Monumento ao Imigrante na *performance* da lavagem ritual, mobilizou uma astúcia retórica para apaziguar os ânimos perplexos. Ao defender um direito e buscar cumprir com o dever de prestar homenagem à presença negra em Joinville, ela sugeriu a partilha, entre grupos étnicos diferentes e com trajetórias históricas muito distintas, do fardo e da herança de um passado de desterro e reterritorialização. Para ela, a homenagem era justa, "afinal, o negro também é um imigrante" (COMEÇA..., 2011). Seria plausível equiparar os processos de captura, aprisionamento, tráfico e escravização de negros africanos a uma modalidade de imigração? Haveria o anseio em estabelecer afinidades históricas? Ou, ao contrário, a explicação visou expor uma fratura de difícil reparação? Mais do que tentar alimentar o desejo de um diálogo intercultural, essa astúcia retórica teve a intenção de desvelar, na esfera pública, uma longa história de preconceitos, discriminações e exclusões veladas.

É importante esclarecer que a astúcia retórica pela qual se procurou explicar a história da presença negra em Joinville como decorrência de um processo de "imigração compulsória" não foi uma invenção de Mãe Jacila. Sua fala ressoava discussões mobilizadas, a partir de 2009, por gestores e técnicos do Museu Nacional de Imigração e Colonização, quando a instituição se envolveu na organização da primeira edição da Semana da Consciência Negra de Joinville. A antropóloga Sonia Regina Lourenço foi uma das principais entusiastas do esforço para pensar a categoria "imigração" de modo abrangente e mais inclusivo. Entre 2009 e 2011, foi coordenadora do Museu Nacional de Imigração e Colonização e fez parte do Comitê Gestor para Articulação de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial. Desses lugares de poder, ela insistiu para o fato de que, se ao museu caberia o desafio de narrar as histórias das diferentes correntes imigratórias destinadas ao Sul do Brasil, não haveria motivações plausíveis, a não ser por um preconceito racial dissimulado, para que a história dos negros não estivesse presente nessas narrativas. Ao seu ver, não deveria ser aceitável pensar esse museu – uma instituição pública a serviço da cidade e de seus cidadãos – como um lugar de discriminação e exclusão.

Em artigo pelo qual anunciou a segunda edição da Semana da Consciência Negra, Lourenço (2010) chamou atenção a um discurso que invisibilizava a presença negra na cidade, gerando "o dispositivo da negação da diferença, da negação do outro, portanto, das alteridades e das identidades". Tal negação, para ela, pautava-se numa ideia de "democracia racial" pela qual, supostamente, "todos convivem em plena harmonia sem se contaminar pelos gestos, discursos e práticas de racismo, desigualdades e violências"

ISBN 978-85-8209-066-4

(LOURENÇO, 2010). Reconhecendo a importância das políticas públicas implementadas pelo governo federal, a partir de 2000, apontou a educação como caminho à promoção da igualdade racial: “Estudar a diáspora africana e o processo da imigração compulsória, é propiciar, à juventude brasileira, as condições reais para a compreensão da diferença e das identidades” (LOURENÇO, 2010).

Pode-se perceber que falar de “imigração compulsória” foi um artifício na denúncia de racismos e discriminações. Taticamente, tal retórica visou forçar a abertura das fronteiras que delimitaram semanticamente o que se poderia entender por “imigração”, sobrepondo outras significações possíveis. Além do mais, tinha vistas a destituir grupos étnicos cujos mitos de origem se ancoram em narrativas sobre o deslocamento de países europeus rumo ao Brasil, do privilégio exclusivo de se autoidentificarem como descendentes de “imigrantes”. Assim, se Joinville pode ser rotulada como uma “cidade de imigrantes”, tal rótulo deveria também incluir a presença, desde períodos anteriores à chegada dos imigrantes europeus, de africanos e afro-brasileiros, escravizados ou libertos, que viveram na região. Para tanto, seria necessário reabrir as interpretações do passado para explicar os processos de colonização e desenvolvimento da cidade como fruto não apenas do esforço das mãos calejadas de trabalhadores livres, mas também pelo esforço das mãos acorrentadas de trabalhadores coagidos. Essa astúcia retórica teve a intenção de perturbar e desestabilizar algumas narrativas bem consolidadas acerca da história de Joinville.

Em seu texto, Lourenço (2010) colocou lado a lado dois conceitos que invocam maneiras diferentes de interpretar os deslocamentos de africanos para o Brasil. Tal processo foi denominado tanto como “diáspora africana” quanto como “imigração compulsória”. Seria meramente aleatório (e sem grandes celeumas políticas) o movimento pendular entre as opções conceituais da “diáspora” e da “imigração” para explicar os deslocamentos forçados de africanos para o Brasil?

Para James Clifford (1999, p. 313), “o processo ‘imigrante’ nunca funcionou muito bem para os africanos, escravos ou livres, no Novo Mundo”. Como explicou, “nas ideologias nacionais assimilacionistas [...] os imigrantes podem experimentar uma perda e sentir nostalgia, porém somente no caminho de um novo lar completo e um novo lugar” (CLIFFORD, 1999, p. 307). As coisas não funcionaram do mesmo modo para os grupos cujas histórias de deslocamento foram marcadas por uma violenta ruptura dos laços socioculturais que os vinculavam ao território de origem.

A história brasileira foi caracterizada por ideologias assimilacionistas. Quando incorporadas pelo governo de Getúlio Vargas como política de Estado, a imposição de tais ideologias implicou um processo particularmente violento nas colônias de imigrantes europeus constituídas no Sul do Brasil. Durante o período do chamado Estado Novo, entre 1938 e 1945, empreendeu-se uma verdadeira “campanha de nacionalização”, com desdobramentos acentuados em Joinville.

Uma das características da história da Colônia Dona Francisca, assim como de outros empreendimentos colonizadores de Santa Catarina, foi o esforço de imigrantes e seus descendentes para estabelecer e manter vínculos com a “pátria de origem”. Esses vínculos, em sua grande medida, eram de cunho afetivo, simbólico e memorialístico, porém por muito tempo perduraram vínculos comunicativos com entes familiares que continuaram vivendo na Europa. No novo lar, diversas instituições culturais e educacionais atuaram para manter tais vínculos vivos e presentes. Até a intervenção do Estado, em Joinville era costumeiro o uso do idioma alemão em espaços públicos e privados. É preciso enfatizar, contudo, que tais vínculos foram reinventados no contexto das interações socioculturais estabelecidas em uma nova pátria. As imagens de si foram elaboradas pelos imigrantes e seus descendentes ao se defrontarem com as diferenças culturais (COELHO, 2005).

A assimilação de elementos da cultura brasileira pelos africanos escravizados e seus descendentes deu-se por caminhos mais complicados e violentos. Ante o receio de sublevações, a política oficial, nos períodos colonial e imperial, atuou no apagamento dos traços culturais que vinculavam os africanos a uma vida comunitária pregressa. Além disso, a lógica do sistema escravista serviu para a dispersão de grupos que compartilhavam semelhanças culturais. Segundo José Reginaldo Prandi (2000, p. 57), isso gerou rearranjos na distribuição dos negros no território, “contribuindo para a formação de um amálgama de caráter, digamos, nacional, em que o negro vai ficando cada vez mais distante da África e mais perto do Brasil”.

Para os africanos escravizados, as traduções culturais de tradições brasileiras representaram, em alguns casos, formas de resistência à opressão e, em outros, táticas para sobreviver da melhor maneira possível no cativeiro. Elementos religiosos do catolicismo, por exemplo, foram incorporados às suas práticas de culto e adoração, reacomodando as crenças ancestrais rememoradas. Como aponta Prandi (2000), a prática religiosa do candomblé no Brasil significou uma das poucas possibilidades de permanência de uma “África simbólica”, tornando-a uma importante referência cultural para os negros brasileiros. Poderíamos sugerir, nesse sentido, que a *performance* da lavagem ritual do Monumento ao Imigrante, ao encenar

ISBN 978-85-8209-066-4

elementos do repertório simbólico de religiosidades de matriz afro-brasileira, simbolizou, além de um drama social, uma "memória feliz", ou seja, uma memória que consegue promover reconhecimentos no presente (RICŒUR, 2007). Para além do ressentimento à espera de reparação, a *performance* representou a celebração de uma pequena vitória: a possibilidade de reconhecer-se em tradições culturais de uma mítica origem ancestral, tradições transmitidas, em suas atualizações, de geração a geração.

Ao interpretar essa maneira como o passado é tocado e movido por determinados grupos sociais, parece-me que, em vez de persistir na astúcia retórica da "imigração compulsória", seria interessante pensar sobre a "diáspora africana". A palavra *diáspora*, em seu sentido etimológico, significa dispersão e é utilizada para explicar deslocamentos humanos forçados ou estimulados. Nas trajetórias de alguns grupos, tais como os negros escravizados, a experiência da diáspora motivou a afirmação de identidades culturais sustentadas por narrativas de origens míticas. Tais narrativas buscaram estabelecer relações entre um passado imaginado e as reivindicações do presente: o passado das tradições e as reivindicações do presente pela afirmação de identidades e por políticas de reparação. Como afirmou Paul Elliott Little (1994, p. 9), "a dispersão demográfica de um grupo de um lugar específico, num momento histórico particular, cria uma identidade única, onde o grupo é 'unificado' pela memória desse lugar geográfico que muitos, senão a maioria, nunca viram".

A discrepância nas maneiras pelas quais os "mitos de origem" são mobilizados nas narrativas que sustentam identidades culturais coloca imigrantes europeus e africanos "diasporizados" no Brasil, bem como seus respectivos descendentes, em posições significativamente desiguais. Isso pode ser verificado em como, atualmente, determinados grupos étnicos reivindicam "etnicidades hifenizadas". Para os descendentes de imigrantes europeus se mostra tranquila a identificação com um determinado grupo etnolinguístico do passado, ou mesmo com determinado Estado nacional de origem, mesmo que esse Estado ainda não existisse no momento em que seus antepassados partiram rumo ao Brasil. Em Joinville, como em grande parte do país, é comum o uso das expressões "teuto-brasileiro" ou "germano-brasileiro" para reivindicar afinidades culturais com os povos germânicos do medievo. Outros grupos, como o "ítalo-brasileiro" e o "suíço-brasileiro", buscam vínculos com Estados nacionais. Essas expressões hifenizadas demarcam fronteiras que sugerem afastamentos e aproximações entre territórios distintos. Apesar da distância geográfica, o conhecimento do trajeto de deslocamento permitiu novas travessias comunicativas, afetivas, simbólicas e memoriais. Até mesmo, a despeito das dificuldades de ordem financeira, política ou cultural vividas após a chegada, alguns imigrantes conseguiram retornar para o lugar de onde partiram. Mesmo que não cultivassem desejos ou esperanças de retornar à Europa, saberiam o percurso de retorno.

Os africanos diasporizados e seus descendentes não compartilharam da mesma sorte. Em nossa contemporaneidade, os movimentos sociais negros têm dificuldades para estabelecer autodenominações que os vinculem historicamente a grupos etnolinguísticos e a Estados nacionais africanos. Pelo apagamento sistemático das pistas que os levariam a reconhecer o trajeto percorrido entre a África e o Brasil, os movimentos negros não dispõem de evidências históricas seguras para se rotularem, por exemplo, como "banto-brasileiros" ou "sudaneses-brasileiros". Além do mais, pode-se aventar a hipótese de que a violência do sistema neocolonialista, o qual recortou o território africano em vários pedaços e o distribuiu de maneira desigual ao domínio de nações europeias, desestimulou, entre os descendentes de africanos no Brasil, o estabelecimento de vínculos de pertencimento com a história desses Estados nacionais. Assim, a maneira como os grupos negros hifenizam sua identificação com uma origem ancestral apela ao pertencimento a um território continental. As marcas históricas da diáspora fizeram-nos reconhecer-se, no Brasil, como "afro-brasileiros".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na contemporaneidade, descendentes de grupos diasporizados, tais como aqueles que atribuem a si uma identidade "afro-brasileira", tomam o passado como importante recurso em suas reivindicações por condições de igualdade social e pleno exercício do direito às diferenças culturais. O passado, reaberto em suas interpretações e disputado enquanto fonte inesgotável de poder, tem sido mobilizado para promover visibilidade pública e autoestima sociocultural a grupos que se sentem alijados de sua própria historicidade. Nesse sentido, ao desafiar um lugar pretensamente estável e estático, a *performance* da lavação ritual do Monumento ao Imigrante forçou a reabertura das interpretações do passado de Joinville, sugerindo uma fértil interação entre história e memória.

As narrativas sobre o passado da cidade, longe de representarem lugares de consenso, são objetos de acirrada concorrência e disputa. Constantemente, somos instados na vida social a nos deixarmos ser

ISBN 978-85-8209-066-4

tocados pela presença do passado, seja por passados que evocam lembranças nostálgicas, seja por passados traumáticos de dolorosa rememoração. Reconhecemos, nos restos materiais do passado, sinais de utilização, marcas do toque de homens e mulheres já ausentes. Além disso, diferentes grupos sociais, que coabitam e convivem na cidade, lutam para exercer o dever e o direito de tocar o passado em seu lado de cá e, dessa forma, sobrepor marcas idiossincráticas às narrativas históricas já consolidadas. Os combates pelo reconhecimento de identidades culturais mobilizam, via de regra, acirradas contestações pelo direito de interpretar a história por outros vieses e, sobretudo, para dar visibilidade pública a essas interpretações. Assim, algumas apropriações e interpretações que se sobrepuseram ao Monumento ao Imigrante, tais como a *performance* anualmente reiterada da lavagem ritual, sinalizam desejos por outras maneiras de se apropriar do passado e de interpretar a história de Joinville, dando a ver outras práticas de sagração de passados que não deveriam ser esquecidos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cícero Antônio Fonseca. **Parecer sobre o registro da Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim como patrimônio cultural do Brasil (Processo 01450.000828/2010-11)**. Parecer Técnico DPMUS/BSB/IBRAM n.º 1/2013, de 4 de junho de 2013. 2013. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Parecer_festa_bonfim.pdf.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2016.

CARDOSO, Felipe. A intolerância religiosa também está aqui. **Chuva Ácida**, Joinville, 11 out. 2015. Disponível em: <http://www.chuvaacida.info/2015/10/a-intolerancia-religiosa-tambem-esta.html>. Acesso em: 1.º ago. 2016.

CIESLINSKI, Carolina; COELHO, Ilanil. Os luso-brasileiros em terras de alemães: a história que não foi contada. **Caderno de Iniciação à Pesquisa**, Joinville, v. 6, p. 203-206, nov. 2004.

CLIFFORD, James. Las diásporas. *In*: _____. **Itinerarios transculturales**. Barcelona: Gedisa, 1999.

COELHO, Ilanil. É proibido ser alemão: é tempo de abrasileirar-se. *In*: GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (Org.). **História de (I)migrantes:** o cotidiano de uma cidade. Joinville: Editora Univille, 2005.

COMEÇA hoje a Semana da Consciência Negra de Joinville. **Notícias do Dia**, Joinville, 16 nov. 2011. Disponível em: <http://www.ndonline.com.br/joinville/plural/20565-comeca-hoje-a-semana-da-consciencia-negra-de-joinville.html>. Acesso em: 25 jul. 2016.

CUNHA, Dilney. **História do trabalho em Joinville:** gênese. Joinville: Todaletra, 2008.

GUERREIRO, Walter de Queiroz. **Fritz Alt:** a verdade do desejo. Joinville: Letradágua, 2007.

HEINZELMANN, Silvia. **Fritz Alt**. Joinville: Fundação Cultural de Joinville, 1991.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). **Festa do Bonfim:** a maior manifestação religiosa popular da Bahia. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/dossie_festa_senhor_bonfim(1).pdf>. Acesso em: 22 jul. 2016.

JUNGES, Leandro S. Pai de santo é agredido com pedradas em Araquari, Norte de Santa Catarina. **A Notícia**, Joinville, 11 out. 2015. Disponível em: <http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2015/10/pai-de-santo-e-agredido-com-pedradas-em-araquari-norte-de-santa-catarina-4875162.html>. Acesso em: 1.º ago. 2016.

LITTLE, Paul E. Espaço, memória e migração: por uma teoria de reterritorialização. **Textos de História**, Brasília, v. 2, n. 4, p. 5-25, 1994.

LOURENÇO, Sonia Regina. **Artigo sobre a Semana da Consciência Negra**. 12 nov. 2010. Disponível em: <http://comiteigualdaderacialjoinville.blogspot.com.br/2010_11_12_archive.html>. Acesso em: 10 ago. 2016.

MACHADO, Gerson. **Os atabaques da Manchester:** subjetividades, trajetórias e identidades religiosas afro-brasileiras em Joinville/SC (1980-2000). Itajaí: Casa Aberta, 2014. 267 p.

ISBN 978-85-8209-066-4

MENEGUELLO, Cristina. Patrimônios sombrios, memórias difíceis. *In*: FLORES, Maria Bernadete Ramos; PETERLE, Patrícia (Orgs.). **História e arte:** herança, memória, patrimônio. São Paulo: Rafael Copetti, 2014.

PRANDI, Reginaldo. De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião. **Revista USP**, São Paulo, v. 46, p. 52-65, jun./ago. 2000.

RICŒUR, Paul. A marca do passado. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 10, p. 329-349, dez. 2012.

_____. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROSA, Vanessa da. **A invisibilidade da mulher negra em Joinville:** formação e inserção ocupacional. Dissertação (Mestrado em Educação)–Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SILVA, Janine Gomes da. **Tempo de lembrar, tempo de esquecer...** As vibrações do Centenário e o período da Nacionalização: histórias e memórias sobre a cidade de Joinville. Joinville: Editora Univille, 2008.

TAYLOR, Diana. **O arquivo e o repertório:** *performance* e memória cultural nas Américas. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013. p. 49-50.

TURNER, Victor. Dramas sociais e metáforas rituais. *In*: _____. **Dramas, campos e metáforas:** ação simbólica na sociedade humana. Niterói: Editora da UFF, 2008.

III ENIPAC

Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

SIMPÓSIO 7

III ENIPAC
Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

A UNESCO E O PATRIMÔNIO MUNDIAL NA ÁFRICA: REFLEXÕES INICIAIS REVISITADAS – 2006/2016

Sandro Cavalieri Savoia[1]

Resumo: O presente artigo objetivou retomar dados levantados em 2006 alusivos à política patrimonial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) na África, dados que foram apresentados em um trabalho publicado na Série Cadernos Temáticos, da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Abordou-se o contexto de criação do referido material para, em seguida, confrontá-lo com dados atuais extraídos do site da Unesco. Após uma década, a questão a ser respondida é: houve mudanças significativas na política de preservação patrimonial da Unesco na África?
Palavras-chave: Unesco; patrimônio mundial; África; cadernos temáticos.

INTRODUÇÃO

O advento da Lei n.º 10.639/03, que visava incluir no currículo oficial das redes de ensino pública e privada a obrigatoriedade da temática da história e cultura afro-brasileira, e posteriormente a Resolução n.º 1, de 17 de junho de 2004, do Conselho Nacional de Educação, que instituía as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, levaram a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR) a uma série de ações que objetivavam subsidiar as escolas e consequentemente os profissionais da educação quanto ao atendimento dessa demanda. Nesse contexto foram publicados os Cadernos Temáticos. Tal coleção abarcou, além da demanda em questão, a educação ambiental, o enfrentamento à violência na escola, a sexualidade, entre outros desafios educacionais contemporâneos. Especificamente sobre a história e cultura afro-brasileira e africana, foram publicados três volumes pela SEED-PR, todos durante a gestão do governador Roberto Requião. São eles: História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2005), Educando para as Relações Étnico-raciais (2006) e Educando para as Relações Étnico-raciais II (2008).

Além das publicações disponíveis na forma impressa e *online* – por meio do Portal Educacional Dia a Dia Educação –, foram realizados também seminários, simpósios, reuniões técnicas, grupos de estudos, entre outras atividades, compondo três eixos de trabalho dos técnicos da SEED-PR: formação continuada dos profissionais da educação, produção de material de apoio didático-pedagógico e ações e relações interinstitucionais.

O Caderno Temático Educando para as Relações Étnico-raciais, de 2006, de maneira especial, constitui uma síntese desses três eixos. Contou com a colaboração de técnicos da SEED-PR, professores da rede pública estadual de ensino e pessoas ligadas a APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná e aos movimentos sociais, a exemplo do Movimento Negro. O volume foi composto de preceitos legais relativos à inserção da temática nas escolas, de sugestões de filmes, livros e *sites*, bem como de artigos agrupados em três blocos distintos, segundo sua origem, os quais são:

[1] Professor da educação básica da rede pública estadual de ensino do Paraná, licenciado e bacharel em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), especialista em Metodologia do Ensino de História pelas Faculdades Integradas "Espírita" (Unibem)/Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão (Ibpex) e especialista em Gestão do Cuidado para uma Escola que Protege pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

ISBN 978-85-8209-066-4

- amostras de trabalhos apresentados no I Simpósio de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, realizado em Faxinal do Céu (PR), no ano de 2005;
- artigos, relatos e biografias propostos pela Comissão de Acompanhamento e Implementação da Lei n.º 10.639/03 no estado do Paraná;
- artigos representativos de outras entidades e/ou instituições.

Como parte constituinte do segundo bloco, o artigo intitulado "Do patrimônio mundial ao patrimônio local: o que é importante saber do passado e o que pode ser esquecido?" (SAVOIA, 2006) procurou levantar dados referentes à política patrimonial da Unesco na África e fazer uma reflexão inicial sobre eles, a qual poderá ser vista na sequência deste trabalho.

UNESCO, PATRIMÔNIO MUNDIAL E ÁFRICA

A política patrimonial da Unesco na África, 2006

O artigo presente no Caderno Temático Educando para as Relações Étnico-raciais, foco de análise deste trabalho, foi dividido em três tópicos ou subtítulos, chamados aqui de partes.

A *primeira parte* foi denominada de "A Unesco e o patrimônio mundial". Ela procurou abranger o contexto de criação da Unesco em 1945 – logo após o término da Segunda Guerra Mundial – lembrando que a instituição tem como algumas de suas ações a identificação, a preservação e a proteção do patrimônio cultural e natural mundial considerados de excepcional valor para a humanidade.

Essa ação ganhou especial destaque em 1959, quando do salvamento do templo de Abu Simbel, antigo tesouro da civilização egípcia construído à época do faraó Ramsés II. O salvamento nasceu da preocupação internacional quando da construção da represa de Assuã, no Egito (África), uma vez que a construção levaria à inundação do vale do Rio Nilo. Assim, a pedido do governo daquele país, foi mobilizada pela Unesco uma campanha internacional de salvamento, campanha que se repetiria em outros lugares, como Veneza, na Itália, e Borobodur, na Indonésia. Como desdobramento dessas ações, em 1972 surgiu a ideia de combinar a conservação de patrimônios naturais e culturais. Essa ideia foi apresentada à Conferência das Nações Unidas, na qual foi assinado um tratado internacional chamado de Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, aprovado pela Unesco.

Em 2006, a Lista do Patrimônio Mundial da Unesco já totalizava 830 sítios, sendo 644 culturais, 162 naturais e 24 mistos. A solicitação de inscrição de um sítio na Lista do Patrimônio Mundial, como bem lembrou o artigo em questão, deveria partir dos próprios estados signatários, ou seja, daquele país que ao assinar a Convenção do Patrimônio Mundial se comprometia a proteger o seu patrimônio cultural e natural. Assim, todos os anos, o Comitê do Patrimônio Mundial reúne-se para analisar a proposta de adesão de novos sítios à lista, verificados com base em um conjunto de critérios.

Segundo a Unesco (2006), para serem aceitos e incorporados à Lista do Patrimônio Mundial, os bens culturais devem:

> i. representar uma obra-prima do gênio criativo humano, ou
> ii. ser a manifestação de um intercâmbio considerável de valores humanos durante um determinado período ou em uma área cultural específica, no desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais, de planejamento urbano ou de paisagismo, ou
> iii. apontar um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização ainda viva ou que tenha desaparecido, ou
> iv. ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade, ou
> v. constituir um exemplo excepcional de *habitat* ou estabelecimento humano tradicional ou de uso da terra, que seja representativo de uma cultura ou de culturas, especialmente as que se tenham tornado vulneráveis por efeitos de mudanças irreversíveis, ou
> vi. estar associados diretamente ou tangivelmente a acontecimentos ou tradições vivas, com ideias ou crenças, ou com obras artísticas ou literárias de significado

ISBN 978-85-8209-066-4

> universal excepcional (O comitê considera que este critério não deve justificar a inscrição na lista, salvo circunstâncias excepcionais e a aplicação conjunta com outros critérios culturais ou naturais) (UNESCO, 2006).

Por sua vez, os bens naturais devem:

> i. ser exemplos excepcionais representativos dos diferentes períodos da história da Terra, incluindo o registro da evolução, dos processos geológicos significativos em curso, do desenvolvimento das formas terrestres ou de elementos geomórficos e fisiográficos significativos, ou
> ii. ser exemplos excepcionais que representem processos ecológicos e biológicos significativos para a evolução e o desenvolvimento de ecossistemas terrestres, costeiros, marítimos e de água doce e de comunidades de plantas e animais, ou
> iii. conter fenômenos naturais extraordinários ou áreas de uma beleza natural e uma importância estética excepcionais, ou
> iv. conter os *habitats* naturais mais importantes e mais representativos para a conservação da diversidade biológica, incluindo aqueles que abriguem espécies ameaçadas que possuam um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação (UNESCO, 2006).

A *segunda parte* do artigo tratado aqui foi designada de “A Unesco, o patrimônio mundial e a África”. Iniciou-se assim a reflexão sobre a Lista do Patrimônio Mundial, especialmente acerca dos dados referentes ao tipo e à localização de tais sítios, como pode ser visto na tabela a seguir.

Tabela 1 – Distribuição dos patrimônios mundiais da Unesco no ano de 2006

África	
Cultural	37
Natural	34
Misto	2
Total	73
Países	26
América Latina e Caribe	
Cultural	80
Natural	35
Misto	3
Total	118
Países	25
Ásia e Pacífico	
Cultural	114
Natural	44
Misto	9
Total	167
Países	25
Países Árabes	
Cultural	58
Natural	4

ISBN 978-85-8209-066-4

Misto	1
Total	63
Países	15
Europa e América do Norte	
Cultural	371
Natural	53
Misto	10
Total	434
Países	48

Fonte: dados extraídos de <http://whc.unesco.org>. Acesso em: jul. 2006

A percepção dos dados levou à primeira constatação, a de que a distribuição dos países presentes na Lista do Patrimônio Mundial não foi feita segundo critérios geográficos, mas sim critérios culturais e políticos. Países africanos como o Egito, o Marrocos e a Tunísia, por exemplo, compõem o grupo dos países árabes. Israel, localizado na Ásia menor, faz parte do grupo da Europa e da América do Norte. Dessa forma, os países signatários que possuem sítios e bens na referida lista ficaram distribuídos em cinco grupos: África, América Latina e Caribe, Ásia e Pacífico, Europa e América do Norte e, por fim, Países Árabes.

O segundo ponto destacado foi quanto ao número de sítios que compõem a Lista do Patrimônio Mundial. Alguns são computados em mais de um país, pois ficam em regiões de fronteira, como é o caso do Parque Nacional do Iguaçu, situado no Brasil e na Argentina, e das Cataratas de Vitória, na Zâmbia e no Zimbábue, por exemplo.

O terceiro aspecto a chamar a atenção quando da análise dos dados foi a desproporcionalidade entre os grupos de países, no tocante ao número de sítios presentes na Lista do Patrimônio Mundial. Figurando com o maior número de sítios estava o grupo Europa e América do Norte, seguido de Ásia e Pacífico, América Latina e Caribe, África e, finalmente, Países Árabes. Fazendo a análise por outra perspectiva, isto é, quanto à proporcionalidade entre sítios e países que compõem cada um dos grupos, foi possível notar que a África passava a ter o menor número de sítios na Lista do Patrimônio Mundial, enquanto o grupo Europa e América do Norte permanecia na ponta. Só na Península Ibérica (Portugal e Espanha), por exemplo, o número de bens culturais era maior que o número de bens culturais do grupo dos países da África.

Por último, foi constatado naquele contexto que, diferentemente de outros grupos de países, a África tinha quase o mesmo número de bens naturais e culturais na lista.

Por fim, a *terceira parte* do artigo foi denominada de Considerações finais, acrescida na sequência do artigo das referências e de mapas, os quais foram criados quando da escrita do artigo e que tinham como propósito representar a localização dos patrimônios mundiais, culturais, naturais e mistos na Europa e na África.

A política patrimonial da Unesco na África, 2016

Uma década passou-se após a escrita do artigo “Do patrimônio mundial ao patrimônio local: o que é importante saber do passado e o que pode ser esquecido?”. Hoje, a questão a ser respondida é: houve mudanças significativas na política de preservação patrimonial da Unesco na África? Para tal análise, os dados referentes à Lista do Patrimônio Mundial, extraídos do *site* da Unesco, serão apresentados novamente no formato de tabelas, como há dez anos.

Desde já, algumas constatações preliminares podem ser feitas, como, por exemplo, o aumento do número de sítios na Lista do Patrimônio Mundial, que hoje totaliza 1.052 propriedades, distribuídas em 165 estados membros, sendo 814 bens culturais, 203 naturais e 35 mistos.

ISBN 978-85-8209-066-4

Tabela 2 – Distribuição dos patrimônios mundiais da Unesco no ano de 2016

África	
Cultural	48
Natural	37
Misto	5
Total	90
Países	33
América Latina e Caribe	
Cultural	96
Natural	37
Misto	5
Total	138
Países	28
Europa e América do Norte	
Cultural	426
Natural	63
Misto	10
Total	499
Países	50
Ásia e Pacífico	
Cultural	173
Natural	62
Misto	12
Total	247
Países	36
Países Árabes	
Cultural	73
Natural	5
Misto	3
Total	81
Países	18

Fonte: dados extraídos de <http://whc.unesco.org>. Acesso em: ago. 2016

Excetuando-se a já referida constatação preliminar, para observar possíveis mudanças e/ou permanências na política patrimonial da Unesco, precisamos comparar os dados de 2006 com os dados atuais presentes no *site* da organização.

A primeira comprovação que pode ser feita a partir daí é: a distribuição dos países presentes na Lista do Patrimônio Mundial continua sendo realizada conforme os critérios culturais e políticos.

ISBN 978-85-8209-066-4

Segunda constatação: permanece a desproporcionalidade entre os grupos de países quanto ao número de sítios presentes na Lista do Patrimônio Mundial. Ou seja, continuam figurando com o maior número de sítios na lista da organização a Europa e a América do Norte, seguidas da Ásia e do Pacífico, da América Latina e do Caribe, da África e, por fim, dos Países Árabes.

Nesse aspecto, o grupo da África apresentou o terceiro maior aumento no número de sítios e bens que fazem parte da lista da organização, aumento de 23,2% se comparado há dez anos. Embora tenha ocorrido aumento maior do que o acontecido com o grupo Europa e América do Norte, que cresceu 14,9%, ele foi insuficiente para reverter à desproporcionalidade já mencionada. O número de bens culturais presentes na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco segue favorável aos marcos referenciais da cultura ocidental, europeia e branca, representados pelo cristianismo, pelas cidades antigas e pelos "grandes monumentos", em detrimento de outros povos e culturas. O grupo Europa e América do Norte possui hoje 50 países na Lista do Patrimônio Mundial, sendo 499 os bens inscritos, o que totaliza a média de 9,9 bens por país, enquanto o grupo África tem 33 países, sendo 90 bens inscritos, o que totaliza a média de 2,7 bens por país.

Cabe aqui ressaltar uma observação realizada em 2006: um caminho para o resgate de marcos referenciais alusivos a outros povos e culturas talvez estivesse despontando com a valorização do patrimônio oral e imaterial da humanidade. Assim, dez anos depois, procurou-se extrair dados da página da Unesco para verificar se de fato isso se deu.

Tabela 3 – Lista do patrimônio cultural imaterial da humanidade

Patrimônio cultural imaterial da humanidade*		
Grupo de países	**Países**	**Patrimônios**
África	22	44
América Latina e Caribe	18	65
Ásia e Pacífico**	24	175
Europa e América do Norte	30	141
Países Árabes	12	37

*Lista representativa + melhores práticas de salvaguarda + lista que requer medidas urgentes de salvaguarda.
**Dados sobre Rússia e Turquia foram computados também no grupo Europa e América do Norte.

Fonte: dados extraídos de <http://www.unesco.org/culture/ich/es/listas?multinational=3&display1=inscriptionID&display=maps#tabs>. Acesso em: 18 set. 2016

A julgar pelos dados encontrados no *site* da organização, essa mudança não ocorreu, e a referida desproporcionalidade a favor dos marcos da cultura ocidental, europeia e branca permanece, em comparação com o grupo África.

O grupo África, por exemplo, excetuando-se aqui os países que pertencem ao grupo Países Árabes, totaliza 44 elementos na Lista do Patrimônio Cultural Imaterial, apenas três a mais que a soma de três países europeus (Espanha, França e Bélgica), que, sozinhos, totalizam 41 elementos presentes na listagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Pierre Nora (1993), criador do termo "lugares de memória", há dois tipos de memória: a tradicional (imediata) e a memória transformada em história. É por esta última que as políticas de preservação estabelecem os lugares de memória, isto é, arquivos públicos, bibliotecas, museus, praças, monumentos, entre outros. Para o autor, "à medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi" (NORA, 1993, p. 15). Entende-se que essa constituição de marcos referenciais do passado (e aqui cabem os patrimônios mundiais da humanidade) não é isenta de escolhas, mas carregada de intencionalidades pautadas por relações de poder, de sentido político, identitário etc.

Assim, após dez anos se constata, entre outros, a permanência da desproporcionalidade entre os grupos de países quanto aos sítios e bens presentes na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco. A que se deveria essa desproporcionalidade? Aos critérios estabelecidos pela organização, que de alguma

ISBN 978-85-8209-066-4

forma dificultaria a inclusão de bens patrimoniais oriundos de países africanos? Ou à análise do Comitê do Patrimônio Mundial, que por alguma razão privilegiaria os marcos referenciais da cultura ocidental, europeia e branca? Talvez tenha alguma relação com o pouco "interesse" dos governos africanos em ter sítios e bens patrimoniais na referida lista, uma vez que há outras prioridades quanto a políticas públicas a ser efetivadas em seus países? Talvez se deva a dificuldades estruturais e humanas em compor equipes técnicas que consigam, com poucos recursos, arrolar a documentação necessária para a formação de processos que visem à submissão de seus patrimônios à análise do comitê? O que fazer para mudar essa realidade? Qual é o papel da Unesco nesse caso?

Todas essas questões são apenas suposições a serem investigadas, referendadas ou refutadas. A análise aqui realizada não se propôs a ser uma crítica à política de preservação patrimonial da Unesco, mas apenas uma constatação preliminar, não conclusiva. Dada sua complexidade, uma análise dessa natureza requer mais pesquisa, estudo e aprofundamento.

REFERÊNCIAS

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Explorar las listas del patrimonio cultural inmaterial y el registro de mejores prácticas de salvaguardia**. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/es/listas?multinational=3&display1=inscriptionID&display=maps#tabs>. Acesso em: 18 set. 2016a.

_____. **Unesco**. 2006. Disponível em: <http://whc.unesco.org/>. Acesso em: jul. 2006.

_____. **Unesco**. Disponível em: <http://whc.unesco.org/>. Acesso em: 25 ago. 2016b.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Ensino Fundamental. **História e cultura afro-brasileira e africana:** educando para as relações étnico-raciais. Curitiba: SEED-PR, 2006. (Cadernos Temáticos).

SAVOIA, Sandro Cavalieri. Do patrimônio mundial ao patrimônio local: o que é importante saber do passado e o que pode ser esquecido? *In*: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Ensino Fundamental. **História e cultura afro-brasileira e africana:** educando para as relações étnico-raciais. Curitiba: SEED-PR, 2006. p. 45-51. (Cadernos Temáticos).

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PESQUISA *ANCESTRALIDADE E NATUREZA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS SABERES TRADICIONAIS DE COSMOVISÃO AFRICANA DO ABASSA INKICE NZAZI*

Janaína Gonçalves Hasselmann[1]
Roberta Barros Meira[2]

Resumo: O presente trabalho aventa a estrutura do projeto de pesquisa intitulado *Ancestralidade e natureza: um estudo de caso sobre os saberes tradicionais de cosmovisão africana do Abassa Inkice Nzazi*, com desenvolvimento em curso no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville (Univille) e vinculado ao grupo de estudos Cultura e Sustentabilidade da insigne instituição.
Palavras-chave: patrimônio; identidade; renegociação de identidades.

INTRODUÇÃO

O presente artigo vincula-se ao desenvolvimento de um projeto de pesquisa intitulado *Ancestralidade e natureza: um estudo de caso sobre os saberes tradicionais de cosmovisão africana do Abassa Inkice Nzazi*, em curso pelo Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade oferecido pela Universidade da Região de Joinville (Univille). Considerando o estado inicial do projeto, pensamos ser salutar esclarecer que o artigo conduzido ao evento III Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural (Enipac) visa encaminhar nossas estratégias de pesquisa em andamento. Abassa Inkice Nzazi diz respeito à configuração nominativa de um terreiro de candomblé de nação angola situado no município de Araquari, fazendo divisa com a cidade de Joinville, na porção norte do estado de Santa Catarina. Desse modo, é matéria de nossa pesquisa investigar as relações entre ancestralidade (culto aos *inkices*[3]) e natureza, focalizando os saberes tradicionais passados de geração em geração para mobilização de forças ancestrais.

REVISÃO DE LITERATURA

O aludido trabalho, em seu estado inicial de pesquisa, encaminhado ao III Enipac, em formato de comunicação para simpósio, parte da análise das discussões ensejadas no campo do patrimônio cultural e das vivências religiosas de matriz africana forjadas no seio da sociedade brasileira por agentes históricos

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille), bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).
[2] Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille.
[3] Encantados do panteão mitológico africano do grupo étnico-linguistico bantu.

ISBN 978-85-8209-066-4

específicos. Nações e etnias provenientes de diversos pontos do continente africano – traficadas pela Costa Atlântica e trazidas ao Brasil no contexto da escravidão – constituíram não somente a principal mão de obra ao regime escravista como trouxeram consigo visões de mundo que gradualmente foram confrontadas com as relações societárias no novo continente. Identificados à revelia, por meio de tipificações com intento estritamente geográfico concernentes aos comerciantes de escravos, os africanos relacionavam-se com intensa debilidade, por conta das barreiras linguísticas e fronteiras culturais. Reagrupados *a priori* em consonância com as regiões de embarque e posteriormente – mediante a observação de seus traços culturais –, receberam denominações mais generalizantes como jejes, iorubás e nagôs. Diante de certa multiplicidade de práticas religiosas de matriz africana, este projeto institui como norte de pesquisa um estudo de caso sobre a relação entre ancestralidade e natureza expressos em saberes tradicionais de cosmovisão africana que se exercem no Abassa Inkice Nzazi.

Justificamos essa delimitação pela escassa produção bibliográfica sobre o candomblé angola, talvez pela sua menor representatividade no conjunto da sociedade em comparação às outras experiências de matriz africana. Em razão de uma realidade de apagamento perante as outras religiões de origem africana, o candomblé angola encontra-se à margem do metiê patrimonial. As nações de candomblé configuraram-se por intermédio da organização de antigos terreiros na Bahia fundados por sacerdotes africanos, denominados de angolas, congos, jejes e nagôs e iniciados em suas religiões tradicionais. Embora a nação angola seja reconhecida como a mais antiga nação de candomblé, a maioria das visões bibliográficas aponta para uma pretensa inferioridade no tocante aos candomblés de outras nações, em virtude especialmente da “mistura” que houve com indígenas e ritos católicos.

Pensamos salutar esclarecer que o maior acesso às práticas, aos saberes e aos discursos possibilitado pelo fato de a pesquisadora professar a fé dos *inkices* dentro do aludido *abassa* facilitará o mapeamento de vários bens patrimoniais e um autêntico cabedal civilizatório no que se refere a modos de fazer e saberes passados de geração em geração. Ademais, busca-se repensar as novas configurações sociais e novas epistemologias, mitigando assim preconceitos e falácias a despeito de ritos e modos de percepção do mundo físico e espiritual constituídos pela cosmovisão africana.

À guisa de consideração, temos como foco de pesquisa as políticas culturais e patrimoniais que partem do direito ao patrimônio presente nas comunidades de origem africana. Cabe-nos lembrar que nas últimas décadas os espaços que evocam políticas públicas – educacionais, patrimoniais e/ou de saúde pública – se tornaram mediadores de discussões acerca de searas como multiculturalismo, direitos culturais e políticas de ações afirmativas, com escopo de reabilitação de grupos sociais discriminados. A pertinência de tal expediente, no âmago das organizações culturais, refere-se à premente necessidade de otimizar uma articulação entre educação patrimonial, educação ambiental e a sociedade. As questões e demandas propiciadas pela emergência desde os idos de 1960 de vários grupos sociais, como o Movimento Negro, fazem parte ainda da agenda patrimonial, uma vez que esses grupos continuam lutando para sair da invisibilidade a que estão submetidos.

Em virtude da reverberação negativa das práticas culturais de matriz africana na atividade pedagógica, intelectuais, militantes, educadores e solidários, por exemplo, reivindicaram o estabelecimento de uma ação estatal que possibilitasse uma proposta de ensino religioso mais plural e não excludente. De fato, a obrigatoriedade legal da Lei n.º 10.639, que dispõe sobre a inclusão da “história e cultura afro-brasileira” nos conteúdos programáticos – perpassando todas as disciplinas –, conduz aos primeiros ganhos nesse certame. Até então, todas as arregimentações políticas no campo da educação e cultura que discutissem a diversidade cultural e a cultura das populações de origem africana estavam restritas praticamente ao campo acadêmico. A renegociação dos espaços de poder e as construções identitárias dos negros brasileiros por certo tempo recuaram em nossas políticas culturais e educacionais.

Os estudos realizados desde a década de 1970 promovidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e pelos chamados uspianos passam a questionar as posições subalternas da cultura e dos saberes ligados às religiões seguidas pela população negra no Brasil. Faz-se mister compreender os mecanismos construtos das memórias e identidades, de forma a incorporá-las nos novos reconhecimentos não oficiais que surgem no campo do patrimônio, cujo horizonte de expectativa vai além da homogenização cultural da sociedade brasileira.

Acreditamos que este projeto possa ensejar o avanço das discussões sobre religiosidades ou cosmovisões de matriz africana. Além disso, busca-se analisar a relação entre o patrimônio religioso e o patrimônio ambiental. Nesse sentido, o projeto abrange os saberes populares que se constituem no candomblé, que passam desde a coleta de folhas e raízes à elaboração da cozinha sagrada e aos tradicionais cortes de bichos. Manifestamos dessa maneira uma percepção positiva a respeito da renegociação de

ISBN 978-85-8209-066-4

identidades impostas, sobretudo pelo olhar eurocêntrico e por axiomas científicos que reduziram a rica cultura afro-brasileira a manifestações folclóricas ou ainda à demonização de sua cosmovisão.

Estruturamos de forma simplificada a título de corresponder à dinâmica deste artigo alguns de nossos objetivos: estudar as condições históricas nas quais se processou a construção do Abassa Inkice Nzazi; conceber as vivências no Abassa Inkice Nzazi como processo de constituição identitária; avaliar a relação entre ancestralidade e natureza de cosmovisão africana no Abassa Inkice Nzazi e seu potencial colaborador em políticas ambientais; averiguar os aspectos políticos no metiê ambiental que podem constituir ameaça a sua existência; situar eventuais rupturas e permanências no que tange à compreensão de suas práticas culturais; e contribuir com a valorização dos debates a despeito do patrimônio da região. Tais tomos vinculam-se aos objetivos gerais, que se expressam por: compreender o processo de construção da cosmovisão africana, *ethos* do Abassa Inkice Nzazi, e investigar os saberes tradicionais que se exercem na relação ancestralidade e natureza. Como este artigo tem por propósito apresentar a condução teórica e metodológica do projeto de pesquisa em desenvolvimento, consideramos premente aduzir nosso problema de pesquisa, bem como outros elementos estruturantes que o fundamentam: a valorização de uma cultura dos povos afrodescendentes presente principalmente em uma herança religiosa pode ampliar o campo patrimonial sintonizando o trabalho com questões ambientais?

Antevidente algumas questões particulares à prática da pesquisa acadêmica, precisamos reconhecer também as singularidades de alguns bens patrimoniais que elicitam base teórica em consonância com nossos desafios. O primeiro deles talvez seja despontar de uma lógica ocidental e reconhecer de fato o lugar da diferença. Por exemplo, a questão do respeito que as religiões de matriz africana possuem em relação à natureza se torna profundamente reveladora de patrimônios não oficiais salvaguardados por grupos específicos da sociedade. Nas palavras de Valdina O. Pinto (2008, p. 14):

> A religião para um africano é antes de tudo vida, uma vida vivida no cotidiano. A sua religião, ao menos a crença em um ser supremo, nasce da visão de mundo e reúne leis e ligações que os vivos estabelecem entre o passado, os mortos, o presente e o futuro. Mas também leva em conta as interações que se operam perpetuamente ou por intermitência. Essas são as explicações que os membros duma sociedade dão ou tentam dar a todos os acontecimentos da vida, são as ligações que os vivos estabelecem entre eles e os elementos que os cercam. Esses elementos podem ser de natureza visível e invisível. Logo, a concepção do mundo é feita da percepção do meio ambiente conforme o que se acha diante do desconhecido ou inacessível. De saída, cada indivíduo ou grupo de indivíduos, leva em conta o seu ambiente geofísico e cultural, com sua percepção, em consequência, sua visão de mundo. Assim, os povos respectivos da savana, da floresta, das altas montanhas, das regiões vulcânicas, das planícies, do litoral etc. têm cosmologia particulares.

A imanência do divino encontra-se intimamente ligada aos espaços sagrados, cuja centralização no cosmo provém de significados e significações. Para as culturas denominadas de autóctones e/ou arcaicas, esses significados são pregressos à sua história enquanto grupo. Complementando a narrativa de Zamenga Batukezanga, citamos Mircea Eliade (1991, p. 36):

> Na geografia mítica, o sagrado é o espaço real por excelência, pois, como se demonstrou recentemente, para o mundo arcaico, o mito é real porque ele relata as manifestações da verdadeira realidade: o sagrado. É num total espaço que tocamos diretamente o sagrado – quer ser ele materializado em certos objetos (tchuringas, representações da divindade, etc.) ou manifestados nos símbolos hierocósmicos (Pilastra do Mundo, Árvore Cósmica, etc.). Nas culturas que conhecem a concepção das três regiões cósmicas – Céu, Terra, Inferno – o centro constitui o ponto de intersecção dessas regiões.

Essa sincronicidade entre espaço sagrado e historicidade relatada pelo registro *bakóngo* e de Eliade (1991) reflete em linhas gerais o lócus da cosmovisão africana. Nesse caso, vários grupos étnicos compartilharam seu *ethos* religioso, empregando novos contornos haja vista a necessidade de preservar a herança ancestral no contexto de um sistema escravista. Até mesmo a literatura especializada inclui na trama das resistências negras a religiosidade como fator preponderante para a afirmação de uma identidade insurgente às formas coercivas de dominação, encaminhadas por meio da cristianização dos povos africanos e de seus descendentes. Para Alfredo Bosi (1996), a dialética da colonização respaldada pela teologia católica e protestante submeteu o africano com maior autoridade, em comparação à catequese aplicada aos indígenas, em função dos relatos no Livro de Gênesis. Segundo Bosi (1996, p. 48),

ISBN 978-85-8209-066-4

> o destino do povo africano, cumprido através de milênios, dependente de um evento único, remoto mas irreversível: a maldição de Cam, de seu filho Canaã e de todos os seus descendentes. O povo africano será negro e será escravo: eis tudo.

É pertinente ressaltar que a escravidão moderna[4] compreendia um receituário de ações que controlava as subjetividades do ser humano. O sujeito escravizado nesse momento histórico constituía, para além da qualidade de mercadoria, um ser inominável subserviente à mentalidade de uma classe social, sem possibilidade de ascender socialmente nem de se exercer plenamente conforme seus próprios aportes histórico-culturais. Logo, o processo de desenraizamento corrompeu (em certa medida) as percepções sensoriais do africano ao seu mundo religioso, diga-se, "em partes", por conta dos constantes litígios contra o sistema opressor e ainda das estratégias de "maquiar" o panteão mitológico africano com figuras cânones da liturgia católica. Contudo descartamos quaisquer visões "líticas" e *ad infinitum* que possam cristalizar os processos de interação humana com base exclusiva numa origem e/ou num passado público em comum.

Entendemos que, assim como as concepções contemporâneas de cultura revelam um amálgama de referências – só possibilitando sua compreensão quando contextualizadas no seu tempo –, os sistemas religiosos também se exercem num espaço/tempo específico. Reside aí a necessidade de descortinarmos a gênese dos fenômenos e de suas especificidades, mas atentos à aglutinação de novos atores sociais e seu acervo patrimonial articulado ao mundo moderno. Embora concordamos com Bosi (1996) em sua leitura sobre o assunto, consideramos mister lembrar que, em meio à violência empregada contra africanos, também reconhecemos as trocas culturais que mediaram esses encontros, nem sempre permeados por insubordinação. É o caso do candomblé angola, reconhecido também como "candomblé de caboclo", visto a proximidade ocorrida entre indígenas ou até mesmo a conciliação das práticas africanas com rezas católicas populares. A resistência construída com outros grupos excluídos resultou em saberes legítimos originários das trocas culturais.

A escolha desse tema envolve ainda outros aspectos remissivos à construção dos saberes históricos e à produção de novas formas de pensar patrimônio cultural e posicionar-se no atual cenário político, marcado por contendas embandeiradas pelas frentes mais progressistas da sociedade. Dessa forma, não podemos deixar de relevar nesta análise as motivações intimamente ligadas aos direitos humanos culturais. Aliás, somam-se a essas novas demandas a falta de proteção jurídica de patrimônios ameaçados diuturnamente por *lobby* político religioso, as invasões a terreiros e as agressões aos que professam tal fé. Em que pese o alerta de Ulpiano Bezerra de Meneses (2009, p. 38):

> Quando as culturas saem do museu e a diferença cultural (e não mais apenas a diversidade cultural) passa a ser um dos componentes ativos das tensões sociais, o encorajamento da diversidade cultural se acompanha de mecanismos de contenção da diferença cultural. Em outras palavras tem ocorrido, com os mesmos sujeitos, que a diversidade cultural possa ser grandemente apreciada nos museus, embora rejeitada na interação social.

Tomamos de empréstimo o conceito de identidade dos estudos de Manuel Castells (1998), valendo-se de seu posicionamento ao analisarmos ações marcadamente conflitosas e violentas, além da necessidade de produzir no campo acadêmico elementos teóricos colaborativos para que os grupos marginais e oprimidos renegociem as identidades que lhes foram impostas no processo de violência simbólica[5]. Conforme Castells (1998, p. 50):

> Entendo por identidade o processo de construção de significação com base num atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social.

O apagamento da cultura e a restrição aos quadros econômicos ligados à escravidão geraram espaços pouco estudados na história dos povos de origem africana no Brasil. Um exemplo ilustrativo é o conteúdo apresentado no ensino básico. Segundo José Oriá Fernandes (2004, p. 30),

[4] Sobre o conceito de escravidão nos diferentes tempos históricos, ver: Meillassoux, 1995.
[5] Assim como Pierre Bourdieu, Castells discorre sobre a violência simbólica expressa no colonialismo cognitivo.

ISBN 978-85-8209-066-4

> os livros didáticos, sobretudo os de história, ainda estão permeados por uma concepção positivista da historiografia brasileira, que primou pelo relato dos grandes fatos e feitos chamados "heróis nacionais", geralmente brancos, escondendo, assim, a participação de outros segmentos sociais no processo histórico do país. Na maioria deles, despreza-se a participação das minorias étnicas, especialmente índios e negros. Quando aparecem em didáticos, seja através de textos ou de ilustrações, índios e negros são tratados de forma pejorativa, preconceituosa ou estereotipada.

Lembramos que é nesse mesmo contexto de interações sociais e por meio das identificações que os sujeitos se percebem como parte integrante do mundo social específico. Tal qual o modo como são identificados e identificam os outros, constroem a autoimagem na qual moldarão sua identidade, visto que é nos processos de socialização que ocorre a transmissão de valores e crenças dos agentes mediadores de seu grupo social, os quais consequentemente influenciarão na configuração de sua idiossincrasia.

Kabenguele Munanga (1988) destaca a condescendência de nossa literatura quando esta calcifica ideias negativas e iníquas, historicamente construídas sobre o negro e suas formas de expressão da religiosidade. Para o autor, essa literatura é um desserviço social ao não reconhecer os registros socioculturais da população negra como *status* de valor para a humanidade. A ideologia da mestiçagem, notável pavimento no processo de branqueamento defendido pela ideologia racial brasileira, segundo o autor, seria responsável pela invisibilidade dos valores civilizatórios de matriz africana. Conforme ele, a miscigenação implica um modelo universalista que supõe a negação da diferença e sugere um ideal implícito de homogeneidade, visível na assimilação cultural. Por conseguinte, essa assimilação colocada em benefício de uma identidade nacional estanque contribui para macerar a identidade étnica/racial. Pensar que a literatura construiu essas visões.

Contíguo à ausência de referenciais que aludem à constituição da identidade negra, localizamos ainda o reducionismo do *ethos* social africano, no qual se obliterou uma cosmogonia à qualidade deletéria de "manifestação performática", completamente destituída de uma herança ancestral. Analogamente a essa demissível condensação dos processos históricos, na qual se forjaram os contrastes identitários, e especialmente ao tratamento destinado aos negros, Clóvis Moura (1989, p. 35) aponta:

> A mesma coisa aconteceu com seus instrumentos rituais, que passaram a ser instrumentos típicos, com as suas manifestações musicais, sua música, indumentária africana, a cozinha sagrada dos candomblés. Tudo isso passou-se a ser simplesmente folclore. E com isso subalternou-se o mundo cultural dos africanos e dos seus descendentes. A dominação cultural acompanhou da dominação social e econômica. O sistema de controle social passou a dominar todas as manifestações culturais negras, que tiveram, em contrapartida, de criar mecanismos de defesa contra a cultura dominadora.

Partindo de forma concêntrica ao diagnóstico de Moura (1989), Ana Kátia dos Santos (2005) traz a lume o mesmo deslinde. A autora discute a dinâmica cosmogônica e as dimensões temporais presentes nos rituais africanos, resultado da simbiose de elementos herdados: individuais e simbólicos. Os elementos herdados situam-se na linhagem familiar e clânica, enquanto os simbólicos se posicionam no ambiente cósmico, mítico e social. A concepção de pessoa, apesar de reconhecer a importância do indivíduo, não aparta esse indivíduo da vida social. Pelo contrário, uma de suas condições é integrar-se ao coletivo, tornando compulsória a vivência em comunidade na sua plena existência. Além da noção de tempo e de sujeito, existem outras premissas societárias de pertencimento à visão de mundo africana, como a integração *in loco* com a natureza, a ancestralidade, o alargamento das relações familiares, o respeito à figura da mãe e do velho como portadores dos saberes, o convívio intergeracional etc.

Segundo a autora, esse sistema de organização social foi suplantado paulatinamente em favor do positivismo ocidental, persistindo até o presente momento em nossa pedagogia (SANTOS, 2005, p. 34). O aparato educacional continua exercendo seus axiomas científicos, diluindo singularidades altissonantes do mundo dos africanos. Essas clivagens excludentes e perversas adotadas amiúde reduzem o ser humano a uma única possibilidade interpretativa e a modelos que sugerem uma dicotomia entre ele e o mundo. As consequências de uma pedagogia "universalista" e caudatária ao racionalismo técnico resultam em completa alienação à construção histórica das (suas) identidades. Haja vista essa defesa, entende-se que a criança de origem afrodescendente quando chega à escola inicia o processo de descaracterização ou desenraizamento étnico. Dessa forma, por precisar integrar-se/ajustar-se nesse mundo – escola –, a criança assume os discursos e as práticas nele veiculados. Daí a importância de pensar a epistemologia do educador.

ISBN 978-85-8209-066-4

Pensando no campo patrimonial e em sua dimensão política, cabe-nos refletir sobre a formação do profissional da cultura, sua escuta sensível às desigualdades instituídas e à autonomia auferida a ele em examinar com esmero a realidade da qual é partícipe. Nessa perspectiva, elegemos o Inzo Inkice Nzazi nossa principal fonte de pesquisa para localizarmos os elementos que constroem a identidade de muitos afrodescendentes. O candomblé angola congraça laços de pertencimento por meio de vieses linguísticos, musicais, religiosos e históricos, mas sobretudo a relação entre ancestralidade e natureza em conformidade com a cosmovisão africana. Faz-se mister, todavia, ratificar nosso compromisso com essa campanha capciosa de estereotipação da cultura que se manifesta em todos os espaços sociais, das mídias de massa às concepções vulgares de cultura, passando ainda pela educação. Conforme Clifford Geertz (2008, p. 10),

> compreender a cultura de um povo expõe sua normalidade sem reduzir sua particularidade. (Quanto mais eu tento seguir os marroquinos, mas lógicos e singulares eles me parecem). Isso os torna acessíveis: colocá-los no quadro de suas próprias banalidades dissolve sua opacidade.

Este projeto reconhece as vivências sagradas em um terreiro de candomblé (*inzo*) como epicentro de onde convergem concepções de cosmos, espiritualidade, ancestralidade e natureza. Validamos nossa proposta de pesquisa com base na construção da alteridade com novas abordagens teóricas, especialmente no campo interdisciplinar dos estudos patrimoniais.

Reconhecemos ainda a contribuição inconteste de Gilberto Freyre para qualquer trabalho que pretenda estudar costumes e história do cotidiano, nesse caso dos africanos e suas influências na sociedade brasileira. Muito embora repousem sobre o referido autor inúmeras polêmicas surgidas tanto em razão de sua feição ao sistema patriarcal e à percepção de certa benignidade das relações entre senhores e escravos quanto a suas considerações sobre raça e cultura, *Casa-grande e senzala* (FREYRE, 2005) continua sendo uma obra clássica à qual recorre todo aquele que vislumbra entender a complexidade dos sentidos atribuídos à miscigenação. No caso de Freyre (2005), deve-se levar em conta que a mestiçagem foi um dos primeiros caminhos a levar o negro a *status* de civilizador com reais contribuições à formação de nosso panorama cultural brasileiro, sendo pioneiro na valorização da cultura africana como uma das principais bases da formação cultural brasileira.

Finalizando nossa proposta de trabalho nessa preleção, aludimos aos nossos procedimentos metodológicos, que consistem em realizar uma revisão bibliográfica que amplie nosso conceito sobre identidade, patrimônio cultural, cosmologia, ambiente e história do candomblé angola, bem como outros aspectos construtos nas vivências em terreiros. Consideramos preponderante ainda conhecer trabalhos que envolvam – no campo da história e da antropologia – as relações de poder entre “nações” de candomblé, no intento de compreender o lugar de fala atual do candomblé de modalidade angola. Concomitantemente, aplicaremos entrevistas orais, que serão realizadas com adeptos da religião. Esse momento da pesquisa será de grande primazia para construirmos um conhecimento mais intenso com base nas vivências cotidianas dos agentes sociais que organizam suas histórias e transmissão de saberes por meio da oralidade. Aliás, entre povos de tradição oral, a palavra muitas vezes é o único registro de sua existência. Tal estratégia encontra-se em conformidade com a história oral e responde às expectativas da história do tempo presente, em tornar audíveis vozes amordaçadas pelos instrumentos metodológicos da historiografia tradicional. Em nossa metodologia consta ainda a aplicação de mapas mentais que desempenham papel fundamental referente à cartografia fenomenológica no campo da geografia humana, constituindo uma ferramenta metodológica importante para pensar as relações entre indivíduos e lugares, envolvendo planos, saberes, percepção, experiência e avaliação individual e coletiva do ambiente. Nesse método, as pessoas serão convidadas a registrar em desenho práticas ritualísticas que se inserem em espaços específicos, como, por exemplo, cachoeiras, encruzilhadas, pedreiras, entre outros que sejam importantes e onde se estabeleçam relações de envolvimento com os espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reiteramos que nosso trabalho nesse evento consistiu em apresentar a estrutura teórica e metodológica do nosso projeto de pesquisa, ainda em desenvolvimento conforme os crivos estabelecidos pelo Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade. Nossa proposta ao III Enipac visou ao compartilhamento de informações em âmbito acadêmico que possam auxiliar na construção

ISBN 978-85-8209-066-4

de outros projetos correlatos, que exigem diferentes autores e métodos de investigação, em que pese o entendimento de que ainda não entramos em campo para trazer a público as narrativas e percepções construídas pelo Abassa Inkice Nzazi a respeito de saberes tradicionais que se expressam pela relação entre ancestralidade e natureza.

REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

ELIADE, Mircea. **Imagens e símbolos:** ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de História e diversidade cultural: desafios e possibilidades. **Cedes**, Campinas, v. 25, n. 12, p. 30, abr. 2004.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. 50. ed. São Paulo: Global, 2005.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

MEILLASSOUX, Claude. **Antropologia da escravidão:** O ventre de ferro e dinheiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. *In*: FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 1., 2009, Ouro Preto. **Anais**... Brasília: Iphan, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais2_vol1_ForumPatrimonio_m.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2016.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1989.

MUNANGA, Kabenguele. **Negritude:** usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1988.

PINTO, Valdina O. **Educação para convivência pacífica entre religiões**. 2008. Disponível em: <http://www.smec.salvador.ba.gov.br/documentos/educacao-convivencia-pacifica.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2016.

SANTOS, Ana Kátia dos. Epistemologia, educação e infância afro-descendente no horizonte da contemporaneidade. **Revista do Mestrado em Educação**, Salvador, v. 7, n. 9, p. 34, maio 2005.

CEMITÉRIO DE HARMONIA (PR): PATRIMÔNIO EM DISCUSSÃO

Leonel Brizolla Monastirsky[1]
Simone Koniski Guimarães[2]
Martha Raquel de Souza Batista[2]

RESUMO: A história da cidade de Telêmaco Borba, no estado do Paraná, confunde-se com a história do complexo industrial da Klabin S.A., uma empresa que produz celulose e papel e que trabalha com o plantio de pinus e eucalipto em grandes extensões territoriais. Entre as décadas de 1930 e 40, a Klabin deu início à implantação de um complexo industrial na região que compreende o atual município de Telêmaco Borba. Entre a infraestrutura necessária para as atividades da empresa, foi feito um cemitério na localidade de Harmonia, na Fazenda Monte Alegre, de propriedade de José Félix da Silva. O Cemitério de Harmonia recebeu sepultamentos de pessoas da comunidade por cerca de 50 anos e foi desativado em meados da década de 1990. Recentemente o cemitério passou a ser tema de discussão entre a população e as autoridades locais e estaduais a respeito da possibilidade da total desativação e, consequentemente, da transferência dos restos mortais que ali estão para outro cemitério. Essa disputa começou em 2014, quando a administração municipal de Telêmaco Borba e a Klabin emitiram um comunicado informando que o cemitério seria desativado definitivamente. Por conta da mobilização de familiares de pessoas inumadas e de defensores do patrimônio cultural da cidade, foi instaurado no Ministério Público um inquérito civil para apurar a necessidade de tombamento do cemitério. Esse pedido chegou até a Coordenação do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná (CPC/SEEC), que contatou o Grupo de Pesquisa em Patrimônio Cultural e Memória Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) para a realização de estudos a respeito da importância patrimonial do referido cemitério. Assim, a presente comunicação apresenta parte da pesquisa que propõe verificar a importância social e cultural do cemitério de Harmonia para a população de Telêmaco Borba (PR), por meio da análise de sua relevância simbólica (espaço sagrado), mnemônica e funcional e da compreensão desse cemitério enquanto patrimônio cultural. Em visita realizada ao cemitério no dia 2 de novembro de 2015 – Dia de Finados –, foi possível entrevistar famílias que estavam ali presentes. Além dessa abordagem, estão previstas entrevistas com a população da cidade, autoridades municipais, pesquisadores sobre o tema e representantes da Klabin.
Palavras-chave: patrimônio cultural; paisagem cemiterial; familistério.

INTRODUÇÃO

[1] Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professor associado da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geociências.
[2] Mestrandas em Gestão do Território pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEPG.

ISBN 978-85-8209-066-4

O cemitério Harmonia, localizado no povoado homônimo, na Fazenda Monte Alegre, atual município de Telêmaco Borba (PR), foi construído na década de 1940, para atender à demanda de sepultamentos decorrentes da implantação do complexo industrial da Klabin S.A. nessa área. A presente comunicação apresenta parte da pesquisa que propõe verificar a importância social e cultural do cemitério de Harmonia para a população de Telêmaco Borba, por meio da análise de sua importância simbólica (espaço sagrado), mnemônica e funcional e da compreensão desse cemitério enquanto patrimônio cultural.

A urgência em tratar desse assunto surgiu recentemente, quando o Cemitério de Harmonia passou a ser tema de discussão entre a população e as autoridades locais e estaduais a respeito da possibilidade da total desativação do local, que recebeu sepultamentos por cerca de 50 anos e foi desativado em meados da década de 1990. Essa disputa teve início em 2014, quando a administração municipal de Telêmaco Borba e a Klabin emitiram um comunicado informando que o cemitério seria desativado definitivamente e que as famílias que possuíam jazigos ali deveriam entrar em contato com a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos para providenciar a transferência deles para outro cemitério (PREFEITURA DE TELÊMACO BORBA, 2014).

Entretanto, por conta da mobilização de familiares de pessoas inumadas e de defensores do patrimônio cultural da cidade, foi instaurado no Ministério Público um inquérito civil para apurar a necessidade de tombamento do cemitério[3]. Esse pedido chegou até a Coordenação do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná (CPC/SEEC), que contatou o Grupo de Pesquisa em Patrimônio Cultural e Memória Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) para a realização de estudos a respeito da importância patrimonial do referido cemitério.

Assim, esses estudos tiveram início com uma visita exploratória ao cemitério, realizada no dia 2 de novembro de 2015 – Dia de Finados –, quando foi possível entrevistar famílias de pessoas inumadas, como pode ser observado na figura 1. A primeira visita aconteceu por iniciativa do grupo de pesquisa, com o intuito de consolidar a parceria entre a universidade e o poder público, entretanto apenas o relatório de campo preliminar foi utilizado no processo, e a parceria não se consolidou.

Figura 1 – Pesquisa de campo: conversa com familiares no Cemitério Harmonia, Telêmaco Borba/PR, 2015



Fonte: BATISTA, M. R. S. (2015)

Considerando a importância social e cultural do cemitério verificada na visita, o grupo de pesquisa decidiu continuar e expandir a pesquisa, independentemente do vínculo com o poder público. Além dessa abordagem, estão previstas entrevistas com a população da cidade, autoridades municipais, pesquisadores sobre o tema e representantes da Klabin.

[3] Portaria MPPR n.º 0143.14.000744-2. Disponível em: <http://apps.mppr.mp.br/prompPublico/ConsultaDocumentoList.seam>. Acesso em: 10 set. 2016.

ISBN 978-85-8209-066-4

O POVOADO DE HARMONIA: FAZENDA MONTE ALEGRE, TELÊMACO BORBA

Telêmaco Borba tem sua origem atrelada ao processo de instalação do complexo industrial da Klabin. Em 1934 as terras da Fazenda Monte Alegre, de propriedade de José Félix da Silva, que atualmente correspondem ao município de Telêmaco Borba, foram adquiridas pelos irmãos Klabin e sócios. A família de empresários já atuava no Brasil no ramo de papel e derivados desde 1906, quando construiu sua primeira indústria papeleira em Salto do Itu, no estado de São Paulo. Ela foi estimulada a ampliar sua produção pelo contexto político nacional e internacional, já que o país necessitava tornar-se independente das importações de produtos estrangeiros, que se tornaram mais caros e escassos com o término da Segunda Guerra Mundial. A escolha das terras que compreendiam a Fazenda Monte Alegre deve-se à disponibilidade de matéria-prima para a produção de papel e celulose – por se tratar de uma área florestal –, e à disponibilidade de água em abundância em função da proximidade das margens do Rio Tibagi (RIBEIRO, 2011).

Com o processo de ocupação possibilitado pela implantação da Klabin, a localidade foi elevada à categoria de município em 1960, com o nome de Cidade Nova, e no ano seguinte tornou-se distrito do município de Tibagi (SILVA; SILVA; ANDREOLI, 2011). Em 1963 o distrito foi desmembrado de Tibagi e teve sua emancipação política em 1964, quando recebeu a denominação de Telêmaco Borba.

> Na década de 1950, a Klabin abriu suas terras para que funcionários e demais interessados adquirissem lotes na Cidade Nova, que mais tarde configurou a região urbana do município de Telêmaco Borba. O aumento populacional, mesmo que relacionado às atividades da Klabin, foi fundamental para a emancipação do município em 1964 (RIBEIRO, 2011, p. 145).

Inicialmente, a empresa atuava sobretudo na produção de celulose e papel, tendo diversificado sua atuação no ramo de produtos florestais com o passar do tempo e com a fundação do município de Telêmaco Borba (SILVA; SILVA; ANDREOLI, 2011). Hoje em dia, a Unidade Monte Alegre "possui uma área florestal de 275,6 mil hectares: 135,2 mil hectares de florestas plantadas de pínus e eucalipto e 110,3 mil hectares de mata nativa preservada" (KLABIN, 2016).

O povoado de Harmonia foi um dos primeiros núcleos populacionais que se formaram nessa área, constituído principalmente por operários que atuaram na construção da infraestrutura necessária à implantação do complexo industrial da Klabin. Entre essa infraestrutura está o antigo cemitério de Harmonia, que recebeu sepultamentos de pessoas da comunidade por cerca de 50 anos, sendo desativado em meados da década de 1990.

O CEMITÉRIO HARMONIA: ESPAÇO SAGRADO

Numa concepção mais ampla, o cemitério é uma nova ordem social, tanto por conta das inumações quanto por caracterizar um lugar de culto à memória, de exposição de uma mortalidade que permanece viva por meio da memória dos que visitam os cemitérios, sobretudo familiares.

Os cemitérios são espaços construídos socialmente, paisagens em que ocorrem diferentes práticas sociais e que podem ser base de leituras da sociedade na qual se insere. A organização da cidade dos mortos, a disposição e a ornamentação dos túmulos, os santuários, as capelas, os mausoléus, as lápides e a cantaria, os elementos visíveis e também a dimensão simbólica e imaterial que envolve esse espaço tornam o cemitério um complexo e interessante objeto de estudo que pode proporcionar interpretações a respeito de uma história ou um contexto de determinado movimento artístico ou arquitetônico, de certo padrão de organização social, do poder de acesso de dadas famílias a áreas mais bem localizadas. Os cemitérios, de certa forma, refletem a organização social do mundo dos vivos e, ao mesmo tempo, confrontam a experiência humana mediante uma das vivências mais incertas e controversas ao ser: a morte.

Por exemplo, uma prática social que se iniciou no século XIX, estendendo-se até meados do século XX, e que é possível encontrar nos túmulos mais antigos do cemitério de Harmonia é a fotografia *post mortem*.

Escolhia-se fotografar os mortos por duas razões: porque fazer um retrato era algo caro com os meios disponíveis na época e porque o tempo de exposição do equipamento fotográfico ultrapassava 15 minutos, e esse tempo fotografando uma pessoa viva significaria que ela não poderia se mexer nem piscar. As limitações técnicas e financeiras determinavam, naquele contexto, a memória a ser guardada, a fotografia do vivo ou a fotografia do morto.

O cemitério de Harmonia data os anos de 1940, e, nos primeiros sepultamentos, como pode ser visto na figura 2, esse tipo de fotografia era ainda utilizado nas lápides. Uma hipótese que pode ser levantada a

ISBN 978-85-8209-066-4

esse respeito é que a prática da fotografia *post mortem* começou no século XIX, na Europa, e reverberou em outras sociedades como uma prática social que passou a ser incorporada com a difusão da fotografia pelo mundo. A popularização da fotografia no Brasil deu-se, sobretudo, a partir dos anos 1930. Logo, é muito provável que alguns estilos de fotografia tenham demorado a chegar ao interior.

Figura 2 – *Fotografia post mortem em um dos túmulos mais antigos do Cemitério de Harmonia, Telêmaco Borba/PR (2015)*



Fonte: BATISTA, M. R. S. (2015)

Ressalta-se que, com a popularização da prática fotográfica, mais túmulos, mesmo os mais simples, passaram a ter fotografias do inumado. Com a possibilidade de capturar imagens de forma mais rápida, as fotos dos mortos foram substituídas por fotos de vivos. Nos túmulos com dinâmica de familistério (quando a família faz visitas periódicas ao túmulo) existe também a prática de constituição de mausoléus com fotografias do sepultado em vida e com seus familiares, acompanhadas por flores e velas. Essa é uma das dinâmicas de suporte da memória familiar.

Logo, em acordo com Rodrigues (1997), entende-se que os cemitérios podem ser compreendidos como uma forma de familistério: a casa dos mortos, onde se reforçam laços simbólicos familiares. Acrescenta-se a ideia de continuidade após a morte, de pertencimento (tradição do jazigo), e o túmulo torna-se então um elo de transmissão simbólica.

De modo geral, as pessoas não frequentam cotidianamente os cemitérios (exceto os já consolidados turisticamente, como o Cemitério São João Batista[4], no Rio de Janeiro); existem datas específicas que celebram a integração entre mortos e vivos. Para Araújo (2009, p. 65), "os ritos mortuários são ritos de passagem que possuem em si a complexidade da morte e também a possibilidade da vida (em uma nova realidade)". Esses rituais mortuários, presentes e manifestados de diferentes formas em múltiplas culturas e religiões, separam ou integram vivos e mortos, homenageando-os, rememorando-os.

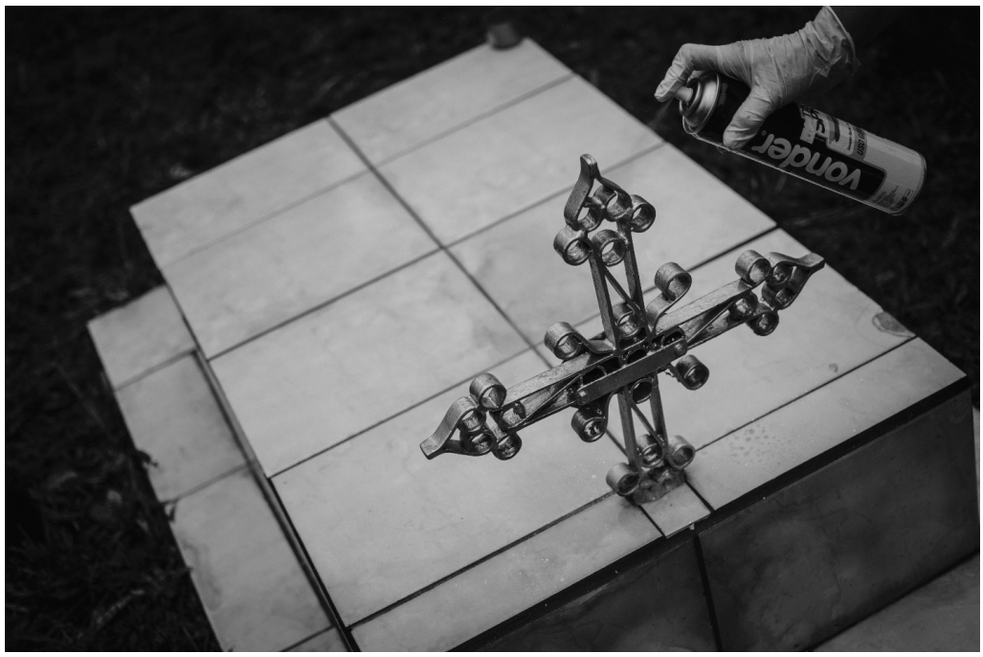
Essa dinâmica acontece de maneira socialmente mais evidenciada no Dia de Finados, Dia dos Mortos ou *Omnium Fidelium Defunctorum* (Dia dos Fiéis Defuntos). A data de 2 de novembro foi adotada seguindo o calendário da Igreja Católica, no século XIV (o dia anual por todos os mortos), escolhida um dia após a solenidade católica de Todos os Santos (1.º de novembro), estabelecendo simbolicamente a comunhão entre falecidos e santos (ARAÚJO, 2009).

Na figura 3 podemos compreender essa simbologia. Durante a visita ao Cemitério de Harmonia, no Dia de Finados, os pesquisadores conversaram com uma pequena família que limpava o túmulo de um irmão que havia morrido quando criança, havia 40 anos. Todos os anos eles vão ao cemitério visitá-lo e ornamentar seu túmulo, reforçando a cor da cruz prateada e encerando os azulejos. Na conversa disseram que a possibilidade de desativação do cemitério fere a memória da família.

[4] O Cemitério São João Batista, em Botafogo, na Zona Sul do Rio, é o primeiro da América Latina a ser mapeado pelo Google Street View.

ISBN 978-85-8209-066-4

Figura 3 – *Dia de Finados e o familistério: Cemitério de Harmonia, Telêmaco Borba/PR (2015)*



Autor: BATISTA, M. R. S. (2015)

Nos ornamentos dos túmulos estão contidos os estilos artísticos de uma época, a memória de uma sociedade/um indivíduo. Também se expressam seus costumes e suas crenças. Esses elementos, que poderiam ser atributos de diferentes espacialidades, tais quais museus, casas de cultura/memória etc., são também elementos constituintes de espaços cemiteriais e apresentam possibilidades de interpretação social, oferecendo uma alternativa às formas de olhar as paisagens.

Figura 4 – A paisagem cemiterial: Cemitério de Harmonia, Telêmaco Borba/PR (2015)



Autor: BATISTA, M. R. S. (2015)

ISBN 978-85-8209-066-4

Para além das simbologias fúnebres, da tristeza ou do luto, as paisagens cemiteriais são fragmentos da paisagem urbana (ou rural), são equipamentos sociais idealizados inicialmente para inumação. Porém, de acordo com Nogueira (2013), os cemitérios têm também a função essencial de resguardar valores que celebram os mortos, ações que muitas vezes superam características formais, artísticas ou históricas, porque se relacionam também a dimensões abstratas que carregam de especificidades os espaços cemiteriais e que, portanto, requerem compreensão de seu caráter específico.

No campo científico essas paisagens cemiteriais vêm se destacando e são compreendidas por seus valores históricos, memoriais, sociais, culturais, arquitetônicos, artísticos e/ou turísticos. As paisagens dos cemitérios e toda a dinâmica e as simbologias que as acompanham fazem das necrópoles, segundo Rodrigues (1997), uma cidade dos mortos, mas, sobretudo, dos vivos. Conforme Ismério e Pimenta (2008), mais que a última morada do ser humano, a partir do século XIX a cidade dos mortos passa a ser considerada uma instituição cultural que fornece o sentimento de raiz histórica e continuidade social. Nesse sentido, os cemitérios passam a ser um museu a céu aberto, com significados e representações que povoam o imaginário dos visitantes.

Além de se constituírem como lugares de memória, nos quais as lembranças encontram suportes (NORA, 1993), os cemitérios também possuem forte significado simbólico, atribuído por crenças e mitos, compondo assim espaços sagrados (ELIADE, 1992).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A paisagem cemiterial, por conta da valorização que os vivos dão àquela dinâmica, constituem espaços sagrados e de devoção à alma dos pequenos santos, à alma santificada de seus familiares, à aura santa conferida a quase todos os seres humanos após a morte. É comum ouvir o ditado popular “todo mundo depois que morre vira santo”, e esse fenômeno acontece por causa da forma como a morte está engendrada no imaginário social, bem como a maneira como lidamos com ela.

O cemitério de Harmonia, assim como outros cemitérios, constitui um espaço sagrado dotado de forte carga simbólica, demandando estudos que considerem a diversidade de práticas religiosas, como rituais alternativos, e sentimentos, tais quais nostalgia, luto, conforto, tristeza, medo, que o local proporciona. Além disso, o cemitério representa parte importante da história de Telêmaco Borba e dos moradores de Harmonia e possui estética singular, que poderia ser explorada até mesmo pelo turismo cemiterial.

A possibilidade da desativação total e da transferência dos restos mortais dos corpos inumados no cemitério de Harmonia desconsidera o valor simbólico que o local possui para aqueles que tiveram seus familiares e amigos ali sepultados, pois muitos dos túmulos são bastante antigos – datados desde a década de 1940 –, não possuindo mais restos a exumar.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria da Graça Ferreira de. **Pequenas romarias para pequenos santos: um estudo sociográfico sobre o Dia de Finados**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião)–Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ISMÉRIO, Clarisse; PIMENTA, Marcelo. Metáforas e representações na cidade dos mortos. *In*: CONGRESSO NACIONAL DO CURSO DE HISTÓRIA, 1., e CONGRESSO REGIONAL DO CURSO DE HISTÓRIA, 2., Jataí. **Anais**... Jataí: Universidade Federal de Goiás, 2008.

KLABIN. **Unidades e escritórios:** Unidade Monte Alegre (PR). Disponível em: <https://www.klabin.com.br/pt/a-klabin/unidades-e-escritorios/>. Acesso em: 10 set. 2016.

NOGUEIRA, Renata de Souza. **Quando um cemitério é patrimônio cultural**. Dissertação (Mestrado em Memória Social)–Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

ISBN 978-85-8209-066-4

PREFEITURA DE TELÊMACO BORBA. **Comunicado:** Cemitério de Harmonia será desativado definitivamente. Telêmaco Borba, 31 out. 2014. Disponível em: <http://www.telemacoborba.pr.gov.br/noticias/noticia.php?noticia=7448#.V9k6UpgrLIU>. Acesso em: 10 set. 2016.

RIBEIRO, Rubens Felipe. **Influência da atividade econômica do papel e celulose como ferramenta para o desenvolvimento local em Telêmaco Borba**. 31 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal)–Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1203/1/CT_GPM_I_2011_67.PDF>. Acesso em: 10 set. 2016.

RODRIGUES, Claudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

SILVA, Heloísa de Puppi; SILVA, Christian Luiz da; ANDREOLI, Cleverson V. Atividade econômica de celulose e papel e desenvolvimento local: a história da Klabin e do município de Telêmaco Borba, PR. **Interações**, Campo Grande, v. 12, n. 2, p. 137-148, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/v12n2/a01.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

OS GUARANIS PRÉ-COLONIAIS E OS OUTROS: ACERVOS CERÂMICOS E QUESTÕES DE ETNICIDADE, CONTATO E FRONTEIRA

Graciele Tules de Almeida[1]
Dione da Rocha Bandeira[2]

Resumo: Este trabalho buscou discutir questões sobre os guaranis pré-coloniais, por meio de acervos cerâmicos e questões de etnicidade, contato e fronteira. A proposta de reflexão teve como referência os resultados preliminares da pesquisa intitulada *O patrimônio arqueológico guarani, no litoral norte de Santa Catarina: um estudo a partir de acervos cerâmicos e questões de etnicidade*, cujo principal objetivo é contribuir com os estudos acerca do patrimônio arqueológico guarani no litoral norte de Santa Catarina, mediante a comparação entre os aspectos técnicos, estilísticos, funcionais e cronológicos da cerâmica guarani encontrada na região com os das cerâmicas do litoral de Santa Catarina. Os acervos cerâmicos que fazem parte da pesquisa são provenientes dos sambaquis Enseada I (TIBURTIUS, 1996; BECK, 1972; PIAZZA, 1974), Itacoara (TIBURTIUS; BIGARELLA; BIGARELLA, 1951; PIAZZA, 1974; BANDEIRA, 2004; 2013), Rio Pinheiros II (TIBURTIUS; BIGARELLA; SOBANSKI, 1954) e do sítio Poço Grande (PIAZZA, 1974; BANDEIRA, 2004). A revisão bibliográfica realizada apontou diversos aspectos que indicam o possível contato entre grupos ceramistas distintos que habitaram a referida região. Também, a análise dos acervos cerâmicos, até o momento, revelou dados preliminares nessa perspectiva, demonstrando a existência de conjuntos cerâmicos com características do modo de fazer atribuídos aos dois grupos ceramistas pré-coloniais encontrados na região, o itararé, vinculado aos jês e aos guaranis.
Palavras-chave: patrimônio cultural; acervos cerâmicos; etnicidade; contato; fronteira.

INTRODUÇÃO

A proposta de reflexão teve como referência os resultados preliminares da pesquisa intitulada *O patrimônio arqueológico guarani, no litoral norte de Santa Catarina: um estudo a partir de acervos cerâmicos e questões de etnicidade*. Os acervos cerâmicos que fazem parte da pesquisa são provenientes dos sambaquis Enseada I (TIBURTIUS, 1996; BECK, 1972; PIAZZA, 1974), Itacoara (TIBURTIUS; BIGARELLA; BIGARELLA, 1951; PIAZZA, 1974; BANDEIRA, 2004; 2013), Rio Pinheiros II (TIBURTIUS; BIGARELLA;

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville (Univille) e especialista em Arqueologia.
[2] Professora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille.

ISBN 978-85-8209-066-4

SOBANSKI, 1954) e do sítio Poço Grande (PIAZZA, 1974; BANDEIRA, 2004). A pesquisa objetivou principalmente contribuir com os estudos sobre o patrimônio arqueológico guarani no litoral norte de Santa Catarina, por meio da comparação entre os aspectos técnicos, estilísticos, funcionais e cronológicos da cerâmica guarani encontrada na região e os das cerâmicas do litoral de Santa Catarina e do Paraná.

A revisão bibliográfica apontou diversos aspectos que indicam o contato entre grupos ceramistas distintos que habitaram essa região. Também, a análise dos acervos cerâmicos, até o momento, revelou dados que reforçam essa perspectiva, demonstrando a existência de conjuntos cerâmicos com características do modo de fazer atribuídos aos dois grupos ceramistas pré-coloniais encontrados na região, o Itararé, vinculado aos jês e aos guaranis.

Nesse sentido, buscamos refletir acerca das questões levantadas, com base na perspectiva de contatos culturais e na hipótese do estabelecimento de uma zona de fronteira, que possibilitou o contato entre esses dois grupos. Por fim, com foco na interdisciplinaridade, o estudo que se apresenta teve como ênfase contribuir com os debates voltados para o patrimônio cultural dos povos guaranis na região, bem como colaborar com a construção de uma história indígena de longa duração.

Além das análises arqueográficas, estão sendo realizadas análises arqueométricas, não destrutivas, com a utilização de métodos analíticos químico-físicos como a microscopia confocal, o infravermelho e XPS, buscando acrescentar informações a respeito de processos envolvidos na elaboração da cerâmica e das escolhas técnicas.

Este trabalho está vinculado ao Projeto de Pesquisa Cultura Material e Patrimônio Arqueológico Pré-Colonial da Costa Leste da Ilha de São Francisco do Sul/SC: Contribuição para uma Arqueologia da Paisagem Costeira e Estudos de Etnicidade, coordenado pela professora e arqueóloga Dione da Rocha Bandeira, e conta com financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (Fapesc) (2015-2017) e do Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP) da Universidade da Região de Joinville (Univille). Ademais, está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, também da Univille. A investigação integra-se ao Grupo de Pesquisa Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural, na linha Arqueologia e Cultura Material (ArqueoCult). Além disso, a primeira autora conta com auxílio de bolsa de estudo fornecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

O PATRIMÔNIO CULTURAL GUARANI NO LITORAL NORTE CATARINENSE

Atualmente, o conceito de patrimônio abrange uma rede de significados. Conforme Choay (2011, p. 11), isso ocorre em razão da requalificação do patrimônio “por diversos adjetivos (genético, natural, histórico etc.), que fizeram dela um conceito ‘nômade’, que segue hoje uma trajetória diferente e retumbante”. Outro autor que sinaliza essa polissemia de sentidos para o patrimônio no presente é Hartog (2006, p. 272):

> O patrimônio é uma maneira de viver as rupturas, de reconhecê-las e reduzi-las, referindo-se a elas, elegendo-as, produzindo semióforos. Inscrito na longa duração da história ocidental, a noção conheceu diversos estados, sempre correlatos com tempos fortes de questionamento da ordem do tempo. O patrimônio é um recurso para o tempo de crise. Se há assim momentos do patrimônio, seria ilusório nos fixarmos sobre uma acepção única do termo.

Ao buscar um conceito de patrimônio cultural que sintetizasse nosso entendimento, aproximamo-nos da noção estabelecida por Vogt (2008, p. 14), que traz o patrimônio como um

> conjunto de todos os bens materiais ou imateriais que, pelo seu valor intrínseco, são considerados de interesse e de relevância para a permanência e a identificação da cultura da humanidade, de uma nação, de um grupo étnico ou de um grupo social específico.

Também, o conceito de patrimônio cultural aqui investido abarca “os bens materiais ou imateriais que, pelo seu valor intrínseco, são considerados de interesse e de relevância”, mas também a conceituação proposta por Canclini (1994, p. 96), que aponta: “O patrimônio cultural expressa à solidariedade que une os que compartilham um conjunto de bens e práticas que os identifica, mas também costuma ser um lugar de cumplicidade social”.

ISBN 978-85-8209-066-4

Dessa forma, o conceito de patrimônio cultural que abrange a nossa compreensão ultrapassa a primeira conceituação exposta e agrega outros valores, para além da herança, como aponta Chagas (1994, p. 40): o patrimônio é "um conjunto de bens culturais sobre o qual incide uma determinada carga valorativa".

Essa condição valorativa atribuída ao patrimônio tem na memória, na identidade e no vínculo com o presente seu fio condutor, pois, segundo Hartog (2006, p. 272), "o patrimônio não deve ser visto a partir do passado, mas a partir do presente, como categoria de ação do presente e sobre o presente". Nesse sentido, Candau (2011) assegura que os conceitos de patrimônio, memória e identidade são conceitos-chave na contemporaneidade, sendo possível até a redução para apenas duas palavras, se admitíssemos que "o patrimônio é uma dimensão da memória", e a memória "vem fortalecer a identidade, tanto no nível individual quanto coletivo: assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade" (CANDAU, 2011, p. 11). Ou seja, o patrimônio é memória e identidade.

Sobre memória e identidade, Candau (2011, p. 9) mostra que a memória consiste em "uma reconstrução continuamente atualizada do passado", que envolve o enquadramento de um conteúdo, um objetivo e estratégias. A identidade é uma "construção social" estabelecida na relação "dialógica com o outro" (CANDAU, 2011, p. 9). O mesmo autor indica essa relação íntima entre patrimônio, memória e identidade argumentando que o patrimônio segue o ritmo das memórias acompanhando o surgimento das identidades. Nesse momento seu campo "se expande, quando as memórias se tornam mais numerosas; seus contornos se definem ao mesmo tempo em que as identidades colocam, sempre de maneira provisória, seus referenciais e suas fronteiras" (CANDAU, 2011, p. 163). Portanto, o patrimônio "é menos um conteúdo que uma prática de memória, obedecendo a um projeto de afirmação de si mesma" (CANDAU, 2011, p. 9).

No tocante à identidade, Candau (2009) afirma que não basta apenas ter o conhecimento de sua identidade, mas é preciso que a narrativa envolvida na construção da identidade seja considerada como verdadeira, autêntica, em relação ao outro. Essa autenticação passa pela inserção no contexto de uma tradição, que se remete à representação de um conteúdo, ou seja, à questão essencial: "Trata-se bem de uma representação, pois o essencial não é que a reiteração do passado seja fiel, mas acreditar que está de acordo com a tradição" (CANDAU, 2009, p. 48). Isso nos remete ao processo de patrimonialização.

Conforme Candau (2009, p. 48),

> a tradição pode se dar a ver na religião, festas, comemorações, monumentos, mas sua expressão pública mais moderna é provavelmente o poderoso movimento de patrimonialização. A patrimonialização e a tomada de valor do patrimônio pode ser considerada como narrativas de si, narrativas que inscrevem o objeto patrimonial em uma tradição ou, melhor ainda, que "tradicionalizam" esse objeto e que, em primeiro lugar, são destinados a assegurar em sua essência, a sociedade que é o autor: de onde ela vem, onde vai, etc.

Nesse sentido, a patrimonialização insere-se no processo de autenticação de uma narrativa relativa a um passado compartilhado por um grupo cuja função principal, segundo Candau (2009, p. 49), "é de favorecer a emergência de um compartilhar real, aquele da 'crença' no compartilhar, crença adotada pelos membros do grupo". Ainda no debate que traz a patrimonialização como maneira de autenticar memórias, no processo de reconhecimento de identidade por parte de um grupo, o autor comenta: "O discurso patrimonial se funda com frequência sobre o apelo à sobrevivência de uma tradição, de uma identidade local, regional ou nacional" (CANDAU, 2009, p. 49). Como exemplo, cita entre outras ações "as pesquisas arqueológicas [que] são com frequência recuperadas e emblematizadas pelos Estados no quadro de estratégias de afirmação étnica ou nacionalista" (CANDAU, 2009, p. 49). Assim, certas ações de patrimonialização estão na origem de memória e identidade.

Concernente aos guaranis, há algum tempo uma das preocupações da arqueologia brasileira está na investigação do processo de dispersão das populações falantes do tronco linguístico tupi. Os estudos têm como referência informações etno-históricas, linguísticas, etnográficas e arqueológicas que auxiliam na montagem de um mosaico de informações a respeito dessas populações que teriam como provável origem a bacia amazônica, tendo se dispersado para o Sul há cerca de 3.000 anos A.P. (BANDEIRA, 2004).

Considerando a Amazônia como um centro gerador de culturas, Lathrap (1970) desenvolveu um modelo explicativo para o processo de dispersão das populações falantes do tronco linguístico tupi, com base num movimento migratório de populações que, pressionadas pelo crescimento demográfico, geraram grandes deslocamentos, deixando a região. Com base em Lathrap, Brochado (1984) propôs o desenvolvimento concomitante de dois grupos vinculados a uma matriz central que denominou de tradição policrômica amazônica: o grupo guarani e o grupo tupinambá (BROCHADO, 1989; OLIVEIRA, 2008).

ISBN 978-85-8209-066-4

Além disso, o autor ampliou as discussões sobre distinções culturais afirmando que a subtradição guarani seria uma variante da subtradição guarita, a mais antiga das subtradições vinculada à tradição polícroma da Amazônia, com início na era cristã. Já a subtradição tupinambá estaria vinculada à cerâmica marajoara, que é atenuante da subtradição miracanguera, do baixo Amazonas (BROCHADO, 1989; ROGGE, 1996; OLIVEIRA, 2008). Outra contribuição desse autor consiste na indicação de ocupações territoriais diferentes para cada subtradição: o guarani no Sul do Brasil, no Paraguai e no nordeste da Argentina; e o tupinambá ocupando toda a extensão territorial litorânea desde o Rio Paranapanema, no estado de São Paulo, rumo ao norte (BROCHADO, 1989; NOELLI, 1993, SCHMITZ, 2013). Posteriormente, esse modelo foi revisto por Noelli (1996), ressaltando a contribuição da arqueologia para os estudos da história indígena.

Outros autores como Heckenberger, Neves e Petersen (1998) apontam para uma série de subsídios arqueológicos que indicam restrições ao modelo apresentado por Lathrap (1970), seguido por Brochado (1984) e Noelli (1996). Nesse sentido, os autores discutem a antiguidade da tradição polícroma da Amazônia, na região central da Amazônia, pelo cruzamento de dados arqueológicos e linguísticos.

As datações disponíveis para sítios guaranis revelam sua presença no Centro-Oeste e no Sul do Brasil entre 2.020 ± 75 A.P., em Foz do Iguaçu (PR), e 850 ± 75 anos A.P. (NOELLI, 1999-2000; BANDEIRA, 2004; 2014).

A cerâmica tupi-guarani, ou simplesmente guarani, é caracterizada por ser policrômica e ter as cores vermelho e/ou preto sobre um engobo branco ou vermelho. Os potes podem ser simples, sem pintura, corrugados, ungulados ou escovados (NOELLI, 1999-2000). Por muito tempo se acreditou que as variações fossem mínimas para a cerâmica guarani, mas estudos atuais têm exibido certas “parcialidades” e “regionalismos” para os conjuntos cerâmicos vinculados a essa tradição no Sul (OLIVEIRA, 2008; NEUMANN, 2008).

No litoral norte do estado de Santa Catarina, o patrimônio cultural e arqueológico vinculado aos guaranis pré-coloniais está representado pelo sítio Poço Grande, localizado às margens do Rio Poço Grande, afluente do Rio Piraí, nos limites entre os municípios de Joinville e Guaramirim, na localidade denominada de Poço Grande, e pelos remanescentes arqueológicos, como os fragmentos cerâmicos coletados nesse sítio. As pesquisas realizadas nesse sítio (PIAZZA, 1974; BANDEIRA, 2004) vincularam-no à tradição arqueológica guarani, sendo o único até o momento registrado na região.

Esse sítio foi alvo de Piazza (1974), durante o seu trabalho no Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa). No sítio Poço Grande, o teórico identificou, registrou e analisou 344 fragmentos de cerâmica que ele atribuiu à fase Itapocu, da tradição tupi-guarani, subtradição corrugada. Esse material ainda não foi localizado nos museus de Santa Catarina. Posteriormente, esse sítio também foi pesquisado por Bandeira (2004). Nessa investigação, foram coletados 249 fragmentos de cerâmica, sendo fragmentos de 12 bordas, duas bases e 235 bojos. Entre eles, 11 fragmentos apresentam decoração plástica (ungulado), algumas peças têm vestígios de pintura em vermelho e duas delas inflexão de bojo carenado. Também foi realizada a datação de um fragmento cerâmico, com 340 ± 35 anos A.P. (BANDEIRA, 2004).

Figura 1 – *Fragmentos cerâmicos guaranis, sítio Poço Grande*



Fonte: Bandeira (2004)

ISBN 978-85-8209-066-4

Outro sítio que apresenta alguns fragmentos de cerâmica vinculados à tradição guarani é o sambaqui Itacoara, localizado na região sudoeste de Joinville, na margem esquerda de um pequeno rio chamado de Lagoa Grande (ou Bonita), que desemboca no Rio Piraí (afluente do Rio Itapocu). As pesquisas neste sítio foram conduzidas por Tiburtius, Bigarella e Bigarella (1951) e Bandeira (2004). O local recebeu interpretações controversas ao longo do tempo, pois Tiburtius, Bigarella e Bigarella (1951) o classificaram como "jazida paleoetnográfica", e Prous e Piazza (1977) como acampamento conchífero, que seria definido pelos autores como sítio "(ou parte de sítios) onde os vestígios culturais são coletados em uma matriz terrosa ou acinzentada pouco ou nada estratificada, que inclui uma proporção significativa de detritos de conchas, geralmente concentradas em bolsões" (PROUS; PIAZZA, 1977). Segundo Bandeira (2004), ele é um sambaqui fluvial com vestígios distintos tanto relacionados ao grupo jê como ao guarani, tratando-se de um sítio jê.

Sua filiação "cultural" também tem tido diferentes interpretações. Alguns autores, com base na cerâmica, defendem a vinculação com a tradição guarani (TIBURTIUS; BIGARELLA; BIGARELLA, 1951; PIAZZA, 1977), enquanto Bandeira (2004) considera que não há indicativos de ocupação por grupos dessa tradição no sítio.

A área do sambaqui Itacoara é de cerca de 1.800 m^2. As pesquisas realizadas mostram que ele é constituído de dois componentes estratigráficos bem distintos: um superior, de matriz arenoargilosa escura, com presença de cerâmica e pouquíssimas conchas (40 cm), e um inferior (80 cm), de matriz argilosa, esbranquiçada, com predomínio de conchas moídas (BANDEIRA, SOUZA; KRASSOTA, 2013). Em relação à cerâmica guarani nesse sítio, Bandeira (2004) analisou 14 fragmentos de cerâmica provenientes da coleção Guilherme Tiburtius, as quais apresentaram decoração plástica (corrugado) e pintura. Sobre a cerâmica, na pesquisa de Bandeira (2004), foram coletados 682 fragmentos cerâmicos, sendo bordas (58), bojo (614) e bases (10). A maioria exibe fase externa alisada ou polida com brunidura. Também há fragmentos com decoração plásticas (14), ungulado e inciso (grafismo). Piazza (1974) aponta para esse sítio decoração pintada (engobo branco, branco sobre vermelho, plástica com ungulado, corrugado, serrungulado e ponteado). O material analisado por esse pesquisador não foi encontrado, exceto uma única peça, que faz parte do acervo do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Os materiais descritos por Piazza não correspondem ao material relatado pelos outros pesquisadores do sítio (TIBURTIUS; BIGARELLA; BIGARELLA, 1951; BANDEIRA, 2004).

Foram realizadas duas datações para esse sítio, obtendo 1.250 anos A.P. e, para a camada com cerâmica, 550 **±** 55 anos A.P. (BANDEIRA, 2004).

Figura 2 – *Fragmentos de cerâmica guarani, sambaqui Itacoara, Coleção Guilherme Tiburtius/Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville*



Fonte: Bandeira (2004)

ISBN 978-85-8209-066-4

Figura 3 – *Vasilhame cerâmico jê, sambaqui Itacoara, coleção Guilherme Tiburtius/Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville*



Fonte: Bandeira (2004)

Figura 4 – *Peça atribuída descrita por Piazza (1974)*



Fonte: primária

Outras situações apontam para a existência de fragmentos cerâmicos, vinculados a Tradição Guarani, em coleções nomeadamente vinculadas a Tradição Itararé. Essa tradição arqueológica é vinculada aos grupos pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê, oriundo da região centro-oeste do território brasileiro.

OS JÊS NO LITORAL NORTEDE DE SANTA CATARINA

Sobre os jês, há algum tempo a arqueologia se preocupa em sistematizar os dados oriundos de diversas áreas, como a antropologia, a etnografia, a etnologia, a linguística, a etno-história e a arqueologia, no intuito de compreender aspectos relacionados aos povos jês do Sul do Brasil. Mesmo assim, ainda são poucos os trabalhos que abordam esses grupos. No Sul, temos como referência os trabalhos de Reis (1980), Schmitz (1988), Schimitz *et al*. (1991; 2002; 2010), Silva e Noelli (1996), Reis (2007), Noelli (1999-2000), Silva (2000), Noelli (2001), entre outros.

Sobre a origem e expansão desses grupos, Noelli (1999) afirma que o atual conjunto de dados arqueológicos, linguísticos, etnológicos e biológicos apontam para a origem e expansão dos kaingangs e xoclengues fora da região sul, de uma área a ser definida no Brasil central e áreas vizinhas, onde se concentram inúmeras populações falantes do tronco macro-jê. Outras hipóteses conduzem para a origem autóctone das tradições Itararé, Casa de Pedra e Taquara, que teriam evoluído de grupos de caçadores denominados na arqueologia de tradição Humaitá.

As datações disponíveis para sítios Itararé indicam sua presença no Sul do Brasil entre 1.920 ± 50 anos A.P.; em São Joaquim (SC), 1.810 ± 85 anos A.P.; Bom Jesus (RS), 160 ± 70 anos A.P.; Tenente Portela (RS) (NOELLI, 1999-2000).

ISBN 978-85-8209-066-4

A cerâmica itararé é caracterizada e predominante como lisa, às vezes polida, às vezes com engobe e decoração plástica em maior ou menor quantidade. Existem variações no tipo decorativo, predominando o ponteado e o ungulado. Também podem ocorrer o digitado, carimbado, pinçado, incisões e impressões. O antiplástico geralmente é mineral (BANDEIRA, 2004). Segundo Bastos (2009, p. 46), a cerâmica itararé apresenta "pequeno porte, de formas pouco variadas, com areia e quartzo leitoso como antiplástico, o que lhe confere certa aspereza, e uma coloração vermelho tijolo, cinza escura e cinza-clara".

O sambaqui Enseada I está localizado ao norte da cidade de São Francisco do Sul, próximo ao bairro Enseada, mais precisamente na localidade Prainha. Foi escavado por Tiburtius (1964) e Beck (1972). Entre as pesquisas realizadas com os acervos desse sítio, destacam-se a voltada aos restos faunísticos, por Bandeira (1993), e as análises nos esqueletos humanos ao longo dos anos, por vários pesquisadores.

O sítio caracteriza-se por ser um sambaqui de dimensões medianas que esteve constantemente sujeito a processos de destruição. A retirada de conchas ocorria para atender às mais variadas finalidades: pavimentação de estradas pela Prefeitura de São Francisco do Sul, matéria-prima para fábricas de adubo e de ração para animais, algumas delas localizadas no estado do Paraná (BECK, 1972). As camadas estratigráficas desse sítio são constituídas praticamente de conchas soltas, principalmente *Anomalocardia brasiliana*[3] (berbigão) e *Ostrea sp*. e *Ostrea arborea* (ostras). No interior dessas camadas soltas de berbigão e ostras ocorreram estruturas compactas de conchas em decomposição, associadas à carvão e a cinzas, a ossos de peixes e de mamíferos e aves. Viu-se também grande número de estruturas, principalmente remanescentes de antigas fogueiras, sepultamentos, além do instrumental em que predominavam artefatos de ossos e cacos de recipientes de cerâmica.

Além da cerâmica itararé, outro acervo de interesse da pesquisa se refere aos remanescentes cerâmicos examinados por Piazza (1974), localizado na ilha de São Francisco do Sul, vinculado ao sambaqui Enseada I. Nele foram analisados 436 fragmentos cerâmicos, os quais o pesquisador atribuiu à fase Piraí, da tradição não tupi-guarani, mas que apresentam "intrusão constante de traços da tradição tupi-guarani", conforme publicação de 1974. Esse material ainda não foi localizado nos museus de Santa Catarina. Para esse sítio, existem duas datações disponíveis: uma para a camada sem cerâmica, 3.920 ± 40 anos A.P., e 1.390 ± 40 anos A.P. para a camada com cerâmica.

Figura 5 – *Fragmentos de cerâmica guarani, coleção Enseada I/Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville*



Fonte: primária

[3] Atualmente Anomalocardia flexuosa.

ISBN 978-85-8209-066-4

Figura 6 – *Vasilhame cerâmico jê, coleção Enseada I/Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville*



Fonte: Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville

O sambaqui Rio Pinheiros II (TIBURTIUS; BIGARELLA; BIGARELLA, 1954) situa-se na localidade de Pinheiros, no Balneário de Barra do Sul, às margens do Rio Pinheiros, próximo ao Canal do Linguado e a 4.500 m do oceano, no litoral norte de Santa Catarina. Quando foi pesquisado por Guilherme Tiburtius, na década de 1950, tinha 65 m de largura, 47 m de comprimento e 12 m altura. Hoje em dia restam somente alguns centímetros de sua base. Segundo o autor, era constituído de camadas de conchas de berbigão prioritariamente. Esse sítio apresenta cerâmica nas camadas de topo cerâmica que pode, pela descrição do autor, ser considerada da tradição itararé. Há outras denominações para esse sítio, como Pinheiros, Rio Pinheiros VIII e Prefeitura de Araquari. A datação feita com base em um fragmento cerâmico apontou 600 ± 65 anos A.P. (BANDEIRA, 2004).

Figura 7 – *Fragmento cerâmico Jê, coleção Rio Pinheiros II*



Fonte: primária

ACERVOS CERÂMICOS E QUESTÕES DE ETNICIDADE, CONTATO E FRONTEIRA

Como apontam Shanks e Tilley (1987 *apud* SILVA, 1999, p. 96), a cultura material "assume um papel ativo nas relações dos homens entre si, com o meio natural e com o meio sobrenatural, atuando como um 'meio de transmissão e facilitação do ato de percepção e aquisição de conhecimento do mundo". Da mesma forma, a cultura material é "um veículo a partir do qual os grupos sociais constroem sua alteridade e expressam mensagens sobre o modo de pensar e de viver" (SILVA, 1999, p. 20).

É nesse sentido que pensamos a cultura material, entendendo-a como fonte para acessar as práticas dos sujeitos no passado e aporte para discutir questões de identidade cultural, social e étnica de determinado grupo no período pré-colonial.

ISBN 978-85-8209-066-4

Quanto à identidade, os estudos atuais têm indicado a fluidez, o descentramento e certa fragmentação da noção de identidade vinculada à modernidade essencialista à qual estamos acostumados. Hall (2006, p. 13) afirma que a identidade é definida "historicamente, e não biologicamente". Ao longo de nossa existência, assumimos identidades diferentes em momentos distintos, e elas não são unificadas. A noção de uma identidade unificada centrada no eu coerente só ocorre porque construímos uma "cômoda estória sobre nós mesmos" (HALL, 2006, p. 13). Segundo o mesmo autor, conforme

> os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com as quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2006, p. 13).

Dessa forma, o conceito de identidade cultural envolve processos sociais e culturais de identificação extremamente flexíveis, que dependem do contexto no qual o indivíduo ou grupo está inserido. Tal conceito, ao mesmo tempo, também engloba processos de diferenciação, que se relacionam com a maneira como os grupos sociais se organizam no tocante aos processos de identificação e que podem ser acionados de acordo com os interesses dos envolvidos. Ao encontro dessa postura, temos os estudos a respeito do conceito de etnicidade.

O conceito de etnicidade está associado não só à identidade social/cultural dos indivíduos, mas principalmente à organização dos grupos étnicos, e essa relação/organização seria sustentada pelo estabelecimento de fronteiras mantidas apesar da movimentação e do intercâmbio entre eles, além de ser uma forma de delimitar o posicionamento do grupo ou dos indivíduos nas mais diversas relações. Com base nisso, certas relações estáveis são mantidas por meio dessas fronteiras/distinções fundamentadas em estatutos étnicos. Esclarece Barth (1998, p. 186): "as distinções étnicas não dependem de uma ausência de interação social e aceitação, mas são muito ao contrário, frequentemente as próprias fundações sobre as quais são levantados os sistemas sociais englobantes".

Nessa perspectiva, os estudos hoje em dia buscam tratar etnicidade e cultura material com foco em uma história de longa duração (BRAUDEL, 1958), ampliando o debate no sentido de compreender as identidades étnicas no interior de processos que envolvem, segundo Hodder (1992), Codori (1994) e Jackson e Smith (2005) *apud* Corrêa (2013), "a crise da modernidade, a globalização e a dissolução das identidades nacionais", entendendo

> o passado como herança [que] contribui para a construção de identidades e do sentimento de pertencimento aos lugares em face da universalização de costumes em larga escala, desenvolvimento econômico e a destruição do meio ambiente.

Assim, ao buscar compreender questões que envolvem a identidade étnica de grupos pré-coloniais, é necessário observar que eles são constantemente recriados e remodelados de acordo com as situações sociais e relações estabelecidas com os outros, num processo contínuo, que envolve a complexidade de interações culturais e ambientais, e eles são marcados por uma história de longa duração, a qual consideramos também ser não só um posicionamento teórico, mas também ético concernente à pesquisa.

Quando tratamos de alinhar nossa visão ao conceito de longa duração, estamos destacando tanto os aspectos espaçotemporais da presença guarani no litoral catarinense como também a continuidade de questões tanto relacionadas à cultura material, a práticas e à identidade étnica desses grupos, que denotam continuidade cultural, como também uma história indígena de longa duração. Esse é o posicionamento ético e teórico que devemos adotar, ao tratar da identidade étnica de grupos tidos como ágrafos e que serão acessados mediante a sua cultura material.

Dessa forma, fundamentados na revisão bibliográfica e nos dados preliminares, buscamos inferir alguns apontamentos sobre questões de etnicidade, contato e fronteira. Então, destacamos primeiramente o sambaqui Itacoara, que apresenta no mesmo sítio fragmentos de cerâmica com decoração plástica vinculados ao guarani (TIBURTIUS; BIGARELLA; BIGARELLA, 1951).

Nos levantamentos realizados por Piazza (1974) na região, o autor menciona dois sítios (Itacoara e Enseada I), dos quais ele analisou material e encontrou uma não tupi-guarani, mas que indica "intrusão constante de traços da tradição tupi-guarani" (PIAZZA, 1974). Para o sítio Enseada I, a publicação desse autor ainda deixa dúvida quanto **à** existência de outro sítio Enseada. Além disso, as publicações sobre esse sambaqui (BECK, 1972; TIBURTIUS, 1996) não citam a existência de remanescentes cerâmicos vinculados à tradição guarani.

Para Prous e Piazza (1977), a existência de cerâmica com decoração tipicamente tupi-guarani no sambaqui Itacoara remete-se a um momento de "aculturação".

Os autores classificam o sítio Itacoara como "lês campements onquilliers", ou seja, acampamentos

ISBN 978-85-8209-066-4

conchiferos[4]. No litoral catarinense são encontrados sítios com cultura material muito próxima à encontrada nos sambaquis, mas que apresentam substrato com pouca ocorrência de conchas, não ultrapassando 1 m de espessura da camada arqueológica, e por isso são classificados de maneira diferenciada dos sambaquis tradicionais, chamados de acampamento, assentamentos conchíferos ou sítios rasos.

Prous e Piazza (1977) redefiniram “sambaqui” e “acampamentos conchíferos” como

> sítios arqueológicos (ou a porção de sítios, quando com sobreposição), nos quais os vestígios culturais seriam parte de um espesso sedimento detrítico e cuja totalidade, ou lentes, seriam formadas em mais de ¾ partes por conchas de moluscos terrestres ou aquáticos [...] utilizaram o termo acampamento conchífero para sítios de ocupação litorânea (ou porção de sítios) nos quais os vestígios culturais se encontravam em uma matriz pouco ou não estratificada, terrosa ou cheia de cinzas, que comportasse uma proporção não negligenciável de restos de conchas, geralmente concentradas em bolsões.

No litoral catarinense há outros sítios classificados como acampamentos conchíferos, com ou sem cerâmica. São eles, Armação do Sul (ROHR; ANDREATTA, 1969), Base Aérea (ROHR, 1959; SCHMITZ, 1969) e Tapera (ROHR, 1966). Entre tais sítios, o da Base Aérea e o da Tapera apresentam remanescentes cerâmicos vinculados às tradições itararé e guarani.

Em levantamento recente no Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, constatou-se a presença de cerâmica guarani em coleções nomeadamente itararé/jê, como Enseada I e Rio Pinheiros II. Ao iniciarmos a análise e os estudos tecnotipológicos e estilísticos desse material, encontramos em cada coleção dois conjuntos distintos de materiais. O conjunto 1 (figura 8) é caracterizado como uma cerâmica com pouca espessura, entre 2 e 6 mm, com face interna e externa alisada, e em alguns fragmentos verificamos a face externa polida ou com decoração plástica, do tipo ungulado e inciso, principalmente para os fragmentos de borda. Alguns fragmentos ainda apresentam como acabamento de superfície o brunido e o esfumarado. A coloração é variada, com predomínio do marrom-escuro, próximo ao preto, com pouca variação para o marrom médio e avermelhado. Esses seriam vinculados à tradição itararé/jê.

Figura 8 – *Fragmentos cerâmicos conjunto 1*



Fonte: primária

No segundo conjunto (figura 9) encontramos fragmentos cerâmicos com espessura média e grande, entre 6 e 14 mm, com face interna e externa alisada. Alguns fragmentos apresentam como acabamento de superfície decoração plástica, sendo o corrugado, o ungulado e o noduladorrepuxado. Também vimos alguns fragmentos com banho e engobo bege ou branco, e outros com engobo bege ou branco, com pintura em vermelho. Outros fragmentos ainda apresentam grafismos: pintura e também em relevo. A coloração da pasta varia entre o bege e o marrom-escuro e avermelhado. Tais fragmentos seriam vinculados à tradição guarani.

[4] Outros autores denominam o sítio como “jazidas paleo-etnográficas” (TIBURTIUS; BIGARELLA; BIGARELLA, 1951; ROHR, 1959).

ISBN 978-85-8209-066-4

Figura 9 – *Fragmentos cerâmicos do conjunto 2*



Fonte: primária

A análise dos fragmentos cerâmicos não foi finalizada. Com isso, não temos como afirmar o contato entre os dois grupos ceramistas, nem o estabelecimento de uma zona de fronteira, no litoral norte. Análises arqueométricas com FT-IR (infravermelho) e microscopia confocal estão sendo realizadas e poderão revelar novos dados, que talvez contribuam com essa questão.

Também buscamos refletir sobre a cronologia de ocupação registrada para os sítios e os fragmentos cerâmicos, conforme segue (quadro 1).

Quadro 1 – *Datações*

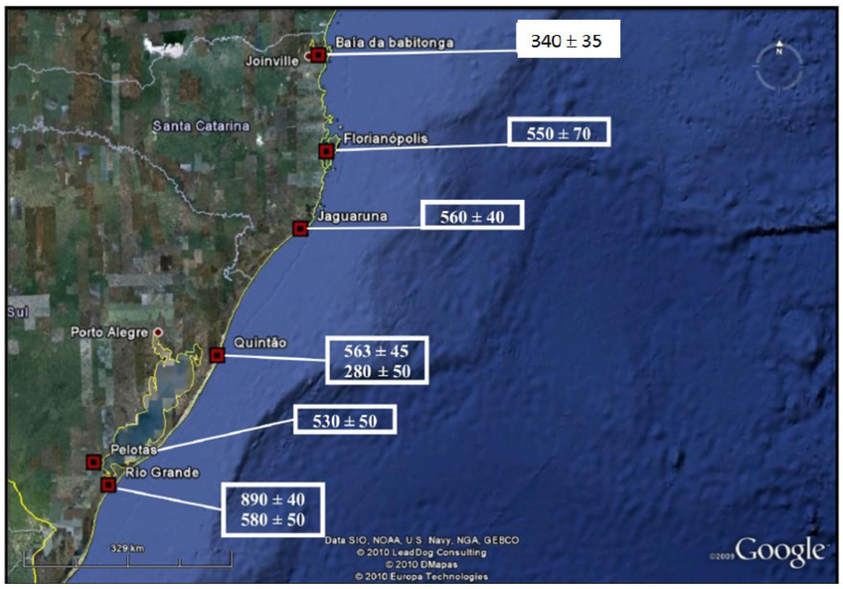
Sítio	Datação	Tradição/grupo
Enseada I	1.390 ± 40 anos A.P.	Itararé/Jê
Rio Pinheiros II	600 ± 65 anos A.P.	Itararé/Jê
Itacoara	550 ± 55 anos A.P.	Itararé/Jê – Guarani
Poço Grande	340 ± 35 anos A.P.	Guarani

Fonte: Bandeira (2004)

Pela cerâmica, as datações apontam para uma ocupação itararé/jê mais longa e recuada, ocorrendo entre 1.390 ± 40 anos A.P. até 550 ± 55 anos A.P. A ocupação guarani, representada pelo sítio Poço Grande, indica ocupação mais recente, 340 ± 35 anos AP. Ao relacionarmos essa datação com as outras datas disponíveis para a tradição guarani no litoral catarinense (figura 10), percebemos o quão recente ela é. Nesse sentido, Bandeira (2004) questiona a validade dessa datação.

ISBN 978-85-8209-066-4

Figura 10 – *Datações para sítios guarani no litoral do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina*



Fonte: adaptado de Milheira (2010)

Novas datações para as coleções analisadas, principalmente para os fragmentos vinculados aos guaranis, são extremamente necessárias e poderiam revelar novas informações sobre esses grupos na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pensar no direcionamento a ser dado à pesquisa com os remanescentes arqueológicos vinculados aos guaranis ancestrais, tratando de questões sobre a identidade étnica desses grupos, buscamos refletir acerca de uma abordagem centrada no guarani, com base na percepção de uma história de longa duração.

Os dados relativos à revisão bibliográfica apontam registros que indicam a presença jê e guarani, por meio dos fragmentos cerâmicos, pelo menos nos sítios Itacoara e Enseada I. Isso poderia ser esclarecido com a análise dos materiais cerâmicos coletados por Piazza nesses sítios, no entanto essa análise não pôde ser realizada, pois esses materiais ainda não foram encontrados no acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia (MArquE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A análise aos remanescentes cerâmicos que compõem as coleções Poço Grande, Itacoara, Rio Pinheiros II e Enseada I preliminarmente sugerem dois conjuntos distintos entre as coleções averiguadas, porém ainda não foi esclarecido se essa situação pode ter sido decorrente de contato entre dois grupos ceramistas distintos ou de outra situação, podendo ter sido misturado material de outros lugares, considerando as publicações de Tiburtius (1996) e Beck (1972), por exemplo, em que não há menção de decoração plástica ou com pintura para esses sítios.

Novas datações e a finalização dos estudos tecnotipológicos e estilísticos poderão fornecer dados mais consistentes sobre as hipóteses levantadas em relação ao contato e à fronteira entre os ceramistas no litoral norte de Santa Catarina.

Por fim, entendemos que a prática patrimonial e também arqueológica envolve reflexões teóricas e metodológicas, mas aquilo que torna a sua existência ética, ou seja, o posicionamento político e social, abrange todos os indivíduos envolvidos e faz parte do processo de interpretação e reconstrução do ser e da sociedade, com base no passado e nas suas representações sobre a memória, a identidade e a história.

ISBN 978-85-8209-066-4

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Dione da R. Arqueologia Guarani em Santa Catarina: Litoral Norte. *In*: MILHEIRA, Rafael G.; WAGNER, Gustavo P. (Orgs.). **Arqueologia Guarani no litoral sul do Brasil**. Curitiba: Appris, 2014.

_____. **Ceramistas pré-coloniais da Baía da Babitonga, SC: arqueologia e etnicidade**. Tese (Doutorado em História)–Universidade: Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

_____. **Mudança na estratégia de subsistência: o sítio arqueológico Enseada I – um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Antropologia)–Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

_____; SOUZA, Giana M.; KRASSOTA, Anna. Sambaquis fluviais em Santa Catarina: reflexões a partir da pesquisa da fauna do sítio Itacoara. **Tempos Acadêmicos**, Criciúma, n. 11, 2013.

BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras (1969). *In*: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Unesp, 1998.

BECK, Ana Maria. **A variação do conteúdo cultural dos sambaquis: litoral de Santa Catarina**. Tese (Doutorado em Antropologia)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

BRAUDEL, F. História e ciências sociais: a longa duração. *In*: _____. **Escritos sobre a história**. Tradução de Jacó Guinsburg e Teresa da Mota. São Paulo: Perspectiva, 1978.

CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 23, 1994.

CANDAU, Joël. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Memória em Rede**, v. 1, n. 1, p. 43-58, 2009.

_____. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CHAGAS, Mário de Souza. No museu com a turma de Charlie Brown. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, n. 2, 1994.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

_____. **As questões do patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2011.

CONDORI, Carlos M. History and prehistory in Bolivia: what about the Indians? *In*: LAYTON, R. Conflict in the archaeology of living traditions. Londres: Routledge, 1994.

CORRÊA, Â. A. Longue durée: história indígena e arqueologia. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 65, n. 2, abr./jun. 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul./dez. 2006.

HECKENBERGER, Michael J.; NEVES, Eduardo G.; PETERSEN, James B. De onde surgem os modelos? As origens e expansões Tupi na Amazônia Central. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 69-93, 1998.

LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José P. **Cerâmica Guarani**. Porto Alegre: Pesenato Arte e Cultura, 1989.

LATHRAP, Donald W. **The upper Amazon**. Southampton: Themes & Hudson, 1970.

MILHEIRA, Rafael G. **Arqueologia Guarani no litoral sul-catarinense: história e território**. 224 f. Tese (Doutorado em Arqueologia)–Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ISBN 978-85-8209-066-4

NEUMANN, Mariana A. Ñande Rekó: diferentes jeitos de ser Guarani. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

NOELLI, Francisco S. A ocupação humana na Região Sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas – 1872-2002. **Revista da USP**, v. 44, p. 218-69, 1999-2000.

OLIVEIRA, Kelly de. **Estudando a cerâmica pintada da tradição Tupiguarani: a coleção Itapiranga**. Dissertação (Mestrado em História)–Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2008.

PIAZZA, Walter F. Dados à arqueologia do litoral norte e do planalto de Canoinhas (resultados preliminares do quinto ano). Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. **Publicações Avulsas Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 26, p. 53-70, 1974.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Unesp, 1998.

PROUS, André; PIAZZA, Walter. Documents pour la préhistoire du Brésil méridional. 2. L'état de Santa Catarina. **Cahiers d Àrcheologie d Àmérique du Sud**, Paris, v. 4, 1977.

REIS, Maria José. **A problemática arqueológica das estruturas subterrâneas no planalto catarinense**. Erechim: Habilis, 2007.

SCHMITZ, Pedro I. A Ocupação pré-histórica do estado de Santa Catarina. **Tempos Acadêmicos**, Criciúma, v. 11, 2013.

SHANKS, M.; TILLEY, C. **Social theory and archaeology**. Oxford: Polity Press, 1987.

SILVA, Fabíola A. As cerâmicas dos Jê do Sul do Brasil e os seus estilos tecnológicos: elementos para uma etnoarqueologia Kaingang e Xokleng. **Revista do Cepa**, Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 30, p. 57-79, 1999.

TIBURTIUS, Guilherme. **Arquivos de Guilherme Tiburtius**. Tradução de Maria Thereza Böbel. Joinville: Masj, 1996.

_____; BIGARELLA, Iris K.; BIGARELLA, João J. Nota prévia sobre a jazida paleoetnográfica de Itacoara (Joinville, estado de Santa Catarina). **Arquivos de Biologia e Tecnologia**, Curitiba, v. V-VI, p. 135-345, 1951.

_____; _____; SOBANSKI, A. Contribuição ao estudo dos sambaquis do litoral norte de Santa Catarina. **Arquivos de Biologia e Tecnologia**, Curitiba, v. IX, p. 99-140, 1954.

VOGT, Olgário Paulo. Patrimônio cultural: um conceito em construção. **Métis: História & Cultura**, Caxias do Sul, v. 7, n. 13, p. 13-41, jan./jun. 2008.

III ENIPAC
Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

OS PROCESSOS DE CRIMINALIZAÇÃO DE IDENTIDADES CULTURAIS NO BRASIL: UM ESTUDO DA APLICAÇÃO DE DISPOSITIVOS PENAIS COMO FORMA DE CONTROLE SOCIAL DA DIFERENÇA

Valéria Peretti Köpsel[1]

RESUMO
O presente trabalho versa sobre uma investigação em andamento cujo objetivo é problematizar o velado processo de criminalização e/ou a consequente policialização de algumas identidades culturais no Brasil. Nesse sentido, busca-se analisar alguns dispositivos do Código Penal brasileiro, como, por exemplo, o crime previsto no artigo 284 – curandeirismo. Mediante as contribuições de Hall (2014) e de Elias, as diferentes identidades culturais, muitas vezes, entram em conflito, o que faz nascer a rivalidade entre elas. É esse constante conflito que, em alguns momentos, causa a criminalização por parte da legislação brasileira de algumas culturas consideradas "*outsiders*". Podemos citar a capoeira, prática criminalizada pelo Código Penal de 1890. A criminalização de práticas culturais é proibida atualmente pela Constituição de 1988 (artigo 215). Assim, a investigação propõe contribuir para a consolidação dos direitos culturais, especialmente o direito à identidade cultural como direitos humanos, essenciais para a consolidação da cidadania plural e democrática. A metodologia utilizada foi a análise do discurso legal, bem como uma pesquisa documental (legislação e jurisprudências) e bibliográfica. Espera-se, com o seguinte trabalho, demonstrar o uso e a aplicação das leis penais em contrapartida à previsão constitucional do artigo 215, garantidor do respeito a todas as culturas presentes no país.
Palavras-chave: cultura; criminalização; direitos humanos.

INTRODUÇÃO

É possível definir identidade cultural como a identificação que um indivíduo faz com determinada cultura. Entretanto, na modernidade, as pessoas convivem diariamente com diversas culturas, o que faz com que as suas identidades fiquem cada vez mais fragmentadas, como afirma Hall (2014, p. 1): "As velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado".

As diferentes identidades culturais, muitas vezes, entram em conflito, o que faz nascer a rivalidade entre elas. Em tais conflitos as culturas que possuem mais força, os "grupos étnicos dominantes", como menciona Hall (2014), impõem suas vontades às outras culturas e, muitas vezes, tentam criminalizá-las.

É esse constante conflito que, em alguns momentos, causou a criminalização por parte da legislação

[1] Acadêmica de graduação da Universidade da Região de Joinville (Univille).

ISBN 978-85-8209-066-4

brasileira de algumas culturas. Como exemplo, pode-se citar a capoeira, prática criminalizada pelo Código Penal de 1890. A criminalização de práticas culturais é proibida pela Constituição de 1988 (artigo 215).

Posto isso, a seguinte pesquisa busca realizar uma análise de como o caso de curandeirismo era tratado nos códigos penais brasileiros de 1830, 1890 e 1940, visto que se trata de uma prática adotada por subculturas e que tende a ser reprimida pela cultura dominante.

É possível afirmar que essa análise, da maneira como se propõe, nunca foi realizada. Dessa forma, a seguinte pesquisa pode ser de grande valia à compreensão da criminalização das identidades culturais no Brasil, bem como vir a mostrar se as diferentes identidades culturais presentes no Brasil possuem real liberdade de expressão.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

As concepções de identidade cultural sofreram grandes mudanças durante o processo civilizatório. É possível, segundo Hall (2014), dividir a identidade em três acepções. A primeira delas é a identidade vista pelo Iluminismo. No período iluminista o sujeito "estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado" (HALL, 2014, p. 10). Passando do sujeito iluminista, chegou-se ao sujeito sociológico, o qual "não era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com "outras pessoas importantes para ele" (HALL, 2014, p. 11). É preciso entender, porém, que nessa concepção o sujeito possui essência interior, a qual é modificada pela interação com o exterior.

É com base nesse sujeito sociológico que Hall nos traz a concepção do sujeito da pós-modernidade:

> O sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. [...] Esse processo produz o sujeito pós-moderno conceitualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. [...] O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente (HALL, 2014, p. 12).

Essa fragmentação do sujeito pós-moderno, segundo Hall (2014), dá-se principalmente pelo fenômeno da globalização, que permite a interação de diferentes culturas. Além da fragmentação do sujeito, a globalização causa também a criação de novas culturas.

> Parece então que a globalização tem, sim, o efeito de contestar e deslocar as identidades centradas e "fechadas" de uma cultura nacional. Ela tem um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas; menos fixas, unificadas ou trans-históricas (HALL, 2014, p. 87).

É o aparecimento de novas culturas que causa o mal-estar nas culturas dominantes, que se sentem ameaçadas pelas minorias e tentam criminalizá-las.

No Brasil, um país rico em diversidade cultural, é comum o conflito entre culturas. Como exemplo, pode-se falar sobre o Código Penal de 1980, que, além de criminalizar a capoeira (artigo 402), também punia a prática espírita:

> Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilegios, usar de talismans e cartomancias para despertar sentimentos de odio ou amor, inculcar cura de molestias curaveis ou incuraveis, emfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública (BRASIL, 1890).

Atualmente, a Constituição de 1988 traz, no seu artigo 215, que o "Estado garantirá o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais" (BRASIL, 1988). Todavia, ao examinar o Código Penal atual, é possível perceber que o supracitado artigo não é totalmente atendido. Para exemplificar, fala-se sobre o infanticídio, prática realizada por algumas tribos indígenas do país.

No parágrafo 1.º do mencionado artigo 215, lê-se: "O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileira, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório

ISBN 978-85-8209-066-4

nacional" (BRASIL, 1988). Além disso, há o decreto de n.º 6.177, de 1.º de agosto de 2007, que trata da promulgação da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005, e que traz no seu artigo 2.º o seguinte princípio:

> 3. Princípio da igual dignidade e do respeito por todas as culturas.
> A proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais pressupõem o reconhecimento da igual dignidade e o respeito por todas as culturas, incluindo as das pessoas pertencentes a minorias e as dos povos indígenas (BRASIL, 2007).

Percebe-se, com isso, que a cultura indígena deve ser respeitada e resguardada pelo Estado. Entretanto, de encontro a isso, tem-se o artigo 3.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que traz: "Todas as pessoas têm direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal" (ONU, 1948), o que visivelmente vai contra a prática do infanticídio.

Aliado ao artigo 3.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Código Penal atual contempla, no artigo 123, o seguinte texto: "**Infanticídio**. Art. 123 – Matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após: Pena – detenção, de dois a seis anos" (BRASIL, 1940).

Observa-se, portanto, claro conflito entre a conservação das identidades culturais, que pressupõe o resguardo da prática do infanticídio indígena, proposta pela Constituição Federal, e entre a prática criminalizada pelo artigo 123 do Código Penal.

Conflitos como o descrito vêm para mostrar que algumas práticas culturais, mesmo que resguardadas pelo Estado, são, indireta ou até diretamente, criminalizadas por diferentes legislações.

Ciente disso, a pesquisa consistiu em examinar os códigos de 1830, 1890 e 1940 focando no curandeirismo, prática utilizada por subculturas que consiste no tratamento e na cura de doenças, mediante a utilização de ervas, chás, animais e rezas. Além disso, realizou-se uma pesquisa jurisprudencial para constatar como esse caso é tratado no dia a dia dos tribunais e, assim, verificar se há tensão entre a liberdade religiosa, prevista na Constituição Federal, e o crime previsto no artigo 284 do Código Penal.

CÓDIGOS PENAIS DE 1830, 1890 e 1940

Antes de mais nada, faz-se mister efetuar algumas diferenciações, sendo a primeira delas entre o curandeirismo e o estelionato.

O exercício de curandeirismo, de acordo com o Código Penal, consiste na prática de oferecer tratamentos para doenças sem possuir habilitação ou título legal, entretanto essa prática pode ser confundida com o crime de estelionato, abordado pelos Códigos Penais de 1890 e 1940, o qual traz, no seu artigo 171, a seguinte composição:

> **Estelionato**
> Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento:
> Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa, de quinhentos mil réis a dez contos de réis (BRASIL, 1940).

A diferença entre curandeirismo e estelionato, de acordo com Masson (2014), é a seguinte:

> Curandeiro acredita ser capaz, com sua atividade, de resolver os problemas da vítima. Ainda que cobre pelos "serviços" prestados, ele tem a crença de solucionar o mal que acomete o ofendido. Em razão disso, o curandeirismo consta entre os crimes contra a saúde pública. Já o estelionatário sabe ser o meio fraudulento por ele utilizado inidôneo a resolver as necessidades da vítima, aproveitando-se da sua vulnerabilidade para obter vantagem ilícita, em prejuízo alheio.

Além de confundido com o estelionato, o curandeirismo é comparado com o charlatanismo, crime previsto pelo Código Penal de 1940, no seu artigo 283, e que consiste na prática de "inculcar ou anunciar cura por meio secreto ou infalível" com pena de "detenção, de três meses a um ano, e multa" (BRASIL, 1940).

ISBN 978-85-8209-066-4

Todavia, é imprescindível esclarecer que, enquanto o curandeiro acredita na veracidade do tratamento que oferta, o charlatão possui conhecimento de sua incapacidade de efetuar o tratamento prometido.

Com isso, faz-se necessário realizar outra diferenciação, agora entre os crimes de curandeirismo e estelionato. Enquanto este foi colocado no rol de crimes patrimoniais, aquele se situa conforme os crimes contra a saúde pública, na medida em que a sua prática trata de ludibriar as pessoas a realizar tratamentos que, na maioria das vezes, não são adequados. Por outro lado, se

> o falsário, além de inculcar ou anunciar cura por meio secreto ou infalível, também obtiver vantagem ilícita em prejuízo alheio, a ele serão imputados os crimes de charlatanismo e estelionato, em concurso material, pois há ofensa a bens jurídicos diversos, quais sejam, a saúde pública e o patrimônio (MASSON, 2014).

Feitas as devidas diferenciações, pode-se realizar a análise dos códigos penais de 1830, 1890 e 1940.

O primeiro Código Penal brasileiro foi sancionado em 1830 e veio para substituir as Ordenações Filipinas, que eram utilizadas até então. No código do império, a prática de curandeirismo não era criminalizada, em vista que a medicina começava a ser institucionalizada e, assim, convivia pacificamente com a medicina popular. Entretanto o mesmo não ocorreu no código seguinte.

O Código Penal republicano sofreu grande influência do regime autoritário vivido pelo país durante a Primeira República, e uma das novidades da nova legislação foi a criminalização da prática de curandeirismo, encontrada no seu artigo 158:

> **Art.** 158. Ministrar, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer fórma preparada, substancia de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o officio do denominado curandeiro:
> Penas – de prisão cellular por um a seis mezes e multa de 100$ a 500$000.
> Paragrapho unico. Si o emprego de qualquer substancia resultar á pessoa privação, ou alteração temporaria ou permanente de suas faculdades psychicas ou funcções physiologicas, deformidade, ou inhabilitação do exercicio de orgão ou apparelho organico, ou, em summa, alguma enfermidade:
> Penas – de prisão cellular por um a seis annos e multa de 200$ a 500$000.
> Si resultar a morte:
> Pena – de prisão cellular por seis a vinte e quatro annos (BRASIL, 1890).

A prática do curandeirismo no código republicano era tratada no capítulo que cuida dos crimes contra a saúde pública, fato que não foi alterado no código de 1940, o qual traz o curandeirismo no seu artigo 284:

> Art. 284 – Exercer o curandeirismo:
> I – prescrevendo, ministrando ou aplicando, habitualmente, qualquer substância;
> II – usando gestos, palavras ou qualquer outro meio;
> III – fazendo diagnósticos:
> Pena – detenção, de seis meses a dois anos.
> Parágrafo único – Se o crime é praticado mediante remuneração, o agente fica também sujeito à multa (BRASIL, 1940).

Feitas as explanações, é de suma importância analisar como a prática do artigo 284 do Código Penal é tratada pelos tribunais do país.

JURISPRUDÊNCIAS

Buscou-se realizar a análise de duas jurisprudências que versam sobre o curandeirismo para, assim, perceber o entendimento dos juízes acerca desse dispositivo.

A primeira jurisprudência analisada, de número 26.521, narra um caso que ocorreu em Brusque, Santa Catarina, foi julgado pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, situado em Florianópolis, e consiste no seguinte:

ISBN 978-85-8209-066-4

> O Promotor de Justiça da 1.ª Vara da Comarca de Brusque denunciou Sandro Moretti Gancheiro, por infração ao artigo 284 [...], porque, já 02 (dois) anos, mais ou menos, vem exercendo o curandeirismo. Para tanto, montou na Avenida Carlos Renaux um consultório denominado "ORGUM SETE ONDAS", local onde são atendidas pessoas doentes. Na realização de seu habitual trabalho de cura, o denunciado utiliza-se do "jogo de Búzios Africanos" para fazer diagnósticos sobre doenças físicas e psíquicas, sobre problemas existenciais e sentimentais e sobre o futuro de pessoas ingênuas que vão consultá-lo, mediante pagamento (BRASIL, 1991).

O réu foi condenado em primeira instância, e a decisão manteve-se, pois se considerou que, "muito embora a Constituição da República consagre a liberdade de crença como uma garantia do cidadão, ela não autoriza a prática terapêutica a pretexto do livre exercício de culto religioso" (BRASIL, 1991). Ainda, alegou-se:

> Justamente porque não é possível a confusão entre o espiritismo, seja qual for a sua modalidade, e a medicina, quando, através da liturgia da crença e mediante a invocação de entidade sobrenatural, o exercício do culto se destine à prática curativa, desaparece a garantia constitucional e ganha realce o ilícito penal (BRASIL, 1991).

Por outro lado, a segunda jurisprudência, de número 334.227-4/1-00, traz um caso acontecido em São Paulo e jugado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Na lide em questão, o autor pretende indenização pela própria credulidade, bem como reaver os valores pagos a uma angeóloga, a qual, quando desempregado, consultou para que ela se comunicasse com anjos em seu benefício. O apelante relata:

> Dentre os acontecimentos ocorridos em uma sala no domicílio da acusada (fl. 4), à "materialização de ossos de cadáveres de animais e seres humanos, tais como: sapos, cobras e ratos; tudo habilmente misturado com terra e, ao final dos trabalhos, surge a nota de um real, embrulhada em um saco plástico, condição que gera a matemática que indicará os valores a serem incinerados ou jogados nos rios" (BRASIL, 1993).

Após a materialização da nota, "para o trabalho angelical a ré teria solicitado doze mil reais em sete parcelas (fl. 4). Pagou em cheque, parte foi descontada, o restante a ré terminou lhe devolvendo" (BRASIL, 1993).

A apelada foi absolvida, pelo fato de não se poder provar que houve farsa nos atendimentos prestados. "A questão mudaria inteiramente de figura, como a decisão recorrida assinalou, se comprovada a fraude" (BRASIL, 1993). Além disso, se comprovado o dolo, o caso "resvalaria para o campo do curandeirismo, charlatanismo e, mesmo, do estelionato puro e simples. Puníveis na esfera penal, como bem se sabe" (BRASIL, 1993). Aliado a isso,

> o recebimento, pela acusada, em sua tenda, de adeptos da umbanda, limitando-se a benzê-los e ministrar-lhes "passes", fisicamente inócuos, com indicações de banhos em água salgada, como parte do cerimonial religioso que, também, não punham em risco a saúde dos crentes, não configura delito de curandeirismo (BRASIL, 1993).

Em vista do que foi explanado, é possível perceber que não há entendimento pacificado sobre a aplicabilidade do dispositivo estudado, o que se torna compreensível, visto a complexidade do tema.

CONCLUSÃO

A Constituição Federal de 1988 prevê a liberdade religiosa e cultural, entretanto, como citou o Ministro Assis Toledo (1993): "Da mesma forma que não há direito penal sem pena, também não há religião sem o sobrenatural [...]. Mas, infelizmente, também não há religião sem intolerância para com as outras seitas, congêneres ou rivais". Assim como ocorre entre diferentes religiões, existe intolerância entre culturas distintas, o que resulta na repressão de práticas culturais, e isso pode ocorrer mediante a criminalização.

ISBN 978-85-8209-066-4

O artigo 284 do Código Penal de 1940 criminaliza práticas que são utilizadas em diferentes culturas, o que fere o artigo 215 da Constituição Federal de 1988, o qual prevê a liberdade cultural. Isso pode ser explicado, pois o curandeirismo faz parte de uma subcultura e foi alvo de criminalização pela cultura dominante.

A despeito dessa criminalização, com a análise de jurisprudências, é possível observar que há tensão cultural que permeia as decisões, visto que ocorrem casos de absolvição da prática de curandeirismo e, também, de condenações. A complexidade do tema abordado corrobora para que, além das divergências de decisões em casos concretos, ocorra o choque de ideias entre os estudiosos que abordam tal assunto, afinal ainda não há solução consensual sobre como reagir diante desse tema.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Anderson Maia *et al*. Os direitos humanos sob a ótica do relativismo cultural: uma breve análise do infanticídio indígena no Brasil. Âmbito Jurídico. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/index.php?artigo_id=10376&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso em: 2 jun. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal; Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 2 jun. 2016.

_____. Decreto n.º 847, de 11 de outubro de 1890. Código Penal. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1890. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acesso em: 2 jun. 2016.

_____. Decreto n.º 6.177, de 1.º de agosto de 2007. Promulgação da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6177.htm>. Acesso em: 3 jun. 2016.

_____. Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 2 jun. 2016.

_____. Supremo Tribunal de Justiça. **Curandeirismo**. N.º 26.521. Relator: Desembargador José Roberge. Brusque, 25 fev. 1991. Disponível em: <http://tj-sc.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/3709403/apelacao-criminal-acr-419223>. Acesso em: 19 set. 2016.

_____. Supremo Tribunal de Justiça. Liberdade de culto – charlatanismo – curandeirismo – denúncia – inépcia. N.º 1.498-3. **Arquivo Geral**, Rio de Janeiro, 16 ago. 1993. Disponível em: <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/575687/habeas-corpus-hc-1498>. Acesso em: 19 set. 2016.

_____. Supremo Tribunal de Justiça. **Responsabilidade Civil**. N.º 7.620. São Paulo, 9 dez. 2009. Disponível em: <http://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/6665928/apelacao-com-revisao-cr-3342274100-sp>. Acesso em: 19 set. 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2014.

MASSON, Cleber. **Código Penal comentado**. São Paulo: Método, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2016.